



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS INSTITUCIONAIS**

ANAIS

**VII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS
ESTRATÉGICOS:**

06 a 08 de novembro de 2007

VOLUME 3

Brasília
2008

ANAIS

**VII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS
ESTRATÉGICOS:**

06 a 08 de novembro de 2007

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente

José Alencar Gomes da Silva

Gabinete de Segurança Institucional

Gen. Jorge Armando Felix

Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais

José Alberto Cunha Couto



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS INSTITUCIONAIS**

ANAIS

**VII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS
ESTRATÉGICOS:**

06 a 08 de novembro de 2007

VOLUME 3

**Brasília
2008**

Permitida a reprodução, sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte.

Observação: Versão Atualizada e Normalizada em 30/09/2008

Tiragem: 150 exemplares

Impresso no Brasil

Edição: Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais

Endereço para correspondência:

Praça dos Três Poderes

Palácio do Planalto, 4º andar, sala 130

Brasília-DF

CEP 70150-900

Telefone: (61) 3411-1374

Fax: (61) 3411-1297

E-mail: saei@planalto.gov.br

Criação, editoração eletrônica e impressão:

Gráfica da Agência Brasileira de Inteligência

A presente publicação expressa a opinião dos autores e não reflete, necessariamente, a posição do Gabinete de Segurança Institucional.

Organizadoras:

Carla Márcia Parisi Checchia

Giovana Dias da Costa

Paula Oliveira Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- E74 Encontro Nacional de Estudos Estratégicos (7.: 2007 : Brasília, DF).
Anais: VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos. Brasília: Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, 2008.
3 v.
v.1 ISBN 978-85-85142-22-3, v.2 ISBN 978-85-85142-23-0,
v.3 ISBN 978-85-85142-24-7.
1. Defesa Nacional. 2. Segurança Nacional. 3. Relações Internacionais. 4. Ciência e Tecnologia. 5. Educação – Brasil. 6. Saúde – Brasil. 7. Violência – Brasil. 8. Desenvolvimento Social – Brasil. 9. Organização Territorial – Brasil. I. Título. II. Presidência da República. Gabinete de Segurança Institucional.

CDD – 355.02

SUMÁRIO

MESA 1.5 SEGURANÇA E DEFESA: SEGURANÇA REGIONAL E ESTABILIDADE	11
Segurança Regional	
Armando Amorim Ferreira Vidigal	13
Cenários Prospectivos do Exército Brasileiro em 2022	
George Luiz Coelho Cortês	21
Livros de Defesa Nacional: Uma Proposta para o Brasil	
Eliézer Rizzo de Oliveira	29
Moderador: José Caixeta Ribeiro	
 MESA 2.5 RELAÇÕES INTERNACIONAIS: FRONTEIRAS	 45
Repensando o Papel das Fronteiras	
Lia Osorio Machado	47
A Política Governamental para as Comunidades Brasileiras no Exterior	
Mitzi Gurgel Valente da Costa	55
Fluxos Migratórios na América do Sul	
Sabrina Evangelista Medeiros	65
Moderador: Rogério Vieira Rodrigues	
 MESA 3.5 CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PROGRAMAS NACIONAIS	 81
O Programa Nuclear Brasileiro: Passado, Presente e Futuro	
Odair Dias Gonçalves	83
O Programa Espacial Brasileiro	
Miguel Henze	97
As Diretrizes e as Políticas do Governo Federal para os Biocombustíveis	
Rodrigo Rodrigues	107
Moderadora: Miriam Medeiros	

MESA 4.5 TEMAS SOCIAIS: CIDADES	129
Qualidade de Vida Urbana	
Jeroen Klink	131
Modelo de Urbanização, Financiamento do Desenvolvimento	
Urbano e Inclusão Territorial	
Renato Balbim	141
Moderadora: Maria das Graças Rolim Bilich	
 MESA 1.6 SEGURANÇA E DEFESA: PERSPECTIVAS DO	
PENSAMENTO ESTRATÉGICO MILITAR	165
Defesa: Desafios para o Brasil no Séc. XXI –	
Perspectivas do Pensamento Estratégico Militar	
Ilques Barbosa Júnior	167
Perspectivas do Pensamento Estratégico Militar: A Visão da Marinha	
Rodrigo Otávio Fernandes de Hônkis	175
Perspectivas do Pensamento Estratégico Militar:	
A Visão do Exército Brasileiro	
Sergio Westphalen Etchegoyen	183
Perspectivas do Pensamento Estratégico Militar:	
A Visão da Aeronáutica	
Cláudio Alves da Silva	189
Moderador: Fernando Maurício Duarte Melo	
 MESA 2.6 RELAÇÕES INTERNACIONAIS: NOVAS AGENDAS	209
Projetos Brasil	
Cláudio Roberto Frischak	211
O Geodireito e os Centros Mundiais de Poder	
Guilherme Sandoval Góes	219
Novos Paradigmas de Gênero nas Relações Internacionais	
Leila Bijos	227
Moderador: Rogério Vieira Rodrigues	

MESA 3.6 CIÊNCIA E TECNOLOGIA: MEIO AMBIENTE.....	241
Biodiversidade: Patrimônio Genético	
Luiz Antônio de Oliveira	243
Monitoramento dos Embates Ambientais na Ocupação Territorial	
Evaristo Eduardo de Miranda	255
Águas Internacionais, Internas e Oceânicas	
José Galizia Tundisi	265
Moderadora: Silmara de Souza Ramos	
MESA 4.6 TEMAS SOCIAIS: DIREITOS E CONQUISTAS	285
O Futuro de uma Política Indigenista	
Marcio Santilli	287
Ocupação Territorial: Visão Estratégica	
Renata de Souza Furtado	295
O Papel Estratégico da Arqueologia na Delimitação	
de Terras Indígenas e Quilombolas	
Pedro Paulo Abreu Funari	303
Moderador: Edmar Fernandes de Camargo	
CONFERÊNCIA III	319
Inserção do Brasil no Mundo e a Segurança Nacional	
Senador Aloizio Mercadante	321
Mediador: Antonio Jorge Ramalho da Rocha	
MESA-REDONDA	363
Relações Exteriores, Segurança e Defesa	
Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Jorge	
Armando Felix.....	365
Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro	
Guimarães Neto	370
Ministro de Estado da Defesa, Nelson Jobim.....	375
Moderador: Antonio Jorge Ramalho da Rocha	

CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO	397
Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Jorge Armando Felix.....	399
Diretor da Escola de Guerra Naval, Contra-Almirante Rodrigo Otávio Fernandes de Hônkis	400
Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica e Representante da Universidade da Força Aérea, Brigadeiro-do-Ar Cláudio Alves da Silva.....	401
 PAPERS	 403
Segurança Regional	
Armando Amorim Ferreira Vidigal	405
Cenários Prospectivos Exército Brasileiro/2022	
George Luiz Coelho Cortês	416
Fluxos Migratórios na América do Sul: no Caminho de uma Governabilidade Coordenada	
Sabrina Evangelista Medeiros	428
Defesa: Desafios para o Brasil	
Ilques Barbosa Júnior	440
“É a Força Terrestre do Brasil!”	
Sérgio Westphalen Etchegoyen	455
O Geodireito e os Centros Mundiais de Poder	
Guilherme Sandoval Góes.....	469
Ocupação Territorial: Visão Estratégica	
Renata Furtado	494
O Papel Estratégico da Arqueologia na Delimitação de Terras Indígenas e Quilombolas	
Pedro Paulo Abreu Funari	509



MESA 1.5 SEGURANÇA E DEFESA: SEGURANÇA REGIONAL E ESTABILIDADE

Segurança Regional

Armando Amorim Ferreira Vidigal
Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima

Cenários Prospectivos do Exército Brasileiro em 2022

George Luiz Coelho Cortês
Centro de Estudos Estratégicos do Exército

Livros de Defesa Nacional: uma Proposta para o Brasil

Eliézer Rizzo de Oliveira
Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas

Segurança Regional

José Caixeta Ribeiro – Moderador: Bom dia. A fim de que possamos dar início aos nossos trabalhos, eu solicitaria o obséquio de que ocupem seus lugares, por favor.

Autoridades Civis e Militares,
Senhores Oficiais Generais.
Senhoras e senhores, bom dia.

Iniciaremos agora os trabalhos relativos à Mesa 1.5 do nosso Encontro Nacional de Estudos Estratégicos sobre Segurança Regional e Estabilidade, para tanto, convidamos os seguintes palestrantes a ocuparem seus lugares à Mesa: Excelentíssimo Senhor Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal, Assessor para Assuntos Internacionais do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima; Senhor Coronel George Luiz Coelho Cortês, do Centro de Estudos Estratégicos do Exército; Senhor Eliézer Rizzo de Oliveira, do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas.

Como nas demais mesas, os palestrantes terão vinte minutos para as suas apresentações que serão realizadas de forma seqüencial. Em seguida, teremos 30 minutos para o debate. Os interessados em participar do debate deverão formular as perguntas por escrito, informando seu nome, instituição que representa e a qual palestrante a pergunta é dirigida. As perguntas devem ser entregues às recepcionistas.

Iniciando, então, convidamos o Excelentíssimo Senhor Almirante Vidigal para proferir sua palestra intitulada: “Segurança Regional”.

Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal - Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima: Senhoras e senhores, muito bom dia. É uma satisfação muito grande estar aqui presente no VII Encontro de Estudos Estratégicos. Eu desconfio que talvez eu tenha estado até nos seis anteriores a esse, de modo que, é uma satisfação muito grande. Agora, temos um desafio gigantesco que é falar de Segurança Regional, em apenas vinte minutos. Esse é um desafio muito grande que nós pretendemos desempenhar e desenvolver nesses próximos vinte minutos.

Esse é um mapa para nos mostrar o Brasil dentro desse contexto regional da América do Sul. Nós vamos fazer um sumário muito breve e muito rápido, que é uma introdução. Talvez essa seja a parte maior da minha apresentação. Depois, vamos falar um pouco sobre Segurança Regional: os aspectos políticos, econômicos e sociais, principalmente. E, finalmente, falaremos da questão da defesa em Segurança Regional. Falaremos, especificamente, sobre defesa.

Eu vou começar com uma citação de Clausewitz. Sempre é bom nós começarmos por Clausewitz, que inspira qualquer pretenso interessado em estratégia. Nós começamos sempre por Clausewitz. Eu vou começar por uma afirmação dele que me parece muito importante em relação ao tema que nós vamos tratar. Diz ele: “A primeira tarefa de toda a teoria é a de se pôr as idéias e os conceitos em ordem. Só quando se chega a um acordo acerca do significado dos termos e das noções, é que se pode esperar progredir com clareza na análise dos problemas”.

Quando me solicitaram para abordar o tema “Segurança Regional”, eu senti necessidade, em primeiro lugar, de tentar definir qual era o problema que me estava sendo dado. Ou seja, temos que definir o que se está entendendo por segurança e o que se está entendendo por regional, no caso específico. Em relação ao regional, eu tomei rapidamente uma decisão sobre o contexto a ser abordado, que poderia ser a América Latina porque o Brasil está inserido no contexto da América Latina. Mas, poderia ser o Cone Sul apenas ou poderia ser todo o Continente Americano. Eu optei por considerar o contexto regional como a América do Sul. Por que eu tomei essa decisão? Eu tomei essa decisão porque a Política de Defesa Nacional de 2005 usa a América do Sul como contexto

regional para o Brasil. Então, eu não deveria fugir desse aspecto. Para mim, regional será América do Sul.

O termo segurança é um termo de uma abrangência considerável. Nós todos sabemos disso. Ele transcende aspectos puramente militares e engloba também os aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais, que são conceitos extremamente amplos. Hoje, modernamente, nós dizemos até que o conceito amplo de segurança não é nem apenas relativo ao Estado, mas ele vai até o indivíduo. É a segurança do indivíduo que nós temos em vista quando usamos essa expressão. Mas, eu vou usar uma definição de segurança entre muitas possíveis, uma do Karl Deutsch, que é uma bastante abrangente, em minha opinião e, que, diz, realmente, o que nós queremos saber. Diz o Deutsch: "Segurança significa, para a maioria das pessoas, segurança de vida e integridade física para si e para os seus; e assim, significa paz e a manutenção da paz. Mas, segurança também pode significar a da riqueza e da propriedade, mesmo que essa riqueza seja baseada num conflito de interesses pessoais, porém real, entre credor e devedor, proprietário de terras e rendeiro, empregador e empregado – conflito capaz de atingir a intensidade de uma guerra latente em alguns países em desenvolvimento. Ou segurança pode significar segurança de símbolos e de instituições, de posições de classes e funções, de imagens e hábitos, de ideologias e cultura, de pretensões ao respeito e auto-respeito". Segurança é tudo. É um termo absolutamente abrangente. Nós poderíamos tratar de qualquer assunto dentro da segurança com essa definição do Karl Deutsch que define claramente essa abrangência que deve ter a segurança.

Já o conceito de defesa é um conceito muito menos abrangente. Hoje, costuma-se referir à defesa como um aspecto da segurança que está muito relacionado à proteção do Estado contra ameaças externas e internas. Para muitos interlocutores, quando se fala em ameaças internas, isso parece um conceito errado, entretanto, ele nunca foi mais real do que hoje. Se os senhores pegarem os dados do Stockholm International Peace Research Institute – SIPRI, publicados no Year Book, poderão verificar que é o maior repositório de informações sobre problemas de insegurança, problemas de defesa, gastos militares no mundo inteiro etc. Vocês vão ver que as maiores tensões, os maiores conflitos existentes na atualidade são intra-Estados, são dentro dos Estados, são entre grupos

dentro do mesmo Estado que estão disputando poder ou disputando alguma coisa. Então, isso é inteiramente válido.

Evidentemente que, quando nós falamos em defesa, as Forças Armadas têm um papel relevante, mas não único. Os problemas de defesa não são exclusivos às Forças Armadas. Hoje, modernamente, qualquer problema de defesa envolve os aspectos políticos, econômicos e sociais e é muito difícil dissociar essas coisas. O poder militar tem uma abrangência muito maior do que tinha no passado. Curiosamente, depois do surgimento do armamento nuclear, houve um declínio do conceito das Forças Armadas. Hoje, nós vemos exatamente o oposto desse conceito. Ao contrário, as Forças Armadas passam a ser relevantes, não só na guerra, mas também nas situações de não guerra, onde elas exercem uma série enorme de atividades. Mas isso é outro assunto e nós não podemos perder tempo aqui com isso.

Quando nós vamos tratar desse tema das relações entre Estados surge logo esse novo conceito de o Estado perder o poder. Cada vez mais, organizações de diferentes tipos, como ONGs, associações internacionais, associações transnacionais etc., têm mais influência na vida dos Estados. Então, há sempre uma idéia de que o Estado está perdendo o seu poder, a sua soberania. Eu trago uma citação aqui do João Paulo Alcina Junior, que é um diplomata brasileiro que escreveu, agora, um livro que eu recomendo. Aliás, deveria ser lido por todos. O título é “Política Externa e Política de Defesa do Brasil: Síntese Imperfeita”. É um tratado muito interessante que mostra aquilo que eu tenho chamado, ao longo dos anos, de emprego político do poder militar, ou seja, como o poder militar é um instrumento da política de Estado, que sabe fazer uso desse poder militar que tem à sua disposição. Diz ele o seguinte: “Embora controversa, a percepção do declínio ou transformação do papel do Estado, objeto de interesse dos estudiosos do processo de globalização, não pode ser tomada como algo linear e universalmente válida. Sobretudo no campo da segurança e da defesa, o Estado continua a exercer um papel crucial.” Esse é um ponto fundamental que nós temos que ter em vista: o Estado continua a exercer um papel fundamental. Isso foi a minha introdução.

Agora, vamos entrar na parte substantiva da Segurança Regional: questões políticas, econômicas e sociais. As principais causas de insegurança na América do Sul são causas políticas e socioeconômicas, fruto do subdesenvolvimento. Nossos grandes problemas são fruto do nosso subdesenvolvimento, com tudo aquilo que ele significa e que todos nós conhecemos. As questões de segurança, hoje, são vistas menos sob um enfoque geopolítico, i.e., ligado à história, geografia e aos aspectos geoconômicos. Hoje, perduram os aspectos geoconômicos.

O que se quer, no campo político, em relação ao nosso subcontinente? É imprescindível desenvolver instituições democráticas fortes e estáveis, sob regimes constitucionais que respeitem o direito das minorias. Esse é um ponto fundamental em qualquer concepção democrática. Além disso, eles devem assegurar a alternância de poder. Esse é um dado fundamental, um dado básico. No campo econômico, é inadiável o desenvolvimento de sistemas voltados para o atendimento das necessidades básicas da população, sem o assistencialismo demagógico que não resolve as causas básicas da miséria. O aumento do mercado interno e a integração com a economia mundial são dois pontos essenciais nesses aspectos econômicos. No campo social, é preciso resolver os problemas de urbanização, moradia, saúde, e educação que são fatores comuns a todos os países do nosso subcontinente.

Eu peguei um pedaço da Política de Defesa Nacional, de 2005, que foi a última manifestação de Política de Defesa, e selecionei um pequeno trecho que vou ler: “Distante dos principais focos mundiais de tensão e livre de armas nucleares, a América do Sul é considerada uma região relativamente pacífica. Além disso, o processo de conciliação democrática e de integração regional tende a aumentar a confiabilidade regional e a solução negociada dos conflitos”. Isso é o que consta da Política de Defesa Nacional de 2005. Passados apenas dois anos, eu já noto que há discrepâncias enormes entre essa afirmativa e a realidade que hoje nós vivemos.

O processo de consolidação democrática na América do Sul é apontado como uma das causas da estabilidade da América do Sul. Será que isso é verdadeiro, agora? Eu tirei um pequeno trecho do Jornal O Globo, do Merval Pereira, que é um cronista do Globo. Ele diz o seguinte: “Na

América Latina, há exemplos preocupantes de governantes se utilizando de mecanismos democráticos para aprovar leis que lhes deleguem super-poderes, transformando o Executivo em um poder acima dos outros poderes, fazendo com que o sistema democrático perca suas características e contrapesos". É uma frase curta, mas, profunda de significado: "Perca suas características e contrapesos". Sem dúvida nenhuma, na Venezuela do Hugo Chaves, na Bolívia do Evo Morales e no Equador do Rafael Correa, notam-se esses sintomas com muita nitidez, com muita clareza. É difícil nós dizermos que o processo de consolidação democrática na América do Sul está em curso. Eu diria que, pelo contrário, há um processo de desocratização na América do Sul e os exemplos mais visíveis são esses três que eu citei. Mas, será que a Argentina não tem alguns sintomas dessa "maladie"? Será que o Brasil não apresenta alguns sintomas também desse mesmo mal? É verdade que, nas sociedades politicamente muito mais avançadas, mais consolidadas do que as anteriores, esse processo é muito mais sutil, muito mais mascarado, mas ele existe e, embora incipiente, é preciso dar atenção a ele.

Em relação ao fortalecimento da integração regional, ao contrário, nós estamos vendo hoje o enfraquecimento da integração regional. Por mais lamentável que isso seja, nós temos que reconhecer esse estado de coisas. Na verdade, o Pacto Andino e o Pacto Amazônico são mais que expressões de uma vontade, de um desejo que não se transforma em realidade, de jeito nenhum. O MERCOSUL que começou tão bem, que começou com tanto ímpeto, com tanta garra, que desenvolveu o comércio entre os países membros, hoje, encontra uma série de dificuldades. Eu relacionei algumas, como as regras para a livre circulação de bens entre os países membros. O problema é que não se consegue harmonizar essas regras. As medidas de coordenação macro-econômicas que tardam e não se fazem. Começam a ser tomadas ações unilaterais, como a questão das papeleiras, entre a Argentina e o Uruguai. Os problemas comerciais entre o Brasil e a Argentina são cada vez maiores e os dois países estão tomando medidas unilaterais para a proteção da sua indústria. Com tudo isso, o MERCOSUL perde força. Incontestavelmente, hoje, o MERCOSUL é muito mais fraco do que foi há três ou quatro anos atrás. O Brasil exportava para o MERCOSUL aproximadamente 16% de todo o seu comércio exterior. Hoje, segundo

as estatísticas, exporta menos de 10%, então, houve uma queda substancial. Daqui a pouco, isso fica perdendo sentido para o Brasil e o MERCOSUL passa a não ser tão importante, o que pode vir a modificar as nossas políticas.

Quais são os novos desafios que se apresentam continuamente para os países? São o terrorismo, narcotráfico e questões ambientais. Além disso, tem o que eu chamo de “apartheid tecnológico”, que é a dificuldade de os países subdesenvolvidos adquirirem tecnologias de ponta. Tudo isso são questões que mantêm essa insegurança regional.

O último item é a questão da integração regional e da defesa. Nós temos duas categorias de problemas: problemas entre os países dentro da mesma região e problemas entre os países da região e países de fora da região. As nossas questões entre países são todas oriundas do século XIX, como por exemplo, os problemas entre Peru e Equador, entre a Argentina e Chile, entre a Venezuela e a Colômbia, entre a Venezuela e o Suriname etc. Todos esses problemas são oriundos do século passado e todos eles podem ser resolvidos diplomaticamente. Nesse caso, eu não vejo bases para questões militares agudas na América do Sul em face desses problemas. Os maiores problemas estão nessa mudança da consolidação democrática. Essa é a maior ameaça que eu vejo, hoje, na América do Sul. Não são mais as questões históricas que dividiram os países da América do Sul há algum tempo. São, principalmente, essas novas questões que transcendem de muito, esse problema.

No meio exterior, com os países de fora da nossa região, nós temos, por exemplo, o problema das Malvinas. Isso vai ser sempre um problema, até a sua solução final. É uma fonte de tensão na América do Sul. Temos também o problema da Antártica, que, paulatinamente, vai voltar a ter uma importância no contexto sul americano, porque nós estamos vendo, cada vez mais, as reivindicações que a Grã Bretanha vai colocar sobre a Antártica. Nós estamos vendo os russos reivindicando o Ártico. Quer dizer, essas questões todas estão abertas e são fontes futuras de tensão, portanto, nós temos que estar atentos para elas.

Na verdade, faltam-nos ameaças perceptíveis. Eu tenho defendido, há anos, que o processo para o desenvolvimento do nosso poder militar tem que ser diferente, tem que ser original. Eu usarei, agora, também, as

mesmas idéias do Mangabeira Unger, que disse o seguinte: “Nós temos que ser capazes de inovar, de criar coisas novas. As realidades mudaram, o mundo é diferente”. Eu defendo que nós temos que olhar para as nossas vulnerabilidades e não para quem são os nossos inimigos. Eu não sei quem são os nossos inimigos; eu não posso apontar. É hoje a Venezuela? São os Estados Unidos? Não há um caminho que me leve a alguma conclusão. Isso não me ajuda em nada o meu raciocínio, mas, quando eu identifico as minhas vulnerabilidades, eu sei o que eu preciso fazer para reduzi-las, para eliminá-las. Isso eu sei.

Agora, não existe um tratado comum de defesa. Nós não temos possibilidade alguma de criar um tratado comum de defesa na América do Sul. Vejam o TIAR sobre a hegemonia do país líder. Isso nunca funcionou, nem poderia funcionar. É uma mera expressão de um desejo de trabalhar junto e de cooperar, no caso de uma ameaça que nunca se concretiza. Não é por aí. Nós temos que manter, sim, a cooperação na área militar e, principalmente, aumentar essa cooperação na área militar. Nós temos que fazer os institutos de pesquisa militar cooperarem. Nós temos que pensar numa integração da indústria militar. Essa é uma idéia revolucionária, uma idéia nova, uma idéia diferente, mas é um caminho possível. O Brasil constrói submarinos. O Brasil é capaz de fazer reparos em submarinos. Então, por que nós não fazemos isso para a América do Sul inteira? Por que nós não congregamos aqui uma indústria capaz de atender à América do Sul? Evidentemente, nós teremos que ceder em outras coisas porque não podemos querer só as vantagens. Nós temos que ceder em alguma coisa. Por exemplo, as nossas turbinas a gás são reparadas na Argentina, então, há uma troca, um intercâmbio de coisas. Eu acho que muito se pode fazer nessa área.

Se nós nos unirmos, isso será o maior dissuasor. Não pelo poder militar que nós, juntos, iremos congregar, mas pela nossa capacidade demonstrada para todos que possam nos ameaçar que nós somos capazes de nos unirmos e defendermos em uníssono os nossos interesses comuns. Muito obrigado.

José Caixeta Ribeiro – Moderador: Agradecemos a participação desde já do Senhor Almirante Vidigal e, passo, então, a palavra para o Coronel Cortês para dar início à sua apresentação.

Cenários Prospectivos do Exército Brasileiro em 2022

George Luiz Coelho Cortês – Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Bom dia a todos. Com satisfação venho aqui representar o Estado-Maior do Exército na condição de chefe do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, órgão interno do Estado-Maior. Sinto-me muito feliz em estar sentado à mesa junto com o amigo de desde 1972, Coronel Caixeta, vários chefes militares, oficiais superiores na ativa, e, ainda, outros que também estão na ativa e me honram em poder estar aqui compartilhando com esse breve recado que o Estado Maior tem a transmitir.

O que eu vou apresentar nada mais representa do que o extrato de um trabalho que está sendo realizado pelo Estado-Maior desde 2005, com a construção dos cenários para o Exército de 2022, que foi inspirado naquele trabalho que o NAE (Núcleo de Assuntos Estratégicos) da Presidência da República realizou para o Brasil.

Em 2005, nós do Exército construímos os cenários e desde então estamos monitorando os eventos dos cenários, a fim de que, com esses instrumentos, possamos colaborar na elaboração do planejamento estratégico da organização que está em curso neste ano de 2007.

Proponho, como objetivo desta breve sessão, que todos tenham ao final conseguido identificar as sinalizações que os cenários fazem para o planejamento estratégico do Exército. É uma proposta simples, mas cumprir esse objetivo seria interessante.

O planejamento estratégico do Exército é composto de uma série de livros que definem a sua metodologia. O primeiro livro diz respeito à “missão” do Exército. O segundo é sobre “avaliação”. É neste último que vamos nos ater mais. Ele trata inicialmente do diagnóstico sobre a conjuntura interna e externa ao Exército, quer dizer, sobre a situação corrente. Os cenários, por sua vez, compõem outro capítulo desse livro, acerca do qual nos concentraremos. Em função dos dois itens anteriores

- diagnóstico e cenários -, surgirão sugestões, sinalizações para políticas e estratégias que o Exército deverá adotar, objeto de livros subseqüentes. A política vai definir os objetivos para o Exército, as estratégias apontarão como alcançá-los, e, depois, há os livros que tratam dos planos de ação, isto é, da execução propriamente dita. Sumariamente, a concepção do sistema de planejamento do Exército é assim.

Passemos, pois, especificamente aos cenários. Os cenários, assim como o Centro de Estudos Estratégicos, fazem parte do esforço da organização em se modernizar, de acompanhar a evolução dos acontecimentos mundiais de forma acelerada nas últimas décadas, a chamada globalização. O método utilizado para a construção dos cenários e o monitoramento posterior à construção, é o método proposto por Raul Grumbach, oficial da Reserva da Marinha, que elaborou uma sistemática amparada em programas de computador para facilitar as atividades de produção e de registro dos conhecimentos, desenvolvidos durante a execução do método.

Cabe salientar que, para se chegar aos cenários, foram consultados peritos, pessoas renomadas, especialistas de diversas áreas de conhecimento humano, em sua maioria não pertencentes ao Exército. Mais de seiscentas pessoas foram consultadas e, para operacionalizar todo esse trabalho, foi composto um grupo multidisciplinar de coronéis, para gerenciar esses conhecimentos e construir os cenários. Contamos, nesse processo, com assessoria técnica do próprio autor do método.

Concluída a construção dos cenários em 2005, passou-se à etapa de monitoramento, de acompanhamento dos eventos, verificando se as tendências sinalizadas pelos peritos estão se confirmando (ou não) e as conseqüências dessa constatação para o Exército. É essa a finalidade primeira do monitoramento. O monitoramento é feito por meio de simpósios, realizados anualmente, e estudos para conseguirmos acompanhar os eventos como um todo. Os simpósios também servem como objeto para apreciação de um grupo multidisciplinar, à semelhança daquele que elaborou os cenários. Não possui a mesma composição deste último grupo porque não conseguimos manter a mesma equipe em função de movimentação, de promoção, transferência para a reserva etc. É um grupo, normalmente, muito rico, em sua maioria, formado por coronéis experientes, após o comando, com o Curso de Política de

Administração do Exército. Então, é um pessoal que tem uma bagagem muito boa de conhecimento sobre a organização.

Os cenários do Exército 2022 têm um intuito maior, que é servir de apoio à constituição, à composição de um Exército forte que possa respaldar, com as demais Forças Armadas, a soberania da própria Nação. Essa é a finalidade.

Os programas de informática que utilizamos nas atividades são o “Puma” e “Lince”, ambos de Raul Grumbach. O primeiro deles foi desenhado para elaborar, construir os cenários. O segundo serve de apoio ao monitoramento dos eventos.

O que seriam os “Cenários Exército Brasileiro de 2022”?

Os cenários nada mais são do que dez questões estratégicas que foram selecionadas e que nós procuramos acompanhar, isto é, verificamos como esses eventos estão se sucedendo para que isso sirva de subsídio para o planejamento da organização.

Os temas ligados aos eventos dos cenários são os seguintes:

1. Reações ao protagonismo brasileiro;
2. Ocorrência de terrorismo no Brasil;
3. Participação das Forças Armadas em conflitos na América do Sul;
4. Estabelecimento do sistema coletivo de defesa do MERCOSUL;
5. Neutralização de pressões sobre a Amazônia.
6. Crescimento da participação do Exército no Orçamento Geral da União;
7. Aumento dos investimentos em ciências e tecnologia no Brasil;
8. Institucionalização do emprego das Forças Armadas em crises na segurança pública;
9. Revitalização da indústria de defesa no Brasil;
10. Aumento da influência da opinião pública nas atividades das Forças Armadas.

Neste estudo, existem quatro cenários (mais provável, de tendência, ideal e alvo) em que concentrarmos os esforços de acompanhamento, de busca de conhecimento. Um deles é o cenário mais provável; na realidade, o cenário indicado pelos peritos já mencionados. O cenário de tendência é o de tendência histórica. Então, se, até 2005, época da construção do cenário, o evento não acontecia, a tendência é que ele não ocorra até 2022. Lógica idêntica se aplica aos eventos que não se sucediam até 2005. O cenário ideal resultou da opinião do Comandante do Exército. Ele opinou para cada um desses eventos o que seria melhor para o Exército, o que seria ideal que ocorresse. O cenário-alvo é um cenário intermediário entre o mais provável, ou seja, aquele indicado pelos peritos e o idealizado pelo comandante.

Para fins de planejamento prioritário, vamos trabalhar o cenário-alvo. No painel dos cenários expostos durante a apresentação, a legenda indica o seguinte significado: a letra “O” significa que o evento ocorre. Então, todos os peritos indicaram que todos os eventos iriam ocorrer até 2022. A letra “N” significa não ocorre. O cenário alvo será o cenário em que vamos nos deter discutindo as sinalizações que ele sugere ao Exército.

O primeiro evento de acordo com o cenário alvo diz que “ocorre”. Refere-se a reações internacionais ao protagonismo brasileiro. Chegou-se a essa conclusão, a essa opção, em função dos fatos correntes da dificuldade que o país enfrenta. Aliás, essa dificuldade não é de hoje, ela é histórica, e as mais recentes são aquelas sinalizações de dificuldade de o Brasil conseguir inserir no contexto dos grandes decisores mundiais e dos líderes da política internacional.

Que sinalização esse evento traz para o Exército?

A primeira é que o Exército precisa se capacitar como instrumento de combate eficaz, ou seja, ele precisa construir e ampliar seu poder dissuasório. Obviamente, ele não vai conseguir fazer isso isoladamente, porque isso pressupõe uma série de componentes e eu vou destacar alguns deles. Não é só a questão material, de reequipar-se, de modernizar-se em equipamento. É também a questão de capacitação de pessoal e de integração com as demais Forças Armadas, que é um aspecto imprescindível, elemento chave. Não há dissuasão nacional em termos de poder militar sem o conceito de integração entre as Forças Armadas. É o que nós chamamos de “emprego combinado”, na linguagem militar.

Apesar dessa composição e dessa necessidade de ampliação de poder dissuasório, o Exército não pode perder de vista que ele precisa, em determinadas ocasiões, em particular, nas Operações de Paz Internacional, de explicitar uma postura de conciliação que o Exército tem.

Então, ele pode ser uma força poderosa, mas, sem perder a cordialidade, um traço bem característico dos soldados brasileiros. O soldado nunca perde a nobreza de cavalheiro. Mesmo quando ele derrota o adversário, ele não pode perder esse ar de humanidade e de cordialidade no trato com o derrotado. Esse componente importante se manifesta muito claramente no dia-a-dia das operações de paz. Somos muito benquistas na comunidade internacional por essa postura.

O segundo evento diz respeito às ocorrências de atividades terroristas no território brasileiro. O cenário alvo aponta para a não-ocorrência.

Qual a sinalização que isso faz para o Exército?

O Exército precisa colaborar no fortalecimento dos órgãos de segurança pública, encarregados de tal tarefa. As Forças Armadas só vão se envolver na questão do terrorismo, de acordo com o que está na lei hoje, se os órgãos de segurança pública fracassarem. Então, é desejável que o Exército participe desse esforço de colaboração, de fortalecimento, de capacitação, para que eles cumpram sua missão e para que não seja necessário o envolvimento das Forças Armadas.

É ainda importante cooperar no processo de estabelecimento do enquadramento jurídico do terrorismo no Brasil que está em curso, o que não afasta a possibilidade de poder ser empregado contra o terrorismo em situações emergenciais e extremas na gravidade. Nesse sentido, é importante capacitar a força terrestre para realizar o combate ao terrorismo. É por isso que preventivamente já se adistra a Brigada de Operações Especiais. É necessário, então, definir claramente o papel desempenhado, não só pelo Exército, mas pelas demais Forças Armadas no combate ao terrorismo, no arranjo legal que está sendo elaborado.

O evento terceiro trata da ocorrência de conflitos na América do Sul que impliquem no emprego das Forças Armadas. O cenário alvo sinaliza para a não-ocorrência.

Qual o significado que isso poderá ter para o Exército?

Novamente, volta à tona aquele mesmo argumento exposto quando tratado o primeiro evento, no sentido de se capacitar a força terrestre para atuar como instrumento eficaz de combate. Então, as explicações são as mesmas, razão pela qual não vou me deter. O Exército precisa colaborar – cada vez mais - no sentido de intensificar a aproximação com os demais exércitos das nações amigas sul-americanas. Se nos conhecermos, fica mais fácil nos compreendermos e evitarmos dissensões, pelo menos, no que tange ao canal militar.

Outro evento é o estabelecimento do Sistema Coletivo de Defesa do MERCOSUL. O cenário alvo aponta para a não-ocorrência. O significado disso para o Exército é que o Exército considera que basta fortalecer os arranjos de segurança do hemisfério, já existentes, sem que seja necessário criar novos arranjos. Eles já são suficientes; basta fortalecê-los, se necessário. Nesse processo de convencimento, o Exército deve demonstrar ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo que não há necessidade de se estabelecer um sistema coletivo de defesa.

O evento que diz respeito à neutralização de pressões internacionais sobre a Amazônia, merece atenção especial. A contribuição do Exército neste quadro é no sentido de que ele deve incrementar a cooperação para o desenvolvimento sustentável da região. As Forças Armadas são instituições que praticamente foram as primeiras que ali se estabeleceram e ali permanecem. Sempre em cada ponto de fronteira existe o Pelotão Especial de Fronteira. Ainda hoje, este é um papel de relevância na soberania nacional. A figura do tenente exercendo várias funções, além das militares, é um quadro bem claro desse esforço do Exército de cooperação para o desenvolvimento, para a segurança na região, que é alvo da cobiça internacional, fato notório.

Nesse mesmo quadro, há ainda a questão de se capacitar como poder dissuasório na Amazônia, o que já faz parte do planejamento do Exército há décadas. Existe em curso o processo de aumento efetivo, de ampliação da qualidade da força na área e de modernização dos meios na área.

O outro evento diz respeito ao crescimento da participação do Exército no Orçamento Geral da União. Para que isso ocorra, o Exército carece melhorar no convencimento do governo, do Congresso e dos formadores da opinião pública. Esse esforço por maior parcela de recursos no orçamento também é cabível às outras Forças Armadas. A

conscientização sobre as questões que envolvem defesa nacional e a necessidade do aumento do orçamento para as Forças Armadas são temas para alcançar a sociedade. A questão não se resume a receber mais recursos, mas é também fazer esforços de modernização e de racionalização da própria estrutura, ou seja, aperfeiçoar a gestão. Portanto, não é só receber mais recursos, mas trata-se, principalmente, de empregá-los melhor cada vez mais.

Quanto ao evento de aumento de investimento em Ciência e Tecnologia, o cenário-alvo aponta para a ocorrência. Nesse caso, impõe-se a opção de escolha de equipamento da força com materiais produzidos no Brasil. Em palestra recente, percebemos a sinalização muito clara do Ministro da Defesa nesse sentido. Podemos ampliar a participação na produção de conhecimento científico aplicados aos produtos de defesa. O Exército tem uma massa científica de pesquisadores muito boa e apta a fazer esse esforço.

Em relação ao emprego das Forças Armadas na segurança pública, evento que o cenário-alvo aponta para a não-ocorrência, cabe destacar que é imprescindível se obter a opinião pública favorável à manutenção da atual missão constitucional das Forças Armadas. Não é necessário alterá-la para mostrar que a preparação para a defesa externa é prioritária no seu processo e que isso não exclui o emprego em emergências na garantia da lei e da ordem. A principal contribuição do Exército, para que as Forças Armadas não sejam chamadas em casos de desordem pública, se resume na realização das medidas de fortalecimentos dos órgãos de segurança pública, já mencionadas no evento referente a terrorismo.

Finalmente, o último evento diz respeito à influência da opinião pública nas atividades das Forças Armadas, do Exército, em particular. A sinalização é de que isso ocorrerá até 2022. As indicações deste evento apontam para a preocupação em preservar a imagem da organização junto à opinião pública, em conscientizar a sociedade sobre a importância dos assuntos de defesa e em considerar a opinião pública como um dos fatores de decisão nos planejamentos organizacionais. E, mais que isso, é preciso ser transparente na gestão.

O Centro de Estudos Estratégicos do Exército tem realizado uma série de simpósios na tarefa de monitoramento do cenário, desde 2006. Para 2008, serão realizados mais três simpósios: “Investimento em ciência e

tecnologia”, “Reações ao protagonismo brasileiro” e “Neutralização das pressões na Amazônia”. Além disso, haverá um “ciclo de estudos”, evento que não examinará eventos dos cenários. O tema do ciclo será “liderança no Exército: desafios”, versando sobre a formação dos decisores nos níveis estratégicos.

Para concluir, destaco que os cenários não são um fim em si mesmos e, se não forem utilizados na formulação de estratégias para a organização, todo o esforço despendido em sua confecção, torna-se inútil.

Para que os senhores possam refletir sobre todas essas questões, encerro a exposição com dois pensamentos. Um deles foi expresso pelo Professor Olavo de Carvalho: “O serviço do intelectual consiste em tentar ver os fatos por novos ângulos, não a torto e a direito, por toda hora, por mania de novidade, mas por necessidade objetiva, quando os ângulos antigos de se perceber a situação e a solução dos problemas não funcionam mais”.

O outro pensamento é de Jorge Wilheim, refere-se ao Estado, mas também vale para organizações complexas como, por exemplo, as Forças Armadas: “Sem propor futuros, o Estado não se desenvolve e se torna presa passiva de lógicas setoriais, parciais, limitadas aos interesses corporativos e egoístas de setores”.

Para intercâmbio e contato, eis o e-mail (ceeex@eme.eb.mil.br) e telefones. Lá no Centro de Estudos Estratégicos do Exército, estamos abertos para a participação do público, em geral. Normalmente, a maioria das sessões dos simpósios é aberta. Todo o material dos simpósios realizados se reproduz sob a forma de relatórios resumidos, de acesso fácil no endereço do Estado-Maior na *internet* (www.eme.eb.mil.br/ceeex), que está em fase de consolidação. Além dos relatórios, há artigos individuais dos oficiais que compõem o Centro. A despeito da maneira acelerada da apresentação, espero tenha conseguido passar a mensagem inicial.

Muito obrigado.

José Caixeta Ribeiro – Moderador: Desde já, agradecemos a participação do Coronel George Luiz Coelho Cortês e, em continuação à nossa mesa redonda, eu passo a palavra ao professor Eliézer Rizzo que abordará o tema: “Livros de Defesa Nacional: uma proposta para o Brasil”.

Livros de Defesa Nacional: uma Proposta para o Brasil

Eliézer Rizzo de Oliveira - Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas: Muito bom dia. Eu me sinto muito honrado de participar sobre um tema tão importante, em uma Mesa Redonda tão relevante.

Eu preparei um ensaio sobre como os Países do Cone Sul, e até os Países Andinos, percebem as ameaças e desenham os cenários estratégicos nos seus Livros de Defesa. O Brasil tem uma política de defesa e precisa dar um passo maior agora e ter um Livro de Defesa.

Como a parte que eu vou apresentar seria a parte final desse trabalho maior, e como nós temos vinte minutos, eu deixo a primeira parte e vou direto para a parte final porque os temas de ameaças vão aparecer no conteúdo. O que eu proponho, na verdade, é uma proposta de conteúdo sobre o Livro de Defesa Nacional. O Livro de Defesa é um documento de Estado. Para uma pessoa, individualmente, propor um Livro de Defesa, só pode ser um exercício. É nesse sentido que eu vou mostrar a vocês, com base no que outros países fazem e nos conteúdos que temos na Política de Defesa Nacional, como é possível alargar esse Livro de Defesa e chegar a uma proposta como essa.

Nós temos uma Política de Defesa Nacional, que foi adotada em 1996 e reformulada em 2005, quando o Brasil adotou esse documento, no Governo Fernando Henrique. Tínhamos razões internas para fazê-lo. Externamente, no nosso hemisfério, os Estados Unidos têm um documento quadrienal, têm um outro documento de atualização anual e o Canadá já tinha o Livro Branco de Defesa Nacional. O Brasil, no contexto latino-americano, foi pioneiro na implantação do Livro de Defesa, por razões internas e por razões externas. É muito interessante verificar que

nós só passamos a adotar tais documentos na América Latina, no sistema democrático. Os nossos regimes autoritários viveram “de bico” uns para os outros. Nós tivemos quase uma guerra entre Chile e Argentina. O Brasil já teve até planos de invadir o Uruguai. Vocês são militares e sabem disso melhor do que eu, por conta de autonomia regional do Exército e, não por conta de planejamento da Presidência da República. Enfim, os regimes autoritários tiveram tensões muito grandes e é no contexto democrático que os Livros de Defesa são produzidos.

No dia 1º de outubro de 2008, eu tive o prazer de ser um dos entrevistadores do Ministro Jobim, no Programa Roda Viva, juntamente com o meu colega João Roberto Martins Filho, da Universidade de São Carlos, que preside uma recentemente criada Associação Brasileira de Estudos de Defesa. Eu sugiro que vocês acessem esse nome na Internet e verão um ambiente de produção de jovens pesquisadores, pesquisadores seniores etc. O João Roberto perguntou ao Ministro: “Como é que é? Vai ter o Livro de Defesa?”.

O Ministro respondeu e eu insisti e expliquei que o Livro de Defesa é muito amplo, mais complexo e mais importante do que a Política de Defesa. O Ministro disse que vai fazer e eu perguntei novamente: “Como fica a elaboração do Livro de Defesa e a elaboração do planejamento de investimentos para reequipamento que uma comissão, que ele preside, vai entregar ao Presidente até agosto do ano que vem?” Ele disse: “Nós faremos ao mesmo tempo”. E disse que ele pretende que um pequeno grupo coordene isso e depois tudo isso seja disseminado em um grupo maior.

Para que o Livro de Defesa cumpra o reforço da legitimidade nacional da defesa e que tenha uma atitude vigorosa de confiança no exterior. É importante que haja uma participação mais larga para que nós não cometamos o erro que cometemos no caso do MERCOSUL, que é uma criação de burocratas. Os burocratas são competentes, mas, por vezes, eles olham o próprio umbigo. A sociedade civil tem que participar da elaboração do Livro de Defesa. A responsabilidade política é do Ministro da Defesa e do Presidente da República, portanto, entrará no conteúdo o que for de decisão política. Entretanto, isso não implica que não se possa

ter no site uma entrada para sugestões de cidadania e que não se façam audiências públicas.

O nosso amigo Coronel, que me antecedeu, disse que os trabalhos de Planejamento do Exército são abertos nessas sessões. Eu proponho, exatamente, o mesmo método. Se vocês entrarem no site do Ministério da Defesa da França, hoje, há uma notícia de atualização do Livro de Defesa. Houve uma audiência pública, se não me engano, na semana passada. Foi a primeira. Os senhores querem saber quem falou? O representante máximo do protestantismo, do catolicismo, do islamismo e do judaísmo na França. Eles foram os primeiros convidados. E haverá os trabalhos de militares, de diplomatas, de cientistas, e tudo mais. Isso é um exemplo para nós. Nós temos que abrir, portanto, à participação da sociedade civil porque isso é muitíssimo importante.

O Livro de Defesa é uma radiografia do governo sobre um determinado momento, daí a necessidade de sua atualização periódica. O Chile lançou a segunda versão do seu Livro de Defesa em 2002 e tem um documento complementar. A Argentina lançou um livro e tem um documento complementar, enquanto não lança a segunda versão. É assim que deve funcionar. Eu tenho bastante clareza de que nenhum documento de governo é uma panacéia. O Livro de Defesa não deve ser uma pílula para resolver todos os problemas. Ele é, apenas, um documento consensual, do ponto de vista político, que é doutrinário naquele momento, mostrando as intenções do Brasil naquele momento. De tempos em tempos, ele deve ser atualizado.

O que eu vou apresentar aos senhores agora é uma proposta de conteúdos. Eu sei o quanto isso é frágil, mas é uma proposta de método. Então, é um exercício acadêmico. Eu vou mostrar apenas que esse pode ser um projeto. Tomara que o Livro de Defesa do Brasil saia. Se for parecido com isso, eu posso até ficar feliz, tomar um vinho com a minha mulher e falar: “Que ótimo”. Se for inteiramente diferente, não tem problema nenhum porque eu não estou apostando fichas nisso. Eu estou apenas propondo conteúdos.

Os Livros de Defesa que eu conheço, que são vários, têm mais ou menos a mesma estrutura: primeiro, tem a mensagem da autoridade política

sobre as Forças Armadas e lá aparecem as razões daquela edição. Essa palavra é muito importante. Tais mensagens destinam-se a emprestar ao Livro de Defesa Nacional a autoridade do Chefe de Estado, como Dirigente Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas. Destaca-se, deste modo, o caráter de “política de Estado”.

A nossa política de Defesa Nacional é extremamente cautelosa. Os diplomatas exageraram na dose e quase que pedem desculpas para afirmar que o Brasil tem um Livro de Defesa. Não é razoável supor que o Brasil não tenha contenciosos. Não é razoável supor que um país das dimensões do Brasil não tenha uma política de defesa nacional. Então, eu sugiro que o Livro de Defesa seja afirmativo. É obrigação do Estado Brasileiro dotar-se de tal documento, com tais objetivos e tais definições. O Estado Brasileiro seria, no caso, um capítulo acerca da contribuição das Forças Armadas para a constituição do Estado e da integridade territorial.

Agora, vamos falar de localização, de onde estamos e quais são os nossos dados fortes e fracos, também, que são dados de natureza social e econômica. Eu penso que esse é um dos órgãos internos mais fortes de uma proposta como essa. É necessário falar do território e das suas características.

A visão brasileira sobre segurança e defesa. As perspectivas para o futuro. A situação internacional e a América do Sul. Vigora no Ministério da Defesa, talvez, com grande influência do Itamaraty, uma idéia de que somos uma identidade estratégica na América do Sul porque somos uma zona de paz, com poucos recursos militares e poucos conflitos estatais. Entretanto, a nossa região tem inúmeros conflitos territoriais. Nós publicamos, no Memorial da América Latina, um livro sobre integração latino-americana, que mostra que há quarenta contenciosos só no Caribe. E nós estamos nessa região. Há quarenta contenciosos envolvendo a França, Estados Unidos, Venezuela etc., todos sobre território. E nós temos um contencioso que pega a nossa região norte que é entre a Venezuela e a Guiana passando, praticamente, pelo território brasileiro. Então, nós temos que ter uma visão sobre isso. Qual é a visão que o Governo Brasileiro tem sobre a guerra, sobre a experiência em missões

internacionais, sobre acesso à tecnologia de ponta? Eu gostaria de me deter um pouco a esse respeito.

O Livro de Defesa tem que ser afirmativo. A estrutura militar regional interessa ao Brasil? Se interessar, é necessário que entre no Livro de Defesa; se não interessar, precisamos ser bastante claros a esse respeito. A cooperação importantíssima está em alto estilo, alto curso e pode ser ampliada, mas a estrutura se justificaria. Por outro lado, o Brasil não se sente ameaçado e não ameaça ninguém. Isso é uma doutrina do Itamaraty que aparece na política de defesa. Isso é verdade? Então, é preciso avisar ao Presidente da Bolívia porque ele disse que o Acre pode deixar de ser brasileiro. Eu não estou banalizando o que um Chefe de Estado vizinho disse, até porque, ele tomou a refinaria da Petrobrás com instrumento militar. Não vamos definir que existe um problema desse tipo? Nós temos que expor qual que é a posição do Brasil acerca do terrorismo, por exemplo. Temos que trabalhar com os conceitos de ameaça. A OEA na sua Comissão de Segurança Hemisférica, em 2003, adotou uma definição de “ameaça”, que é extremamente abrangente. Na cidade de São Paulo, existem milhares de imigrantes clandestinos que saem de seus países para sobreviver aqui como os nossos brasileiros saem para sobreviver em outros lugares. O Brasil considera que isso é ameaça? Para a Espanha, que tem o Canal de Gibraltar e que dá para atravessar a nado, a imigração pode ser uma ameaça. Mas para o Brasil, isso não tem se configurado dessa forma. No entanto, nós assinamos protocolos internacionais dizendo que a imigração é uma ameaça porque para os Estados Unidos e para o México são problemas, de fato. Mas, e para nós? Esse é um Livro de Defesa do Brasil ou de quem? Nós temos que pensar se a pobreza deve ser vista como uma ameaça, até porque, quando pensamos em ameaça, nós temos que pensar que o agravamento da ameaça, da pobreza, poderá entrar no campo da Defesa Nacional. O agravamento da pobreza é para ser colocado no campo da Defesa Nacional? A Política de Defesa Nacional é, nesses livros que eu conheço, o resumo, com algum destaque, do restante dos conteúdos. Então, um livro que contenha um capítulo da Política de Defesa Nacional é um resumo conceitual importante.

O próximo capítulo tem que mostrar como ocorre a direção da Defesa Nacional no Brasil, como funciona no Executivo, nos Ministérios e na

organização das Forças. Qual é o papel do Legislativo? Isso é do conhecimento nacional no Brasil? É pouco provável. É do conhecimento no exterior? Não sei, mas, a informação é essencial. O próximo capítulo, o quinto, seria sobre as Forças Armadas. Nesse caso, valeria trabalharmos com o histórico das Forças Armadas, com as suas funções, com a sua organização, dimensão, distribuição, capacidades e projetos.

Eu queria chamar a atenção de vocês para uma coisa interessante. Uma vez, eu escrevi um artigo no Correio Braziliense dizendo que o Brasil tinha que ter um Livro de Política de Defesa e um dos argumentos fortes é a questão da transparência mesmo. Não tem que ter transparência naqueles assuntos que são reservados para o Estado, e vocês têm muita experiência nisso. Agora, temos que dizer, por exemplo, que a Marinha está em Salvador, que o Exército está lá; temos que dizer o que tem aqui em Brasília; ou ressaltar que, em Campinas, transformou-se a Brigada de Infantaria Blindada numa Brigada de Garantia da Lei e da Ordem. Quando eu publiquei esse artigo, um Oficial da Aeronáutica me escreveu dizendo: “Professor, o seu artigo está bom, mas, como nós vamos dizer para o exterior o que nós temos?” Eu disse para ele: “Meu amigo, eu entro no site das Forças Armadas, que é um site especializado, porém o Governo diz ter outro significado para cumprir a legitimidade interna e para cumprir a confiança externa”.

As outras características que eu coloquei ali são importantíssimas. Peguemos recursos humanos. Você têm carreiras muito bem estruturadas, teve mais gente, menos gente e, como é que é a evolução disso? Eu vou esquecer Forças Armadas e Segurança Pública, senão o meu tema não vai para frente. Esse é um tema em si mesmo. Quando nós falamos de recursos, quando se diz, hoje, que as Forças Armadas têm “x %” do orçamento, temos que ver como era em 70. Por que mudou? Quais são as necessidades? Isso tem que aparecer no Livro de Defesa.

O Capítulo VI é sobre as estratégias militares. É muito importante que incluirmos dois elementos aqui. Um deles é sobre a Antártida e o outro é sobre prazos e cenários, como o colega do Exército acabou desenhando, pensando em algum tempo à frente. Enfim, é muito importante que as diretrizes das Forças Armadas apareçam aqui. Eu vou dar um exemplo para vocês de como existe uma relação no que eu proponho entre o Livro

de Defesa e a estratégia. O General Gleuber e o General que o sucedeu, que foi o General Albuquerque, preservaram uma visão de desenvolvimento do Exército de futuro imediato, médio prazo e longo prazo, que envolvia uma visão de desenvolvimento da sociedade brasileira em cenários. O atual Comandante retirou isso do site. A minha pergunta seria a seguinte: Se nós tivéssemos um Livro de Defesa que tivesse definido algumas coisas antes, qual seria a relação entre essa atitude do Comando e o Livro de Defesa? Eu vou dar mais um exemplo: na primeira Política de Defesa Nacional de 1996, não aparecia a Amazônia Azul, mas no segundo aparecia. Com relação ao Livro de Defesa que planeja dez anos, como essas coisas se dão? Esse é um tema interessante a ser considerado na elaboração do Livro de Defesa.

O Sistema Educacional de vocês é muito virtuoso, eu sugiro que entre aqui num capítulo especial. O capítulo VIII seria sobre recursos. Eu já falei da importância disso. Eu lamento ter uma visão pessimista sobre a direção política das Forças Armadas e da Defesa Nacional. Ontem eu usei uma expressão numa palestra num Curso de Gestão que é: A burocracia brasileira, o Ministério do Planejamento e a Fazenda não entendem nada de Defesa Nacional, nem fazem questão, mas a subordinação é contábil. Isto é: tem orçamento, corta o orçamento, contingencia, etc. Tem que haver um compromisso com esses recursos, de tal maneira que o procedimento seja radicalmente oposto. Nós temos que colocar e explicar toda a participação do Brasil no nível mundial, no nível regional acerca dos acordos e regimes internacionais, segurança, defesa, etc. Nos próximos dois slides eu digo quais são as fontes prováveis dessas informações que vão da Constituição do Brasil às Forças Armadas e chegam até o material de OEA, de ONU, etc.

Para encerrar, esse documento é de responsabilidade do Ministro da Defesa que responde ao Presidente. O Presidente aprova. O Ministro vai ter que ir aprovando as suas etapas. Por essa razão, a coordenação, redação e responsabilidade, evidente, é do Ministério da Defesa. O Estado e as Forças Armadas, bem como diversos outros setores, devem participar dessa elaboração do Livro de Defesa, assim como os parlamentares, que sabemos que se importam muito pouco com isso. É importante contar com a colaboração, como estamos contando agora, dos universitários. As áreas econômicas, sindicais, ou via cidadania, nós

temos que evitar que um trabalho como esse não entre na sociedade. A comunicação social da Defesa Nacional é muito pontual. Em geral, vocês se comunicam com a sociedade para avisar que tem um serviço militar, mas as outras coisas virtuosas, o grande apoio social, a Amazônia, Ciência e Tecnologia e educação não fazem parte de uma política de comunicação social porque essa não existe. É importante que outras medidas acompanhem melhor o Livro de Defesa Nacional.

Eu tenho uma grande paixão por esse tema, eu me coloco à disposição dos senhores. Desculpo-me se em alguns momentos a arguição foi mais densa e a outra foi muito menos densa porque eu tive que equacionar um grande número de informações. Desculpem-me por propor alguma coisa que eu acabei não cumprindo, mas eu espero, pelo menos, que faça algum sentido o que eu apresentei. Muito obrigado.

José Caixeta Ribeiro – Moderador: Desde já agradecemos a participação do Professor Eliézer Rizzo e vamos dar início ao debate.

Debate

José Caixeta Ribeiro – Moderador: Lamento que, devido ao pouco tempo destinado ao debate e às inúmeras perguntas, talvez, os palestrantes tenham que fazer uma seleção. Vamos tentar responder ao máximo possível e aquelas que não puderem ser respondidas aqui, eu pediria àqueles que fizeram as perguntas que as enviassem por e-mail aos palestrantes para que pudessem ser respondidas. Então, eu passo, inicialmente, a palavra ao Almirante Vidigal para dar início às respostas e às perguntas que lhe foram formuladas.

Armando Amorim Ferreira Vidigal - Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima: A primeira pergunta é do Tenente Coronel Pedroti. Aliás, eu gostei muito da sua pergunta; é uma pergunta excelente. Diz ele: “*O Projeto Calha Norte, o SIVAM, a proposta do submarino nuclear, a criação do Exército da Brigada de Garantia da Lei e da Ordem significam que estamos focados na identificação das nossas vulnerabilidades em substituição do foco na identificação dos nossos inimigos?*”.

Eu diria, Coronel, que absolutamente sim; é isso mesmo. Nós não temos coragem de institucionalizar o princípio das vulnerabilidades estratégicas, mas, na prática, nós atuamos como se elas fossem uma realidade.

Há aqui uma outra pergunta também: “*Esses armamentos que nós estamos vendo ocorrer na América do Sul representam uma ameaça à estabilidade regional?*”.

Sem dúvida, mas, em minha opinião, o que nós estamos assistindo é a conscientização de um princípio para o qual nós sempre apontamos. As Forças Armadas representam o instrumento da Política do Estado e, quando o país se arma, preparando as suas Forças Armadas para

qualquer contingência, ele está dando um recado político acima de tudo; ele está dizendo que está pronto para defender os seus interesses em qualquer circunstância. Eu não acredito que isso vá levar, na América do Sul, a conflitos armados em médio prazo ou em longo prazo. Somente em longuíssimo prazo isso poderia ocorrer, mas o que nós estamos assistindo é, realmente, uma maior consciência do valor da Força Armada como um instrumento da política do Estado. O próprio Chaves faz isso, acima de tudo, como um instrumento da sua política. Ele procura criar uma hegemonia na América do Sul e o faz, também, através do reforço do seu poder militar. É o uso adequado do poder militar como um instrumento da política do Estado.

Acho que a pergunta do José Henrique da UNIDF, eu, praticamente, já respondi porque, mais ou menos, é sobre o rearmamento da Venezuela.

A última pergunta é da Laura Lima. Essa pergunta é extremamente importante: “*Diante da gama de problemas de segurança e defesa elencados pelo senhor, o déficit programático da Política de Defesa, como o senhor vislumbraria uma Política de Defesa mais eficiente?*”. Eu tenho a idéia muito clara de que a nossa Política de Defesa não segue uma metodologia. É um apanhado de considerações sobre a defesa, tão boa para o Brasil como para Bangladesh. Ela serve para tudo, qualquer coisa cabe ali dentro, então, não é uma Política de Defesa, é um amontoado de conselhos de idéias que cada um vai acrescentando e colocando. Nós vamos realizar, no dia 21, na Escola de Guerra Naval, um Seminário sobre o tema “Política de Defesa”, em que eu vou apresentar, realmente, uma tentativa de criar uma metodologia para a elaboração de uma Política de Defesa. Eu acho que é extremamente importante que tenhamos coragem de inovar, de criar. Chega da mesmice em que nós vivemos envolvidos no problema militar brasileiro. Nós estamos sempre repetindo as mesmas coisas, as mesmas “patacoadas” que estão escritas pelos comentaristas americanos, britânicos e no mundo inteiro e nós não desenvolvemos, absolutamente, nenhuma idéia original. Nós pretendemos propor uma revolução nessa área. Uma mudança completa de paradigmas. Uma nova concepção, uma nova visão, seguindo aquilo que o Ministro Mangabeira Unger ontem colocou com muita perfeição, a meu ver. Obrigado.

José Caixeta Ribeiro – Moderador: Muito obrigado Almirante. Então, eu vou passar a palavra ao Coronel Cortês, procurando dividir o tempo restante entre ele e o Professor Eliézer.

George Luiz Coelho Cortês – Centro de Estudos Estratégicos do Exército: São várias perguntas e tão diversas que não deu para agrupá-las. Então, eu vou responder apenas três e as demais eu vou mandar a resposta por e-mail.

A primeira delas é do Senhor Benício Melo, Engenheiro Eletrônico da UnB: “*Como devemos agir contra a esquizofrenia e interferência de ONGs externas e internas na questão ambiental na Amazônia? O que devemos proteger é o homem amazônico e brasileiro, concorda?*”.

Essa esquizofrenia e interferência, em parte, compõem um corpo maior chamado de pressões sobre o Estado. Em parte, essas pressões decorrem, em primeiro lugar, porque elas não são neutralizadas por falta de conhecimento. Há muito desconhecimento sobre a questão ambiental e o próprio Estado ainda não conseguiu responder à altura a esse tema, que é um tema moderno, muito novo. É um tema que entrou na pauta política há muito pouco tempo, então, o Estado Brasileiro, com toda a sua complexidade, não conseguiu até hoje responder à altura no sentido de conhecer, transmitir conhecimento e, com isso, neutralizar muita coisa nesse sentido. Outra questão que me parece muita clara é a questão da afirmação do Estado na Amazônia mesmo. Em relação à questão ambiental amazônica, o Estado precisa cada vez mais se afirmar, se fazer presente como normativo e como fiador dos cumprimentos das normas que ele estabelece. Feito isso, uma boa parte dessa argumentação exasperada de algumas organizações não-governamentais se esvaziará, bem como, essas pressões, esses gritos. As Forças Armadas colaboraram muito para esse processo de afirmação do Estado na Amazônia, inclusive, na questão ambiental. É comum, aqui e acolá, nós vermos as Forças Armadas apoiando um órgão governamental, como o IBAMA.

Quanto à questão do homem, de proteger o homem, eu acho que a proteção do homem não exclui a proteção do patrimônio material, que são as riquezas que lá existem, e do patrimônio cultural, porque uma

coisa não exclui a outra. Então, é importante proteger o homem e proteger o ambiente, as riquezas naturais, para que ele próprio possa usufruir. A sustentabilidade é uma necessidade líquida e certa.

A outra questão veio do Senhor Flávio Castro, Diplomata do MRE: “*Por que não se fala mais no Programa Calha Norte? A Nação Yanomami constitui ameaça à nossa soberania sobre a extensa área que aquela comunidade ocupa e que extrapola nossas fronteiras e atinge também território venezuelano?*”.

O Projeto Calha Norte está em fase de expansão e, hoje em dia não é mais Calha Norte, nem é Calha Sul, já chegou ao Acre, está em fase de expansão. Obviamente, as Forças Armadas estão muito presentes, elas participam. O Ministério da Defesa é um dos órgãos mais atuantes na questão do Calha Norte que não engloba, apenas, questões de defesa. E, não o vejo definindo, não; ele não está sendo muito propagado, mas ele está vivo e funcionando, não sei se com recursos suficientes naquilo que foi visualizado na sua origem. Sobre isso, eu não sei informar porque eu não trabalho diretamente com essa questão, mas o Ministério da Defesa dispõe dessas informações.

Quanto à questão da Nação Yanomami, desculpe-me, mas eu não vejo uma Nação Yanomami, e sim uma etnia como existem diversas outras no Brasil. Nação só existe uma, que é a Nação Brasileira, resultado de uma mistura de raças, de etnias, de culturas diversas que deu esse caldeirão que somos nós hoje. Na questão Yanomami, eu não considero isso como uma ameaça porque a soberania do Estado Brasileiro se exerce onde os índios Yanomamis moram. Não vejo essa ameaça à vista, não. Existem os problemas de dissensões, de conflitos, como acontece em qualquer processo de mudança. Na própria demarcação de qualquer terra indígena sempre haverá uma etapa de conflito e, depois, de conciliação, de acomodação. Mas, seguindo as regras de acordo com a lei, eu acho que não há esse risco de ameaça, não. E as Forças Armadas não perderam a condição de poder atuar na faixa de fronteira, onde mora boa parte dos Yanomamis, do lado brasileiro. É mais uma questão também de afirmação da soberania nacional.

A última questão é do Senhor José Guilherme Soares: “*Qual o prospecto real de revitalização da indústria bélica brasileira e quais os materiais bélicos que teriam a melhor chance de serem produzidos, eficientemente, no Brasil?*”.

Parece-me que há sinalizações na questão do planejamento em longo prazo para a questão da revitalização. Nós vimos que o projeto do Professor Mangabeira está bem focado nessa questão e não deixou de lado a indústria bélica. Quanto aos materiais, parece-me claro que isso deve ser feito em função do que for definido sobre as hipóteses de seu emprego e, em função da prioridade em que essas hipóteses vão ser estabelecidas. Na verdade, vão ser levantadas hipóteses e a prioridade será de maiores ou menores riscos. Em função desses dois fatores, vai ser definido o que o Brasil tem que produzir e o que o Brasil pode produzir. Obviamente, na primeira linha, a prioridade será o que vai ser mais estimulado e receber mais incentivos do próprio governo. Eu não vou delinear isso aqui porque está em fase de estudo essa questão das hipóteses do próprio professor. Mas eu vejo nessa direção. Depois de definidas as hipóteses e as prioridades, em tese, aquelas prioritárias vão demandar as maiores necessidades de produção nacional. O que é importante nesse quadro é que o Estado precisa definir, com clareza, o que o torna menos vulnerável se produzir no país. Então, existe uma série de produtos que se forem produzidos no país não há problema nenhum, em pouco tempo é fácil construir a linha de produção, mas há outros produtos em que isso não acontece. Muitas vezes, isso leva dezenas de anos, no caso das produções mais sofisticadas. Então, é isso que nós temos que procurar definir, depois de estabelecidas as hipóteses e as prioridades. Obrigado.

José Caixeta Ribeiro – Moderador: Agradecemos ao Coronel Cortês e lamentamos não ter sido possível responder todas as outras perguntas diretamente, mas, ele pode ser procurado e encaminhará as respostas. Então, eu passo a palavra ao Professor Eliézer Rizzo para responder às perguntas que lhe foram formuladas nesses minutos restantes.

Eliézer Rizzo de Oliveira - Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas: Muito obrigado. Eu recebi uma pergunta do Benício Melo, da UnB, sobre o SIVAM, em que ele afirma

que esse sistema não tem uma gestão responsável com os instrumentos e ferramentas existentes. Eu me desculpo de só ler a questão. Eu não tenho condições de comentar como foi formulado o conceito que aparece. Eu não tenho conhecimento sobre isso. Eu me desculpo, mas eu não posso fazer outra coisa.

Eu recebi uma outra pergunta do Delegado da Polícia Federal Luis Carlos Cruz e ele comenta que, no Capítulo VI, em que eu propus as “Estratégias Militares”, eu não apresentei o evento do Desenvolvimento Nuclear para o Uso Militar, seja como elemento de propulsão, seja como armamento. Ele queria saber a minha opinião a respeito e se tal tema deveria ser explicitamente apresentado no Livro de Defesa.

Eu lembro que no Capítulo II, o último item diz: “Acesso à tecnologia de ponta, inclusive, nuclear, objetivos, métodos e empregos”. Há uma orientação vigente, no Brasil, até por imposição constitucional, que o Brasil é nuclearmente desarmado e tem compromissos internacionais nesse sentido. Eu penso que isso seja bom. Por quanto tempo, eu não sei, mas esse Livro de Defesa, tranquilamente, deve ser afirmativo quanto ao direito do Brasil de desenvolver tecnologia nuclear para fins pacíficos.

O Fernando Alcântara me pergunta sobre como falar, no Brasil, de uma Defesa Estratégica para a Defesa da Identidade Nacional, quando, atualmente, o povo brasileiro está buscando a sua identidade.

Eu creio que a identidade nacional é sempre um produto histórico em elaboração. Nós podemos pensar num Livro de Defesa sem equacionar muito a questão da defesa estratégica. Eu vou discordar um pouco de um conceito, que meu querido amigo Almirante Vidigal apresentou, no sentido de que a segurança e a defesa tendem a ser abrangentes demais. Por exemplo, no caso da segurança alimentar, ou seja, o direito que tem uma pessoa de usufruir de uma alimentação correta, periódica, certa, provavelmente, nós poderíamos usar a expressão “fruição do direito” e tiraríamos a questão da segurança. O problema é que nós colocamos tudo na mesma linha: a segurança médica, a segurança alimentar, a segurança nacional e a mesma palavra para segurança hemisférica. Eu não acho que o conceito seja tão abrangente assim. Eu tenho receio de

voltarmos a ter conceitos abrangentes demais que colocam um grande guarda-chuva no Brasil e tudo o que nós viermos a fazer terá que ser orientado no campo da defesa, isso não é bom. Quem sabe, nós tenhamos que começar a mudar as palavras e refinar os conceitos. Então, eu não vejo que a defesa estratégica tenha que estar ligada com a identidade nacional. Essa é uma questão cultural, histórica. Por vezes, nós colocamos nos Livros de Defesa que as Forças Armadas têm que defender nossos valores. O casamento imutável, como era há trinta anos, é um valor? Eu sou divorciado e casado outra vez, estou fora dessa. Os nossos filhos chegam à nossa idade de casamento com uma experiência que nós não tivemos há trinta anos. De que valores nós estamos falando? Precisamos tomar cuidado para não ficarmos muito conservadores nessas coisas. Agora, a identidade, a sobrevivência do Estado, a democracia, esses arranjos, são outros valores e, nesse caso, estamos de acordo.

Há duas perguntas vão na mesma direção e por isso eu as comento juntas. Uma é da Diplomata Isabele Araújo: “*Qual seria o papel do Ministério das Relações Exteriores na formulação do Livro de Defesa. Há necessidade de harmonização das duas áreas para que o livro possa ser formulado?*”.

Essa pergunta é muito interessante, até porque, eu sei que eu fui um pouco instigante com a área diplomática aqui, quanto ao estilo, mas não tanto quanto ao conteúdo.

E o Tenente Coronel Aviador Mauro Barbosa Silveira pergunta como eu visualizo a contribuição e participação dos Centros de Estudos das Universidades, incluindo as universidades, as áreas militares, as instituições públicas e não públicas na confecção do Livro de Defesa.

Abertamente. Por exemplo, por que não convidar uma pessoa de um desses centros, ou do Itamaraty, para fazer o que nós estamos fazendo aqui? Para por a “cara”, para propor, para dizer o que pensam. No processo de elaboração, como eu disse, a responsabilidade política é clara. Quem vai dizer o que entra ou o que não entra não é quem vem aqui propor, esse é o nosso papel. Eu tenho quase certeza de que a proposta que eu fiz aqui vai continuar sendo um simples estudo. Mas, é

esse o meu papel. O papel das universidades é esse também. Se elas quiserem agir com mais força institucional, vem um Reitor, vem um Representante da Universidade, ou da Escola de Guerra Naval e diz: “Achamos que a Ciência e a Tecnologia têm que ser assim”. Isso tem mais força do que uma contribuição individual. Seguramente.

Mas, o método que eu proponho é evitar a restrição burocrática dos funcionários do Estado que, tomados individualmente, podem ser muito virtuosos, mas que, enquanto corporação, se fecham para a sociedade civil. A sociedade civil tem que participar. Não há que ter medo recíproco. Uma vez alguém me disse assim: “Mas, não pode abrir demais porque se perde o controle”. Qual é o risco pessoal? A responsabilidade política é de quem vai escrever e vai aprovar e, quanto maior a participação, melhor. Eu me lembro que, na Assembléia Nacional Constituinte, foi um advogado importantíssimo, que depois foi Ministro da Justiça e, ele falou sobre Defesa Nacional. Ele não dominava o assunto e levou um baile do seu interlocutor que era um Oficial da Reserva, mas isso faz parte. Foi um Representante da UNE falar de Defesa Nacional. Qual é o problema? Qual é o problema? O MST está sendo convidado para falar na ESG. Qual é o problema? Eu estou achando que isso é bom. Há trinta anos, o Representante do MST só poderia ir se tivesse diploma universitário, o que era um corte. O Genuíno falou lá, e eu acho que o Genuíno não tem diploma universitário. Vejam que essas mudanças são favoráveis. O método que eu proponho é o mais aberto. As instituições citadas, e muitas outras, poderão participar desse processo, no meu modo de ver. Muito obrigado.

José Caixeta Ribeiro – Moderador: Encerrando essa Quinta Rodada de Mesas Paralelas sobre Segurança e Defesa, agradecemos, especialmente, aos nossos palestrantes e a todos que, com suas presenças, abrilhantaram esse evento. Convidamos a todos para um *coffee break* e, às 10h40min, iniciaremos a próxima rodada. Em seguida, passarei os Certificados de Participação aos nossos palestrantes. Obrigado.



MESA 2.5 RELAÇÕES INTERNACIONAIS: FRONTEIRAS

Repensando o Papel das Fronteiras

Lia Osorio Machado
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A Política Governamental para as Comunidades Brasileiras no Exterior

Mitzi Gurgel Valente da Costa
Ministério das Relações Exteriores

Fluxos Migratórios na América do Sul

Sabrina Evangelista Medeiros
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Repensando o Papel das Fronteiras

Rogério Vieira Rodrigues – Moderador: Dando continuidade aos nossos trabalhos, teremos a Mesa 2.5, que versará sobre o tema “Fronteiras”. Como palestrantes, convidamos: a Professora Lia Osório Machado, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Ministra Mitzel Gurgel Valente da Costa, do Ministério das Relações Exteriores e a Professora Sabrina Evangelista Medeiros, do Curso de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. Para que não percamos mais tempo, eu convido a Professora Lia Osório Machado para proferir a sua palestra intitulada: “Repensando o Papel das Fronteiras”.

Lia Osorio Machado – Universidade Federal do Rio de Janeiro: Bom dia a todos. Eu só devo esclarecer que essa primeira apresentação saiu de um projeto de pesquisa de alguns anos, na UFRJ, o Grupo RETIS. Nós fizemos novas bases do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira para o Ministério da Integração Nacional, em 2005, e foi publicado um livro.

O Marco Legal da Faixa de Fronteira é de 150 km a partir do limite internacional, como área de segurança nacional e foi criado em 1979, no Regime Militar. O fato de ser área de segurança nacional não é uma peculiaridade do Regime Militar. É uma coisa que vem desde os romanos, mas isso foi regulamentado pela Lei 6.634/79. A Constituição de 88 confirmou o polígono de 150 km a partir do limite internacional como *faixa de fronteira*, em 1988, e o Conselho de Defesa Nacional definiu os critérios e condições de utilização da Faixa de Fronteira, conforme a Lei 8.183/91.

Aqui temos alguns dados básicos: São mais de 16 mil quilômetros de faixa de fronteira e temos limites com 10 países, sendo 56% de água e

44% de linha seca. A faixa de fronteira representa 27% do território nacional, incluindo 588 municípios, 11 Estados da Federação e 10 milhões de habitantes, sendo que 75% dos limites continentais correspondem à Amazônia Legal.

É importante destacar que a população não é distribuída equitativamente na fronteira. A parte sul, que nós vamos chamar de “Arco Sul” é extensamente povoada e tem municípios menores, por isso é mais estreita.

Eu chamei essa parte da minha apresentação de “Os dilemas”. Ao contrário do que o Professor Unger falou ontem, eu acho que a realidade é uma coisa bastante desconhecida no Brasil. Quase ninguém vai a campo. Outro dia, até para a minha surpresa, a Polícia Federal disse que ia colocar câmeras no Rio Solimões. Quem conhece a Amazônia e o Rio Solimões, vê que essa é uma ação ridícula porque você não pode controlar o tráfico de drogas colocando uma câmera no Rio Solimões. Então, a ignorância é enorme e a falação muito grande.

Essa é a modificação do Marco Legal da Faixa de Fronteira. Os principais interessados na esfera nacional e internacional são o Ministério das Minas e Energia e as firmas mineradoras nacionais e internacionais. Os principais interessados na esfera local são os investidores potenciais dos países vizinhos em cidades e regiões fronteiriças brasileiras. Num outro encontro, eu vi uma moça defender a redução da largura da Faixa de Fronteira de 150 km para 50 km. Nós da Rede RETIS fizemos todo um trabalho a esse respeito e achamos que isso não deve ser feito. Nós não devemos afinar a região de fronteira, uma vez que ela pode ser uma região de desenvolvimento, como nós propomos. Então, se você quer muito colocar as empresas, você, apenas, pode mudar o critério.

O dilema em termos de mineração é o aumento do PIB das exportações do país, de um modo geral, versus o paradigma de segurança nacional da Faixa de Fronteira. Esse é o dilema. Cada um deles é um dilema, na verdade, e alguém terá que negociar e tomar a decisão.

Isso aqui que vocês estão vendo em vermelho são todos os pedidos de Licença de Lavra, de pesquisa, aqui, no Rio Grande do Sul. 55% são

pedidos de ouro. A área mais densamente solicitada é, na verdade, o Estado do Pará, mas, nessa parte cinza clara aqui, é a faixa de 50 km. Então, se você reduzir a faixa de 50 km, ainda assim, você não libera, a não ser mudando os critérios, a possibilidade de empresas estrangeiras terem mais de 50% das ações e terem a empresa mineradora.

A segunda questão é a interpenetração entre Segurança Interna (nacional) e Segurança Externa (internacional). A minha interpretação é que quem mais manda no Brasil, em relação à fronteira, é a Receita Federal, a Fronteira Aduaneira, a Polícia Federal e o Ministério da Justiça. As Forças Armadas perderam prestígio depois do final do Regime Militar, então, com isso elas tiveram pouca voz em defender a sua visão. O mesmo vale para o Itamaraty. Antigamente, o Itamaraty ficava no que se chamava de alto nível das relações internacionais ou de Segurança Nacional. Hoje, já não é mais assim e a Polícia Federal e a Receita Federal ganharam força.

Então, qual é a interpenetração do exterior? Isso é uma questão extremamente importante porque, há mais de 20 anos, os americanos estão pressionando as Forças Militares, que constituem uma organização muito eficiente e que têm um serviço de inteligência própria, para entrarem na questão do tráfico de drogas. Depois de 2001, eles associaram o tráfico de drogas com o terrorismo. Então, há uma pressão muito grande nesse sentido de transformar o Exército em Polícia, coisa que teria que se mudar a Constituição porque a função constitucional do Exército não é de polícia e acho que não devemos ir contra a Carta Constitucional. Os principais interessados são os órgãos de segurança.

O americano pensa diferente de nós; ele pensa direto; ele quer uma coisa que resolva; ele não está muito preocupado se isso está na Constituição ou não. Ele está preocupado em que haja ação. Um exemplo é a Operação Cobra com a Colômbia.

O maior dilema é a manutenção da função constitucional de defesa (segurança nacional) versus maiores verbas, justificadas por novas funções e contra a pressão de potências hegemônicas. Um exemplo é o que está acontecendo com o Projeto Calha Norte. Na verdade, se você quer mais dinheiro, você ganha dinheiro para o Calha Norte e, em troca, você aumenta mais a sua função de polícia. Isso está sendo feito agora

para o Programa Calha Norte. Essa aqui é a linha do Calha Norte, meio aproximada. Como vocês estão vendo aqui, esse programa se estendeu até Rondônia. Essa idéia de fazer fortificação e colonização e novas bases aqui já é muito antiga. Em amarelo, nós temos as que são pelotões. Essas aqui, em rosa, são as que são em sedes municipais.

Esse mapa mostra essa pesquisa que nasceu do tráfico de drogas, lavagem de dinheiro na Amazônia. Eu consegui provar, através do Banco Central, e isso evolui para a questão da fronteira porque, infelizmente, a fronteira brasileira é considerada área marginal, ou seja, uma área onde entra tudo de ruim. Na verdade, todo o território nacional e internacional, hoje, é campo aberto para o tráfico e para a lavagem de dinheiro. Brasília, por exemplo, é um dos maiores centros distribuidores de droga do Brasil e da América do Sul, mas poucas pessoas olham isso de forma marginal.

Aqui estão os principais locais de entrada de drogas. O Governo Americano, com a ajuda das Nações Unidas, com bastante dinheiro e eficiência, mapeiam e monitoram todo o aumento e redução da área de drogas no país, especialmente, a cocaína. Houve um deslocamento dos laboratórios para o Brasil. Nós estamos importando pasta de cocaína. Antes, era pó de cocaína e vários desses laboratórios aparecem, não só na fronteira, mas em todo o Rio de Janeiro e em São Paulo também.

O terceiro dilema envolve a questão das terras indígenas nas Faixas de Fronteira e a Segurança Nacional. Aquele vazio de população que vocês viram no mapa de densidade demográfica é área indígena de baixa densidade. O Exército nunca aceitou, e a Forças Armadas aceitaram a contra gosto, a questão das áreas indígenas. Mas, eu quero lembrar que o Rondon que criou o Serviço de Proteção aos Índios, em 1910, era militar e tinha uma visão, às vezes, até mais inteligente do que a atual, porque, quando ele fez isso, ele pensou em termos de fronteira. Nós tínhamos perdido uma fronteira numa arbitragem com a Guiana Inglesa, exatamente porque houve uma ação dos ingleses em relação aos indígenas na Guiana. Então, como positivista que era, o Rondon dizia: “A fronteira brasileira tem que ter terra indígena sob tutela do Estado”. Então, a terra indígena já tinha sido prevista por ele como uma forma de tratar essa ambigüidade. A Constituição de 88 reafirma o Direito Originário dos Povos Indígenas, o que é uma coisa absurda, mas que está na

Constituição também. Com isso, você tendo esse Direito Originário, como é que fica a questão do Estado Nacional e da Segurança Nacional? Como você subordinaria um ao outro? Através da idéia de tutela, que era muito cara aos positivistas. Então, o dilema é cumprir a Constituição Federal, que dá o direito originário, e a interferência de organizações internacionais de fronteiras que apóiam os indígenas e o receio de secessão territorial.

Essas aqui são as terras indígenas. Realmente, elas são muito extensas. Eu acho que o Brasil é o único país que conseguiu fazer isso. O americano, para resolver o problema do direito originário, transformou todas as terras indígenas em área de cassinos. Os índios ficaram contentes com isso porque estão ganhando dinheiro. Nós somos mais sérios.

Aqui é a territorialidade, ou seja, o percentual de população indígena em relação à população total, que se estende além dos territórios indígenas criados. Em vermelho, são áreas indígenas dos países vizinhos que existem muito antes de se formar o limite internacional e onde há trocas entre os dois lados. Há uma mobilidade indígena muito antiga que é respeitada.

Um outro dilema são as Terras Indígenas e Frentes Pioneiras Não-indígenas. O grande problema é a retirada de proprietários, posseiros, madeireiros etc. É o caso, agora, da Raposa Serra do Sol, em que a Polícia Federal vai, finalmente, retirar os fazendeiros, mas o Exército já conseguiu uma vitória dizendo que as estradas federais e a base teriam que ficar mesmo dentro da terra indígena. Essa é uma coisa que, anteriormente, as organizações indígenas não apoiavam. Essa mudança de posicionamento das organizações indígenas teve muito a ver com a ação social do Estado. O próprio Exército quando ele vai lá e faz serviços para a população, passa a fazer parte do horizonte da população indígena como alguém a quem ela pode pedir apoio. Também há problemas com as mulheres, mas é importante o Exército ter esse papel social local.

O dilema é a invasão de terras indígenas e o conflito entre indígenas, como, por exemplo, no caso da Raposa Serra do Sol, em que uma parte

dos indígenas trabalha nas terras dos arrozeiros. No Governo Fernando Henrique, eles quiseram fazer uma zona tampão ao longo da linha de fronteira, entre os parques nacionais e as terras indígenas. Quando eles fizeram isso, eles também eram contra a invasão das Frentes Pioneiras internas do país, para não criar problema com os indígenas e não destruir a floresta.

Esse é o caso da Raposa Serra do Sol, que se sobrepõe ao município de Uiramutã. Aqui tudo é uma área de mobilidade indígena e aqui é Boa Vista, a capital de Roraima. Essa é uma área fascinante porque mostra, exatamente, todos os dilemas que você tem somente numa pequena área da fronteira.

A fronteira econômica pode não coincidir com a fronteira política. Esse é o caso da zona de fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai, em que nós temos o problema da migração. Eu não vou entrar muito nesse tema porque a Sabrina vai falar dos fluxos de migratórios, inclusive, o grande interesse é a economia de arbitragem que tem de cada lado da linha de fronteira. A Economia de Arbitragem é você aproveitar da diferença de regulação entre um estado e outro no limite, então, é um lugar muito específico estrategicamente, falando na forma antiga. Quando eles têm uma baixa nessa Economia de Arbitragem, isso se reflete no valor da moeda, no tipo de repressão e isso vale para drogas, para o tráfico de armas, para contrabando e também para atividades legais.

Companhias querem vir para o lado brasileiro e não podem, porque você teria que ter maioria de acionistas brasileiros, mesmo que sejam pequenas firmas locais. Então, desse ponto de vista, o critério não é bom para o desenvolvimento regional da faixa de fronteira. Eles nos consideram imperialistas de segunda ordem, ou seja, os Estados Unidos seriam os imperialistas de primeira ordem, e eles nos consideram, muitas das vezes, como segunda ordem porque nós nos subordinamos aos Estados Unidos e fazemos o papel indireto.

Esse é o percentual da população brasileira por província da Bolívia. Aqui nós temos a área de Santa Cruz, onde tem a área da soja. Isso aqui é no Paraguai. É a mesma coisa. A nossa nova entrada é de empresas de amido, oleaginosas etc. O Zeca do PT também comprou as terras aqui

desse lado, para ele colocar as suas fazendas de madeira e de gado. O objetivo é exploração de madeira e criação de gado.

Isso é uma coisa ambígua. Esse é um dilema porque, tanto para o próprio Paraguai, quanto para a Bolívia, o fato de nós termos entrado lá e plantado soja melhorou a pauta de exportação deles e, portanto, o dinheiro que eles ganham. Então, eles querem ser nacionalistas, mas, ao mesmo tempo, não querem mais expulsar os brasileiros que também entram lá como uma espécie de representação da modernidade. Então, para eles, essa é uma situação ambígua e difícil de resolver. Aqui tudo é uma área principal de produção de maconha, que é totalmente explorada pelos brasileiros, embora plantada pelos paraguaios. Então, isso também não é legal.

Esse é o campo de soja. Esse aqui é o lado do Paraguai e esse é o do Brasil. Esse é o Marco de Fronteira. Todo esse campo de soja pertence a um fazendeiro brasileiro. Então, você vê que o Marco de Fronteira não tem muito sentido.

E, finalmente, a interferência de terceiros países e o transbordamento de empresas e população com a entrada de empresas madeireiras peruanas em parte nacionais e estaduais e fora as rotas de tráfico. Aqui estão todas as setas mostrando o trabalho de um antropólogo, muito interessante e atualíssimo, que, provavelmente, vai fazer com que Cruzeiro do Sul, que estava decaída depois do escândalo do Acre, há alguns anos atrás, vai crescer de novo porque todas as linhas estão voltando para cá, indo pela BR e depois pelos rios até Manaus. O transporte da droga é multimodal.

Para finalizar, então, nós fizemos essa proposta de desenvolvimento da Faixa de Fronteira, onde nós dividimos em três arcos: norte, central e sul. Fizemos uma regionalização. Obviamente, qualquer regionalização é de curto prazo porque há uma mudança do comportamento das variáveis, dependendo do lugar, a curto, médio e longo prazo. Mas, era um retrato e uma forma de fazer com que a Câmara dos Deputados, quando votasse o dinheiro para as suas emendas, tivesse uma orientação. É claro que eles desobedeceram isso tudo, não adiantou nada porque eles desconsideraram as nossas orientações e acabaram fazendo obras no meio urbano porque são mais visíveis.

A última questão que eu queria abordar são as cidades gêmeas. Nós sugerimos que houvesse concentração de investimentos, no âmbito do Comitê de Fronteira, nas cidades gêmeas, onde se reúnem várias pessoas de forma descentralizada. Nesse sentido, representantes do Ministério das Relações Exteriores deveriam estar envolvidos nesse processo. Nós temos os Cônsules, do outro lado, que são excelentes, mas que não têm chances de falar porque parece que estão exilados. Aqui, em cores, nós temos as cidades gêmeas, no Oiapoque, por exemplo, onde a criação de uma infra-estrutura é fundamental do ponto de vista de integração também. É uma questão de identidade. A maior preocupação dos americanos são os mulçumanos da tríplice fronteira. Aqui é a Praça do Paraguai, em Dourados, que não é na Linha de Fronteira, mas é na faixa de fronteira. Aqui é a migração sulina que se apropriou do Tererê, mas eles vivem em paz relativa. A Aldeia Ticus em Tabatinga onde todos já assistem televisão é uma aldeia indígena urbana.

Para encerrar, a única coisa que eu queria dizer é que, há séculos, quando os portugueses e os espanhóis resolveram fazer divisão das áreas espanholas e portuguesas, eles tinham pensado primeiro em fazer só a fortificação e um dos caras que eles mandaram aqui foi o Jerônimo de Noronha. Ele falou o seguinte: “Olha, em curto prazo, simbolicamente, o forte pode ter um peso, mas, verdadeiramente, nós temos que pensar em longo prazo e longo prazo é povoamento”. Isso já faz quase quatrocentos anos, na verdade, e hoje, o Instituto Santa Fé, por exemplo, trabalha com toda essa complexidade e tem ajudado muito as grandes empresas. O Estado Brasileiro poderia aprender com eles e não falar de estratégia, mas controle distribuído. É impossível você dizer que poder e controle são a mesma coisa. Você tem poder, mas você pode não controlar nada. Então, nesse sentido, o controle distribuído é o que permite, com a ajuda da população, que você, efetivamente, possa defender o território nacional. Obrigado.

Rogério Vieira Rodrigues – Moderador Muito obrigado, professora. Vamos passar agora para a palestra da Ministra Mitzi Gurgel Valente da Costa sobre o tema “A Política Governamental para as Comunidades Brasileiras no Exterior”.

A Política Governamental para as Comunidades Brasileiras no Exterior

Mitzi Gurgel Valente da Costa – Ministério das Relações Exteriores:
Muito obrigada. Bom dia a todos. Primeiro eu queria dizer que é uma grande honra estar aqui presente para poder fazer uma exposição sobre as diferentes iniciativas que o Itamaraty está tomando na área de assistência consular. Eu queria também agradecer a presença de algumas pessoas, rostos conhecidos que eu vejo aqui e agradeço o carinho.

Minha apresentação vai ser distribuída em três partes. Primeiro, vou fazer uma rápida introdução para mostrar o tamanho, os problemas e a magnitude da presença brasileira no exterior. Depois, vou mostrar o que o Itamaraty está fazendo internamente para fazer frente a essa crescente diáspora brasileira que está residindo agora no exterior. E, por último, o que nós estamos fazendo internacionalmente para tentar atender, da melhor maneira possível, aos expatriados.

Em primeiro lugar, existem estimativas, na melhor das hipóteses, números vagamente informados a respeito do tamanho da nossa diáspora brasileira no exterior. No presente momento, atuamos com uma média de 3,5 a 4 milhões de brasileiros residindo no exterior. Hoje em dia, mais da metade desses brasileiros está residindo nesses países ilegalmente, ou irregularmente, dependendo do ponto de vista. Muitos deles estão ou sem documento ou sem a permissão de trabalho, residindo ilegalmente de alguma maneira, enfim, mais afastados do dia a dia da vida no exterior. A maior parte desses brasileiros se concentra nos Estados Unidos. Temos, mais ou menos, 1,5 milhões de pessoas nos Estados Unidos. Depois, vem o Paraguai com 300 a 400 mil pessoas; e o Japão, com 340 mil pessoas. Esse é um número impreciso porque, em

princípio, não há estrangeiros residindo ilegalmente no Japão. O restante dos brasileiros que vive no exterior está espalhado por vários países da Europa e em outros países fronteiriços aqui perto.

A contribuição desses brasileiros para a economia brasileira é extremamente importante. Nos últimos cinco anos, eles pararam de mandar o que nós chamamos de “migradólares”, ou seja, as remessas dessas pessoas para as suas famílias. No Brasil, esse montante de remessas subiu de 2,5 bilhões em 2003 para 7,4 milhões agora em 2006. Então, é muito dinheiro que vem para auxiliar os familiares que ficam aqui, no Brasil. Essa contribuição dessas pessoas que estão no exterior, remetendo esses recursos aqui para o Brasil para auxiliar as famílias é muito importante. Com base nesse crescimento da presença brasileira no exterior, o Itamaraty tem tentado fazer frente a isso.

Essa crescente emigração começou a partir dos anos 90 e, muito provavelmente, as pessoas foram impulsionadas por dificuldades financeiras econômicas internas aqui do Brasil. Eles foram indo embora, aos poucos, e nós passamos de ser um país de imigração para um país de emigração de brasileiros e de mão de obra, de um modo geral. É claro que essa partida dos brasileiros traz no seu bojo uma série de dificuldades que temos que tentar resolver da melhor maneira possível. É nesse sentido que entra a parte de assistência consular a brasileiros. Internamente, o Itamaraty, ciente dessa crescente demanda da nossa diáspora no exterior, tem tomado uma série de medidas. A primeira medida, em parte, é porque nós já estávamos vendo que não estava dando para auxiliar os brasileiros no exterior de maneira correta, em parte, por uma recomendação que veio de uma CPI que houve sobre emigração, no Congresso Nacional. Nós criamos uma estrutura, especificamente, dentro do Itamaraty, ampliamos essa estrutura e criamos uma Subsecretaria de Comunidades de Brasileiros no Exterior. Temos hoje dois departamentos no Itamaraty, um dos quais eu chefei, que é o Departamento de Estrangeiros que lida com toda parte de imigração de estrangeiros aqui para o Brasil, vistos e toda a parte de acordos internacionais na área jurídica que nós negociamos, para facilitar a vida dos estrangeiros. Então, lidamos com a questão da extradição, transferência de presos, acordos de cooperação jurídica etc. e uma parte de atos internacionais diversos.

A outra parte, que é a parte talvez mais importante no que se refere aos brasileiros no exterior, está ligada ao Departamento de Comunidades Brasileiras. Esse Departamento tem uma Divisão de Passaportes, que é extremamente importante, e há uma outra que cuida de assistência consular. Se tem alguém que foi preso, alguém que morreu, alguém que foi roubado, que está em dificuldades financeiras, etc., nós tentamos ajudar da melhor maneira possível, na medida dos recursos financeiros que nós temos o atendimento aos brasileiros no exterior.

Nós também embarcamos num amplo processo de reforma e modernização do atendimento consular. O que nós visamos é atender, o mais rapidamente possível, no menor prazo de tempo possível, às demandas diferentes dos brasileiros no exterior. No presente momento, nós temos dificuldades em termos de pessoal, de espaço físico etc. Com esse sistema integrado, nós pretendemos fazer muito mais rápido os diferentes papéis que os brasileiros precisam no exterior. Como vocês devem saber, o passaporte brasileiro, agora, está sendo mudado. Nós vamos ter muito mais itens de segurança para podermos adaptar às normas internacionais de segurança estabelecidas pela Organização de Aviação Civil Internacional –ICAO, que é uma Agência ligada às Nações Unidas. É aquele passaporte que pode passar numa maquininha e você consegue ler todos os dados da pessoa, etc. Tem muito mais dados de segurança porque o passaporte brasileiro é extremamente visado no exterior para roubo, falsificação, etc. Por quê? Porque somos um país extremamente variado, temos todos os tipos de pessoas, etnias, rostos de diferentes tamanhos, cores etc. É muito fácil, então, você dizer que alguém com traços orientais seja um brasileiro, ou alguém com traços árabes seja brasileiro. Então, os passaportes de brasileiros são muito visados.

Isso nos facilitará, em princípio, a ida e vinda e identificação dos brasileiros. Então, com esse novo sistema, o que se espera é que alguém que precise de um passaporte num posto qualquer no exterior possa ir ao consulado, sentar em frente de uma máquina, preencher todos os dados necessários para o passaporte, apresentar os documentos ao consulado e pagar a taxa consular. No que ele volta, nós já teremos feito internamente, uma consulta à Receita Federal, ao TSE, ao Ministério da Defesa para saber se eles estão em dia com todas as suas obrigações,

como por exemplo, com o serviço militar (no caso dos homens), com a Receita Federal, Registro Eleitoral, etc. Tendo feito isso, nós podemos emitir um passaporte novo em meia hora no máximo. Nós colhemos as impressões digitais, a foto digital e emitimos o passaporte. Hoje em dia, a não ser que seja uma emergência, a emissão de um passaporte normal demora, às vezes, cinco dias ou mais, a não ser que seja uma emergência. Então, essa é uma das perninhos do sistema computadorizado que estamos implementando.

O outro visa padronizar e facilitar toda a emissão dos outros documentos que são necessários no exterior, como por exemplo certidão de nascimento, casamento, óbito, procurações e etc. Também será tudo feito através de computador. Os diferentes consulados brasileiros terão dados referentes aos brasileiros residentes no exterior e vai ser muito mais fácil emitir esse tipo de documento. Isso tudo vai ser feito com um alto padrão de segurança e no novo papel especial que está sendo impresso pela Casa da Moeda. Enfim, estamos tentando aumentar, ao máximo, a eficiência dos nossos Consulados, com as poucas pessoas que temos.

O Sistema de Matrícula Consular é algo que está sendo implementado agora. Ele existe somente nos Estados Unidos, com a possibilidade de ser expandido para o resto do mundo e vai ajudar muito aqueles brasileiros que não têm documentos. São aqueles brasileiros que chegam a um país no exterior, “comem” o passaporte, jogam no lixo, trituram o passaporte de alguma maneira para que eles não sejam caracterizados como ilegais. Eles ficam sem documentos e acabam tendo uma série de problemas. Por exemplo, não podem abrir contas em banco, não podem alugar carro e têm uma série de dificuldades.

Essa Carteira Consular corresponderia, mais ou menos, a uma carteira de identidade, emitida, somente, para brasileiros em cada jurisdição consular. Isso facilitaria a vida dessas pessoas, por exemplo, para abrirem contas em bancos etc. É uma pequena identidade com foto, endereço e o status de brasileiro etc. Não entramos no mérito se eles são ilegais ou não porque isso não nos compete.

Por último, há o Portal Consular que é extremamente importante. Ele já está no ar. É um sistema de consulta interativo que vai permitir que qualquer brasileiro no exterior, ou no Brasil, acesse esse portal, faça pergunta, se for o caso: “Eu preciso saber o que é necessário para tirar um passaporte em tal lugar”. Vai ter lá as informações. As pessoas vão poder mandar e-mails e que serão respondidos, com diversos outros problemas: “Tenho um problema. Estou residindo aqui ilegalmente e não tenho o que comer. O que eu faço?”. Esse, talvez, seja o que mais vai ajudar para a população em termos de ter acesso às informações e aos serviços consulares. Então, há links para todas as outras páginas da Web, de todos os outros postos, cada um com informações sobre eventos culturais, necessidades, problemas: Vai ter um furacão, o que fazer? Teve um terremoto, onde pedir ajuda? Onde se cadastrar? Enfim, cada posto vai ter a sua peculiaridade e mostrar os eventos brasileiros que estão ocorrendo nos diferentes postos. Então, esse é o Portal Consular.

Nesse Portal Consular, nós temos também o “Fale Conosco”, que é essa interação que pode haver entre as pessoas que estão no Brasil, e no exterior, com o Ministério das Relações Exteriores, em que vocês podem fazer perguntas para que, eventualmente, nós possamos responder. Além disso, nós também estamos aumentando, substancialmente, o número de postos no exterior, tanto Embaixadas quanto Consulados. Então, tem toda uma gama de lugares do mundo, China, Índia, aqui nas fronteiras, Estados Unidos, Europa, África, em que estamos abrindo mais consulados para tentar facilitar ao máximo e melhor atender a população brasileira. Nós sabemos que há postos, especialmente, na Europa e Estados Unidos, onde há filas de pessoas, tanto brasileiros quanto estrangeiros, esperando atendimento consular. Nós estamos tentando combater isso bravamente porque não é condigno e não ajuda aos brasileiros. Um sistema de senhas não é aceitável. Então, nesse sentido, estamos tentando ampliar as áreas dos principais consulados para atender condignamente os brasileiros no exterior e aqui no Brasil também.

No que se refere ao exterior, o Brasil tem entrado em uma série de negociações internacionais para atender à comunidade brasileira. No caso das fronteiras, por exemplo, temos vários acordos bilaterais ou no âmbito do MERCOSUL para regularização migratória. O que é isso? Nós temos um substancial contingente de brasileiros, especialmente, no

Paraguai e na Bolívia, que residem há dez, vinte, trinta anos, em fazendas nesses países. Eles moram lá com suas famílias, netos etc., que não estão bem regularizados, ou por uma questão fundiária ou, literalmente, por uma questão de imigração, porque não estão lá legalmente. São aceitos do lado de lá, da mesma maneira que nós aceitamos os paraguaios, bolivianos e outros nacionais da América do Sul aqui no Brasil, mas de uma maneira semi-informal. Então, esses acordos de regularização migratória visam regularizar, literalmente, essas pessoas, para que elas possam gozar de todos os direitos civis que lhes compete, além de terem, efetivamente, um papel que lhes garanta a posse da terra em que eles estão trabalhando há dez, vinte ou trinta anos. Só para os senhores terem uma idéia, 94% da soja produzida no Paraguai é produzida por brasileiros. Esse é um dado importante, economicamente, não só para os paraguaios, como para os brasileiros que residem no Paraguai e que estão vivendo desse comércio. Mais ou menos, 60% da soja produzida na Bolívia também é produzida por brasileiros.

Nós já estamos fazendo, já há quase dez anos, consulados itinerantes. O que é isso? Nós pegamos várias pessoas dos consulados que estão fixos nas cidades fronteiriças, ou então, nos Estados Unidos e na Europa, em menor proporção, para irem para cidades do interior onde nós sabemos que há uma grande concentração de brasileiros. Muitos deles estão em situação econômica não muito privilegiada, então, não têm capacidade ou recursos financeiros de ir até a cidade para registrarem os filhos, registrarem o casamento, o óbito, ou seja o que for. Então, nós nos deslocamos até essas cidades para prestar esse apoio. Isso tem sido muito importante para as pessoas que estão ilegalmente nesses países e, para as pessoas que, como eu já mencionei, têm poucos recursos financeiros.

Nós também temos feito acordos de dispensa de documentos de viagem com países do MERCOSUL, especificamente. O que isso quer dizer? Como muitos de vocês sabem, vocês podem ir aos países do MERCOSUL só portando a Carteira de Identidade. Atenção. É só a Carteira de Identidade verde. As carteiras funcionais, como as da OAB etc., não são aceitas. É muito importante lembrar isso sempre. Essa foi uma determinação do Brasil e não deles do outro lado, porque é a

carteira mais difundida, é a mais fácil de se ter e existem inúmeras outras carteiras que não são, exatamente, consideradas da maior segurança. Então, só a verde funciona. Mas, de qualquer maneira, o brasileiro pode atravessar a fronteira sem maiores problemas, sem muita burocracia.

Tivemos alguns problemas com isso, mas já estão sendo sanados. Por exemplo, uma pessoa com sessenta anos que ainda usa a carteira de identidade emitida em 1940, ainda jovem, e depois tenta passar para outro país, só que sua aparência é totalmente diferente, com cabelos brancos, rosto todo cheio de rugas etc., então, é um pouco difícil reconhecer quem é quem. Os uruguaios e os argentinos, especificamente, estavam criando problemas por isso. Agora, acabamos de fechar um acordo em que, se é uma carteira de 1930, a pessoa tem que apresentar qualquer outra carteira junto com essa, como a Carteira de Motorista, Carteira da OAB, em que seja possível identificar seu rosto claramente porque isso estava complicando a vida dos brasileiros que queriam passar a fronteira.

Estamos também finalizando vários acordos de Previdência Social ou de Seguridade Social no âmbito do MERCOSUL, que vão permitir, por exemplo, que um brasileiro que trabalhou aqui 10 anos, depois foi para o Paraguai e trabalhou mais cinco anos lá e depois foi para a Bolívia trabalhar por mais 15 anos, no dia em que ele vier a se aposentar, ele vai poder receber da parte brasileira aquilo que lhe compete e da parte paraguaia e boliviana aquilo que lhe compete. A mesma coisa é válida para esses nacionais que vêm para o Brasil. Eles vêm para o Brasil, trabalham vinte anos pela previdência brasileira e o resto do tempo onde eles mais tiverem residido. Isso também se aplica no âmbito do MERCOSUL e temos a mesma coisa nas comunidades ibero-americanas. Então, são todos os países da América do Sul, Portugal, Espanha e Andorra. Andorra também entrou nesse acordo. Ele ainda está na fase final de negociação, mas vai permitir o mesmo tipo de tratamento. Então, o brasileiro que hoje reside aqui, trabalhou dez anos, trabalha mais vinte e vai poder receber vinte anos pela Espanha e dez anos pelo Brasil no dia em que se aposentar. Então, isso é um importante mecanismo de apoio ao trabalhador brasileiro que está no exterior.

Nós também temos negociado uma série de acordos de transferências de presos, de extradição, de assistência consular para facilitar a vida dos brasileiros no exterior. Temos uns dois mil e seiscentos brasileiros em prisões em diferentes lugares do mundo. Esses podem ser assistidos com o Programa de Transferência de Presos. Então, em vez de ficarem no Japão, eles vêm para cá cumprir a pena. Essas negociações vão sendo feitas paulatinamente. Também a extradição permite que o estrangeiro que tenha cometido algum crime fora do Brasil seja extraditado e isso facilita e agiliza os trâmites consulares necessários.

Nós também temos promovido reuniões de coordenação consular do Itamaraty juntamente com os Consulados do Exterior. Por exemplo, eu acabei de voltar de uma nos Estados Unidos, em que todos os novos Cônsules Brasileiros nos Estados Unidos se reuniram durante dois dias para discutirem os problemas específicos da diáspora brasileira nos Estados Unidos, avaliando quais são esses problemas e qual é a melhor maneira de resolvê-los. A mesma coisa fazemos na Europa e na Ásia, na medida das nossas possibilidades financeiras.

Criamos também um Conselho de Cidadãos que se reúne em cada país, geralmente, onde há ou Consulado ou Embaixada com setor consular. Eles se reúnem para discutir problemas da comunidade brasileira junto com os diplomatas das missões ou dos consulados. Temos advogados, trabalhadores legais, ilegais, religiosos, ONGs, todos os representantes das comunidades brasileiras se reúnem para discutir os problemas e tentar ver as possíveis soluções. Alguns dos problemas são insolúveis; outros nós podemos ajudar de alguma maneira e é isso que tentamos fazer.

Temos, também, várias iniciativas, no âmbito cultural e educacional, que ajudam muito a integrar os brasileiros que estão, especialmente, na Faixa de Fronteira. Então, já que estamos falando de fronteiras, há iniciativas maiores no âmbito de política brasileira como um todo. São ações pontuais, mas nós tentamos replicar o que nós chamamos de “Best Practices”, que são melhores práticas. Por exemplo, uma senhora pegou todos os guardas de trânsito da cidade de Rivera e levou-os para a Universidade de Santa Maria, onde eles ficaram sete dias, fazendo curso intensivo de português. Eles se juntaram aos guardas de trânsito

brasileiros para controlar o trânsito e voltaram maravilhados, encantados com o Brasil. Qual é o resultado de uma ação como essa? Há uma maior interação entre os dois países e a comunidade brasileira, do lado de cá da fronteira, percebe que os nossos vizinhos não são tão ruins assim.

Outras atividades que nós estamos desenvolvendo visam à integração com as comunidades indígenas. Como a Professora Lia falou, as fronteiras físicas deles nem sempre são iguais às nossas fronteiras físicas, então, estamos tentando criar um sistema de reconhecimento de certas tribos indígenas e esses vão poder entrar e sair dos diferentes territórios, como eles sempre fizeram, tradicionalmente. Eles poderão, então, vir aqui para o Brasil para estudar ou ter atendimento médico e nós poderemos ir para o outro lado estudar e ter atendimento médico. Então, há uma série de atividades que estão sendo colocadas em movimento. Muito obrigada.

Rogério Vieira Rodrigues – Moderador: Agradecemos a palestra da Diplomata Mitzi Gurgel Valente da Costa e, passamos, imediatamente, à palestra da Professora Sabrina Evangelista Medeiros que falará sobre o tema “Fluxos Migratórios na América do Sul”.

Fluxos Migratórios na América do Sul

Sabrina Evangelista Medeiros – Universidade Federal do Rio de Janeiro: Em primeiro lugar, muito obrigado a todos pela presença e pela honra de participar dessa Mesa. E muito obrigada, também, à organização do evento, sobretudo, por ter mostrado a ampliação que vem sofrendo o tema nos últimos dez anos, o que demonstra o quanto produtiva é a cooperação entre as Forças Armadas e a sociedade civil, a academia e as instituições públicas. Eu fico muito satisfeita em poder participar desse evento, também, por essa razão.

O meu tema – Fluxos Migratórios – é um tema com o qual eu não tenho tido, ultimamente, muita proximidade. O tema fez parte da minha vida nos últimos quatro anos, pelo menos, mas, esse último ano eu tenho me dedicado, especialmente, ao tema da cooperação. Quanto aos fluxos migratórios me interessa, hoje, especialmente, todos os trâmites cooperativos ou cooperativistas que tangem a situação de pessoas, de bens e de serviços. Então, a minha fala, naturalmente, vai ter um tanto do meu recente interesse nos acordos internacionais, a progressiva internacionalização do Brasil e a maneira pela qual as instituições e a legislação brasileira lidam com o tema.

Eu peço desculpas pela ausência da apresentação. Eu trouxe uma apresentação em inglês, eu não sei se interessa colocá-la. Eu coloquei antes, ali, uma ilustração, um mapa. Mas, diante dos mapas do porte da Lia Osorio, eu creio que essa ilustração minha é bastante pobre e, certamente, dispensável. A idéia fundamental é tratar do tema das migrações, um tema não somente perigoso, pernicioso, como um tema que aparece como consequência de um desvio de conduta institucional. Quer dizer, a migração não é um problema das instituições ou dos países em que a instabilidade deu lugar ou tomou o lugar da estabilidade e da segurança.

A idéia fundamental do tema das migrações para a América do Sul nasce, naturalmente, de uma mudança da perspectiva das relações internacionais do Brasil. Quer dizer, nos últimos anos, nós observamos que a política das relações exteriores tem uma priorização clara do que nós chamamos Eixo Sul-Sul. Então, ao se falar de migrações, hoje, é preciso que se fale de uma nova perspectiva de fronteiras que está, naturalmente, aliada a uma diretriz de governo que nos últimos dez anos tem se voltado aos países do eixo do hemisfério sul. A idéia de parcerias estratégicas entre o mundo, antes subdesenvolvido, e o mundo em desenvolvimento, faz com que nós tenhamos uma perspectiva também para o fluxo de pessoas entre esses mesmos países.

No que diz respeito à América do Sul, naturalmente, as políticas imigratórias têm sido objeto de uma tentativa de mudança significativa, dado que as políticas migratórias datam, majoritariamente, do período da ditadura. Muito embora, a maior parte dessas legislações nacionais sobre emigração pudesse ter sido considerada restritiva, estas legislações já são bastante avançadas no que diz respeito à capacidade de os Estados imprimirem alguma governabilidade aos fluxos. Imaginando que a idéia de governabilidade é uma idéia positiva, porque pensar em governar é pensar em regular e, portanto, pensar em fazer das políticas públicas, políticas eficientes para que elas possam, então, aderir ou não aderir a esses fluxos de forma regulada. É necessário que os países façam dessas políticas imigratórias objeto dessas suas políticas exteriores ou das relações exteriores que, então, progressivamente, ganham uma perspectiva diferenciada.

Essa perspectiva para a América do Sul, naturalmente, é uma perspectiva regionalizante. Nós sabemos que, nas relações internacionais, nem sempre as esferas de cooperação foram regionais. Quer dizer, durante muitos anos a teoria das relações internacionais exprimiu a idéia de que estamos, ora, em um “jogo de soma zero”, um jogo realista, um jogo em que a maximização da utilidade de cada ator faz com que cada ator queira o tempo todo vencer e, necessariamente, nesse jogo há sempre um perdedor. Por outro lado, o jogo cooperativista que vigorou na Teoria das Relações Internacionais até a década de 90, presumiu-se do contrário, de que o jogo realista é uma esfera em que a cooperação se daria de forma ampla e que os jogos não mais seriam os

“jogos de soma zero”, apesar de que os atores, então, teriam que “abrir mão” de algumas de suas necessidades, prerrogativas e demandas.

O que nós verificamos, então, na política exterior brasileira e de alguns países centrais da América Latina e, em conjunto, na Teoria das Relações Internacionais, é uma visão de meio termo que tem sido ascendente e que trata não mais esses jogos como “jogos de soma zero” ou “jogos de soma não zero”, de forma simplificada, mas que tratam a seguinte perspectiva da cooperação: é possível que se criem mecanismos multilaterais de cooperação que possam entre si criar uma interdependência, que ela sim, seja capaz de fazer com que os atores cumpram as tarefas antes acordadas. Então, a idéia não é, simplesmente, pensar “Polianamente” que os atores vão até o “circo” e vão até a mesa de negociações com uma predisposição a cooperar e voltar para casa com uma predisposição enorme de fazer cumprir as regras. É possível imaginar que esses atores e as suas predisposições estão atrelados, necessariamente, à idéia de que as relações de interdependência são maiores e, que, portanto, é necessário a esse ator, em determinados momentos, cooperar, mas, no entanto, sem abrir mão da sua capacidade de jogar bem nesse jogo. Então, a idéia de soberania, de detenção de força, coloca os atores em vantagem, inclusive, cooperativista. Mas não é a vantagem que traz a idéia e o signo de um vencedor versus um perdedor. É outro tipo de vantagem competitiva que coloca todos nos cenários da cooperação e, é claro, em busca da maximização da sua utilidade dentro dessa cooperação.

Dentro disso, as conexões entre essas políticas externas têm sido múltiplas e o processo de regionalização, então, acontece em primeira instância entre os países do Mercosul e, do outro lado, entre os países da Comunidade Andina. Desde 2004, a idéia é de uma ampliação desse escopo regional para o que antes foi chamado de Comunidade Sul Americana de Nações e que, hoje, é chamada de União das Nações Sul-Americanas – UNASUL. A perspectiva da UNASUL é de ser o patamar próximo a ser alcançado pelas perspectivas regionais da América do Sul. Então, o Mercosul seria o primeiro passo para o Brasil e a UNASUL, a consolidação do que, então, era a perspectiva primordial regional.

E quanto às políticas imigratórias? O que é possível se dizer? A idéia fundamental é de que, em primeiro lugar, vamos trazer a idéia de Teoria da Imigração ou *Policy Management* para a realidade Latino-Americana. A realidade americana contrasta-se em relação a outras realidades porque, na verdade, a realidade latino-americana não comporta duas das premissas fundamentais da *Policy Management*. Ou seja, quando eu falo da emigração de bolivianos para o Brasil, eu não estou falando da teoria clássica da imigração dos países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos, ou seja, eu não estou falando daquela emigração típica brasileira para os Estados Unidos, ou para a Europa. Eu estou falando de uma migração de outro tipo. Recentemente, um economista, chamado Michael Todaro, desenvolveu uma teoria econômica que começa a ser um dos primordiais elementos para a defesa de que a imigração pode ser produtiva para as economias. Ele diz o seguinte: "As migrações não acontecem simplesmente porque há problemas políticos ou de ordem econômica que não são solucionáveis e, então, essas pessoas tendem a sempre procurar os países desenvolvidos para resolverem os problemas que as suas nações não puderam resolver com elas". Mas, na verdade, a perspectiva muda. Para Todaro, a transferência de capital humano se dá, simplesmente, porque as pessoas estão em busca de uma oportunidade melhor do que aquela anterior e que não é, necessariamente, a melhor das oportunidades. Portanto, ninguém vai dizer que, para os bolivianos, o fato de eles trabalharem em São Paulo é algo absolutamente extraordinário.

Em segundo lugar, para o caso latino-americano, nós deixamos de discutir o modelo clássico latino-americano de imigração, ou seja, no século XIX recebemos potencialmente migrantes de países europeus que aqui consolidaram uma imigração bastante produtiva, bastante tecnicista e que fez parte de uma segunda colonização desse país norte-americano. Não, essa imigração já não faz mais parte desse escopo. Estamos falando de uma imigração intra-regional cada vez mais fomentada pelo processo de regionalização a que nós queremos nos submeter.

Então, como lidar com essa imigração? E, sobretudo, como liquidar com políticas imigratórias nacionais extremamente díspares entre si? Afinal de contas, os Estados ainda são soberanos e suas decisões sempre são soberanas em relação mesmo às decisões internacionais. Ao mesmo

tempo, como dar alguma legitimidade às decisões centradas nessas organizações internacionais, sobretudo, aquelas saídas de negociações no âmbito regional? Por exemplo, o Mercosul, conjuntamente com a CAN, em benefício da criação da UNASUL, criou um observatório de imigrações que, desde o ano passado, pretende criar o primeiro grande banco de dados sobre a real situação da imigração, hoje, na América do Sul. Ele está muito além do que os institutos de estatísticas podem dizer porque, afinal de contas, estamos falando de uma dupla ação majoritariamente ilegal.

Desde 2003, no Mercosul, a legislação de livre circulação de pessoas acontece. De fato, brasileiros são passíveis de serem trabalhadores na Argentina, ou no Paraguai, ou no Uruguai e vice-versa. Mas eu não pude, por exemplo, alugar um carro e passar a fronteira do Uruguai. Quando eu fui atravessar a fronteira, eu tive que parar na Polícia Federal e pedir um passaporte de emergência para o meu filho porque, com a certidão de nascimento, ele não podia entrar no país vizinho. Alguns desses elementos de ordem burocrática nos mostram o quanto é necessário progredir no que diz respeito à regularização dessas normas internacionais. Há dificuldade de tornar essas normas internacionais em normas domésticas, o que, na minha teoria, é o objetivo do meu trabalho e que diz respeito a um ponto fundamental nas nossas relações internacionais que foi pouquíssimo estudado.

Os teóricos das relações internacionais sempre partiram do pressuposto de que para uma negociação é preciso a vontade de estar na mesa e gerar a negociação que acarretará no tratado. Os militares fizeram isso muito bem através da Teoria do *Peace Building* e do *Peace Keeping*. Na verdade, foi uma teoria que eu absorvi e tenho trazido para as relações internacionais. Mas, de que forma? Por meio de uma quarta etapa nas relações internacionais que seria o tal do *Peace Keeping* porque, afinal de contas, não é possível estabelecer tratados que não sejam cumpridos na esfera doméstica, sobretudo, depois de aprovados nos Congressos ou nos Parlamentos Nacionais, porque nós sabemos que um tratado internacional para ter validade precisa ser aprovado. Mas depois disso, qual o grau de efetividade dessas normas? Então, o desafio é exatamente pensar que estamos nos encaminhando para uma regionalização progressiva, que muito nos pode ser positiva. Porém, ao

mesmo tempo, temos que pensar o quanto é necessário que essa regionalização acompanhe uma série de procedimentos de ordem democrática. Ou seja, é preciso que haja uma democratização das normas ou dos elementos internacionais. Isso é extremamente relevante porque diz respeito a um compartilhamento de alguns valores entre democracias que ali estão para acordar alguma coisa. Então, essas são as premissas das quais eu falei.

Dentro das iniciativas, eu vou listar algumas, que eu acho particularmente importantes. Uma delas é a do Mercosul Educacional. A Mitzi falou que o Itamaraty tem levado a cabo algumas dessas iniciativas e eu vou ressaltar a idéia do Mercosul Educacional que visa estabelecer parâmetros iguais, especialmente, a padronização dos diplomas estrangeiros. A idéia é que essa regionalização aconteça de forma múltipla, ou seja, é preciso a cooperação entre instituições. É aquilo que as Forças Armadas têm feito e que fazem muito melhor que outras instituições públicas. Mas, somando-se à cooperação entre as Forças Armadas na América do Sul, de forma geral, a cooperação entre as universidades, a cooperação entre todos esses institutos de pesquisa, quer dizer, a crença de que a cooperação científica e educacional pode ser o primeiro grande elemento da consolidação dessas regras no escopo regional.

O Brasil estabeleceu, recentemente, um Acordo Bilateral com a Bolívia de legalização dos brasileiros na Bolívia e vice-versa, principalmente, os residentes na Faixa de Fronteira. O trabalho foi desenvolvido por várias partes da sociedade civil e das instituições públicas brasileiras, mas não tem tido efeito prático porque, muito além dos acordos, está a grande dificuldade, na verdade, de tornar esses acordos práticos ou torná-los mais efetivos.

No que diz respeito às fronteiras das quais a Lia Osorio falou, naturalmente, a regionalização demanda um cuidado especial com a fronteira. Só no arco norte, no mapa que antes eu estava ilustrando, nós temos a região amazônica com quatro fronteiras tríplices, o que nos diz claramente da nossa urgente negociação com todos esses pólos e do arranjo diplomático, técnico e político desses três outros interesses para além do interesse brasileiro, em cada um desses pontos de fronteira.

No que diz respeito aos latino-americanos, aos sul-americanos, então, urge o espectro da regionalização como sendo definitivo porque, na verdade, essa regionalização será, necessariamente, acompanhada de uma regulação e uma governabilidade coordenada por parte das partes. Então, a pergunta que se faz é: É possível que se crie governabilidade por parte das partes envolvidas nesse processo de regionalização para que nós caminhemos em direção a uma melhoria das condições desses imigrantes? Ou seja, as várias instituições no caminho da sua regionalização permitiriam aos imigrantes outros status – um status entre a existência da cidadania e a sua ilegalidade.

A minha fala termina com a crença de que haja alguma coisa de intermediário, algum lugar identitário para esse imigrante em que não se necessite da cidadania, ou seja, não é preciso nacionalização dos brasileiros na Bolívia ou torná-los bolivianos. Não é preciso tornar os peruanos brasileiros, mas, é preciso, então, fazer cumprir direitos sociais, civis e deixar os direitos políticos para a esfera da cidadania. Então, tem que haver algum lugar intermediário que pode ser corroborado pelo avanço institucional a que a regionalização na América do Sul se propõe. Muito obrigada a todos.

Rogério Vieira Rodrigues – Moderador: Obrigado, Professora. Vamos passar, agora, direto ao debate. Nós combinamos aqui que cada um vai falar em torno de cinco minutos tentando responder ao máximo de perguntas. Eu pediria só que as palestrantes fizessem referência ao nome de quem fez a pergunta e a instituição a que pertence.

Debate

Lia Osorio Machado – Universidade Federal do Rio de Janeiro: Eu quero agradecer as perguntas porque a idéia do General Felix é essencial. A CIA, por exemplo, tem quinze mil PhD trabalhando para ela. É uma coisa que no Brasil não se fazia e, agora, está-se fazendo. Então, quando vocês fazem perguntas, isso orienta a nossa pesquisa. É uma interação, na verdade, que foi essa oportunidade que o GSI nos deu, inclusive, para a universidade.

Eu tenho várias perguntas aqui. Alguns puseram e-mail eu posso depois responder com mais detalhes e dados até. Primeiro, me perguntaram sobre a questão do Rondon, que o Rondon queria integrar. Sim, o Rondon queria integrar, mas, há várias biografias dele, mostrando que ele era autoritário e, embora fosse de origem indígena, tinha clareza da hierarquia e entendeu que você tinha que conquistar essa população para si. O dilema está causando uma separação e essa separação é que é negativa. Eu acho que ela parte de uma visão geopolítica antiga. A visão geopolítica atual não é só territorial porque é o espaço das redes. Foi isso que, justamente, provocou uma revivência dos estudos de fronteira. Hoje, você não precisa “dar pelota” para a soberania do Estado Nacional, e nem pelo princípio de equivalência soberana que é a base do sistema inter-estatal, no mundo, a começar pela potência hegemônica. Então, toda a visão anterior, que fundamentava a geopolítica, modifica-se, porque você tem o espaço do território, de quem está no terreno. Daí, a importância de as Forças Armadas nunca esquecerem essa coisa do terreno. Tem que haver a conexão do ponto de controle da tua visão virtual no terreno, exatamente, por uma questão de soberania territorial.

Mas, existem redes, hoje, no mundo inteiro, que cortam essa visão territorial, o espaço dos fluxos, o espaço das redes. Os índios têm redes, os narcotraficantes têm redes, os empresários têm redes, as

multinacionais funcionam em redes, portanto, hoje, a geopolítica não pode se basear só no conhecimento do território, embora, seja fundamental para organismos como os das Forças Armadas, mas ela tem que integrar as redes na sua visão. E as redes significam cooperação, significam sentar-se à mesa de negociações e conversar. Quer dizer, você tem que negociar. Ela falou do “jogo de soma zero”; eu prefiro chamar de “dilema do prisioneiro” porque você tem que negociar sabendo que você vai perder um pouco, mas para ganhar um pouco. Não há uma situação que você ganha tudo e perde tudo. Essa é a pior de todas. Então, as Forças Armadas não estão acostumadas a isso. Eu sou filha de militar e eu conheço bastante a questão da hierarquia, mas é preciso negociar por causa dessa mudança das bases do pensamento geopolítico mundial.

Um dos pontos que, também, me perguntaram aqui, e, está sempre dentro dessa negociação, é a questão das terras indígenas. Novamente, temos o Rondon como referência. Ele achava que eles tinham que ficar separados, ter escolas separadas etc., mas, na verdade, isso praticamente não aconteceu na época dele. Mas ele achava que a bandeira tinha que ter o símbolo, mas ele também respeitava as formas do índio ser. Ele vendeu a simbologia a partir de colocar uma farda no índio. Isso, para o índio que dá valor a esse símbolo, foi importante. Então, a partir do conhecimento que ele tinha dos indígenas, ele criou uma forma de tratar com eles. Só que essa forma, hoje, já não pode mais ser a mesma. Terá que ser outra, mas dentro do mesmo “espírito” de conquistar o apoio das comunidades indígenas. Hoje, as comunidades indígenas já estão sendo treinadas e estão tendo condições de se integrarem virtualmente, por computador, e, se unirem e trocarem informação. Agora, o Exército está ensinando as comunidades indígenas a fazerem os seus próprios mapas do seu próprio território. Isso é um avanço para as crianças terem uma visão espacial indígena. E, finalmente, os Aukanicas, por exemplo, no Acre, têm uma visão que é muito mais moderna sobre a questão da nação, no sentido de que a nação indígena é constituída de várias nações. Eu morei alguns anos na Espanha e eu me lembro que eles criaram a Comunidade Autônoma, em que cada nação se reconhece dentro de um conjunto único que é o Estado Espanhol. Então, o fato de você dizer que tem uma nação indígena, não está reduzindo a nossa soberania. O que pode acontecer é

não ter as formas de controle. E é isso que tem que, realmente, existir. Mas, eu acho que, hoje, conquistar o índio, é ensiná-lo, por exemplo, a mexer com a Internet. Então, você tem uma ONG que ensina isso. E a outra coisa é ensiná-lo que hastear a bandeira não é a mesma coisa. Eles querem integrar-se. O número de suicídios entre crianças indígenas é enorme porque elas precisam obedecer à hierarquia interna e, ao mesmo tempo, elas querem se integrar à sociedade não indígena. Então, essa sutileza, essa delicadeza, esse respeito pela nação, que podem ser várias dentro de um mesmo Estado, talvez seja algo de uma geopolítica nova que nós teríamos que entender.

Rogério Vieira Rodrigues – Moderador: Obrigado, professora. De acordo com a seqüência, então, a Diplomata Mitzi.

Mitzi Gurgel Valente da Costa – Ministério das Relações Exteriores: Muito obrigada pelas perguntas. Eu tenho algumas aqui. A primeira é da Mariana, estudante de Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília e do Lucas Barbosa Racho. Ambos perguntam, mais ou menos, a mesma coisa: “*O que o Itamaraty está fazendo em prol da regularização dos documentos dos brasileiros que estão residindo na União Européia?*”. “*O que o Itamaraty está fazendo em termos de resolver ou de diminuir, de alguma maneira, a situação constrangedora dos brasileiros na União Européia quando eles são expulsos do país, etc.?*”.

Para esses dois, eu diria que, em primeiro lugar, não nos compete como país, como Brasil, e nem ao Itamaraty, regularizar a situação migratória dos brasileiros no exterior. Isso é de competência, exclusiva, de cada país. Então, da mesma maneira que não queremos que um país venha nos dizer aqui como é que nós temos ou não que admitir um estrangeiro, ou deixá-lo residir aqui, ou regularizá-lo, a mesma coisa acontece no exterior. O que nós temos feito, no entanto, é que, quando há algum tipo de anistia, por exemplo, providenciamos a papelação o mais rapidamente possível e facilitamos de alguma maneira. Eu vou contar um exemplo específico. Um consulado recebe um casalzinho de brasileiros que disse assim: “Ah! Viemos aqui registrar o nosso filho. Acontece que nós estamos aqui com papéis forjados. Estamos como portugueses e criamos os nossos filhos com os nomes de Francisco e Maria, quando, no fundo,

nós somos Joaquim e Marieta. Como é que eu faço para registrar o meu filho que é brasileiro e eu quero que seja brasileiro?". Nós, então, com base nos documentos brasileiros, podemos proceder ao registro de nascimento dessa criança, embora, no registro estrangeiro estejam outros nomes. Então, essa é uma maneira de facilitar a vida dos brasileiros que compram os seus documentos no exterior para serem legalizados de alguma maneira. Isso, muito rapidamente porque eu acho que eu não tenho muito tempo.

Outra pergunta que eu tenho é do Embaixador Cristiano Whitaker, da Escola Superior de Guerra. Ele pergunta se as escolas binacionais de fronteira estão funcionando e como funcionam. Sim, elas estão funcionando. Elas funcionam da seguinte maneira: os professores brasileiros vão para o outro lado da fronteira ensinar durante quinze dias, vinte dias, ou um mês, dependendo de cada escola. Eles ensinam Português, História do Brasil, Geografia do Brasil, Costumes Brasileiros, Música Brasileira, Cultura Brasileira. O mesmo ocorre com os professores do lado de lá, que vêm às escolas brasileiras de fronteira, do lado de cá, e ensinam como é que os argentinos pensam, fazem, agem, qual é a cultura deles etc. O mesmo acontece com os bolivianos. É assim que tem funcionado e isso vem diminuindo a distância entre as pessoas que moram na região fronteiriça e criar melhor entendimento, estimular os laços de amizade, fraternidade e etc.

A próxima pergunta é de Rogério Almeida, aluno de Direito da UNIDF. Ele pergunta se está sendo negociada previdência para os brasileiros que vivem nos Estados Unidos.

A resposta é não. Eu queria lembrar que os Estados Unidos não tem grande interesse em regularizar as pessoas que estão no país ilegalmente. A maior parte dos brasileiros que está lá, no presente momento, vivem na ilegalidade. Isso quer dizer que eles não contribuem para a Previdência Social Americana e, se contribuem, contribuem com outro nome ou com outra nacionalidade. Quando a polícia encontra essas pessoas. Elas são sumariamente expulsas, sem direitos. É uma negociação extremamente difícil. Já tentamos propor, mas, há resistência do lado de lá por razões óbvias. Mas, a maior razão para a não negociação de algo assim é porque isso ajudaria as pessoas que estão

ilegais no país porque elas teriam a Previdência Social Americana garantida como teriam aqui no Brasil.

Muito rapidamente, tem uma pergunta do Tenente-Coronel Cordeiro, do Exército Brasileiro. Ele pergunta sobre a situação dos brasileiros na Bolívia e qual é a situação da negociação sobre a presença desses brasileiros na Faixa de Fronteira.

Essa é uma negociação extremamente difícil. Eles, como nós, têm também uma proibição de residência na Faixa de Fronteira. E, no bojo do Governo Evo Morales, há a intenção de expulsar os brasileiros que estão residindo na Faixa de Fronteira. O mesmo ocorre com os bolivianos que também residem na nossa Faixa de Fronteira. Algum tipo de negociação de parte a parte está sendo tentado, sim. É extremamente delicado, ou algum tipo de re-assentamento ou reconhecimento de algum brasileiro ou boliviano que está residindo há um determinado número de anos no país. Mas, são todas propostas veiculadas de lado a lado, na tentativa de acomodar da melhor maneira possível a situação que é complicada.

A última pergunta é de Rodrigo Ramos da UnB, que também faz o mesmo tipo de pergunta sobre posses de terras nas fronteiras. Sim. É proibido tanto no Brasil quanto nos outros países. Ele pergunta como é que estamos regularizando essas terras. No fundo, é a mesma resposta. Muito obrigada.

Rogério Vieira Rodrigues – Moderador: Professora Sabrina Medeiros.

Sabrina Evangelista Medeiros – Universidade Federal do Rio de Janeiro: Eu tenho uma pergunta aqui. Eu tinha uma outra, mas passei à Lia Osório porque eu achei que era do âmbito dela.

A pergunta é do André Dutra, estudante de Relações Internacionais do IESB. Ele está me pedindo para comentar sobre a relação da internacionalização com a cooperação e interdependência, em especial, das políticas migratórias.

A idéia fundamental é da internacionalização a que os países têm que ser submetidos. É, necessariamente, uma internacionalização cooperativista.

Em primeira instância, os alargamentos das fronteiras diplomáticas e comerciais têm sido feitos através das várias instituições, tanto intergovernamentais, quanto regionais. Há aquelas que são intergovernamentais, mas que têm a sua formação baseada na idéia de ampliação da fronteira. Necessariamente, essa internacionalização, quer seja do tipo cooperativista, ou seja, parte da premissa da cooperação, naturalmente, influencia os processos de atribuição doméstica desses temas. Então, é preciso que se entenda, naturalmente, que a internacionalização acaba gerando sempre a internalização de algumas dessas medidas e de alguns desses parâmetros. As políticas imigratórias não são diferentes. As políticas imigratórias são o único tipo de política pública que não responde ao que para a ciência política é clássico. Elas não responde à ordem de representatividade clássica, ou seja, quando eu falo de uma política pública de saúde, eu estou falando de ações de governo que são legitimadas, em maior ou menor grau, pelo voto – ou porque o voto garantiu ao Executivo e o Executivo indicou o Ministro; ou porque você, simplesmente, votou na sua prefeitura que vai lidar com a verba pública que chega para a saúde da sua região. Nesse caso, por exemplo, a política pública de saúde ela está intimamente associada à idéia da representação. Enquanto que, a política imigratória é o único tipo de política pública que é decidida pelos não representados e faz parte do modelo de soberania. Nós não vamos, aqui, contestar essa dinâmica. Mas, o fato é que essa dinâmica ocorre de maneira diferente. Quer dizer, eu voto pelas minhas instituições, pelas representações superiores que, uma vez nas instituições, ora votadas, ora não votadas, criariam uma série de políticas que tomarão conta daqueles que não são cidadãos nossos, ou seja, não estão dentro desse espectro de cidadania.

A política imigratória, então, tem algo de internacional pela sua própria natureza. Naturalmente, eu posso dizer que, como política pública, a política imigratória é das mais influenciadas pelo escopo de decisões tomadas na esfera internacional. Naturalmente, o primeiro passo para que as políticas imigratórias aconteçam no mesmo ritmo que a internacionalidade dos acordos é uma certa padronização das políticas imigratórias. Ou seja, acordos bilaterais ou políticas imigratórias renovadas que suponham a existência de direitos aos trabalhadores temporários. Então, o primeiro passo é a constituição de uma certa democratibilidade maior para as políticas imigratórias domésticas.

O segundo passo é que, uma vez reformadas, essas políticas imigratórias responderão a uma política migratória regional. É o caso da União Européia e do Convênio de Schengen. Esse é o passo que se quer dar, por exemplo, aqui na América do Sul. A título de exemplo, eu só queria ressaltar que essa internacionalização tem acontecido de forma muito grande, não só nas esferas dos acordos internacionais regidos pelo Estado Brasileiro, ou pelos Estados Parte, mas há uma cooperação que está sinalizada entre civis e militares, entre instituições públicas e federais de ensino, com o Itamaraty e diversas partes da sociedade que estão aqui representados. Isso tem acontecido também no nível da internacionalização. É preciso mencionar o papel importante que algumas instituições não-governamentais estão desempenhando na regularização desses trabalhadores na América do Sul. Assim como é importante mencionar também essas forças várias da sociedade civil que estão unidas nessa tentativa de uma maior cooperação.

Na semana passada, por exemplo, eu estive junto com uma comitiva mista de representantes do Itamaraty e representantes da Academia, e recebemos dois representantes da imprensa argelina que tiveram uma agenda toda formada em parceria pelo Itamaraty e pela UFRJ, pela nossa equipe de internacionalistas. Nós acompanhamos essa Comitiva em visitas à EMBRAER, à EMBRAPA e a várias instituições de pesquisa. Nós fomos, por exemplo, à EMBRAPA, no interior de Pernambuco, à EMBRAPA do Cerrado, ao Rio de Janeiro, à plataforma da Petrobrás etc. Foram doze dias de visitas e, é claro, esse tipo de aproximação multifacetada, ligando a opinião pública, de forma geral, à opinião pública desses países, os quais seriam potenciais partes da nossa cooperação, por meio dos nossos diversos meios, é muito positiva para que tenhamos uma regência melhor dessas relações internacionais. Muito obrigada.

Rogério Vieira Rodrigues – Moderador: Encerramos a nossa Quinta Rodada de Mesas Paralelas. Agradecemos, especialmente, aos palestrantes e a presença dos senhores. Aos palestrantes, eu passo os Certificados de Participação e peço uma salva de palmas. Em seguida, teremos o *coffee break* e retornaremos às 10h40min. Obrigado.



MESA 3.5 CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PROGRAMAS NACIONAIS

O Programa Nuclear Brasileiro: Passado, Presente e Futuro

Odair Dias Gonçalves
Comissão Nacional de Energia Nuclear

O Programa Espacial Brasileiro

Miguel Henze
Agência Espacial Brasileira

As Diretrizes e as Políticas do Governo Federal para os Biocombustíveis

Rodrigo Rodrigues
Casa Civil/Presidência da República

O Programa Nuclear Brasileiro: Passado, Presente e Futuro

Miriam Medeiros – Moderadora: Bom dia, senhoras e senhores. Dando início ao nosso último dia de encontro e a Quinta Rodada da Mesa Ciência e Tecnologia, a essa hora da madrugada é bom ver essa sala cheia, então, vamos dar início às nossas palestras, para isso, eu vou compor a mesa com os nossos dois palestrantes que já estão aqui e nós aguardamos o Dr. Rodrigo Rodrigues que já está chegando. Então, em primeiro lugar, teremos as apresentações do Dr. Odair Dias Gonçalves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear e do Dr. Miguel Henze, Presidente da Agência Espacial Brasileira.

Os trabalhos dessa manhã têm por temática, Programas Nacionais e serão conduzidos da seguinte forma: cada palestrante terá vinte minutos para fazer a sua exposição. Nesse tempo, se vocês já quiserem, podem preparar por escrito as suas perguntas, colocando nome e identificando a instituição à qual vocês pertencem. Ao final das apresentações nós faremos, em seqüência, a parte de questionamentos. Lembrando que hoje é o último dia, os certificados de participação já estão à disposição de vocês e podem retirá-los na recepção. Eu convido o Dr. Odair para proferir a sua palestra sobre o “Programa Nuclear Brasileiro: Passado, Presente e Futuro”.

Odair Dias Gonçalves – Comissão Nacional de Energia Nuclear: Eu agradeço muito o convite e a oportunidade de falar um pouco sobre essa área que é um ponto de pauta, não só no Brasil, mas, no mundo inteiro. E, em particular, no Brasil, eu vou tentar mostrar um dos pontos estratégicos sobre que não podemos deixar de tomar uma atitude bastante clara. O Governo não pode se alienar de algumas decisões que ainda precisam ser tomadas.

Eu combinei com a Míriam que eu vou fazer o possível para me ater aos vinte minutos. Eu vou falar rapidamente sobre o Programa Nuclear Brasileiro. A primeira coisa importante é dizer que, quando nós falamos de Programa Nuclear, nós não estamos falando apenas da geração de energia elétrica; nós estamos falando de geração de energia elétrica; nós estamos falando de ciclo combustível, que é um ponto para o Brasil fundamental, nós falamos de aplicações médicas, industriais, pesquisa, desenvolvimento e inovação e falamos em licenciamento e controle.

Mas, grande parte da minha palestra vai ser focada na questão da energia elétrica, simplesmente porque, se falarmos em termos de custo, e considerarmos a geração da energia elétrica sem o ciclo de combustível, podemos dizer aqui que tem um custo de, aproximadamente, 0,5 de P, D & I e 0,2 de licenciamento e controle. Então, vocês vejam que o arrasto da geração de energia elétrica é fundamental. É por isso que a discussão é muito centrada no ponto de geração de energia elétrica, mas, em termos de importância, e de estratégia, é uma coisa fundamental para os outros pontos também.

Eu vou fazer um breve histórico. Vou falar um pouquinho das razões que levam o mundo a retomar a energia termonuclear; a questão da energia nuclear no Brasil; a revisão no Programa Nuclear Brasileiro; e qual é o nosso “status”, hoje: presente e futuro. Eu vou tentar fazer tudo isso nos meus vinte minutos.

Começando por um breve histórico, isso é uma coisa recente no Brasil. Hoje, nós temos uma série de livros que retratam bastante bem a questão histórica da área nuclear no Brasil. Em particular, o segundo ponto, “A Opção Nuclear – 50 anos rumos à autonomia”. Esse foi um livro publicado pela Comissão Nacional da Energia Nuclear para a comemoração dos nossos 50 anos. E, esse livro, por ser estratégico, deve estar, provavelmente, na biblioteca de todos vocês, se não estiver, por favor, escrevam-nos e nós mandamos o exemplar. Ele é bastante completo e foi feito com uma metodologia histórica bastante rigorosa e constam diversas notícias. Mas, muito do que eu vou falar aqui, vem do livro do Renato Archer que, não foi ele que escreveu, mas, são memórias dele. É um livro fundamental retratando a história nuclear no Brasil.

A história nuclear do Brasil é, praticamente, uma história de detetive, é uma coisa fantástica, é como se fosse um mistério. Existem muitas idas e vindas, influências e, eu vou tentar, brevemente, nos cinco, talvez, sete minutos, fazer um breve apanhado desse conteúdo do livro do Archer com alguma coisa acrescentada por nós.

Começa em 1939. Em 1939, é a primeira vez que a experiência feita, alguns anos antes, pelo Enrico Fermi é interpretada formulando a Teoria da Fissão do Átomo. Vocês vejam que é incrível que, em 1945, nós já temos as primeiras bombas e o primeiro reator. Num espaço de seis anos, a humanidade conseguiu desenvolver uma tecnologia do ponto de vista, meramente, teórico, básico, havia coisas experimentais rudimentares para uma aplicação bombástica no final, sem querer fazer trocadilho, mas, realmente, impressionante a evolução que em seis anos se consegue nessa área. Eu acho que, talvez, seja a primeira vez na história que acontece num período tão curto entre a descoberta do fenômeno e a passagem.

Também em 1945 começa a longa novela Brasil/Estados Unidos em relação aos materiais nucleares. Em 10 de julho de 1945, nós tivemos o Ajuste Atômico Brasil-EUA para exportação de três mil toneladas anuais de monazita, durante três anos, renováveis por dez triênios. Nós estávamos buscando, principalmente, o tório que se julgava um material importante.

Em 46, já existe a tentativa de se internacionalizar as reservas de minerais radioativos do mundo. Isso é o chamado Plano Baruch, que propõe a internacionalização das reservas de minerais radioativos, sob controle da ONU, para "corrigir as injustiças da natureza". Este grande argumento era para corrigir as injustiças da natureza que tinham dado muito material radioativo para alguns países e poucos para outros. No Brasil, desde 46, o Almirante Álvaro Alberto que pode ser considerado o pai da área nuclear, tenta reagir à situação.

Em 1950, Estados Unidos querem prorrogar o Ajuste Atômico. A nova Constituição torna impossível a manutenção da exclusividade par a a exportação de minerais radioativos. O governo dos Estados Unidos

declara inaceitável o projeto de acordo elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional do Brasil.

Em 1951, nós temos a primeira lei que estabelece o monopólio dos principais minérios atômicos e, em 1953, nós temos a criação do CNPq, que foi criado, principalmente, para gerir a questão nuclear no Brasil. Foi aí que começou o CNPq.

Em 1953, nós temos um começo de tentativa de desenvolvimento de uma área nacional e Vargas determina, então, ao Conselho Nacional de Segurança, que retome o estudo da política governamental, considerando a questão nuclear como uma questão de segurança nacional.

Em 1954, nós temos um fato que, para mim, foi amplamente surpreendente, mas, os dois principais acordos desde 45, na área nuclear, são firmados com os Estados Unidos. Um que garante pesquisas conjuntas e o outro que garante exploração conjunta de minerais radioativos e sobre o comércio de urânio entre os dois países. Um desses acordos estabelece que o Brasil passe a exportar tório e recebe como pagamento, trigo. Naturalmente, o trigo é muito mais importante que o tório, então, nós entregamos uma maior quantidade em dinheiro, já que o tório que nós entregávamos não era o suficiente para pagar o trigo.

Em agosto de 1923, Vargas autoriza mais exportação de monazita e, em 1924, ele se suicida.

Em 1955, Álvaro Alberto, sob uma pressão enorme, demite-se do CNPq e Juarez Távora designa o seu primo, Elisário Távora, que era empregado da Embaixada Americana, Presidente da Comissão Mista que supervisionaria o Acordo Brasil/EUA.

Em 1956, o Renato Archer denuncia a situação entre Brasil e Estados Unidos e expõe a Kubitschek, então Presidente, a existência de documentos secretos que regeram aquele acordo. O Embaixador Edmundo Barbosa da Silva, num telefonema dado no próprio Palácio do Catete, avisa aos Estados Unidos.

Em 1956, Kubitschek denuncia o acordo e cancela o contrato de exportação criando, então, a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN e o Fundo Nacional de Energia Nuclear. As ultracentrífugas, proibidas de serem entregues no Brasil, finalmente chegam. Elas foram compradas da Alemanha e houve uma tentativa de embargo dessa entrega pelos Estados Unidos.

Finalmente, em 21 de setembro de 1956, cria-se a Agência Nacional de Energia Atômica e o grande tripé dela era a não-proliferação, difusão de tecnologia e cooperação técnica, e segurança das nações que envolvam radioatividade e desarmamento.

Em 1958, o Renato Archer, em conferência na Escola Superior de Guerra, estabelece ligação entre a pressão americana no setor e o suicídio de Vargas.

Em 1959, outro “lance” bastante importante é que os Estados Unidos compelem a Inglaterra, que estava tão avançada quanto os Estados Unidos, e já havia dezesseis empresas fabricando o material de produção de energia nuclear, a retirar-se do campo, em troca da dívida de guerra. O que ocorre, realmente? A Inglaterra nunca mais se recuperou desse abandono feito em 58.

Em 1960, Kennedy acusa em campanha eleitoral, acusa Eisenhower de permitir ao Brasil ter tecnologia para produzir energia nuclear a custo baixo.

Em 1967, já sob regime militar, o General Costa e Silva anuncia que adotará uma política independente e, ao mesmo tempo, os Estados Unidos declararam que reagirão por todos os meios à essa tentativa.

Em 1968, é estabelecido o Tratado de Não-Proliferação. É uma marca muito importante na história nuclear porque eles separam uma em duas categorias. Seriam duas regras a partir de então. Havia uma regra, à qual o resto do mundo estaria submetido, determinando que todo o urânio, todo o material nuclear estaria sob controle. E havia uma regra especial para os países já detentores da bomba atômica: Estados Unidos, Rússia, Inglaterra, França e China.

Em 1968, foi estabelecido o Tratado de Não Proliferação –TNP, no âmbito da AIEA, um acordo multilateral que visa à não-proliferação e ao desarmamento e que divide o mundo em duas categorias: os países detentores de armas nucleares (EUA, Rússia, Inglaterra, França e China) e os demais, estabelecendo regras diferentes de supervisão internacional para cada categoria. O Brasil não adere ao Tratado de Não-Proliferação.

Em 1975, houve uma tentativa do Brasil de retomada com o Acordo de Cooperação Brasil/Alemanha.

Em 1979, temos o acidente de Three Miles Island e o Acordo de Aplicação de Salvaguardas – Tlateloco, com a AIEA. Essa é a primeira tentativa de conseguir cumprir o que se desejava, internacionalmente, ao mesmo tempo, sem assinar o TNP.

Em 1984, inicia-se o Programa Nuclear Paralelo que foi o programa que gerou toda a tecnologia de construção de ultracentrifugas e que foi desenvolvida pela Marinha.

Em 1982, nós temos o Acidente de Chernobyl que significa, realmente, uma sinalização de diminuição da atividade nuclear no mundo.

Em 1985, nós temos a construção da primeira Usina Nuclear Brasileira, Angra I.

Em 1990, Fernando Collor assume a Presidência da República e tenta extinguir o MCT e impedir as atividades na área nuclear. Verdade seja dita, não foi só na área nuclear. O Fernando Collor tentou extinguir, completamente, a área de ciência e tecnologia, conforme nós conhecíamos e conforme vinha sendo desenvolvido. Uma das consequências, ou um dos sinais dessa pressão, era o fato de o Brasil estar numa lista negra e nessa época não poder importar materiais que pudesse pensar em ser usados na área nuclear. A questão dos super computadores, por exemplo, que o Brasil nunca conseguiu importar.

Em junho de 1991, o Brasil acha, finalmente, a solução para conseguir contornar o TNP que era um tratado considerado injusto, fazendo um Acordo entre o Brasil e a Argentina para o Uso Exclusivamente Pacífico

da Energia Nuclear e é criada a Agência Brasileira/Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares – ABACC. Essa agência é encarregada de fazer a contabilidade, no Brasil e na Argentina e, assim, garantir a aplicação de salvaguardas. Esse acordo foi tão bem sucedido que levou à Assinatura do Acordo Quadripartite entre Brasil, Argentina, ABACC e AIEA, para a aplicação de salvaguardas. Com isso, fica tranquila a questão da posição do Brasil junto à comunidade internacional.

Curiosamente, em 1998, o Presidente Fernando Henrique assina o TNP, quando todo o esforço tinha sido desenvolvido, justamente, para contornar essa participação do Brasil no TNP. Esse assunto ainda tem que ser melhor estudado porque não existe ainda uma clareza muito grande sobre as razões dessa assinatura.

De 1994 a 2002, que é o período do Governo Fernando Henrique, houve uma lenta recuperação do MCT, mas a tônica era que os institutos de pesquisa, assim como a área nuclear, deveriam ser criativos e buscar a sustentabilidade.

Em 2002, nós temos a inauguração de Angra II, sem a participação do Presidente e aconteceu o 11 de setembro, gerando uma preocupação muito grande, a nível internacional, com o terrorismo nuclear que, até então, não existia. A partir disso, o TNP passa a ser uma coisa prioritária e, principalmente, a criação de um Protocolo Adicional ao TNP que tornasse as coisas mais restritas e permitisse um controle maior da Agência em relação àqueles países que não os cinco inicialmente citados.

Vale a pena dizer que, na questão do TNP, além dos cinco detentores conhecidos assinantes, nós temos o caso de Israel, Paquistão e Índia, que possuíam a bomba, mas eles não são assinantes do TNP, portanto, eles não se enquadram em nenhuma das duas divisões no mundo estabelecida.

Em 2003, no Governo do Presidente Lula, o MCT adota a área nuclear como prioritária e estratégica e seus três ministros de uma maneira coerente e consequente.

Em 2004, se estabelece um Protocolo de Salvaguardas, resolvendo um grande problema que existia em relação às nossas centrífugas. Nós tínhamos uma planta que tinha certo modelo que, para preservar a propriedade industrial era necessário que ela não fosse visível. Se você conhece os parâmetros de uma centrífuga, a altura, o diâmetro dela, a rotação e a produção, dá para fazer uma boa idéia do que tem dentro. Então, para evitar isso, a Aramar “bolou” um sistema onde tinham armários e esses armários foram transferidos, também, para a Usina de Enriquecimento de Resende. Isso gerou uma série de problemas porque, a partir de 11 de setembro, a agência não queria mais aceitar esse tipo de montagem, esse tipo de “display”. Houve uma grande discussão, mas, em 2004, nós conseguimos resolver o assunto tanto internamente, quanto externamente, e foi estabelecido um protocolo, tranquilamente. Hoje, o Brasil não tem problema nenhum com a agência.

Em 2004, o Presidente Lula, após uma visita à China, determinou ao MCT que formulasse uma proposta nuclear. Essa tarefa foi repassada à Comissão Nacional de Energia Nuclear. Nós passamos, então, a coordenar as ações de todas as empresas e áreas da política nuclear, tentamos fazer, conjuntamente, um programa e esse programa ficou pronto em 2005, mas enfrentou uma série de problemas.

O Ministério de Minas e Energia, como eu falei, responsável pela área de produção de energia elétrica, tinha dúvidas, principalmente, em relação à questão de tarifas. Houve uma grande discussão no país, que, muitos de vocês devem ter acompanhado, e, o resultado, ao longo do tempo, a mudança do cenário internacional também levou o Ministério de Minas e Energia a ter uma clareza grande dessa necessidade da área nuclear e, culminando em 2007, com a inclusão pela Empresa de Pesquisas Energéticas (que é do Ministério; é uma empresa, mas é do Ministério de Minas e Energia), recomendando a construção de entre quatro e oito novas usinas até 2030.

Concretamente, em 25 de junho de 2007, o CNPE autoriza a retomada de Angra III e, em 1º de agosto, o CNPE autoriza a realização de estudos para o local de construção da nossa quarta usina nuclear.

Por que energia termonuclear? A primeira coisa a dizer, é que é uma usina termoelétrica, então, eu tenho que esquentar a água, esquentando a água eu movo uma turbina que, por sua vez, gera energia elétrica.

Os acidentes. Ela é uma energia segura. O acidente de Chernobyl é um acidente que aconteceu numa usina completamente diferente. É uma usina sem as medidas de segurança que nós temos nas usinas PWR, que essa é a opção nacional e está longe de poder acontecer uma coisa semelhante com o nosso. E uma coisa importante é que qualquer falha em qualquer reator dos países membros da AIEA implica modificação compulsória em todos os reatores, ou seja, eles têm que adicionar essas medidas de segurança e, é claro que isso está a cargo das agências de controle nacionais. Mas a recomendação da AIEA é sempre aceita sem problema nenhum. Um dos problemas que nós enfrentamos é a estocagem. Essa é uma vantagem estarrecedora da área nuclear: dez gramas de urânio equivalem a setecentos gramas de óleo e a mil e duzentos quilos de carvão em termos de potencial energético.

Uma outra questão importante é a emissão de gases de efeito estufa. Enquanto uma usina a carvão produz um quilo, uma usina nuclear produz quatro gramas de CO₂, e essa produção é feita apenas na produção do aço porque, realmente, a produção de energia elétrica, não produz nada, produz zero de carbono e a emissão numa usina nuclear é zero.

O resultado foi que, em dezembro de 2005, nós tínhamos quatrocentos e quarenta e três usinas nucleares em operação, vinte e quatro em construção. Mais um sinal claro da retomada é que, só em vias de ser submetido o licenciamento nos Estados Unidos, só nos Estados Unidos, nós temos trinta e seis perspectivas de usinas nos próximos trinta anos.

O Brasil é a sexta reserva de urânio no mundo, sendo que apenas 30% do nosso território foram prospectados e apenas até cem metros de profundidade. Isso seria suficiente para operar Angra 1, 2 e 3 por mais quinhentos e vinte anos. Nós temos já detectado um grande potencial, mais oitocentas mil toneladas e isso ainda dentro de uma área do território muito pequena. Nós, provavelmente, somos o segundo ou primeiro país em termos de estoque de urânio.

Conseqüência e também uma evidência dessa retomada do mercado é a subida do preço de urânio no mundo que passou de quinze dólares por libra para cento e vinte. Hoje, acredito que seja por volta de cento e quinze, mas a perspectiva é que segue no próximo ano a cento e quarenta.

A questão dos rejeitos que é uma questão sempre importante e eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos. Existem dois tipos de rejeitos. Existem rejeitos de alta radioatividade que é o combustível usado na usina, e existem rejeitos de média, que são materiais que entram em contato e que possam estar radioativos, tais como: roupas, filtros e produtos de descomissionamento. Também há os rejeitos da área médica industrial, considerado rejeito de baixa e média. Sobre isso é importante dizer que todas as formas de produção de energia elétrica produzem rejeitos, interferem com o meio ambiente, isso com empresas e indústrias em geral.

A questão da estocagem do combustível, no mundo inteiro, não tem solução definitiva, como foi amplamente divulgado, mas é importante dizer que, quando se fala “definitiva” na questão nuclear, fala-se em período de milhões de anos, sem vigilância e sem monitoração. Eu vou mostrar aqui que, se nós incluirmos vigilância e monitoração, nós já teríamos o que, praticamente, nós chamamos de uma solução definitiva.

Isso demonstra um exemplo simples de produto industrial, que não tem solução, as garrafas “pet”. Hoje, no mundo inteiro existe uma discussão sobre quem é o responsável pela garrafa “petróleo”, se é o fabricante, se é o consumidor. E o fato é que, muito pouco desse produto é reprocessado, a duração é cerca de seiscentos anos. Enquanto que, no caso da energia nuclear, e aí eu mostro um processamento de médio prazo, isso é absolutamente controlado.

Enquanto nós estamos falando dessa questão de alta atividade que é a questão fundamental, a questão mais preocupante são os resíduos de alta atividade. É importante dizer que, se eu pegar sessenta anos de operação de vinte usinas, que é o tempo todo de uma usina, ela produz trinta mil metros cúbicos de combustível irradiado. Eles podem ser armazenados numa piscina de 30 por 20 por 5, num campo de futebol.

Se eu pensar em carvão, eu tenho milhões de quilômetros quadrados de resíduos.

Aqui mostra a nossa regência de rejeitos. Esse é um depósito inicial em Angra e o depósito final está em fase de estudo local, devendo estar pronta até 2012. Aqui há as piscinas onde ficam os rejeitos de alta atividade, inicialmente.

Agora, vou falar um pouco sobre energia nuclear no Brasil. O Brasil é um país muito estranho porque nós somos um dos dez países que dominam a tecnologia nuclear em todos os campos, inclusive, de aplicação médico-industrial e, principalmente, o ciclo de combustível. O Brasil é um dos três países do mundo que dominam toda a tecnologia do ciclo combustível e, também, possui urânio, um dos três países do mundo que tem a tecnologia e urânio.

O Brasil adotou como tecnologia de reatores os reatores a água leve pressurizada (PWR), que usam como combustível urânio enriquecido até 3,5%. O nível de enriquecimento para a aplicação bélica deve ser maior que 90%. O nosso submarino tem um projeto que usa urânio enriquecido a 20%. No processo de urânio, nós temos a mineração, como eu disse, nós temos instalado e produzido em Caetité, na Bahia; e há outra mina sendo aberta em Santa Quitéria.

Nós temos a conversão de gás, nós temos a tecnologia e estamos construindo uma planta piloto em Aramar. Mas a conversão, hoje, ainda é feita fora, no Canadá e, depois, esse gás vai para ser enriquecido na Europa em Urenco.

Nós temos também já implantada a tecnologia de cascatas de centrífugas. Já temos uma primeira cascata instalada, de uma série de dez e essa seria a primeira fase só de enriquecimento brasileiro. Isso aqui significa o minério que tem que ser transformado numa pasta onde se faz o primeiro processamento para isolar o urânio, e esse isolamento gera o chamado “yellow cake”. Esse “yellow cake” tem que ser transformado em gás porque para enriquecer eu preciso ter ele na forma de gás e, depois, através de centrifugação, eu consigo separar os elementos.

Aqui tem uma vista de centrífugas. Essa é uma foto bastante rara porque ninguém deixa fotografar nada, mas essa é uma cascata de centrífugas americana que não funcionou e foi abandonada. Os Estados Unidos estão tentando até hoje fazer enriquecimento e ainda não conseguiram. Eles acabaram de gastar cerca de 100 bilhões de dólares para montar uma nova cascata e não estão conseguindo, o problema tem sido bastante grande. A partir daí, eu preciso transformar, de novo, em pó, em pastilha. Essas pastilhas vão dentro de elementos combustíveis e, por sua vez, passam para a geração de energia.

Na questão de rejeitos, como eu disse, o Brasil tem rejeitos primários. Nós estamos trabalhando na parte de depósitos finais ou intermediários. Aqui tem o modelo do que é o deposito. Ele é uma série de colméias e concreto, coberto com uma laje cheia de água e, dentro de uma caverna, similar à dos Estados Unidos. Inclusive, nós já desenvolvemos alguns contêineres para esse resíduo. Outras razões são as aplicações médicas, as aplicações nucleares e as industriais.

Agora, vamos falar sobre a revisão do Programa Nuclear Brasileiro. Como eu falei, foi uma solicitação do Presidente da República, através da Casa Civil. A nossa proposta era a formulação de uma política que se propunha a cobrir um período de 15 anos (até 2020) e abordava a questão nuclear sob os seguintes aspectos:

- Geração Núcleo-Elétrica
- Produção de Combustível Nuclear
- Aplicações da Área Nuclear
- Autonomia Tecnológica

As diretrizes gerais foram:

- Fins pacíficos e não-proliferação
- Segurança e proteção
- Recursos humanos
- Política segura de rejeitos

Na parte de energia elétrica, nós temos algumas recomendações sobre a geração de energia elétrica:

Ações imediatas: Construção de Angra III, como complementação do projeto do ciclo de combustível, reforço das áreas de aplicações médicas e industriais e fortalecimento das ações de regulação.

Visão de futuro: elevação da participação da energia nuclear na matriz de geração de energia elétrica para 5,7% (3 novos reatores grandes e quatro médios).

É importante que as ações previstas para serem implementadas a partir de 2009 tenham sua implementação e sua viabilidade avaliadas pelo Grupo Permanente de Acompanhamento Gerencial do Programa Nuclear, a ser criado imediatamente.

O que aconteceu hoje? A discussão amadureceu, cresceu, mas ela também se modificou um pouco. Por exemplo, na área de energia elétrica, nós tivemos, realmente, Angra 3, nós tivemos essa escolha do novo reator, mas nós tivemos o crescimento numa visão de futuro, isolada para a área de produção de energia elétrica. Ou seja, nós conseguimos construir um modelo claro na área de energia elétrica em função da nossa necessidade de modificação na matriz, claramente. Mas nós abandonamos aquela idéia de pequenos reatores, em função, principalmente, da premência e da necessidade de cumprir um calendário, sem abandonar o desenvolvimento do reator propriamente dito. Só que o reator passa a constar numa área de pesquisa e desenvolvimento.

A visão do futuro é essa elevação da mesma maneira, mas aconteceu o seguinte nesse conjunto, por exemplo, o Ministério de Minas e Energia, então, está assumindo essa parte da produção de energia elétrica, a parte do ciclo de combustível e as outras áreas estão sendo abrangidas pelo MCT, através de seu plano de ação 2007/2010, que o Ministro teve oportunidade de falar na abertura.

Nós temos, inclusive, uma visão de futuro distante através da constituição de uma rede de fusão que, muito provavelmente, é a forma de geração de energia do futuro, mas o que falta é, simplesmente, retomar a idéia da coordenação interministerial. Nós precisamos fazer isso, inclusive, para garantir que os recursos sejam alocados de maneira coordenada, que

nós possamos continuar com a idéia clara de um Programa Nuclear Nacional.

Hoje, nós temos garantido e assegurado em diversos planos e ações, nas diversas áreas nucleares, mas ainda falta o estabelecimento claro, por parte do governo, de uma coordenação interministerial que dirige esse processo, como um todo, dando a ele uma coerência e uma consistência que permita, realmente, ser um programa de estado e, não, um programa de governo. Era isso que eu tinha que dizer. Muito obrigado.

Miriam Medeiros – Moderadora: Agradecemos ao Dr. Odair que, em tempo recorde falou sobre toda a história, desde 1945 até hoje, passando até pelo suicídio de Vargas, foi inédito, não é? Foi, realmente, um recorde. Então, agora, vamos convidar o Dr. Miguel Henze, Presidente da AEB, para falar sobre a área espacial.

O Programa Espacial Brasileiro

Miguel Henze – Agência Espacial Brasileira: Um bom dia a todos. Inicialmente, eu gostaria de lembrar que esse ano nós comemoramos 50 anos de área espacial. Em outubro passado, foi, justamente, o cinqüentenário do lançamento do primeiro artefato espacial, o Sputnik 1 e, agora, em novembro, comemoram-se os cinqüenta anos do primeiro ser vivo no espaço. Foi uma cadela da raça Laika, que, infelizmente, não sobreviveu à reentrada na atmosfera.

Durante esses cinqüenta anos, constataram-se nos programas espaciais que eles estão sujeitos a uma evolução constante, possuem um risco bastante elevado. A tecnologia avançada é uma das suas características. O custo desses programas é elevado e o retorno sobre o investimento é um retorno de longo prazo, quer dizer, não se consegue fazer nenhum Programa Espacial que não tenha essas características. A pergunta é que, diante dessas características, para quê? Para que fazer um Programa Espacial se, aparentemente, tudo isso que eu falei são aspectos negativos?

O primeiro aspecto é o aspecto do prestígio político, foi por aí que começou, praticamente, o Programa Espacial. Nós vemos ali, o Sputnik 1º, que foi uma demonstração de poderio por parte da, então, União Soviética. A segunda imagem é do astronauta americano que posou na lua e, ainda hoje, existe essa preocupação por parte de algumas nações, em particular, da China, que, na terceira imagem ali em baixo, que é a Cápsula Shenzhou que lançou o primeiro astronauta chinês ao espaço.

O segundo uso que foi feito do Programa Espacial foi a inteligência militar, a parte de espionagem e coisas desse tipo, ainda usada também, até hoje, então, é um dos usos. Isso aí é uma imagem das instalações nucleares do Irã tirada por um satélite de alta resolução.

Em seguida, vieram as telecomunicações, que, de longa distância eram um problema, atravessavam oceanos através de cabos oceânicos e coisas desse tipo. É até uma solução “satelital”, ou seja, a solução espacial para as telecomunicações foi uma “mão na roda”. O primeiro satélite, esse aqui, é um satélite usado pelo Brasilsat na EMBRATEL, então, isso é um satélite já mais moderno.

Outro avanço importante foi na parte meteorológica. Enquanto a meteorologia se manteve no solo, realmente, algumas previsões, principalmente, um pouco mais de longo prazo, ficaram extremamente difíceis porque exigia uma rede terrestre muito grande de sensores. No momento que foi possível colocar um dispositivo que fotografasse a terra do espaço, essas previsões passaram a se tornar bem mais fáceis de serem feitas. E embora a meteorologia fosse um sistema de observação da terra, mas é um sistema um pouco mais específico. Observação da terra a altitudes um pouco mais baixas passou a ter um conjunto de vantagens porque é possível se verificar do espaço um conjunto de coisas que acontecem aqui em baixo e que, realmente, de outra forma, por exemplo, com aeronaves, seria um sistema bem mais caro, na verdade.

Ouve-se falar bastante do Telescópio Rubble, por exemplo, que andou desvendando vários mistérios do universo, fez-se fotografia e descobriu-se muita coisa. Aqui embaixo, temos a nave Cassini-Huygens que foi até saturno fotografou os anéis de Saturno, então, conhece-se melhor todo o sistema solar e, outras unidades do universo através dessa parte científica, que passou a integrar também um dos campos das atividades espaciais. Isso daí é uma visão do que se faz, espacialmente, no mundo.

E nós no Brasil? O que nós temos a ver com isso? Onde é que nós nos inserimos dentro disso? Nós temos algumas preocupações no Brasil, por exemplo, com o uso do solo, com o meio ambiente, recursos hídricos, clima e segurança. O nosso maior problema é a nossa dimensão territorial. Só para vocês terem uma idéia, tem aqui um mapa do Brasil, e sobre o mapa do Brasil foi colocado o mapa da Europa, à exceção da Rússia, e dá para perceber que toda a área da Europa cobre, praticamente, apenas, a nossa área da Amazônia Legal. Então, isso aí nos dá uma idéia de qual é o nosso problema, dentro daquelas

necessidades que eu apontei, como é que nós vamos resolver aquelas necessidades diante de uma situação e de uma dimensão territorial dessa monta?

Para isso, nós temos que apelar, apesar dos custos e tudo mais. Há uma solução espacial, o uso do solo, o meio ambiente, recursos hídricos e segurança podem ser resolvidos com o sistema de observação da terra. A parte de clima, que é outra preocupação, pode ser resolvida por meteorologia e pela ciência. As demais preocupações mundiais são menores para nós. Estas são as nossas maiores preocupações, em termos das necessidades nacionais.

Aqui é um aspecto do que uma imagem de satélite pode nos indicar sobre o uso do solo rural. Temos aqui uma área rural que pode se notar nesses círculos aqui, a parte de irrigação por pivôs, então, é uma área intensamente irrigada que pode-se verificar como é que é feito o uso do solo rural através de uma simples imagem. Isso daí seria difícil de ser conseguido de outra forma.

Na base do uso do solo urbano e planejamento urbano, as imagens de satélites também ajudam bastante a parte de observação da terra porque é possível fazer todo um planejamento, por exemplo, rodoviário, como é o caso aqui da prefeitura do Recife.

Em termos de meio ambiente, temos uma preocupação grande com o desflorestamento, em particular, desflorestamento da Amazônia, uma vez que, infelizmente, a nossa mata atlântica já foi, praticamente, toda desflorestada. Vamos tentar evitar fazer que isso aconteça, também, do lado da Amazônia. Isso é uma região de Rondônia, onde se pode ver, aqui embaixo, toda uma estrutura em forma de espinha de peixe, que é a característica, justamente, da ação de madeireiras.

Por outro lado, temos também, outro problema, nas áreas florestais, que é a parte de queimadas. Que é outro sistema que também, através de uma investigação, a partir do espaço, pode-se determinar, facilmente, os focos de calor que, em geral, são problemas de queimadas em matas, queimadas que podem ser inclusive, propositais, através de um processo agrícola ainda não tão evoluído como se desejaría que fosse.

Em termos de recursos hídricos, aqui, a parte de energia é importante, apesar de o Odair ter dito que a parte de energia nuclear, talvez até seja mais, mas ainda não faz parte da nossa matriz energética.

Aqui, a parte hidroelétrica. Uma vista da Usina de Itaipu. Por outro lado, também, estudo de microbacias, também para preservação dos nossos recursos hídricos, é outra coisa, uma informação espacial básica, devidamente manipulada, através de sistemas de informação geográfica, como, por exemplo, o SPRING que é um sistema gratuito desenvolvido no Brasil, de software livre, pode-se determinar toda a incidência de certas características, de vegetação, de solo, etc. Microbacias que podem dar, inclusive, a indicação de como é que a microbacia evoluiu ao longo do tempo.

Em termos de segurança. Aqui, mostra sobre o mapa que é esquematizado a partir de uma informação espacial sobre a região de incidência de crimes e de situações desse tipo numa região urbana, em particular, se não me engano, isso aqui é a região de Porto Alegre.

Em termos de clima, o que nos interessa é, em primeiro lugar, a vigilância meteorológica. Infelizmente, por algum motivo de incompatibilidade, eu não estou conseguindo passar aqui o PowerPoint. Senão, essa imagem aqui, seria uma imagem animada do Catarina, aquele ciclone extratropical que ocorreu há alguns anos atrás, na região de Santa Catarina. Ele está aqui numa imagem estática, mas ela se movimenta, chegando perto da Costa, então, isso é uma coisa que, a partir do espaço, é muito mais fácil de verificar do que se for feito de outra forma. Aqui, a parte, por exemplo, das informações espaciais, devidamente manipuladas, em termos, por exemplo, de níveis de precipitação.

Um assunto que está em pauta é o assunto das mudanças climáticas. Isso aqui é um quadro do IPCC mostrando que, hoje em dia, essas mudanças climáticas estão bastante comentadas, pelo menos. Existem aí algumas considerações sobre a origem antrópica, ou seja, causada pelo homem, dessas modificações climáticas, porém, recentemente, num Workshop em que eu estive presente, foi aventada uma hipótese de que as mudanças climáticas também têm uma grande influência naquilo que se chama clima espacial. Clima espacial é aquela situação geral que

existe, por exemplo, no espaço e chega à Terra e que tem a origem em alguns fenômenos que ocorrem no sol. Então, a mancha solar e as explosões solares irradiam um conjunto de partículas que vêm em direção à Terra. Na outra atmosfera existem mecanismos de transferência de massa e transferência de energia que podem estar influindo, também, decisivamente, sobre a parte das mudanças climáticas. Essas alterações e esses efeitos do clima espacial são, justamente, detectados através de experimentos e de buscas científicas e tratamento científico das informações que são obtidas através de sondas espaciais.

Diante desse quadro, o que nós vamos fazer? Como é que nós reagimos a essa necessidade?

Durante um seminário em que foi abordado o problema do Plano Plurianual, na parte referente ao Programa Espacial, foi verificado qual seria o cenário possível, com 60% de probabilidade internacional até no ano de 2022. A pergunta é: Por que 2022? Porque o Programa Espacial é um programa que leva bastante tempo para amadurecer, se eu decidir hoje que eu vou precisar de alguma coisa, até isso se realizar, dentro do Programa Espacial, eu tenho, pelo menos, cinco a sete anos de realização. Seja com a instrução de toda a infra-estrutura necessária, seja com a instrução de todos os recursos necessários, depois, se nós considerarmos que nós temos da ordem de cinco a dez anos de uso desses recursos, fazer uma média de sete anos, cinco mais sete anos são doze anos, doze anos a partir de 2008, nós estamos em 2022. Quer dizer, hoje, nós temos que considerar o quê que nós ainda podemos usar em 2020, 2022, daí essa data mágica no meio desse cenário.

Há algumas coisas que foram determinadas como um cenário de 2022 e podem influir no Programa Espacial:

- A utilização de fontes renováveis de energia ganha uma grande importância no ambiente global.
- Houve um forte crescimento das exportações agropecuárias brasileiras, mesmo com as pressões contrárias a pretexto de defesa do meio ambiente, leis de patentes e normas laborais.

O que esses dois itens influem nas nossas decisões? Primeiro, no monitoramento por satélite das áreas plantadas das fronteiras com a área de proteção ambiental é fundamental para satisfazer esse cenário. A capacidade de previsão de clima e tempo também é fundamental para este cenário, e, finalmente, o Brasil, como uma potência ambiental, acaba surgindo como uma consequência desses dois itens do cenário.

Outro item do cenário é a consolidação da liderança do Brasil no espaço sul-americano com obrigações econômicas, políticas e de segurança que daí decorre. A consequência para o Programa Espacial seria que nós precisamos, efetivamente, de um monitoramento e vigilância através de satélite e que Alcântara pode ser transformado, deveria ser transformado dentro desse cenário, num centro para a América Latina como um todo.

Outro item é que o Brasil terá sempre fóruns importantes, apesar das nossas dificuldades econômicas internas. Nós precisamos assegurar isso, através de uma capacidade de acesso autônomo e irrestrito ao espaço e uma capacidade de monitoramento, de vigilância e comunicações globais.

E, finalmente, o papel da Rússia que ainda é um pouco marginal hoje. Em 2022, quer dizer, já não foi no passado, depois da queda do muro, da destruição da União Soviética a coisa se complicou, mas, que, a Rússia voltaria a se integrar é economia. Em particular a economia européia, em termos tanto comerciais como de infra-estrutura.

Qual é a consequência para nós disso? Nós passamos a ter, também, do lado europeu, uma possibilidade de ter elevação de barreiras tecnológicas que, hoje, já existem por parte dos Estados Unidos e isso nos conduz a uma necessidade de autonomia tecnológica.

Qual é a tática? Ou seja, quais são as ações de curto prazo que nós precisamos incrementar, realizar, para que nós possamos chegar sem muitos problemas a 2022? A primeira coisa que nós precisamos garantir é o nosso acesso ao espaço e isso significa continuar com o nosso programa de veículos lançadores de satélites, com, evidentemente, algumas modificações visando a esse futuro, mas isso precisa ser realmente alcançado.

O segundo item é a autonomia tecnológica na parte voltada tanto para a parte satélite, que, hoje, nós temos um programa junto com a China. Nós precisamos ter um programa que seja, exclusivamente, nosso, e, nisso, entra a conclusão que já está iniciada de um modo de serviço que constituirá satélites voltados a múltiplas missões, satélites que podem ter variadas cargas úteis, dependendo das necessidades e, mais um conjunto de tecnologia que nós precisamos dominar que são chamadas de tecnologias estratégicas e que, hoje, estão sofrendo alguma restrição por parte dos países que as detém, por exemplo, a parte de navegação inicial, propulsão líquida, alguns materiais componentes e coisa desse tipo.

E, finalmente, estão aparecendo oportunidades comerciais para lançamentos a partir de uma localização que nos é bastante favorável em termos geográficos, que é a cidade de Alcântara. Nessa cidade de Alcântara, temos o Centro de Lançamento de Alcântara que está a dois graus de latitude sul. Essa é a localização mais próxima do Equador e temos favoráveis para, inclusive, lançar na direção leste, satélites que vão ocupar órbitas geoestacionárias.

Qual é a nossa estratégia de longo prazo? Hoje em dia, todo Programa Espacial Brasileiro está focado em necessidades e soluções dadas pelo governo. Então, o que nós precisaríamos, em longo prazo, era fazer uma transição do modelo atual. Hoje em dia, nós temos a necessidade dada pelo setor público. O setor público faz a parte de pesquisa e desenvolvimento, entra com recursos, utiliza o setor privado para resolver os problemas industriais, quer dizer, a produção, propriamente, das soluções e, nós deveríamos caminhar para um setor privado que seja autônomo, que consiga seus próprios recursos e que utilize tanto o setor privado como o setor público, como os seus clientes e, aí, com isso, nós tiraríamos o peso do governo no financiamento, na compra direta e financiamento total, vamos dizer assim, de todo o Programa Espacial.

Essa solução aqui pode ser, inclusive, uma solução tipo parceria público-privada como uma fase, eventualmente, de transição entre uma coisa e outra, em que o governo se compromete a comprar os produtos que lhe interessam a partir da infra-estrutura que empresas privadas se proporia instalar.

Como é que eu chego nessa estratégica? De que eu preciso para implementar essa estratégica? Primeiro, nós temos uma dimensão político governamental para isso. A primeira coisa é que o estado precisa assumir claramente seu papel de principal indutor do desenvolvimento espacial. Isso não é só no Brasil, isso no mundo todo é assim.

Segundo, o Programa Espacial precisa ser adotado como um programa de Estado. É o mesmo problema do Programa Nuclear. São programas estratégicos, portanto são programas que devem ser considerados como programas de Estado. Ele precisa ser integrado ao planejamento estratégico em longo prazo, com o segmento de uma infra-estrutura econômica, inclusive, com uma infra-estrutura tão relevante com uma parte de transporte, rodovia, energia, recursos hídricos e telecomunicações.

Em terceiro lugar, temos um problema com a legislação. A legislação precisaria ser flexibilizada em termos de regras de compras e encomendas governamentais, junto às empresas, principalmente, para se poder exercer, de fato, o poder de compra de Estado que hoje ainda está um pouco pendente diante da legislação existente.

E, finalmente, precisa estimular a criação de contratantes principais que se responsabilizem por toda a cadeia produtiva envolvida desde a parte industrial, até a parte de fornecimento final de serviços.

Em termos de política industrial, isso também é fundamental. Nós colocamos ali o estímulo à criação de contratos que tenham algum vínculo com a política industrial. É necessário estruturar uma cadeia produtiva espacial que seja sustentável e internacionalmente competitiva. Ela, hoje, ainda não é. E que seja capaz de atender as demandas tanto nacionais com sistemas espaciais completos, como também, servir para atender a demandas internacionais. É preciso estabelecer vínculos de negócios entre diversos fatores envolvidos na cadeia produtiva, por exemplo, entre instituições de pesquisa, empresas e governo. As instituições de pesquisa fornecem o avanço tecnológico necessário. As empresas são aquelas que transformam essa tecnologia depois em produtos e o governo é um dos clientes que estimula essa situação e precisa garantir que isso tenha sucesso.

E, finalmente, é necessário desenvolver uma cultura de cooperação que nós, efetivamente, não possuímos. Hoje em dia, é difícil fazer qualquer coisa, sozinho, seja em termos de desenvolvimento tecnológico, seja em termos de produção industrial. Então, essa cultura de cooperação, que ainda é incipiente no nosso país, precisa ser estimulada, precisa ser desenvolvida e precisa-se também, estimular e, não apenas com recurso, mas com uma política um pouco mais firme para ampliar a capacidade de inovação na indústria espacial nacional. Muito obrigado pela atenção.

Miriam Medeiros – Moderadora: Eu agradeço ao Dr. Miguel Henze. É muito bom ver a nossa platéia lotada, gente de pé, mas há lugares aqui na frente, na segunda fileira, aqui na primeira fileira, porque ainda temos mais uma palestra, vai cansar ficar de pé.

Agora, o Dr. Rodrigo Rodrigues, que é da Casa Civil e é responsável pela condução do Programa de Biocombustíveis, vai-nos apresentar como anda o planejamento e a execução do que o Governo Federal está planejando para essa área de biocombustíveis que, hoje, é a “menina dos olhos” do nosso Presidente. Ele está levando esse programa Brasil afora.

As Diretrizes e as Políticas do Governo Federal para os Biocombustíveis

Rodrigo Rodrigues – Casa Civil/Presidência da República: Bom dia, senhoras e senhores. É uma satisfação, uma oportunidade. Agradeço o convite do Gabinete de Segurança Institucional de debater as questões estratégicas para o país nesses encontros anuais. O propósito da nossa apresentação é apresentar as diretrizes básicas do Governo Federal para os biocombustíveis e a janela de oportunidades que se apresentam à expansão do mercado internacional de biocombustíveis para o país.

Inicialmente, vamos colocar os dados da distribuição mundial do consumo de energia per capita no planeta. As áreas mais escuras correspondem aos maiores consumos per capita de energia global e as áreas mais claras correspondem ao menor consumo de energia per capita no planeta. As áreas situadas entre os Trópicos de Câncer e Capricórnio, nessa tarja verde, correspondem às áreas de potencial produção de energia renovável, tanto no que tange à disponibilidade de solos, disponibilidade de água e incidência solar, que, justamente, correspondem às áreas de menor consumo de energia per capita no planeta.

Há um desbalanceamento mundial entre áreas potenciais produtoras de energia renováveis e as áreas grandes consumidoras de energia no planeta. E, aí, uma janela de oportunidade para os países de clima tropical, situados nessa área, como fornecedoras de energias renováveis, na medida em que crescem...

Aqui nós temos a matriz energética brasileira, em que as fontes renováveis de energia correspondem a 44,8%, considerando uma média mundial de 14% de fontes renováveis com dados internacionais, com base na OCDE.

Essa é a nossa matriz de combustíveis veiculares. Temos o diesel com 48,9%, já agregando uma parcela de 3,3% de B2, totalizando 52,2%. Aqui temos os percentuais do gás natural veicular (3,2%); da Gasolina A, que é a gasolina pura, (27,2%); do Álcool Anidro que é o misturado na gasolina e que resulta na Gasolina C, que é consumida nos postos revendedores (7,3%); o Álcool Hidratado, que é aquele utilizado diretamente nos veículos a álcool ou nos veículos flex fuel (9,9%). Essa flechinha indica que houve crescimento em relação ao consumo de dados de 2005. Os percentuais estão aqui. O aumento do consumo do Álcool Hidratado, fundamentalmente, é derivado do crescimento da frota de veículos flex fuel no país e uma redução do Álcool Anidro, que é aquele misturado na gasolina.

Aqui, é a safra 2005/2006. Tivemos uma escassez de abastecimento de álcool, no início do ano. A lei nos permite graduar de 20 a 25% a participação de álcool na gasolina. No início de 2006, isso foi reduzido para 20% e depois subiu para 23%. Em julho desse ano, aos 25%, que é a participação máxima de mistura de gasolina. Então, isso se deve à queda no consumo de Álcool Anidro em 2006, em relação a 2005.

Aqui é para se ter uma idéia da nossa dependência externa. Apesar da tão anunciada auto-suficiência em petróleo, nós ainda importamos cerca de 6 a 7% do diesel consumido internamente. Consumimos 40 bilhões de litros por ano de diesel, basicamente, destinado para a movimentação do transporte pesado de cargas e passageiros nos centros urbanos e máquinas e implementos agrícolas. Os transportes representam 85% do consumo do diesel no país, e querosene e gás natural. Evidentemente, estamos aí com todo esse problema do abastecimento do gás, atualmente, e somos exportadores líquidos de gasolina, álcool e óleo combustível. Não temos uma dependência em óleo diesel, querosene e gás natural. E, auto-suficiência, pois exportamos, liquidamente, os outros combustíveis.

Em termos da evolução tecnológica dos biocombustíveis, nós estamos, atualmente, em escala comercial dos chamados “Biocombustíveis de Primeira Geração”. É o álcool, que é derivado, diretamente, de uma matéria prima agrícola, seja a cana de açúcar, o milho, o trigo, a

beterraba e o biodiesel, que é produzido por meio de uma matéria-prima oleaginosa, um vegetal ou gorduras animais.

A base da pesquisa atual é direcionada para os chamados “Biocombustíveis de Segunda Geração”, particularmente, o etanol de celulose, que é a transformação da celulose num açúcar, através da fermentação, que é uma tecnologia conhecida. A fermentação gera o álcool a partir do açúcar. O “pulo do gato” tecnológico é produzir em escala comercial a transformação da celulose e se obter como matéria-prima básica, resíduos, casca de arroz, palha de milho e o próprio bagaço da cana. O “pulo do gato”, então, é transformar em escala comercial a celulose num açúcar. O processo de fermentação já é dominado e há uma previsão de que, em sete a oito anos, essa tecnologia do etanol celulósico já estará disponível em escala comercial.

Aqui nós temos as biorefinarias. Já existe um processo de produção integrada, que está sendo desenvolvido pela Petrobrás, em que se usa óleo vegetal combinado com hidrogênio para produzir um diesel, mas que não é biodiesel. É um “pulo” para as chamadas biorefinarias que passam a utilizar fontes renováveis no processo de produção de combustíveis. Nessa produção de Biocombustíveis de Primeira Geração, o Brasil, atualmente, possui uma vantagem competitiva em termos de domínio tecnológico, em termos de condições, de clima e solo, de produzir um combustível renovável, economicamente competitivo com os derivados de petróleo, particularmente, o etanol brasileiro.

Considerando essa janela de oportunidades que se abre para o Brasil, com uma vantagem competitiva na produção de biocombustíveis de primeira geração, a expectativa é que, em mais sete ou oito anos, essa vantagem competitiva possa ser superada, porque as vantagens comparativas não são estáticas, com o desenvolvimento tecnológico dos Biocombustíveis de Segunda Geração.

Se nós não conseguirmos acompanhar os demais países, essa vantagem competitiva que nós temos nos Biocombustíveis de Primeira Geração pode ser perdida. Essa é uma questão estratégica que abre essa janela de oportunidade de uns sete, oito anos de o país desfrutar, efetivamente, dessa liderança, em termos competitivos.

Como política do Governo Federal na perspectiva internacional, podemos ressaltar:

- Fórum Internacional dos Biocombustíveis (Brasil, EUA, União Européia, África do Sul, China e Índia):
 - Padronização das normas técnicas para evitar barreiras;
 - Tratar biocombustíveis como *commodities* (mercados futuros).
- Memorando de Entendimentos Brasil-EUA:
 - Cooperação tecnológica bilateral;
 - Cooperação em terceiros países (América Central e Caribe);
 - No plano multilateral criar mercado internacional para os biocombustíveis.
- Acordos bilaterais. A idéia é uma cooperação com terceiros países, particularmente, na América Central, com o objetivo de criar condições nesses países, altamente dependentes do petróleo importado. Condições para que se tenha produção, consumo e comercialização de biocombustíveis.

No plano multilateral, é um reforço dessa iniciativa internacional de vir a criar os mecanismos institucionais para a transformação dos biocombustíveis em commodities e criando um mercado internacional para biocombustíveis. É nesse sentido que as relações e acordos bilaterais, intensificados por iniciativa do Presidente Lula, têm-se difundido para os demais países da América Latina. Entendimentos bilaterais com Chile, Uruguai e Paraguai, no sentido de cooperação e com os países africanos também.

Considerando, então, essas questões, e um mercado para o álcool combustível, o etanol, consolidado em nosso país, nessas três décadas e meia de experiência com o Pró-álcool que atingimos uma maturidade, consolidamos o mercado interno consumidor e atingimos uma grande produtividade na produção tanto agrícola, de variedades de cana, como industrial, na transformação da cana no álcool. As diretrizes básicas do governo são no sentido de consolidar esse mercado que passou a crescer, novamente, após a introdução da tecnologia dos veículos “flex”

fuel” em nosso país. Hoje, cerca de 90% dos veículos novos, comercializados, que saem de fábricas, são veículos biocombustíveis e há uma tendência crescente à frota de veículos leves ser movida à opção de gasolina ou álcool em nosso país.

Nesse sentido, é a construção de um planejamento estratégico para o setor. Construção conjunta com os produtores e a indústria da cana do açúcar e do álcool, um planejamento estratégico para o setor, objetivando aproveitar-se dessas vantagens comparativas na produção do álcool em termos internacionais, e consolidar, estabilizar o mercado interno, objetivando o abastecimento de álcool a preços estáveis e disponíveis em todo território nacional do álcool combustível com o crescimento da frota de veículos flex fuel.

O investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, principalmente, do etanol celulósico, ou seja, as linhas de pesquisas para desenvolver os chamados “Biocombustíveis de Segunda Geração”. Temos uma previsão de 430 milhões de recursos do Ministério de Ciência e Tecnologia, dos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia para o período de 2007/2010. A grande oportunidade do Brasil que é reboque desses acordos, esses entendimentos que estão sendo mantidos em nível político pelo governo, é abrir mercados para a exportação de know-how, conhecimentos, máquinas, equipamentos para produção de álcool.

Mantemos uma liderança nessa capacidade, nessa usina de álcool moderna em que se utiliza o bagaço da cana num processo de co-geração. A usina é auto-suficiente, utiliza o bagaço da cana para aquecimento das caldeiras, gera um excedente de energia que é injetado no sistema elétrico, ou seja, essa tecnologia, dominada por empresas brasileiras, a exportação de máquinas e equipamentos e “Know-how” de produção é que é o grande potencial para o Brasil nesse mercado e, menos no combustível em si, cujos próprios produtores, por uma questão até mesmo de logística, têm no mercado interno nacional, o grande objetivo e o grande mercado.

No sentido de uma infra-estrutura de apoio à exportação residual de álcool, temos a construção do álcoolduto que liga a região de Goiás, Mato Grosso do Sul, onde está expandindo a produção de cana de açúcar no

país, com o porto exportador em São Sebastião e as principais bases de distribuição no Estado de São Paulo.

Aqui temos essa vantagem comparativa em termos de balanço energético na produção do álcool, ou seja, aqui o balanço energético, a energia gasta na produção do etanol produzido da cana de açúcar e a quantidade de energia gerada com o álcool. Então, a liderança brasileira com a cana de açúcar para uma unidade de energia gasta no processo de produção agrícola no petróleo queimado etc., na produção da cana e a energia que é gerada com o etanol que é de oito vezes.

Essa relação do etanol norte-americano da produção do álcool de milho nos Estados Unidos é de 1,5 a 2, uma unidade de energia gasta para 2 unidades, no máximo, de energia gerada. Aqui é o etanol, basicamente europeu, que tem como matéria prima o trigo ou a beterraba. Então, esse é o grande balanço energético positivo na produção do etanol da cana de açúcar no Brasil. Então, esse cenário básico para o etanol é uma consolidação de mercado interno e o aproveitamento de vantagens comparativas internacionais.

Antes de entrar no biodiesel, que é o biocombustível mais recente, vou apresentar um contexto histórico das razões que levaram a introdução do Pró-álcool em meados da década de 70 e a contextualização política, econômica e social atual para a introdução do biodiesel. O álcool foi introduzido em meados dos anos 70, num período de crise de petróleo, as crises de abastecimento entre 73 e 79, escassez de petróleo, a subida do preço internacional do petróleo. Naquele momento, os problemas de balanço de pagamento já se avizinhavam para o Brasil, escassez de reservas internacionais, dificuldades de balanço de pagamento, se em 80, 81 chegávamos à moratória, ou seja, naquele momento, o país era, altamente, dependente do petróleo importado. Tínhamos que substituir parte do consumo por algum consumo alternativo, devido à escassez de divisas.

Então, nesse momento, houve a opção política de substituir nos veículos leves a gasolina pelo álcool, destinando aí, grande parte das divisas do consumo de petróleo para a movimentação do sistema básico de transporte do país, movidos a motores diesel, consumindo diesel, que é o

transporte pesado de cargas e de passageiros. Essa foi a motivação fundamental, num contexto em que havia mecanismos institucionais que permitiam uma flexibilidade no sentido de elevação do gasto público com a emissão monetária, e a consequência disso, é o processo inflacionário que todos nós conhecemos o custo da facilidade em que políticas públicas são geradas e a fatura é colocada para o pagamento das gerações seguintes. Havia uma premência, uma necessidade interna que justificou o Pró-álcool que nasce, altamente, subsidiado, custava cerca de três vezes a gasolina consumida no país e, ao longo dos tempos e de três décadas de desenvolvimento na pesquisa, tecnologia, produção agrícola, na adaptação de canaviais e na extração do álcool da cana de açúcar, ganhamos em produtividade que, hoje, o álcool é altamente competitivo com a gasolina. O biodiesel foi introduzido, recentemente, como programa. A base da legislação é a análise de viabilidade econômica, social, ambiental que leva à introdução oficial do programa em dezembro de 2004, num contexto em que o país se aproxima de uma auto-suficiência, em termos de derivados de petróleo. Não se convivia com uma crise de abastecimento de derivados de petróleo, as finanças públicas apresentam uma evolução institucional. Há um compromisso da sociedade com a estabilidade monetária e mecanismos institucionais representados, basicamente, por uma lei de responsabilidade fiscal que, limita em grande parte o gasto público. É importante ressaltar a limitação para a concessão de subsídios de forma indiscriminada e o equilíbrio que isso pode representar para um compromisso fiscal muito mais sério. A inexistência, até mesmo, de uma poupança pública para justificar enormes gastos na forma de subsídios ou de incentivos para estimular um mercado de um novo combustível.

O biodiesel precisa ser instituído em bases sustentáveis, em bases próximas de mercado com algum suporte inicial, como substituto do diesel mineral, nos veículos pesados, nos veículos movidos a diesel, que são caminhões, frotas de ônibus, motores estacionários e geradores térmicos em embarcações e locomotivas.

Essas são as diretrizes básicas do Governo Federal para o biodiesel, que foram instituídas, recentemente:

- Introduzir o biodiesel na matriz energética brasileira de forma sustentável. Segurança energética através da diversificação das fontes.
- Geração de emprego e renda, especialmente no campo, atenuando disparidades regionais ➔ Inclusão Social.
- Reduzir emissões de poluentes e gastos com importação de petróleo e derivados.
- Não privilegiar rotas tecnológicas, mas exigir e fiscalizar rigorosamente a qualidade.
- Uso de distintas oleaginosas: mamona, palma (dendê), girassol, algodão, soja, pinhão-manso, amendoim, gordura animal e outras.

Há várias externalidades positivas, no sentido do ganho ambiental, a redução das emissões dos gases do efeito estufa, redução significativa de monóxido de carbono e a possibilidade de geração de emprego e renda no campo. Então, considerando essas externalidades e a necessidade de introduzir o biodiesel como um novo combustível de fonte renovável na matriz energética brasileira, ele é introduzido na matriz energética como um combustível de fonte renovável, com o objetivo de prover segurança energética ao introduzir uma nova fonte de energia e, principalmente, sendo ela fonte renovável.

A inclusão social é o aproveitamento dessas externalidades positivas na geração de empregos e renda no campo, a redução das disparidades regionais, a redução das emissões, a vantagem ambiental, a flexibilidade tecnológica e no uso de oleaginosas. A diversidade de clima e solo no país permite, ao contrário da cana, que foi o etanol que ficou vinculado à monocultura da cana, diversas matérias primas de oleaginosas para a produção do biodiesel em nosso território.

Aqui é um quadro geral de uma análise comparativa das alternativas em termos de oleaginosas: mamona, girassol, soja, palma, e algodão etc. Não estou incluindo aqui, por exemplo, o pinhão manso, que é um potencial, mas ainda não há conhecimento agrícola consolidado que permita o referendo em sua produção. Então, aqui é a produtividade agrícola média da oleaginosa, em termos de quilo por hectare, o

conteúdo de óleo de cada uma dessas oleaginosas, o menor conteúdo de óleo é o da soja, e o maior aqui verificado, na mamona.

O rendimento de óleo, em termos de quilos por hectare, tem sua maior vantagem identificada na palma. E, aqui, a disponibilidade efetiva do óleo no mercado nacional. E, aí, a soja, evidentemente, para um mercado consolidado, o tipo de produção de óleo, farelo, etc. Há uma grande disponibilidade atual, momentânea.

Considerando aquelas diretrizes, a fundamentação do marco regulatório do biodiesel foi oficialmente lançado pelo Presidente da República em 6 de dezembro de 2004. Não temos um marco regulatório, nem linhas de financiamento definidas no âmbito federal. As leis básicas aqui que estabelecem o percentual de mistura compulsória, definem e introduzem o biodiesel e o definem como um combustível. A lei 11.116 que define o modelo tributável do biodiesel e as normas infralegais, decretos, resoluções e etc.

O mecanismo tributário que objetiva a política pública, objetivando estimular as externalidades sociais do biodiesel que é a isenção ou redução dos impostos federais incidentes sobre combustíveis, como o PIS, PASEP e COFINS. O mecanismo é a isenção total de tributos para a produção de biodiesel, utilizando matéria prima agrícola da agricultura familiar no norte e no nordeste com a palma ou a mamona, uma redução menor para a produção de biodiesel pela agricultura familiar em qualquer região do país e, com qualquer oleaginosa e, aí, uma redução menor, proporcionalmente menor, para a produção de biodiesel, sem ser agricultura familiar no norte e nordeste, e a regra geral da tributação em termos de reais por metros cúbicos do diesel com o biodiesel.

A obtenção do Selo Combustível Social é o critério que habilita o produtor de biodiesel a desfrutar dos benefícios fiscais e a participar dos leilões, são quantidades mínimas a serem adquiridas de matéria prima agrícola da agricultura familiar variáveis, no mínimo 50% no nordeste e no mínimo 30% no sul e sudeste e no mínimo 10% no norte e centro-oeste. A vinculação para obter o selo, o produtor de biodiesel, além de adquirir matéria prima, tem que garantir a produção, a garantia de compra da produção com contratos de médio e longo prazo, preço de referência

estipulado e prestar assistência técnica aos produtores agrícolas diretamente ou contratada de terceiros.

No final de 2004, nós tínhamos um marco regulatório estabelecido. Haveria um período de transição para a mistura compulsória, e, nesse interim, entre 2005 e janeiro de 2008, o biodiesel estava autorizado, sua mistura, mas não havia um mercado firme, objetivando alavancar a produção e estimular a instalação de capacidade instalada de produtores de biodiesel para prover a mistura de 2%, que se torna obrigatória. Agora, em janeiro, foram realizados leilões de compra de biodiesel que foram idealizados com o objetivo de alavancar a produção e reduzir a assimetria de informação. Era um mercado novo, um produto novo, não se tinha preço de referência. O custo de produção nenhum produtor revela, é um mecanismo da introdução do biodiesel através dos leilões de compra realizados pela ANP e obrigando o produtor e importador de petróleo a comprar o biodiesel. Tinham esse objetivo, alavancar a produção, reduzir a assimetria de informação em relação a preço.

Foram realizados cinco leilões de compra até o momento, sendo que o primeiro foi em novembro de 2005. A quantidade de empresas que participaram. O volume adquirido em cada um desses leilões, total de 885 milhões de litros. Aqui, as datas para a entrega e o preço. O mecanismo de leilão sai de um preço de referência e a proposta vencedora é aquela que apresenta o menor preço, produzindo um biodiesel dentro das especificações da ANP.

O preço do primeiro leilão caiu de 1,74 para 1,72. Esse aqui é o preço médio por litro com os tributos federais e sem o ICMS, para ter uma base o preço FOB na porta da fábrica, com tributos federais sem ICMS, o preço FOB do diesel na refinaria com tributos federais e sem ICMS, na ordem de R\$ 1,37 e R\$ 1,38.

Esse é o quadro geral da capacidade instalada do mercado atual de biodiesel, temos quarenta e duas unidades autorizadas numa operação, com uma capacidade instalada de 2 bilhões de litros de biodiesel por ano, mais trinta unidades em processo de autorização e de regularização, com mais 1 bilhão e 700 milhões de litros por ano. Um total de usinas de

setenta e duas para 2 bilhões e 700 milhões de litros, com capacidade instalada de produção projetada para dezembro de 2008.

Aqui, é a distribuição espacial das unidades em operação, em fase de regularização. Os 875 milhões de litros adquiridos nos leilões estão gerando emprego para 225 mil famílias de agricultores e seus familiares; em torno de 1/3 da matéria prima utilizada na produção dos 875 milhões de litros provém da agricultura familiar e, atualmente, seis mil e seiscentos postos revendedores já comercializam o diesel com 2% de biodiesel em todo o território nacional, que é em torno de 18% do total de postos revendedores.

Isso é uma estimativa da demanda. A demanda estimada fica em torno de 800 milhões de litros para os 2% para o mercado de B2 compulsório, a partir de janeiro desse ano, com a capacidade instalada de produção chegando a 5%, o que significaria 2 bilhões de litros, consumo de 40 bilhões de diesel, a capacidade instalada de 3 bilhões e 700 projetada para o final de 2008.

Os desafios que se colocam, atualmente, são os seguintes:

- Acompanhar a evolução da oferta, da demanda e dos preços (leilões de compra, frotas cativas, comunidades isoladas, inclusão social, etc.)
- Estimular “curva de aprendizado” → TECNOLOGIA
- Organização de agricultores familiares: papel importante de estados, municípios, cooperativas, ONG, etc.
- Conclusão de testes veiculares e de emissões com B5 e percentuais de mistura superiores.
- ICMS compatível com modelo tributário federal => foi dado importante passo: Convênio ICMS 113 → unificação das alíquotas (12%).

Como medidas recentes, nós temos as seguintes:

- Monitoramento semanal das entregas de biodiesel: aferição da capacidade efetiva de produção (retirada de 35.000 litros/mês em ago/set/out).

- Leilão de compra para o fornecimento da obrigatoriedade da mistura de 2% de biodiesel (B2) a partir de 01/01/2008: 80% do volume para produtores com Selo Combustível Social e 20% para produtores em geral. Leilões para incremento de 1% de mistura adicional (Resolução CNPE nº. 05, de 03/10/2007, Portarias MME nº. 284, de 04/10/2007 e nº. 301, de 29/10/2007).
- Audiência Pública ANP: 22/10/2007; leilões em 13 e 14/11/2007.

As medidas já foram anunciadas, o edital já foi divulgado, as audiências públicas já foram concluídas com a data da realização do leilão para adquirir 60% do volume necessário para a mistura B2 ao longo de 2008. Serão realizados nos dias 13 e 14 de novembro agora. A mensagem final que eu gostaria de deixar para os senhores é a crença do Governo Federal no sentido de que os biocombustíveis são uma janela de oportunidade e podem transformar as áreas que estão secularmente relegadas a uma agricultura de subsistência, principalmente, o semi-árido nordestino, e que poderão ser transformadas num potencial de inserção de uma economia nacional na provisão de matérias primas para a produção de combustível renovável. Obrigado.

Miriam Medeiros – Moderadora: Agradeço ao Dr. Rodrigo Rodrigues e, agora, nós vamos dar início à rodada de perguntas e respostas. Os palestrantes já estão de posse das perguntas e, como existem algumas similares, eles estão reunindo as perguntas pelo tema e vão responder a todas.

Debate

Miriam Medeiros – Moderadora: Agora, eu gostaria de ler uma reflexão que foi feita aqui pelo nosso colega de platéia Jorge Monteiro Fernandes do IPDE que ele diz: “Alegre renascimento ao participar desse evento e verificar o retorno da discussão de poder nacional, no sentido amplo da expressão por intermédio do desenvolvimento científico e tecnológico, tratamento diferenciado das compras, visando proteger e garantir o nosso desenvolvimento autônomo e auto-sustentável, pois isto há vinte anos atrás foi considerado xiita e motivo de ações de desmonte e... Parabéns! Voltamos a ter futuro”.

Então, eu acho que isso está relacionado com o que nós vimos aqui. Os nossos três palestrantes, com certeza, são entusiastas do futuro, mostraram programas que, eu, por conhecer os três, sei que eles lutam, diariamente, pelas conquistas dos seus respectivos programas. E, se nós tivermos mais pessoas como o Jorge, que voltou a ter esperança, eu acho que ninguém segura o nosso país. Potencial nós temos e todos nós sabemos disso. Esperança também é fundamental. Então, obrigada Jorge. Eu vou passar isso para os organizadores do evento para eles passarem para todos os palestrantes.

Odair Dias Gonçalves – Comissão Nacional de Energia Nuclear: A primeira pergunta é a seguinte: *Quais foram as consequências positivas e negativas da adesão do Brasil ao CNP?* Está é uma pergunta do Henrique Paiva do Exército.

As consequências, realmente, estão sendo estudadas. Nós não conhecemos completamente nem as razões que levaram à assinatura e nem as consequências que geraram. Então, nós precisamos de mais informações. Uma coisa é clara, nós, hoje, recebemos uma pressão muito grande para a adesão ao protocolo adicional. Nós não estaríamos

recebendo essa pressão, mas, certamente, estaríamos recebendo pressão para aderir ao TNP, então, é uma coisa, mais ou menos, equivalente.

A segunda pergunta é: *Qual foi a repercussão internacional do impedimento de visualização de algumas instalações nucleares brasileiras por inspetores da AIEA?*

Isso nunca aconteceu. Nunca foi impedida a visualização brasileira por área de inspetores da AIEA, portanto, isso não tem nenhuma consequência. Nunca foi impedida. O Protocolo de Salva-Guardas é estabelecido previamente. Ele exige uma negociação detalhada do que o fiscal da AIEA vai olhar, por onde ele vai passar, o que ele vai ver e quanto tempo ele vai ficar em cada lugar. O que estava em discussão era a constituição do protocolo. Nunca houve um protocolo dizendo que eles iam olhar, portanto, eles nunca foram impedidos de olhar nada. O que acontece era que toda a discussão era em cima do estabelecimento do protocolo e não da inspeção, propriamente dita. E isso nunca aconteceu e não tem consequência.

A outra pergunta: *As reservas brasileiras de urânio são seguras?* Sim. Na melhor hipótese, se tivesse construindo uma nova usina a cada três anos, nós teríamos tranquilamente, ou seja, se nós construíssemos em sessenta anos cento e oitenta usinas, nós teríamos urânio para mais de trezentos anos. Não há problema nenhum na questão da reserva. Elas estão protegidas fisicamente, as que nós sabemos, sim. As que nós não sabemos, não ainda. Sobre a questão de proteção e fiscalização do monopólio, isso cabe à Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Aqui diz uma afirmação: *O Brasil é signatário do TNP, o que caracteriza congelamento de poder a nível global.*

Eu não concordo com isso. Eu acho que tem muito espaço, mesmo obedecendo aos acordos internacionais para nos tornarmos uma grande potência nessa área. O que já somos. A importância do Brasil fora é muito grande na área nuclear e não é o TNP que atrapalha essa coisa. Ele congela o *status quo* das bombas, especificamente.

Em relação a armamento, a segunda pergunta é *se nós estamos pesquisando uma possível produção de um artefato nuclear.*

Não. A Constituição Brasileira não permite. Está explícito na nossa Constituição que energia nuclear só pode ser usada para fins pacíficos, portanto, essa discussão não cabe à Comissão Nacional de Energia Nuclear, ela pode ser resolvida em termos de uma política de defesa, mas isso implica uma série de providências, inclusive, mudar a constituição.

Se os Estados Unidos não conseguem enriquecer urânio, que país do mundo tem essa tecnologia?

Como eu falei, são muito poucos. São cerca de dez países e desses dez, uns três dizem que têm, mas não têm. Ele enriquece por difusão, que é uma tecnologia muito menos eficiente do que a nossa. O que os Estados Unidos não têm é o enriquecimento por ultracentrifugação, mas quem mais enriquece por ultracentrifugação e que detém boa parte do mercado mundial, hoje, é um consórcio europeu que é o mesmo que nós usamos. Na Rússia há outras companhias que fazem isso comercialmente.

O Brasil possui tecnologia própria em enriquecimento?

Certamente. A nossa tecnologia não só é totalmente nacional, como é a melhor. A nossa centrífuga tem uma suspensão eletromagnética em baixo e em cima, portanto, ela não tem atrito, como a outra centrífuga gira a uma velocidade supersônica, isso é uma vantagem brutal em termos, inclusive, de conservação. Nós podemos dizer que se nós não temos a mais eficiente, em termos de massa, temos a melhor tecnologia, hoje, no mundo no enriquecimento.

Miriam Medeiros – Moderadora: Vou passar para o Dr. Miguel Henze para discorrer sobre a Agência Espacial.

Miguel Henze – Agência Espacial Brasileira: Muito obrigado pelas perguntas. Há algumas bastante interessantes, sem dúvida nenhuma, e, eu acho que é essa a idéia do debate. Há umas três perguntas aqui que,

na verdade, tratam, essencialmente, de parcerias, cooperação e acordos internacionais. Eu vou tentar respondê-las em bloco.

Na área espacial existe um conjunto de parcerias brasileiras com outros países, por exemplo, a parceria com a China em que, na verdade, nós produzimos alguns satélites em conjunto. Já produzimos o CBERS 1 e 2 e, recentemente, em setembro foi lançado o CBERS-2B. Essa não é propriamente uma parceria tecnológica no sentido de haver transferência de tecnologia. Não é isso. A parceria com a China é uma divisão de trabalho. Nós fazemos uma parte do satélite; a China faz outra parte do satélite. Nós caracterizamos isso através de uma estrutura de divisão de trabalho.

No caso, dos satélites CBERS e CBERS-2B, a China era responsável por 70% do programa e, isso inclui o lançamento inclusive e, nós, por 30%. No caso do satélite CBERS 3 e 4, que são os futuros satélites, e 50% para cada lado. Dentro desse esquema não existe, como eu falei, transferência de tecnologia, portanto, a questão do veículo lançadores de satélite está, em princípio, dentro desse contexto totalmente fora de cogitação.

Na verdade, eu diria que transferência de tecnologia em veículos lançadores é uma coisa quase que impraticável. É possível comprar motores para lançadores de propelente líquidos, mas seria uma compra e, aí o máximo que nós podemos fazer é desmontar um motor e tentar ver o quê que tem lá dentro e tentar produzir aqui. Mas uma transferência efetiva de tecnologia nesse setor, isso é impraticável. Eu acredito que isso, inclusive, responde, em parte, à outra pergunta que é se o veículo lançador não é um instrumento altamente dissuasório.

É claro que é. É isso que, entre outras coisas, condiciona a não transferência de tecnologia na parte de veículos lançadores dos respectivos motores e propelentes. A China é um dos exemplos. Outro exemplo é a própria Argentina. Acho que nós temos uma cooperação com a Argentina que poderia ir muito mais longe do que ela vai e, volta e meia, nós entramos em conversas com a Argentina para vermos o quê que nós podemos fazer em conjunto. Nós usamos, no próprio contexto

industrial, indústrias argentinas como fornecedores ou subfornecedores de parte para o Programa Espacial Brasileiro.

Outro programa interessante e, esse envolve, realmente, uma transferência de tecnologia e um trabalho, efetivamente, conjunto, é uma parceria que estamos fazendo com a Alemanha. Nós estamos desenvolvendo um satélite radar que para nós é uma coisa muito importante, porque nós temos problemas sérios na Amazônia de cobertura de nuvens e a única maneira de superar esse problema é através de um sistema daqui e que seja ativo, um sistema não ótico, portanto, e que possa penetrar através das nuvens e de preferência até penetrar através da copa das árvores para fazer levantamento cartográfico. Então, a solução radar é a solução maior nesse ponto. Essa cooperação existe com a Alemanha e estamos em fase final do último estudo de viabilidade técnica sobre esse radar, inclusive, em cima de um satélite de pequeno porte. Então, esses são alguns exemplos de parcerias na área espacial.

Foi feita a pergunta sobre o acordo nos Estados Unidos em relação à base em Alcântara.

O problema não é o acordo com os Estados Unidos com a Base de Alcântara. O acordo geral é o Acordo de Salvaguardas com todos os países e não apenas com os Estados Unidos. Nós temos um Acordo Bilateral com a Ucrânia. Na verdade, nós temos uma empresa bilateral, Alcântara Cyclone Space que é uma empresa bilateral entre o Governo da Ucrânia e o Governo Brasileiro. Também existe um Acordo de Salvaguardas, que foi assinado e que é típico de não se permitir a espionagem, por assim dizer, tecnológica. No caso, nos Estados Unidos, o problema hoje não foi a AEB. O problema, essencialmente, foi o Congresso, que criou restrições, e com razão, sobre alguns dos termos desse Acordo de Salvaguardas. Pelo que eu sei, hoje, o problema volta a ser um problema do Itamaraty, um problema de Relações Exteriores. Então, isso é o que eu gostaria de comentar em termos de cooperação internacional e suas dificuldades eventuais no Programa Espacial Brasileiro. Eu gostaria de acrescentar que nós sofremos um conjunto de restrições de alguns itens que são essenciais para o Programa Espacial ou para os nossos satélites por parte dos Estados Unidos, em termos de

fornecimento de peças para o Programa com a China. Isso existe e foi até noticiado. É uma coisa que nós conhecemos já há algum tempo, inclusive, fomos aos Estados Unidos para discutirmos isso no Departamento de Estado, sem sucesso.

A outra pergunta é sobre aplicações. É sobre a questão da prioridade do satélite meteorológico geoestacionário.

O problema todo do satélite meteorológico geoestacionário está de certa forma associado ao satélite geoestacionário brasileiro como um todo, que é um satélite, basicamente, de telecomunicações estatais, ao qual poderia ser incorporado, embora não originalmente tivesse sido a parte, eventualmente, da televisão pública que se está discutindo.

Esse problema ainda está em discussão, não está resolvido ainda, inclusive, vai ter que mudar totalmente a configuração disso dependendo do que for, está levando muito tempo. O problema é que isso é caro; não é uma coisa barata. A estimativa de gastos é da ordem de 1 bilhão de reais e nós não dispomos disso no Programa Espacial com facilidade, teria que sair de algum fundo, por exemplo, do FUNTEL. Essa é uma coisa a se verificar.

No caso da meteorologia, isso nos interessa bastante porque, inclusive, nós tivemos um problema com o satélite durante a Guerra das Malvinas em que ele foi deslocado de posição, prejudicando-nos na parte de supervisão meteorológica para não fornecer os dados para os argentinos. Então, isso é um problema.

Há uma pergunta aqui sobre telecomunicações emergenciais em caso de desastres e até consequências de mudanças climáticas.

O problema é que, hoje em dia, existe uma coisa chamada Lei Geral das Telecomunicações que é o marco regulatório para as telecomunicações brasileiras que foram privatizadas. A menos que se reverta alguma coisa, ou se criem realmente nas comunicações estatais, naquilo que nos interessa. Essa parte, provavelmente, poderia estar coberta e hoje estarmos dentro de um contexto dessa natureza.

Questão de defesa civil. *Como que a AEB se insere e coopera com a defesa civil?*

A AEB é um órgão de política, é um órgão de coordenação. Então, a coordenação que se faz seria através de executores, por exemplo, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o INPE. O INPE poderia, através de seus produtos, ter uma coordenação com essa parte de defesa civil quanto à questão de desastres ou catástrofes ambientais.

Miriam Medeiros – Moderadora: Há mais algumas perguntas. Depois, as pessoas que elaboraram poderiam conversar diretamente com os palestrantes. Agora, eu vou passar para o Dr. Rodrigo, pelo menos, para algumas perguntas de biocombustíveis poderem ser respondidas.

Rodrigo Rodrigues – Casa Civil/Presidência da República: A primeira questão que há aqui é a pergunta do Carlos Chaves do UniCeub: *A exportação de conhecimentos, máquinas e equipamentos para a produção do etanol, não causaria uma concorrência direta com o Brasil, como houve no Brasil Colônia quando os holandeses desbancaram o açúcar brasileiro com o açúcar feito da beterraba?*

Efetivamente. Essa hipótese, esse risco sempre existe quando o país se abre para uma transferência de tecnologia e se propõe a abrir mercados em que ele tenha um conhecimento, uma vantagem comparativa inicial. Mas esse é um risco que todo e qualquer país corre ao aproveitar uma oportunidade de mercado em que ele tem a vantagem comparativa e tem que ganhar, transferir e exportar máquinas, equipamentos e conhecimentos para outros países. Um risco para todos os países, nós, almejando sair de uma base agrária exportadora e consolidarmos uma atuação efetiva na produção de tanto um combustível como máquinas e equipamentos.

Não é porque a EMBRAER exporta aviões que ela tende a perder mercado ou fatia de mercado, pelo contrário, desde que ela se propôs a participar de forma mais acirrada no mercado internacional, ela tem ganhado espaço com um nicho de mercado específico. O risco, sem dúvida, existe, depende de como a forma diplomática é balizada em contrapartida, à medida que ressalvas comerciais e acordos de

cooperação forem sendo realizados, de transferências de máquinas e equipamentos e etc.

A questão seguinte aqui é do Michael Pedroso do Departamento de Polícia Federal: *Na terça-feira passada, durante a palestra da Internacionalização da Petrobrás, o palestrante afirmou que a Alemanha está à frente do Brasil no tocante ao biodiesel. Isso não poderia afetar nossas vantagens comparativas em biocombustíveis no mercado internacional?*

Sem dúvida. A Alemanha, hoje, é o principal produtor tanto em termos de mercado consumidor como produtor de biodiesel em nível internacional. E, também pioneira em termos de políticas públicas direcionadas à introdução desse combustível na crise energética daquele país. Temos hoje, a capacidade instalada de produção na Alemanha que está em torno de 5 bilhões de litros, com excesso de capacidade também em relação ao potencial de consumo. Houve uma alteração da política tributária. Com a alteração da política que houve com a coalizão de apoio a Ângela Mercul naquele país, foram reduzidos os incentivos destinados ao B100, e uma redução gradual de cinco anos de redução dos incentivos fiscais para o biodiesel e, no horizonte de cinco anos, vai equivaler aos tributos que incidem sobre o diesel mineral. A Alemanha é o principal mercado em termos de biodiesel. Assim como nós somos o principal mercado em termos de produtor e consumidor de etanol em nível mundial. Produtor não, hoje, os norte-americanos já desbancaram a produção brasileira em termos de volume total de etanol.

Mas muito aprendemos com o modelo alemão do biodiesel, que estamos “correndo atrás” e, a questão do biodiesel na Alemanha, em 2000, eles tinham uma capacidade residual de produção e chegaram a 2 milhões de litros em quatro anos. Nós saímos do zero e já chegamos a uma capacidade instalada de 2 bilhões de litros em dois anos, a metade do tempo que os alemães levaram com os recursos que eles, na coalizão anterior, o partido, os socialistas com o apoio dos verdes, com o volume de recursos que eles destinaram para a introdução do biodiesel.

Temos uma questão do Ronaldo, do CNPq: *Existem intenções de associar ao Programa de Biodiesel, controles de áreas de plantios monitorados por satélites para a gestão da biodiversidade?*

Sim. Nós temos uma grande preocupação. O governo está engajado no processo de zoneamento não só agrícola, como já existe, mas, principalmente, incluindo a dimensão ambiental para monitorar para onde a expansão das culturas energéticas pode caminhar, sem afetar ou sem agredir o meio ambiente e, preservando, principalmente, as áreas de reserva na região amazônica. Por isso um sistema georeferenciado é um instrumento fundamental para o Brasil não só efetivar esse zoneamento ecológico, mas, principalmente, monitorar.

Participante não identificado: Apenas um complemento. Existe um programa já, se não me engano chamado “Cana Sete”, que está sendo implantado no estado de São Paulo, que é justamente através do uso do sensoriamento remoto e de observação da terra, de se verificar e monitorar toda a parte de plantação de cana de açúcar.

Miriam Medeiros – Moderadora: Infelizmente, devido ao adiantado da hora, nós vamos encerrar essa mesa. Se vocês quiserem conversar com os nossos palestrantes, estejam à vontade. Gostaria de pedir uma salva de palmas para os nossos expositores e obrigada pela presença de todos. Obrigada.



MESA 4.5 TEMAS SOCIAIS: CIDADES

Qualidade de Vida Urbana

Jeroen Klink
Universidade ABC

Modelo de Urbanização, Financiamento do Desenvolvimento Urbano e Inclusão Territorial

Renato Balbim
Secretaria Nacional de Programas Urbanos/Ministério das Cidades

Qualidade de Vida Urbana

Maria das Graças Rolim Bilich – Moderadora: As apresentações da Mesa sobre Cidades serão realizadas de forma seqüencial. Na continuação haverá um tempo de trinta minutos destinados ao debate. Os interessados em participar do debate deverão preencher uma folhinha com o nome, de preferência o e-mail, caso não dê tempo dessas perguntas serem respondidas aqui, elas serão passadas para o palestrante e ele se encarregará de respondê-las eletronicamente.

Convidamos o Senhor Jeroen KlinK para proferir sua palestra intitulada “Qualidade de Vida Urbana”.

Jeroen Klink – Universidade ABC: Bom dia a todas as pessoas presentes. Eu queria primeiro agradecer à organização pelo convite e também pela qualidade do evento, bastante gente, um esforço coletivo muito grande para um seminário desse porte de três dias.

Eu vou tentar resumir em meia hora o tema da minha exposição que, na realidade, eu mudei “em cima da hora” um pouco o termo em exposição que era mais voltado para qualidade de vida mesmo, mas, eu mudei um pouquinho para vincular, relacionar também a minha exposição com a questão metropolitana.

Minha exposição vai ter quatro temas, quatro componentes que são esses: Primeiro eu vou colocar um paradoxo das regiões metropolitanas, depois eu vou dar alguns exemplos de experimentos com a gestão metropolitana, depois uma polêmica, uma provocação: existe, então, uma solução mágica para a gestão metropolitana? É uma pergunta retórica. E, por fim, algumas provocações, algumas reflexões para o caso brasileiro.

Primeiro, o paradoxo inicial não me parece que se refere somente ao Brasil, à América Latina, mas acho que é um problema em escala mundial. As regiões metropolitanas concentram, de fato, a grande riqueza dos países, e quase sempre, desempenham um papel de motor econômico do país e, simultaneamente, representam onde se concentram grandes desafios, literalmente, uma densidade muito grande de problemas, e o perfil desses problemas é um perfil multifacetado, multidimensional. Então, você tem duas faces da mesma moeda: grandes problemas em grandes potencialidades. Além disso, as regiões metropolitanas, a partir, mais ou menos, da década de 70, do século passado, eles começam a desempenhar mais papéis em função de um processo de reestruturação que vem acontecendo no âmbito da economia global, processos microeconômicos, empresas multinacionais que começam a implantar estratégias vocacionais diferenciadas, desverticalizando partes da sua cadeia produtiva para outros países, e as regiões metropolitanas quase sempre são plataformas importantes na estratégia dessas empresas. Simultaneamente, para dificultar ainda mais o quadro, as regiões metropolitanas começam a desempenhar, também, um papel importante à luz do processo de reestruturação do estado-nação. As políticas aqui, na América Latina, as políticas nacionais do desenvolvimento, as políticas do bem estar social começam a passar por processos rápidos, intensos de transformação. Esse é um pouco o panorama, um quadro complexo multifacetado de reestruturação e as regiões metropolitanas, aglorações, as microrregiões começam a ficar no foco desse processo de transformação. O paradoxo é esse. Eles têm papéis importantes, mas, simultaneamente, a gestão, a organização, o financiamento desses espaços é um tema mal resolvido; é uma pendência que vale ressaltar, em várias regiões do mundo, é uma pendência, surpreendentemente mal resolvida, a organização, a gestão e o financiamento desse espaço. Você tem um processo de reestruturação que as regiões metropolitanas começam a ficar no centro dessas transformações e, simultaneamente, você não tem o arcabouço institucional financeiro-organizacional para dar conta disso. Esse é o paradoxo.

Evidentemente, sem ter a pretensão de esgotar essa discussão, eu vou colocar para vocês alguns modelos, mas quero deixar claro que não acredito muito em modelos fixos. Eu vou colocar rapidamente algumas

experimentações que estão acontecendo no mundo inteiro. Primeiro, o modelo espanhol. É até interessante. A Espanha no regime pós-Franco passou por um processo de regionalização, ou seja, é uma descentralização e democratização que parou no nível provincial. Não foi um processo que alcançou o poder local. Foi um processo de descentralização para as chamadas comunidades autônomas. As comunidades autônomas regionais começaram a desenvolver papéis importantes. O modelo espanhol é um modelo forte de organização metropolitana. Essas chamadas comunidades autônomas, no regime pós-franco desempenharam papéis importantes em termos de coordenação, sistemas de transportes, sistemas habitacionais, modelos tipicamente fortes. No caso de Madri, por exemplo, você teve um resultado notável em termos de expansão do sistema de transporte na matriz metropolitana. Na realidade, em termos econômicos, poderíamos dizer que a região de Madri, o nível da comunidade autônoma, e, nível administrativo, coincidiu, mais ou menos, com a região funcional. A região funcional quer dizer a identidade administrativa que, mais ou menos, coincidiu com a região econômica, a região em termos de serviços urbanos. Então, você tinha um modelo que ninguém estava discutindo muito. Recentemente, eu estive discutindo com o pessoal de Madri e, esse processo está em transformação, só que, evidentemente, a cidade de Madri está questionando o sistema. Inclusive, agora, tem um prefeito em Madri que era Presidente da Comunidade Autônoma, portanto, ele conhece muito bem o sistema e começa a reivindicar um papel mais importante para a cidade de Madri.

Então, as lideranças públicas e privadas começam a perceber que a comunidade autônoma que é a província, importante, mas, as cidades são também muito importantes. O sistema está em transformação. É um sistema que eu chamaría de um modelo forte que está sendo questionado pelas grandes cidades que querem ter mais poder nesse sistema. Então, isso é um exemplo. Então, de um lado, temos o caso da Espanha, com um sistema quase federal, com regiões metropolitanas fortes através da figura da Comunidade Autônoma.

Os Estados Unidos estão no outro extremo, com um sistema que não tem autoridade metropolitana. Com pouquíssimas exceções, eu diria que não existe governo ou autoridade metropolitana. Quem conhece os Estados

Unidos sabe que você tem nas regiões metropolitanas centenas de instituições locais, entidades setoriais, conselhos, enfim, a combinação metropolitana nos Estados Unidos, tipicamente, é um cenário de grande número de atores. Como é que você vai fazer a coordenação disso? A coordenação é feita de forma pontual através de entidades setoriais para escolas, agências de transportes, agências de desenvolvimento. Então, é um sistema, que eu chamaría de um modelo relativamente fraco, em termos de ausência de uma entidade consolidada que dê as grandes diretrizes para o sistema.

Por outro lado, há um sistema implícito de coordenação através de entidades setoriais. Fazendo um paralelo com a discussão de Madri/Espanha, que está em pleno processo de transformação, os Estados Unidos também estão começando a discutir, a questionar esse sistema porque, particularmente, nos grandes centros metropolitanos se percebe um grau de descoordenação. Você tem, simultaneamente, as grandes disparidades socioespaciais, as diferenças muito grandes entre a área central e a periferia, e a grande ineficiência coletiva em torno da organização na área metropolitana. Isso está muito claro, inclusive, na Administração de Clinton, por exemplo, que começa a estruturar dentro do gabinete dele uma área, uma lei de atuação metropolitana, você tem uma discussão mais particularmente na gestão de Clinton. Agora, está um pouco recuada essa discussão sobre o novo regionalismo, cidades compactas, programas federais para as áreas metropolitanas, mas você começa a perceber que já há uma discussão que converge a partir de vários enfoques diferentes, mas, nos Estados Unidos, esse modelo precisa de um grau maior de coordenação. Então, é outro extremo. Um modelo fraco com muita concorrência entre as entidades locais que se percebe a conscientização acerca da necessidade de um grau maior de coordenação.

Evidentemente, sistemas nacionais também passam por grandes mudanças no decorrer do tempo. Os sistemas não são modelos estáticos, são modelos dinâmicos. Na Inglaterra, na década de 60, você tinha entidades metropolitanas, os conselhos metropolitanos que tinham o perfil relativamente forte. Na década de 80, a Margaret Thatcher extinguiu essas entidades, por várias razões, inclusive, com medo de perder o controle da gestão metropolitana e recentralizou essa gestão

metropolitana no gabinete dela. Recentemente, de novo, com a chegada do Tony Blair, começa-se a pensar de novo na gestão metropolitana na Inglaterra, inclusive, com a figura do prefeito eleito, que é um prefeito forte. É um sistema também em transformação na Inglaterra.

O Brasil também é um caso típico. No regime militar, havia uma certa gestão metropolitana com recursos, um sistema de canalização de recursos para as regiões através dos bancos, o Sistema BNHS e assim por diante. Tinha-se uma gestão e no processo de formação da nova constituição se perdeu um pouco a percepção do sistema forte para um sistema, relativamente, fraco, fazendo talvez uma provocação, você perdeu um pouco a noção da questão metropolitana na constituição. A constituição perdeu esse enfoque.

Outro exemplo é o Canadá. Você tinha em regiões como Toronto uma estrutura federativa das regiões metropolitanas, ou seja, uma estrutura de organização com duas camadas e uma entidade metropolitana e, debaixo dessa figura metropolitana, as chamadas cidades. Depois de uma discussão muito polêmica em 97 e 98, extinguiram-se as cidades e se consolidaram as cidades metropolitanas em uma entidade metropolitana, em função de considerações de economias de escala, de evitar duplicações caras, enfim. Então, o sistema canadense também está em pleno processo de transformação.

E, por fim, mais um exemplo que eu queria mostrar para vocês é o da Alemanha. Na década de 80, a Alemanha passou por uma crise pesada e os alemães fizeram uma parceria com o governo regional, o governo nacional e a Comunidade Européia. Eles implantaram uma entidade e desde o início isso ficou claro para os alemães, que essa entidade teria uma vida útil de dez anos. Era uma parceria público-privada que teria como principal papel, articular projetos, intermediar projetos de intermediação na área ambiental, socioeconômica, tecnológica. De fato, essa entidade existiu paralelamente a toda a estrutura do federalismo fiscal. Então, você tinha uma figura bastante interessante. Essa entidade conseguiu implantar um portfólio de mais de cem projetos em dez anos. Foi um exercício interessante. Depois, a entidade foi extinta e até hoje está-se discutindo na região que tipo de alternativa em termos de planejamento metropolitano.

Aqui eu coloquei alguns exemplos de projetos. Por exemplo, o Porto de Dasburg passou por um processo de revitalização com projetos estratégicos de revitalização de áreas portuárias abandonadas. Eu não diria que esse exercício na Alemanha é consensual. Há críticas, há polêmicas, eu só queria ilustrar aqui que a figura de uma organização temporária, uma organização para tocar projetos, é um modelo também bastante utilizado em vários lugares do mundo.

Aqui eu coloquei alguns experimentos em termos de gestão metropolitana para mostrar para vocês. Existem várias abordagens, abordagens mais fortes, abordagens mais flexíveis em termos de modelos mais descentralizados que é o caso norte-americano, e o caso mais forte seria a Espanha. Existem grandes transformações na abordagem metropolitana, que é o caso da Inglaterra, a própria Holanda. Vários países passam por processos de mudança na organização de suas regiões metropolitanas.

Então, a primeira pergunta que eu faria é: Há uma solução mágica? Há um modelo único? Não existe, evidentemente. A resposta é obvia, não existe uma solução única, a busca de uma solução mágica.

Por outro lado, existem critérios de avaliação para determinados arranjos e, os critérios clássicos da teoria de avaliação de arranjos são eficiência, equidade, transparência e voz. Em que medida os arranjos transmitem segurança e transmitem transparência para os agentes locais da sociedade? Em que medida o arranjo proporciona um grau de participação para os agentes locais? Isso é muito importante. Evidentemente, esses critérios são utilizados, são avaliados de forma diferente, em circunstâncias diferentes. Isso também é uma segunda conclusão até óbvia, mas vale ressaltar que um critério como eficiência pode ser avaliado de várias formas, por exemplo, a cultura metropolitana norte americana é uma cultura de eficiência. Eficiência não é exatamente eficiência em termos de consolidação de estruturas, de criação de grandes estruturas metropolitanas, a eficiência do ponto de vista da cultura norte-americana metropolitana era uma eficiência mais de disputa, incentivar disputa entre os governos locais, ou seja, eficiência, você pode avaliar isso.

A avaliação européia é muito mais a “grosso modo” uma avaliação em termos da necessidade de consolidar estruturas metropolitanas, de criar economia de escala, de criar certa coordenação. Eficiência, até recentemente, do ponto de vista do sistema norte-americano, eficiência significa: Vamos incentivar certa disputa entre as entidades locais. A melhor forma de proporcionar a eficiência é através de um sistema mais competitivo, tanto o sistema americano quanto o sistema europeu estão passando por transformações. E, com isso, eu quero deixar claro que o critério em si é avaliado, evidentemente, de forma diferenciada a partir de determinados locais.

Eqüidade tem a ver com a possibilidade de você fazer transferências de renda dentro da área metropolitana, é muito comum. Aliás, é um eixo central na gestão metropolitana que você tem espaços diferenciados, você tem espaços com uma renda per capita maior em espaços marginalizados. De que forma a região metropolitana, a gestão metropolitana pode proporcionar elementos eficazes de transferência de renda? Isso é uma discussão muito atual em várias regiões metropolitanas.

Por fim, o elemento de legitimidade de política versus a legitimidade funcional. O que eu quero dizer com isso é que não há na evolução do pensamento metropolitano, muitas vezes, encontramos uma espécie de dicotomia à legitimidade política, à legitimidade funcional, de certa forma, pegando no Brasil, por exemplo, a idéia da gestão metropolitana tinha perdido certa legitimidade política, com o surgimento dos movimentos sociais, os novos protagonistas e os prefeitos, isso perdeu um pouco essa idéia. A idéia de gestão em si, à luz da experiência anterior se perdeu. Inclusive, em alguns casos, começou a experimentar no Brasil, com sistemas paralelos. Por exemplo, foi criado o Consórcio do ABC, visando ao desenvolvimento do grande Complexo do ABC, de suas estruturas, com muita legitimidade política, com grande participação dos atores locais, mas com grande dificuldade de, concretamente, coordenar funções metropolitanas. Na realidade, não há nenhuma contradição entre legitimidade política e legitimidade funcional. Na realidade, as regiões metropolitanas que estão dando certo, elas estão conseguindo juntar essas duas formas de legitimidade, ou seja, aglutinar um conjunto grande de atores públicos e privados em prol de um programa territorial, em prol

de um pacto territorial e, fazendo isso com efetividade, ou seja, um dos eixos que deveriam nortear essa discussão metropolitana é exatamente o desafio de juntar esses dois eixos.

Para encerrar, eu queria ressaltar que o caso brasileiro é um caso típico, um caso bem particular. No regime militar você tinha um modelo metropolitano relativamente forte em termos de recursos, em termos de arranjos institucionais voltados para financiamento de determinadas políticas metropolitanas e esse sistema brasileiro está em pleno processo de transformação. Você tem algumas novas iniciativas, a nova lei dos consórcios públicos, você tem simultaneamente vários estados que estão discutindo o seu arranjo metropolitano que, vale ressaltar, como vocês sabem, provavelmente melhor do que eu, a constituição delegou teoricamente que a tarefa metropolitana é para a esfera estadual. A esfera estadual, a grosso modo, não fez isso, não conseguiu avançar com isso. E, somente, recentemente, por exemplo, em Minas Gerais estamos vendo algumas iniciativas. É uma convergência muito interessante entre a liderança e a política municipal e o governador de Minas, um arranjo muito interessante que me parece muito com aquilo que ocorreu em 97 no caso de Celso Daniel que tinha uma relação muito boa com o então governador Covas. Essa convergência política entre lideranças é muito importante, isso é convergência suprapartidária que está por trás desses pactos territoriais e parece uma coisa interessante.

Então, o sistema brasileiro está em transformação. Você tem novas iniciativas institucionais com a lei dos consórcios e, você tem, simultaneamente, um protagonismo maior na esfera estadual, aliás, no caso do estado de São Paulo, também, a proposta de lei para criação da região metropolitana em São Paulo também está em tramitação, é uma dificuldade, mas, a nossa intenção é, inclusive, de fazer um debate grande, também em São Paulo, para retomar esse assunto. Mas, há uma conscientização muito grande no Brasil que alguma coisa precisa acontecer, porque rebatimento do processo de reestruturação macroeconômico, microeconômico territorial, o rebatimento disso é muito forte na região metropolitana. E, deixar a questão institucional metropolitana solta, teria que ter grandes custos de oportunidade. Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que os estados têm algumas experiências, com certo êxito. Por exemplo, eu conheço bem o caso do ABC porque eu participei como gestor durante vários anos. O caso do ABC é interessante porque você tem, de fato, um sistema paralelo à luz do arcabouço institucional que a Constituição deixou, a herança institucional, os atores, à luz dos grandes problemas que afetaram o ABC. As lideranças políticas, público e privadas, começaram a se articular e com grande legitimidade política. Isso foi muito interessante. Em pouco mais de quinze anos, criou-se uma densidade institucional notável, o consórcio, a agência de desenvolvimento, uma agência que, inclusive, vale ressaltar com 51% das cotas pertencentes ao setor privado e 49% das cotas pertencentes aos prefeitos. Uma visão muito interessante, os prefeitos delegando parte da gestão territorial para os atores privados, ou seja, para transmitir capital social, continuidade para a gestão regional. Você tinha também a câmara regional que teve a participação dos prefeitos e do governador e do setor privado e da câmara regional.

Recentemente, também em 96, foi implantado o Fórum de Cidadania, com muita participação na sociedade civil. Então, você tinha uma densidade, uma variedade de experimentação social muito grande, muito interessante. Qual foi o problema? Eu rotulei esse experimento com certo êxito, ao meu modo de ver, esse experimento e outros semelhantes, do ABC, tiveram muita legitimidade política, mas faltou e vem faltando concretização em termos de execução de serviços de interesses comum.

A articulação no ABC foi muito mais uma articulação de planejamento, em termos de proporcionar, de criar uma visão coletiva através de um sistema de planejamento estratégico, e vem faltando o segundo passo que é a execução. Talvez a lei de consórcios proporcione o valor agregado nesse sentido, eu tenho dúvidas. É um passo necessário, mas não é suficiente. Nós podemos discutir depois por que eu acho isso. Eu acho que você precisa de arranjos institucionais, mas, também, arranjos financeiros, ou seja, ao meu modo de ver, e, eu vou encerrar mesmo, eu acho que o modelo do ABC e outros modelos que fizeram esse primeiro passo, deveriam ser completados por um instrumento financeiro como uma política de indução, porque, também, eu não acredito que o modelo forte tenha aplicabilidade no Brasil.

Aquela idéia ilusória de buscar uma entidade metropolitana, no meu modo de ver, à luz das características do federalismo brasileiro não vai dar certo. Portanto, o ponto de partida deveria ser a experimentação local que vem acontecendo. Esse deveria ser o ponto de partida. A lei dos consórcios poderia ser completada com arranjos financeiros e inovadores e aí, eu acho que o governo federal, o governo estadual, deveria entrar de peso nessa questão, como, por exemplo, nos Estados Unidos, criou-se, como eu falei, na administração de Clinton, uma estrutura específica na esfera federal para catalisar esses administrativos, premiar iniciativas locais bem sucedidas e, digamos assim, proporcionar custos de oportunidade para os locais que não fazem gestão metropolitana. Eles fazem isso muito bem através de sistemas de transporte, por exemplo, e, também, com sistemas financeiros na área da habitação. Eles têm uma experiência interessante, não que esse modelo possa ser copiado mecanicamente, evidentemente, não é isso que eu estou falando, mas eu acho que é importante pensar na esfera estadual e federal e inteligência metropolitana, criar uma inteligência estratégica situacional para ajudar aqueles atores locais que queiram avançar com isso, porque para o país, isso é muito importante porque as regiões metropolitanas, como eu falei, elas concentram uma parcela substancial da riqueza, e também dos problemas.

Então, é basicamente isso que eu queria proporcionar, dizer para vocês. Estou aberto para discussões para aprimorar o debate. Obrigado.

Modelo de Urbanização, Financiamento do Desenvolvimento Urbano e Inclusão Territorial

Maria das Graças Rolim Bilich – Moderadora: Com palavra o Senhor Renato Balbim, Diretor de Planejamento da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades que vai proferir a palestra sobre “Modelo de Urbanização, Financiamento do Desenvolvimento Urbano e Inclusão Territorial”.

Renato Balbim – Secretaria Nacional de Programas Urbanos/Ministério das Cidades: Bom dia a todos. Eu gostaria muito de continuar no tema da região metropolitana que, nós estamos, justamente, tratando no Ministério das Cidades há algum tempo nessa perspectiva de uma retomada do papel do governo federal na questão metropolitana no primeiro Governo Lula, muito baseado num apoio direto aos municípios e, isso ainda com a Secretaria de Assuntos Federativos que fez um trabalho muito importante na questão da Lei dos Consórcios e hoje, mais até numa perspectiva de novas formas de parcerias com o governo de estados, fortalecendo o Pacto Federativo e, aí, do governo dos estados com os municípios.

No entanto, eu vou passar pela região metropolitana, mas, falarei mais na questão que é da nossa alçada que é dessa enorme diversidade das cidades no país.

Um processo que todos conhecem de urbanização do país é a concentração da população brasileira nos grandes municípios, uma transformação da rede urbana nas últimas décadas e que você tem as cidades médias crescendo e crescendo as suas periferias e a pobreza nas cidades médias. Apenas para exemplificar, justamente, essa urbanização do território, vou mostrar esse primeiro mapa, da década de 70 e, em seguida, os mapas das décadas de 80, 90 e 2000, em que nós

podemos ver o território se urbanizando. Quanto mais escuro, mais urbano, chegando à última tonalidade de 80% a 100% da população urbana. Você tem uma forte ampliação dos números de municípios a partir da Constituição de 88. Há uma consolidação das aglomerações urbanas em todas as regiões do país, em todos os estados. A partir da década de 70, com a criação das regiões metropolitanas aqui já tratadas, que eram nove com cento e dezessete municípios, em 80, passaram para cento e oitenta e nove municípios nessas nove regiões metropolitanas em 2003. Então, você tem aquelas nove primeiras metropolitanas instituídas pelo governo federal, crescendo em número de municípios. Você tem também, o número de regiões metropolitanas no país crescendo, porque você passa para a esfera do estado a criação de regiões metropolitanas, você passa de nove para vinte e três regiões metropolitanas em 2003. Em seguida, há ainda a criação de duas redes em mais três regiões metropolitanas em Santa Catarina, somando-se hoje, vinte e oito regiões metropolitanas em todo o país, com trezentos e sessenta e um municípios.

Quando nós pegamos um município com mais de cem mil habitantes no país, ele é menor do que o número de municípios em regiões metropolitanas. Isso é super curioso. Aqui está a distribuição das regiões metropolitanas no território. É curioso notar que o nordeste, todas as capitais são regiões metropolitanas, você tem duas redes que, efetivamente, a meu ver, não se constituem regiões metropolitanas, mas é uma região necessária, uma regionalização necessária visto que são cidades, aglomerados urbanos em dois estados, Petrolina e Juazeiro, e tem ali no Piauí e, você tem uma particularidade que eu vejo, que mais se expressa, um estado como Santa Catarina, um estado muito pequeno que tem seis ou sete regiões metropolitanas. Isso, só para dar o exemplo que região metropolitana, o título, é mais do que discutível o que é região metropolitana, hoje, no país.

No entanto, nós temos as características dessa metropolização, na década de 70, com o estado central implantando essas metrópoles a partir de uma política centralizada tecnocrática e autoritária porque ele impunha o que eram essas metrópoles e para que serviam essas metrópoles. Elas serviam claramente para uma política de integração nacional, para um projeto de nação. O sistema federativo era autoritário

nesse sentido, o que é amplamente discutível, porque durante este período com, sobretudo, os investimentos na modernização do território, as regiões metropolitanas cumpriam exatamente aquele papel para os quais elas foram criadas. O estado criou nas regiões metropolitanas uma política de modernização do território nacional e estas sete novas regiões metropolitanas cumpriram esse papel. Também é questionável como cumpriram na lógica da urbanização brasileira e da questão social no Brasil. Você teve com as regiões metropolitanas, o início do que nós podemos chamar de um desenvolvimento corporativo privilegiando alguns setores da sociedade e acabando por fragmentar o espaço intra-regional e também intra-urbano.

Na década de 80 e 90, nós temos uma redemocratização no país, a crise fiscal do estado, uma enorme crítica a esse planejamento central e autoritário, a Constituição de 88 é uma expressão disso com o municipalismo ganhando força, a autonomia dos municípios. Você tem a política metropolitana passando para a definição da esfera estadual, e a flexibilização de diferentes formatos institucionais das regiões metropolitanas. Com isso, alguns anos se passam e a questão metropolitana nos estados é bem trabalhada, mas isso vai se deteriorando e você acaba num esvaziamento institucional político e também financeiro dos órgãos regionais e metropolitanos, o que gera enormes conflitos de interesses entre os municípios e dos municípios com os estados. Então, esse recorte regional que tanto se previu para a integração do território para a modernização, a integração modernizadora do território nacional, se esvazia muito, em grande medida, por falta daquilo que foi motivador para a sua criação, o papel central do governo federal.

O resultado da nossa urbanização foi um modelo excludente e predatório. Você tem uma cidadania incompleta de moradores de assentamentos urbanos, informais, irregulares e ilegais, uma expansão e um adensamento das periferias urbanas distantes, produzindo assentamentos completamente sub-equipados para os mais pobres. Houve a criação de novos eixos de expansão urbana para as classes médias e classes altas, com uma geração de vazios urbanos de sub-utilização. Por quê? Porque enquanto você tem toda essa ilegalidade, essa irregularidade para os mais pobres, você tem um modelo de

planejamento e financiamento da urbanização voltado para as classes médias e altas que não conseguem captar toda a área urbanizada que lhe é produzida. Então, você tem geração de vazios urbanos, paralelamente, à expansão das periferias irregulares, precárias etc.

É um pouco nessa perspectiva dessa retomada da urbanização, de uns trinta anos para cá, que eu acho que eu quero focar aqui. É esse embate que nós temos no país; é esse conflito que nós temos no país. Eu acho que é isso que é estratégico de se pensar, uma clara pacificação do acesso à terra urbana que é necessária ser feita nesse país, para que nós possamos pensar em desenvolvimento econômico, social e urbano. Então, novamente surge o paradoxo entre a escassez de terras e infraestruturas para os mais pobres e uma enorme ociosidade e territórios muito bem urbanizados criados para os mais abastados. Esse planejamento e o controle do uso da ocupação do solo tradicional, feito até o momento nesse processo de urbanização, é um planejamento exclusivo da cidade formal, com uma incapacidade de irromper esse ciclo de expansão periférica que caracteriza as cidades brasileiras e operando no sentido de concentração de rendas e de oportunidades na mão daqueles que já tem.

Então, a pergunta que se coloca é: Falta planejamento no país para a questão urbana? Você tem os zoneamentos, os planos diretores das políticas públicas que definem para as classes médias e altas áreas muito maiores do que elas podem absorver. Então, por um lado, você tem uma criação de vazios urbanos, sub-utilização, especulação imobiliária, que é a característica das nossas cidades. As nossas cidades trabalham sob especulação imobiliária quase que exclusivamente. As nossas cidades se caracterizam pela baixa densidade e, por outro lado, uma escassez de localização para um mercado de baixa renda. Fazendo política habitacional, invertemos o Ministério das Cidades, desde 2003, a faixas de investimentos dos recursos, no entanto, não conseguimos terra para investir para baixa renda. Por quê? Porque você não tem. As cidades não são criadas para você investir em baixa renda. Uma revalorização diferencial e seletivamente planejada do espaço. Então, tem planejamento, sim, tem planejamento para alguns, é essa que é a grande questão.

Eu vou mostrar várias fotos das nossas cidades e temos que ver isso como questão estratégica para que nós possamos pensar no desenvolvimento do país como um todo. A irregularidade fundiária e inadequação do acesso às infra-estruturas atingem 12 milhões de famílias com renda até cinco salários mínimos, que vivem em terrenos sem água, sem esgoto e com alguma forma de irregularidade. Isso representa 26% das famílias brasileiras. Eu acho que a foto representa quais são essas famílias. Da mesma forma, em Recife, nós temos aquela cidade cheia de edifícios, toda planejada, tem todos os seus índices urbanísticos ou está no plano diretor. Só que ela é planejada numa parte e na outra não. Numa parte da cidade não foi definida nenhuma forma de ocupação para a baixa renda, ela ocupa na perspectiva de reproduzir a sua própria condição à sua própria vida. Novamente, não tentando criar essa dualidade pura e simples, mas, a foto representa muito bem isso, eu fico imaginando sinceramente, o senhor que está numa piscina dessas naquela varanda, não é uma piscina grande, não, cada uma daquelas varandinhas tem uma piscina, ele olha a favela e é uma tristeza isso, é muito triste.

Falando desse planejamento, eu queria deixar um dado recente que é a elaboração dos planos diretores no país, que tinham a obrigação de serem elaborados até outubro de 2006. Todo município com mais de vinte mil habitantes, regiões metropolitanas, pólos turísticos, e que recebem grandes investimentos, realizaram seus planos diretores. A mancha vai de 75% a 100%, as manchas, a coloração dos municípios que realizaram seu plano diretor até outubro de 2006, dos que encaminharam seus planos diretores, esses daí são os que elaboraram e revisaram, dos que iniciaram o processo do plano diretor até hoje, são 97% dos municípios que tinham obrigatoriedade. Então, novamente, falta de planejamento? Não. Vamos questionar qual o planejamento que está sendo feito no país, na sua perspectiva estratégica. Se dos municípios com mais de vinte mil habitantes, em cinco anos e o estatuto da cidade conseguimos fazer com que 97% deles fizessem seus planos diretores, vamos pensar, o que está contido dentro desses planos diretores e ver como é que nós podemos utilizá-los na perspectiva de desenvolvimento do país. Novamente, podemos ter esse tipo de cidade, totalmente regularizada, padronizada etc., ou uma cidade como esta. Eu estou mostrando essa fotografia porque eu sou de São Paulo e adoro o centro

de São Paulo. Essa é a mesma cidade, uma cidade que é pensada com planejamento, mas, pensada para quem? Uma cidade de muros, seus loteamentos de classe média e alta, o que se chama de condomínio. Aqui em Brasília tem um lado que é um pouco mais democrático do que o resto do país, condomínio fala para pobre também, por que no resto do país, condomínio é coisa de rico, aqui, condomínio é também coisa de pobre, é curioso isso.

Podemos pensar também, numa cidade planejada, mas, qual cidade planejada? A cidade que constrói os seus conjuntos habitacionais na periferia e continua deixando seus vazios urbanos, é uma cidade. Mas, esse modelo tem seus reflexos. Eu fico vendo essa foto e pensando, imagina a quantidade de investimento que tem que ter nas infraestruturas dos equipamentos para levar pra esse bando de gente colocar numa periferia distante, e depois, sobretudo, em circulação, o quanto que essas pessoas sofrem.

Então, mostrando, novamente, a questão da ilegalidade, da irregularidade nos municípios brasileiros, contestando muito a visão que as pessoas têm que essas formas de ocupação estão nas maiores cidades onde a pobreza se concentra e, isso realmente aconteceu até os anos 80. A partir dos anos 80, nós temos uma disseminação dessa pobreza urbana, dessa falta de acesso à urbanidade em todo o território nacional. Então, nos municípios, até vinte mil habitantes, 39% quase 40% dos municípios têm irregularidade, têm ilegalidade, têm forma precária de ocupação urbana. Aí, os tamanhos dos municípios vão aumentando, lógico que você vai aumentando a parcela deles dentro dessa perspectiva de falta de urbanidade etc., chegando aí as cidades de mais de 500 mil habitantes, todas elas têm.

Eu vou dar alguns dados, passar muito rapidamente. Essa apresentação é longa, e é a primeira vez que eu faço, eu não sei quanto tempo ela dura. Só alguns dados para mostrar isso e mostrar novamente, reforçando o quanto é estratégico nós focarmos essa questão. A inadequação por infra-estrutura no Brasil, ela atinge do total de famílias até cinco salários mínimos, são vinte e oito, vinte e nove milhões de famílias, ou seja, 60% das famílias do país, ela atinge 12 milhões dessas famílias, então, é uma

perspectiva bem alarmante e, isso nós só estamos falando da questão água e esgoto, e esses dados vão-se cruzando.

Essa é a representação dessas famílias, áreas precariamente ocupadas, sobretudo áreas de risco, loteamentos irregulares e etc. Também outra representação. Outra representação bem emblemática é quando você constrói e se verticaliza irregularmente no país, sem esgoto etc. Chove e você está à margem de um rio sem esgoto e aquilo vai comendo anos e anos. Nós vimos o Túnel Rebouças. Há prédios que caem e não é por causa da chuva, ou porque Deus deixa de ser brasileiro ou alguma coisa assim. Não, são anos e anos e isso se repercute assim.

Essa é uma área de risco em Porto Alegre. Você tem, segundo as faixas de população, municípios de até 5.000 habitantes que não deveriam, na minha perspectiva, nem serem chamadas de cidades, e aí, eu faço parênteses. Outra questão estratégica aqui: perguntar o que é cidade no país? O Ministério das Cidades já se perguntou e não conseguiu levar adiante porque nós temos, lógico, um impacto na discussão federativa, fundo de participação de municípios etc.

O que é uma cidade na Constituição? Cidade é toda sede de município. A definição mais do que esdrúxula. Então, você cria um município e a sede vira cidade, enquanto em outros países, a cidade é um conjunto mínimo de equipamentos, infra-estruturas, acessos etc. Então, nós chamamos cidade, municípios com até cinco mil habitantes. No nosso país, dos mil e trezentos e setenta e um mil municípios, oitenta e um deles, que é uma parcela pequena, mas, nós estamos falando de um município pequeno que tem favela, são cinco mil pessoas morando juntas, e você tem favela. Então, assim, a pobreza urbana levada a todos os rincões do país e, isso vai aumentando em todos os municípios e você chega a dois milhões e trezentos mil domicílios em favelas e onze mil, quase doze mil favelas no país como um todo e os municípios maiores, todos eles, têm favelas. Aqui temos algumas imagens de favela, normalmente, nós olhamos favela do carro mesmo, na avenida, e é curioso quando nós podemos trabalhar com a questão que nós somos levados para dentro da favela e você olha a favela de dentro para fora, é um pouquinho pior, porque, normalmente, a favela do carro para a avenida, ela tem um belo outdoor, uma coisa bem bonita para tampar a favela. Em São Paulo agora, eles

estão tirando os outdoors e isso está repercutindo em vários outros municípios.

A questão de cortiços, novamente, os municípios pequenos, cinco mil pessoas e você têm cortiço, os municípios, lógico, maiores, a maior parte deles são encortiçados, sobretudo, nas áreas mais centrais, porque é uma opção que vai junto com a favela, ou o sujeito mora na favela, tem o seu barraco, julga que é próprio, vai lá anos e anos tentando regularizar fundiariamente aquela área pra construir em alvenaria, pra se consolidar aí porque nós criamos de mil e novecentos e vinte e pouco, com a questão do aluguel, nós começamos a criar esse mito da casa própria, ou o sujeito opta por ficar perto do trabalho onde ele reproduz a vida dele e acaba se encortiçando em áreas centrais.

O curioso é que na década de 90 começaram a surgir os cortiços na periferia e, hoje, você tem favela que nem a Rocinha que tem cortiço dentro da favela, uma modalidade curiosa, quer dizer, imóveis que foram verticalizados nos anos 80 e 90 na favela com padrão de domicílios para famílias, e que foram subrepartidos na década de 90 e anos 2000 e, hoje, é um grande cortiço dentro da favela, é de uma precariedade absurda, inclusive, criando problemas ali, geotécnicos que aquilo vai pesando e todo aquele esgotamento que não vai para lugar nenhum, encharcando o solo. Só tem uma foto de cortiço e ela aqui está muito clara, ela ficou ruim, é um cortiço interessante no centro do Rio de Janeiro.

Existência de loteamentos irregulares. Irregularidade em loteamento você vê dos municípios até cinco mil habitantes, trezentos e quinze deles, $\frac{1}{4}$ desses municípios têm irregularidade nos loteamentos. Isso representa não só a ocupação clandestina, irregular, ilegal do sujeito que tem que morar e que acaba “invadindo”. É a irregularidade também do rico, da classe média,. É a grande irregularidade que há em Brasília, ocupação de área pública, a ocupação de áreas para a especulação imobiliária, então, você vai, grila, depois expulsa, e, aí, você vai consolidando a área e tal. Isso acontece também nos pequenos municípios, sobretudo, em interiores de estados onde você tem expansão de fronteira, onde você tem a riqueza entrando. Os loteamentos irregulares, muitos deles em área de proteção aos mananciais, eu acho que aí é em São Paulo. Loteamento irregular e ainda associado com riscos na ocupação de

encostas. Loteamentos irregulares em São Paulo, Rio de Janeiro, uma irregularidade, sobretudo, em loteamento em área de manancial. Eu coloquei lá o Cristo Redentor para ver se dá uma ajuda, mas, no pé do Cristo Redentor, há essa mancha aqui enorme de favelas sem ter até um traçado urbano em partes dela.

Esse quadro aqui mostra a informalidade e os conflitos fundiários onde você tem uma enorme disputa pela propriedade do imóvel urbano, envolvendo, sobretudo, as famílias de baixa renda. Há uma demanda muito grande ao estado, hoje, pela garantia dos direitos humanos, então, nós vimos isso com o Conselho Nacional das Cidades. A demanda muito grande dos conflitos fundiários que nos chegam, o Conselho Nacional das Cidades criou um grupo sobre conflitos. Este está apresentando agora na Terceira Conferência Nacional das Cidades, no final de novembro, uma proposta de uma política que foi debatida em vários lugares do Brasil, e foi passada nas conferências estaduais das cidades, uma proposta de política para a questão da prevenção e imediação dos conflitos fundiários urbanos. Esses conflitos são muito mais aguçados na questão dos vazios urbanos porque você tem na questão, sobretudo, dos centros de cidades uma enorme quantidade de imóveis vazios, porque falar para uma pessoa que não tem onde morar que ela não pode entrar num imóvel vazio que há dez, quinze anos está lá é perversidade, a mim me parece perversidade, e o sujeito não tem como entender por que ele não pode ficar abrigado naquele imóvel vazio, o conflito fundiário se expressa mais ali, por quê? Porque, normalmente, esse imóvel vazio ainda que tenha uma questão dominial toda em debate, na hora em que ele é ocupado o juiz, a juíza rapidamente apela para a constituição, direito e propriedade e reintegração de posse, são dois ou três juízes nesses últimos anos que eu conheço que, também, trataram de outro direito constitucional que é o direito à moradia e cotejaram um com o outro na perspectiva de nós - é a função social da propriedade - de nós discutirmos.

Então, você tem hoje cinco milhões e meio de imóveis vazios no país e um déficit habitacional que está em sete milhões, oito. E, aí, o déficit habitacional conforme a metodologia e nós discutimos. Você tem um déficit habitacional que é, inclusive, similar ao número de imóveis vazios. Lógico que, nem todos esses imóveis se destinam à habitação, mas o

fato é que nós temos uma vacância enorme de imóveis e essas pessoas construindo na periferia porque o estado não dá recursos, ou mesmo o estado constrói na periferia e, nós temos esses imóveis vazios com toda a urbanização que foi criada para as classes mais altas, na perspectiva de planos que essa cidade foi planejada para essas classes mais altas e etc.

A questão dos imóveis vazios em São Paulo, três milhões e meio de imóveis, meio milhão vazios. Rio de Janeiro, dois milhões de imóveis, duzentos e sessenta e seis mil vazios. Salvador, setecentos e sessenta e oito mil imóveis, cem mil vazios e por aí vai em todas as cidades, inclusive, as pequenas cidades com um enorme número, relativamente, você tem mais imóveis vazios nas pequenas cidades do que nas grandes por conta de êxodos para essas periferias das maiores cidades.

Aqui temos alguns imóveis vazios. Área portuária do Rio de Janeiro, nós estamos trabalhando lá na requalificação da área portuária do Rio de Janeiro, que é um imbróglio de mais de vinte ou trinta anos porque é questão federativa. É uma questão de autoridade. Autoridade tem para tudo quanto que é lado, só de autoridade portuária, nós contamos umas vinte e todas são autoridades. Você tem a Receita Federal, você tem a questão da vigilância sanitária, a Marinha, as docas, o Ministério, as Secretarias, então, vamos sentar e vamos discutir.

Imóveis do INSS. Eu acho que dos poucos cabelos brancos que eu tenho, 95% são em função do INSS. Nós tentamos disponibilizar imóveis do INSS e não conseguimos. Está aí, imóvel do INSS, centro do Rio de Janeiro, tem um estacionamento em cima e o INSS não pode fazer o estacionamento. A única perspectiva que eu tenho é que esse estacionamento é explorado de forma irregular, e o imóvel está lá parado, no centro do Rio de Janeiro. O imóvel faz parte do Fundo Geral da Previdência. Então, esse imóvel “come” dinheiro do fundo a cada mês com a vigilância e etc. E, esse imóvel, na sua desvalorização, também está “comendo” dinheiro do fundo. Não seria muito melhor nós darmos um uso para o imóvel? Mas, estamos aí numa enorme discussão e não é falta de vontade política, pelo contrário, o problema é que o imbróglio é grande.

Aqui tem toda a questão do Estatuto da Cidade, numa perspectiva de construir essa política de médio e longo prazo. Uma política de curto prazo é o que nós estamos trabalhando agora, acredito, hoje. Um redirecionamento dos programas habitacionais para a faixa onde está o déficit. Os investimentos em saneamento. O Programa de Regularização Fundiária, hoje, atinge 1,3 milhão de famílias no país. O Ministério das Cidades tem quatro anos e meio, recurso quase zero. Tem recurso, hoje, com o PAC, para obra de 1 milhão e 300 mil famílias, se nós pegarmos na média das pessoas, o número de pessoas nessas famílias, há muita gente no país com processo de regularização fundiária iniciado pelo governo federal, coisa que o governo federal nunca fez, isso é uma política de pacificação do conflito fundiário urbano, acesso à terra, algo que nós temos que fazer para começar a pensar em planejamento e em seguir em investimento, seria essa a lógica, nós estamos fazendo e, de vez em quando, nós, com pressa, nós fazemos alguma coisa antes.

Integração de políticas de transportes. Só para dar um exemplo, para todos, dessa vontade política, o Presidente Lula assinou, em maio de 2007, a Lei 11.481, de Regularização Fundiária, sobretudo, em áreas em terrenos públicos da União, mas, também, tem em outros terrenos. Alguns dos avanços, a possibilidade de utilização dos instrumentos de regularização fundiária que estão no Estatuto das Cidades, a CDRU, aforamento gratuito, etc. No caso dos imóveis da União, até então, poderia ser feita apenas seção de direitos. Nós podemos ter esses instrumentos que estão no estatuto nos imóveis da União, você pode pegar os instrumentos que garantem a posse, que não dão a propriedade, que garantem a posse e eles serem aceitos no Sistema Financeiro de Habitação, isso é um enorme avanço naquela perspectiva de que eu falei, nós tínhamos recursos para habitação popular, mas não tínhamos terra. Então, hoje, nós não precisamos pegar a propriedade da terra e passar para o sujeito mais pobre, porque isso é meio tabu no país, você pegar a terra e dar para pobre, não vai fazer isso, mas, você pega então, e passa a posse, ele tem a garantia, ele está morando lá há dez anos, há quinze, vinte anos, a posse é dele. O que nós colocamos na lei é que esta posse pode ser negociada no Sistema Financeiro de Habitação, ela pode ser hipotecada, ela pode servir de garantia, isso é uma perspectiva muito importante para nós disponibilizarmos essas terras, dar o acesso à terra.

No caso da Rede Ferroviária, por exemplo, nós temos a garantia da ocupação gratuita dos terrenos da União e, também, da doação de imóveis da União para beneficiários de programas habitacionais até cinco salários mínimos.

O acesso à terra, que é hoje uma bandeira que está sendo discutida no Ministério das Cidades, algumas das suas metas, a construção de um modelo de desenvolvimento urbano, em que você tem a distribuição da valorização da terra para todos, possibilitando a recuperação dos investimentos públicos para o bem coletivo. Você tem nessa política de acesso à terra uma ação curativa que é a regularização fundiária, a mediação dos conflitos, mas você também tem uma preventiva que é o planejamento urbano, sobretudo, nos processos participativos. Novamente, foco isso, nós temos que trabalhar a questão da gestão, da valorização da terra, sobretudo, porque nossas áreas urbanas têm que ser requalificadas. Há muita urbanização sobre áreas já urbanizadas a serem feitas. O que acontece hoje é que o poder público investe em equipamento e infra-estrutura e não capta a valorização que foi dada nessa área. Não tem uma captação dessa valorização. Ou seja, primeiro, nós demos terras e planejamos só para os mais ricos; hoje, investimos para os mais pobres, no entanto, valorizando a terra e quem vai captar essa valorização serão os mais ricos porque os mais pobres acabam sendo expulsos pela própria valorização da terra. Existem instrumentos para evitar isso e o Estatuto das Cidades tem que ser aplicado.

Retomando aqueles dois planos diretores, que foram feitos nos 1.700 municípios que eram obrigatórios, nós fizemos uma pesquisa qualitativa sobre esses Planos Diretores, pegando os instrumentos do Estatuto da Cidade que foram trabalhados ou, pelo menos, previstos nos Planos Diretores. Eu peguei um instrumento para mostrar para os senhores – as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). A mancha mais escura vai de 80% a 100% dos municípios que fizeram uma previsão da utilização de ZEIS no Plano Diretor. Ou seja, a definição de áreas da cidade onde você tem explicitado, no Plano Diretor, como se pode dar o acesso à terra para os mais pobres. Existe um planejamento que foi feito recentemente, que rompe um pouco com aquele modelo. No entanto, a grande discussão além da questão da pacificação do acesso à terra e do conflito fundiário, a outra discussão é a retomada de investimentos, sobretudo, pelo governo federal. Você tem duas perspectivas. Uma é fazer essas grandes cidades nas periferias, conjuntos habitacionais etc. onde a terra

é mais barata e é mais fácil de pegar essa terra. A outra perspectiva é fazer esses investimentos em consonância com esses Planos Diretores, sobretudo em ZEIS, em que você leve os mais pobres também para áreas urbanizadas e, com isso, consiga conciliar uma disputa que existe evidente sobre classes sociais, uma desigualdade aprofundada, uma segregação espacial aprofundada e uma fragmentação do território urbano. Então, eu acho que são essas perspectivas estratégicas que nós temos para trazer da política do Ministério das Cidades e contamos com a colaboração de todos porque sabemos que cada um pode repercutir estratégias como essa. Muito obrigado e desculpem pelo avanço no horário.

Maria das Graças Rolim Bilich – Moderadora: Gostaríamos de agradecer a sua brilhante apresentação e vamos passar ao debate.

Debate

Maria das Graças Rolim Bilich – Moderadora: Temos aqui já algumas perguntas e todas elas dirigidas ao Renato.

Renato Balbim – Secretaria Nacional de Programas Urbanos/Ministério das Cidades: A pergunta é sobre moradores de rua: “*Que tipos de projetos o Ministério das Cidades tem para tratar com população de rua?*”.

Eu fico feliz com essa pergunta. Eu sou representante do Ministério das Cidades num grupo interministerial, para a população de rua, o Ministério das Cidades não tem como fazer nenhum tipo de política específica para tratar da população de rua. No entanto, a discussão é, como as políticas do Ministério das Cidades junto com políticas da saúde e dos direitos humanos podem atingir a população de rua. Nós estamos trabalhando nisso e, em breve acho que eles estão terminando o texto de um programa para a população de rua a partir do governo federal. Por outro lado, quando nós estamos discutindo o acesso à terra, eu acredito que estamos fazendo uma política muito específica para a população de rua porque deste grupo participam moradores de rua e, a grande reivindicação é habitação. O morador de rua tem como maior reivindicação a habitação, a habitação que não é o albergue, não é essa malha do estado em que ele muitas vezes não reproduz a sua individualidade, suas questões essenciais e quer ter o lugar dele. É isso que ele busca na rua. Então, eu acho que nós estamos na perspectiva de acesso à terra e estamos fazendo alguma coisa, mas, estamos discutindo com esse grupo como nós podemos integrar isso com outras ações de outros setores para se constituir uma efetiva proposta de política do governo federal para a população de rua.

A outra pergunta é do Marcos de Oliveira, do Curso de Política Estratégica e Auto Administração do Exército: “*A pobreza cresce em velocidade bem superior ao planejamento que ficam sem suas reduções, os recursos para a solução à cidadania urbana cada vez são, nitidamente, inferiores e insuficientes e estrategicamente o governo deveria ser pró-ativo no controle da natalidade. Eu gostaria de saber a opinião da instituição do senhor*”.

Bom, eu sou geógrafo por formação e a geografia discute bastante essa questão quando trata da demografia, não é o nosso foco principal, mas, nós tratamos, sou completamente contra a discutir questões de desigualdade de segregação, de exclusão, tendo como princípio falar que é um problema de taxa de natalidade. Eu acho que o Estado, ele tem que dar todas as possibilidades para que a família e a pessoa humana façam o planejamento da sua vida, tenham os mecanismos de contracepção, mas o Estado, eu não acredito que deva tratar a questão da natalidade ou a diminuição da natalidade como uma possibilidade de redução das desigualdades. Você tem países que, hoje, tem uma natalidade, inclusive, baixa que continuam pobres. Josué de Castro, grande médico, mas geógrafo por vontade, que escreveu toda a geografia da fome, já falava que, há mais de cinqüenta anos, produzimos três vezes mais alimentos do que poderíamos comer, tamanho o desperdício. Então, novamente, a questão não é de natalidade.

A próxima pergunta é: “*O Ministério das Cidades dá um olhar especial para a questão de gênero?*”.

Sim. Por questão de gênero, tanto na política de regularização fundiária quanto na política habitacional, há prioridade sempre de titulação, de propriedade, de financiamento, é sempre para a chefe de família, você tem isso, claramente, colocado, não como uma simples vontade política, mas, é por uma realidade social em que muitas das famílias, o chefe da família é a mulher, então, você tem essa nossa vontade de consolidar as pessoas no território e criar as condições de urbanidade. A questão do gênero é uma realidade que tem que ser tratada para pensar a melhor forma de consolidação das pessoas no território e pacificação desses conflitos. Então, é pensada assim a questão do gênero e expressamente colocada nos programas do Ministério das Cidades e em programas

também do patrimônio da União, inclusive, na sessão e na concessão de terras e perspectivas distintas para as mulheres.

Vinicius Araújo pergunta: *"Como viabilizar Planos Diretores para municípios com menos de vinte mil habitantes?"*.

Eu acredito que uma das formas que nós estamos trabalhando para viabilizar esses Planos Diretores é através de consorciamento. Não se trata de, necessariamente, fazer um consórcio público, mas a idéia é fazermos consórcios de municípios para que você equipe esses municípios com técnicos que possam fazer Planos Diretores para cinco, seis municípios e, depois, um plano, inclusive, regional para esses municípios.

Há um dado curioso de uma pesquisa interna que nós fizemos sobre os municípios. Os municípios maiores e mais ricos foram os municípios que mais terceirizaram a elaboração de seus Planos Diretores. Isso é extremamente curioso, porque nós também temos a visão normalmente que os municípios menores não têm capacidade técnica para elaborar e eles acabariam contratando os Planos Diretores de gaveta. Como nós fizemos um trabalho muito grande com os municípios menores, numa conscientização da elaboração do Plano Diretor com os técnicos do município, lógico que, trazendo consultorias, mas, sem terceirizar, acabou que, isso nos dados aí deu uma alteração e, os municípios menores, eles tiveram uma grande vontade de fortalecer a gestão municipal e seus técnicos. Ainda, lógico que, é claro, que a maior parte dos municípios brasileiros não tem um computador, tem muito município que ainda está na máquina de escrever, tem município que não tem telefone. Nós ligamos para o prefeito e temos que ligar para a padaria para falar com o prefeito, não é brincadeira. Eu tenho telefone de padaria colocado como referência para o prefeito.

Em relação ao papel do Estado, no primeiro Governo Lula, nós fizemos um trabalho muito grande direto, Governo Federal e municípios. O papel do Estado eu acredito que seja muito importante para você atingir esses municípios menores na elaboração dos seus planos. Não como uma forma paternalista do Estado ou tutorial, mas, no reforço da questão federativa. O Estado tem as suas competências, tem as suas

responsabilidades, ele pode criar programas que são pactuados com o Governo Federal também para que você tenha uma regionalização fortalecida, da mesma forma da região metropolitana para os municípios menores e etc.

A outra pergunta é a seguinte: “*Como o Ministério das Cidades enxerga a diferença entre a região metropolitana e os aglomerados urbanos?*”.

Nós estamos com um edital aberto na página do Ministério das Cidades para chamar instituições para fazer capacitação para a implementação do Estatuto da Cidade. Só para dar como exemplo. Porque nós começamos esse edital colocando que eles só podiam pegar municípios de regiões metropolitanas. Foi uma “grita” geral, todo mundo reclamando que não dava como abranger regiões metropolitanas. Então, nós aumentamos o escopo para regiões metropolitanas e aglomerados urbanos.

O que eu quero dizer com isso? A perspectiva que nós tivemos inicial foi trabalhar, sobretudo, com as regiões metropolitanas que efetivamente traduzem a perspectiva de uma dinâmica metropolitana, então, fizemos um recorte muito fechado para pegar onze regiões metropolitanas e que você teria políticas que poderiam ser comparadas, iniciativas de capacitação que poderiam, inclusive, ser criteriosamente avaliadas. Quando nós abrimos, nós abrimos um universo que, a meu ver, não é comparável. As aglomerações urbanas elas existem, mas, elas não se transformam automaticamente em regiões metropolitanas como algumas estão tentando. Em Santa Catarina, nós temos cinco ou sete regiões metropolitanas, mas essas regiões metropolitanas não são regiões metropolitanas; elas são aglomerados urbanos. A pesquisa de aglomerados urbanos do IBGE e o IPEA também fazem, ela é extremamente importante para que nós possamos ter políticas, sobretudo, a partir do nível estadual, regionalizadas. Então, como nós vemos, regiões metropolitanas e aglomerados urbanos não têm nenhum conflito. O conflito é você ter a perspectiva de aglomerado urbano tentar transformar-se em região metropolitana pra conseguir mais recursos. O fato é que o recorte regional é importantíssimo e é estratégico para nós trabalharmos com a questão urbana e um dos recortes são as aglomerações.

Maria das Graças Rolim Bilich – Moderadora: Vamos passar a palavra ao Jeroen Klink para responder a algumas perguntas.

Jeroen Klink – Universidade ABC: O Vinicius Araújo me pede para detalhar um pouco mais a experiência de Agência de Desenvolvimento do ABC.

Como eu falei, a experiência do ABC é singular porque todo arcabouço de planejamento regional que foi construído a partir de 1990, foi um sistema informal, paralelo, ou seja, um sistema que foi construído, mais ou menos, à margem do federalismo fiscal, então, essa agência que foi criada em 1998 foi uma agência que tinha, na realidade, como principal meta, contribuir para a revitalização econômica da região do ABC. O ABC foi muito afetado pela abertura econômica que ocorreu na década de 90, foi uma abertura rápida, descontrolada, com impacto dramático sobre as taxas de desemprego em termos de desestruturação das principais cadeias produtivas, isso foi um impacto devastador. Essa agência foi consenso na sociedade regional. O que não foi consenso? Os detalhes. Como é que você faz isso? Que não é comum, na época, década de 90, não havia nem tantas prefeituras com uma estrutura para o desenvolvimento econômico local que, hoje em dia, é mais comum, mas, imagina menos comum ainda, criar uma agência. Uma das primeiras polêmicas foi quem comandaria essa agência? Foi a discussão que foi muito pilotada pelo saudoso Prefeito Celso Daniel: “Para dar certo essa agência tem que ter certa autonomia em relação ao ciclo político, não pode ocorrer que essa agência funcione bem durante quatro anos e, depois entre em colapso e, depois, a retomada de novo. Essa agência tem que ter uma participação pungente da sociedade civil, a sociedade empresarial, sindicatos”.

Então, ele colocou na mesa a seguinte proposta: “Vamos construir uma agência com 49% das cotas para nós e o resto pertence à sociedade civil”. Os prefeitos caíram da cadeira. Foi um alvoroço geral: “Você quer que nós só coloquemos dinheiro e só podemos dar palpites sobre isso? O que é isso Celso?”. Mas, ele foi explicando um pouco essa coisa de capital social, transmitir confiabilidade, e os prefeitos entraram. Depois era o caso do arranjo organizacional, quem financia isso? Por que tem duas perguntas, para essas idéias inovadoras no Brasil. Primeiro quem

manda? Então, isso foi mais ou menos resolvido, a sociedade civil vai coordenar, vai ter a principal coordenação.

Como é que vai funcionar? Quem banca? Foi colocada a seguinte estrutura: O Conselho de Gestão seria composto pelas principais lideranças públicas e privadas, e todas as associações comerciais e algumas grandes empresas. A própria indústria automotiva participou e depois caiu fora porque descobriu que era mais interessante lidar diretamente com o Governo Federal, não precisava dos municípios e os Sindicatos dos Trabalhadores, enfim, os principais atores estavam participando do Conselho de Gestão. A estrutura da chamada Secretaria Executiva foi profissionalizada, foi terceirizada. Ou seja, você contratou uma equipe enxuta, pequena com uma remuneração, inclusive um pouco maior que é a remuneração comum nas prefeituras. Isso foi importante para, exatamente, trazer quadros com certa experiência de como lidar com as empresas, mas também, facilidade de conhecer a máquina pública, o trâmite interno nas prefeituras fica difícil, então, a remuneração para essas pessoas foi mais alta, então, essa estrutura executiva enxuta foi bancada pelo conjunto dos sócios, ou seja, as prefeituras, as associações comerciais, posteriormente as universidades fizeram parte e isso foi importante. As universidades criam estudos, elaboram dados, enfim, o conjunto das universidades participa e, também, bancam a parte dos salários da Secretaria Executiva. Eu diria que, hoje, de todo o conjunto de instituições que existem na região, consórcio, câmara, fórum de cidadania, eu diria que a Agência de Desenvolvimento é algo que, realmente, deu certo. Hoje, ela tem um portfólio substancial com projetos do SEBRAE, Banco Interamericano, tem o apoio do setor privado.

É engraçado que, inicialmente, a oposição não concordou com essa idéia da agência, mas depois da morte do Celso, houve uma mudança política que vários atores saíram da agência, mas depois eles voltaram. Voltaram porque viram que essa coisa deu certo, tem certa continuidade apesar do ciclo político que, evidentemente, existe, tem um portfólio de projetos que crescem e, está lidando com um assunto, o desenvolvimento econômico regional, que é um assunto de bem público, é menos difícil pactuar em torno de temas como geração de trabalho e renda. Então, essa era um pouco a idéia da agência que, hoje em dia, parece-me que se está

espalhando, há várias agências e, modestamente, eu acho que essa agência do ABC foi uma das primeiras tentativas de criar isso.

Eu tenho uma outra pergunta para o Renato: “*Santo André é uma exceção porque é uma cidade maior que passou por um exercício participativo, com uma maior participação popular e esse foi um processo longo. São Bernardo, por exemplo, terceirizou seu Plano Diretor. Diadema fez de forma diferente também. O que você vê nessa região funcional? O ABC não é uma região metropolitana, mas é uma região funcional, só que você não tem coordenação entre os vários Planos Diretores de uma região tão importante. No ABC isso é ruim?*”.

No meu modo de ver, isso é ruim porque você deixa de aproveitar sinergias em termos de negociações, em torno de coeficientes de aproveitamento, essa coisa da política de captação da mais valia de terra. Você perde oportunidades, chegamos à época em que a Raquel estava no Ministério, e nós fizemos, inclusive, no consórcio, uma discussão sobre os Planos Diretores regionalizados, o seminário foi muito bom, um “bate papo” muito bom, mas nós não avançamos a minha leitura é bastante crítica, é uma leitura fria, não conseguimos, nós deixamos, portanto, grandes custos de oportunidade. O capital imobiliário faz esse jogo regional, a construtora, a empreiteira que está em São Bernardo; ela está em Santo André também, ela tem todos os coeficientes. Ela sabe os planos deles. Nós, os gestores públicos, nós não conseguimos fazer isso. A minha pergunta é como é que o Ministério vê isso? Quais são os mecanismos de indução? Porque eu imagino que tenha que ter um mecanismo de indução para avançar também nisso, porque, de fato, o Ministério fez grandes avanços. Os Planos Diretores representam, sem dúvida nenhuma, um grande avanço, só que esse, fazendo uma ponte com minha exposição, isso me parece uma lacuna, os Planos Diretores participativos, regionalizados ou com um enfoque mais metropolitano.

Renato Balbim – Secretaria Nacional de Programas Urbanos/Ministério das Cidades: Há mais outras duas perguntas aqui, mas eu vou começar respondendo essa para nós criarmos também, um pouco, o debate.

A Professora Raquel, a minha Chefe, eu comecei esse ano quando ela saiu do Ministério das Cidades para voltar a trabalhar na universidade, foi uma das grandes pessoas que trabalharam por essa movimentação que foi a elaboração dos Planos Diretores no país como um todo. Nós brincamos que nós temos um Planejamento Territorial Urbano comparável ou maior do que dos países da China, da União Soviética, etc. Se você pegar mil e setecentos municípios e você faz planejamento em cinco anos já é uma coisa absurda, a dimensão disso é muito grande, sobretudo, num país. Há perspectiva de se fazer planejamento, a não ser para uma parcela da população, daí, o que acontece é que você tem, evidentemente, que questionar a qualidade desses Planos Diretores. Essa pesquisa que nós fizemos mostra muito isso, está divulgada no site, é matéria para diversas teses essa pesquisa porque ela tem o questionamento sobre todos os instrumentos sobre o Estatuto das Cidades, como foi feito o plano etc. Esse questionamento é feito aos prefeitos, aos técnicos, a quem participou, à câmara, então, está lá a pesquisa e eu convido todos a darem uma olhadinha. No entanto, o que nós vemos com essa pesquisa é que a maior parte das cidades não fez seus Planos Diretores para esses aglomerados urbanos cotejando o seu vizinho. Cada um fez o seu plano como se o território fosse fechado ali na fronteira e como se nós não olhássemos para o lado de lá da rua, porque a fronteira passa no meio da rua, normalmente, num córrego. É assim que acontece com o fundo de vale. Nós temos que lembrar que somos um país tropical e toda a nossa morfologia. E não se olha o outro lado e, aí, fica até uma pergunta, nós brincamos na Geografia, qual o limite da fronteira? É essa a questão.

Num segundo momento, agora, após a aprovação dos Planos Diretores que era obrigação, nós estamos tentando, justamente, induzir a correção de algumas dessas questões aí que estão em aberto. O Ministério das Cidades, inclusive, isso é o caso da Secretaria onde eu trabalho de Programas Urbanos que consegue fazer muita coisa com pouco recurso. Então, nós falamos do PAC e nós temos lá 20 milhões de reais de orçamento nesse ano. Mas, com esses 20 milhões de reais, nós estamos fazendo convênios com seis estados, no caso dos Planos Diretores, para que os estados façam junto com os municípios de regiões metropolitanas um Planejamento Regional, não vai fazer um Plano Diretor Regional, não

vai chegar a isso, mas já vai ser um avanço que vai apontar para um Plano Regional.

Então, na nossa perspectiva, nós estamos induzindo todos os nossos investimentos tanto em capacitação quanto em assistência técnica para implementar os Planos Diretores, nós estamos fazendo uma perspectiva de contratação de universidade, ONGs, institutos, etc., que têm que fazer essas ações de assistência técnica e capacitação em mais do que um município e com a anuência de cada um dos prefeitos, então, para que nós façamos, por exemplo, a capacitação para um instrumento do Estatuto da Cidade. É importante que façamos isso em São Bernardo, Santo André e São Caetano, que nós não fiquemos fazendo só com uma população de área periférica. A perspectiva é que nós possamos discutir isso no nosso Plano Diretor. Então, no nosso limite orçamentário, técnico e político, nós estamos tentando, justamente, corrigir essas disparidades.

As duas outras perguntas são muito rápidas.

Uma, é se há possibilidade do entorno aqui do DF vir a se transformar em um novo estado ou se isso foi apenas um boato.

Eu não vejo possibilidade nenhuma. Isso impacta o Pacto Federativo frontalmente, é uma discussão que geraria grandes controvérsias. Agora, o que existe de possibilidade de apontamento de novos estados, novas regionalizações no país é enorme, “vira e mexe” surgem uns, seja como boato, seja como vontade, intenção, especulação. Esse aqui, eu não vejo perspectiva nenhuma.

E a outra, é só falando sobre as atividades atuais do Ministério das Cidades criado em 2003.

Essa eu poderia ficar aqui falando com vocês bastante tempo. O que eu queria dizer sobre o que o Ministério está fazendo hoje: o Ministério criado em 2003 passou seus quatro primeiros anos, sobretudo os três primeiros anos, com pouquíssimo recurso, trabalhando num fortalecimento da gestão municipal, planejamento, Plano Diretor, qualificação, planos de risco, planos de habitação, planos de saneamento, marcos regulatórios, saneamento, mobilidade, toda uma discussão da questão da habitação mudar para qual faixa de renda, criação do Fundo

Nacional de Habitação e Interesse Social, o primeiro Projeto de Lei de iniciativa popular, quinze anos tramitando, conseguimos sancionar no primeiro governo, etc. Então, criamos a casa, estruturamos, criamos uma perspectiva de receber investimentos.

O que o Ministério está fazendo mais hoje? Ele trata muito do PAC. O que a sociedade tem que fazer com isso? Tem que fazer controle social, participação social porque o grande medo que nós temos que ter é que os investimentos do PAC acabem sendo um outro BNH. É importante que nós façamos investimentos para reproduzir essas cidades em que os pobres estão em área periféricas ainda que em conjuntos habitacionais, com todos os problemas para levar a infra-estrutura até eles. O receio é que as áreas mais centrais fiquem vazias onde está o planejamento, a urbanidade, as praças, as escolas e etc. Nós temos que discutir o PAC, o investimento, essa vontade do Governo Federal, do Governo Lula, nós temos que discutir em cada um dos municípios com aqueles instrumentos que, a bem da verdade, conseguimos fomentar nos primeiros quatro anos. Obrigado.

Maria das Graças Rolim Bilich – Moderadora: Gostaríamos de agradecer a participação dos dois conferencistas. Depois eu vou passar um certificado da presença deles aqui. Gostaria de agradecer mais uma vez a presença de vocês e convidamos todos para um *coffee break* que será servido aqui ao lado. Muito obrigada a todos.



MESA 1.6 SEGURANÇA E DEFESA: PERSPECTIVAS DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO MILITAR

Defesa: Desafios para o Brasil no Séc. XXI - Perspectivas do Pensamento Estratégico Militar

Ilques Barbosa Júnior
Escola Superior de Guerra

Perspectivas do Pensamento Estratégico Militar: A Visão da Marinha

Rodrigo Otávio Fernandes de Hônikis
Escola de Guerra Naval

Perspectivas do Pensamento Estratégico Militar: A Visão do Exército Brasileiro

Sergio Westphalen Etchegoyen
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Perspectivas do Pensamento Estratégico Militar: A Visão da Aeronáutica

Cláudio Alves da Silva
Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica

Defesa: Desafios para o Brasil no Séc. XXI - Perspectivas do Pensamento Estratégico Militar

Fernando Maurício Duarte Melo – Moderador: Vamos dar início à Mesa 1.6, sobre “Perspectivas do Pensamento Estratégico Militar”. Para tanto, convidamos os seguintes palestrantes a ocuparem os seus lugares à Mesa: o Excelentíssimo Senhor Contra-Almirante Ilques Barbosa Júnior, da Escola Superior de Guerra; o Excelentíssimo Senhor Contra-Almirante Rodrigo Otávio Fernandes de Hônkis, Diretor da Escola de Guerra Naval; o Excelentíssimo Senhor General de Brigada Sérgio Westphalen Etchegoyen, Comandante da Escola de Comando do Estado Maior do Exército; e o Excelentíssimo Senhor Brigadeiro-do-Ar, Cláudio Alves da Silva, Comandante da Escola de Comando do Estado Maior da Aeronáutica.

Os trabalhos serão conduzidos da seguinte forma: os palestrantes terão vinte minutos para as suas apresentações que serão realizadas de forma seqüencial. À continuação, haverá um tempo de vinte minutos destinados ao debate. Os interessados em participar do debate deverão formular suas perguntas por escrito, informando nome, instituição que representam, a qual palestrante a pergunta é dirigida e entregá-las as recepcionistas.

Convidamos o Excelentíssimo Senhor Contra-Almirante Ilques Barbosa Júnior para proferir sua palestra intitulada: “Defesa: Desafios para o Brasil no Século XXI”.

Ilques Barbosa Júnior - Escola Superior de Guerra: Bom dia. É um privilégio para a Escola Superior de Guerra estar aqui representando o nosso Almirante de Esquadra José Antônio Castro Leal, assim como, estar à mesa com os caros amigos Contra-Almirante Rodrigo Hônkis, o

General de Brigada Sérgio Etchegoyen e o Brigadeiro-do-Ar Cláudio Alves, assim como, o Coronel Melo.

Nós gostaríamos de expressar o agradecimento da Escola Superior de Guerra pelo convite e todo apoio que tem sido dado à nossa estada aqui na capital federal.

Nós vamos fazer a nossa apresentação, observando aquele sumário. Evidentemente, em função do tempo, serão apresentadas apenas sínteses desses tópicos que poderão ser, *a posteriori*, ampliadas, caso necessário, caso julgarem pertinente, no período de debate.

Então, teremos uma pincelada do cenário político estratégico internacional com o destaque que envolve o Poder Militar. É somente uma pequena moldura porque nós consideramos que o cenário político estratégico internacional está com uma predominância de objetivos econômicos. Essa é uma moldura importante que a diferencia, nesse período da história, do período antecessor da Guerra Fria, onde se tem um destaque muito forte em objetivos políticos. Depois, abordaremos o tema da ampliação da agenda internacional e os desafios conseqüentes a essas duas vertentes. Finalmente, daremos pequenas orientações, a título de conclusão.

Como nós estamos tratando de Defesa Nacional? Nós, das Forças Armadas, da Escola Superior de Guerra, estamos trabalhando com possibilidades. Ou seja, o patrimônio brasileiro é imenso e nós não podemos descuidar de nenhuma das possibilidades que podem configurar uma ameaça ao Estado Brasileiro. Em função disso, das três grandes escolas que estudam o Estado, a predominância do estudo que eu apresentei nesse encontro vem de Hobbes, da Escola Realista, a Escola do Poder das Relações Internacionais. Isso é importante para dar seqüência, para reforçar a moldura do emprego do poder militar nesse cenário.

Passando a primeira parte da nossa apresentação, sobre o cenário, sob o ponto de vista militar, nós já observamos a reestruturação da OTAN, com novas emissões, novas áreas de atuação, bem como a desativação do Pacto de Varsóvia, do ponto de vista da abrangência do emprego dessa

organização militar, são pontos importantes que emolduram, que pontuam, melhor dizendo, a nossa avaliação no que se refere ao ponto de vista militar. Temos também a criação do EUROFOR que se constitui numa interrogação do que seria esse poder militar da Europa. Um outro ponto importante é o desaparecimento da importância das Forças Armadas no apoio ou na contribuição no atendimento dos interesses dos países centrais. No caso da Marinha, várias tentativas de redirecionamento das Operações da UNITAS, com o emprego da Marinha, do nosso Exército e da nossa Força Aérea em molduras diferentes do que seja a Defesa Nacional, talvez decorra desse aspecto.

Uma outra questão a ser considerada são as dificuldades que países em desenvolvimento têm para identificar claramente as ameaças, as nossas vulnerabilidades estratégicas. Isso decorre de um desafio, que eu denominei cultural. Ou seja, estando durante tanto tempo sendo orientado para a Guerra Fria, a Segunda Guerra Mundial, a Primeira Guerra Mundial, quais são os interesses que nós, realmente, teremos que defender? Nós estamos diante de um desafio cultural.

É importante também a ampliação do elenco de capacidade de políticas estratégicas. Cada vez mais se exige o aperfeiçoamento de operações combinadas. O que um navio fazia no século XIX, no século XX, hoje, muitas outras capacidades são necessárias. O mesmo se pode dizer no que se refere à estratégia terrestre e à estratégia aérea. Uma aeronave, quanto mais capacidades tiver, mais complexa ela será.

Além disso, há iniciativas que são destinadas a manter o *status quo* das relações internacionais. É evidente que esse elevado elenco de medidas internacionais fazem com que se mantenha como está. Assim, julga-se que está muito bom para um determinado grupo de países. Qualquer alteração disso, em qualquer setor da atividade humana, terá um acompanhamento contrário.

Há ainda a questão do envolvimento de países afastados do centro de poder em situações de conflito na Ásia e Oriente Médio. Aqui eu me refiro às famosas coligações, ao grupo de países aliados atuando no Iraque, atuando no Afeganistão, apesar de não ser, do ponto de vista militar, tão importante assim.

Há ainda a questão das disputas por fontes de energia, onde se inserem espaços marítimos e territoriais, nas quais já foram localizadas ou então que existe elevada probabilidade de existência de fontes de energia. São as mesmas disputas que vêm ocorrendo em espaços marítimos e territoriais em várias partes do mundo. Isso nós temos que observar do ponto de vista dos nossos interesses.

Aqui temos algumas ilustrações. O Ártico já mencionado, mas eu gostaria de fazer uma pequena reflexão. Quando uma estrutura de poder como a da Rússia decide que seja construído um navio-quebra-gelo com propulsão nuclear, que se construam dois mini-submarinos e se coloquem no fundo de um oceano a quatro mil e trezentos metros de profundidade, com uma bandeira russa dentro de um invólucro de titânio. Essa é uma mensagem de força e poder muito grande para a comunidade internacional.

Aqui nós temos a mais recente intenção divulgada pela Grã Bretanha de alterar o *status quo* referente ao Continente Antártico. E aqui, no nosso entorno, não preciso mencionar os países, mas a própria indicação do mapa revela os contenciosos existentes, em terra e no mar. O ponto de vista brasileiro é que, talvez, nós tenhamos uma percepção que essa questão possa ser resolvida de uma maneira diplomática. Mas, para aqueles que, como eu, tiveram a oportunidade de morar num país vizinho, sabem que as soluções nesse aspecto não são tão fáceis, são bastante complexas e exigem posicionamentos do ponto de vista do poder. Na Europa e na Ásia o próprio mapa indica a disputa de fontes de energia em andamento.

Aqui é uma imagem interessante mostrando por que a União Soviética, a Rússia, melhor dizendo, está disputando o problema lá do Ártico. Em função do aquecimento global, está havendo uma permissão da facilidade de navegação em áreas que, antigamente, eram, constantemente, congeladas. Então, isso abre um espaço para a exploração, o que antes não ocorria. Do ponto de vista do aquecimento global, será que se a Sibéria passar a ser um terreno fértil para a agricultura? O aquecimento global seria ruim para a Rússia? Nós tínhamos que refletir que as consequências do aquecimento global não

são iguais para todos. Esse é um ponto importante que vai ser inserido na agenda internacional.

Temos ainda a questão da reestruturação de organismos internacionais. O Conselho de Segurança da ONU aumenta? Diminui? Ele se mantém? Retira-se o poder de veto? Não se retira? Está na agenda.

Temos ainda as questões ambientais, com destaque para o aquecimento global, suas alterações e consequências no clima mundial; a proteção das minorias étnicas; a assimetria de oportunidades que vem marginalizando grande parcela da população mundial; a restrição ao acesso ao conhecimento, principalmente, aquele conhecimento que seja duplo emprego, militar e civil. Hoje, cada vez mais, é difícil saber qual é o equipamento que é propriamente militar ou propriamente civil; a questão do "Bem Público Internacional". Às vezes, principalmente, aqui no Brasil, nós imaginamos que essa expressão esteja vinculada a algum tipo de ideário ou imaginário do nosso povo, sobre a Amazônia e etc. O fato é que existe literatura sobre isso. Existe até diálogos com representantes do Congresso Nacional que são verídicos sobre a questão das florestas e, principalmente, as reservas de água que estão embutidas nessas florestas. São fatos.

Além disso, nós temos que nos acostumar a lidar com dados para planejamento, proposta de alterações e conceitos de soberania e autodeterminação dos povos. O exemplo mais evidente de relativização de soberania nacional é o que vem ocorrendo na União Européia. Será que os Estados do futuro vão caminhar para o que simboliza, para o farol que é a União Européia em termos de federação de estados? Essa é uma interrogação para aqueles que estão atuando em termos de Defesa Nacional. É o direito de intervenção. Essas são possibilidades que nós não podemos descartar, mesmo que a probabilidade de qualquer uma dessas possibilidades seja baixa, porque o patrimônio que isso envolve é muito grande.

Aqui, nós temos um evento só para ilustrar as novidades da agenda internacional. Um furacão chamado Catarina, por incrível que pareça, ameaçou e provocou um prejuízo de um bilhão de reais, na Costa do Brasil. Esse é um fato. Essas imagens, que parecem consequência de

Hiroshima e Nagasaki, nada mais são que consequência do Tsunami que assolou a Indonésia. A participação em um evento de reconstrução de atendimento humanitário, no caso de um cataclismo dessa natureza, eu, particularmente, só imagino que possa ser feito por intermédio do apoio do Comando e Controle de Forças Armadas.

Em função de cenário político e estratégico, e também da agenda internacional, fazendo aqui uma ligação com a globalização dos novos conceitos, nós identificamos esses desafios à Defesa Nacional: o cultural, o político-estratégico, o estrutural, e o orçamentário. É evidente que, outros desafios existem, mas eu estou, simplesmente, fazendo uma síntese de vários deles.

Em relação ao desafio cultural, quais são os interesses do Brasil, do ponto de vista da defesa? O que é que nós temos que preservar? O que é que nós temos que desenvolver? Qual é a iniciativa que nós temos que observar para sabermos o que realmente queremos? Sua Excelência o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, recentemente, numa palestra na Escola Superior de Guerra, identificou esse ponto: nós temos a dificuldade de saber o que é bom para nós. É simples. É somente ir a uma livraria e ver quantos livros de política estratégica existem cujos autores são brasileiros. Esse é um ponto importante. A quais deles nós daremos preferência para estudar? Esse é um desafio que impacta diretamente em todos os nossos raciocínios.

Um outro desafio cultural é o hiato tecnológico que vem ocorrendo em função do apoio tecnológico, que as Forças Armadas de outros países estão recebendo e nós não estamos. Daqui a pouco, a frente de um navio será verde, o bombordo será encarnado e a luz do mastro mais alto será aquela que estará mais à ré. Esse é um ponto que nós teremos certeza que conhecemos. Sem mencionar, veículos aéreos não tripulados, tecnologia da informação etc.

Um outro desafio cultural é o Sistema de Duplo Emprego e a participação isolada das Forças Armadas na Defesa Nacional. Esse isolamento, às vezes, dá uma angústia muito grande, mas, por dever de ofício, as Forças Armadas têm que estudar todas as possibilidades. O entendimento que nós temos, na Escola Superior de Guerra, é que o

momento não é mais o futuro porque as ameaças existem, já estão produzindo as suas consequências há muito tempo, e nós é que estamos com a dificuldade de ver isso.

Um outro ponto a ser considerado é que a idiossincrasia brasileira é um fenômeno nas relações internacionais. O Brasil não tem ameaças porque nós damos um jeitinho em tudo, mas isso não é mais verdadeiro. É assim na defesa, na França, é assim nos Estados Unidos. Você observa, aqui, a integração de diversas organizações, instituições do Estado, a indústria, a academia em operações combinadas. Será que nós temos que caminhar nessa direção?

Em relação ao desafio político-estratégico, eu destaco as intervenções externas, como, por exemplo, o desaparecimento da Iugoslávia, reorganização da Sérvia Montenegro e Croácia. Há também a questão das alterações de Governo no Iraque e posicionamento de governo. A Coréia do Norte alterando o problema da capacidade nuclear. Há a probabilidade quase nula de confrontação militar entre potências, mas, ocorrem freqüentes situações de conflito. Há esforços destinados à consolidação de organismos internacionais, mas que não impedem o comprometimento do direito internacional que, hoje em dia, está bastante combalido.

No plano estrutural, há necessidade premente do constante aperfeiçoamento dos recursos humanos. O elemento mais caro que nós temos são as Forças Armadas porque há necessidade de sermos defesa no estado da arte, para reduzir aquele hiato tecnológico. É fundamental que haja uma estrutura combinada constantemente aperfeiçoada e as capacidades multidisciplinares. Essas capacidades multidisciplinares, na União Européia, induzem alguns analistas – precipitados, no meu modo de ver – a indicar que está ocorrendo uma redução orçamentária para as Forças Armadas de alguns países. O primeiro ponto a se considerar é o Sistema de Duplo Emprego. Então, o emprego que é civil, talvez, não esteja incluído no orçamento militar. O segundo ponto é que vários países, na União Européia, estão trabalhando e produzindo sistemas de defesa, como é o caso do Helicóptero Merlin. Além disso, não podemos esquecer que o equipamento militar pode ser de múltipla nacionalidade e facilitar o emprego dos recursos financeiros, cada país pode reduzir a sua

parte. Isso significa que se pode ter um respaldo político muito mais forte porque é um equipamento que vem de vários países, considerando, inclusive, um emprego no âmbito da OTAN.

Será que para participar do Conselho de Segurança da ONU não é necessário um poder militar com a mesma credibilidade dos que lá estão? Todos possuem capacidade nuclear. Todos possuem Exército, Marinha e Forças Aéreas no estado da arte.

Conclusão: Na nossa visão de futuro, do ponto de vista clássico, no nosso entendimento, permanecem as ameaças de sempre: disputa por espaços marítimos; o domínio aéreo espacial fundamental; as fontes de água que envolvem os espaços terrestres; e as fontes de energia (mar e terra).

Então, ratificando, se é que eu posso usar essa expressão com muita humildade, sua Excelência o Ministro de Estado Roberto Mangabeira Unger: “Defesa Nacional é a missão precípua das Forças Armadas”. Qualquer outra atividade será em apoio, mas, poderá estar comprometendo a capacidade e dissuasão estratégica, comprometendo a nossa capacidade de preservar a paz. Esse é o nosso foco. Temos que pensar o Brasil com o centro em Brasília. Muito obrigado.

Fernando Maurício Duarte Melo – Moderador: Desde já agradecemos a participação do Excelentíssimo senhor Contra-Almirante Ilques Barbosa Júnior. Convidamos o Contra-Almirante Rodrigo Otávio Fernandes de Hônkis para fazer a sua apresentação.

Perspectivas do Pensamento Estratégico Militar: A Visão da Marinha

Rodrigo Otávio Fernandes de Hônkis - Escola de Guerra Naval: Eu gostaria de, inicialmente, agradecer o convite do Gabinete de Segurança Institucional para ser um dos palestrantes e dizer da minha satisfação em estar aqui, duplamente. Primeiro, como palestrante, e segundo, porque a Escola de Guerra Naval tem a honra de sediar a Secretaria Permanente dos Encontros Nacionais de Estudos Estratégicos.

Quando eu fui convidado para fazer esta apresentação, me dei conta de que, talvez, eu estivesse diante de uma tarefa bastante difícil. O que eu diria para uma platéia tão heterogênea? Militares, acadêmicos, professores. Dei-me conta, também, de que, eu teria pouco tempo para cumprir a minha missão. Dessa forma, eu imaginei que eu desse conduzir a minha apresentação com uma breve introdução, citando a importância do mar, que, para várias pessoas que estão aqui, é um tema que já é de conhecimento. Farei uma breve análise estratégica do Atlântico Sul, da Bacia Amazônica, Paraguai e Paraná e, em seguida, apresentarei uma visão da Marinha e suas perspectivas, dentro desse contexto. Por último, farei algumas considerações finais.

A importância do mar para o Brasil pode ser mensurada por uma série de indicadores. Hoje, temos 95% do nosso comércio exterior pelo mar. Igualmente, pelo mar fomos colonizados, pelo mar fomos descobertos, pelo mar fomos invadidos e do mar, hoje, nós extraímos cerca de 85% do petróleo que nós utilizamos. Além da presença de atividades turísticas, além da atividade pesqueira que está crescendo muito ao longo dos anos. Daí a necessidade da presença da Marinha no Atlântico Sul com o emprego adequado do poder naval e pela descoberta sempre freqüente de novos recursos no mar. Até a década de 50, não havia nenhuma

normatização do mar e cada país, unilateralmente, assumia as dimensões das suas águas jurisdicionais.

A partir da década de 50, essa discussão começou a tomar peso na ONU e, em 1982, foi assinada a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em Kingston, na Jamaica. Em 1994, ela entrou em vigor. Hoje, cento e quarenta e oito países são signatários da Convenção, que é o maior empreendimento normativo já ocorrido no âmbito da ONU e estabelece princípios gerais de exploração dos recursos naturais do mar.

Dentro desse contexto da Conferência da Jamaica, foi estabelecido para cada país um mar territorial de mil e oitocentos e cinqüenta e dois metros de cada milha náutica, com doze milhas de extensão, seguindo-se até duzentas milhas, que é a nossa zona econômica exclusiva.

Hoje, nós temos cerca de quatro milhões e meio de quilômetros quadrados que nós resolvemos chamar de “Amazônia Azul” para que a sociedade brasileira entendesse a importância do mar para o Brasil. Estamos pleiteando junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU as nossas responsabilidades sobre o fundo marinho e o subsolo marinho. Essa área grifada aqui colorida em verde mais escuro significa cerca de novecentos e onze mil quilômetros quadrados, mas isso ainda está em discussão. O que chama a atenção para aqueles que não são muito afetos aos assuntos navais é que os limites estabelecidos por essa Convenção, evidentemente, não são visíveis. Na realidade, o nosso imenso patrimônio necessita de navios patrulhando o que nós titulamos de Amazônia Azul e realizando ações de presença.

A proteção no mar é uma tarefa extremamente complexa pelo tamanho da área a proteger, pelas distâncias envolvidas e pela velocidade relativamente curta dos navios, se comparada com outros meios de transporte. Uma ação tímida pode levar à propagação de pirataria, contrabando e pesca ilegal. As ações de patrulha naval requerem meios capacitados e homens bem adestrados, além de um poder naval adequado e que inspire confiança.

Nesse quadro, provavelmente, esse números já foram ultrapassados porque essa é uma média de quase um ano atrás, com base em diários

de navio e nas linhas de comunicação marítima de interesse brasileiro. Na verdade, repete-se aqui, aquilo que eu já falei anteriormente, de que mais de 85% do petróleo brasileiro é extraído do mar.

Esse outro slide mostra como a Marinha está distribuída ao longo do território nacional, em nove distritos. O 1º Distrito Naval tem sede no Rio de Janeiro; o 2º Distrito Naval tem sede em Salvador; o 3º Distrito Naval tem sede em Natal; o 4º Distrito Naval tem em Belém; o 5º Distrito Naval tem sede em Rio Grande; o 6º Distrito Naval tem sede em Ladário; o 7º Distrito Naval tem sede e Brasília; o 8º Distrito Naval tem sede em São Paulo; e o 9º Distrito Naval tem sede em Manaus.

A importância de uma área como o mar deve ser considerada porque existe uma baixa probabilidade do conflito de grandes proporções, mas, por outro lado, isso não significa que a paz absoluta esteja mais próxima. Existem conflitos de baixa intensidade e a necessidade de se pensar em defesa no país é sempre uma coisa que nós devemos buscar. Esse Encontro Nacional de Estudos Estratégicos busca, exatamente, que nós congreguemos e busquemos a cumplicidade de vários segmentos da sociedade brasileira para o assunto de defesa.

Essa área em branco é área que, no Plano Estratégico da Marinha, é considerada a área primária de interesses para a Marinha do Brasil. Nós ocupamos posição de destaque no Atlântico Sul por tudo o que eu já disse até agora e, evidentemente, tem a saída para o Caribe e para a América do Norte. A distância entre a África e o continente americano encurta para cerca de dois mil e oitocentos quilômetros aqui, e tem a saída pelo Cabo da Boa Esperança e a Passagem de Drake que, evidentemente, serão passagens importantes no caso da interrupção do Canal do Panamá e do Canal de Suez. Normalmente, passam quinze mil navios pelo Canal do Panamá. Sendo assim, ele tem uma relevada importância para o desenvolvimento e a segurança dos países da região. A pesca já se tornou uma fonte de contenciosos e devemos ressaltar a importância vital das atividades marítimas no Atlântico Sul para o Brasil.

Em relação às operações com Marinhas amigas, nós buscamos fazer esse intercâmbio entre as Marinhas e aumentar a interoperabilidade entre as Marinhas, buscando nos conhecer cada vez mais. Cada vez mais,

estão sendo criadas entidades supranacionais congregando marinhas no mundo inteiro. Essa entidade, oficialmente, não existe no Cone Sul, mas, existe uma série de operações que nós fazemos com vários países do mundo.

Em relação ao Poder Naval, o Brasil tem uma posição de destaque no Atlântico Sul e essa projeção no Atlântico Sul vai requerer uma força naval com capacidade de operar em “águas azuis”, no sentido de águas oceânicas.

Essa outra transparência nos mostra um cinturão da presença britânica no Atlântico confrontando com três ilhas mais importantes que nós temos aqui: a Ilha de Trindade, Arquipélago de Fernando de Noronha e Arquipélago de São Pedro e São Paulo. Isso vai exigir, de nossa parte, um apoio logístico móvel bastante importante caso nós operemos mais freqüentemente. Uma coisa interessante também é a criação de uma Zona Econômica Exclusiva em torno da Ilha de São Pedro e São Paulo. O Atlântico Sul continuará sendo prioritário para o Brasil em face dos interesses marítimos do país.

Aqui temos a Análise Estratégica das Bacias Amazônicas e Paraguai-Paraná: importância no controle das vias navegáveis; o acesso à calha principal do Amazonas; a Bacia Amazônica é uma porta aberta para o Mar do Caribe e para o Delta do Amazonas; a Bacia do Prata é um sistema fluvial primordial para o crescimento e integração da região e estímulo da navegação.

Quais são as perspectivas na visão da Marinha? Nós temos que dispor de uma força moderna, equilibrada e balanceada; nós devemos procurar manter preparado o Poder Naval e cumprir as atividades subsidiárias. Curiosamente, aquilo que dá mais visibilidade à Marinha são as atividades subsidiárias. Eu costumo dizer que a Marinha tem duas características intrínsecas que têm que ser exploradas, mas, num primeiro momento, são características que complicam um pouco a nossa vida. Quais são elas? Todos os projetos navais são projetos de longa maturação. Entre a concepção de um meio naval até que ele esteja, efetivamente, construído, projetado e operando, depois de ser avaliado, não se passam menos de cinco anos. Isso exige sempre uma política de

investimentos plurianuais e isso é complicado no nosso país por todas as razões que nós já conhecemos. Além do que, a maior parte das coisas que a Marinha faz são conduzidas longe dos olhos da sociedade brasileira, que não vê o que nós fazemos. Isso tem que ser melhor explicado para que a sociedade possa entender a razão de nós existirmos. Então, uma atividade freqüente que a Marinha tem que fazer é divulgar o que ela faz porque, na maior parte das vezes, nem os nossos próprios familiares sabem, exatamente, o que nós estamos fazendo. A família sempre pergunta: "Quando é que você sai do Porto?". "Quando é que você volta?". Mas, o que nós estamos fazendo, as atividades, basicamente, que nós estamos conduzindo no mar, ao contrário, de outras forças, ocorre longe dos "olhos" da sociedade.

Temos a necessidade de se ter um poder naval com capacidade de dissuadir possíveis ameaças externas. Além das operações em águas litorâneas a Marinha dever ter e preparar o seu poder naval por operações em águas azuis, entendido como operação em águas oceânicas. A presença de forças navais próximas ao litoral é importante por várias razões. Primeiro, para mostrar presença, tanto no litoral brasileiro quanto no litoral de outros países, mas, a nossa Marinha tem que ter ênfase nas operações combinadas, na integração e no apoio mútuo. Num Encontro Naval, que ocorreu nos Estados Unidos, com a presença de 98 marinhas do mundo inteiro, naquela ocasião, o Comandante de Operações Navais da Marinha Norte-Americana propôs uma nova estratégia americana em que ele se dá conta de que o país mais poderoso do mundo não tem pernas e nem condições para tomar conta de tudo o que acontece nos mares do mundo.

Um outro ponto importante é ter o pensamento voltado para a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico. Como eu já falava anteriormente, conhecimento é sinônimo de poder. O Almirante Vidigal, hoje, na parte da manhã, comentou que, se nós não temos inimigos, pelo menos, temos que conhecer as nossas vulnerabilidades. É exatamente nesse particular que nós da Marinha encaminhamos o nosso Programa de Reaparelhamento, visando reaparelhar os nossos meios navais. Esse Programa de Reaparelhamento está em discussão já na Casa Civil. Foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial para rever o Programa de

Reaparelhamento das três Forças Armadas do Brasil. Se, no período do debate, alguém estiver interessado, também posso falar alguma coisa.

Nenhuma alteração política será capaz de modificar a relevância do mar para a humanidade. A atuação do Brasil no Atlântico Sul continuará sendo prioritária em relação às demais áreas. Para estar presente no Atlântico Sul, são necessários mais recursos de investimento nos meios da Marinha. A Marinha tem que buscar, e está buscando, cada vez mais, uma melhor compreensão dos diversos segmentos da sociedade para aquilo que ela faz. Senão, aquilo que nós pleitearmos em termos de melhoria de meios de aprestamento se transformará num assunto muito corporativo. Então, para os importantes segmentos da sociedade que estão representados hoje aqui nessa sala, o grande recado é que se transformem em cúmplices do bem nessa nossa tarefa de melhorar os nossos meios navais.

O poder naval deve estar num patamar adequado de aprestamento e torna-se fundamental atender às necessidades estratégicas do país e defender o nosso patrimônio no mar.

Como palavras finais, o poder naval brasileiro tem a grande responsabilidade de defender os interesses da nação e assegurar o direito ao uso estratégico e econômico do mar. Há dez anos, ninguém poderia imaginar que alguém pudesse explorar petróleo a milhares de metros de profundidade e, hoje, a Petrobrás já o faz com absoluta competência.

Da mesma forma, ninguém pode dizer hoje que daqui a vinte ou trinta anos, nódulos polimetálicos existentes em uma profundidade superior a dez mil metros não possam vir a ser extraídos. E a Marinha terá que ter meios para assegurar os nossos interesses nessas regiões, só que, hoje, não os tem.

O imenso patrimônio brasileiro no mar, somente pode ser garantido por meio de um poder naval com capacidade para atuar e sustentar as operações navais na Amazônia Azul e nas águas azuis.

A História nos mostra que os conflitos se iniciam, por vezes, repentinamente, exigindo que as Forças Armadas estejam prontas para enfrentá-los. No caso da Marinha, como dizia Rui Barbosa: “Esquadras não se improvisam. Se quiseres a paz, prepara-te para a guerra.” Muito obrigado.

Fernando Maurício Duarte Melo – Moderador: Desde já agradecemos a participação do Contra-Almirante Rodrigo. À continuação, fará uso da palavra o Excelentíssimo Senhor General-de-Brigada Sergio Westphalen Etchegoyen que abordará o tema: “Perspectivas do Pensamento Estratégico Militar: a Visão do Exército Brasileiro”.

Perspectivas do Pensamento Estratégico Militar: A Visão do Exército Brasileiro

Sergio Westphalen Etchegoyen – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército: Eu gostaria de agradecer ao Gabinete de Segurança Institucional pela oportunidade de participar do VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos e apresentar, em breves palavras, como o Exército tenta se preparar ou enxerga a necessidade de preparar-se para cumprir as suas missões constitucionais. Quero cumprimentar os meus companheiros da mesa e agradecer a presença de todas as senhoras e os senhores, particularmente, dos meus amigos, dos meus chefes, daqueles que me ensinaram ao longo da minha carreira e que, até hoje, conformam muitas das decisões e das posições em que acredito.

Vamos tentar percorrer esse espaço de maneira rápida e eu vou tentar falar rápido naquilo que for adjetivo ou for acessório para me fixar no que for mais consistente.

Para entender a missão do Exército, que é a missão terrestre, é preciso que nós nos lembremos de algumas coisas e os mapas são, particularmente, felizes para nos ajudar nessa tarefa. Se sobrepuséssemos o Brasil sobre o mapa da Europa, na mesma escala, essa é a nossa dimensão. Vejam quantas nações caberiam ali dentro, quantos territórios, e a responsabilidade que temos nisso. Temos sete mil e quinhentos quilômetros de costa e temos quase dezessete mil quilômetros de fronteiras terrestres. Fazemos fronteira com dez países sul americanos, inserindo-nos no continente sul americano de maneira muito diversificada, sobre todos os aspectos, econômico, social, militar, geográfico, sob qualquer aspecto.

O Exército na Política Militar Terrestre. Isso é uma síntese do objetivo da Política Militar Terrestre: Capacitar o Exército de forma permanentemente ajustada à estatura política e estratégia da nação, para atuar eficazmente no cumprimento de suas missões.

Isso nos da uma série de “links”, uma série de concepções que estão aqui dentro e que nós perderíamos muito tempo para fazer. Mas, o Exército deve estar permanentemente ajustado à estatura política e estratégia para atuar eficazmente no cumprimento de suas missões. Esse conceito – permanentemente ajustado à estatura política e estratégica do Brasil – é um conceito do qual se houve falar muito, mas que é poucas vezes definido, sem que haja uma tentativa de localizá-lo em termos de valores.

Eu vou fazer uma comparação. No Brasil existem diversas escolas, diversas formas de classificar países como potências. Eu escolhi uma classificação mais didática, mais fácil e o propósito aqui não é discutir qual é a melhor, é apenas apresentar-lhes uma classificação que nos auxilie no prosseguimento do raciocínio.

Em todas as classificações, os países podem ser classificados como super potências, médias potências, como uma potência regional ou como uma potência emergente. O Brasil estaria inserido nos três conceitos: como uma média potência, uma potência regional e uma potência emergente. Se nós tentássemos ser uma potência regional, em termos de América do Sul, nós teríamos que considerar essas três outras potências regionais: Argentina, Chile e Venezuela. Em nível mundial, teríamos que considerar a África do Sul e os Estados Unidos porque os Estados Unidos também são uma potência e estão em todos os cenários. Como potências emergentes, eu classifiquei a Rússia, China e Índia porque é assim que o mundo as vê. Foi assim que nasceu a expressão “BRIC”.

Então, essa é uma comparação que vale para nós. Dentro desse quadro a concepção da força terrestre num cenário de indefinição de ameaça não é de inexistência, mas de dificuldade de definição da ameaça. A força terrestre tenta se preparar de forma a estabelecer, ou a criar e formar capacidades que nos permitam cumprir as missões para nos antepormos às ameaças que ocorrerem, quando e como ocorrer. Para

isso, tentamos criar forças com características de versatilidade, flexibilidade e mobilidade, prioritariamente, essas três características. Com essas capacidades desejadas, nós podemos configurar a nossa força a partir do Módulo Brigada que é o que nós já temos hoje. Para isso, precisamos projetar força e precisamos de mobilidade estratégica. Para que possamos durar nessa ação, precisamos de adequado apoio logístico e precisamos crescer em curto prazo, o que significa mobilização.

O Exército entende, como vocações prioritárias das nossas áreas geográficas, que a nossa fronteira oeste está vocacionada para defesa externa, justamente, pelos dez vizinhos que temos na América do Sul; e a nossa área litorânea está vocacionada para a defesa territorial e missões de garantia da lei e da ordem. Aqui fica muito clara a complementaridade, nós estamos tratando da base física territorial, que é onde cumprimos a nossa missão.

O Comandante do Exército elegeu nas suas diretrizes, quatro estratégias prioritárias: projeção internacional; dissuasão; resistência; e presença seletiva. Projeção internacional é a nossa participação internacional; dissuasão é a capacidade que temos que desenvolver para desestimular as agressões em função do custo militar que essa reação possa gerar; a resistência é uma estratégia que vem sendo desenvolvida para se antepor a uma potência ou a uma coalizão de potências muito superior à nossa capacidade; a presença seletiva trata-se de evoluir a nossa histórica presença em todo o território nacional. Isso significa desenvolver a capacidade de estar presente, o que exige mobilidade estratégica. Segundo o nosso Comandante, todas essas estratégias são permeadas pela comunicação social; ela permeia todas as outras estratégias e permite o desenvolvimento de todas elas.

O Exército entende a sua articulação atendendo àquela vocação da defesa territorial e defesa externa, com emprego de forças de segurança estratégicas que são as pré-posicionadas nas nossas fronteiras terrestres. Elas podem ser forças de vigilância estratégica que é um nível mais tênue, mais ameno de proteção da fronteira, ou forças de cobertura estratégica que é mais intensa, com a presença e a capacidade de proteger a fronteira. É claro que a decisão de onde é a vigilância, de onde

é a cobertura, é consequência de um estudo complexo sobre a natureza da fronteira.

Esses dois tipos de forças – as Forças de Segurança Estratégica que podem estar cumprindo missões de vigilância estratégica ou as Forças de Cobertura Estratégica – são forças preposicionadas nas fronteiras. Os Regimentos de Cavalaria que ficam nas nossas fronteiras do centro-oeste e ao sul. Temos também nossas Forças Pré-Posicionadas nas fronteiras amazônicas e assim por diante. Quanto à Força de Emprego Estratégico Local e Geral, elas têm mobilidade estratégica, então, são capazes de atuar em qualquer ponto do território nacional e necessitam da mobilidade estratégica.

As Forças Locais que acorrem em socorro das Forças Pré-Posicionadas de cobertura e vigilância estratégica e as Forças de Emprego Geral são as forças capazes de serem empregadas também em qualquer ponto do território nacional, mas elas têm uma capacidade de mobilidade menor, até mesmo, pela sua natureza. Aqui, nós incluímos as Brigadas Blindadas, as Tropas Blindadas, que são tropas de difícil transporte e não se movimentam com tanta facilidade.

Isso é apenas uma representação gráfica disso que eu lhes disse. As Forças Pré-Posicionadas a partir da emergência e a necessidade de ação vão sendo sucessivamente reforçadas por Forças de Emprego Geral, Forças de Emprego Local, até mesmo, Forças de Emprego Estratégico, para que se possa permitir a concentração estratégica e, a partir daí, a manobra estratégica.

Como eu lhes disse, a nossa capacidade desejada é a organização em Módulos de Brigada para atender às Forças de Segurança Estratégica e às Forças de Emprego Imediato, local e geral. Nós temos, para isso, vinte e seis Brigadas em Comando de Aviação. Aliás, poderíamos dizer que são vinte e sete Brigadas, porque o Comando de Aviação, na realidade, pode ser uma Brigada de Aviação. Elas são localizadas conforme mostram as setas: Nós temos oito Brigadas de Infantaria Motorizada e uma Infantaria Paraquedista. Nós temos mais uma Brigada de Infantaria Motorizada que é uma Brigada Escola. Nós temos: a Brigada de Infantaria Leve; a Brigada de Artilharia Antiaérea; uma Brigada de

Infantaria Leve (Garantia da Lei e da Ordem); uma Brigada de Aviação; duas Brigadas Blindadas; uma Brigada de Cavalaria Mecanizada; uma de Infantaria de Fronteira; e uma de Infantaria Oficial. Então, nós poderíamos classificá-las em quatro módulos: leves, médias, pesadas e específicas. As leves são as Brigadas de Infantaria Leve; as médias são as Brigadas de Cavalaria Mecanizadas; as pesadas são as Blindadas; e as específicas são a Antiaérea, a Paraquedista e Operações Especiais. A Brigada de Operações Especiais fica aqui muito próximo, em Goiânia.

Além disso, dentro daquelas Brigadas, o Exército preserva forças de ação rápida, estratégicas ou locais. Então, o Exército tem um núcleo em condições de atuar em emergências e com mobilidade estratégica. Isso existe desde já, elas não são Pré-posicionadas porque elas não estão nas fronteiras, elas estão em pontos que lhes permitam acorrer nas diversas áreas do território nacional sob qualquer circunstância. Obviamente, a prioridade é a nossa Amazônia Verde, a Amazônia propriamente dita. Ela é a prioridade do Exército. É preciso que nós entendamos que ela ocupa 63% do território nacional, é a isso que equivale a Amazônia. Se fosse um país independente, seria a sétima nação do mundo em extensão territorial e dá para se ter uma idéia do quanto é grande a Amazônia e quanto espaço sobraria se a preenchêssemos com países europeus. É essa a nossa responsabilidade. Esse é o dever de todos nós, brasileiros. Temos a responsabilidade também da preservação dessa Amazônia Verde que nos foi legada pelo esforço de muitos e é a nossa obrigação legá-la àquelas gerações que nos sucederem. Por quê? Também por conta dessas riquezas todas, ela atrai a cobiça internacional. Inegavelmente, atrai. Eu poderia apresentar aos senhores uma coleção de três ou quatro slides ou mais com citações de autoridades internacionais atuais, com influência, com poder. Por exemplo, o último Prêmio Nobel da Paz, o ex-Vice Presidente norte-americano Al Gore, tem uma afirmação muito séria sobre a Amazônia e diz muito de perto ameaças à nossa soberania.

O nosso preparo é orientado pelo cumprimento dessas missões e para a necessidade da complementariedade com as demais forças. O Exército não tem condições de proteger, de defender e de garantir a soberania sobre a base física territorial, se o mar não for nosso e, se nós não tivermos liberdade para atuar no espaço aéreo. Por fim, meus senhores, o preço da prontidão é uma apólice de seguro. Se essa apólice de seguro

significar contingenciamento de orçamento, é um risco assumido, é apólice vencida. Eu não paguei o seguro, o país que assuma o risco da decisão que tomou ou que admitiu que fosse tomado; se o orçamento é insuficiente, eu estou pagando a apólice mínima com o mesmo risco e com a possibilidade, em ambos os casos, claro, há a degradação do patrimônio físico e humano. É o seguro que se paga. É isso que significa, entre outras coisas, o investimento em defesa. Eu acho que todos nós concordamos, as Forças Armadas respaldam decisões soberanas. Isso quem nos iniciou, primeiro, foi Rio Branco.

Um país para exercer liderança precisa ter forte capacidade dissuasória. Essa capacidade dissuasória é percepção e, consequentemente, ela não evita, absolutamente, a agressão. Alguém tocou, antes de mim, no caso das Malvinas, que é um exemplo clássico dessa capacidade dissuasória. Ninguém discute que a Inglaterra tivesse capacidade dissuasória, mas, a percepção argentina era de que era possível ir lá. Não há retoque para a ação de desmoralização da soberania; isso é uma verdade histórica. Não há retoque. Não se pode desprezar o risco de perda da soberania sobre a Amazônia. Não absoluta, mas, pelo menos, relativa. Esse risco existe e, cabe a nós, brasileiros, de hoje, garantir que ele não se concretize.

Concluindo, “Segurança e Defesa” é um tema de Estado. Não temos dúvida disso. É um espaço de exercício da soberania, mas depende, é claro, da capacidade de mobilização nacional e é imprescindível o desenvolvimento de uma base defesa. A reconquista da soberania perdida não restabelece o *status quo* e não restabeleceu, em momento nenhum, todos os casos históricos ou quase todos que recuperaram. Perdida a soberania, mesmo que o país consiga conquistá-la, ele jamais vai restabelecer o *status quo* perdido.

Por fim, voltando a Rui Barbosa, aproveitando a inspiração da Marinha, eu vou deixar essas palavras do Rui Barbosa que me parecem que são bastante verdadeiras: “A reconquista da soberania perdida não restabelece o *status quo*”. Muito obrigado a todos.

Fernando Maurício Duarte Melo – Moderador: Desde já agradecemos a participação do General Etchegoyen. À continuação, fará uso da palavra o Excelentíssimo Senhor Brigadeiro-do-Ar Cláudio Alves da Silva que abordará o tema: “Perspectivas do Pensamento Estratégico Militar - A Visão da Aeronáutica”.

Perspectivas do Pensamento Estratégico Militar: A Visão da Aeronáutica

Cláudio Alves da Silva – Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica: Bom dia a todos. É uma satisfação muito grande estar participando desse evento representando a Aeronáutica por intermédio da Escola de Comando do Estado Maior da Aeronáutica.

Depois dessas belas apresentações que nós tivemos aqui, onde foram explorados todos os detalhamentos das estratégias e das concepções, vou falar sobre a Aeronáutica dentro desse contexto de pensamento estratégico militar. Sendo extremamente facilitado pelo trabalho que já foi desenvolvido pelos nossos antecessores aqui, eu vou só fazer uma colocação a respeito dessa projeção. Vou deixar bem claro que, desde que o poder aéreo nasceu, a guerra não mudou, simplesmente, novos elementos foram inseridos nesse contexto. Como os meios aéreos voam sobre a terra e sobre o mar, logicamente, houve uma mudança de perspectiva de horizonte. A guerra ganhou, em projeção e distância e em velocidade, e foi criado nesse contexto um ambiente tridimensional que gera inúmeras possibilidades operacionais. Essa é a particularidade do ambiente e a complexidade do ambiente aéreo espacial que nós vamos abordar.

Outra colocação importante é que não existe barreira física para o meio aéreo porque ele pode atingir qualquer ponto, desde que ele tenha os meios necessários para que possa cumprir a sua missão. Como nós estamos num segmento que trabalha com tecnologia de ponta e precisa estar acompanhando a evolução tecnológica, o investimento no segmento aeroespacial dá retorno. Eu diria para os senhores que o Projeto AMX foi extremamente oneroso para o segmento aeronáutico militar, mas ele foi extremamente produtivo para a nossa indústria

aeroespacial, que hoje tem um destaque no cenário internacional. Então, o segmento aeroespacial tem um valor agregado muito alto. Isso é importante e é o segmento que tem que estar na ponta da linha acompanhando o *update* com tudo o que vem ocorrendo no mundo para que nós tenhamos um desempenho à altura dentro do nosso cumprimento da missão.

O roteiro da minha apresentação é extremamente simples. O ambiente aeroespacial tem dois segmentos básicos: um deles é o espaço aéreo, em que nós não temos limitações políticas. No outro segmento, que é o segmento do espaço exterior, nós temos limitações políticas porque quem domina é quem vai poder fazer uso dele, ou seja, nós não podemos sobrevoar o espaço aéreo de outro país sem autorização.

As naturezas das atividades. Temos as expressões do poder militar. Dentro das expressões do poder nacional nós temos: o segmento militar, o poder terrestre, o poder naval e o poder aeroespacial que engloba uma série de recursos de que dispõe a nação para que nós possamos usar esse espaço aéreo e o espaço exterior, quer para uma ação política militar, quer para desenvolvimento econômico-social, para que nós possamos cumprir a nossa missão.

Em consonância com a nossa política, os objetivos, as orientações estratégicas contidas na Política de Defesa Nacional, nós temos uma concepção de emprego e, nós vamos ver que essa concepção de emprego é melhor apresentada em forma de posturas estratégicas para que nós possamos cumprir a nossa missão.

Quais são as perspectivas? Os senhores poderão até dizer que a nossa perspectiva está muito visionária, mas esse é o nosso trabalho, o nosso plano de reaparelhamento. É assim que nós devemos pensar que a Força Aérea tem que ser, assim como deveremos ser, também, como Forças Armadas.

Inicialmente, falando em espaço aéreo, essa é simplesmente uma denominação para quem estuda esse segmento. O direito aéreo espacial não tem barreiras, não tem limitação, mas é simplesmente um limite científico em que a densidade do ar suporta o vôo das aeronaves. A partir

desse momento, ele passa a ser espaço exterior, ou seja, existe somente a limitação política porque eu não posso sobrevoar um país se eu não tiver a autorização.

Recentemente, os senhores devem ter lido na imprensa a respeito de uma busca de uma órbita para um futuro satélite que será lançado e o Brasil tinha interesse naquilo ali para não contrariar os interesses de outros países aqui da América do Sul. Nós deixamos que isso fosse cedido. Eles perderam o tempo que eles tinham para usar e o Brasil seria o próximo da vez e não deixou. Então, esse é um segmento extremamente estratégico. Ontem, eu estava assistindo à palestra do Almirante Reis e alguém fez uma pergunta, alegando que, se nós não fizermos o uso do espaço, estamos perdidos. Então, olha a importância que o espaço tem, não só no segmento econômico. Hoje, nós não conseguíamos mais viver sem ter esse apoio todo na parte econômica.

O que nós poderíamos dizer também do espaço militar? Ele é imprescindível para o nosso futuro emprego como força, se nós estamos querendo ter controle do espaço, emprego de armamento preciso, controle, posicionamento. Os senhores devem se lembrar de qual foi o índice de missões abortivas, ou seja, missões não realizadas na Guerra do Kosovo, tudo pelas condições meteorológicas. Hoje, isso é imprescindível; sem isso não se cumpre a missão corretamente. Apesar de os recursos alocados às aeronaves terem conseguido suplantar certas deficiências que ainda o tempo permite, mas é importante que nós tenhamos essa perfeita noção. Em relação às comunicações para o lado militar, inteligência, vigilância e reconhecimento, nós vamos ter uma aplicação muito grande no segmento espacial.

Quais são os segmentos básicos que compõem o poder aéreo espacial? É o complexo científico, tecnológico e aeroespacial, é a Aviação Civil, é a Força Aérea Brasileira, como único instrumento militar, é a infra-estrutura aeronáutica que nós temos, a nossa indústria aeronáutica. Nós temos a infra-estrutura aeroportuária, não só da parte das pistas, mas os nossos Centros de Lançamentos, que são coisas que, logicamente, vamos abordar mais à frente.

Independente da nossa missão já constitucional, conhecida por todos, de defesa da pátria, garantia dos poderes e solicitação da lei e da ordem, nós temos, também, a nossa legislação nas atribuições subsidiárias que são constantes na nossa Lei Complementar. A Lei Complementar dá atribuições subsidiárias assim como para o Exército, para a Marinha e para a Aeronáutica também. Então, a principal missão da Aeronáutica é manter a soberania no espaço aéreo nacional, com vistas à defesa da Pátria. Em tempos de paz, não há problema porque nós estamos com o nosso sistema de vigilância, mas em situações de conflitos, ninguém vai conseguir fazer o seu correto deslocamento se não tiver uma superioridade nem que seja local e momentânea; não precisa ser supremacia porque nós não dispomos de meios à altura, mas a superioridade aérea é um assunto importantíssimo dentro desse contexto.

O General Etchegoyen fez uma abordagem de como é que a força deve estar ajustada à estatura política e estratégica do país. Quem vai definir isso é o segmento político. Cada força tem a sua situação. Por exemplo, o Coronel Côrtes fez uma apresentação de um cenário estratégico, que é mais ou menos isso que nós estamos fazendo. Nós temos que identificar quais são os nossos pontos fortes e pontos fracos, quais são as nossas ameaças e oportunidades, logicamente, considerando as nossas políticas e diretrizes, e, vamos traçar as nossas estratégias para atingir aquele futuro desejado. Esse é o grande assunto do planejamento estratégico. Vamos estabelecer metas porque, como é tudo em longo prazo, nós temos que traçar algumas metas para que, de tempos em tempos, dentro de cada gestão de comando, nós possamos ir controlando essas metas para ver se nós estamos no caminho correto. A concepção estratégica da força é coerente com as nossas orientações estratégicas da defesa. A atuação do Estado em relação à defesa nacional tem como fundamento a obrigação de contribuir para a elevação do nível de segurança do país, tanto em paz, quanto em guerra. A vertente preventiva da defesa nacional reside em usar a ação diplomática como um instrumento. Primeiro, para solucionar conflitos e, em postura estratégica, baseada na existência de capacidade de gerar um efeito dissuasório. Já a vertente reativa da defesa é para usar todas as expressões do poder, com ênfase nas expressões militares exercendo o direito de legítima defesa previsto na ordem.

Aqui, nós vamos ver quais são essas posturas estratégicas. A postura defensiva consiste na realização das ações necessárias para garantir o controle do espaço aéreo de interesse nacional, proteger a população e preservar os recursos materiais do Brasil. Possui caráter permanente no âmbito da defesa do espaço aéreo sobrejacente ao território nacional. Isso aqui é defensivo para a Força Aérea, mas é um efeito dissuasório em relação à atuação do inimigo, porque uma preocupação que ele deve ter é saber que vai enfrentar uma resistência. Na apresentação anterior, fizeram uma pergunta sobre o SIVAM. Hoje não se fala mais em SIVAM. É o Centro Integrado de Defesa e Controle do Tráfego Aéreo Nº4. Para a Força Aérea não existe mais SIVAM, acabou. Já o SIPAM é de responsabilidade da Casa Civil.

Em relação à postura dissuasória, o General Etchegoyen já explorou bem essa questão, mas consiste na manutenção de forças suficientemente poderosas e capazes de se contraporem a qualquer ameaça pela capacidade de revida que representam. Essa postura também está alicerçada na capacidade de mobilização que a nação possui. Então, logicamente, os meios de combate e a capacidade aeroestratégica vão gerar essa postura dissuasória estratégica. Logicamente, nós estamos com o nosso plano de reaparelhamento para que nós possamos ter essa postura.

Outra postura estratégica é a Pronta Resposta, que se caracteriza pelo emprego imediato dos meios de ação da Força Aérea, a fim de prevenir e revidar todo ato hostil, amparando-se no estado de prontidão permanente da Força Aérea. Tais ações serão utilizadas nos momentos de crise ou de emergência, caracterizando-se pelo emprego de meios mobilizados rapidamente. Como nós estamos desdobrados ao longo do país, isso é feito através dos nossos elementos de defesa aérea, as nossas aeronaves de busca e salvamento. Inclusive, o Almirante Rodrigo mostrou a área de vigilância da parte da SAR Marítima, aquilo ali, também é responsabilidade da Aeronáutica no SAR Aeronáutico. É essa mesma área de atuação.

Quanto às perspectivas, é a interoperabilidade que nós precisamos ter. Isso aqui é o cenário futuro que nós temos que trabalhar. Todos devem

falar a “mesma língua”, treinar muito, integrar sistemas. Aqueles que assistiram à palestra do nosso Ministro Mangabeira tiveram uma idéia dessa visão futurista. É exatamente o que ele quer. Isso aqui é um cenário que vem sendo estudado pela Aeronáutica para trabalho.

Fala-se muito na navegação do futuro. Olha como será a navegação do futuro só da parte de constelação de satélites. O Almirante Reis falou ontem sobre o GPS e o sistema russo. Tudo isso aqui faz parte da navegação aérea do futuro, não é parte da defesa. É lógico que nós temos inúmeras missões a quem proteger. Falou-se ontem aqui do Gabinete de Segurança Institucional sobre a parte da proteção da informação. O que eu vou transmitir para o meu amigo? O que eu vou negar para o inimigo? Essa é, logicamente, uma coisa que nós precisamos começar a estudar porque tem que sair desse conceito de que a parte cibernética é infra-estrutura crítica. Isso é importante, é um quinto domínio de emprego das Forças, e, a opção de soberania nossa, vai ser com essa energia aqui dessa integração. É importante que nós tenhamos essa percepção e os segmentos responsáveis por esse estudo se aprofundem. Por que? Forças estão dimensionando as suas estruturas para criar um 5º Comando no emprego das forças.

Outra coisa importantíssima que nós não podemos deixar, hoje, é o emprego do veículo aéreo não tripulado. Antigamente, era só aeronave. Hoje, nós estamos com veículos que não só estão aumentando cada vez mais em termos de permanência, em altitude, como também em velocidade. Um livro que foi lançado, recentemente, apresenta uma concepção estratégica das Forças Especiais para 2025 a 2030. Temos perspectivas de ter veículos aéreos não tripulados de sete dias de autonomia. Isso significa uma capacidade importantíssima, principalmente, num país como o nosso. Depois do 11 de setembro, há um órgão do governo americano, o “Homeland Defense Security”, ou seja, Departamento de Segurança Interna, que passou a ser responsável por manter essa vigilância na fronteira, tanto na parte norte, como na parte da fronteira. Eles estão querendo construir os famosos muros na fronteira com o México e isso tem gerado muitas reações lá no México. Então, na parte da estrutura militar, na visão Aeronáutica, nós devemos ter uma adequação à legislação.

Em relação à contratação de pessoal, não é fácil se ter uma formação adequada do pessoal que trabalha no segmento científico e tecnológico. Se nós não tivermos uma legislação que esteja adequada, que permita maior flexibilidade, nós teremos um gargalo, um hiato tecnológico, muito forte, porque o pessoal vai ficando velho, o sistema não permite a contratação e nós temos dificuldade de alimentar esse sistema. Todos falam: "E a proteção? Quem é que vai cumprir? Quem é que vai autorizar? Se abater, quem é que vai julgar o piloto? Quem é que vai julgar o responsável?". Isso tudo é uma coisa que tem que estar bem definida.

Uma outra situação importante é a nossa legislação para fins de licitação. Eu sei que há um estudo que está sendo feito, mas nós estamos há mais de três anos e não conseguimos fazer a nossa contratação da torre do nosso Centro Espacial de Alcântara. Tudo pelo problema do TCU. Essa questão da legislação é um problema muito sério e se não resolvermos, nós não vamos progredir.

Um outro elemento muito importante é a previsão orçamentária. Os americanos fizeram um estudo da evolução tecnológica e concluíram que eles levavam 84 meses para desenvolver um carro e, hoje, eles levam apenas 18 meses e querem diminuir ainda mais esse prazo. Antigamente, levavam-se cinco anos para desenvolver uma nave espacial e, hoje, eles estão fazendo em dois anos e meio. Evolução tecnológica é importantíssima e nós precisamos ter uma previsão orçamentária para não haver descontinuidade desse processo.

De forma geral, são esses pontos que eu gostaria de abordar numa visão da Aeronáutica sob as concepções estratégicas. Gostaria de lembrar que quem domina o espaço exterior vai ter poder. Já vimos os segmentos importantes e a natureza das atividades desenvolvidas. Uma das missões da Força Aérea é estabelecer uma estreita cooperação com as nossas Forças-irmãs. A concepção de emprego é a concepção com postura estratégica, dissuasória e defensiva. Nós temos que fazer uma maior interoperabilidade com as Forças Armadas, através do plano de recuperação e reaparelhamento, integrando a Aeronáutica, Exército e Marinha. Tem que haver essa perfeita integração. O Ministério da Defesa, com certeza, logicamente, privilegiará esse segmento para que nós possamos, no futuro, ter a perfeita interoperabilidade que é tão desejada.

Uma concepção do futuro é o uso do VANT – Veículo Aéreo Não Tripulado. Isso é para vocês verem a importância desse segmento e desse contexto. Eu gostaria de ressaltar que nós devemos acompanhar toda essa evolução tecnológica porque o preço da liberdade é a eterna vigilância, para que possamos estudar, acompanhar, desenvolver e estar à altura de cumprir bem a nossa missão. Então, da minha parte, é só isso aí. Muito obrigado.

Fernando Maurício Duarte Melo – Moderador: Desde já agradecemos a participação do Brigadeiro Alves. À continuação, daremos início à fase de debate.

Debate

Fernando Maurício Duarte Melo – Moderador: Nós já recebemos as perguntas e foram distribuídas aos palestrantes e passaremos a palavra aos palestrantes na mesma seqüência de apresentação e cada um deles terá cinco minutos para responder às perguntas feitas. Com a palavra, o Almirante Ilques.

Ilques Barbosa Júnior - Escola Superior de Guerra: A primeira pergunta é do Tenente-Coronel Aviador Barbosa da Universidade da Força Aérea: “*Quais são as perspectivas a curto, médio e longo prazo para as operações combinadas entre as três Forças Armadas, no que tange à formação de recursos humanos especializados?*”.

Ele exemplifica o curso que foi reestruturado esse ano na Escola Superior de Guerra, que é o Curso do Estado Maior de Defesa.

Nesse aspecto, eu posso dizer que as perspectivas são promissoras. Está havendo um crescente número de operações combinadas. Em termos de quantidade, aumentou bastante e também em termos de qualidade. As operações combinadas são cada vez mais complexas. Recentemente, nós tivemos a Operação Albacora, a Operação Pampa que, antigamente, era a Operação Rio Negro que é uma operação de emprego ortodoxo, e várias outras. Então, a perspectiva é bastante favorável.

Com relação à interoperabilidade, o ponto importante é a identificação de diversos óbices que, pontualmente, vêm sendo equacionados. Há uma dificuldade bastante grande por que isso tem um contraste muito forte no que se refere aos recursos orçamentários. São equipamentos que exigem uma maturação de preparação, desenvolvimento e integração bastante longa.

Com relação à integração com outros países, é evidente que, fruto das viagens da Marinha, Exército e Força Aérea, esses conhecimentos são trazidos e inseridos no contexto das nossas Forças Armadas. Poderíamos ampliar? Sem dúvida nenhuma. Essa ampliação seria benéfica, principalmente, com países do Hemisfério Norte, por dois motivos: pela capacidade tecnológica que lá existe, e, nós poderíamos adquirir um maior conhecimento e esse hiato tecnológico seria reduzido, assim como poderíamos nos fortalecer no que se refere à dissuasão estratégica.

A segunda pergunta que me cabe vem do Comandante Sobrinho da Escola de Guerra Naval: “*A falta de investimento expressivo nas Forças Armadas tem reduzido a capacidade de projeto e produção na indústria nacional de defesa. Tal fato é, em minha opinião, uma das principais causas das deficiências dos sistemas logísticos, pela dependência externa para a obtenção de material e reposição, ou seja, pela descontinuidade no fornecimento de munição para o emprego do armamento. Como Vossa Excelência avalia a possibilidade de se elevar o nível tecnológico das Forças Armadas em favor de uma maior industrialização do material bélico? Isso não seria um passo indispensável para, no futuro, termos a Indústria Nacional de Defesa posicionada no estado da arte das Forças Armadas?*”.

Sem dúvida nenhuma é um desafio retirarmos capacidade e colocarmos outras em nível de qualidade e de quantidade um pouco inferior, com o acréscimo da confiabilidade, para que possamos ter o domínio completo de seu emprego, tanto do ponto de vista do armazenamento, como do ponto de vista, por exemplo, de um preparo de um míssil para ser lançado. Nós sabemos que o míssil, quando está pronto para ser empregado numa aeronave, ou num navio de superfície, ou num veículo blindado, ou em qualquer lugar, exige uma preparação e isso pressupõe uma tecnologia. Isso exige a preparação de recursos humanos, uma infra-estrutura e uma logística bastante grande. Se isso estiver à nossa disposição, eu considero mais importante ter o nosso do que ter aquela caixa preta que, por qualquer motivo político ou, eventualmente, de outra natureza, seja impossível nós utilizarmos. Então, eu sou favorável a buscarmos a excelência do ponto de vista nacional.

A próxima pergunta também é do Comandante da Escola de Guerra Naval: “*O Comandante da Marinha do Peru afirmou ao Almirante de Esquadra Guimarães Carvalho, na época, o nosso Comandante da Marinha, que os interesses do Brasil deveriam ultrapassar a Amazônia Azul e terminar nas águas jurisdicionais de outros países, pois o alto mar, seu solo e subsolo são patrimônio comum da humanidade e o Brasil, como parte dessa humanidade, deverá estar pronto para participar da sua exploração econômica. Qual a opinião de Vossa Excelência? Estamos prontos para defender essa participação?*”.

Nós estamos, cada vez mais, buscando estarmos prontos com o apoio das instituições científicas, das outras Forças Armadas, em nível acadêmico, evidentemente. Mas, no que se refere ao patrimônio da humanidade, em termos marítimos, é evidente que essa bandeira da Amazônia Azul é uma vinculação de riquezas que também destaca riqueza da Amazônia Verde. Isso é importante por conta dessa coincidência de imagens, a riqueza, o nosso patrimônio que nós temos que defender. Essa vinculação é dessa natureza. No caso da extensão das águas jurisdicionais, do ponto de vista ambiental, eu vou usar um exemplo somente para ilustrar: se a pesca do atum for predatória em outros países, em águas jurisdicionais, comprometerá a nossa pesca aqui. Se um problema ambiental que pode ser provocado por um navio mercantil, por um problema de lastro, ou, um acidente em que se partir o casco desse navio, isso pode ocasionar um dano ecológico do ponto de vista econômico, com consequências econômicas no lazer, etc. Toda essa integração mostra que o espaço marítimo não tem barreiras à semelhança do espaço aéreo. A continuidade é uma característica dos espaços oceânicos, então, onde termina o espaço de interesse do oceano político é que orienta o interesse brasileiro. A extensão é muito grande, então, eu acho que imaginar limitações para a Amazônia Azul é usar uma vinculação de riqueza para um espaço territorial. O interessante é você observar essa dimensão como um todo, em termos de interesse do Brasil no ambiente de oceano político.

Agora, temos uma pergunta do Ricardo de Sá Cavalcante, do Ministério das Relações Exteriores. Ele pergunta se eu concordo que a manutenção do Conselho do Núcleo de Excelência é favorável e ainda é adequada.

Eu considero que sim. É importante, principalmente, em tecnologias sensíveis e tecnologias de duplo emprego, onde o conhecimento é muito seletivo e muito específico. Então, esse conhecimento adquirido irradia o conhecimento devido para os níveis subseqüentes e inferiores. Portanto, em função da limitação de tempo, a resposta é que eu sou favorável a Núcleos de Excelência. Muito obrigado.

Contra-Almirante Rodrigo Otávio Fernandes de Hönkis - Escola de Guerra Naval: A primeira pergunta é da acadêmica Maísa Machado: “*Considerando que Brasília não tem mar, em caso de necessidade, essa Unidade Federativa seria utilizada como local de formulação de estratégias de defesa? Se assim não for, eu gostaria de saber qual o papel da Força Naval em Brasília*”.

Basicamente, nós estamos presentes em Brasília em termos de comando e controle. O Centro Operacional de Comando e Controle do Comando Supremo se situa em Brasília e o Estado Maior da Armada é um órgão de direção geral e faz o “link” desta participação. Na realidade, a nossa força naval é distribuída ao longo do litoral. A Esquadra Brasileira tem sede no Rio de Janeiro e temos ainda todos aqueles Distritos Navais que eu apresentei naquela transparência de todos aqueles navios patrulha, rebocadores etc. que contribuem para salvaguardar a vida humana no mar e o combate à poluição, fazendo patrulhas navais ao longo do nosso litoral.

A segunda pergunta é do Ricardo de Sá Cavalcante, do Ministério das Relações Exteriores: “*A Estruturação do SIVAM e a Lei do Abate criaram condições para um controle mais efetivo do tráfego aéreo naquela região. O controle do tráfego marítimo ainda é precário. Quais as perspectivas do poder naval para uma presença mais ostensiva e eficiente naquela região?*”.

Ele pergunta ainda se há perspectivas de integração de VANTS – Veículos Aéreos Não-Tripulados – às ações de patrulha naval.

É verdade. Nós temos que buscar sempre melhorar e intensificar o patrulhamento da nossa Calha do Amazonas e seus afluentes. Essa é uma tarefa gigantesca porque são milhares de quilômetros de rios e nós temos buscado fazer isso. Recentemente, há uns três ou quatro anos, o

Comando Naval da Amazônia Ocidental foi elevado à categoria de Distrito. Foi criado também o Agrupamento de Operações Ribeirinhas. Nós temos procurado aumentar a presença da Marinha na Amazônia. É claro que isso implica mais recursos, implica que o nosso Programa de Reaparelhamento seja contemplado com mais meios para intensificar a patrulha naquela região. O emprego de Veículos Aéreos Não-Tripulados, efetivamente, contribui para atenuar isso, embora, não haja nada ainda concreto na Marinha.

O Ricardo de Sá Cavalcante, Ministério das Relações Exteriores pergunta: “*Qual é o modelo de força vislumbrada no reaparelhamento da Marinha? Esse modelo pretende estar apto para a projeção de força sobre terra ou, pretende priorizar alguma força mais específica, como a força de submarinos sob uma perspectiva mais limitada, porém, possivelmente, mais eficaz do ponto de vista da dissuasão de forças superiores?*”.

Na realidade, o nosso Programa de Reaparelhamento da Marinha contempla uma série de meios, como navios-escolta e submarinos, que são os meios que mais contribuem para a dissuasão. Temos ainda navios hidrográficos, que são os meios de apoio, aeronaves, helicópteros, asa fixa, navios patrulha, rebocadores, navios anfíbios, navios tanque, navio aeródromo, isso tudo distribuído ao longo de vinte anos. A idéia é que nós fujamos de uma situação bastante aguda, que, se nada for feito em termos de meios navais, em 2025, a Marinha acaba, no sentido de vida útil dos meios que estão em operação agora. Se nada for feito, em 2025, nós teremos os meios atingidos no limite máximo de vida útil. Recentemente, iniciamos a construção de dois navios patrulhas, um de quinhentos e o outro de cem toneladas num estaleiro de Fortaleza e, estamos envidando esforços para que o nosso Programa de Reaparelhamento seja cada vez mais contemplado para que essa situação não venha a ocorrer.

Temos ainda uma pergunta, mas a pessoa não se identificou: “*Quais são os obstáculos enfrentados pelo Brasil no desenvolvimento de tecnologia militar? Não seria mais benéfica uma aliança do ponto de vista da compra de armamentos nos Estados Unidos ou, buscar acordos com a Europa, China e Índia?*”.

Na realidade, como foi comentado ontem pelo Ministro Mangabeira Unger, e é do conhecimento de todos, a transferência de tecnologia militar é uma coisa extremamente complicada de acontecer. Dificilmente alguém transfere tecnologia militar. A Marinha, por exemplo, logrou, com muito esforço, atingir o Projeto Nuclear que visa à construção de um submarino à propulsão nuclear. Nós estamos vencendo etapas e, recentemente, houve um aceno do governo federal de que essas etapas terão aporte de recursos necessários para que nós tenhamos o nosso submarino à propulsão nuclear. Tecnologia militar não se transfere. O nosso orçamento de defesa, eu acredito que deveria ser um orçamento impositivo e não autorizativo. Eu acho que as Forças Armadas devem tentar fazer com que o orçamento de defesa não seja autorizativo e seja impositivo. Eu acho que esse é o primeiro caminho para que essa falta de recursos e essa política de contingenciamento, que tanto nos afeta, possa ser minimizada.

General-de-Brigada Sergio Westphalen Etchegoyen – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército: Antes de qualquer coisa, obrigada pelas perguntas que me foram formuladas. O Senhor Carlos Viegas da Universidade Federal de São Carlos pergunta: “*Como harmonizar a doutrina da presença, particularmente, a função de GLO com a Doutrina Gama?*” Aqui ele está falando da resistência, que supõe táticas não convencionais nas operações da Amazônia.

A ação do GLO está presente em qualquer circunstância, em qualquer lugar. Ela não se baseia, exclusivamente, na estratégia da presença, até porque, a estratégia da presença vem evoluindo para aumentar a capacidade de estar presente em substituição à presença efetiva em lugares em que isso não seja mais necessário. Não sei se os senhores e as senhoras perceberam que uma das estratégias que o nosso atual Comandante destaca nas suas diretrizes é a presença seletiva. A estratégia da resistência pressupõe outra forma de atuação para fazer frente a uma ameaça muito superior à nossa capacidade de defesa, mas ela também tem um poder dissuasório muito grande. É isso que nós precisamos entender. A estratégia presencial é muito discutida no Exército e é discutível. Pode ser que, por um exercício acadêmico, os resultados da aplicação da estratégia da resistência aplicada sejam um fracasso, mas, a existência dessa estratégia já provoca um efeito

dissuasório inegável e perceptível, principalmente, nas conversações internacionais.

A próxima pergunta é do Cristiano Fernandes, Jornalista. Ele fala sobre o problema do crime, particularmente, na cidade de Foz do Iguaçu, na Calha do Paraná. É o crime típico de fronteiras e ele pergunta se há estudos para que as Forças Armadas controlem a área.

A Lei Complementar 97, que define a participação das Forças Armadas, foi alterada pela Lei Complementar 117 que dá o poder às Forças Armadas, dá o poder ao Exército de atuar contra o crime organizado e contra os crimes transnacionais e ambientais na faixa de fronteira. Essa faixa é definida constitucionalmente e tem 150 quilômetros de largura. O Exército atua com esse mandato, permanentemente, mas atua nos seus limites e na compreensão de que não é essa a sua função precípua. Isso é um problema de polícia e não podemos esquecer que nós temos dezesseis mil e novecentos quilômetros de fronteira terrestre. Os Estados Unidos têm três mil e quinhentos quilômetros de fronteira com o México e não conseguem controlá-la e eles têm o Exército e as Forças Armadas mais potentes do mundo. Esses serão os recursos de vigilância que nós não vamos ter, provavelmente, nas próximas duas gerações. No entanto, esse controle de fronteira por Forças Armadas é impossível. O combate ao crime organizado pressupõe, necessariamente, inteligência, e a inteligência policial é que tem competência para isso. É claro que as Forças Armadas dão apoio na parte de inteligência e na área de logística, e até atuam operacionalmente, algumas vezes, mas de forma muito episódica.

Ele também pergunta se nós estamos empregando, nessa mesma área, operações militares em conjunto com países vizinhos. Há uma grande dificuldade para fazermos isso, que é a questão da estrutura e marco legal dos países lindeiros. Em 2005 e 2006, eu comandava a Brigada de Dourados, que fica na fronteira do Mato Grosso do Sul e trabalhamos muito nesses assuntos. O Paraguai, por exemplo, não dispunha de uma legislação que permitisse às Forças Armadas o mesmo tipo de operação que nós fazemos. A legislação argentina proíbe, claramente, e a uruguaia também. Então, é muito difícil estabelecer operações conjuntas. Quando nós fizemos operações de combate aos crimes transnacionais e

ambientais na fronteira com o Paraguai, que é uma fronteira seca, terrivelmente vulnerável, a cena era literalmente a seguinte: o nosso militar parado do lado de cá, bloqueando todos os caminhões, e uma fila de caminhões a cem metros deles, no Paraguai, esperando que nós voltássemos para casa. Ao final do exercício, eles prosseguiam na ação criminosa, passando com os contrabandos, tóxicos e tudo mais.

A próxima pergunta é do Benício Melo, Pesquisador da UnB sobre a internacionalização da Amazônia. A maior ameaça à Amazônia é a nossa ausência na Amazônia. Se os senhores e as senhoras se derem conta de quanto nós renunciamos da nossa soberania por iniciativa nossa, talvez, a Amazônia não estivesse tão ameaçada. Não vamos entrar no mérito dessa questão, mas o fato é que quem renunciou ao poder militar nuclear fomos nós; ninguém nos impôs isso. Nós renunciamos. Se as gerações dos nossos netos forem submetidas, ou forem integrantes de uma ação de vassalos por falta do poder nuclear, nós fizemos isso. Quando renunciamos ao poder nuclear, o mundo não vivia a perspectiva do aquecimento global, que vai mudar tudo. Vai mudar todo o jogo do poder internacional. Esse aquecimento global, tenha ele a causa que tiver, vai mudar esse jogo e já está mudando. Na verdade, entrando nesse jogo, nós renunciamos à nossa soberania. Nós criamos o território Yanomami, a terra indígena Raposa Serra do Sol, com todas as discussões que ela traz. Com dezesseis mil e novecentos quilômetros de fronteiras terrestres, nós renunciamos ao uso de minas terrestres e aderimos à Convenção de Otawa. Então, nós temos feito muito colaborando com perdas de soberania. A maior ameaça à Amazônia, em minha opinião, é a ausência da nossa autoridade, do exercício da nossa soberania. É a ausência do Estado brasileiro. Percorram os pelotões de fronteira que balizam o Programa Calha Norte e procurem o Estado Brasileiro. Vocês vão encontrar soldados, marinheiros e aviadores fardados, mas faltam muitos outros elementos do Estado nos nossos pelotões de fronteira, faltam escolas, faltam diplomatas, faltam policiais, falta a EMBRAPA, falta quem ensine profissões em territórios que são nossos, que nós herdamos. Então, eu acho que a Amazônia vem sendo ameaçada externamente, mas ela não vem sendo protegida, internamente, pela sociedade brasileira. Se nós pensarmos o quanto evoluímos democraticamente e nas manifestações da democracia e na capacidade de representação e de interlocução, e o quanto abrimos mão disso, porque as coisas

acontecem e nós não fazemos, como sociedade, chegar à opinião da sociedade.

Lembrem-se da última consulta popular, que foi o referendo do desarmamento, e vamos recuperar um pouquinho da palestra do Professor Mangabeira Unger, quando disse, ontem, dessa dicotomia na sociedade brasileira que é criativa, é inventiva, é rebelde, mas, não consegue ser coletivamente. Individualmente, o Brasil declarou, em alto e bom som, com resultado acachapante que o cidadão quer estar armado. Foi isso que a sociedade falou. Então, o cidadão, individualmente, percebe a ameaça à sua segurança e quer preservar-se, quer ter condição de preservar a sua segurança. O Estado Brasileiro não percebe isso, o poder central não percebe e abre mão de instrumentos dessa segurança soberanamente. O fato é esse. Então, existe essa diferença de percepção do cidadão para o estado.

A sociedade brasileira e os seus segmentos, em minha opinião, deveriam estar melhor organizados, utilizando instrumentos de interlocução que temos hoje e que estão tão aperfeiçoados e que nós elegemos legitimamente. Nós temos que dizer: “Olha, é preciso que a Amazônia continue sendo nossa, é preciso que estejamos lá”. Isso vale para toda a Amazônia: a Amazônia Azul e a Amazônia Verde. Obrigado.

Brigadeiro-do-Ar Cláudio Alves da Silva – Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica: A próxima pergunta é a seguinte: “*Como o Senhor analisa o desmembramento do controle da Aviação Brasileira, entre a Aeronáutica Brasileira, INFRAERO e ANAC para a soberania do espaço aéreo ou espacial brasileiro?*”.

Eu diria que, para fins de controle do espaço aéreo e defesa aeroespacial brasileira, não houve nenhum desmembramento. Simplesmente, o segmento civil, a INFRAERO, está tratando, praticamente, da parte da infra-estrutura e a ANAC da parte de Aviação Civil, mas o controle do espaço aéreo brasileiro continua existindo e sendo gerenciando através do CONDABRA. Em todas as declarações que o nosso Comandante tem feito a respeito daquela polêmica sobre se desmilitariza ou não, ele sempre coloca que os radares, o controle dos equipamentos de detecção continuarão sob a responsabilidade da Aeronáutica porque nós não

podemos abrir mão dessa soberania. Então, essa é a colocação mais simples.

O Bruno de Souza, da UnB, pergunta: “*Com a compra dos Caças da SuKhoi, que foram adquiridos pela Venezuela, isso torna esse país superior ao Brasil em nível aéreo? Isso pode ser considerado uma ameaça?*”.

É muito simples nós fazermos uma comparação de equipamento por equipamento. Agora, a superioridade não está apenas no equipamento, mas nós precisamos ter toda a parte da infra-estrutura, treinamento e logística. Não adianta eu ter uma quantidade imensa de aviões no chão e não ter suporte logístico, não ter um sistema integrado, não ter comando e controle. Nós precisamos ter esse reabastecimento. Então, há toda uma seqüência e tudo isso aí tem que ser levado em conta. Por exemplo, se eu pegar um Avião “X” SuKhoi e comparar com o nosso, ele é superior, mas precisa ver toda essa infra-estrutura que está por trás para nós dizermos se ele é superior ou não a nós. No nosso plano, nós vamos partir para o Sukhoi 35, que já é superior ao Sukhoi 30. Então, só precisamos ter o “timing” para fazer essa compra. Agora, quando nós recebermos toda essa infra-estrutura e logística, isso também dará esse suporte. Mas, com certeza, se eu fizer comparação de avião por avião, eu posso dizer que ele representa uma grande ameaça. Agora, no todo, precisamos fazer um estudo mais detalhado a respeito dessa infra-estrutura.

Há exemplos aqui na América do Sul de países que operaram o equipamento russo e não foram exemplos bem sucedidos. O Peru, por exemplo, opera um equipamento russo, sofre uma dificuldade de logística muito forte e tem dificuldade de adquirir o equipamento, manter e comprar o armamento. Comprar o armamento 30 milímetros, eu compro aqui, compro nos Estados Unidos, compro em Israel. Comprar um equipamento que é só o russo que faz, já fica mais complicado. Então, tudo isso precisa ser visto nesse contexto para dar uma comparação muito favorável para eles.

A próxima pergunta é do Eduardo Correia, da ANATEL: “*Muitas unidades da FAB estão localizadas próximas ao litoral, Fortaleza, Recife, Natal,*

Salvador, Florianópolis e Canoas. Só no Rio são três unidades: Santa Cruz, Afonso e Galeão. Em termos de necessidade de defesa nacional, não deveria a FAB transferir várias unidades?.

Estamos acompanhando esse desdobramento do Exército para a região amazônica e estamos também instalando nossas bases de desdobramento em Vilhena e São Gabriel da Cachoeira. Não precisamos estar com todas elas deslocadas, mas, pela capacidade, vamos ver Rio de Janeiro, Afonso, Santa Cruz e Galeão. Os aviões estão ali é para apoiar a Brigada Paraquedista na sua missão prioritária que é a missão estratégica. Então, aquela força de transporte tem que estar próxima dessa unidade estratégica do Exército. Isso é um aspecto importante. Quanto à Aviação de Caça que está lá em Santa Cruz, ela sai dali e chega ao lugar que quiser por meio do reabastecimento de vôo. Isso dá uma flexibilidade muito grande no emprego da aviação e, tendo esse recurso de reabastecimento de vôo, nós podemos chegar a qualquer momento e, rapidamente, ter uma pronta resposta nesse contexto. Em relação a aeronaves, nós já estamos com o Caça 105, que já está sendo guarnecido na Amazônia. Estamos também com helicóptero de transporte pesado, que é o "Black Hawk", naquela região. Futuramente, teremos os novos A 29. Com o novo plano de aquisição, nós já compramos noventa e nove e já estamos com cinqüenta e outras unidades que serão guarnecidas naquela localidade. Mas, isso é um plano estratégico que o Estado Maior da Aeronáutica, ao longo do tempo, vai definir o seu ponto de execução. Para a Força Aérea, simplesmente, é rápida e pronta a resposta, basta ver o interesse estratégico do momento. Então, as colocações que eu queria fazer seriam mais ou menos essas, para não tomar muito tempo de vocês.

Agora, eu gostaria de prestigiar aqui, o segmento universitário. Quem são os representantes dos segmentos universitários que estão aí? Eu pediria que, ao término da nossa apresentação, viessem aqui porque nós vamos fazer uma entrega em consideração e reconhecimento da participação desse trabalho.

Em relação às principais atividades do controle do espaço aéreo, isso está sendo discutido no momento e nós julgamos interessante fazer essa distribuição só para o pessoal ler e ter um conhecimento mais aprofundado a respeito do assunto. Muito obrigado.

Fernando Maurício Duarte Melo – Moderador: Encerrando essa Sexta Rodada de Mesas Paralelas sobre Segurança e Defesa, agradecemos, especialmente, aos nossos palestrantes e a todos que, com suas presenças, abrilhantaram esse evento. Para materializar a nossa gratidão, passamos às mãos dos nossos colaboradores um Certificado de Participação e solicitamos a todos uma salva de palmas. Obrigado.



MESA 2.6 RELAÇÕES INTERNACIONAIS: NOVAS AGENDAS

Projetos Brasil

Cláudio Roberto Frischtak

INTER.B Consultoria Internacional de Negócios

O Geodireito e os Centros Mundiais de Poder

Guilherme Sandoval Góes
Escola Superior de Guerra

Novos Paradigmas de Gênero nas Relações Internacionais

Leila Bijos
Universidade Católica de Brasília

Projetos Brasil

Rogério Vieira Rodrigues – Moderador: Senhores, mais uma vez, bom dia. Nós vamos agora para a nossa sexta e última rodada, com a Mesa 2.6, do VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, cujo tema é “Novas Agendas”. Como palestrantes, teremos o Senhor Cláudio Roberto Frischtak, Diretor Presidente da INTER.B – Consultoria Internacional de Negócios; o Capitão de Mar e Guerra Guilherme Sandoval Góes, da Escola Superior de Guerra; e a Professora Leila Bijos, da Universidade Católica de Brasília.

Os palestrantes terão vinte minutos para proferir suas palestras e, ao final, nós esperamos fazer o debate. As perguntas como os senhores já sabem, devem conter o nome, a entidade que representam e o e-mail porque, se não der tempo de responder, elas serão respondidas por e-mail posteriormente.

Vamos, então, passar a palavra para o Senhor Cláudio Roberto Frischtak, para proferir a palestra sobre “Projeto de Brasil”.

Cláudio Roberto Frischtak – INTER.B Consultoria Internacional de Negócios: Bom dia. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer aos organizadores do encontro. Eu vou ter que ser breve porque a palestra é um pouco longa e nós temos só vinte minutos. Então, tenho que entrar direto no assunto.

Na realidade, nosso tema é a ascensão do Brasil, que nós estamos num processo de ascensão e seus desafios. Em primeiro lugar, eu gostaria de acentuar, todos vocês já conhecem, que a economia mundial nos últimos anos tem tido um comportamento particular benigno, impulsionando as

economias emergentes com base numa combinação de preços elevados de “commodities” minerais e agrícolas e liquidez sem precedentes. Se, historicamente, os índices de preços das “commodities” se correlacionavam positivamente com juros, recentemente, essa correlação se inverteu e preços elevados vêm convivendo com juros em longo prazo reduzidos. Isso é um fenômeno, praticamente, único. Ou seja, nós temos preços de “commodities” muito elevados e juros de longo prazo baixos. Do ponto de vista da nossa economia, em particular, de economias exportadoras de “commodities”, mais ou menos, processadas, isso não importa. Essa é uma situação extremamente favorável por todos os aspectos.

Se nós olharmos, rapidamente, aquele gráfico ali, na década de 80, que propriamente o nosso país sofreu bastante, a situação era inversa, ou seja, o preço das “commodities” era deprimido e os juros eram extremamente elevados, principalmente, pelo choque imposto pelo Banco Central Americano. Então, vocês olhem aquela “boquinha do jacaré”, lá no final, em junho desse ano. Você vê que essa abertura é uma abertura completamente atípica. Por quantos anos isso vai perdurar? Nós não sabemos, mas, é isso, evidentemente, um dos grandes fatores que vem impulsionando a nossa economia.

Há fortes indicações de que estamos vivendo um superciclo que poderá durar de quinze a vinte anos com impacto profundo sob a economia mundial e a geografia do poder. Ninguém sabe se vai durar quinze, vinte ou trinta anos, mas, as indicações, hoje, é que você pode ter uma duração, relativamente, longa desse chamado superciclo. As forças que deverão conformar a economia internacional nas próximas duas décadas são: (1) a ascensão das duas grandes potências emergentes do plano global, a China e a Índia. Nós temos alguns dados, sobre população, PIB etc., mas nós não temos tempo para descrever em detalhes; (2) a transição para a multipolaridade com a re-emergência da Rússia e o fortalecimento da União Européia. A União Européia atua hoje como a potência número um do mundo. Inclusive, até pela fragilidade do dólar e o fortalecimento do Euro, a economia européia está, na realidade, hoje, se fortalecendo; (3) a consolidação das potências regionais, como Brasil e África do Sul; (4) um fator muito importante que pode ter um impacto enorme sobre a economia mundial de forma inesperada é a acumulação

de artigos financeiros por exportadores de energia e commodities. Segundo o Fundo Monetário Internacional os 42 “Sovereign Wealth Funds” (Fundos de Riqueza Soberana) já instituídos possuem cerca de US\$ 3,4 trilhões para investir, com expectativa de superar US\$ 10 trilhões na próxima década. Ou seja, é a movimentação desses fundos, a realocação desses fundos entre moedas, por exemplo, pode causar enormes transtornos.

Ontem, o Banco Central da China mencionou a possibilidade de haver uma realocação saindo do dólar e entrando no euro. Esse foi um dos motivos da queda dos mercados. Isso, apenas, por haver a possibilidade, a eventualidade. Quando isso acontecer, o que você vai ter é um choque de juros positivos, necessariamente, na economia americana, em função da depreciação do dólar de forma mais acentuada que está acontecendo nesse momento. Então, nós temos, hoje, uma situação de risco muito grande na economia mundial.

Em grande medida, os choques nos termos de troca, que vêm redesenhando a geometria do poder e favorecendo não apenas as economias emergentes, como a brasileira, mas a Rússia e os exportadores de energia, foram frutos do crescimento acelerado da China e, em segundo plano, da Índia. Assim, é fundamental decifrar o enigma chinês, isto é, por quantos anos mais a economia chinesa deverá crescer às taxas próximas de dois dígitos de forma sustentada.

Nós não vamos ter muito tempo. A apresentação tem uma explicação sobre a construção da economia da China. Eu vou ter que ser um pouco breve, mas a apresentação está disponível. Enfim, quem quiser vai ali e dá o e-mail, do meu ponto de vista pode mandar para qualquer pessoa.

Só há três experiências, no mundo, de desenvolvimento com impacto global. Nos últimos mil anos, nós só temos, realmente, três experiências. A primeira é a da Inglaterra, do século XVIII e XIX. Nós notamos que tem um lento crescimento no auge da Revolução Industrial. Isso é coisa bastante interessante. Olha o crescimento real do PIB na Inglaterra, no auge da evolução, que é de 1831 a 1873. O crescimento do PIB era da ordem de 2,4% ao ano. Taxas que, hoje, consideraríamos medíocre. Nós estamos falando isso no auge da revolução industrial. Estados Unidos,

século XIX e século XX, que é uma segunda experiência de desenvolvimento com impacto global. Você tem uns ciclos “boom and bust” que, na verdade, são caracterizados por uma grande volatilidade até os anos 1950. Nos Estados Unidos o mais longo ciclo de expansão, com taxas de crescimento acima de 2% ao ano, teve duração de dez anos, entre 1959 e 69. Por que isso é relevante? Você vê, hoje, que a experiência chinesa, é nesse sentido, completamente atípica.

A terceira experiência é o caso da China. Então, se você olhar as características da industrialização na Inglaterra, você tem a primeira revolução industrial, o PIB médio crescendo 1% ao ano entre 1760 e 1801, e a expansão do Império Inglês, a fase inicial da Segunda Revolução Industrial, crescendo a 2,4%.

Os Estados Unidos tiveram uma industrialização com a chamada Fronteira Aberta que alguns de vocês conhecem a tese do Turner, enfim, que você tem um crescimento médio de 4,3% ao ano, ao final do século XIX. Uma industrialização pesada em que a economia americana cresce a 3,2% ao ano, exatamente, na primeira metade do século XX. E, uma industrialização com base no conhecimento que a economia americana cresce na segunda metade do século XX até recentemente, a 3,4% ao ano.

A China é, simultaneamente, eu acho que essa é a explicação fundamental das altas taxas de crescimento, uma industrialização com fronteira aberta. É uma industrialização pesada e, também, com base no conhecimento, com a incorporação da força e o trabalho em atividade de maior produtividade. Entre 1878 e 2007, a taxa média de crescimento da economia chinesa é de 9,5% ao ano, quer dizer, você não tem precedente histórico, eu acho que isso é importante. Há dois precedentes de impacto global no processo de transformação econômica, Inglaterra e Estados Unidos e, nem um deles serve, exatamente, para você olhar a China e descobrir algo de novo. Na China, no século XX e XXI, você teve um crescimento sustentado acelerado durante trinta anos consecutivos. A taxa média de crescimento foi de 9,5%. A premissa de crescimento do governo chinês é quadruplicar o PIB per capita até 2020 e, mesmo conservadores, esses números, combinados com o histórico dos últimos 30 anos, não têm precedentes.

Com essas projeções, quando você decompõe a produtividade do conjunto dos fatores de produção, quando você decompõe a produtividade do capital, do trabalho e a chamada produtividade fatorial total, que é exatamente o ganho líquido de produtividade, daí você olha a experiência do pós-guerra da Europa e do Japão e você vai ver que a China ainda tem muito “gás” para crescer porque a produtividade fatorial total da China, nos últimos anos, é somente 1,7%. Ou seja, a China cresceu nos últimos anos, com base na incorporação da força de trabalho rural, número um. E, acumulação rápida de capital, industrialização pesada. Ela tem um grande ganho ainda aumentando, basicamente, o quê? Incorporando conhecimento, aumentando a produtividade das pessoas, elevando a Produtividade Fatorial Total para os níveis que nós observamos no pós-guerra. É esse o fator que levar a crer que você está no meio de um super ciclo e esse super ciclo pode ter longa duração.

Agora, vamos falar do Brasil e do seu futuro agora. Nos próximos vinte anos, o país terá, efetivamente, pela primeira vez na sua história, uma oportunidade de dar um salto e se tornar uma economia desenvolvida. Isso é uma novidade, essa é a primeira vez, exatamente, por essa combinação de juros baixos, ampla liquidez no mercado internacional e, segundo lugar, preços de “commodities” altos e sustentados. Se é que a premissa do crescimento chinês está correta. Há fundamentalmente três grandes desafios a serem superados na economia no nosso país:

1. Deficiência na educação e consequente ameaça aos grandes projetos de redução de desigualdade. O Globo, um jornal do Rio de Janeiro, fez uma série de oito a dez reportagens, um dos enfoques foi exatamente sobre essa questão.
 2. Avanço na fronteira científica e tecnológica e insuficiência no apoio à acumulação de conhecimentos ou aplicação. Esse é o nosso segundo grande desafio.
 3. Fragilidade do Estado por executar funções inerentes ao crescimento.
- ❑ O primeiro grande desafio para o país é a necessidade de uma melhoria dramática na educação. É inaceitável que:
 - apenas 53,5% dos jovens concluem o ensino fundamental (2005);

- o país esteja em penúltimo lugar nos testes do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, promovida pela OECD entre 41 países (2003);
 - o número médio de anos de estudo seja de apenas 7,6 anos, tendo ganho 1,7 anos em uma década. Neste ritmo, levaremos quase 3 décadas para o brasileiro médio ter o 2º grau completo.
- ❑ Os ganhos na redução da desigualdade e o rápido crescimento nos próximos anos são insustentáveis sem um esforço nacional pela educação.
 - ❑ A qualificação das pessoas para o mercado de trabalho depende de uma sólida base educacional, pois os desafios cognitivos das novas tecnologias são cada vez maiores.
 - ❑ O risco é a aceleração do crescimento disparar os rendimentos das pessoas mais qualificadas por força de sua escassez, e tensionar o tecido social do país.
 - ❑ O segundo grande desafio é posicionar o país na próxima década dentre os mais importantes na produção científica e na aplicação dos seus resultados na economia e sociedade.
 - ❑ O Brasil gasta atualmente cerca de R\$ 1,3% do PIB em P&D. Em 10 anos, necessitamos triplicar este esforço.
 - ❑ Devemos eleger áreas críticas para ações articuladas de pesquisa e aplicação de tecnologia, dentre as quais devemos nos posicionar na liderança em:
 - ❑ Energia renovável e Biocombustíveis
 - ❑ Agricultura tropical e do bioma do cerrado
 - ❑ Doenças tropicais e infecto-contagiosas.
- ❑ O terceiro grande desafio é a reforma do Estado, que hoje é disfuncional para os requisitos de crescimento acelerado, redução da desigualdade, contenção da violência e sustentabilidade ambiental.
 - ❑ Onde estão as fragilidades?
 - Na infra-estrutura para sustentar o crescimento

- Na educação das crianças e jovens, em especial mulheres, para quebrar o ciclo de reprodução de desigualdade, que começa em casa e se estende na escola.
- Nas instituições de segurança pública e inclusão cidadã, que têm sido incapazes de reduzir a violência e criminalidade.
- Nas políticas públicas acanhadas, frente ao desafio de impulsionar o país para a fronteira da sustentabilidade.

Deve haver uma política de gênero nesse sentido muito focado à mulher. A experiência fantástica de Querala no Sul da Índia, que o Banco Mundial fez, na época em que eu estava lá, mostra a importância de se investir nas meninas e nas mulheres, para quebrar o ciclo da desigualdade dentro de casa. A reprodução da desigualdade no nosso país começa dentro de casa. E não vai ter solução se nós começarmos aos 10, 11, 12 anos de idade. Tem que começar quebrando no interior do domicílio. Aos sete anos de idade, a relação de vocabulário, das palavras de crianças que vêm de domicílios de baixa renda e de média e alta renda é de dez para um. Então, o vocabulário, a língua está na base do aprendizado, está na base do poder, está na base da capacidade de as pessoas terem recursos. E, o que está provado, cientificamente, já tem um número enorme de pesquisas, é que essa reprodução se dá no domicílio e, que, a mãe, em particular, é a transmissora desse conhecimento, muito mais que o pai.

Enfim, isso faz parte de uma política social, eu sei que tem um elemento de gênero que nós vamos discutir, obviamente, não é sobre isso, e, na realidade, é isso, nós temos que fazer esse reconhecimento, quebrar a desigualdade no domicílio.

As instituições de segurança pública e inclusão cidadã que têm sido incapazes de reduzir a violência e a criminalidade. Pelo contrário, nas nossas regiões metropolitanas, a situação está-se agravando com as políticas públicas acanhadas frente ao desafio de impulsionar o país para a fronteira da sustentabilidade.

Uma palavra final sobre o desafio da sustentabilidade:

- ❑ O Brasil deve-se posicionar na liderança da redução das emissões, inclusive com alvos quantitativos.
 - O Estado deve assumir o papel de “guardião da floresta”, interrompendo o ciclo de destruição e poluição pela queima da biomassa na Amazônia.
- ❑ Neste contexto, é imperativo se preparar para a transformação do clima em escala global, com um programa de médio e longo prazo de:
 - Gestão dos recursos hídricos na região Norte, para garantir a fronteira de hidroeletricidade do país, e no Nordeste, para assegurar a condição de vida do sertão e semi-árido.
 - Proteção do litoral brasileiro, particularmente nas áreas mais densamente povoadas.

Acho que foi isso e já se esgotou meu tempo. Obrigado.

Rogério Vieira Rodrigues – Moderador: Muito obrigado, Cláudio Frischtak. Passamos, agora, para a palestra do Capitão de Mar e Guerra Guilherme Sandoval Góes, que vai proferir a sua palestra sobre o tema “O Geodireito e os Centros Mundiais de Poder”.

O Geodireito e os Centros Mundiais de Poder

Guilherme Sandoval Góes – Escola Superior de Guerra: Bom dia a todos. É uma honra poder estar aqui nessa manhã e poder trocar umas idéias importantes sobre o tema “Geodireito e os Centros Mundiais de Poder”.

Para enfrentar o tema, nós vamos tentar seguir o seguinte sumário:

- Identificar o Geodireito como o ramo da ciência jurídica que vai tentar compreender as relações entre a geopolítica e o direito;
- Identificar as transformações da ordem internacional: de Westfália à queda das Torres Gêmeas. Nos concentraremos, principalmente, em tentar dar uma visão panorâmica da evolução da ordem jurídica desde 1648 com a formação da sociedade internacional até os dias de hoje;
- E, finalmente, quase como conclusão, sinalizaremos os elementos para uma geopolítica brasileira no século XXI.

Então, essa é a nossa seqüência de trabalho.

Iniciaremos, então, com a questão do Geodireito. O Geodireito tem duas grandes perspectivas, dois grandes eixos temáticos, de desenvolvimento teórico. O primeiro deles seria essa idéia de um fenômeno, inclusive, academicamente oculto no nosso país. A idéia da chamada atualização dos estados periféricos, que, na verdade, as constituições são alteradas, muitas vezes, em atendimento aos interesses geoestratégicos ou vindos da geopolítica dos centros mundiais de poder. Então, esse é um primeiro ponto que nós poderíamos chamar de recepção de conteúdos internacionais vindos da geopolítica dos centros mundiais de poder. Ou seja, a geopolítica dos centros mundiais de poder influenciando a nossa

política constitucional. A política constitucional é aqui entendida como a forma que o país faz a sua reforma constitucional ou faz as suas leis infraconstitucionais. Então, isso ficaria muito nítido, essa idéia de como no nosso país nós ainda não temos um projeto nacional de desenvolvimento, há um descompasso entre a constituição e a estratégia nacional. Então esse é o primeiro ponto importante no Geodireito.

O segundo grande ponto temático do Geodireito, que eu julgo mais importante, é a questão do papel da Constituição. No Estado Democrático de Direito Contemporâneo, onde os direitos humanos estão acima do próprio Estado, das razões de Estado, da Teoria Geral do Estado de tempos anteriores. A Constituição tem um papel emancipatório dentro do Estado Democrático de Direito. Essa constituição tem que estar em torno de quê? Com o respaldo de sua geoestratégia, o respaldo de sua própria estratégia nacional. Ela tem que refletir a estratégia nacional. O que acontece nos países periféricos? A urgência de uma estratégia nacional dificulta que a própria constituição exerça esse seu papel emancipatório, esse papel compromissório. Daí, inclusive, o grande debate acadêmico em torno da morte da Constituição Dirigente. A Constituição Dirigente não está morta (Canotilho). Ao contrário, dirige a geopolítica como direito político; do, sobre e para o político (Schneider). A Constituição Dirigente está morta. Por quê? Porque é aquela Constituição que pretende normas programáticas, normas de inclusão social. A Constituição fica como letra morta porque a estratégia nacional não respalda aqueles valores. Então, nós diríamos que o segundo grande ponto é a idéia da Constituição ser a pauta de valores axiológicos do Estado Democrático de Direito. Então, a minha geopolítica, a minha Constituição tem que respaldar o meu processo de estratégia nacional. São esses os dois grandes eixos de desenvolvimento temático do Geodireito.

O mais importante, então, é compreender o que o Natalino Irti nos traz. Primeiro, eu vou mostrar esse quadro importante dos centros mundiais de poder. Observe bem aqui. Centros mundiais de poder. Os dados, aqui, não são importantes. Eu só queria passar a dimensão. Se nós observarmos, os Estados Unidos 11,9; União Européia 8,9. Observe os blocos. Então, é essa a questão importante das relações internacionais. A simetria dos centros mundiais de poder com relação ao resto do mundo,

com relação ao sistema periférico. Mais de 80% dos investimentos diretos estão sendo feitos nos centros mundiais de poder. Então, o que acontece? O fluxo de mercado de origem de bens está sendo feito, preponderantemente, nos centros mundiais de poder. O país periférico, para se inserir no cenário internacional, tem que enfrentar isso. Como é que ele vai atrair investimentos? Dentro desse contexto global, o que isso mostra? É por isso que vem a idéia de Natalino Irti, que é o pai do Geodireito. É um doutrinador italiano que afirma que os centros mundiais de poder são os detentores das chamadas forças de deslimitação econômica, que são a economia e a tecnologia. O poder geopolítico das empresas multinacionais que detêm a tecnologia, que detêm o capital, que detêm a forma de como investir, que detêm as tendências tecnológicas, faz o quê? Faz com que os Estados periféricos se apresentem como um verdadeiro mercado de ordenamentos jurídicos. Então, os Estados periféricos tentando atrair capital, eles vão alterar seu ordenamento jurídico para que, as empresas nacionais, então, façam a sua escolha e, com isso, o que acontece? As empresas multinacionais determinam o “onde jurídico”. O “onde jurídico” é determinado pela empresa multinacional. Então, ela escolhe onde vai investir, onde vai emitir “bonds”, onde vai abrir falência, onde vai fazer o investimento produtivo no setor e os estados periféricos ficam tentando fazer esse mercado de constituições. Então, essa é a idéia central e é importante para a academia investigar um projeto dentro do eixo temático do Geodireito.

Com isso, nós podemos passar para a análise da Ordem Jurídica Internacional. Nós diríamos que ela começa em Westfália, em 1648, quando grandes juristas internacionais apontam como sendo a formação da sociedade internacional. Pela primeira vez, dentro da ciência política, nós temos os três elementos essenciais de Estado: o povo, o território e uma soberania. Antes, nós tínhamos a concepção dual de poder: a igreja disputando poder com o Papa.

Então, nasce ali o mundo eurocêntrico, a Westfália e isso vai perdurar, sem dúvida, até o final da Segunda Guerra Mundial. O mundo é eurocêntrico até o final da Segunda Guerra Mundial. Em seguida, temos a ordem bipolar, com o fim da Guerra Fria. Com a queda do Muro de Berlim, nasce a chamada Ordem Jurídica Pós-Moderna, que, no

momento, apesar do pouco espaço de tempo, já apresentou dois grandes momentos paradigmáticos: A queda do Muro de Berlim, e a queda das Torres Gêmeas. É o chamado período entre quedas, inclusive, que nós vamos tentar identificar aqui. Então, essa Ordem Jurídica Pós-Moderna tem dois grandes momentos paradigmáticos.

Então, nós poderíamos enfrentar a questão dessa evolução. Paz de Westfália e o mundo eurocêntrico. Formação de Tratados Leoninos, ou seja, formação de Tratados Colônia/Periferia. Passamos pelo Congresso de Viena, fim das Guerras Napoleônicas e o mundo continua eurocêntrico. Com o Tratado de Versailles, aconteceu a mesma coisa. O final da Primeira Guerra Mundial e, finalmente, com a criação da ONU, foi o fim do mundo eurocêntrico.

Os teóricos esquecem um pouco as Conferências de Yalta e Potsdam. É um ponto paradigmático nas relações internacionais, e é em Yalta e Potsdam que está ocorrendo a divisão geopolítica do mundo, com as cinco potências do Conselho de Segurança. É a partir do modelo Westfaliano que nós temos toda essa nova ordem jurídica internacional.

A partir de Westfália e da divisão geopolítica do mundo, o que nós vamos ver? As relações bipolares. De um lado, a expansão soviética e, do outro, a contenção norte-americana. Para compreender isso, nós somos obrigados a recorrer à geopolítica. Nós vamos tentar, aqui, rapidamente, mostrar a Teoria do Poder Terrestre, de Halford Mackinder, e a Teoria das Fimbrias, de Nicholas Spykman.

Nós não conseguimos entender a Guerra Fria na sua inteireza, mas nós identificamos as duas grandes concepções geopolíticas do poder terrestre de Mackinder e a concepção de Spykman das fibras, das famosas fibras que é a teoria das bordas. Com relação à Teoria de Mackinder, eu chamaria a atenção disso. Observem aqui. Desculpem o mapa, mas é que ele mostra bem essa noção. Mackinder tinha a idéia do coração da terra. Quem conquista o coração da terra? O espaço geopolítico centro oriental. Quem conquista o coração da terra conquista a ilha do mundo. O que é a ilha do mundo? A ilha do mundo são os três continentes, são as massas continentais euroafricanas e euro-asiáticas. Então, a partir do coração da terra, a potência central tem que ganhar o

quê? Tem que ganhar a ilha do mundo. Tem que conquistar a ilha do mundo. Então, a idéia de Lebensraum aqui, é espaço e é território. É espaço vital. Então a idéia aqui é que a potência central que conquista a ilha do mundo conquista o mundo. Nicholas Spykman vai negar isso, vai dizer: “Não, na verdade, não é conquista da ilha do mundo. O que interessa é conquistar as fibras, as bordas. Basta eu ter o controle dos oceanos”. Então, a idéia é conter a expansão da potência hegemônica no coração da terra.

Concepções geopolíticas não são importantes. Concepções geopolíticas, meramente acadêmicas, são negativas. Observem a estratégia de George Kennan. O que os Estados Unidos fazem, então, na sua concepção da geoestratégia da contenção? Para conter a expansão soviética no Oriente ele cria a OTAN. A OTAN é uma construção multilateral pautada na teoria das fimbrias, isolar potência hegemônica no coração da terra. A mesma coisa acontece com a Organização do Tratado do Sudeste Asiático. Então, observe uma concepção geopolítica se tornando uma grande estratégia nacional. Uma grande estratégia articulada com uma capacidade de penetração internacional fantástica, formando três grandes alianças para conter o Império Soviético.

O que nos cabe como analistas, como estrategistas é compreender essas estratégias. Por que? Observem. Para a Europa, o que essa estratégia determina? O que essa estratégia busca? Plano Marshall de Recuperação Democrática e, para a nossa região, infelizmente, estava lá escrito textualmente: apoio aos regimes militares.

Nós temos que compreender isso, a política norte-americana colocando dentro da sua grande estratégia o apoio aos regimes militares. Então, eu deixo isso para a reflexão de cada um, se foi coincidência ou não, o grande regime. A questão é compreender a grande estratégia; é compreender a capacidade de articulação do estrategista norte-americano. E, essa estratégia perdura por quarenta anos e é essa estratégia que vai levar ao colapso da União Soviética. É a ruptura do Tratado do Centro que vai fazer surgir grandes aliados dos Estados Unidos na década de 80. Saddam Hussein, o grande aliado norte-americano para conter a invasão do Irã, do Xá Khomeini e Osama Bin

Laden, para conter a invasão soviética no Afeganistão. Então, observem a importância de uma organização desse patamar.

Avançamos e vamos para a Ordem Jurídica Pós-Moderna. Com o fim da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim surge uma nova concepção geopolítica, uma nova concepção estratégica. Isso vai mostrar o modelo de "*Engagement and Enlargement*". Observem bem que, nesse modelo, há uma nova filosofia, há uma nova quebra de paradigma. Agora, para o Lebensraum, o espaço vital, já não interessa mais conquistar territórios porque o novo Lebensraum, o novo conceito de espaço vital, agora, são mercados e mentes. Como é que vem a nova concepção norte-americana, a chamada constelação mundial do comércio? Onde eles fazem grandes construções, inclusive, a ALCA e a APEC, mercado atuante e, servindo de apoio a todo esse esquema, nada mais nada menos, que o FMI, o Banco Mundial e a própria OMC. Observe que a OMC ela está nascendo dentro desse contexto da nova geopolítica norte-americana. A OMC de 1994 começa lá em 1944 e nós compreendemos bem a formação das estruturas hegemônicas norte-americanas. Com o que? Com a criação do FMI e do Banco Mundial. Com a queda do padrão ouro, o dólar norte-americano passa a ser a referência do sistema internacional.

Em 1971, o que acontece? Uma declaração unilateral dos Estados Unidos desvincula a moeda norte-americana do ouro. E, depois, há a formação do G-7. Observem bem toda essa questão das estruturas hegemônicas de poder. E, finalmente, a Organização Mundial do Comércio que, na verdade, está nascendo como sucessora da Rodada Uruguai, da Rodada de 1994 quando os Estados Unidos passam a adotar, na pauta da OMC, somente os serviços de produtos industrializados. O que nós estamos vivenciando hoje, na chamada Rodada de Doha é o Brasil tentando colocar na pauta da OMC a liberação dos produtos agrícolas. Os estrategistas brasileiros já deveriam ter pensado nisso em 1994, por ocasião da formação da OMC.

Nessa última transparência, dentro desse quadro da evolução da Ordem Internacional, Ordem Eurocêntrica, Ordem Bipolar e Ordem Pós-moderna. A Ordem Pós-moderna tem dois grandes momentos de ruptura paradigmática. O que são esses dois grandes momentos de ruptura

paradigmática? A queda do Muro de Berlim, estratégia de Clinton, a valorização do multilateralismo, valorização do comércio, valorização da dimensão econômica. Depois vem a Era Bush, com a queda das Torres Gêmeas. Até agora, o modelo que respalda a estratégia americana e a chamada Pax Americana, é o unilateralismo, é não concordar com o outro, é não se submeter ao TPI.

Então, dentro desse contexto, o que sobra para o nosso país é apenas uma sinalização de que, nessa ordem Pós-Moderna, nessa Ordem Jurídica, nós temos que enfrentar um grande desafio geopolítico e geoestratégico. O Brasil tem que vencer aquelas assimetrias do centro e periferia. A ausência de projeto estratégico nacional dificulta, inclusive, a formação das nossas leis, a formação da nossa legislação infraconstitucional. Então, o que sinaliza como um projeto, como desafios para o estrategista brasileiro seria, inicialmente, a questão da integração da América do Sul.

Em relação à integração do espaço geopolítico sul-americano, nós temos três grandes conjuntos geopolíticos na América do Sul: O Arco Amazônico, o Cone Sul e o Pacto Andino. São desafios fantásticos dentro de articulação estratégica destes três grandes conjuntos geopolíticos: diversidade na Amazônia, potencial hidroelétrico e, desafios de integração regional. A partir dessa integração geopolítica destes três grandes segmentos geopolíticos, então, nós vamos chamar de as três grandes frentes externas: a frente dos centros mundiais de poder, onde a postura da inserção internacional brasileira tem que ser, necessariamente, uma postura ativa, uma postura de manter firme o G20, manter firme a Rodada de Doha, no sentido de que coloquem na pauta da OMC os produtos agrícolas; a revisão da sua legislação de patentes; a formação de “joint ventures” para investimentos estrangeiros. Todos são conceitos importantes e grandes desafios que nós temos que enfrentar.

Na Frente Atlântica, a geopolítica brasileira não pode ficar só limitada à África. Como nós vimos nas palestras de ontem, o mais importante da Frente Atlântica, dentro de uma concepção geopolítica mais ampla, é a questão do Brasil como potência marítima. E potência marítima não quer dizer, necessariamente, uma potência naval. Na verdade, 95% do comércio brasileiro é feito por tráfego marítimo. E o que aconteceu com o

nosso país na década de 80 no consenso neoliberal? Nós tínhamos a quarta Marinha mercante do mundo, 44% do tráfego brasileiro eram feitos por navios brasileiros, feito no país. O que acontece? Com o projeto neoliberal, nós caímos de 44% para 3%. Hoje, só 3% do tráfego marítimo brasileiro é feito por navios brasileiros. E os nossos navios estão sendo feitos na Coréia. Então, isso é falta de uma política de potência marítima. Isto é um exemplo típico dessa falta de perspectiva mais ampla do que é um projeto nacional de um país.

Finalmente, a Frente Sul-Sul. Há três grandes articulações geopolíticas e geoestratégicas. A primeira articulação, agora recentemente, é a reaproximação MERCOSUL do IBAS – Índia, Brasil e África do Sul. Importantíssima essa integração na Frente Sul-Sul. Da mesma forma, importantíssima é a Cúpula Mercosul/Países Árabes, também fundamental, o país não pode abrir mão dessa grande perspectiva. E, finalmente, os próprios BRICS, Brasil, Rússia, China e Índia. Então, uma concepção geopolítica feita de uma visão panorâmica, feita de uma visão estratégica vai possibilitar todos os desdobramentos que podem levar a um projeto nacional para o nosso país. Então, com isso eu encerro. Muito obrigado pela atenção.

Rogério Vieira Rodrigues – Moderador: Muito obrigado ao Capitão de Mar e Guerra Guilherme Sandoval Góes. Passamos, imediatamente, à palestra da Senhora Leila Bijos que falará sobre “Novos Paradigmas: A Questão de Gênero nas Relações Internacionais”.

Novos Paradigmas de Gênero nas Relações Internacionais

Leila Bijos – Universidade Católica de Brasília: Muito bom dia a todos. É uma grande honra estar com vocês. Eu parabenizo os coordenadores desse VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Cumprimento os nobres colegas de mesa: o Capitão de Mar e Guerra Guilherme Sandoval Góes, o Professor Cláudio Frischtak, o moderador Rogério Vieira e todos os presentes.

Complementando aquilo que o Professor Cláudio, com muita sapiência, já colocou, eu gostaria de ressaltar a dimensão das discriminações econômicas sofridas pelas mulheres no Brasil. É a falta de visibilidade no ambiente de trabalho, os salários diferenciados entre homens e mulheres, a dominação masculina, a ausência de políticas públicas e outros assuntos que sempre foram vetados às mulheres. A Igreja, em primeiro lugar, proibia assuntos de sexualidade, de virgindade, de métodos contraceptivos, a violência doméstica, o divórcio. Então, esses assuntos passaram a fazer parte da pauta das discussões das feministas no país a partir da década de 1970.

Eu quero que vocês entendam que a mulher trabalha, tem o ambiente privado particular e tem o ambiente público porque ela está inserida no mercado de trabalho. Vocês vão verificar que há uma série de transformações que ocorreram nas últimas décadas, principalmente, nos últimos cinqüenta anos. Nós passamos por desequilíbrios regionais no processo social aliado à causas históricas, causas econômicas que, o professor Cláudio, inclusive, discutiu. Problemas de distribuição de renda nas regiões metropolitanas. Essa proporção que nós temos de mulher na força de trabalho, ela tem sido crescente. Mas, o que acontece? As mulheres, elas entram no mercado de trabalho nos postos mais inferiores,

principalmente, naqueles em que os homens não aceitam, com salários ínfimos. Se houver a nomeação para diretores, para gerentes, para supervisores e nós tivermos três candidatos, dois homens e uma mulher, o homem vai levar o posto de chefia. Isso é inegável, a discriminação é visível, apesar dessa discriminação muito grande em relação à mulher, nós temos verificado que existem (podemos contabilizar) alguns progressos. As mulheres estão-se inserindo em carreiras antes vetadas a elas, hoje, nós temos mulheres na área espacial, na física quântica, no serviço militar, algumas escolas não aceitam, mas as mulheres, elas estão-se inserindo. Mulheres, engenheiras, arquitetas, advogadas, procuradoras, promotoras, assessoras e no que concerne à vida política e pública do país, a mulher vem-se inserindo timidamente nas esferas legislativas, executivas e judiciais de forma a garantir uma igualdade de condições com os homens.

Seria o quê? O dever de votar e também a possibilidade de ser votada nas eleições, de participar na formulação e na execução das políticas governamentais, de participar de organizações políticas, de associações não governamentais, de cooperativas e outras.

O foco da nossa análise, inclusive, já foi permeado pelo primeiro bloco de análise que mostra uma mulher migrante, uma mulher do norte do nordeste, que procura os grandes centros urbanos como porta de entrada, principalmente, no nordeste a mulher encontra a primeira grande capital, Fortaleza e, depois Salvador, para que ela possa se inserir nesse meio de zona urbana. Quando nós verificamos a saída dessa mulher da zona rural, nós vamos ter toda uma desestruturação de uma ambiente familiar, formas simbólicas, formas religiosas, formas econômicas. A mulher faz um grande sacrifício para deixar os seus parentes, a sua comunidade e tentar a vida nas grandes cidades. Quando ela chega ao centro urbano, ela tem um choque porque ela se depara com a globalização para a qual ela não estava preparada. É uma mulher que não tem qualificação profissional, a maioria analfabeta, com grande número de membros na família. Os domicílios que nós analisamos na nossa pesquisa nos últimos anos são domicílios que têm de três a cinco filhos, mas essa mulher tem os agregados, tem os adultos, tem os idosos, tem os deficientes, e ela tem que cuidar. Ela é o chefe do domicílio e, muitas vezes, ela é uma mulher sozinha. Ela tem filhos, mas, ela não tem marido, ela tem

companheiro e, esse companheiro quando ele aparece é só para interferir na sua vida, e saber quanto ela está ganhando e por que ela está recebendo tanto. São muitos os relatos que nós temos em relação a essas mulheres. Saltam aos olhos as tentativas das mulheres de se inserirem no setor formal da economia e na maioria das vezes, ela vai para a informalidade, como vocês viram várias mulheres na Bolívia, no Equador, no Peru e no Chile, eu não coloquei todas as fotos, na Bahia. Essas mulheres, quando elas não conseguem um emprego na economia formal, elas vão ter que trabalhar em domicílios abastados. Elas vão ter que ser sacoleiras, camelôs. É muito difícil para uma mulher abrir um empreendimento.

Então, essas transformações socioeconômicas das mulheres, sempre estiveram relacionadas à sua exclusão educacional, à ausência de visibilidade no mercado de trabalho e a impedimentos explícitos para a sua inserção na política. Então, o que nós temos é que ser mulher, ser negra, ser pobre é um estigma triplo. São muitos os desafios a serem vencidos. As transformações desse panorama neoliberal em constante mutação mostram que, as mulheres, realmente, passaram a fazer parte da agenda internacional desde os anos 70 inseridos pelos formuladores ilegais, pelos organismos internacionais, pelas Nações Unidas, mas a prática nos mostra que nem sempre isso foi possível.

O que nós temos no Brasil com essa multiplicidade de etnias, de raças é um mundo colorido, é um mundo vibrante, é um mundo de um matiz que impacta o visitante. Quem chega aos grandes centros urbanos, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, vai notar o quê? Que somos todos migrantes, como o primeiro bloco, a professora Lia bem ressaltou, nós migramos dos nossos estados. Os jovens é que nasceram aqui no Distrito Federal, então, nós temos membros de uma primeira, segunda e terceira gerações de migrantes e, que remontam a comportamentos. Comportamentos que eles trouxeram de seus estados de origem, uma simbologia, uma maneira de vestir, de falar, a música e, também, as festas, os rituais. Os destinos dessas comunidades de negras, de indígenas, de mestiças brasileiras são definidos pelos homens na cultura brasileira e na cultura latino-americana, mas existem mecanismos sutis de poder feminino que lhes atribuem como nós, particulares, de estratégias possíveis e concretas de mudanças, e, pouco

a pouco, as mulheres vão mostrando o seu poder. Mostrando que elas são fundamentais na educação, na economia, nessa força de trabalho, principalmente, na geração do capital social.

Eu perguntaria: Que tipo de políticas públicas poderia melhorar a vida dessas mulheres carentes? Em primeiro lugar, nós elencaríamos políticas sociais eficientes que proporcionassem trabalho e renda. Nós tivemos alguns avanços. Temos a Constituição de 1988 que apresentou um marco jurídico de transição democrática. Essa Carta de 1988 simboliza o avanço para a consolidação dos direitos e garantias fundamentais. São marcos, são cláusulas, que, elevados a condição de cláusulas, outras, passaram a compor o núcleo intocável do texto constitucional, aí, o Artigo 60 Parágrafo 4º. São mecanismos que fortalecem a consciência política e a mobilização da sociedade civil. Consagrando o que? Consagrando a democracia participativa e, efetivando o voto, a consciência popular, tornando o cidadão partícipe do processo democrático.

Então, as mulheres se articularam, elas trabalharam na Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, elas mostraram que elas tinham direito. Direito de família, do trabalho. Essas proibições e essas discriminações, pouco a pouco, foram caindo por terra. A mulher nos mostrou que ela tinha direito a planejamento familiar, ao crescimento intelectual, à saúde e a uma vida digna sem violência ou discriminação.

E dentre as muitas convenções, estatutos e tratados que marcaram as décadas de 70 até 90, destaca-se a Lei 9504, de 30 de setembro de 1997, estabelecendo que os partidos de coligações devam reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para as candidaturas de cada sexo.

A soberania popular tem sido constantemente exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto. Mas, nesse contexto, o que nós temos? Eu trouxe aqui alguns dados estatísticos para mostrá-los. Nós temos que as mulheres, em 2000, elas integravam 50,48% do eleitorado nacional. Dados do Tribunal Superior Eleitoral. Esses dados correspondem a 55 milhões de leitoras, um universo global de, praticamente, 110 milhões de votantes, que, também, apresentaram as suas candidaturas.

Em 2002, verificou-se que havia um percentual de 14,84% de candidatas com resultado tímido, mas mostra como as mulheres estão-se mobilizando em direção das esferas políticas, de postos públicos representativos. Nas eleições municipais de 2004, a média nacional de candidaturas femininas para as câmaras femininas municipais foi de 22% e a porcentagem de vereadoras eleitas ficou em 12%.

É bem verdade que os partidos políticos brasileiros não têm cumprido com aquilo que a lei manda. As mulheres só se inserem na política por intermédio de um membro masculino na família, é o pai, o marido ou uma pessoa muito próxima ou, elas são convidadas a serem suplentes, sempre no lugar de vice. No plano federal, na Câmara dos Deputados, nós temos índices crescentes, felizmente, de quinhentos e nove candidatas em 2002, quarenta e nove foram eleitas. Esses índices mostram um total de 8,19% em comparação com os modestos 6% computados em 95 e 98. Em 2006, seiscentos e cinqüenta mulheres apresentaram as suas candidaturas sendo que quarenta e três foram bem sucedidas em suas campanhas.

O que nós verificamos? Que na Câmara dos Deputados, por exemplo, na década de 90, esse índice foi crescendo, felizmente porque, em 1932, nós só tivemos uma única candidata à deputada federal. A Constituição nos dá esse poder de nos elegermos, de nos candidatarmos. Mas a representatividade é mínima. No Senado Federal, é mais reduzido. Nós temos 2,45% em 96 de participação feminina e 6,17% no ano 2000, em um universo de 81 parlamentares.

No Poder Executivo Estadual, nós tínhamos, apenas, uma única mulher no cargo de governadora na década de 94. Hoje, isso mudou. As mulheres estão mais no cargo de governadoras. Na esfera municipal, também, esse crescimento tem sido aparente, não como nós desejariam. Na administração pública federal são pouquíssimas as mulheres que têm um nível de DAS 6, pouquíssimas. Esse nível é baixíssimo mesmo. Hoje as mulheres conseguem um DAS 1 para ganhar um salário muito baixo. Aí, o nível vai para 45%.

No que toca à área diplomática, é gritante a disparidade. Por quê? Pela discriminação. Em 1995, nós tínhamos 98 embaixadores e, apenas, três eram mulheres. O quadro torna-se um pouco mais otimista no Poder Executivo Federal, quando em 2003, nós tivemos a posse de cinco ministras, encarregadas do Ministério do Meio Ambiente e Assistência e

Promoção Social, Minas e Energia, Secretarias Especiais de Políticas para a Mulher e Políticas de Promoção de Igualdade Racial e, aí, nós tivemos um ganho. Por quê? Nós tivemos afrodescendentes sendo aceitas nos postos de comando.

No caso da área jurídica, as disparidades são ainda maiores. Acho que a grande alegria das brasileiras foi ver a Ministra Ellen Gracie Northfleet sendo convocada para atuar. No Superior Tribunal de Justiça, no STJ, a partir de 2004 o STJ contabilizava vinte e oito ministros e quatro ministras no seu quadro. No TST nós temos apenas uma ministra. Em relação a juízes e juizas, o quadro já melhora um pouco. O que nós queremos dizer é que existe uma evolução do trabalho feminino. Verificamos já é que esse número de anos de estudo no curso superior e, também, na pós-graduação tem aumentado. Mas existe uma lacuna que precisa ser preenchida. Verifica-se que para que haja uma redução dos diferenciais de renda entre homens e mulheres, será necessário mais de um século para que esses diferenciais tornem-se nulos, e isso só ocorrerá se mantivermos o ritmo atual de recuperação dos rendimentos femininos e a sua inserção em atividades remuneradas.

O Brasil dos últimos anos mostra uma absorção, uma aceitação das mulheres. Eu digo sempre para os meus alunos, especialmente, as alunas, hoje, não basta apenas saber inglês, francês e espanhol, o básico de idiomas, mas, também, inserir-se nesse contexto que o Capital de Mar e Guerra apresentou que nós temos aí uma ascensão da China, então, é preciso estudar chinês, é preciso estudar japonês, fazer curso de árabe e outros idiomas. É preciso que as mulheres, realmente, se insiram nas políticas públicas e nos altos postos do governo. E, a todas as mulheres batalhadoras, os meus parabéns. Obrigada.

Rogério Vieira Rodrigues – Moderador: Obrigada à Professora Leila Bijos. Vamos passar ao debate rapidamente. Cada palestrante terá o prazo de cinco minutos para fazer as suas considerações sobre as perguntas que foram feitas. As palestras vão estar no site do GSI, quem quiser anotar é: <http://www.planalto.gov.br/gsi/saei>. Depois, se quiserem pegar aqui comigo, fiquem à vontade. Os certificados estão sendo entregues no lugar onde os senhores se credenciaram. Lembramos que, às 14 horas, teremos a Conferência intitulada “Inserção do Brasil no Mundo e a Segurança Nacional”, proferida pelo Excelentíssimo Senhor Aloizio Mercadante Senador da República, na sala Brasil I e II. Passo, então, a palavra ao Senhor Cláudio Frischak para fazer as suas considerações.

Debate

Cláudio Roberto Frischtak – INTER.B Consultoria Internacional de Negócios: Eu tenho uma pergunta sobre o que fazer na construção da educação. Eu não sou um “expert” em educação, mas, eu acho que, em primeiro lugar, de qualquer forma, a construção educacional brasileira só vai ser resolvida com a parceria da sociedade e o Estado. O Estado sozinho não consegue resolver. A sociedade tem que se envolver. Eu acho que você tem na sociedade particular um enorme potencial de trabalho voluntário que você pode ser mobilizado, tanto nas zonas urbanas e nas zonas peri-urbanas, para participar desse mutirão da educação.

O segundo ponto é que as escolas se fracionaram e não têm programas de ensino. Os professores são mal qualificados e você também não tem o material. Então, o ponto de partida é transformar as nossas escolas. Nós não podemos, obviamente, reproduzir um modelo como o do Colégio Pedro II de há muitos anos atrás, que é um modelo extremamente caro. Mas, de qualquer forma, as escolas têm que ter um mínimo de disciplina, de organização que, hoje, infelizmente, não têm. Na escola pública, o diretor e a diretora da escola têm que ter poder de mando. Os professores têm que, exatamente, cumprir seus horários e não é isso que está acontecendo na prática. Obviamente, temos que ter retreinamento, uma requalificação contínua dos professores. Eu acho que o desafio maior é como articular sociedade e Estado. O Estado sozinho não vai poder fazer isso. Não há recursos para isso. Os recursos, uma boa parte, estão na sociedade, não estão apenas nas empresas, estão nas famílias também. O potencial de trabalho voluntário é enorme. Pessoas como as pessoas que estão aqui, nesse recinto, que têm capacidade de reforçar o conhecimento, a educação de crianças. Por que não mobilizá-las? E, hoje, você tem um enorme desperdício desses recursos potenciais.

Rogério Vieira Rodrigues – Moderador: Senhor Cláudio, o senhor prefere se retirar agora ou aguardar? O senhor tem um vôo?

Cláudio Roberto Frischtak – INTER.B Consultoria internacional de Negócios: É eu tenho um vôo., mas tenho aqui uma pergunta sobre se as mentes brasileiras estão preparadas para a inserção do Brasil nesse mercado brasileiro competitivo.

Vou responder rapidamente, em dois minutos. Esse quadro que nós temos, hoje, ele é reversível. Ele não é irreversível. Eu acho que ele é reversível em meia geração, quinze, vinte anos. Ele não é reversível em dois, três anos, certamente. Nós temos uma herança pesadíssima, nós temos uma herança de escravagismo que nos persegue até hoje, nós temos a herança do autoritarismo, que isso vem da nossa sociedade, lá de trás, nós temos uma herança do povo “coitadinho”, enfim, isso, você não quebra da noite para o dia.

Por outro lado, eu creio que, o potencial de transformação na sociedade é muito grande, o potencial de solidariedade é muito grande. Nós temos uma sociedade em certo sentido até um pouco especial, não é por ser brasileiro, por gostar do país, não é isso, é que é um pouquinho diferente das demais sociedades. Algumas, talvez, se aproximem do nosso país. Você tem potencial de criar rede de solidariedade.

O Brasil, eu acho que está fadado ao desenvolvimento. A transformação, realmente, numa potência regional, de fato. Você tem, hoje, uma oportunidade, nós temos uma janela e essa janela não vai perdurar eternamente. Se é correta essa análise que nós fizemos anteriormente, ela perdurará por quinze, vinte anos. Nós temos que agarrar essa janela e transformar o nosso país. Essa transformação não pode vir apenas do estado, tem que ser do Estado e da sociedade. Eu acho que o brasileiro, a brasileira, as pessoas, enfim, têm um potencial de transformação enorme nesse país. O que está faltando? Está faltando é um Estado, minimamente organizado; infelizmente, hoje, o Estado está fraturado, está fragilizado, está fragmentado. E uma sociedade que se mobilize em torno de um projeto nacional. Eu acho que, o Projeto Nacional está aí para ver. Nós não precisamos desenhar muitos projetos nacionais. Você tem um Projeto de Nação em construção.

Em primeiro lugar, educação para a sociedade. Conhecimento para a sociedade. A sociedade não vai se erguer, efetivamente, o país não vai chegar a um ponto, ser uma grande nação, uma grande potência, se nós tivermos fragilidade nessa área.

Segundo lugar, a reconstituição, a reconstrução do Estado. Estamos, hoje, num estado frágil, penetrado, inclusive, por interesses, infelizmente, isso não é de hoje, mas, obviamente, se agravou nas últimas duas décadas, o grau de fragilidade do Estado. Então, se nós não tivermos um povo educado, nós, nossos filhos, filhas, e, o Estado, minimamente organizado, obviamente, o país não vai sair do lugar. Eu tenho esperança que isso vai acontecer.

Rogério Vieira Rodrigues – Moderador: É que o Consultor Cláudio Roberto tem que pegar o avião, agora às 13 horas. Então, deixe-me passar o Certificado de Participação. Gostaria de pedir uma salva de palmas para o nosso palestrante. Muito obrigado.

Passamos, agora, ao Capitão de Mar e Guerra Guilherme Sandoval Góes.

Capitão-de-Mar-e-Guerra Guilherme Sandoval Góes – Escola Superior de Guerra: Eu vou agrupar as perguntas em três segmentos: A primeira é da estudante de Direito Cláudia Vítor e do Rodrigo Lopes, estudante de Relações Internacionais da UnB.

A Cláudia pergunta: *Qual o fundamento do Geodireito para ser uma nova temática?*

A pergunta é interessante no sentido de questionar qual é o fundamento científico do Geodireito. Na mesma linha, mas, um pouco diferente, a questão do Rodrigo Lopes, ele fala dos ordenamentos jurídicos particulares e fala se seria possível uma Ordem Jurídica Mundial homogênea.

Então, agrupando esses dois questionamentos, eu diria que obviamente, o Geodireito sempre existiu desde a formação de Westfália, quando se forma a sociedade internacional, e aí, o poder do papa ele é colapso, a

partir dali, nós já temos o Geodireito. Não sendo estudado como Geodireito, mas, a política dominando o direito, ou a política influenciando o direito.

Então, na verdade, sem dúvida nenhuma, o Ordenamento Jurídico nos países sempre foi influenciado pela geopolítica desde os primórdios. Um exemplo disso é que quando nós fazemos uma análise da Ordem Jurídica Eurocêntrica, o que se identifica é que ela é, basicamente, o Tratado de Leoninos, ou seja, um tratado internacional em que só uma parte “se dá bem”. Esses são chamados os “Tratados Leoninos”.

Então, a pergunta é muito importante no sentido de mostrar que o Geodireito não é nada novo. O que é novo, e, no Brasil, isso é um fenômeno, academicamente, oculto, é que não tem pesquisas estudando as relações das estratégias e o direito. Quando Natalino Iris faz aquela criação do mercado de constituições, ele está sugerindo pesquisas científicas, pesquisa de alta densidade acadêmica no sentido de que se entendam as estratégias dos países, que se entenda o poderio das empresas multinacionais e que se verifique como é que o Ordenamento Jurídico do mundo periférico é feito.

Então, ele não é novo e nunca foi nesse sentido. O que talvez não exista ainda no nosso país é, exatamente, essa preocupação científica de estudar as relações entre a estratégia nacional e o ordenamento jurídico. E, na mesma linha, a questão da Ordem Jurídica Homogênea, eu acho muito difícil você criar uma Ordem Jurídica Homogênea, até porque, o choque de civilizações está aí para demonstrar isso. Ele faz uma análise interessante que, a guerra, no início, era entre reis. Com a Westfália evoluiu para ideologias, Guerra Fria e, hoje, é guerra de civilizações, é uma guerra assimétrica. Então, é importante essa idéia de mostrar que é muito difícil uma Ordem Jurídica Eurocêntrica.

O Capitão-de-Mar-e-Guerra Alves de Almeida do Centro de Estudos de Políticas Estratégicas da Escola de Guerra Naval, pergunta, basicamente, a idéia de qual papel do poder naval dessa nova agenda geopolítica brasileira. *Seriam os recursos financeiros os únicos problemas? Quais são em sua percepção os novos tempos para o Poder Naval Brasileiro?*

A pergunta do Lucas Barbosa do Centro Universitário de Brasília também está no mesmo caminho: *O senhor crê que, com o reconhecimento da Amazônia Azul pela ONU, as políticas se ampliarão e se consolidarão como efetivas e práticas?* Ou seja, é a questão do Poder Naval e o Poder Marítimo. O Poder Naval deve ser consoante, deve ser adequado ao Poder Marítimo. Qual é a nação que tem um grande Poder Marítimo que tem um tráfego mercante, interesses marítimos importantíssimos como são os nossos?

Nós temos as plataformas de petróleo da Petrobrás e nós temos que incentivar os transportes marítimos feitos por navios brasileiros, temos que incentivar a construção naval brasileira. A medida que esse poder marítimo for ganhando dimensão geoestratégica, o Poder Naval também tem que responder a essa nova dimensão do Poder Marítimo e, mais importante ainda, o Poder Naval tem uma contribuição importantíssima para a geopolítica brasileira, a construção do submarino nuclear brasileiro é fundamental dentro de uma concepção geopolítica brasileira, por si só, obter a tecnologia do submarino nuclear é fundamental no campo da ciência e da tecnologia aqui no nosso país. Então, é, mais ou menos, essa idéia do Poder Naval e, a Amazônia Azul entra nesse mesmo contexto.

As perspectivas que surgem para o Brasil a partir do levantamento da plataforma continental são fantásticas. Os recursos podem ser explorados, a quantidade de melhorar as obras que nós temos naquela área. Nós vimos a Rússia. O que a Rússia fez? Fez questão de colocar no fundo do mar a placa de titânio dizendo: “Isso aqui é espaço geopolítico russo”. Fez questão de fazer isso no fundo do mar. Querendo, exatamente, demonstrar essa importância do mar.

E, finalmente, a questão do Lucas Augusto Batista de Relações Internacionais da UnB e do Capitão do Exército Costa Reis da Escola de Oficiais. As questões estão muito ligadas. A questão do multilateralismo e o interesse nacional, como podem ser interpretados no caso brasileiro? Ele pergunta se a ESG não poderia ser um ponto de apoio para uma política brasileira, já que nós não temos essa política.

Brevemente, respondendo a essas duas questões, eu não tenho dúvida de que, não só a ESG, mas todas as nossas instituições aqui, as universidades, os centros de estudos estratégicos, todos esses grandes centros deveriam estar, primeiro, interligados e verificando o que um tem e o que o outro não tem. Nós sabemos que, isso, às vezes, não acontece, o que dificulta os problemas de estudos estratégicos brasileiros e a elaboração do Projeto Nacional. Então, eu acredito sim, na esteira dessa pergunta importante em até dizer que é importantíssimo esse intercâmbio entre essas grandes instituições de ensino, não só a ESG, mas, todas as instituições e centros de estudos estratégicos.

Com relação, especificamente, ao multilateralismo e o Brasil, eu acho que o nosso caminho tem que ser o multilateralismo porque, como nós vimos aquela concepção do Governo Bush, o conceito de Pax Americana, no plano geopolítico, é exatamente o conceito de cenário geopolítico bipolar. É um cenário que vai dificultar e vai enfraquecer o direito internacional, vai preponderar a força militar. Então, é importante para o Brasil, mas, não só para o Brasil, mas, para as relações internacionais como um todo, o desenvolvimento de multilateralismo do escopo global, como nós falamos, que é negar essa idéia da Pax Americana, negar essa idéia de um cenário geopolítico bipolar cuja predominância cêntrica seria dos Estados Unidos. Essa concepção multilateral é importante e a valorização da ONU dentro do direito internacional, dentro das relações internacionais. É importante a postura brasileira na OMC, a postura brasileira junto com o G-20 de não abrir mão dos produtos agrícolas que nos interessam. Essa postura para o multilateralismo do escopo global é fundamental. E, com isso, eu encerro. Muito obrigado.

Rogério Vieira Rodrigues – Moderador: Muito Obrigado. Professora Leila, por gentileza.

Leila Bijos – Universidade Católica de Brasília: Eu tenho uma pergunta do Diego Magalhães. Ele disse que gostaria de retomar o título da palestra e pergunta: *Quais são os novos paradigmas para as mulheres?*

Tenho também uma pergunta do Michael Pedroso, do Departamento de Polícia Federal. Analisando que é verdade que as mulheres são preteridas de grande parte das áreas de atuação profissional, contudo, no

caso de inserção na política, é sempre necessário um “padrinho”. Ele acha que se precisa de um “padrinho” em todas as áreas. Vamos comentar isso.

O Rosilei, da Secretaria de Políticas para Mulheres, pergunta como está o processo de reflexão e autocritica das políticas para as mulheres, e essa relação com o caráter reproduutor das idéias machistas e discriminatórias das ocupações ditas inferiores, principalmente, no ambiente de trabalho.

A Luíza, do Curso de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, pergunta como a perspectiva feminina alteraria a visão histórica das relações internacionais, comparada com o modo como vemos essa história hoje.

Começando com a Luíza, a mulher fez a sua história, ela mudou, ela está batalhando, ela está se inserindo. Nós temos mulheres cientistas, mulheres pesquisadoras, todas elas inseridas num contexto acadêmico, num contexto profissional de altos postos. Os postos de alto comando, realmente, são difíceis, é preciso lutar, mesmo no Ministério das Relações Exteriores que é uma carreira diplomática, as mulheres têm que fazer o que me perguntavam aqui, as suas redes. As nossas redes têm que ser ampliadas todos os dias, todos os dias nós precisamos de novos contatos. E, uma rede é um conjunto ou um grupo protegendo o outro. Eu digo em relação aos cargos inferiores, aos salários diferenciados, e, também, em algumas discriminações em algumas escolas, principalmente, nas escolas militares, é difícil, alguns não aceitam mulheres. A Escola Naval não aceita mulher, não tem um curso, nós não vemos alunas lá. Nas outras categorias, nós verificamos que tem mulheres nos postos número um de carreira. Então, nós temos que quebrar os paradigmas. Nós não temos que “dar uma de coitadinho”, não tem tempo, e nem ficar priorizando as nossas coisas pessoais. Nós temos uma vida particular, uma vida com os filhos, com a família, nós temos uma vida social, mas, nós temos que priorizar a nossa formação educacional, a nossa formação acadêmica.

Eu acho que esse desenvolvimento, esses padrões, ou essas correntes, só vão ser quebradas a partir do momento em que nós lutarmos por elas.

É muito desagradável eu chegar numa repartição pública e ver alunas com curso superior, e que já estão inseridas no Mestrado, quando, no Japão, dá 5 horas da tarde, elas estão, praticamente, ajoelhadas ao pé do chefe para servir o cházinho. É certo que nós temos que manter a nossa feminilidade, nós somos ternas com a nossa família, com os nossos filhos, com os nossos alunos. Mas, nós não precisamos, também, ter um comportamento machista. Nós temos que ter um equilíbrio profissional, sermos consideradas também para participar das reuniões. Há uma semana atrás, uma técnica me disse: “Eu fui ao Japão representando o Governo Brasileiro e, quando os diretores viram que eu era uma mulher, não estenderam a mão para me cumprimentar”. E, isso nós vemos em quase todos os lugares do mundo. Nós temos que quebrar esse paradigma. Nós temos que ter essa entrada. Nós temos que mostrar que nós temos competência.

Eu sugiro àqueles que fazem as suas pesquisas que procurem os relatórios da SPM que são muito importantes. O relatório de progresso das mulheres, as mulheres no topo das carreiras. E, nos candidatarmos à política, a cobrarmos políticas públicas e sociais e aparecermos como pessoas inteligentes. Obrigada.

Rogério Vieira Rodrigues – Moderador: Senhoras e senhores, nós encerramos a nossa Sexta e Última Rodada de Mesas Paralelas sobre o tema “Relações Internacionais”. Agradecendo a presença dos palestrantes e de todos os senhores que, com suas presenças, abrilhantaram esse evento. Gostaria de passar às mãos dos nossos palestrantes os respectivos Certificados de Participação e lembrar que, em seguida, teremos uma conferência intitulada “Inserção do Brasil no Mundo e a Segurança Nacional”, que será proferida pelo Excelentíssimo Senador Aloizio Mercadante às 14h00. Obrigado a todos pela participação.



MESA 3.6 CIÊNCIA E TECNOLOGIA: MEIO AMBIENTE

Biodiversidade: Patrimônio Genético

Luiz Antônio de Oliveira
Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

Monitoramento dos Embates Ambientais na Ocupação Territorial

Evaristo Eduardo de Miranda
EMBRAPA

Águas Internacionais, Internas e Oceânicas

José Galizia Tundisi
Instituto Internacional de Ecologia

Biodiversidade: Patrimônio Genético

Silmara Ramos – Moderadora: Bom dia, senhoras e senhores. Convidamos os seguintes palestrantes para tomarem assento à mesa: o Senhor Luiz Antônio de Oliveira, Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA; o Senhor Evaristo Eduardo de Miranda, Chefe Geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Monitoramento por Satélite; e o Senhor José Galizia Tundisi, Presidente Honorário e Pesquisador do Instituto Internacional de Ecologia.

Os palestrantes terão vinte minutos, cada um, para a sua apresentação e, na seqüência, nós teremos trinta minutos para as perguntas. Eu solicito que as perguntas sejam feitas por escrito e que indiquem para quem é a pergunta, quem está perguntando e o seu órgão de origem.

Iniciando as apresentações, convidamos o Senhor Luiz Antônio de Oliveira para proferir a sua palestra intitulada “Biodiversidade: Patrimônio Genético”.

Luiz Antônio de Oliveira - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia: Bom dia a todos. É uma satisfação muito grande estar aqui com vocês e muito obrigado pelo convite da organização.

Quando nós falamos em biodiversidade, pensando em recursos genéticos, nós temos que pensar no uso econômico sustentável daquilo que temos de biomas em nosso país. Eu não vou fazer uma abordagem daqueles conhecimentos clássicos da biodiversidade e do patrimônio genético porque eu acho que, num evento estratégico como esse, é importante, talvez, alguma coisa mais de reflexão, de mudança de paradigmas para o futuro do nosso país e até pensando do planeta.

Então, eu vou apresentar alguma coisa de biodiversidade, principalmente, da Amazônia, onde nós temos mais conhecimento e também porque é o maior bioma do nosso planeta, que tem maior biodiversidade e tem uma importância estratégica muito grande. Então, eu vou falar alguma coisa em relação à biodiversidade da Amazônia, mas vou dar mais enfoque de paradigma, de reflexão, principalmente, no final da apresentação.

Quando nós falamos em biodiversidade, nós temos em nosso país, seis grandes biomas:

Bioma AMAZÔNIA:	49,29%
Bioma CERRADO:	23,92%
Bioma MATA ATLÂNTICA:	13,04%
Bioma CAATINGA:	9,92%
Bioma PAMPA:	2,07%
Bioma PANTANAL:	1,76%

Acontece que uma boa parte desse bioma já foi desmatado. No caso da Amazônia, um pouquinho mais de 16% já foi desmatado; no caso do Cerrado, 80% já foi desmatado. Só 20% daquela mata original se encontram, hoje, de certa forma ainda natural; no caso da Mata Atlântica, 93% já foi destruída: e eu não consegui encontrar informações em relação aos outros três biomas.

Essa área um pouco mais clara significa que a área já é antropizada. Ela tem uma ação de área de tensão antrópica, então, dá para ver que, em boa parte dos nossos biomas, já está havendo uma ação antrópica muito forte, o que faz com que a nossa biodiversidade tende a diminuir, tende a desaparecer em alguns casos e é claro que isso afeta o nosso patrimônio genético. Então, é essa uma preocupação que nós temos que ter, buscando, realmente, manter aquilo que ainda está intacto para podermos utilizar no futuro, conhecer melhor e depois usar de uma forma sustentável.

Nós temos aqui a porcentagem dos biomas continentais brasileiros que ainda estão intactos. O que é que nós devemos usar como patrimônio genético? É claro que é aquilo que ainda está intacto, ou seja, 84% da Amazônia, 20% do Cerrado e 7% da Mata Atlântica. Como converter

esses biomas em patrimônio genético? Converter em patrimônio genético significa usar de uma forma sustentável e econômica para que tragam usufruto para a nossa sociedade como um todo. Então, preservando e conservando as suas biodiversidades. Evidentemente, nós precisamos ter uma legislação forte, consolidada, acompanhada também de uma fiscalização eficaz. A palavra eficaz, realmente, é mais adequada e não eficiente, mas é muito difícil conseguir isso. Temos que conhecer adequadamente a sua biodiversidade e é aí que entram as tecnologias. Nós precisamos conhecer para saber como utilizar. Precisamos conhecer para sabermos até quando preservar e como conservar. Sem conhecer, nós podemos eliminar alguma planta ou algum animal que tem o valor fantástico lá no futuro, mas que nós desconhecemos e acabamos considerando como uma “erva daninha”, como é o caso da tiririca, que eu vou mencionar aqui.

O jeito de conservar essa biodiversidade é criando áreas protegidas. Eu não sei se dá para ver bem esse mapa, as áreas protegidas são muito pequenas. A maior parte está na Amazônia, então, a porcentagem de área protegida é muito pequena ainda. É claro que temos que ter consciência que temos que criar mais áreas protegidas, fazer um rezoneamento ecológico e econômico mais apropriado, para saber quais são as afinidades e quais são as características desejáveis para se preservar no nosso país.

A perda de patrimônio genético é causada pelo desmatamento e pela biopirataria. Ou você perde destruindo, ou você perde porque uma empresa estrangeira pega uma planta, extrai o princípio ativo, patenteia e depois nós pagamos *royalties* para aquele material que, originalmente, era nosso. Então, de certa forma, isso é perda de patrimônio genético para outros países. Com relação ao desmatamento, nós precisávamos ter uma certa eficácia em legislação e fiscalização. Se a fiscalização e a legislação impedem até o desmatamento que é visível até por satélite, como é que nós vamos conseguir preservar esse patrimônio genético? É muito complicado.

Um problema que nós enfrentamos é que a legislação e a fiscalização são insuficientes. Não tem como elas, por si próprias, resolverem o problema de nós mantermos o nosso patrimônio genético. A primeira

dificuldade é a grande extensão territorial. Há uma grande dificuldade de fiscalização devido à quantidade de fiscais. A legislação até que está boa, mas a quantidade de fiscais, o preparo dos fiscais e a grande extensão territorial impedem que essa fiscalização atue de uma forma, realmente, ideal.

Outro problema também é que os biopiratas profissionais dificilmente são pegos. Pegaram um alemão que estava carregando um punhado de aranhas. De vez em quando, eles pegam alguém desse tipo, mas são amadores. O indivíduo que entende mesmo, o especialista, consegue carregar milhares de aranhas numa mala e o fiscal abre a mala e não consegue achar nenhuma. Então, o especialista, o biopirata profissional passa facilmente em qualquer fiscalização. Não tem como evitar isso daí.

Outra dificuldade é que a Amazônia, que é o principal bioma do Brasil, com o maior potencial biotecnológico e biogenético, não é só brasileira. Mesmo que a legislação e a fiscalização sejam 100% eficazes, o biopirata não entra no Brasil, mas consegue pegar esse material na Venezuela, na Colômbia, no Peru ou na Guiana. Então, não tem como evitar a perda do nosso patrimônio genético pela biopirataria. Eles conseguem realmente fazer isso. E é claro que as fronteiras só existem para o homem moderno. Só para vocês visualizarem a Amazônia, uma parte da Amazônia está no Peru, outra na Bolívia, Colômbia e etc. Então, nós temos que usar o nosso patrimônio genético de uma forma mais adequada e a legislação tem que ser aprimorada porque, da maneira como está, ela acaba sendo um estrangulamento para os pesquisadores. Infelizmente, ela deveria ajudar ao país, mas a situação atual é que ela está causando estrangulamento. Se eu tiver que coletar um material genético numa propriedade, a legislação me obriga a encontrar o verdadeiro dono daquela propriedade. Só na Amazônia, há áreas que têm sete donos que são oficiais de um só pedaço de terra. Então, o que acontece? Nós, pesquisadores, temos que limitar as coletas em áreas que realmente são governamentais. É claro que eu não consigo ter acesso pela legislação a tudo o que eu poderia coletar de uma forma um pouco mais aberta. Então, isso está criando certo estrangulamento e a legislação tem que ser aprimorada nesse sentido.

Como é que nós podemos evitar a biopirataria e o tráfico de animais silvestres na Amazônia e também no país? Não tem outro jeito a não ser gerar, patentear e comercializar os bioproductos antes dos estrangeiros. Temos que produzir, em larga escala, animais, plantas, insetos, etc., de interesse nacional ou internacional, com o objetivo de comercializá-los. Como? Usando a ciência e a tecnologia de forma massiva e intensiva, e com muito investimento, para que consigamos realizar pesquisas de forma intensa e consistente para o conhecimento da biodiversidade nacional. Alguns países estão fazendo isso, criando em cativeiro peixes, papagaios etc., com preços mais competitivos do que os pirateados daqui, mais adaptados ao cativeiro. Ou seja, eles estão preenchendo um mercado que deveria ser o nosso. Nós temos que entrar nesse mercado de uma forma inteligente, criando essas espécies em cativeiro, de forma realmente consistente, consolidada, por meio do conhecimento científico.

Aqui temos algumas soluções para evitar a biopirataria e manter nossos recursos genéticos:

- Pesquisas visando conhecer adequadamente nossos ecossistemas e nossa biodiversidade;
- Identificar princípios ativos de nutrição e fatores que favorecem e prejudicam o crescimento de cada espécie para que possamos produzi-las em escala comercial;
- Conhecer os nichos, hábitos alimentares e condições adequadas para procriação de espécies, como, por exemplo, o Peixe-Boi. O INPAR é a instituição pioneira na criação de Peixe-Boi em cativeiro. Ele só conseguiu resolver o problema de procriação quando adequou mais a alimentação, colocando mais cálcio na alimentação em cativeiro. São pequenos detalhes, às vezes, que determinam o sucesso ou o fracasso da procriação em cativeiro. Nós temos que conhecer esses detalhes.

No caso da Amazônia, pegando o nosso grande bioma. A Zona Franca de Manaus deveria ser parte dos incentivos fiscais voltado para a ciência e a tecnologia. A Universidade da Amazônia é a mais antiga do país e, se nós estivéssemos canalizando parte desses incentivos fiscais para consolidar as instituições regionais, a Universidade e o INPAR, hoje, estariam gerando bioproductos fantásticos. Infelizmente, um grande erro

do modelo da Zona Franca de Manaus foi não canalizar parte de incentivos fiscais para a ciência e a tecnologia. Historicamente, só 1% dos recursos nacionais destinados à pesquisa foram para a região norte. As coisas melhoraram agora, com os fundos setoriais, e também com o direcionamento de recursos para a região norte, nordeste e, às vezes, centro-oeste, o que faz com que haja mais investimento em pesquisa nessas regiões. Então, o modelo da Zona Franca de Manaus é quase perfeito, exceto por não impor parte da isenção fiscal para financiar pesquisas e consolidar as instituições regionais.

Nós temos um estrangulamento ainda. Nós temos cerca de três mil doutores na região, com idade média avançada e que, muitas vezes, estão envolvidos em atividades administrativas e isso gera uma limitação na atividade da pesquisa. Nós precisamos ter, pelo menos, dez mil doutores para pesquisa. Só fazendo uma comparação, a Universidade da Flórida, que é uma cidade nos Estados Unidos com oitenta mil habitantes, tem muito mais doutores atuando em pesquisa do que toda a Amazônia Brasileira. Então, isso tem que ser revertido. Precisamos contratar massivamente, investir em recursos humanos para que nós possamos, de fato, conhecer os nós da nossa biodiversidade e transformá-la, de fato, em patrimônio genético. Aqui dá uma idéia da situação das Universidades Federais. Vocês podem ver que menos de 1,5% dos cursos de pós-graduação do país estão na Amazônia e isso também tem que ser revertido.

Quando se fala em desmatamento, fala-se em flora e mudanças climáticas, mas pouco se fala da fauna. E o efeito na fauna? E o efeito na microfauna? Eu sou microbiólogo, então, a microfauna, o microbiota, realmente, tem um valor fantástico de mercado ainda futuro, que é desconhecido. É claro que tudo isso também é afetado pelo desmatamento. No caso da fauna, há um importante efeito dispersor de sementes e na cadeia alimentar. No caso da microfauna, nós temos um papel muito grande na ciclagem de nutrientes. A floresta amazônica depende da microfauna para poder reciclar seus nutrientes e ela também participa do controle biológico e enzimas, que é uma coisa de que, praticamente, ninguém fala. Os microorganismos são, realmente, muito importantes em termos de enzimas. Só para vocês terem uma idéia, 99% dos nutrientes são reciclados no meio ambiente, na floresta. Isso significa

a conversão de toda a biomassa em CO² e água e, para que isso aconteça, tem que ter enzimas específicas para cada componente vegetal. A celulose lignina é constituinte em todos os vegetais. No caso da região amazônica, há 16% das espécies vegetais no planeta, o que significa 75.000 espécies. Se cada planta tiver um componente único que a justifique por ser uma espécie única, teoricamente, nós temos 75.000 enzimas lá, ou seja, microorganismos atuando sob essas plantas. Nós conhecemos, hoje, apenas, 1.500 enzimas. Portanto, se temos 75.000 enzimas, vejam o potencial enzimático desconhecido que podemos encontrar na Amazônia. Qual o valor disso? Só as lítases têm um mercado de cerca de 450 milhões de dólares por ano.

Qual o valor de mercado da microbiota e enzimas desconhecidas que podem estar na Amazônia e em outros biomas brasileiros? Não sabemos. Elas talvez valham 1 trilhão de dólares por ano? 2 trilhões de dólares por ano? É uma coisa para nós refletirmos.

Aqui, temos os microorganismos. A diversidade e quantidade dos microorganismos no solo dependem de fatores bióticos e abióticos. Quando você derruba uma floresta, você tem uma alta diversidade de material orgânico, você aumenta a temperatura e você muda tudo. É claro que os microorganismos também sofrem com essa mudança climática e da vegetação. Tirar uma vegetação e colocar outra significa também mexer com o microorganismo do solo.

Aqui mostra a floresta, onde a variação de temperatura é de 21° a 26°, sendo que, em uma área desmatada, a temperatura vai acima de 45° graus chegando até 60°. Isso significa então, um impacto muito grande na microflora, provocando a destruição de enzimas totalmente desconhecidas, o que pode gerar muito mais do que o desmatamento e produtos agronômicos.

O pessoal fala muito de recursos genéticos e as chamadas “ervas daninhas”. Muitos dizem que as ervas daninhas devem ser eliminadas. O Lacre, por exemplo, é uma planta considerada uma “erva daninha invasora”. Ela criou um ambiente aqui de evitar impacto de insolação, de tempo de erosão, numa área cultivada totalmente descoberta, em que, a temperatura pode ficar alta por vários meses, até que essas plantas se

desenvolvam e cubram totalmente o solo. Então, essas altas temperaturas podem ficar por meses ali, afetando o solo, etc.

As “ervas daninhas” protegem o solo e nutrem a microbiota, então, elas favorecem a manutenção de microorganismos para proteger o solo contra altas temperaturas. Elas têm um papel muito importante. Nós temos que pensar e conhecer as plantas daninhas porque elas podem ter valor de mercado. No próximo slide, temos a quebra-pedra e a tiririca, que são considerados “ervas daninhas”. A tiririca é um flagelo da agricultura. Acontece que já existe patente reconhecida com essas duas espécies. Eles estão entrando com o novo processo de patente de um bioproduto, que é a tiririca. A tiririca, hoje, ainda não é considerada uma planta de valor econômico, mas ela tem um potencial econômico que pode fazer com que o quilo da tiririca valha cem vezes mais do que o quilo de grão de soja, de milho e etc. É uma questão de saber usá-la e não destruí-la.

O grande problema que nós temos é que, para conhecer qualquer bioma, nós temos que envolver o homem. Então, temos que investir na socialização do conhecimento. A socialização do conhecimento permite à sociedade saber qual o valor estimado da biodiversidade e quais os meios adequados para conservá-la e usá-la de forma sustentável.

Qual é a situação atual da Amazônia? Os produtores rurais desconhecem principais pragas e doenças de suas culturas; melhores sistemas de manejos, etc. Lá na Amazônia, nós temos, por exemplo, o Camu-Camu, Mapati e Sapota, que são três frutas de potencial já conhecido, só que as pessoas não conhecem. Você consegue tomar suco de acerola, mas o garçom não sabe o que é Camu-Camu. Isso é uma coisa ridícula e que demonstra uma grande falta de conhecimento. A mandioca é a mais conhecida, mais cultivada, mas também dá menor retorno financeiro, então, nós temos que aprender a conhecer o valor para poder ter alternativa de uso.

Aqui é o caso de Barreirinha, onde há mais de 3 milhões de árvores de babaçu, com uma média de cem quilos de fruto por árvore, por ano, sendo que 100% é perdido. É um potencial fantástico, babaçu é bem conhecido, mas é 100% jogado fora. Às vezes, nós conhecemos, mas não aproveitamos.

Se você consegue conhecer a biodiversidade você consegue achar novas alternativas de uso. Cores vivas significam, geralmente, toxinas, e toxinas podem ser veneno em alta dosagem, mas também podem ser um medicamento de alto valor, quando você tem uma concentração mais adequada e o uso mais adequado. O Botox é um caso clássico. A toxina botulínica é muito potente mesmo, há botox aqui que você paga até mil reais na aplicação.

O caso da alternativa de uso. Quando começou a aparecer a broca do cupuaçu, já que a polpa não dava para comercializar, o pessoal começou a usar a semente para a extração desse óleo aqui que tem um valor de cosmético muito grande. Estavam jogando a semente fora e depois começaram a comercializar o óleo e o preço da semente de cupuaçu passou a cento e trinta reais o litro. Então, isso mostra que você conhecendo você pode fazer o melhor uso.

A quantidade da biodiversidade usada economicamente é muito pequena, é de 5% a 7% da flora mundial. Apenas 5% da flora mundial já foi estudada para identificar seu valor farmacológico potencial e precisamos conhecer os outros 95%.

A outra coisa é o conhecimento tradicional. Segundo o Jardim Botânico de Nova York, a utilização de C&T aumenta a eficiência da seleção de plantas em busca de suas propriedades médicas em mais de 400%. Dos 120 componentes ativos isolados de plantas e usados pela medicina, 74% apresentam uma correlação positiva entre o uso terapêutico moderno e uso tradicional. As indústrias confirmaram que, de fato, tinham um princípio ativo por trás disso e estavam ganhando anos e milhões de dólares em pesquisa e conhecimento tradicional. É por isso que tem que envolver a comunidade de um modo geral no conhecimento científico.

Só para dar uma idéia da biodiversidade da Amazônia. Aqui nós temos os recursos florestais. Essa frase aqui ainda é atual, mas foi dita por Platão há 400 anos AC: “*A retirada da madeira das florestas sem a necessária reposição das árvores é uma catástrofe*” (Platão, 400 AC). Então, até hoje, nós não aprendemos a lidar com isso, lamentavelmente. Aqui temos uma idéia da biodiversidade da Amazônia:

1. Recursos Florestais: madeiras e não-madeireiros;

2. Recursos Agronômicos: frutíferos, animais;
3. Recursos Pesqueiros: ornamentais, produto principal, produto agregado;
4. Outros Recursos Biológicos: insetos, microrganismos, animais, floresta produtiva.

Eu queria dizer para vocês que ninguém se apaixona por uma pessoa que não conhece. O único jeito de você se apaixonar por alguma coisa na vida é você conhecendo. Eu cheguei à Amazônia como agrônomo e, na minha época, era desmatar, botar o gado e ponto final. Hoje, eu conheço a Amazônia, trinta anos depois e eu penso totalmente diferente. Então, nós precisamos conhecer toda a nossa biodiversidade para saber amá-la e aproveitá-la de uma forma mais consistente. Não conhecendo, nós destruímos, e destruindo, nós podemos estar destruindo um potencial fantástico lá no futuro.

Esse é o último slide. A tiririca, então, só para lembrar, de flagelo da agricultura, hoje, nós já sabemos que ela tem, sim, valor de mercado econômico mundial. Isso daí vai, agora, intensificar cada vez mais e vai ter o dia que o pessoal vai preferir plantar tiririca em vez de plantar soja. Então, em vez de controlar a tiririca que está dando bem, vamos cultivar, em vez de plantar a soja. Nós temos que enxergar a nossa biodiversidade desse jeito, com “outros olhos”. Conhecendo de uma forma adequada, consistente para aproveitar melhor esse potencial.

A falta de conhecimento, a ignorância, em termos de conhecimento, é que vem destruindo o nosso planeta. Quando se fala em mudanças climáticas não tem como separar mudança climática da biodiversidade e recursos genéticos. Já destruímos muito da nossa biodiversidade. Nós não sabemos qual é o próximo passo, se nós já estamos numa fase irreversível. Nós temos que lembrar que nós fazemos parte, também, dessa biodiversidade e que nós somos muito sensíveis a essas mudanças climáticas. Quando você tem uma mudança drástica no meio ambiente, aquelas espécies que têm o tempo de geração mais curto é que se adaptam melhor. Isso significa que uma bactéria que tem o tempo de geração de vinte minutos se adapta melhor do que um inseto que tem duas semanas, um animal de três meses, e o homem cuja adaptação seria de vinte anos. Certo? Mais ou menos, esse seria o tempo de

geração dos seres humanos, hoje. E se nós analisarmos a destruição do nosso planeta, ela ocorreu nos últimos cinqüenta anos, ou em duas gerações e meia apenas, nós já mudamos, drasticamente, o nosso planeta. Qual é a capacidade de nós nos adaptarmos a uma mudança mais drástica do meio ambiente, com essas mudanças climáticas? É muito menor do que um rato, do que uma barata e etc. Nós corremos o risco de desaparecer do planeta se nós não tomarmos cuidado, deixando de fazer parte da biodiversidade, de recursos genéticos e deixando-os para os ratos e baratas. Nós temos, realmente, que ter uma consciência do nosso papel no planeta. Precisamos, sim, conhecer mais a nossa biodiversidade, investir muito na educação, na pesquisa, no conhecimento para que todo esse patrimônio genético sirva, sim, para a sociedade e não seja destruído e, podendo, então, causar um impacto tremendo no nosso planeta e até colocando em risco a nossa sobrevivência. Eu queria lembrá-los que os dinossauros dominaram a terra por 30 milhões de anos e desapareceram. O impacto que nós geramos, então, em duas gerações e meia, já está chegando numa fase que pode ser irreversível. Nós temos que repensar isso daí.

Bom, basicamente, era isso que eu queria falar. A mensagem está dada. Muito obrigado.

Silmara Ramos – Moderadora: Agradecemos a palestra do Dr. Luiz Antônio de Oliveira e, dando prosseguimento aos trabalhos dessa manhã, convidamos o Senhor Evaristo Eduardo de Miranda para proferir a sua palestra sobre o tema “Monitoramento dos Embates Ambientais na Ocupação Territorial”.

Monitoramento dos Embates Ambientais na Ocupação Territorial

Evaristo Eduardo de Miranda – EMBRAPA: Bom dia a todos. Eu queria agradecer esse convite e essa oportunidade de estar com os senhores e agradecer particularmente ao Gabinete de Segurança Institucional pela atenção que teve conosco, da EMBRAPA, e tudo que fizeram para garantir a nossa participação nesse evento.

Eu dirijo um Centro Nacional de Pesquisas de Monitoramento por Satélite, da EMBRAPA, que fica em Campinas e que faz o monitoramento do Brasil por satélite. Eu vou abordar um pouco essa questão dos embates territoriais na ocupação do nosso território. Esse Centro, localizado em Campinas, tem por missão monitorar o uso e ocupação das terras do Brasil e, sobretudo, apoiar a governança territorial. Hoje nós dispomos de uma grande quantidade de satélites em volta do planeta. Nos últimos dez ou quinze anos houve uma privatização do espaço, como ocorreu com a telefonia e com a energia. Hoje a maioria dos satélites é toda privada. As empresas privadas lançam satélites quase que mensalmente. Na semana passada, foi lançado um satélite com 40 centímetros de resolução. Os preços das imagens ficaram muito baratos, o acesso às imagens é extraordinário e, hoje, você trabalha sem muita dificuldade com uma resolução de um metro sobre todo o território nacional e até mais se for necessário.

Essas imagens não são só fotografias, é RGB, como nós vemos no “Google”, são imagens mesmo que trabalham em várias bandas. Aqui nós estamos vendo, em infravermelho, pivôs de irrigação no nordeste. Nós podemos ver a eficiência da irrigação, o que está acontecendo, se foi arado o pivô, se não foi, se está plantado, se está solo nu e etc. Evidentemente, serve para acompanhar o desenvolvimento urbano do

Brasil e é uma grande ferramenta para monitorar áreas isoladas do Brasil, sobretudo, a Amazônia. Então, nós temos hoje um grande conjunto de instituições que trabalham por satélites. Eu diria que nós temos uns duzentos satélites, mais ou menos, de interesse para monitoramento territorial, sendo que, em pelo menos 40 deles, a EMBRAPA trabalha de uma maneira bastante intensa. Esses recursos, hoje, permitem acompanhar também toda a infra-estrutura ligada à ocupação territorial, como fábricas, silos, estradas etc.

Em relação aos embates ambientais, eu acho que nós temos três grandes universos em que eles ocorrem: industrial/urbano, energético/minerador e agro/silvo/pastoril. No caso do sistema energético/minerador, por exemplo, como diria o Presidente Lula: “Um bagre pode criar muito problema para uma hidroelétrica”. No caso do sistema agro/silvo/pastoril, o impacto é menos crítico, mas muito difuso, muito amplo, principalmente, no caso da Amazônia.

Acho que em todos esses casos, nós deveríamos considerar três situações distintas:

- As áreas ainda preservadas, mas que são áreas que precisam de proteção, de zoneamento etc.
- As áreas de expansão ou de fronteira econômica exigem um outro tipo de gestão, outro tipo de política pública. O país dispõe de vários sistemas operacionais para monitorar a ocupação territorial, públicos e privados, nacionais, estaduais e locais. As ONGs têm uma atuação cada vez melhor e bem superior à do governo num monte de temas. Elas atuam em nível nacional, local e estadual.
- As áreas já ocupadas. O país tem um sistema importante, que é o Sistema DETER que detecta, precocemente, o desmatamento. O sistema opera diariamente e faz uma detecção primária de grandes desmatamentos. Por exemplo, se em uma área houve um desmatamento de mais de cinqüenta hectares, isso é detectado precocemente. Nós temos também o Projeto PRODES que, no caso da Amazônia, monitora com vários satélites também coordenados pelo INPE, Comissão de Meio Ambiente e etc. Nós somos um dos únicos países do mundo que monitoraram o seu desmatamento e isso contribuiu para que, nos últimos anos, houvesse um decréscimo

bastante importante. O SIVAM e o SIPAM também têm um sistema que qualifica o que está acontecendo. Aqui, por exemplo, é um trabalho deles que mostra mais de uma dezena de frentes de desmatamento diferentes, de natureza muito diferente na Amazônia, onde para cada uma você deveria ter, no fundo, uma política diferenciada.

No caso da agricultura, nós temos vários sistemas de gestão territorial e eu queria entrar um pouco nesse. O primeiro sistema que nós operamos há mais de quinze anos é um sistema de monitoramento de queimadas. Aqui, os senhores estão vendo as queimadas que ocorreram no Brasil no ano 2000. Aqui é a região que mais queimou esse roxo escuro e depois o roxo mais claro queimou bastante e depois o amarelo queimou pouco. Isso aqui é a situação em 2000. Isso aqui é 2006. Para onde vocês acham que está indo a agricultura brasileira? Ela não está indo em direção a Salvador, ela não está indo em direção a Vitória, nem do Rio de Janeiro. A agricultura brasileira marcha inexoravelmente para esta região. Olhem o deslocamento das queimadas na Amazônia em seis anos. Se nós olharmos com mais detalhe, por exemplo, só no centro-oeste nós vamos ver a mesma coisa, um deslocamento nítido das queimadas cada vez mais para o norte. Aqui vocês podem ver a redução das queimadas nas áreas onde se expande a agricultura moderna, sobretudo, a soja. Esse é um indicador interessante e que se detecta precocemente,

Nós temos vários embates ambientais. Um caso típico é o da pecuária. Nesse momento, a pecuária está em franca expansão nos seringais do Acre. Os seringueiros estão criando cada vez mais gado. O número de pastos que eles estão criando nas reservas é muito grande. A própria esposa do Chico Mendes, hoje, tem um número considerável de cabeças de gado.

Ou seja, nós podemos detectar precocemente muita coisa que está acontecendo no território e esses são os sistemas que a EMBRAPA opera. Aqui é o caso do monitoramento da agricultura no Acre. A expansão do agronegócio é razão de muitos embates territoriais. A soja começou a ser cultivada no Paraná e no Rio Grande do Sul, veio para São Paulo, seguiu ao longo das estradas até ao Mato Grosso. Aqui nessa foto do Mato Grosso do Sul, você vê aqui gado, aqui 30 metros de largura

de asfalto e 18 quilômetros de soja. É inacreditável o que essa cultura representa e aonde ela chegou. Tudo isso você tem que monitorar porque faz parte da nossa realidade. Nós temos um monitoramento grande dessas expansões. Isso está transformando muito a parte do Mato Grosso, onde a cultura da soja continuou se desenvolvendo cada vez mais.

Aqui são os municípios que têm o IDH mais alto de toda a Amazônia, onde a população tem maior renda, maior escolaridade e o melhor tratamento sanitário em todas essas cidades. E, hoje, ela chegou a Belém, chegou ao Pará, isso aqui é do lado de Marabá. Nós temos mais de dez variedades de soja desenvolvida pela pesquisa que funciona muito bem na linha do Equador. Hoje, essa soja se estende e essa é uma realidade e os produtores constroem infra-estruturas. Isso aqui é uma estradinha feita pelos produtores que não devem muito às estradas construídas pelo DNIT. Não é crítica, não. Enfim, os produtores mexem com a infra-estrutura e essa expansão ocorre em vários lugares do Brasil e gera vários embates ambientais. Um exemplo é o oeste da Bahia.

Aqui é um mapeamento que nós fizemos de 100 mil quilômetros quadrados na Bahia. Só para vocês terem uma idéia, aqui em vermelho, estão as áreas de soja, em 1988, e tinham seis pivôs de irrigação. Agora, 15 anos depois, já eram 561 pivôs de irrigação. Esses pivôs vão até à beirinha do barranco. Claro que isso gerou a construção de várias cidades, surgiram municípios e uma infra-estrutura muito grande, também são os IDHs mais altos da Bahia. E esses pivôs de irrigação que no começo estavam ligados à produção de soja, hoje em dia, eles não cultivam mais soja e sim café. Eles estão produzindo café de altíssima qualidade que é exportado etc. Isso criou conflito na gestão da água, criou impactos com pesticidas, com agrotóxicos nos rios etc.

Mas, os estados também têm o sistema de monitoramento. O estado do Mato Grosso tem feito um esforço muito grande de monitorar a progressão do agronegócio. Para vocês terem uma idéia, tudo o que está em amarelo aqui hoje é controlado, efetivamente, pelo estado, principalmente, as áreas cultivadas com soja, algodão e milho. O único estado que tem um sistema tão sofisticado de cadastro geocodificado de

milhares de propriedades rurais é o estado do Mato Grosso. É o estado que opera esse sistema e eles têm feito coisas muito interessantes.

Nós montamos sistemas que são operacionais para todas as culturas nos últimos quinze anos. Por exemplo, em 1990, a soja estava, basicamente, no sul do Brasil. Nós podemos ver, aqui, como a soja vai evoluindo e vai surgindo no oeste da Bahia, começa a aparecer no sul do Maranhão, consolida-se, aparece no Piauí e vai expandindo. Esse sistema está montado para todas as culturas. Na realidade, das 194 regiões que produziram soja em 1975, cinco microrregiões já respondem por $\frac{1}{4}$ da soja. Se nós pegarmos 10, 15 ou 16 microrregiões, nós já temos metade da produção de soja. Então, em termos de embate ambiental, é no monitoramento que nós temos que concentrar o nosso esforço.

Eu não vou entrar em detalhes, mas vou mostrar esse trabalho que nós temos feito. Nós temos todos esses dados e geramos o centro de gravidade da produção da soja e nós vemos como ele vai se deslocando em direção ao norte. Isso é previsível. Nesse contexto de embates ambientais entre uso, conservação, interesses econômicos, interesse sociais, o Brasil se tornou um país muito difícil de investir. E isso faz com que se acabe privilegiando quem tem menos compromisso com a sustentabilidade. Eu vou dar um exemplo. Apareceu um investidor estrangeiro querendo fazer um investimento importante no Maranhão. Ele sabia que a EMBRAPA tinha feito um mapa da previsão dos solos, então, ele foi-me perguntar onde estavam as melhores terras. Eu falei: “Eu posso lhe dizer, mas, antes de lhe dizer onde estão as melhores terras, o senhor precisa saber que o Maranhão está-se desenvolvendo muito e a agricultura no Maranhão está- se desenvolvendo. Nós precisamos saber em que bioma o senhor vai ficar porque, conforme o bioma, vai mudar muito o seu projeto. O senhor vai-se concentrar no bioma amazônico ou no bioma cerrado?”. Ele falou: “Ah! Então eu vou ficar no bioma cerrado porque é pertinho do limite aqui”.

Eu falei: “Não é uma boa idéia porque o limite não está bem traçado. Amanhã, eles refazem o limite e o senhor cai para o lado de lá e o senhor vai ter problema. Então, é melhor o senhor ficar meio longe. Além disso, o senhor precisa saber se o senhor não está dentro de uma área protegida porque $\frac{1}{4}$ do estado do Maranhão é de áreas protegidas.” “Ah! Bom então

eu vou ficar fora” Eu disse: “Sim, mas não pode ficar perto também, porque tem o zoneamento e tem uma legislação sobre isso”. “Ah! Bom”. Isso parece simples, mas, não é. Veja, por exemplo, a ferrovia de Carajás está aqui. Mas, hoje, frequentemente, esses índices podem parar a ferrovia e, neste momento a ferrovia está parada. As coisas no Brasil são complicadas. Teoricamente, eu posso investir em 67% de terras do Maranhão, só que o governador, por exemplo, só tem campo de ação sob 38% do território e o resto tem toda uma complexidade legislativa e, evidentemente, ele falou: “Agora o senhor pode me dizer se eu posso investir nesse restinho que sobrou?”. Eu disse: “Não, porque a terra já está ocupada no Maranhão e o senhor tem que saber se não é uma área do pequeno agricultor”. Evidentemente ele foi para Tocantins.

Eu queria concluir ressaltando que o ambiental dever ser entendido com a interação do ecológico, social e econômico. Só que para alcançarmos essa interação, precisamos de sistemas que integrem todas essas dimensões e simulem cenários.

Eu queria concluir aqui, mostrando um exemplo de sistema de gestão integrado, que permite simular conflitos territoriais e gerir conflitos que nós temos desenvolvido com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência. Esse sistema opera com ênfase na cana de açúcar, que tem uma área situada, sobretudo, no sudeste do Brasil, mas que cresce muito bem no Brasil inteiro. Nós temos cana de açúcar produzindo muito bem a 100 quilômetros de Manaus, fornecendo açúcar para todas as fábricas da coca-cola do Brasil, fornecendo açúcar a pouco mais de cem quilômetros de Manaus para as fábricas de coca cola da Ásia, e a coca-cola que se vai tomar nos jogos olímpicos, vocês podem ter certeza que será com o açúcar diretamente da Amazônia Brasileira, de Presidente Figueiredo. A cana está indo muito bem no Acre. O C3 e o C4 são dois mundos importantes. Essas usinas fazem parte de um cadastro. Esse cadastro está articulado com o Google e tem os cadastros das destilarias, detalhando quem está fazendo co-geração de energia e onde estão as redes. Se tudo isso expandir e nesse país abençoado por Deus, não tem problema nenhum, tem lugar para todo mundo e ninguém sobe em cima de ninguém. Potencialmente os conflitos são entre soja e cana, um pouco em Goiás, em Minas e em São Paulo.

Nós fizemos um estudo sobre uma região de 52 mil quilômetros, onde predominava o plantio de soja e milho. Vamos ver como está a cana hoje. A cana já está em 40% da área e continua se expandindo. Nós temos esses dados por satélite. Nós podemos calcular quanto um hectare de cana gera de emprego; quanto usa de agrotóxico; quanto usa de herbicida; quanto tem de fitomassa etc. Nós geramos mapas que mostram qual era o emprego que existia na região, qual era a renda bruta da região em 88 e qual é a renda agora, com essa mudança de uso das terras. E você pode simular a mesma coisa para outras regiões. Você tem o uso das terras mapeado por satélites e estima qual que seria essa mudança.

O que vai acontecer com os impostos? Aqui é o que aconteceu efetivamente. Você pode simular o que aconteceu com os empregos e o que aconteceu, por exemplo, com a biomassa. É impressionante, se nós pesássemos toda a vegetação que tinha nessa região de São Paulo em 88 dava 175 milhões de toneladas. Se você pesar hoje, dá 285 milhões de toneladas de fitomassa. Ou seja, essa expansão da cana retirou da atmosfera mais de 100 milhões de toneladas de carbono. Ela faz isso no primeiro ano que se instala como cana. É claro que todo ano é um ciclo, mas é interessante como isso está acontecendo no Brasil e isso é algo que tem que ser monitorado. Não digo que é bom nem que é ruim, mas nós temos que ser capazes de ter sistemas que simulem isso.

Eu creio que os embates ambientais, na ocupação territorial do Brasil, vão aumentar cada vez mais e vão ter uma influência estrangeira cada vez maior, como já é o caso. Os interlocutores na área ambientalista hoje são todos representantes de ONG internacionais. As nacionais, hoje, são ridículas, são muito pouco expressivas. Isso exige um comando supraministerial, não somente de um Ministério. Se nós deixarmos esse problema na “mão” do Ministério da Agricultura, não é uma boa idéia; no Ministério da Energia, também não é uma boa idéia; assim como não é uma boa idéia deixarmos isso a cargo do Ministério do Meio Ambiente ou do Ministério dos Transportes. Nós precisamos de sistemas que visualizem todas as interações entre essas diversas dimensões. É um pouco isso que nós temos desenvolvido com o Gabinete de Segurança Institucional. Eu acho que temos que continuar sabendo lidar com situações muito diferenciadas. Uma legislação de reserva legal para

coibir desmatamento em área preservada está muito bem. Agora, aplicar essa mesma legislação, que vale para o Acre, ou para o Maranhão, ou aplicar para o Tocantins, é completamente diferente. Qual a diferença do cerrado do Tocantins para o de Goiás? Nenhuma. As comunidades vegetais que há lá, também há aqui. A diferença é que um dia criaram esse estado e ele passou a integrar a Amazônia e ele caiu nessa lei. Agora essa diferença já é grande em relação ao Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul. Ou seja, nós temos uma legislação muito inadequada que gera mais problemas do que resolve. Isso está acontecendo em um monte de lugares. Na questão do reflorestamento isso é evidente. No Pólo de Paragominas, há 20 anos atrás, eles precisavam de carvão e esse carvão vinha da mata. Depois, foi desenvolvido um projeto para plantar o eucalipto. O eucalipto é mais rentável, mais barato do que o carvão que vem da mata e mais interessante porque é homogêneo calorificamente e etc. Só que, com a legislação atual, para alguém plantar 10.000 ou 20.000 hectares de eucalipto, ele tem que ter oitenta mil de reserva legal de floresta. Isso é absolutamente inviável. Então, as pessoas quase não plantam eucalipto e quem planta ainda continua cortando, mas com grandes problemas. Está voltando cada vez mais a exploração da mata porque é uma legislação que não favorece o reflorestamento e é um estado que tem uma situação histórica completamente diferente da situação de Rondônia, por exemplo. Então, nós temos hoje uma carência de ordenamento territorial muito grave. Aliás, acho que nunca na história nós tivemos com uma carência tão grande. Desde 1530, as Ordenações Manuelinas organizaram a ocupação do nosso território através das capitâncias. Se nós temos tanta mata, nós devemos isso à Coroa Portuguesa, que tomou medidas muito sérias de preservação ambiental ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII. Como disse o meu antecessor, o século XX é que foi o século do desmatamento, da destruição etc. Dom Pedro II plantou a Floresta da Tijuca, preocupou-se com as matas. Nós temos exemplos enormes de preservação ambiental no século XIX. O zoneamento para nós continua uma figura de ficção porque eles chegam depois para tentar regularizar uma situação que existe e não para planejar o futuro. A legislação é totalmente inadequada e continua sendo inadequada e nós queremos corrigir o mundo com a lei. Eu aprendi em Direito que lei é uso e costume e deve estar baseada na realidade. Se há a falta de integração em políticas públicas, por que ficar na mão só de uma perspectiva, seja da

agricultura, seja do meio ambiente, seja da energia e transporte? Você deve ter um bom zoneamento porque é um zoneamento que deixa todo mundo satisfeito. O índio fala: “Não é bem o que eu queria, mas vai”. A agricultura fala: “Não é bem o que eu queria, mas vai”. O meio ambiente fala: “Não é bem o que eu queria, mas vai”. Esse é o bom zoneamento, o que deixa todo mundo um pouco insatisfeito. Ao contrário, o zoneamento que deixa um satisfeito e cinqüenta insatisfeitos não vai funcionar nunca e não funciona mesmo.

Nós estamos em face de uma dinâmica econômica enorme, principalmente, na Amazônia, que é a região onde o PIB mais cresce nos últimos anos. Está crescendo 6% a 7% ao ano, há muitos anos. Hoje, a Amazônia já responde por quase 20% da produção de grãos do Brasil; tem a maior produtividade de soja do mundo, não só a maior do Brasil, a maior do mundo. Os rebanhos do Brasil, que estão fora da Amazônia, nos últimos dez anos cresceram 0,7% ao ano. No Acre, eles estão crescendo 12% ao ano; em Rondônia, estão crescendo 10%; no Mato Grosso, estão crescendo 8% a 9% etc. Não só naquelas pastagens lá no meio dos seringais em tudo quanto que é lugar.

Eu acho que nós temos uma multiplicidade de fatores muito grandes. Vocês sabem que nós somos os donos do suco de laranja. Na verdade, 75% da laranja no mundo nos pertence. Nós exportamos e temos até um “citroduto” em São Paulo. Além do oleoduto, do gasoduto, nós temos um “citroduto” por onde desce o suco de laranja concentrado. Precisa esmagar muita laranja para se ter um citroduto. E nós temos sistemas de monitoramento e bem sofisticados nessa área, o que faz com que esse mundo seja nosso. Vocês sabem que esse mundo do café é nosso, também não é? E nós temos sistemas de monitoramento para isso também. O mundo da carne agora é nosso, nós somos o maior exportador. E o mundo da soja também.

Então, o país tem que evoluir. É um esforço de todos que, certamente, deverá prosseguir porque esses embates têm que ser resolvidos com dados, face à realidade, não com ideologias, não com “a priori”, não com preconceitos. Mas com números, com ciência, com tecnologia, com objetividade e por etapas. Essa é a nossa tradição e nós não deveríamos nos distanciar dessa tradição porque, fora dela, eu acho que é o pior dos

mundos. Infelizmente, o pior dos mundos tem acontecido em muitos desses embates territoriais e eu não gostaria de estar dirigindo esse trem da Vale do Rio Doce em que, ontem, o pessoal começou a pôr fogo embaixo do trem com o maquinista lá dentro. Essas são situações que nós estamos vivendo. Muito obrigado pela atenção.

Silmara Ramos – Moderadora: Agradecemos a apresentação do Dr. Evaristo Miranda. Continuando os trabalhos, teremos a palestra do Senhor José Galizia Tundisi que abordará o tema “Águas Internacionais, Internas e Oceânicas”. Muito obrigado.

Águas Internacionais, Internas e Oceânicas

José Galizia Tundisi – Instituto Internacional de Ecologia: Primeiro, eu gostaria de agradecer ao Gabinete de Segurança Institucional por este convite que muito me honra. Evidentemente, eu vou falar sobre um assunto extremamente importante, do ponto de vista estratégico, que é a água. Nós sabemos que a água, tanto as águas interiores quanto as águas oceânicas e costeiras, têm uma importância estratégica fundamental. A água doce permeia todas as atividades humanas. Água doce é fundamental para o desenvolvimento econômico. Água de boa qualidade é fundamental para a manutenção da saúde humana e todo o conjunto de atividades da sociedade tem um impacto muito grande sobre os recursos hídricos, sejam eles superficiais ou subterrâneos.

Eu vou procurar mostrar de que forma o conhecimento que existe sobre a água no Brasil, tanto a quantidade quanto a qualidade, pode ser utilizado como uma fonte de projetos estratégicos e de melhorar a estratégia de gestão. O problema mundial da água não é um problema só de escassez, de poluição, ou contaminação. O problema mundial da água é um problema de gestão, e, portanto, nós temos que focar o processo de gestão baseado em conhecimento e com inovação, novas iniciativas para que possamos produzir sistemas de gestão, como disse o professor Miranda aqui, que sejam integradores e permitam projetar, a partir do conhecimento, o futuro.

Eu vou dar um foco muito grande em águas interiores mas, evidentemente, num país como o Brasil, é impossível deixar de falar não só das águas internacionais, das nossas bacias internacionais, mas também das águas oceânicas e costeiras que são patrimônios importantíssimos do Brasil, do ponto de vista ecológico, econômico e social.

Então, eu queria começar mostrando alguns slides que vão focar o problema da água dentro de um contexto mundial. A água tem um ciclo mundial e, evidentemente, eu preciso colocar esse contexto de água no ciclo mundial.

O “background” mundial mostra o crescimento populacional. Nós sabemos que o crescimento populacional, na projeção mais pessimista, eleva o conjunto da população para 12 bilhões, mas ela estará por volta de 9 bilhões de habitantes em 2050. Mais população significa mais uso de energia, mais uso de recursos hídricos, mais uso de alimentos e à medida que as populações vão sendo afluentes, elas começam a diversificar o seu uso de alimento. Ninguém vai comer só arroz e feijão se pode comprar queijo e vinho. Portanto, a diversificação da base alimentar é muito importante, porque isso vai demandar mais energia, vai demandar maior uso de recursos hídricos.

O próximo slide mostra que o problema não é só o crescimento populacional, mas é a concentração da população em grandes áreas urbanas. Nós vemos aqui uma foto noturna do nosso planeta. É uma foto desse último livro do Al Gore, dando a concentração da população em grandes áreas metropolitanas. Nós podemos ver que, na América do Sul, no Brasil, essa concentração da população em grandes regiões metropolitanas. Isso é uma imagem da iluminação das grandes cidades no planeta, mostrando essa concentração e, portanto, nós temos um problema que não é só o crescimento populacional, mas é a concentração da população em grandes áreas urbanas.

O Brasil, em 1945, tinha 30% da população na área urbana e 70% da população na área rural. Hoje, o Brasil tem 70% da população na área urbana e 30% na área rural. Evidentemente, a concentração de massas da população na área urbana incide sobre a disponibilidade de recursos hídricos e abastecimento, como eu vou mostrar.

O próximo slide mostra que os problemas relativos aos problemas de recursos hídricos apresentaram uma graduação que vai num período de aproximadamente 150 anos com, evidentemente, o maior aumento da incidência e da variabilidade das poluições e contaminações, a partir das ultimas décadas do século XX. Mas, se o problema era mais localizado e

era em menor intensidade na segunda metade do século XIX, no início da Revolução Industrial, ele passou por uma grande expansão e se transformou não só em um problema local, mas, um problema regional e agora, um problema global.

O próximo mostra a escala espacial temporal com relação aos recursos hídricos, o que ocorre, por exemplo, nas residências em termos de recursos hídricos, problemas relacionados, por exemplo, com o despejo de descargas de água que levam algumas horas. Depois, as águas subterrâneas, a água que vai para os municípios, rios, lagos, mares interiores e oceanos, ou seja, há uma escala temporal espacial que deve ser levada em conta e o transporte de substâncias e componentes dos recursos hídricos desde o sistema residencial até o sistema oceânico, inclusive, a atmosfera.

Aqui, uma visão dos impactos produzidos pelo homem nas diferentes bacias hidrográficas. Em vermelho, temos as áreas de maior impacto nas bacias hidrográficas. Nós vemos que, na América do Sul, há um grande volume de impactos, mas, em todos os países do planeta, em todos os continentes nós tivemos impactos que se caracterizaram pela apropriação dos recursos hídricos para a geração de energia, para irrigação, construção de canais, construção de represas que, evidentemente, incidiram sobre a quantidade de água, o ciclo hidrológico e, também, a qualidade desta água.

A disponibilidade de água. E, aqui um tanto importante com relação ao Brasil. Nós estamos sempre dizendo que o Brasil tem de 12% a 16% de água do planeta, isso, do ponto de vista estratégico, é uma realidade e extremamente importante. Só que nós temos que pensar que a distribuição da população e as atividades humanas, a distribuição dos recursos hídricos, é bem diferente. Um habitante da Amazônia tem à sua disposição 700 mil metros cúbicos de água por ano, enquanto que um habitante do estado de São Paulo tem à sua disposição 2.100 metros cúbicos de água por ano. Ou seja, nós temos uma área do Brasil, com menor disponibilidade de água, uma maior concentração de população e de atividades humanas, concentração industrial, atividades agrícolas. De modo que essa questão da disponibilidade de água no Brasil é uma questão estratégia e precisa ser considerada em função da poluição, da

contaminação, dos usos múltiplos, da distribuição da população e das atividades econômicas agrícolas e industriais.

Também é importante lembrar que quando se fala em disponibilidade de água, abastecimento e falta de água, não é só por escassez de água, mas água poluída é também falta de água. Se você não pode tratar a água porque o custo é muito elevado, essa água é indisponível. Por exemplo, na região metropolitana de São Paulo, existem 75 metros cúbicos por segundo de água à disposição da população para abastecimento, mas se geram 75 a 80 metros cúbicos por segundo de esgoto. Portanto, parte desse esgoto não pode ser utilizada, evidentemente para abastecimento, ou seja, há uma indisponibilidade de água relacionada, não só com a escassez e a quantidade, mas também com a poluição do sistema.

Um outro problema que é bastante preocupante, e que é algo acadêmico, mas que tem uma importância estratégica, é que os países desenvolvidos passaram por uma seqüência de problemas relacionados com a água. Como eu disse, isso começou por volta da metade do século XIX e atingiu seu pico nos últimos anos e nas últimas décadas do século XX. Mas esses países industrializados e desenvolvidos passaram por uma seqüência de problemas relativos aos recursos hídricos. Por exemplo, primeiro a poluição fecal, depois a poluição orgânica, salinização, poluição de metais, eutrofização, esses problemas foram sendo detectados ao longo de muitos anos e a academia teve tempo para preparar o conhecimento suficiente para resolvê-los.

Nos países em desenvolvimento, especialmente países emergentes como o Brasil, Índia, China e África do Sul, todo esse período de cento e cinqüenta anos ficou comprimido em algumas décadas e todos esses problemas de contaminação fecal, poluição orgânica, salinização, eutrofização, chuva ácida de resíduos e restos, está comprimido. Portanto, hoje, nós temos em muitos desses países uma pasta orgânica e inorgânica com altas temperaturas, alta radiação solar que não é bem conhecida do ponto de vista científico. Evidentemente, esse é um problema complexo com o qual nós temos que lidar tanto do ponto de vista acadêmico, mas também do ponto de vista de gestão. Um gerente de água da região metropolitana de São Paulo tem que lidar com esses

problemas, enquanto que um gerente de água da Amazônia tem que lidar com outros problemas, mas, seguramente, com um nível de contaminação e de diluição muito menor. Aqui, para resumir, nós mostramos o conjunto de problemas que nos afeta e que afeta o planeta em que, evidentemente, a água ocupa uma posição central.

Mudanças climáticas globais. Mudanças no uso do solo. Nós vimos aqui um conjunto enorme de mudanças ao longo do tempo do uso do solo. Isso tem um impacto importantíssimo nos recursos hídricos, tanto nas águas superficiais quanto nas águas subterrâneas. Além disso, as aglomerações urbanas, a depressão estratosférica de ozônio, uma toxificação da biosfera, que envolve a atmosfera, superfície, águas subterrâneas, invasão de espécies exóticas. Nós temos um exemplo claro aqui no Brasil de um molusco que foi introduzido na Bacia do Prata há cinco anos. Atualmente, após cinco anos, ele já está no Pantanal, subiu o Rio Paraná, está no Tietê, já deu um prejuízo de 1 bilhão de reais entupindo canos, entupindo turbinas etc. Isso é uma espécie exótica, é um grande problema mundial e o Brasil já está passando por isso.

Um aspecto importante com relação aos recursos hídricos são os serviços prestados pelos sistemas hídricos. Esse é um ponto estratégico. Quanto valem os serviços prestados pelos sistemas aquáticos, sejam eles rios, lagos, serviços de produção de alimento, água doce, abastecimento público, mesmo recursos genéticos? Serviço de regulação do clima, doenças, regulação e purificação da água e serviços culturais. Nós temos que agregar esse valor dos serviços dos ecossistemas e essa idéia do serviço do ecossistema às nossas análises estratégicas. Quanto vale, por exemplo, as vinte e três empresas de abastecimento público da região metropolitana de São Paulo em termos de abastecimento público ou recreação, turismo, pesca e também aspectos culturais e sociais?

O ciclo hidrossocial ao qual estão ligadas as populações que vivem à beira dos rios, represas, reservatórios, à beira dos recursos hídricos continentais e também dos recursos hídricos oceânicos, esse ciclo hidrossocial e o conhecimento desse ciclo têm um valor estratégico importantíssimo. Saber como é que funciona a relação das populações com a água; como é que elas extraem o seu alimento; como é que elas

extraem a sua cultura; qual é a relação cultural. Muitos desses processos têm sido muito interrompidos.

Eu venho de um estado que hoje não tem mais rios. É o estado de São Paulo. Hoje, só temos represas: Paranapanema, Tietê, Paraná. Rio Grande é uma grande represa. O ciclo hidrossocial foi completamente interrompido pela relação das pessoas com o rio e isso é um processo estratégico que precisa ser considerado.

Para resumir essa matriz de interdependências, clima, energia, água, produção de alimentos e biodiversidade estão interrelacionados. Eles estão sofrendo e sofrerão os impactos das mudanças globais e o processo de sustentabilidade depende da interação desses componentes, de como nós vamos lidar, a partir da inovação, com esses componentes que promovem a sustentabilidade.

Quais são os nossos desafios? São eles:

- Aumento da população e urbanização com pressões dos recursos hídricos, quantidade e qualidade;
- Aumento da escassez de água em certas regiões;
- Diminuição da qualidade de água e aumento da poluição, eutrofização e contaminação;
- Infra-estrutura pobre ou incompleta com perdas de água tratada, distribuição ineficiente de água, aumento dos custos do tratamento. Nós perdemos na água tratada, hoje, na distribuição da água tratada 30%, a média, mas, em Belém do Pará, outro dia eu aprendi que é 60%. Isso é dinheiro jogado fora. Dinheiro de água tratada que se perde na rede, por falta de infra-estrutura adequada;
- Aproximadamente 2 bilhões de pessoas não têm acesso à água e ao saneamento básico;
- Riscos devido às mudanças globais. Nós temos riscos grandes de água e problemas de saúde humana, devido às mudanças globais;
- Aumento da participação pública, educação para a população e governança da água. Nós temos enormes problemas de governança da água, que deve caminhar segundo todo o

processo mundial que está sendo desenvolvido. O Brasil tem uma legislação aprimoradíssima com relação aos recursos hídricos, especialmente, a questão da gestão por bacias. Tem que implementar essa gestão. Há um programa mundial, uma tendência mundial de descentralização da governança da água para as bacias hidrográficas com participação dos Comitês de Bacia, apoio da tecnologia local e regional, e, com isso, melhorar as condições de governança.

No Brasil, nós temos três pontos fundamentais: A disponibilidade hídrica e a qualidade dos recursos hídricos que embasam o desenvolvimento econômico social. A quantidade e a qualidade dos recursos hídricos e a compreensão do valor estratégico em nível federal, estadual e municipal. Tem que fazer os links entre o município e o sistema federal e o sistema estadual para poder entender o valor estratégico dessa água. Pequenos municípios do Brasil não têm uma visão estratégica do valor desse recurso a água, tanto do ponto de vista de água superficial quanto da água subterrânea, e a relação entre a organização territorial, análise de processo, tendências e perspectivas.

Eu gostaria de avançar e mostrar mais alguns slides que vão destacar alguns pontos estratégicos. Por exemplo, o Programa Nacional de recursos Hídricos mostrou a relação entre a demanda e a disponibilidade. Nós temos um bom banco de dados no Brasil, mas é preciso que esse banco de dados seja disponibilizado para resolver e implantar políticas públicas. Nesse banco de dados, aqui, nós vemos que há uma relação entre demanda e disponibilidade, uma boa relação ainda no centro-oeste e norte do país, mas há problemas preocupantes de disponibilidade e demanda já no sudeste do país e no nordeste do país.

Esse slide mostra um trabalho que foi feito por um hidroavião, no meu Instituto. Nós fizemos mil e duzentos pontos de coleta de água superficial no Brasil, analisamos e, aí, o resultado desse trabalho.

A questão das represas que é fundamental. Represas foram usadas no Brasil para a produção de energia. Hoje, nós temos 35.000 quilômetros quadrados de represas com aproximadamente 30.000 quilômetros de áreas represadas para hidroelétrica. Um outro problema estratégico é que

nós vamos ter que explorar o potencial hidroelétrico da Amazônia porque 70% da nossa matriz, hoje, depende da Amazônia, portanto, esse é outro aspecto que deve ser considerado. Ao construir uma represa se interrompe esse ciclo e, portanto, nós temos um problema estratégico de saber se nós vamos colocar represas em todos os rios da Amazônia e, portanto, perder o nosso patrimônio natural para a produção de energia elétrica e é uma decisão de estratégia de alto nível que deve ser tomada.

Aqui, alguns dos embates ambientais entre a geração de energia e abastecimento de água, poluição e contaminação.

Temos, ainda, a questão das bacias internacionais. As duas principais, a Bacia do Prata e a Bacia Amazônica, que têm que ser consideradas dentro desse contexto estratégico. A interdependência, por exemplo, da produção de energia, no caso da Bacia do Prata. A interdependência dos processos ecológicos, inclusive, da produção de energia, no caso da Bacia Amazônica, é outro aspecto estratégico do problema que tem que ser considerado.

A questão das regiões metropolitanas que devem ser consideradas dentro desse contexto é o crescimento de São Paulo de 1881 a 1995 que avançou para os mananciais. As grandes regiões metropolitanas do Brasil, especialmente as áreas peri-urbanas, têm um enorme problema de vulnerabilidade das populações com relação à qualidade e à quantidade dos recursos hídricos. Problema estratégico de altíssima importância do ponto de vista de gestão.

A transposição do São Francisco. A produção de alimentos relacionada com o ciclo da água. O Brasil, como nós vimos, é um dos grandes produtores mundiais de alimento. Em 2035 continuará sendo se, a nossa água virtual que é a água que se usa para a produção de alimentos na agricultura, for muito bem administrada. Nós poderemos ter vantagens competitivas importantíssimas na gestão da água para a agricultura nos próximos 25 anos.

A água virtual exportada pelo Brasil é muito grande. Volume de soja. Para produzir um tomate precisa de trinta litros de água. Então, todo o conjunto da produção agrícola no Brasil consome uma água e essa água é

exportada sob forma de água virtual para o exterior e, evidentemente, nós precisamos lidar com esse problema e, se quisermos manter as vantagens competitivas, temos que explorar mais a gestão da água na agricultura.

Nós temos 8.000 quilômetros de costa e, do ponto de vista estratégico há três pontos que eu gostaria de salientar: Primeiro, a grande concentração de estuários no Brasil e a importância desses estuários que despejam grande quantidade de matéria orgânica, porque grande parte da nossa população ainda está na costa, isso tem um impacto muito grande e muito sério sobre as nossas águas costeiras. Precisamos desenvolver e colocar mais instituições de pesquisa em oceanografia e águas estuarinas nas regiões estratégicas. Por exemplo, em Amapá, nós temos poucas instituições, poucos institutos, ainda, que se dedicam a pesquisas oceanográficas. O trabalho feito pela Marinha foi uma contribuição excepcional com o conhecimento do valor estratégico desses recursos marinhos. O Brasil precisa, com urgência, de um grande navio oceanográfico, que vá funcionar como uma plataforma permanente para desenvolver as pesquisas necessárias para melhor conhecimento do oceano.

Eu teria muito mais para falar. Peço desculpas por ter passado um pouquinho do tempo. Muito obrigado pela sua atenção.

Silmara Ramos – Moderadora: Agradecemos pela apresentação e vamos às perguntas.

Debate

Luiz Antônio de Oliveira – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia: A primeira pergunta é do Renato Castro da Universidade Federal da Bahia: *Qual é a sua opinião sobre o estado atual de irresponsabilidades governamentais e institucionais quanto à conservação in situ de recursos genéticos vegetais, como garantia futura de conservação e bioprospecção?*

Conservação *in situ* significa um investimento muito grande em recursos financeiros, humanos etc. Você tem que controlar praga, doença. Você tem que prever vários lugares pra colocar e diminuir risco. Só isso é insuficiente. Então, hoje, nós estamos trabalhando também com outra ferramenta que é a conservação *in situ*, dentro de propriedade, nas comunidades, estimulando o indivíduo a manter aquelas espécies. Com a técnica de biologia molecular, é possível você extrair DNA, conservar em condições controladas de laboratório. E esse DNA, no futuro, pode ser usado para fazer recombinações e manter a biodiversidade. Apenas a conservação *in situ*, eu acredito que seja insuficiente na maioria das espécies, principalmente, porque, em relação às muitas espécies das regiões tropicais, nós não sabemos a diversidade genética, a variação genética, então, isso é complicado. É uma ferramenta, mas que, por si só, pode não resolver. Então, nós temos a conservação *in situ* e também a biologia molecular.

A outra pergunta é do Carlos: *Comercializar a biodiversidade brasileira de forma considerada e inteligente não é a mesma coisa que doar o patrimônio genético, por razões econômicas e de baixo custo?*

De certa forma sim. Se nós soubermos comercializar, criamos mecanismos para que a biodiversidade seja comercializada de uma

forma inteligente. A finalidade do uso da biodiversidade é trazer esse benefício para a sociedade como um todo, a custo baixo. Por exemplo, se você tem um produto farmacêutico e governos do mundo inteiro estabelecem que a indústria farmacêutica deva ter um limite de retorno financeiro. Vamos imaginar de 15%, ou seja, 20%, às vezes, eles cobram 100%, 200%, é claro que esse medicamento vai para o comércio a um preço muito mais de alcance, principalmente, para as pessoas de baixa renda. Então, realmente, é uma coisa que vale a pena.

Eu tenho outras duas perguntas que dá par responder de uma vez só. A primeira é de Marcondes Cantarelli. A pergunta é a seguinte: *O maior investimento no combate ao desmatamento da Amazônia é do governo alemão, num percentual de 75%. Depois, temos 15% de investimento por parte das ONG e doadores privados e apenas 10% do Estado Brasileiro. Como é que nós poderíamos combater a biopirataria? O que existe por parte do Estado Brasileiro no combate à pirataria e de incentivo ao desenvolvimento das indústrias farmacoquímicas nacionais?*

E a outra pergunta é da Priscila Oliveira: *O encaminhamento e regulamentação internacional de acesso a recursos genéticos tende a propiciar a conservação ambiental e a efetiva garantia dos interesses dos países megadiversos?*

A preservação da Amazônia é de interesse mundial, não só pelo aspecto de equilíbrio do clima, mas devido ao alto potencial conhecido da biodiversidade. Uma vez que existe esse potencial, o primeiro passo que você tem para conseguir adquirir o produto é você conservar. Você tem que ter a planta, o animal, seja o que for, presente na natureza. Então, a preservação é o primeiro passo. Isso não garante que nós vamos ter posse disso. Então, se nós não gerarmos o bioproduto antes dos estrangeiros, não vamos conseguir. Os estrangeiros estão investindo porque sabem que o primeiro passo é conservar. Cabe ao Estado, não só conservar, mas investir precisamente na geração do bioproduto antes deles porque eles vão conseguir chegar a esse bioproduto. Ajudando a conservar, de uma forma direta ou indireta, eles vão conseguir chegar ao bioproduto, talvez até com mais velocidade, devido ao investimento em ciência e tecnologia que eles fazem e que é muito maior do que o nosso.

Eu não sei como é que o Governo Brasileiro pensa em relação à indústria farmocoquímica nacional. Eu não sei como é que pensa o governo brasileiro. Nós sabemos que, hoje, o domínio total de medicamento no Brasil é estrangeiro. Eu não sei como é que o governo vê isso daí, mas, eu acho que tem, sim, que investir muito nessa área e, criar, sim, uma indústria farmocoquímica nacional até para exportação. Nós não temos essa perspectiva, pelo menos, eu desconheço.

Há o interesse dessa regulamentação do acesso aos recursos genéticos. Tem muita gente lá fora que acha que a Amazônia tem que ser internacionalizada. Nós já ouvimos falar muito disso, porque isso facilita interesses econômicos internacionais. Nós temos que, realmente, “bater a tecla” que é brasileira e ponto final. Agora, governo tem que investir mais. As instituições ainda, agora, estão começando a ter um salto de recursos financeiros. Eu trabalho na Amazônia há 30 anos e sempre reclamei, por exemplo, ao Governo do Estado do Amazonas que eu nunca tinha recebido recursos financeiros. Eu não recebi nada do Governo do Estado. Agora, o governo criou a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas- FAPEAM e hoje eu tenho recursos do próprio estado para eu investir na minha pesquisa. Mas, estamos muito aquém do que nós precisamos para conseguir chegar ao bioproduto antes dos estrangeiros.

Evaristo Eduardo de Miranda – EMBRAPA: Eu agradeço as perguntas. Foram muitas e não poderei responder tudo, mas me comprometo a mandar as outras respostas por e-mail e alguns textos que eu escrevi sobre o assunto.

Eu vou fazer apenas dois comentários só. Alguém comentou que temos metas de zerar o desmatamento na Amazônia. Seria um “Plano para Desmatamento Zero”. São planos muito interessantes. Mas a única pergunta é “Vocês já combinaram com os russos?” Porque só falta isso. O plano é ótimo. São planos feitos por ONG, por pesquisadores, enfim, uma maravilha! Só que eles não são da Amazônia, eles não moram lá, eles não vivem na Amazônia, eles não fazem parte dos 23 milhões de habitantes que há na Amazônia e querem fazer planos para a Amazônia. Então, nós precisamos combinar com os russos porque o grande problema de todos esses planos é que faltou combinar com os russos.

Então, o que nós temos é uma agenda negativa. Não dá para colocar um fiscal atrás de cada árvore. Se vocês olharem o perfil do desmatamento nos últimos cinco anos, vão ver que ele está crescendo exponencialmente em áreas inferiores a 50 hectares. É o que nós chamamos de um desmatamento de formiga, totalmente difuso. Como é que você vai controlar isso? Nós conseguimos essa redução do desmatamento, mas apenas em áreas superiores a 350 hectares ou 500 hectares. Só que o desmatamento pequeno é crônico. Enfim, eu acho que todo o Plano da Amazônia que nós ouvirmos falar tem que perguntar se combinou com os russos antes. Depois, eu conto por que estou fazendo uma alusão aos russos. É uma história do Garrincha, o grande mestre do pensamento nacional. Ninguém vai achar que nós estamos falando dos russos aqui, não. É uma história de futebol.

A EMBRAPA não tem área sobre a sua gestão na Amazônia. Ela não tem nada, mas ela está participando ativamente de vários programas, quer dizer, essas medidas de enfrentamento das mudanças climáticas, todos esses grupos de trabalho, a EMBRAPA até abrigou a última reunião lá e eu poderia mandar depois dados sobre isso para as pessoas que desejarem.

Essa questão que também foi colocada aqui sobre a agricultura familiar, eu acho que é fundamental. Grande parte da agricultura brasileira se baseia na produção de soja, praticamente, 40% a 50% é tudo produto da agricultura familiar; o café é da agricultura familiar; a pecuária é da agricultura familiar; então, as tecnologias têm que atender esse público. Tem que ter ciência e tecnologia para a pecuária na Amazônia; tem que ter ciência e tecnologia para o pasto na Amazônia. Se não se fizer pesquisa sobre pastagem sobre tecnologia, sabem o que vai acontecer? O número de bovinos tem crescido 5% a 10% ao ano, mas as pastagens só crescem 0,5%. Sabem por quê? Porque a capacidade de suporte de bois na Amazônia que é de 0,6 boi por hectare. Passou para 0,7, 0,8, 0,9, e a média agora é de 1,0 (um) boi/hectare. Então, nós temos cada vez mais bois por hectare e não temos como estender a área de pastagem. Quando me falam que está cheio de pastagem de gado na Amazônia, eu até peço para me dizerem onde porque eu estou procurando no satélite e não acho. Eu vejo cada vez mais pastagens produtivas e dou Graças a Deus porque, para aumentar a renda, o pecuarista não está desmatando,

está intensificando o uso da terra. Então, é isso que nós precisamos crescer verticalmente, não precisa derrubar uma árvore na Amazônia para dobrar a produção agrícola da região. Para dobrar a produção agrícola do Brasil, não precisa derrubar uma árvore. Nós temos que crescer não horizontalmente, crescer verticalmente, mas para isso, precisa ter ciência e tecnologia na Amazônia. Os pesquisadores que estudam pastagem, ou que estudam pecuária, são tratados como bandidos pelos órgãos de ciência e tecnologia, quando seus projetos não têm a menor chance de serem aprovados hoje. Como parece ser um verdadeiro crime se alguém falar que vai estudar pastagem no Pará. Se nós só crescemos horizontalmente, se não crescemos verticalmente, as nossas histórias vão ficar aí. Então, nós temos que crescer em produtividade, temos que crescer verticalmente, temos que crescer com sustentabilidade, buscando gerir esses recursos de forma integrada, não só na lógica da propriedade, mas, também, na lógica da bacia hidrográfica etc.

Eu acho que as associações de produtores, no caso do Mato Grosso, têm feito coisas extraordinárias, justamente, no sentido da preservação da água, hoje, a taxa de recolhimento de embalagem de agrotóxico no Mato Grosso, é superior a 80%, sabe quanto ela é nos Estados Unidos? 15%. Isso porque estão todos cadastrados, etc. Quando você tem legalidade, você avança. Mas, na ilegalidade, só avança a degradação e o descontrole etc. Então, a Amazônia Legal, na realidade, é uma Amazônia Ilegal. Nós precisamos que ela se torne uma Amazônia Legal, mas não pode ser só com repressão. É claro que tem que ter controle, que tem que ter fiscalização, mas nós também temos que ter uma agenda positiva. Ninguém desmata sem propósito, ninguém queima para se divertir. Há razões sociais e econômicas, como a questão da pobreza e muitas outras coisas que estão atuando. Nós precisamos buscar soluções também levando a uma agenda positiva. A agenda negativa é gigantesca na Amazônia. Aliás, a Amazônia até se beneficia de muito dinheiro da Alemanha, pelo que eu soube, mas nós precisamos ter também uma agenda positiva.

Foi dado um exemplo aqui muito sério com o Professor Tundisi, no caso de Manaus, no caso de Belém. Vocês sabem quanto se trata de esgoto em Belém? Não se trata nem 8% do esgoto naquela cidade. O esgoto

corre a céu aberto nos bairros mais chiques da cidade. As ONGs estrangeiras estão instaladas lá, mas nunca trouxeram um tostão para cuidar do esgoto de Belém porque isso não é problema ambiental. Eles estão usando a infra-estrutura da cidade, estão instalados lá, mas consideram que o meio ambiente na Amazônia é outro meio ambiente. A questão prioritária é outra. Esse meio ambiente da Amazônia, que é onde vivem mais de 70% da população da Amazônia, com a maior taxa de imigração urbana do Brasil, está completamente “ao Deus dará”. Nós estamos cuidando mal da água, tratando mal a água, perdendo água na distribuição, e esse tema do saneamento que foi abordado aqui já não é prioritário para essas ONGs, pelo menos, para a maioria delas. Eu gostaria de ver quanto está sendo investido desse capital estrangeiro no tratamento de esgoto de Manaus, no tratamento de esgoto de Marabá. Quem está trazendo dinheiro para isso? As mesmas ONG que estão instaladas lá. Então, esse debate tem que ser feito assim, com certa serenidade e objetividade. Nós temos que definir o que é que nós chamamos de meio ambiente, se o homem faz parte disso, se as cidades amazônicas fazem parte disso e que futuro nós desenhamos para isso.

Prometo que eu mando resposta aqui para todos que deixaram e-mail, só se eu não ler alguma caligrafia. Muito obrigado.

José Galizia Tundisi – Instituto Internacional de Ecologia: Eu também vou procurar ser objetivo. Tenho quatro perguntas. A primeira é se haverá guerra pela água. A pergunta é do Tenente Coronel Carlos.

Eu viajo muito pelo mundo todo, eu trabalho em 38 países, aproximadamente, e viajo muito para o Oriente Médio porque trabalho na Jordânia, Síria, e Egito. Não haverá guerra por água. Eu não creio que chegue ao ponto de haver guerra. Mas há tensões. Por exemplo, os nove países que compartilham a Bacia do Nilo têm tensões entre eles por causa do compartilhamento dos recursos hídricos. A Turquia fez um programa de vinte represas no Rio Eufrates que vai afetar a Síria, Iraque, etc. Então, há tensões.

Eu participei de uma reunião com treze Ministros de Recursos Hídricos da África, há dois anos, em Nairobi e percebi que há enormes tensões nas bacias internacionais por causa do compartilhamento da água. Aqui

no nosso continente, evidentemente, a Amazônia e a Bacia do Prata são regiões onde há tensões, nitidamente, no Brasil e na Argentina. Tudo começou com a construção de Itaipu e essa tensão continua. Mas, eu não creio que haverá guerra. Eu preciso lembrar que é possível por meio da gestão integrada desses recursos e da participação desses países, minimizarem essas tensões. Então, essa seria a minha resposta.

A segunda pergunta é se a gestão das bacias hidrográficas está sendo realizada de forma integrada com segurança nacional e regional na América do Sul e o que eu recomendo.

Como eu disse, há um avanço na legislação que recomenda e impõe muito a gestão por bacias hidrográficas e há um grande processo de descentralização. Isso o Brasil aceitou, muitos estados estão fazendo esta gestão, embora não satisfatoriamente ainda. Por exemplo, hoje, a administração no Estado de São Paulo é feita por bacia hidrográfica, não é mais por divisão administrativa. Nós temos 22 bacias hidrográficas, com gestão de Comitês de Bacia e agora estamos implantando as Agências de Bacia. Cada bacia tem um sistema de banco de dados de monitoramento. Nós temos assessorado algumas dessas bacias no meu Instituto e o processo está caminhando, mas não está satisfatório. Precisa melhorar, especialmente, a questão do monitoramento e do banco de dados. Mas, na América do Sul há tentativas, há negociações, há os países do Pacto Amazônico, há os países da Bacia do Prata. Há uma rede integrada de gerenciamento ambiental da Bacia do Prata, que eu tenho acompanhado e isso tem sido utilizado como um instrumento de promover processos de gestão. Isso ainda não é satisfatório, mas está avançando e eu creio que nós poderemos ter maior segurança nessa gestão no futuro. O que é fundamental é que nós não podemos prescindir do conhecimento científico para essa gestão dos usuários do sistema, para diminuir a vulnerabilidade e aumentar a segurança nas decisões e transformar, justamente, essas políticas desenhadas e essa discussão das bacias hidrográficas em termos de políticas públicas permanentes. Esse é o ponto fundamental para a gestão.

Outra pergunta é da Janaína Silva, do Curso de Relações Internacionais da UnB. Ela pergunta se eu vejo a área do Aquífero Guarani como possível área de conflito por recursos hídricos entre os países que o

compartilham. Não acredito que seja um conflito aberto. Há tensões, mas também há tentativas de trabalhar em conjunto. O Brasil tem apoiado um projeto grande na gestão e conhecimento do Aqüífero Guarani, de modo que, estamos avançando também nessa questão. E estamos procurando integrar essa gestão dos aqüíferos com os outros países, Paraguai, Argentina no sentido de melhorar essa capacidade de gestão desses recursos que são compartilhados. Sempre há um compartilhamento de recursos em nível internacional. É evidente que há tensões porque cada país quer o melhor projeto, a melhor qualidade da água, a melhor quantidade de água e, evidentemente, isso tem um custo. Mas essa integração é importante.

A última pergunta é: Qual o estágio da integração regional para a gestão das águas fronteiriças e transfronteiriças na América do Sul?

Com eu disse, estamos avançando, mas não tanto como nós gostaríamos. Deveríamos ter uma velocidade maior nessa integração, mas há os países do Pacto Amazônico. Como eu disse, os países da Bacia do Prata têm-se organizado de tal forma a promover discussões e mecanismos de gestão, algumas vezes por iniciativa dos países, algumas vezes por iniciativa de órgãos internacionais, mas estamos avançando.

Silmara Ramos – Moderadora: Eu tenho mais uma pergunta aqui para o Dr. Tundisi: Qual é a realidade da transposição do Rio São Francisco?

Senhor José Galizia Tundisi – Instituto Internacional de Ecologia: Eu vou dizer uma coisa. Muito se fala sobre o Rio São Francisco, mas, na verdade, tem-se pouca informação. A realidade é que não sabemos quanto vai ser transposto de água do Rio São Francisco para os dois eixos de transposição. No caso do eixo norte e eixo leste, parece que será 3%. Isso afeta a quantidade dos recursos hídricos do Rio São Francisco? Não. Qual é o problema principal dessa transposição? É não fazer só canal. É transformar a transposição num programa de desenvolvimento regional. É isso que é necessário porque nós temos que revitalizar o Rio São Francisco. Na semana passada, eu estava na Bacia do Rio São Francisco, no Rio das Velhas. Sabem por quê? Porque 57 municípios estavam sem água por causa de cianobactérias. A população recebendo água mineral e os pescadores sem poder pescar. Isso

significa um grande impacto econômico social. Então, também temos que revitalizar o rio por conta da água que vai ser transposta. Qual é a qualidade dessa água? Temos que fazer um projeto integrado de desenvolvimento, centrando o foco na água como um motor do desenvolvimento regional. Se não for encarado assim, pode ser mais outro desastre.

Nesse país, eu estou cansado de ver projetos que foram desenvolvidos, projetos de infra-estrutura sem um programa de desenvolvimento em conjunto. Eu vou dar um exemplo, se me permitem. Eu fiz a gestão das águas para o Aeroporto Internacional de Guarulhos, a pedido da INFRAERO, que recebe por ano 13 milhões de passageiros, e distribui água potável para quatrocentos aviões. O aeroporto está situado numa depressão dentro do município de Guarulhos. Na cabeceira da pista tem uma favela e eu só encontrei uma parecida no Senegal, para não falar Costa do Marfim e outros países. Essa favela na cabeceira da pista de Cumbica é um projeto de primeiro mundo. A primeira pergunta que eu fiz foi a seguinte: "Quantas vezes a INFRAERO se reuniu com o município de Guarulhos para discutir o Aeroporto Internacional?". Nenhuma. E o Aeroporto Internacional está dentro do município. É aquilo que o Professor Miranda mostrou: o projeto começa a impactar o projeto. Esse é o nosso problema. Por quê? Porque não é um projeto de desenvolvimento que tem uma infra-estrutura e que permite avançar no desenvolvimento. Faz o aeroporto e pronto. O Aeroporto de Cumbica, hoje, tem 750 poços subterrâneos cadastrados, ao seu redor, fora, provavelmente, outros milhares sem cadastramento. Como o aeroporto está numa depressão, as linhas de fluxo da água dirigem-se para os postos de abastecimento, portanto, tem que fazer um programa de proteção fundamental. Mas o problema não é a proteção, o problema é o projeto em si e a repercussão do projeto nos arredores.

Então, a mesma coisa acontece com o Rio São Francisco. Se não se fizer um projeto de desenvolvimento regional centrado em água, mas que permita que esta água seja utilizada para seus múltiplos fins, vai ser um desastre. Essa é a minha opinião de especialista sobre o problema. Tem que revitalizar o rio. Por quê? Porque o Rio São Francisco está submetido a inúmeros impactos. Vocês podem pegar as imagens de satélite que o Professor Miranda apresentou que vocês vão ver lá os

núcleos de agricultura e os pivôs centrais ao lado do rio, despejando toneladas de herbicidas e pesticidas. Não se faz mais capim na mecânica nesse país, só se faz capim na química. Na primeira chuva, se descarregam milhares de toneladas de pesticidas e herbicidas que estão matando o surubim, o dourado etc. Então, tem que primeiro começar o projeto de revitalização do rio. Esse processo pode ser até simultâneo, mas isso tem que ser feito, se não vai ser um enorme desastre e de grandes proporções. Há 2.200 que estão tratando os esgotos, só que menos de 10% estão despejando esgoto “in natura”. Então, se fizermos a revitalização do Rio São Francisco e um projeto de desenvolvimento regional centrado em água na região, pode ser um sucesso.

Eu tenho um slide que mostra um país em que 30% das pessoas não têm água; 40% das pessoas não têm energia elétrica; 40% das pessoas têm malária; 70% da população não têm emprego; e há um conjunto de índices de subdesenvolvimento enorme. Será que é um país da África, do continente sul-americano ou do sudeste da Ásia? Não. É o Vale do Tennessee, em 1935. O Vale do Tennessee era assim. Depois, foi feito um enorme projeto de desenvolvimento e todos esses problemas foram resolvidos.

Então, é isso que nós precisamos procurar fazer. Precisamos centrar o nosso desenvolvimento na apropriação dos recursos naturais, mas com visão estratégica e de futuro. Não adianta fazer o projeto de infra-estrutura e não se preocupar em resolver os problemas, simplesmente adiando para depois. Isso não resolve nada e a situação fica muito mais complexa no futuro. Então essa é a mensagem que eu queria deixar aqui. Muito obrigado.

Silmara Ramos – Moderadora: Encerrando essa Sexta Rodada de Mesas Paralelas, agradecemos, especialmente, aos nossos palestrantes e a todos que com suas presenças abrilhantaram esse evento. Para materializar a nossa gratidão, eu vou passar às mãos dos colaboradores um Diploma de Participação. Convidamos a todos para participarem, às 14 horas, da Conferência intitulada “Inserção do Brasil no Mundo e Segurança Nacional”, a ser proferida pelo Excelentíssimo Senador da República, Aloizio Mercadante.



MESA 4.6 TEMAS SOCIAIS: DIREITOS E CONQUISTAS

O Futuro de uma Política Indigenista

Márcio Santilli
Instituto Socioambiental

Ocupação Territorial: Visão Estratégica

Renata de Souza Furtado
Gabinete de Segurança Institucional/
Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais

O Papel Estratégico da Arqueologia na Delimitação de Terras Indígenas e Quilombolas

Pedro Paulo Abreu Funari
Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade
Estadual de Campinas

O Futuro de uma Política Indigenista

Edmar Camargo – Moderador: Bom dia a todos. Vamos dar seqüência às nossas palestras. Hoje o eixo temático é “Direitos e Conquistas”, focando a questão indígena e a questão quilombola. Eu sou Edmar Camargo e integro a Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do GSI. Vou convidar à mesa, para participar do debate, o Senhor Márcio Santilli, que é Coordenador do Instituto Socioambiental/ISA e vai tratar do tema “O Futuro de uma Política Indigenista”; a Senhora Renata Furtado, Coordenadora de Assentimento Prévio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que vai abordar o tema “Ocupação Territorial: Visão Estratégica”, focando, entre outros pontos, mineração, solo, espaço aéreo e participação estrangeira; o Senhor Pedro Paulo Abreu Funari, Coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP e especialista em estratégia em segmentos sociais, que vai abordar o tema “O Papel Estratégico da Arqueologia na delimitação de Terras Indígenas e de Quilombolas”.

Como todos os senhores já sabem, nós temos uma hora para que todos os três participantes se manifestem, portanto, são vinte minutos para cada um deles. Atendendo aqui à nossa ordem, vamos passar a palavra ao Senhor Márcio Santilli, Coordenador do Instituto Socioambiental para que faça sua apresentação.

Márcio Santilli – Instituto Socioambiental: Bom dia a todos. Eu quero, inicialmente, expressar aqui os meus agradecimentos e do Instituto Socioambiental por mais essa oportunidade de poder contribuir para as discussões e para o debate promovidos pelo Gabinete de Segurança Institucional.

Foi-me designado o tema “O Futuro da Política Indigenista Brasileira”. Eu optei por não utilizar nenhum recurso de PowerPoint ou de textos escritos. Vamos aqui enfrentar esse tema na raça.

Eu gostaria de começar dizendo que eu creio que essa discussão sobre a Política Indigenista Brasileira, especificamente, sobre o futuro dessa política, não deveria se ater simplesmente a uma proposição de intenções ou de sugestões, mas, a partir de um exame de como, efetivamente, essa política tem sido executada no nosso país, nas últimas décadas, bem como procurar identificar, dentro disso, quais seriam as tendências para o futuro no desenvolvimento dessa política.

Historicamente, pelo menos, desde o início do século passado, a Política Indigenista no Brasil foi estruturada tanto no âmbito do antigo Serviço de Proteção aos Índios – SPI, como no âmbito da própria FUNAI, na época de sua criação, dentro de uma concepção fundamentada no instituto da tutela e na idéia de que o Estado Brasileiro deveria ter uma agência especializada para tratar das relações entre povos indígenas, a sociedade e o Estado Brasileiro. É o modelo que eu vou chamar aqui de um “Estadinho dentro da estrutura do Estado”, assim foi concebido no SPI e mesmo, há trinta e poucos anos atrás, na época da criação da FUNAI. Aliás, a FUNAI, do ponto de vista do modelo institucional, até representou, na época, uma novidade interessante, mas reproduziu, no seu mandato institucional, esse mesmo modelo de um “Estado dentro do Estado”, ou seja, um órgão de caráter tutelar que reúne o conjunto das competências sobre diversas políticas no tratamento da questão indígena. Então, a FUNAI era um órgão que era responsável pela proteção, pela fiscalização, pelo reconhecimento das terras, pelas políticas de educação e saúde nos mais diversos setores, dentro da idéia que, em sendo tutelados os povos indígenas, deveria haver alguma agência do estado que tivesse a responsabilidade de mediar as relações entre esses povos e os diferentes segmentos da sociedade, inclusive, nos diferentes segmentos do Estado Brasileiro. Esse é, historicamente, o modelo de como a Política Indigenista se estruturou no nosso país.

No entanto, nesses últimos trinta e poucos anos, para me referir mais especificamente ao período de existência da FUNAI, como instituição, nós tivemos modificações profundas na relação entre os povos indígenas,

a sociedade e o Estado Brasileiro. Essas modificações têm a ver com o acúmulo de informações de conhecimento por parte do Estado a respeito desses povos e esse panorama se modificou muito nas últimas décadas. Hoje, o Estado Brasileiro mantém uma listagem de povos indígenas que é bastante mais extensa do que aquela existente há trinta anos atrás. Houve uma expansão muito significativa das terras indígenas, que foram oficialmente reconhecidas pelo poder público. Portanto, quando há trinta anos atrás se concebeu uma agência que deveria gerir a relação com esses povos, a extensão territorial das terras indígenas era bastante menor do que a hoje existente. Nós temos, hoje, uma escala de demandas colocadas pela própria extensão territorial dessas terras frente ao Estado Brasileiro que é significativamente maior do que naquela época, da mesma forma que nós tivemos uma mudança importante dos parâmetros institucionais legais e constitucionais no tratamento dessa questão.

Até 1988, os índios eram considerados como sujeitos transitórios que terminariam por se incorporar na sociedade nacional e, portanto, deixariam de ser índios tendencialmente. A Constituição de 88 passou a reconhecer os índios como atores permanentes na sociedade brasileira e, portanto, como detentores de direitos permanentes. Isso muda bastante a perspectiva das políticas indigenistas, sobretudo, quando nós olhamos para o futuro. Então, não se trata de um ator transitório, mas se trata de uma política que tem que ter um caráter permanente no tratamento da relação desses povos com a sociedade brasileira.

Além disso, esses últimos trinta anos não foram quaisquer trinta anos na história brasileira. Isso não diz respeito somente à relação com os povos indígenas, mas com todos os segmentos da sociedade brasileira. Nós tivemos uma expansão notável do processo de ocupação do território brasileiro que, hoje, chegou às fronteiras nacionais. Nós tivemos um conjunto de instituições e de segmentos sociais que passaram a estabelecer relações diretas com os povos indígenas. Nós tivemos, sobretudo, um avanço enorme nos meios de comunicação, tanto do ponto de vista da estrutura de transporte, como dos meios de comunicação em si, de modo que, hoje, freqüentemente, quando visitamos uma comunidade indígena, encontramos ali a televisão funcionando, os sistemas de rádio e o próprio acesso à Internet, por

esses grupos ou suas organizações. De modo que mudou substancialmente nesses últimos trinta anos o nível de informações e de conexões entre as diferentes comunidades e suas lideranças, suas organizações com a sociedade e com o Estado Brasileiro.

Então, não foram modificações de pequena monta que ocorreram nesses últimos trinta anos. A demanda perante o Estado Brasileiro cresceu de uma maneira enorme e, dessa forma, pouco a pouco, o modelo de “Estado dentro de um Estado”, de um órgão tutelar que fosse capaz de desenvolver todas as políticas em relação a todos os povos e a todos os grupos, passou a se mostrar claramente insuficiente no sentido de dar atendimento a essas demandas. A própria capacidade de interlocução dos grupos indígenas com a sociedade e com o Estado fez com que eles estabelecessem relações com as municipalidades, com os estados, e com diversos órgãos no âmbito do Governo Federal, não havendo nem de perto a situação anterior de há trinta anos atrás, e mais para trás ainda, historicamente, em que essas relações poderiam ser mediadas por uma única agência de Estado.

Então, o que nós temos observado, notadamente, nesses últimos vinte anos, é que, pouco a pouco, os diferentes Ministérios e agências do Poder Público passam a constituir os seus próprios programas, as suas próprias estratégias, com os seus próprios corpos funcionais encarregados de estabelecer relações e de executar ações de Estado e de atender ou de dar respostas às diferentes demandas indígenas.

Então, hoje, a Fundação Nacional do Índio já não dispõe do monopólio das relações que era o pressuposto do modelo tutelar que, historicamente, foi construído no nosso país. Nós passamos a ter interveniência dos diferentes segmentos do Estado e, mesmo fora do âmbito do Governo Federal, relações diretas entre os povos, programas concretos de governo no âmbito dos estados e até mesmo das prefeituras. Por exemplo, no estado do Mato Grosso, foi instituído o ICMS Ecológico que remunera as municipalidades onde existem unidades de conservação em terras indígenas. Essas municipalidades passam a receber um percentual maior da carga tributária e as próprias municipalidades passam a se interessar por desenvolver relações com os diferentes povos, sem considerar a disseminação da língua portuguesa

entre os diferentes grupos, sem considerar a capacidade direta de interlocução que todos esses povos passaram a ter com esses diversos atores, inclusive, atores privados. Os índios passaram a estabelecer relações próprias para o bem ou para o mal. Não estou aqui nem querendo entrar no mérito dessas relações, mas hoje eles têm relações com várias frentes de expansão econômica, com vários atores que estão presentes no plano regional, relações que, por vezes, se desenvolvem num contexto de ilegalidade ou de plena legalidade. O fato é que essas comunidades passaram a estabelecer e administrar essas múltiplas relações e seria impossível imaginar que uma única agência de estado fosse capaz de intermediar todas essas relações e de desenvolver o mesmo tipo de atuação de caráter tutelar que se teve até à primeira metade do século passado.

O problema colocado em relação a esse novo modelo, em que diferentes atores atuam, é o da interrelação, da integração entre as ações que são desenvolvidas por essas diferentes agências. Há problemas grandes ainda nas relações entre as próprias instituições que adquiriram essas competências; há pouco entrosamento nessas ações; cada agência procura desenvolver a sua atuação dentro dos seus recursos, dentro da sua esfera de competência, porém sem se articular de forma mais aprofundada e adequada com as outras agências que também têm competências em relação a demandas indígenas. De modo que, pouco a pouco, nós vamos substituindo o antigo modelo de “um Estado dentro do Estado” por outro modelo bastante mais complexo e diversificado, razoavelmente caótico desse ponto de vista de não haver uma única diretriz. Eu não sei se é o caso de haver uma única diretriz, mas, a verdade é que há, inclusive, disputas corporativas entre diferentes agências públicas no contexto das relações com esses diferentes povos. Então, o primeiro problema desse novo modelo é o problema da integração, da compatibilização, da articulação mais coerente entre as diferentes ações do Estado em relação aos povos indígenas, não apenas no sentido de potencializar os recursos que sempre são muito escassos para cada agência, mas, sobretudo, para tornar mais administrável para os próprios povos indígenas essa interlocução com o Estado Brasileiro. Em muitos casos, hoje, há certa confusão em relação aos povos indígenas sobre em que porta eles devem bater para colocar, diante do Estado Brasileiro, as suas demandas.

Recentemente, foi instituída uma Comissão Nacional de Política Indigenista, que reúne representações das diferentes agências do Governo Federal afetas à questão indígena com representantes de comunidades indígenas de outras organizações dessa área. Eu creio que essa comissão pode, e deve, desempenhar um papel importante no sentido de minimizar essa desarticulação da ação dos poderes públicos com os povos indígenas, mas ainda temos muito a caminhar nesse sentido. A mera instituição de uma comissão é um passo importante, porém ainda insuficiente nesse sentido.

No âmbito do Instituto Socioambiental, nós temos uma preocupação específica com essa questão da integração das políticas, no sentido de essa integração se realizar no âmbito da relação entre as agências aqui em Brasília, na superestrutura política. É muito importante que essa integração ocorra no local. Nós temos uma diversidade enorme de povos em diferentes circunstâncias, em diferentes regiões, e não me parece que seja adequado que haja políticas idênticas para cada situação como essa. Quer dizer, a diversidade é o elemento determinante da identidade desses povos e a política pública, de alguma maneira, deveria contemplar essas diferenças étnicas, essas diferenças regionais, essas questões concretas de logística na implementação das políticas que são muito específicas em cada região. Essa é a razão pela qual nós temos levantado um conjunto de conceitos com a idéia de programas regionais de política indigenista que pudessem, ademais de proporcionar essa integração entre as diferentes agências, considerar as especificidades desses povos e dessas regiões na formulação dessas políticas.

Alem dessa questão, eu gostaria de concluir aqui colocando outras duas que eu creio que são tendências que nós podemos verificar de uma maneira muito concreta entre as comunidades indígenas e que serão determinantes para a política indigenista no futuro. A primeira delas é a questão da “monetarização” da relação dos povos indígenas e da sociedade com o Estado Brasileiro. Nós não temos um levantamento consistente de informações a esse respeito para poder dimensionar essa situação, mas o fato é que hoje há um conjunto de mecanismos de remuneração de pessoas indígenas que acaba implicando o ingresso significativo de recursos dentro dessas comunidades. Por exemplo, através do sistema de aposentadoria rural, ao qual foi integrada grande

parte da população indígena, que hoje recebe um recurso público a título de aposentadoria rural; através do Programa Bolsa Família que, hoje, penetra de uma maneira significativa em muitas comunidades; a tendência significativa de assalariamento de muitas pessoas indígenas que, hoje, são professores, que são agentes de saúde, enfim, pessoas que desenvolvem atividades específicas dentro dessas comunidades e que são remunerados por prefeituras, pelo estado, órgãos federais para esse fim; e o próprio engajamento crescente de pessoas indígenas na prestação de serviço militar. Tudo isso acaba, inclusive, provocando modificações importantes nas relações sociais internas dentro dessas comunidades. São salários que, para um contexto de uma comunidade indígena, estão bastante significativos e passam a ter um poder, uma influência específica que não pode ser ignorada e que, via de regra, cria contradições e impacta as estruturas tradicionais de liderança que havia anteriormente dentro dessas comunidades.

A última questão é a da tendência da urbanização que tem havido em relação à população indígena. Eu me refiro não apenas ao fenômeno migratório de pessoas indígenas que deixam suas terras e suas comunidades e passam a viver em comunidades, constituindo uma população indígena urbana, mas dentro das próprias terras indígenas e das comunidades indígenas, na medida em que são implantados nos territórios indígenas equipamentos sociais, como os postos indígenas da FUNAI, os postos de saúde da FUNAI, e toda uma infra-estrutura de assistência que faz com que a antiga mobilidade que essas comunidades tinham dentro do seu território deixem de existir. Havia uma tendência de sedentarização dessas comunidades naqueles pontos específicos onde essa infra-estrutura foi implantada e isso modifica bastante a forma de ocupação dos territórios indígenas e cria novas demandas.

Hoje, nós temos comunidades com uma população bastante numerosa, que chega a constituir pequenas cidades indígenas dentro das terras indígenas. Isso muda completamente a natureza da relação desses grupos com os recursos naturais, frente às suas próprias estratégias de produção de subsistência, tal como existiu anteriormente. Então, eu creio que a monetarização e a tendência de urbanização são dois elementos muito fundamentais que nós temos observado concretamente no processo recente de relação entre o Estado Brasileiro e as sociedades

indígenas. Isso não pode deixar de ser considerado quando se pensa o futuro da política indigenista e, certamente, esses elementos serão importantes na definição do caráter dessa política indigenista no futuro.

Então, eu concluo com essas observações, respeitando o tempo, e desde já me dispondo a esclarecer os pontos que forem necessários no momento do debate. Obrigado.

Edmar Camargo – Moderador: A Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais e o Gabinete de Segurança Institucional agradecem a brilhante exposição do Dr. Márcio Santilli, Coordenador do Instituto Socioambiental, por ter sido feita de uma forma muito clara e objetiva e que nos levou bastante ao conhecimento. Muito obrigado.

Vamos passar, então, à apresentação da Senhora Renata de Souza Furtado, Coordenadora do Assentimento Prévio do Gabinete de Segurança Institucional, órgão também que funciona como Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional e que tem a incumbência do Assentimento Prévio.

Ocupação Territorial: Visão Estratégica

Renata de Souza Furtado – Gabinete de Segurança Institucional/Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais: Eu vou começar agradecendo primeiro a confiança dos colegas do GSI que depositaram em mim um pouquinho da esperança de ver o resultado de estudos elaborados em equipe. Eu queria agradecer a presença de todos vocês porque eu sei que em três outras salas existem temas bastante interessantes e os senhores optaram por estarem aqui. Eu vou dizer como é que vai ser a minha apresentação e depois vamos desenvolver os slides.

A Ocupação Territorial vai ser apresentada da seguinte forma: primeiro, eu vou fazer um resgate histórico e mostrar um elemento não previsto na estratégia na nossa colonização; depois, vamos passar trezentos anos rapidamente e já estaremos aqui em 1889, de frente com o nosso Estado atual, vendo um elemento não previsto nesse decorrer desses anos, mas com uma visão estratégica do que nós temos como previsível e as nossas normas precisam estar bem adequadas para tratar o tema.

Então, vocês vão saber agora como é que nós vamos desenvolver um estudo em grupo e verificar como é que, no Brasil, é possível ter uma visão estratégica de seu território com os elementos que ele já possui atualmente.

Primeiro, vamos fazer um breve resgate histórico no nosso período colonial. Todos sabem muito bem que nós tivemos a presença aqui no Brasil da Coroa Portuguesa e ela queria manter a propriedade das terras. Para isso ela desenvolveu, com a ajuda de Dom João III, em 1530, o sistema das Capitanias Hereditárias que nós lembramos bem dos nossos

estudos primários. Nosso país foi desenvolvido, então, sob o Sistema das Capitanias Hereditárias que teve como ponto de partida a divisão em Sesmarias. Aqui nós temos o embrião da reforma agrária porque ali já estava previsto que as terras divididas teriam que se tornar produtivas. Essas terras produtivas eram ainda de propriedade da Colônia Portuguesa. A Colônia Portuguesa queria que houvesse o cultivo e esse cultivo era da responsabilidade do administrador aqui no país que eram os sesmeiros ou donatários. Esses sesmeiros foram forçados a promover a produtividade das terras da Coroa Portuguesa e tiveram que se submeter aos registros. O Estado Português tinha como grande parceiro a Igreja, então, tudo era registrado na igreja: nascimento, casamento, terras, doações, heranças, ou seja, o grande controle do Estado Português estava na Igreja.

Os sesmeiros, na grande complexidade de um Brasil então descoberto, não conseguiram cumprir a obrigação, que estava prevista pela Coroa Portuguesa, de fazer as terras produtivas. O que aconteceu? Apareceu, então, uma personagem não prevista na estratégia portuguesa, que era a propriedade deixar de ser a base forte da exploração da terra e ser tornada como posse. As personagens, então, não previstas na estratégia portuguesa, eram os posseiros e ocupantes, porque todo o sistema que a Coroa Portuguesa desenvolveu à época estava pautado na propriedade, no registro e no domínio sobre os sesmeiros que não conseguiram fazer com que as terras fossem produtivas. Então, eles passaram essas terras, que eram diretamente administradas por eles, para os posseiros e ocupantes, que eram pequenos lavradores que tinham a ideologia de tornar essas terras produtivas. Só que nesse caso, o Estado Português não tinha qualquer controle porque essa relação que estava nascendo não era submetida ao registro. Então, esse é o cenário que nós temos com a Proclamação da República, em que o nosso Estado Brasileiro chegando com toda característica própria, fez com que o Estado Português voltasse às origens. Aqui nascia o nosso Brasil.

Isso é uma visão de construção da nossa ocupação territorial. Naquela época, houve dificuldade de se lidar com complexidade fundiária e foi necessário desenvolver instrumentos de monitoramento e controle de determinadas atividades. O Estado sabe que, se ele não desenvolver instrumentos capazes de monitorar a ocupação territorial e a destinação

do uso de seu território, ele vai fracassar num dado espaço de tempo, pode ser a médio e longo prazo. Essa visão ocupacional é possível a partir do momento em que você não domina tudo o que o Brasil possui, mas, você pode saber a tendência do seu potencial; a tendência que o Brasil pode ter na sua ocupação e no uso de seu território; a tendência de mercado, tendência de economia, tendência de exploração etc.

Eu vou apresentar dois instrumentos. Um instrumento é o Assentimento Prévio do Conselho Nacional que é uma anuência prévia a determinadas atividades a serem realizadas na Faixa de Fronteira. Por que Faixa de Fronteira? Porque desde os primórdios da nossa legislação, a Faixa de Fronteira foi posta em regime excepcional. Nós vemos a Faixa de Fronteira como sendo um mini mundo, já que nós não podemos monitorar e controlar tudo o que acontece no Brasil. De certa forma, isso se reflete na Faixa de Fronteira e naquele espaço territorial é possível que o Estado veja as tendências de ocupação que estão acontecendo no resto do país. Esse monitoramento faz com que o Brasil desenvolva algumas políticas e fortaleça algumas outras atividades para que possamos ter um maior controle. Por exemplo, sobre as atividades de mineração, a aquisição de terras por estrangeiros etc.

O outro é o Sistema Georeferenciado de Apoio à Decisão da Presidência da República. É um sistema que o Gabinete de Segurança Institucional desenvolveu muito bem e foi objeto, inclusive, de premiação “Inovação na Gestão Pública”, obtendo o sexto lugar. Esse sistema faz com que nós tenhamos o conhecimento da ocupação territorial no Brasil, não só na Faixa de Fronteira, mas em toda a ordem territorial, verificando os pontos de estrangulamento. Para que? Para se fazer uma gestão melhor.

Vamos passar então, à nossa realidade. Voltando àquela tela inicial, já estamos aqui no século XXI e vamos ver como é que está o Estado Brasileiro hoje. Está um pouco aperfeiçoado, aprendendo um pouco com os erros do passado e projetando com base nesses dois instrumentos, sem prejudicar cada órgão de buscar sua visão estratégica.

Em relação à ocupação territorial, nós temos o Estado Brasileiro numa visão globalizada. Esse Estado Brasileiro tem que ver o solo, o subsolo, o espaço aéreo e o mar. O Estado conhece muito bem a complexidade de

lidar com essas quatro visões e existe uma personagem prevista hoje. Com um conhecimento maior sobre o seu sistema territorial, é possível o Estado estar preparado para receber personagens, que já estavam previstos, que são os estrangeiros. Esses estrangeiros, hoje, conseguem ser, de certa forma, não tão bem mapeados, e suas atividades não estão sendo muito bem controladas por causa da nossa dimensão. Mas não podemos dizer, no futuro, que os estrangeiros eram um elemento imprevisto. O elemento está previsto e quem atua diretamente com várias áreas de atividades no Brasil sabe da atuação da participação estrangeira nesse mundo globalizado e competitivo.

A partir do momento em que o Brasil abriu o seu mercado e retirou da Constituição a possibilidade de preferência à empresa de capital nacional, naquele momento, ele teve que desenvolver algum tipo de instrumento para mapear a atividade advinda da participação estrangeira, sob pena de deixar vulnerável a soberania nacional e mitigar algum interesse nacional. A partir do momento em que aumenta o número de estrangeiros no país e, dependendo da área onde eles estejam atuando, por mais desenvolvimento que estejam trazendo, pode ser que o nosso interesse nacional, em algum momento esteja sendo mitigado.

Aqui temos uma visão rápida do subsolo, ressaltando que a mineração é uma concessão pública. O subsolo brasileiro é da União que concede ao particular e, depois, a uma empresa que queira lavrar. Essa é uma imagem do Sistema Georeferenciado de Apoio à Decisão da Presidência da República – GeoPR. Nós já verificamos onde tem saturação de pedido de mineração e áreas que não precisam de política de mineração; precisam de outro tipo de política.

Aqui nós temos uma visão das terras indígenas. Isso é uma parceria que o GeoPR desenvolve com a FUNAI e vários órgãos para a construção desse mapa. Então, nós verificamos que é uma realidade brasileira lidar com as questões indígenas. Não podemos afastar a questão do tratamento mineração em terras indígenas. Por que? Segundo o Código de Mineração de 1969, o direito mineral é garantido. Existe um interesse do particular em minerais, existe um Protocolo no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e esse requerimento está aguardando uma definição. Teoricamente, alguns entendem que esses requerimentos

teriam perdido o valor a partir do momento da Constituição de 88. Mas o Sistema do DNPM, conjugado com a FUNAI em sistema “on line”, demonstra que os requerimentos existem e estão aguardando a definição, no sentido de se levar em consideração, ou não, esses direitos. Essa é uma questão que já está prevista e que o Brasil precisa superar. Já existe uma legislação em andamento e os colegas do GSI estão trabalhando nela.

A unidade de conservação também é mapeada. Nós sabemos que, hoje, uma nova tendência é da gestão das florestas públicas onde vai ser possível licitar concessões públicas florestais buscando a produção da floresta. A floresta deixa de ser um bem apenas ornamental e passa a ser um bem de produção. A partir do momento que nós juntamos todas essas tendências onde o governo está trabalhando ativamente, nós verificamos a sobreposição de atuação de órgãos federais, em larga escala. Então, não podemos desconhecer que a parceria entre órgãos públicos é necessária, junto com comunidades. Mas existem interesses de subsolo com o solo e lidar com essa complexidade, como mencionou o Embaixador Ricupero, é que vai mostrar o grau de desenvolvimento do nosso país. Quanto maior o grau de dificuldade em lidar com essa complexidade, menor vai ser o nosso índice de desenvolvimento. Eu acho que essa premissa, que foi muito bem exposta no início da palestra do Embaixador Ricupero, realmente faz sentido.

Isso é uma imagem de um cenário dinâmico, dialético onde você tem vários atores que estão todos ocupando o território brasileiro, o nosso solo, sem contar com o subsolo. Em relação ao subsolo, há uma regra antiga. Quem tiver a oportunidade de verificar o Código de Mineração, verá que o interessado em minerar vai fazer o seu pedido perante o órgão federal competente. Se não houver acordo com o dono do solo, a demanda vai para a Justiça de Direito. Lá, não havendo acordo sobre o preço, o Código de Mineração estabelece que se faça justiça. Ou seja, emerge um direito do subsolo, por uma concessão pública, onde quem está no solo, ou cede ao Direito Minerário, ou busca a Justiça. Isso é muito sério. Então, essa realidade toda de solo, complementada por uma visão de subsolo que nós temos, leva à necessidade de se pensar em conciliar e ponderar esse direito.

Não querendo entrar em cada uma dessas novas leis, eu posso dizer que a Lei nº.11.284/2006 inovou ao ver a floresta pública como sendo um bem de produção, com a impossibilidade de se licitar, mediante concorrência pública, áreas em que a unidade de manejo seja devidamente aprovada. O Serviço Florestal Brasileiro tem uma lei muito complexa em vigor.

Em relação à aquisição de terras por estrangeiros, como nós temos essa carga da colonização com base na propriedade, embora a Lei de Aquisição de Terras por Estrangeiros estabeleça que o Estado Brasileiro necessita dar o assentimento prévio a uma aquisição de propriedade, ela também fala da posse e do direito real. Só que a nossa tradição faz com que nós fiquemos apenas na propriedade, embora a mesma lei de 79 estabeleça esse monitoramento na posse. Só que nossos instrumentos ficam na propriedade. Isso já foi dito em 2004, pelo próprio GSI, nas novas faixas de fronteiras e novos paradigmas. Isso foi constatado em 2004, em 2005 e repetido agora em 2007. Não podemos trabalhar a questão das terras sob o ponto de vista apenas da propriedade. Temos que trabalhar sob a posse e a ocupação para mapear. Isso não quer dizer que os estrangeiros não possam estar no nosso país desenvolvendo e gerando emprego. O que não podemos é perder o controle e perder esse mapeamento.

Em relação ao solo e ao mar, a MP nº. 2.186/2001 está sendo revista e vai à audiência pública porque ela foi congelada, em 2001, enquanto ela estava tendo alterações. Tem gente muito mais especializada para falar sobre esse tema. O que é interessante nós sabermos é que o patrimônio genético – como toda aquela polêmica em relação ao cupuaçu – está sendo normatizado hoje e está havendo previsão de repartição de benefícios. A lei em vigor não prevê uma repartição de benefícios com a União, mas, na proposta que já está sendo aperfeiçoadas na Casa Civil, já se está prevendo a questão de repartição de benefício com a União.

Em relação ao espaço aéreo, a nossa pretensão é mostrar que todas as quatro visões são necessárias de serem aplicadas a partir do momento que nós temos aquele elemento externo. Por exemplo, no espaço aéreo, nós temos atividades de aerolevantamento, em que esse reconhecimento

geológico é feito por aviões. Tudo isso passa pelo assentimento prévio, daí nós conhecemos um pouquinho a matéria.

E temos também atividades espaciais de medição, computação e registros de dados do terreno com emprego de sensores e/ou equipamentos adequados (satélites). Esse foi um ano que nos trouxe muitas novidades e nós precisamos nos atualizar para isso. Através do Decreto nº. 5806/06, da Convenção Relativa ao Registro de Objetos Lançados no Espaço Cósmico, é possível que nós saibamos qual é a função do satélite que vai passar por aqui. Ou seja, é preciso que nós trabalhemos na obtenção dessa informação porque não é possível que nós fiquemos apenas com o solo tradicional e com o avião tradicional, quando já temos satélites obtendo todas as informações. Não faz sentido você fechar o regramento aqui no aerolevantamento, enquanto que o regramento via satélite está aberto. Então, a questão do aerolevantamento e esse registro através de emprego de sensores já estão regulamentados e possibilita o nosso controle desde 1971.

Nós tivemos a pretensão de apresentar tudo isso porque nós temos percebido, na atuação no Gabinete de Segurança Institucional e pela atividade do assentimento prévio, que essa passagem pelo assentimento prévio faz parte de algumas exigências por lei. Nós temos observado que o solo, o subsolo e o espaço aéreo admitem a atuação de empresas constituídas sobre as leis brasileiras e, ao se fazer assim, estamos admitindo a participação estrangeira. Essa participação estrangeira pode vir em pequena ou larga escala, mas, por vezes, ela se utiliza de empresas de fachada apenas e tem autorização de funcionar no Brasil. Só que na hora que você verifica o poder acionário da participação estrangeira, verificamos que ela é dominante, ou seja, ela está atuando no país como se fosse uma empresa nacional, com tecnologia própria. Nesse momento, nós precisamos estar mapeando. É isso que nós já temos feito, mas precisamos controlar e saber quais são as atividades estratégicas para desenvolver parcerias. Por que? Na hora em que as nossas leis falam da participação estrangeira pura e prevêem uma série de regramentos, vocês vão verificar que não temos aquisição de terras por estrangeiros. Em todos esses anos, nós tivemos dez casos no máximo, daquela empresa estrangeira pura comprando terras no Brasil. Se formos verificar no patrimônio genético, nós temos um caso, quando

entrou em vigor a Lei do Patrimônio Genético. Por que? Porque é mais estratégico, sob o ponto de vista da empresa estrangeira, constituir empresas sob as leis brasileiras do que se apresentar no Brasil como empresa estrangeira pura. Então, nós temos que estar preparados para mapear e controlar isso cada vez mais porque é assim que nós vamos manter a nossa soberania e o nosso interesse nacional.

A título de exemplo, nós temos aqui um grupo estrangeiro de mineração em que a lavra é muito pequena em relação à sua pesquisa. O subsolo que esse grupo estrangeiro detém corresponde, hoje, aos estados de Santa Catarina e de Sergipe. É o subsolo na mão de um grupo estrangeiro que se faz presente através de empresas constituídas sob as leis brasileiras.

Nós precisamos aprender com os erros do passado e não ficar na propriedade, na posse, mas avançar para as quatro visões e aperfeiçoar os nossos mecanismos. Hoje, já dá para nós termos esse estudo e projetar ações para evitar conflitos sociais naquele cenário tão complexo. Temos que garantir a soberania e promover o desenvolvimento. Essa que é a idéia que eu queria deixar para vocês. A nossa apresentação está no site do GSI e nós estamos à disposição. Obrigada.

Edmar Camargo – Moderador: Senhora Renata Furtado, a Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional agradece por sua brilhante apresentação, nos permitindo uma viagem no tempo e focando temas tão importantes para resoluções para o nosso Governo Federal. Em seguida, vamos passar a palavra ao Senhor Pedro Paulo Abreu Funari, Coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP, especialista em estratégia e segmentos sociais, para fazer sua apresentação.

O Papel Estratégico da Arqueologia na Delimitação de Terras Indígenas e Quilombolas

Pedro Paulo Abreu Funari – Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas: Bom dia. Eu queria começar agradecendo o convite que me foi feito e dizer que é uma satisfação muito grande estar aqui. Primeiro, pelo fato de ter a possibilidade de participar de diversas mesas sobre os temas sociais dentro dos estudos estratégicos. Eu acho que essa é uma iniciativa muito importante e, em segundo lugar, também pelo fato de estar compartilhando aqui a mesa com os colegas, em particular com o Márcio Santilli, que somos colegas há muitos anos. Então, é uma satisfação muito grande.

Por economia de tempo, eu vou ler o texto que preparei e vou fazer alguns comentários, conforme for o caso, para que eu possa me ater aos vinte minutos.

Os estudos estratégicos passaram por transformações ingentes nas últimas décadas. O século XIX foi pródigo em sábios germânicos que formularam preceitos, à época revolucionários, e cujo pressuposto e consequência foram discutidos nos séculos seguintes, até os nossos dias. Foi em ambiente prussiano que se formulou a primazia do conhecimento objetivo, a busca da realidade em sua materialidade e efetividade. Leopoldo von Ranke propôs saber “o que propriamente aconteceu”. Na esteira dessa busca, Karl Max iria fazer um uso científico da expressão corriqueira de língua inglesa – “The proof of the pudding is in the eating”, “A prova do pudim está em comê-lo”.

É nesse ambiente e nessas circunstâncias que Karl von Clausewitz, que viveu de 1780 a 1831, desenvolveu suas teorias sobre a guerra, não

como uma abstração ou tema filosófico, mas como prática ou ação objetiva no mundo. Von Clausewitz nunca se preocupou com dois aspectos subjacentes à estratégia: o binômio economia/sociedade, por um lado, e a logística por outro. Tais ausências levaram à crítica da estratégia de matriz prussiana, em especial, à luz das guerras do século XX, com a economia e a logística destacadas nas histórias nas duas grandes guerras mundiais.

No entanto, no próprio Von Clausewitz, não podemos deixar de constatar uma aguda percepção do caráter social da estratégia. Não cabe dúvida que o oficial prussiano centrou a sua atenção no campo de batalha, mas não convém subestimar o papel da sociedade em sua análise. O êxito do exército napoleônico estava em seu caráter cidadão, de massa, por oposição às formações hierárquicas e aristocráticas dos impérios e monarquias derrotadas pela força revolucionária francesa. A reação militar, que se mostraria capaz de derrotar aquele exército francês, explicou-se também pelo caráter nacional e social da resistência à ocupação (ou ameaça de ocupação) estrangeira.

Os germes das concepções estratégicas da nossa época, portanto, podem ser buscados nos próprios alvores da nossa disciplina – a estratégia. Num certo sentido, podemos recuar muito mais, pois já Péricles, no quinto século AC, colocou no centro da sua estratégia, não a luta, a batalha, mas a força dos grupos sociais em uma sociedade democrática, como era a ateniense do século V. Ante o exército espartano, opôs a solidariedade social ateniense. Fazendo aqui uma explicação, na guerra entre Esparta e Atenas, Péricles, que era o líder ateniense democrático, propôs uma retirada da população do campo e, então, não ofereceram combate a essa estratégia inovadora do Péricles, com base na força dos grupos sociais.

Tudo isso pode parecer, à primeira vista, muito distante no tempo e no espaço do tema de hoje: terras indígenas e quilombolas. Mas não. O ponto central é o mesmo: o caráter social da estratégia. *Stricto sensu*, as terras indígenas e quilombolas não são objeto de ação militar. Em termos estratégicos mais amplos, contudo, fazem parte essencial da construção social da estratégia: constituem parte daquele retroterra que forma a defesa da sociedade nacional em sua diversidade. Somos lembrados,

com freqüência, da inclusão das terras indígenas e quilombolas na Constituição oriunda da democratização do país, em meados da década de 80. Esse movimento legal resulta de uma valorização da diversidade, erigida como valor estratégico primordial da nacionalidade.

Eu vou fazer uma citação do Ministério da Cultura: “A diversidade cultural é tema estratégico para as políticas culturais no Brasil e no mundo. Com a entrada em vigor da Convenção da Diversidade, reafirma-se o direito soberano dos Estados de implementarem políticas necessárias à proteção e à promoção de suas expressões culturais. A nova concepção de política cultural implantada pelo Ministério da Cultura já incorpora grande parte dos objetivos da Convenção, porém surgem novos desafios. O Ministério da Cultura utilizará esse espaço para publicar e conversar com vistas a aprofundar o debate sobre o assunto”. Essa Convenção da Diversidade que está citada aqui, pelo Ministério da Cultura, foi aprovada pela UNESCO em setembro de 2005. O Brasil foi um dos signatários, com todos os outros países, à exceção dos Estados Unidos e de Israel, que não subscreveram a Convenção.

Está, portanto, como princípio norteador da vida social brasileira, em ambiente livre e democrático, essa busca da diversidade. Ainda mais, a Convenção da UNESCO sobre a Diversidade Cultural passa a ser incorporada à nossa própria política pública, como explicitado pelo Ministério da Cultura e pela representação brasileira na UNESCO.

Então, agora, eu vou fazer uma citação do nosso Embaixador Antônio Dayrell de Lima, Embaixador do Brasil na UNESCO que diz o seguinte: “A sociedade brasileira reflete, por sua própria formação histórica, o pluralismo. Somos nacionalmente, hoje, uma síntese intercultural, não apenas um mosaico de culturas. Nossa singularidade consiste em aceitar – um pouco mais do que outros – a diversidade e transformá-la em algo mais universal. Este é o verdadeiro perfil brasileiro. Sabemos, portanto, por experiência própria, que o diálogo entre cultura supera, no final, o relativismo cultural crasso e enriquece valores universais.”

Indígenas e quilombolas constituem grupos sociais reconhecidos como importantes por suas características próprias e peculiares. Essa observação já foi feita pelo Santilli na sua fala, no sentido de que isso foi

reconhecido na Constituição. Constituem um patrimônio cultural e social por serem autênticos e por constituírem, em sua diferença, parte da riqueza estratégica da nação brasileira. Essa diferença não está em contraposição à sociedade brasileira *mainstream* predominante. Tampouco, a cultura brasileira foi definida como uma unidade homogênea e indiferenciada. A diferença está na especificidade que caracteriza tanto uma comunidade caipira ou gaúcha, como uma aldeia indígena. O valor estratégico é a diversidade, conforme a Emenda Constitucional nº. 48, de 10 de agosto de 2005, que explicita a valorização de diversidade étnica e regional.

Por isso, múltiplas políticas públicas voltaram-se para a valorização da diversidade como, agora, o tombamento e proteção de bens materiais como modo de festejar de uma comunidade específica (ou a arte de preparar uma refeição tradicional).

Os temas indígenas e quilombolas fazem parte deste processo e a Arqueologia tem um papel peculiar e particular nesse aspecto. A Arqueologia foi entendida, desde os primórdios do século XIX, como uma disciplina voltada para o estudo das coisas antigas, a partir da sua materialidade. Estuda, pois, os artefatos humanos, a cultura material, e todo o aspecto físico relacionado ao ser humano, dos ossos às plantas. A Arqueologia – estudo do antigo – passou a ser, também, o estudo do poder, que é o outro sentido da palavra *arkhé*, em grego. A Arqueologia, como outras disciplinas, voltou-se para os grupos sociais, em interação, como ciência aplicada e relevante para a sociedade. A Arqueologia Pública definiu-se pela ação com os grupos sociais, parte da política estratégica nacional, em sua valorização da diversidade.

No Brasil a expressão “Arqueologia Pública”, surgida em ambiente anglo-saxão, ainda é nova e pode levar à confusão. De fato, “público”, em sua origem inglesa, significa voltado para o público, para o povo e não tem a ver, *stricto sensu*, com o sentido vernáculo de “público” como sinônimo de “estatal”. Ao contrário, o aspecto público da Arqueologia refere-se à atuação com as pessoas, sejam membros de comunidades indígenas, quilombolas ou locais, sejam estudantes ou professores de ensino fundamental ou médio. A ação do Estado se dá de maneira necessária, por meio de legislação de proteção ambiental e cultural, que obriga os

empreendedores – empresas privadas ou públicas – a custearem estudos de impacto ambiental e cultural.

As terras indígenas e quilombolas, para além dos embates jurídicos, relacionam-se com duas questões: a auto-definição dos grupos sociais e seu reconhecimento ou conhecimento em si mesmos. São dois aspectos interligados. A auto-definição de um grupo indígena ou quilombola parte de um conhecimento de sua historicidade, de seu lugar no mundo, se formos usar um conceito filosófico. A Arqueologia Pública, aqui, joga um papel de maior relevância e pertinência com indígenas e quilombolas, e permite descobrir as múltiplas ocupações de um mesmo espaço físico. Desvenda ambientes que mudaram com o tempo, revela modos de vida diversos, naquele espaço ocupado, hoje, por uma comunidade indígena ou quilombola. A relação simbólica desses grupos com seus ambientes encontra, na pesquisa arqueológica, contrapontos e recursos para a sua re-interpretação dessas próprias comunidades como entidades históricas. Essa definição de Arqueologia Pública é, portanto, a Arqueologia que trabalha com os grupos sociais. Nós temos uma publicação brasileira do Núcleo de Estudos Estratégicos que usa o termo “Arqueologia Pública” nessa linha.

Não se trata, portanto, de provar, pura e simplesmente, que um grupo indígena ou quilombola estava assentado em determinado lugar por tantas gerações. As comunidades, todas elas, transformaram-se de forma constante e isso já colocaria tal meta como epistemologicamente equivocada. A descoberta conjunta da materialidade de um dado espaço, comunidade indígena ou quilombola e arqueólogos permite que se construa uma relação estratégica entre as partes, de modo a produzir interação produtiva. A importância estratégica da Arqueologia se estabelece com elos muito evidentes com a Arqueologia Histórica, aquela que se refere aos últimos séculos.

Como ressalta Sandra Pelegrini: “Estudos pautados pela Arqueologia Histórica tendem a promover explicações mais amplas e profundas sobre o Quilombo de Palmares, por exemplo, do que as investigações centralizadas do campo estritamente econômico”. A Arqueologia Histórica e as escavações realizadas na Serra da Barriga, onde se localiza esse quilombo, que foi o maior quilombo das Américas de 1605 a 1695, promoveu pesquisas arqueológicas e hoje o Quilombo dos Palmares é

um bem tombado pela União como Patrimônio Nacional. Então, essas pesquisas, somadas aos estudos das famílias, mulheres, alimentação, sexualidade, entre outros enfoques, elucidaram aspectos da vida cotidiana, capazes de revelar uma complexa teia de relações entre os quilombolas, os colonos e os europeus. Além disso, concorreram para a desmistificação das visões de isolamento, muitas vezes cristalizadas na historiografia, que se ocupava da escravidão. Nesse sentido, constatou-se a integração do núcleo do Quilombo de Palmares com outras culturas e diversas etnias. Esse enfoque contribuiu para renovar as abordagens sobre o assunto. Tais enfoques tendem a reforçar a perspectiva da diversidade como fator estratégico.

Cabe, portanto, reforçar a importância da promoção de políticas públicas em prol da preservação do patrimônio cultural, assentadas nas premissas do desenvolvimento sustentável da diversidade e, principalmente, da inclusão social. Um exemplo disso está no Projeto de Lei 7566 que tramita no Congresso Nacional, desde novembro de 2006, de autoria da Deputada maranhense Nice Lobão. Esse Projeto de Lei propõe uma nova definição do patrimônio cultural subaquático. Ela propõe que esse patrimônio arqueológico, como todos os vestígios da existência humana que se encontram submersos ou na interface, se igualem ao patrimônio arqueológico que está em superfície, passando ao Ministério da Cultura a tarefa de sua gestão. Atualmente, os bens submersos não estão submetidos às leis patrimoniais do Ministério da Cultura e do IPHAN, então, esse Projeto de Lei corrige esta distorção. O patrimônio cultural subaquático assim também pode representar aspectos de nossa diversidade cultural.

O papel estratégico da Arqueologia, como parte da política ambiental e cultural do Brasil, em defesa da diversidade está apenas em seus inícios. Os resultados já obtidos na consolidação da nacionalidade como conjunto de usos diversos indicam que estamos no caminho certo. Obrigado.

Edmar Camargo – Moderador: Senhor Pedro Paulo Abreu Funari, Coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP, mais uma vez, como já foi dito para os dois palestrantes, a Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais agradece pela brilhante exposição, um rico texto que aborda essa visão do papel estratégico da Arqueologia na delimitação de terras indígenas e quilombolas. Meus parabéns. Agora, vamos passar ao debate.

Debate

Edmar Camargo – Moderador: Nós temos aqui algumas perguntas formuladas. A primeira é dirigida ao Dr. Márcio Santilli. A pergunta é do Coronel Jorge Luiz, da Aeronáutica. Ele pergunta: “*Qual é a política a ser adotada com relação à demarcação das terras indígenas, visando à defesa nacional contra interesses escusos e pseudohumanitários de ONG ou empresas e instituições estrangeiras que se encontram nesses locais? Vale salientar que as terras demarcadas possuem, na maioria de seus subsolos, jazidas estratégicas, sem contar com a flora e a fauna.*

Márcio Santilli – Instituto Socioambiental: Eu vou resumir em três palavras: demarcação e regularização fundiária; presença do Estado; implementação de políticas públicas consistentes. Eu acho que esses são os três pontos básicos. Se nós não temos a regularização da situação fundiária numa determinada região do país, evidentemente, essa região é muito mais propensa à ocorrência de conflitos. A demarcação das terras é um elemento da regularização fundiária, além de outros elementos que estão ligados à ocupação das terras por diferentes grupos da sociedade brasileira. Quando se tem uma situação regularizada do ponto de vista fundiário, você evita a ocorrência de conflito que podem ter implicações para a defesa nacional.

O segundo aspecto é a presença do Estado. Não estou me referindo apenas à questão da presença militar ou a presença das diferentes agências do Estado que têm competências afetas à questão dos povos indígenas, mas eu acho que é uma discussão que remete à própria organização do Estado e do Regime Único do funcionalismo. Nós temos que imaginar que a presença de pessoas do Estado Nacional nas terras indígenas significa uma dificuldade monumental para o Estado Brasileiro. Talvez menos para a área militar, que tem a capacidade de convocação e

de alocação dessas pessoas em áreas em que devam trabalhar e permanecer, mas, no caso dos outros órgãos, isso é extremamente difícil. Como é que você remunera adequadamente um profissional de saúde que vai morar numa terra indígena, viver, atuar e trabalhar numa terra indígena, longe da cidade, da sua família etc., o que se aplica à consideração em relação a outras políticas públicas. O Estado Brasileiro não está dotado de mecanismos adequados de remuneração e de viabilização da presença de funcionários e, portanto, do Estado, sobretudo, em regiões mais remotas no país. De certa maneira, isso coloca em questão, também, a necessidade de se caminhar mais, de se aprofundar mais na formação de quadros das próprias comunidades indígenas que possam ser absorvidas pelas diferentes instâncias do Estado, no sentido de estarem presentes e exercendo as suas funções e implementando as políticas públicas afins. Eu creio que, com essas providências, nós reduziríamos, enormemente, o risco de implicações das terras e dos povos indígenas, da vida dos índios em relação à defesa nacional.

Edmar Camargo – Moderador: Tenho uma outra pergunta também dirigida ao Dr. Márcio Santilli: *Sabe-se que a superfície total das terras indígenas, com limites já definidos, corresponde a 12,56% do território nacional, ou seja, o equivalente a 695 terras indígenas significando um total de 106.937.530 milhões de hectares. Esses são dados de agosto de 2007. Em setembro último, o governo homologou mais oito terras indígenas, ou seja, 996.714.000 hectares. Tendo em vista que boa parte dessas ampliações inserem-se numa estratégia, como essas etnias vão absorver a atual política desenvolvimentista, uma vez que, vários empreendimentos virão a ocorrer, senão dentro, nas imediações das referidas terras indígenas. É justo tanta terra em poder de pouca gente, uma vez que, temos dívidas sociais com outras comunidades como os quilombolas, por exemplo?*

Muito obrigado.

Márcio Santilli – Instituto Socioambiental: Eu acho que a discussão dessa questão da extensão das terras indígenas não pode ficar limitada apenas aos números mais gerais que estão aqui apontados, como por exemplo, 12.5% do território versus 0.4% da população nacional. Decompondo esse número, nós vamos ver que ele não reflete uma

situação que seja aplicável ao conjunto do território brasileiro. Aproximadamente 99% da extensão total das terras indígenas está na Amazônia Legal Brasileira, onde vivem 60% da população indígena; os outros 40% estão em um pouco mais do que 1% da extensão total das terras indígenas. São situações muito diferenciadas desse ponto de vista. Se nós formos analisar o quadro do Mato Grosso do Sul, por exemplo, é um quadro potencialmente muito explosivo, onde as terras indígenas são diminutas e as etnias são populosas, onde se observam situações onde não há sequer a relação de um índio para um hectare. Portanto, esses números genéricos não correspondem absolutamente à situação concreta que se tem nessas regiões do país que, nem por acaso, são hoje as regiões mais sujeitas a conflitos porque nós temos uma situação absolutamente insustentável nessa relação entre povos indígenas e a sociedade brasileira.

Agora, vamos tratar da questão da Amazônia Legal. Tudo na Amazônia Legal é grande. Se nós formos comparar com a outra metade do território brasileiro, nós verificamos que as unidades de conservação são as de maior extensão; as propriedades fundiárias são de maior extensão; os municípios são de maior extensão; as áreas militares são de maior extensão; e as terras indígenas são de maior extensão. Nós temos não apenas uma densidade demográfica menor nesta parte do território brasileiro, assim como uma concentração da população nas zonas urbanas. De modo que nós temos extensas parcelas do território e baixo grau de ocupação humana. Em princípio, não é de se estranhar que, quando o Estado Brasileiro vai reconhecer as terras indígenas numa região com pouca densidade de ocupação, acabe constatando a ocupação efetiva dos povos indígenas sob extensões de terras muito maiores do que se nós considerarmos a outra parte do território brasileiro. No caso de Roraima, por exemplo, as terras indígenas chegam a um pouco mais do que 50% da extensão do estado. Então nós temos algo em torno de 40 mil pessoas e uma população que eu creio que ainda não chegue a mil habitantes. Ou seja, 10% da população, em termos numéricos, é como 50% do território em números redondos. No entanto, essas 400.000 pessoas que vivem em Roraima, em que se incluem até os próprios 40.000 indígenas, vivem, fundamentalmente, em Boa Vista e nas outras cidades. Se nós precisarmos decompor, desses 400.000 habitantes, o que é população rural não indígena, nós vamos ver que a

relação é de 50% a 50% mesmo. Então, os macro números nem sempre indicam para nós uma situação muito clara. É preciso descer dentro da realidade concreta de cada parte do território nacional e analisar esses números com mais acuidade essa questão.

Edmar Camargo – Moderador: ainda uma pergunta para o Dr. Márcio Santilli e que está atrelada a essa primeira questão: *O senhor está sugerindo que os índios defendam as nossas fronteiras?*

Márcio Santilli – Instituto Socioambiental: Eu não tenho a menor dúvida disso. Por que não? Eu acho, inclusive, que o Exército tem caminhado bastante nessa direção, incorporando contingentes de indígenas às Forças Armadas. Isso ainda não se reflete no plano da oficialidade, mas acho que isso tem facilitado o trabalho das Forças Armadas em muitas regiões remotas do país. É muito mais difícil deslocar a população e soldados de outras regiões, a adaptação dessas pessoas e suas famílias em regiões remotas e todas as implicações que essa questão traz. Inclusive, eu acho que, do ponto de vista estratégico, há elementos que precisamos considerar, como o grau relativamente maior de conhecimento do próprio território que os índios têm em relação às populações que são trazidas de outras regiões. Eu não desprezaria esse aspecto estratégico da participação dos índios numa estratégia de defesa nacional. Não se trata de delegar a eles, exclusivamente, essa imensa responsabilidade porque não faz sentido, mas acho que é uma coisa viável contar com a participação deles nessa estratégia. Acho que isso será relevante do ponto de vista estratégico.

Edmar Camargo – Moderador: Tenho aqui uma pergunta dirigida ao Dr. Pedro Paulo. A pergunta é do Comandante Renan, da Escola de Guerra Naval: *O senhor poderia explicar de forma sucinta a situação atual e perspectivas, sob a sua ótica, da Comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia, no Rio de Janeiro?*

Pedro Paulo Abreu Funari – Núcleo de Estudos Estratégicos/Universidade Estadual de Campinas: Com relação a esse caso específico, eu preferiria falar de uma maneira mais geral dizendo que há um grande debate sobre a definição de comunidade quilombola. Eu acho que o problema de fundo é o fato de que,

originalmente, quando se fez a definição do que seria uma comunidade quilombola, do ponto de vista legal, partiu-se do pressuposto de que deveria ser uma comunidade de africanos ou pessoas de origem africana que eram escravas, portanto, anteriores a 1888 e que, tendo saído de alguma fazenda ou de alguma cidade, constituíram-se em uma comunidade em algum lugar e, portanto, essas pessoas poderiam ter direito à terra. Isso gerou uma série de questões porque a maior parte das comunidades que se definem como quilombolas, no momento atual, em todo o país, que são muitíssimas, não são, necessariamente, em sua maioria, do século XIX. Elas são posteriores à Abolição da Escravatura, portanto, *stricto sensu*, não estariam cobertas por esta determinação legal.

Foi por isso que eu trouxe aqui o tema da diversidade como valor estratégico. O importante é que nós tenhamos políticas que procurem valorizar e preservar essa diversidade, tanto desses grupos que podem ser de ascendência africana como indígena. Quer dizer, a riqueza da nação depende também da preservação destas comunidades como comunidades autônomas. Esse é o sentido da diversidade. Elas fazem parte da nação, mas a nação é constituída, justamente, pela diversidade. O que constitui o caráter nacional é a sua diversidade. Então, os casos concretos exigiriam uma ação com essas comunidades por parte das autoridades envolvidas e os grupos que estão interessados. Podem ser grupos econômicos, brasileiros ou estrangeiros; autoridades que são civis e militares, federais e estaduais; enfim, há um conjunto de interesses envolvidos e, do meu ponto de vista, se nós formos nos ater a esse princípio maior de diversidade, parece-me que o que precisa ser feito é agir em consonância com as comunidades.

Edmar Camargo – Moderador: Agora, tenho uma pergunta dirigida à Dra. Renata Furtado: *Na questão da regularização das terras quilombolas, o governo decidiu não alterar o Decreto 4887/2003. Contudo, eles decidiram criar um Grupo de Trabalho Interministerial, juntamente com o GSI, e alterar uma Norma Interna do INCRA que regula os trabalhos de regularização fundiária das terras quilombolas. Há legitimidade e legalidade para ocorrer esse tipo de ingerência numa autarquia que, em tese, deveria ter autonomia? Nesse processo de discussão das*

alterações da Instrução Normativa nº.20 houve a participação de representantes das comunidades remanescentes de quilombos?

Renata de Souza Furtado – Gabinete de Segurança Institucional/Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais: Essa pergunta não tem nada a ver com o que foi exposto porque a questão quilombola, conforme foi conduzida, tem uma visão global ocupacional. Mas, a título de esclarecimento, a pessoa mais provável para dizer isso, seria o Advogado Geral da União que tem como responsabilidade assessorar o Presidente da República. A legitimidade e legalidade na condução dos trabalhos estavam a cargo da Advocacia Geral da União que entendeu convocar órgãos de Estado, num fórum grande. A questão foi resolvida no âmbito do Governo Federal com órgãos de governo mediante delegação e exposição de estrutura da Advocacia Geral da União.

Edmar Camargo – Moderador: A próxima pergunta ainda é dirigida ao Dr. Márcio Santilli: *Como os índios, em sendo soldados, terão suas bases nas fronteiras se há a intenção de que as unidades militares saiam das terras indígenas? Se os índios serão soldados das Forças Armadas, não deveriam ser eles considerados cidadãos brasileiros comuns, sem os direitos específicos dos índios? Como fica a questão da integração Pan-Amazônica?*

Márcio Santilli – Instituto Socioambiental: Eu, pessoalmente, não tenho nenhuma intenção de retirar as unidades militares das áreas indígenas. Pode ser que alguém tenha, mas esse não é o meu caso. Eu acho que a estratégia de defesa nacional deve considerar a questão da presença militar nos pontos que sejam estratégicos situados em terras indígenas, assim como aqueles pontos que não são situados em terras indígenas. O problema é muito mais o “como” da presença militar. Eu não acho adequado que se instale um batalhão em uma aldeia. Essa não é a melhor maneira de prover essa presença porque acabam acontecendo problemas na relação entre soldados e índias que tencionam as relações entre essas comunidades e as Forças Armadas. Eu não acho que isso seja o melhor, nem para os índios e nem para a estratégia de defesa das fronteiras. Mas sempre que a presença militar for considerada necessária, ela deve ocorrer. Só que eu acho que ela pode, perfeitamente, ocorrer

sem um grau de conflito que seja indesejável e que seja insuportável dentro dessa relação. No recrutamento de pessoas indígenas nesses pelotões de fronteira tem-se sentido bastante esse tipo de conflito que já ocorreu com maior intensidade no passado anteriormente. Os índios são cidadãos brasileiros; eles não deixam de ser cidadãos brasileiros por serem índios. A questão de eles disporem de direitos específicos também não é uma questão que diga respeito, unicamente, aos índios. Nós temos outros segmentos da população que têm direitos específicos, que são relativos à sua própria condição, à própria natureza, à sua própria forma de ser brasileiro, enfim, eu não vejo esse tipo de dificuldade. Eu acho que nós podemos e devemos contar que os índios estejam, cada vez mais, em condições de poderem exercer todas as atividades que são possíveis de serem exercidas por qualquer outro cidadão.

Em relação à questão da integração Pan-Amazônica, eu acho que esse é um fato novo e é nesse sentido que ela deve ser considerada. A tendência histórica é de que nós tenhamos um processo de integração cada vez mais acentuado entre os diferentes países aqui no contexto da América do Sul. O absurdo é nós considerarmos países vizinhos, que têm fronteira conosco, como se fossem países remotos distantes sobre os quais nós não temos conhecimento e com os quais nós não temos uma relação próxima. É incrível que nós tenhamos um fluxo muito maior de pessoas que vão visitar a Europa, os Estados Unidos e a América do Norte do que a Venezuela, o Peru, o Equador. Muitas vezes é mais fácil chegar aos Estados Unidos e à Europa do que chegar a esses países. Então, eu acho que a tendência de integração é uma coisa super desejável e que, inclusive, está expressa na maior parte das Constituições dos países da América do Sul. Eu acho que essa questão tende a diminuir os problemas que estão relacionados à existência de etnias que ocupam os dois lados da fronteira nacional. As políticas públicas referentes aos índios devem também buscar integrar-se. Nós temos visto muitas situações, por exemplo, em que o Estado Brasileiro desenvolve uma política mais consistente de atenção à saúde, mas que não é implementada com o mesmo grau de consistência junto ao mesmo povo do outro lado da fronteira. Nesse caso, o que ocorre é que as pessoas ultrapassam a fronteira em busca dessa melhor assistência. Imagino que isso não seja desejável, nem para o Estado e nem para eles próprios. Eles estão vindo em busca de uma solução de um problema

básico de atenção à saúde. Então, seria de toda conveniência que se procurassem desenvolver políticas de atenção a essas demandas básicas integrando ações compatíveis e coerentes dos dois lados da fronteira, numa ação integrada entre os órgãos e agências de Estado que têm competência específica em relação a esses temas.

No caso da política indigenista, nós temos que desenvolver mecanismos proporcionais a esse processo de integração mais geral que ocorre, e ocorrerá, cada vez de forma mais profunda no futuro.

Edmar Camargo – Moderador: A última pergunta é para a Renata Furtado: *Qual é a visão atual sobre a criação de novos estados e territórios federais e municípios, em especial, na Faixa de Fronteira?*

Renata de Souza Furtado - Gabinete de Segurança Institucional/Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais: Nós ainda não recebemos uma demanda nesse sentido, pelo menos, ainda não chegou oficialmente ao conhecimento da Coordenadoria de Assentimento Prévio. O Gabinete de Segurança Institucional é muito amplo, realmente, e se está havendo algo nesse sentido, é bom até que nós tomemos conhecimento. O que temos são 11 estados na Faixa de Fronteira, que estão muito bem consolidados, com base na Constituição, com todas as regras e novidades de divisão, e isso não está sendo objeto de debate. Houve uma tendência de redução da Faixa de Fronteira para 55 quilômetros, mas isso foi arquivado também, no ano de 2006, porque os fundamentos que foram apresentados para diminuir a Faixa de Fronteira não tinham qualquer sentido. Então, isso está bem consolidado, na forma prevista, desde a Constituição de 88, tanto a nossa federação ser dividida em 26 estados e 1 Distrito Federal, com 11 estados na Faixa de Fronteira, bem como o limite de até 150 quilômetros da Faixa de Fronteira.

Edmar Camargo – Moderador: Estamos chegando ao final do nosso encontro e eu vou fazer aqui uma breve síntese do que foi exposto pelos nossos palestrantes. A Senhora Renata Furtado, Coordenadora de Assentimento Prévio do GSI, falou da “Ocupação Territorial: Uma Visão Estratégica”. Ela fez um retrospecto histórico desde as capitâncias hereditárias, abordando a divisão de sesmarias. Depois, ela falou sobre a

tendência de ocupação do uso do solo e da Faixa de Fronteira, numa alusão ao Assentimento Prévio do Conselho de Defesa Nacional que é, justamente, o monitoramento do Estado sobre a mineração, aquisição de terras por estrangeiros etc. Ele abordou também o Sistema de Georeferenciamento em Apoio às Decisões da Presidência da República, ressaltando que, obviamente, o Estado procura não cometer os mesmos erros do passado. Ela enfocou muito sobre a participação estrangeira no mundo globalizado e conseqüentes preocupações de interesses nacionais. Mostrou a saturação do tratamento de mineração em terras indígenas e unidades de conservação, apresentando visões sobre mineração, solo, subsolo, espaço aéreo e participação estrangeira.

O Senhor Márcio Santilli, Coordenador do Instituto Socioambiental, mostrou sua preocupação com o futuro da política indigenista, suas tendências e problemas. A FUNAI não dispõe de monopólio das relações, ou seja, há uma interveniência de diferentes segmentos dos estados e das prefeituras. Nesse novo modelo, existe uma interrelação e integração entre as instituições, mas isso tem sido prejudicado pela desarticulação das ações. Temos, hoje em dia, uma Comissão Nacional de Políticas Indígenas tentando resolver essa situação, mas ainda se revela insuficiente. Também se preocupou com a defesa da integração para a formulação das políticas, remuneração de indígenas e tendência de urbanização em relação à população urbana.

O Senhor Pedro Paulo Abreu Funari, Coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP, especialista em estratégia e seguimentos sociais, abordou de uma forma muito rica o papel estratégico da arqueologia na delimitação das terras indígenas e de quilombolas. Abordou, também, a questão do caráter social da questão indígena e de quilombolas e mostrou que a arqueologia é uma disciplina voltada para estudos antigos para que tenhamos uma boa visão sobre a questão.

Então, aqui, nós estamos muito satisfeitos não só com a presença dos nossos ilustres palestrantes, mas, também, com essa ilustre platéia. A satisfação é muito grande e tanto é que nós vamos materializar para os palestrantes oferecendo a eles o certificado assinado pelo Senhor José Alberto Cunha Couto, que é o Secretário de Acompanhamento e Estudos Institucionais e, também, pelo Ministro do Estado Chefe do Gabinete de

Segurança Institucional da Presidência da República, General Jorge Armando Felix. Eu passo às mãos da Renata o certificado. Lembro que teremos logo mais, às 14 horas, uma Conferência intitulada “A Inserção do Brasil no Mundo e a Segurança Nacional”, a ser proferida pelo Excelentíssimo Senhor Aloizio Mercadante, Senador da República. Agradecemos. Obrigado.



Conferência III

Inserção do Brasil no Mundo e a Segurança Nacional

Aloizio Mercadante
Senador da República

Inserção do Brasil no Mundo e a Segurança Nacional

Mestre-de-Cerimônias: Vamos iniciar a última das conferências proferidas neste VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, com a apresentação do Senador Aloizio Mercadante, sobre o tema “Inserção do Brasil no Mundo e a Segurança Nacional”.

Presidindo os trabalhos temos a presença do Senhor Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Jorge Armando Felix. Como moderador, teremos o Professor Jorge Antonio Ramalho da Rocha, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, que conduzirá o debate após a Conferência.

Como já vem acontecendo, as perguntas podem ser encaminhadas por escrito, contendo o nome de quem a faz e a entidade que representa, além do e-mail. Caso não seja possível que todas as respostas sejam dadas aqui, posteriormente, serão respondidas pela Assessoria do Senador, por meio eletrônico.

Tem a palavra, então, o Senhor General Jorge Armando Felix.

General Jorge Armando Felix – Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional: Boa tarde a todos. Cabe apenas aqui uma palavra de agradecimento ao Senador Aloizio Mercadante por ter aceitado nosso convite de estar aqui para nos brindar com a sua visão sobre esse importante tema que é a “Inserção do Brasil no Mundo”. Eu vou passar a palavra ao Professor Antonio Jorge que é o nosso moderador, a quem cabe conduzir essa sessão. Professor, por favor.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Mediador: Muito obrigado, Ministro. Muito boa tarde a todos. Eu vou muito brevemente dar uma

notícia biográfica do Senador, antes de lhe passar a palavra. Estamos todos aqui ansiosos para ouvi-lo.

O Senador Aloizio Mercadante nasceu em Santos, em 13 de maio de 1954. Ele é Graduado em Economia, Universidade de São Paulo e Mestre em Economia pela Universidade de Campinas. É Professor Licenciado da UNICAMP e da PUC de São Paulo. No PT, o Senador Mercadante foi Vice Presidente Nacional e Secretário de Relações Internacionais, além de integrante do Diretório Nacional e da Executiva Nacional. Participou da elaboração dos Programas de Governo do PT e foi Coordenador das Eleições Presidenciais de 1989 e de 2002. Foi Candidato a Vice Presidente da República na Chapa do Presidente Lula na campanha de 1994. Em 1990, em seu primeiro mandato foi eleito como o mais votado Deputado Federal do PT. Na Câmara, destacou-se em duas importantes Comissões Parlamentares de Inquérito, a de PC Farias e a do Orçamento. Em 1996, coordenou o Programa de Governo do PT e foi candidato a Vice Prefeito de São Paulo. Foi protagonista do Debate Econômico Nacional participando de palestras e publicando numerosos artigos, os quais propunham modelo alternativo de desenvolvimento. Deste período resultou o lançamento do livro “O Brasil Pós Real”, organizado por ele. Em 1998, o Senador Mercadante voltou à Câmara dos Deputados como o terceiro Deputado mais votado do país. Em seu segundo mandato, participou de diversas comissões especializadas nas áreas econômicas, financeiras e tributárias. Presidiu a Comissão de Economia, Indústria e Comércio. Foi líder da Bancada do PT e membro das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Finanças e de Tributação. Concorreu ao Senado em 2002 e obteve a maior votação da história do país, 10.497.000 votos. No Senado, exerceu a liderança do governo até junho de 2006. Em 2006, se licenciou e foi candidato do PT ao Governo de São Paulo, quando obteve o maior número de votos do partido no estado. Desde então, e, neste mesmo ano, lançou um segundo livro que é importante destacar, “Brasil: Primeiro Tempo - Uma Análise Comparativa do Governo Lula”. Em 2006, após as eleições reassumiu o seu mandato de Senador da República. Atualmente, o Senador preside a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, com um mandato de dois anos, portanto, até o fim de 2008. É também titular das Comissões de Constituição e Justiça, de Reforma Agrária e Agricultura. É suplente de outras tantas comissões e membro titular do

Parlamento do MERCOSUL. Essa defesa radical da democracia e do debate amplo, aberto, preciso e franco que o Senado faz desde que era estudante, como Presidente do Centro Acadêmico é conhecido de todos nós. Então, Senador, nós estamos ansiosos para ouvi-lo.

Senador Aloizio Mercadante: Boa tarde a todos e a todas. Eu queria, inicialmente, saudar o General Jorge Felix por toda uma vida dedicada ao país. Ele é servidor exemplar das Forças Armadas e vem fazendo um trabalho muito relevante. Eu queria parabenizá-lo pela qualidade e pela representatividade desse Encontro. Eu tenho certeza que o VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos trará subsídios importantes ao país.

Eu queria também agradecer ao Professor Antonio Jorge pela apresentação. Acho que só o currículo dificultou a apresentação, poderia ser uma coisa mais objetiva. Acho que todos conhecem a nossa presença no debate político, mas agradeço a gentileza da apresentação.

Eu vou fazer uma apresentação ancorada em dados. Pela minha formação como economista, é indispensável que eu os utilize e, ao final, vou buscar aprofundar alguns temas da Defesa Nacional, sabendo que esse é um tema ao qual os civis se dedicaram pouco, na história recente do Brasil, e que os militares nem sempre gostam dessas intervenções. Mas, eu acho, sinceramente, que está na hora de aprofundarmos esse debate. Acho que várias publicações estão surgindo e há um interesse nacional hoje nessa reflexão. É importante que o Congresso Nacional se especialize mais nessa agenda, debruce-se mais, sobretudo, sobre o papel das Forças Armadas e da estratégia de defesa do Brasil, porque à medida que o país vai ganhando mais soberania, força, liderança, presença no cenário internacional, seguramente, nós vamos ter que definir um papel das Forças Armadas. Um modelo organizacional, com essa estatura, com essa presença cada vez mais determinante na diplomacia nas Relações Internacionais.

Então, eu vou iniciar a apresentação utilizando um gráfico, com traços muitos gerais do que foi a história recente do Brasil.

Antes de nós falarmos sobre qual é a inserção internacional do Brasil, nós temos que pensar o que nós somos como nação. Nós somos mais da

metade do território e do PIB da população da América do Sul. Nós somos, hoje, o 10º PIB da economia mundial. Eu vou demonstrar que nós somos uma liderança crescente no agronegócio. Somos um país que tem um potencial energético bastante diferenciado, o que nos permite uma matriz energética limpa. Somos um país que tem um parque industrial diversificado, algumas plataformas de exportação muito importantes e, nessa condição de 10º PIB da economia mundial, somos um país que conseguiu uma industrialização e certa capacidade de inovação tecnológica e estamos presentes em alguns setores de valor agregado mais relevantes.

Por outro lado, nós somos um país muito desigual socialmente, um país marcado por profundas desigualdades regionais e, sobretudo, sociais. Somos um país que, ao longo de muito tempo na história, apresentou uma capacidade de produção de riqueza absolutamente espetacular. Só que na história recente do país, nós perdemos essa vocação, essa capacidade de criar e de produzir riquezas.

Se nós olhamos, historicamente, nós temos um longo período, até os anos 50, com uma taxa de crescimento em torno de 4,6% ao ano, o que era uma taxa de crescimento importante. Nós vamos ter um grande salto a partir do pós-guerra e com um grande destaque para o que foi o desenvolvimentismo nacional, o processo de substituição de importações que vai ocorrer nas grandes crises de balanço de pagamentos, como foi a crise de 29, como foi a Segunda Guerra Mundial. Particularmente, a partir do Governo Getúlio, foram criadas algumas estruturas que foram decisivas para impulsionar o crescimento: criação do BNDES e da Petrobrás; uma concepção de Estado Nacional; a normatização das relações de trabalho, em que você vai internalizando os conflitos e criando instituições de divulgação relevantes do Estado Nacional. O Plano de Metas foi o grande salto no processo de industrialização. O Plano de Metas vai-se ancorar na Vale do Rio Doce, na Álcalis, na Fábrica Nacional de Motores, na Fábrica Nacional de Vagões. Ou seja, em toda a indústria de base que vinha sendo construída. O grande salto é o pacote de investimentos, muito bem articulado, que deu um salto na indústria automotiva; na indústria da construção civil, com a construção de Brasília; numa estrutura rodoviária bastante importante. A indústria automotiva era a indústria com mais capacidade de interação nas

relações inter-industriais. No pós-Plano de Metas, nesse salto da industrialização, nós vamos viver uma crise fiscal e financeira. Nós fizemos um financiamento inflacionário, o Estado se endividou além do que podia e vamos viver um grande período de instabilidade econômica até o Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG em 64. Foi uma intervenção abrupta para fazer um programa de estabilização. A última tentativa no período anterior ao plano teria fracassado e, a partir de 64, nós vamos ter um programa de estabilização duríssimo, o Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG que vai até o segundo semestre de 1967 e que vai conseguir estabelecer uma estabilização da economia e recolocar bases de um crescimento acelerado da economia que começa no segundo semestre de 1967. Nós vamos viver um grande momento da base produtiva industrial do Brasil, com taxas de crescimento absolutamente espetaculares.

Nós não fomos capazes de sustentar esse impulso porque atravessamos um período de fragilização das contas externas com a crise do petróleo. O Brasil ainda manteve uma iniciativa voluntarista, que foi o II PND, com grandes projetos estruturantes, como a Ferrovia Norte-Sul – que até hoje nós não conseguimos construir – Carajás, a Ponte Rio-Niterói, a Transamazônica, a indústria da química fina etc. Então, a mudança do padrão industrial, mais um financiamento que vulnerabilizou as contas externas do Brasil e, no início dos anos 80, nós vamos assistir à diplomacia do dólar forte e uma grave crise nas contas externas do Brasil que se vai arrastar por vinte e cinco anos.

Então, quando nós olhamos historicamente, nós vamos ver que, nesse período até a Segunda Guerra Mundial, nós tínhamos um crescimento em torno de 4,5% e o início de uma industrialização ainda muito marcada por um modelo primário exportador que nós herdamos. Depois do período da industrialização substitutiva, houve uma grande explosão nas taxas de crescimento que vão para mais de 7% ao ano. Nesse período histórico, o Brasil é o país que mais cresceu na economia mundial. O Japão é o segundo país e nós somos o segundo em PIB per capita, mas somos o primeiro em termos de crescimento da economia, nesse período de quase um século e, depois, nós vamos entrar na crise da dívida e na instabilidade econômica.

Eu queria apenas chamar a atenção para um dado. De 1980 a 1994, nós tivemos 23 trilhões de pontos percentuais de inflação. Nós tivemos a mais longa hiperinflação, pelo menos que eu conheço, na história documentada da humanidade. Nós perdemos a medida do valor e perdemos a moeda com vários choques e tentativas de planos de estabilização fracassados; com uma crise de balanço de pagamentos que se arrastou durante todo esse período; com uma vulnerabilidade externa que nos levou aos condicionantes do Fundo Monetário Internacional; com taxas medíocres de crescimento em torno de 2% que é o que caracterizou esse período.

Nós estamos vivendo o que eu chamaria de um “novo desenvolvimentismo”. Nós estamos vivendo uma nova etapa da história econômica do Brasil e eu vou tentar fundamentar isso. É uma etapa da história econômica que permite ao Brasil resgatar a dimensão de soberania, mudar o seu padrão de inserção internacional e reassumir um papel decisivo de liderança regional. Eu acho que é nesses marcos consistentes da política macroeconômica, da estabilidade econômica do país, que foi uma herança construída já no governo anterior, mas que será preservada, e de um crescimento sustentável e que se vem acelerando, que nós devemos discutir quais são os imensos desafios na nossa inserção internacional e, em particular, qual é a nossa agenda de defesa estratégica da nação.

Vamos começar a discutir a agenda da nova política externa como elemento central da estratégia de fortalecimento do Estado Nacional e de combate aos constrangimentos gerados pela globalização assimétrica. Nós vivemos, no período anterior, uma contribuição importante de estabilização da economia, mas, ao mesmo tempo, uma agenda do Consenso de Washington, que significava a idéia do Estado Mínimo, da abertura comercial, da desregulamentação da economia, do mercado como a grande força do desenvolvimento, perda de mecanismos de regulação da economia, etc. Essa agenda nos trouxe, eu diria, constrangimentos muito severos nas contas externas e nas contas públicas e, de outro lado, um aumento de eficiência e de produtividade importante no setor privado.

O que é a nova política externa que começa a ser desenhada a partir do momento em que o país retoma a capacidade de crescimento sustentado com estabilidade e com solidez nos seus fundamentos macroeconômicos, e com uma nova dimensão política impressa, sobretudo, a partir da gestão do Ministro Celso Amorim?

Quais são as principais diretrizes?

- Consolidar e ampliar o MERCOSUL. O MERCOSUL é um projeto absolutamente estratégico para a nossa liderança regional, para as nossas responsabilidades regionais. Eu vou dar só um dado que eu reforçarei depois. Hoje, o MERCOSUL é mais importante para as exportações brasileiras do que os Estados Unidos. Nós exportamos mais para os países do MERCOSUL do que para os Estados Unidos;
- Fortalecer o multilateralismo e suas instituições. Essa tem sido uma marca fundamental da nossa história da diplomacia, na competente formação do Itamaraty e um exemplo disso foi a Guerra do Iraque. Eu estava na conversa do Presidente Lula com o Presidente Bush quando o governo americano nos solicitou apoio à intervenção militar no Iraque e o Presidente Lula falou: “Nós nos moveremos pelo posicionamento das instituições multilaterais. A ONU é a nossa referência, o Conselho de Defesa da ONU e, nós não aceitaremos uma intervenção unilateral”. E o Brasil se posicionou com muita firmeza. Ontem, inclusive, indicamos para a nossa Embaixada na França o Embaixador Bustani que, também, naquele momento tão difícil, teve uma posição muito firme de defesa das instituições multilaterais quando havia uma intervenção indevida na Agência de Controle das Armas de Destrução em Massa e Armas Químicas e ele não aceitava inspeção no Iraque que não fosse da própria Agência. Ele acabou sendo afastado, mas a história demonstrou que ele tinha razão, como também aqueles que se posicionaram naquele momento em defesa das instituições multilaterais. Eu acho que o empenho do Brasil na OMC, a articulação que nós temos feito, aumenta a credibilidade da nossa política externa e da nossa presença;

- Integrar econômica, política e fisicamente a América do Sul. Nós estamos empenhados em vários projetos de infra-estrutura, estradas, energia, de integração física, que já mudaram a face econômica da região. Por exemplo, o nosso acesso Manaus/Venezuela, incrementou o comércio de forma muito relevante. A construção da nossa saída estratégica para o Pacífico é fundamental para aumentar a nossa capacidade de exportação, então, a integração física da estrutura é uma coisa muito importante. O FOCEM, que é um Fundo do Mercosul, que tem projetos já, em valores ainda pequenos de US\$ 100 milhões, mas que vêm aumentando a sua participação na região, é parte desse esforço;
- Enfatizar a Cooperação Sul-Sul sem descuidar dos parceiros tradicionais. Isso se articula também a reaproximar o Brasil da África e do Oriente Médio. O Presidente Lula é o presidente que foi mais vezes à África; é o presidente que teve mais esse novo olhar para a África que existia no passado, especialmente, na África de língua portuguesa que nós perdemos na história recente; e, ao mesmo tempo, buscar novas parcerias. Tudo isso vai-se refletir no nosso comércio exterior e no nosso peso crescente nos fóruns internacionais pela liderança que o Brasil vai assumindo em função dessa visão estratégica;
- Criar e consolidar parcerias estratégicas com China, Índia e África do Sul. Talvez o exemplo mais importante seja como nós articulamos essa intervenção para combater as assimetrias na economia e no comércio mundial. O G-20, na Rodada de Doha, mudou a pauta das negociações internacionais e comerciais. O Brasil teve um papel protagonista, conseguiu retomar uma agenda que os países ricos tinham-se comprometido na Rodada do Uruguai, de que agora seria o momento de abertura da agricultura, de redução dos subsídios agrícolas e, no entanto, novamente, os países ricos tiveram uma posição corporativa, defensiva, onde nós somos competitivos e onde os países em desenvolvimento, num planeta que tem um bilhão e meio de pessoas que vivem com menos de dois dólares por dia de renda, precisam aumentar a eficiência e a capacidade de produção e não têm como competir com o abuso dos subsídios que, sobretudo, a União Européia, Japão e Estados Unidos têm na

agricultura. Uma vaca na Europa recebe mais subsídios mensais do que a renda de uma parte tão importante da população. Nós ganhamos a disputa no algodão, ganhamos a disputa no açúcar, temos aumentado a nossa capacidade de intervenção e o G-20 foi uma retomada de um esforço diplomático que nós tínhamos no passado e, que, infelizmente, o Brasil vinha perdendo, porque durante muito tempo nós lutávamos para colocar na agenda internacional o tema do desenvolvimento, o tema da cooperação científica e tecnológica, o tema da superação das condições do subdesenvolvimento que, com a globalização financeira, assimétrica, com esse hegemonismo desses valores de mercados, temas esses que tinham saído da agenda internacional. Então, eu acho que, essa é outra diretriz muito importante;

- Preservar espaços para implantação de políticas industriais e de desenvolvimento. Essa é outra questão fundamental, no sentido de o Estado ter uma atitude mais protagonista. Não é o Estado Desenvolvimentista do passado, mas é um novo desenvolvimentismo. Não é o Estado que aciona empresas estatais, a não ser em setores muito específicos e estratégicos, mas é um Estado que tem que ter uma visão de ações estratégicas e ter um papel mais protagonista em remover obstáculos e dificuldades para o crescimento sustentável.

Quais são as sinalizações na nossa política externa?

- Consolidação do Mercosul e recuperação do seu sentido estratégico de sinergia política. O Governo Lula, o Governo Kirchner II, Tabaré Vázquez, o Parlamento e o FOCEM têm tido um papel muito importante no equilíbrio da região;
- Crescimento extraordinário das exportações e diversificação dos parceiros comerciais que eu vou apresentar os dados a seguir;
- Integração da América do Sul, com o Acordo Mercosul-CAN, Mercosul-Venezuela, transportes, energia e a criação da UNASUL, que é o embrião da União das Nações da América do Sul;
- Êxito na Cooperação Sul-Sul e nas parcerias estratégicas;

- A criação do G20 que modificou a correlação de força na OMC que eu acabei de mencionar;
- A preservação de espaços para uma política de desenvolvimento;
- A proposta da ALCA Light. Estamos abertos a dialogar, mas não nas condições que a agenda da ALCA estava imposta Acho que, esse é um espaço que nós precisaríamos retomar, especialmente, a relação bilateral e comercial com os Estados Unidos, o tema do Acordo 4 + 1 Mercosul/ Estados Unidos, que eu acho que é um tema que deveria voltar para a agenda com mais importância. Mesmo porque a desvalorização muito forte do dólar em relação a todas as moedas, inclusive, ao real, tem tido impacto importante na retração do nosso comércio bilateral. Os Estados Unidos continuam sendo o maior comprador internacional. Compram duas vezes mais que a União Européia e mais de três vezes do que o Japão. Então, é um parceiro comercial que nós precisaríamos buscar nessa relação bilateral. Nós propusemos uma ALCA Light. Isso significa o que? Todos os temas sensíveis ao Brasil, como a questão dos investimentos e a parte de serviços, compras governamentais, que constituíam a agenda prioritária para a negociação da ALCA, nós dissemos que queríamos tratar na OMC. Nós demos a mesma resposta que os americanos propunham na negociação da ALCA, porque eles não queriam discutir na ALCA subsídios agrícolas e mecanismos de defesa “antidumping” da agricultura. Então, com essa atitude, eu acho que nós ganhamos condições de repensar, tanto na OMC quanto na relação bilateral, uma nova agenda, que eu acho que continua sendo um grande desafio estratégico do Brasil;
- Constituição do Fórum Índia e África do Sul e notável ampliação do protagonismo internacional do Brasil, que passa a ser um ator absolutamente decisivo. A própria instabilidade política regional, na medida em que o Brasil vai consolidando os valores de Estado de Direito e da alternância de poder, do pluralismo, da participação da sociedade civil, da independência e separação dos poderes. O Brasil vai ser não só uma referência importante econômica regional, mas uma referência política e estratégica na região. Ele vai ganhando credibilidade nos fóruns internacionais por essa visão estratégica que nós estamos construindo ao

longo da história recente do Brasil. Essa não é uma conquista desse governo. Esta conquista é resultado do processo de construção da democracia e será do próximo governo, qualquer que ele seja. Isso nos diferencia de muitas experiências regionais que continuam marcadas pelo populismo de um lado, pelo autoritarismo de outro, e por esse movimento pendular de atraso que nós temos na região da América Latina. Eu acho que o Brasil supera isso, politicamente, e se apresenta num novo quadro no cenário internacional.

Quais são os resultados da política externa?

- As exportações brasileiras, que vinham num patamar de US\$ 40 a 50 bilhões durante toda a década, crescem de forma explosiva, aonde os ganhos de competitividade que forem importantes. Mas essa política externa trouxe resultados absolutamente inquestionáveis. Nós, praticamente, triplicamos de US\$ 60 bilhões de dólares para quase US\$ 160 bilhões de dólares, mais do que dobramos a nossa pauta de exportações no prazo de quatro anos e meio. Estão aqui os resultados das taxas médias de crescimento das exportações. Elas caem, mas continuam muito mais altas do que no passado, com a desvalorização do dólar e a apreciação do real, mas é um resultado absolutamente exuberante;
- Participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais. A outra tese é que o Brasil está exportando muito porque o comércio mundial vai bem. O comércio mundial vai bem, mas o Brasil vem aumentando a sua participação no comércio mundial, o que mostra que a nossa política de comércio exterior, a nossa política diplomática e a nossa competitividade estratégica vêm ganhando espaço no comércio. Nós saímos de um patamar de 0,9% para 1,1%. Vamos comparar dois períodos: isso aqui era o crescimento do comércio mundial de 95 a 98. É quase o padrão que nós tivemos no primeiro Governo do Fernando Henrique Cardoso e primeiro Governo Lula. Só que, aqui, as exportações crescam a 2,4% e aqui a 11,7%, com a queda do comércio internacional. Com a desvalorização do Real, o Brasil cresce e nós, agora, temos um

comércio semelhante ao comércio mundial e o Brasil crescendo muito além do que estava definido.

Aqui, nós temos o peso das exportações em relação ao crescimento. Estão aqui as exportações no mundo: China, Índia e Brasil. O Brasil é o terceiro país em termos de crescimento das exportações na economia mundial. Portanto, isso não se deve só a um bom cenário internacional, mas se deve ao aumento da competitividade e eficiência da nossa atitude empresarial e da nossa política diplomática e comercial externa. Isso aqui mostra como era o comércio exterior há quatro anos atrás e como é hoje. Vejam que os Estados Unidos correspondiam a quase 26% da nossa pauta de exportações, cai para 17,9%. A ALADI era 16% e sobe para 22%, superando, portanto, a participação dos Estados Unidos. O Mercosul era 10,1% e a União Européia, que era 25%, cai para 22,9%. A ALADII é, praticamente, o que é a União Européia e passa dos Estados Unidos. A Ásia cresce de importância e vai para 15%. A China é o que, basicamente, puxa o crescimento da Ásia. O Oriente Médio aumenta um pouco a participação. A África aumenta, significativamente, em relação ao que era, apesar da pequena participação relativa e os outros países também. Então, cai a participação americana, cai um pouco a européia, aumenta fundamentalmente, a América Latina. Há um crescimento e diversificação dos outros mercados. Isso, em termos de qualidade de pauta de exportações onde nós temos mais valor agregado, é exatamente nos países em desenvolvimento. A nossa pauta comercial com a União Européia é muito em matéria prima e “commodities”. Onde nós estamos exportando mais valor agregado, mais tecnologia e mais emprego doméstico é exatamente nos países em desenvolvimento.

Aqui nós temos o crescimento das exportações. No total, elas cresceram 127%. Para os desenvolvidos, o crescimento foi de 78% e, no caso dos países em desenvolvimento, o crescimento foi de 210%. Então, o crescimento nesse mercado e a nossa política externa é parte de uma estratégia absolutamente correta com resultados que aí estão. Aquela crítica de que isso significava uma atitude terceiro mundista e que traria grandes prejuízos comerciais, mostra que essa mentalidade, tão antiga quanto a colonização, não tinha razão de ser.

O resultado dessa mudança dos eixos diplomáticos comerciais do Brasil vai-se expressar no resultado do balanço do pagamento. Nós vínhamos de déficits de transações correntes muito significativos e, a partir de 2002, mas, sobretudo, nesse período recente, nós vamos ter superávits comerciais que vão-nos dar saldos comerciais absolutamente espetaculares. Nós temos mantido um patamar de mais de quarenta bilhões de dólares de saldo comercial. Saímos de uma situação de déficit comercial para saldo comercial, que é o que reduziu a nossa vulnerabilidade e nos deu mais estabilidade estratégica.

Aqui está o balanço de transações correntes. Nós chegamos a ter, em 97/98, um déficit no balanço de pagamentos de US\$ 32 a 33 bilhões. Era o dinheiro novo que o Brasil precisou pedir emprestado para fechar as suas contas. Nós tínhamos um déficit em serviços, lucros, juros e déficit comercial. Nós passamos a ter uma estabilidade e, depois, superávit de transações correntes, o que significa o “desendividamento” do Brasil. Está aqui a evolução da dívida externa bruta. As condições, hoje, são muito mais favoráveis em prazos e taxas de juros. O país tem crédito muito melhor e isso se vai repercutir em toda a atividade econômica.

A relação dívida/PIB. A dívida era 41% do PIB e, hoje, é 16% do PIB. Portanto, houve uma mudança muito importante em termos de redução de vulnerabilidade externa. Está aqui a relação entre dívida e PIB. Era 4,7 vezes a relação dívida/exportações e hoje é 1,3 vez. Esse é um outro indicador de redução de vulnerabilidade externa.

As reservas cambiais do país passam de US\$ 140 bilhões. Nessa forte turbulência financeira recente que nós tivemos, o Brasil ficou absolutamente blindado, mesmo porque o sistema financeiro não estava contaminado por aquele mercado *subprime* e isso mostra que as reservas são estratégicas para nós termos estabilidade ao longo prazo. Está aqui o “risco-país” do Brasil e o financiamento externo. Isso vai ter uma repercussão muito importante na melhora do desempenho e na estabilidade econômica do país.

Então, a partir dessa mudança nas contas externas, nós ainda temos déficit nominal no setor público, mas tivemos uma redução muito

expressiva do nível de déficit público que nós temos hoje. Nós estamos “desendividando”, também, o Estado Brasileiro.

Está aqui a evolução do superávit primário, com um esforço fiscal que já vinha do período anterior, e que foi fortalecido. Isso vai ser decisivo para melhorar o perfil da dívida pública, para poder reduzir a taxa de juros e nos dar condições de financiamento e de crescimento. A relação dívida publica que era 60% do PIB, em 2002, cai para 43% do PIB. Então, nós estamos “desendividando” o Estado Brasileiro e é isso que vai permitir reduzir a taxa de juros, aumentar a capacidade de investimento, tanto na questão da defesa e do orçamento, como em políticas sociais, saúde e educação.

A evolução da dívida imobiliária com porcentagem do PIB se mantém no patamar estável e a taxa de crescimento da dívida pública se estabiliza, praticamente, num ritmo inferior ao crescimento do PIB da inflação. Não se esqueçam que aqui nós tínhamos também as privatizações e isso acabou. Há uma mudança muito grande no perfil da dívida. Isso aqui eram os títulos cambiais, mas praticamente acabou a dívida indexada ao câmbio e a dívida pré-fixada, que é o que dá mais instabilidade à dívida pública, cresceu de forma significativa. O prazo médio da dívida também aumenta e cai a dívida menor que um ano. Então, melhorou o perfil, melhorou o indexador, reduziu o estoque da dívida e esse é o último grande obstáculo ao crescimento acelerado. Por que? Porque a dívida alta e de má qualidade gera carga tributária alta e juros altos. À medida que nós resolvemos as contas externas e amenizamos a dívida interna, nós estamos recuperando a taxa de juros e nós podemos começar a reduzir a carga tributária, embora evidentemente, ainda com restrições fiscais.

Eu não vou me alongar na questão da instabilidade, mas essa aqui é a inflação do Brasil e isso aqui é a inflação do mundo. Aqui nós tivemos uma desinflação muito grande nesse período. Mantivemos taxas sempre abaixo de 4% nesse período recente. Isso é uma conquista muito importante. Eu não me vou alongar em metas de inflação. Se tiverem interesse em discutir isso depois, nós podemos fazer, mas é uma conquista do país. Nós já estamos há treze anos com a estabilidade da

moeda e acho que essa é uma conquista irreversível e fundamental para que nós possamos recuperar um projeto estratégico.

Do ponto de vista do fortalecimento e do financiamento da produção e do investimento, essa aqui é a participação do crédito no PIB. Para vocês terem uma idéia, nós tínhamos 24% de crédito sobre o PIB e os Estados Unidos têm 195%. O Japão tem 165%. Ou seja, os Estados Unidos têm duas vezes mais crédito do que PIB. Nós estamos aumentando de forma significativa. O que falta aqui é, basicamente, financiamento imobiliário, que é o que está crescendo explosivamente. O consumo de cimento dos últimos doze meses é 15%; está faltando cimento. Com o Brasil atingindo um grau de investimento, esse é um setor que vai ter uma grande alavancagem, que é o financiamento de longo prazo.

Estão aqui as operações de crédito: crédito livre e crédito direcionado. Há um aumento muito significativo do volume de crédito da economia, o que é fundamental para o crescimento sustentável. Essas aqui são as taxas de juros que caíram consistentemente e sustentadamente desde 2003. Houve uma pequena elevação aqui nesse período e, agora, vêm caindo bastante significativamente apesar de ainda serem muito altas.

Estão aqui os financiamentos do BNDES. O BNDES esse ano, pela primeira vez na história, já passou o orçamento que era de R\$ 60 bilhões para R\$ 63 bilhões já emprestados. A carteira de empréstimos está descolando daquilo do que está sendo liberado e nós temos desafios de melhorar o aporte de recurso do BNDES. A Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP está caindo e o financiamento está ganhando uma dimensão muito forte.

Isso aqui é outra coisa espetacular, são as emissões primárias na Bolsa de Valores. A Bolsa de Valores, nesses últimos quatro anos e meio, se valorizou mais de 500%, que é o preço das empresas brasileiras em quatro anos e meio. E nós tivemos mais de R\$ 110 bilhões de reais de emissão primária, que é praticamente custo zero para as empresas para se financiar. É dinheiro novo para a produção e metade disso é dinheiro estrangeiro que veio para ficar e não para comprar patrimônio e privatização. É dinheiro que vem para ficar no Brasil, para investimento de grandes empresas e de novas empresas que surgiram nesse mercado.

Qual é o resultado de todos esses indicadores?

As taxas anuais de crescimento da economia mudam de padrão. Nós vínhamos de um padrão de 2%, tivemos nesses últimos quatro anos, uma média de 4,2% nesse período, sendo que, este ano, nós vamos passar de 5% de crescimento do PIB. Portanto, já é uma taxa bastante significativa que coloca uma nova agenda do crescimento, da falta de energia, da falta de logística de portos e aeroportos, ou seja, uma agenda de infra-estrutura para poder crescer à frente da demanda e poder sustentar o crescimento que vem muito forte.

Eu tenho alguns indicadores, por exemplo, de vendas. Nos últimos doze meses, a venda dos automóveis aumentou 12,8% em doze meses, sendo que, nesse último mês de outubro, o crescimento foi de 34%. No caso dos caminhões, em 12 meses, a venda de caminhões cresceu 32%; a venda de máquinas agrícolas cresceu 37%; a venda de eletrodomésticos cresceu 7,2% porque a venda de celulares caiu muito porque o mercado já está saturado; a venda no setor têxtil foi de 10%. Portanto, a demanda interna vem crescendo e não é mais só um crescimento vinculado às exportações. Então, nós estamos num ritmo de crescimento sustentável.

Outra coisa muito importante é a produção de grãos. Nós estamos com 134 milhões de toneladas de grãos. Hoje saiu o novo balanço do Ministério da Agricultura e estamos com uma nova safra recorde. É um bom momento para milho, para a soja, para a cana, para o suco de laranja, para a pecuária, portanto, é um setor que vai ajudar manter o ritmo forte de crescimento. Estão aqui os indicadores.

Aqui nós temos mudança da matriz energética. O Brasil está produzindo 17 bilhões de litros de etanol. Nós estamos disputando com os Estados Unidos o mercado de soja e de laranja, mas o nosso custo é metade do deles. Vai ter uma queda na safra do feijão por causa da seca. O milho também vai crescer muito fortemente, a partir de agora, com esses preços estáveis internacionais, principalmente, por causa do etanol americano. A produção de carnes no Brasil também é uma coisa espetacular. De leite, vinha muito bem, mas essa crise acho que vai reverter um pouco esse crescimento, mas, depois, recupera-se.

Nós somos o maior produtor mundial de açúcar e o primeiro exportador; somos o primeiro exportador em café; somos o maior produtor mundial de suco de laranja, temos 82% do mercado mundial do suco de laranja e somos o primeiro exportador; em relação ao álcool, somos o segundo produtor, primeiro exportador; em tabaco, somos o segundo produtor e primeiro exportador; no caso da soja e da carne bovina, somos o maior exportador e segundo produtor; em carne de frango, somos o segundo produtor e primeiro exportador; em milho, somos o terceiro produtor e terceiro exportador. Ou seja, a força do agronegócio do Brasil é uma coisa absolutamente exuberante, irreversível e decisiva para muitos países que não têm mais como ampliar fronteira agrícola e ganhar produtividade para competir com a nossa agricultura.

A indústria da construção civil volta a crescer de forma muito consistente e aqui eu acho que vai ter uma grande explosão nesse período recente pelas condições de financiamento, os indicadores já estão demonstrando isso. A produção de insumos, a produção de cimento também cresceu. Nós vínhamos de taxas negativas e estamos crescendo 15% nos últimos doze meses.

Isso aqui é saneamento básico e habitação. Em relação a unidades construídas, estamos passando de mais de 500 mil unidades habitacionais. Isso ainda é muito pouco e essa é uma área que vai crescer e o financiamento da construção civil também está crescendo de forma bastante significativa.

A formação bruta de capital, que é o que nos sinaliza o crescimento futuro, também está crescendo de uma forma muito consistente e, portanto, isso mostra nova capacidade produtiva. Quando crescem as taxas anuais do crescimento do PIB e a formação bruta de capital é porque vai ter crescimento futuro, então, nós estamos no caminho certo.

Eu não vou deter-me no PAC, mas acho que esse é um imenso desafio, principalmente, no setor de energia. Nós temos uma matriz energética forte. Os reservatórios do sul e sudeste estão 50% acima do que estavam no ano passado, nós melhoramos a interligação e a nossa matriz é fundamentalmente energética. Nós temos um problema de insuficiência na oferta de gás, dependemos ainda da oferta da Bolívia. Estamos

tentando uma parceria com a Venezuela e estamos comprando GNL líquido, já a partir de janeiro do ano que vem, para poder suprir a demanda de gás que é muito forte. Deve ter algum reajuste de preço.

Mas nós temos um grande instrumento para atravessar o “deserto”, daqui a 2012, com grandes projetos estruturantes, como o do Rio Madeira, Angra III, etc. O que eu chamo de “deserto” é a bioenergia. Nós vamos queimar 400 milhões de toneladas de cana e isso é mais do que uma Itaipu, se nós fizermos uma melhoria nas caldeiras e facilitarmos os acessos às usinas nas redes de transmissão. Então, nós temos um componente de energia renovável para adicionar à nossa oferta de energia e conseguir suprir, nesse período da história, além das termoelétricas, o desafio imenso que é a energia crescer à frente do crescimento do PIB acelerado.

Temos também um bom modelo na área de transporte. O Brasil tem 173.000 quilômetros de estradas. Nós somos o terceiro país do mundo com maior malha viária e rodoviária. Só a União tem 60 mil quilômetros. Acho que esse modelo de pedágio exitoso que nós estamos fazendo a cada cem quilômetros, e que, em alguns casos, é menos do que R\$1,00, vai dar segurança para melhorar o investimento e a estrutura de transporte. Nós vamos colocar quase 3 milhões de veículos, nesses últimos doze meses, para a indústria automotiva. Então, temos um grande desafio de estrutura e precisamos de parceria com o setor privado.

Melhorou muito o investimento externo direto. É um investimento que não veio com privatização, mas com capacidade produtiva nova e o mais importante é o resultado social disso tudo, porque cai o desemprego e aumenta o emprego. Nós tivemos uma melhora significativa na renda da população. O salário mínimo cresceu mais de 30% real ao longo desse período, atingindo 22,5 milhões de pessoas. A massa de rendimentos também cresceu consistentemente, a massa salarial que puxa o crescimento da economia. O consumo das famílias também vem crescendo de forma bastante consistente e a redução da pobreza e da desigualdade é uma coisa fundamental. O Programa Bolsa Família teve um papel decisivo nesse processo, atendendo a 11 milhões de famílias, junto com o salário mínimo. O número de famílias assentadas cresce significativamente. A miséria caiu de 28 milhões de pessoas para 19

milhões de pessoas e nós tiramos 17 milhões de pessoas de uma situação abaixo da linha da pobreza. A renda *per capita* dos 50% mais pobres cresceu 32% em quatro anos. Os cidadãos de baixa renda nesse país estão crescendo a renda no ritmo chinês de poder de consumo. É isso que vem sendo sustentado e essa é a mudança mais importante nesse novo padrão de desenvolvimentismo. Não é só crescer aceleradamente, mas é crescer distribuindo renda e riqueza. Está aqui a distribuição de renda. Temos aqui o setor mais pobre da população e a outra ponta da agenda. Podemos ver que há uma inversão da pirâmide e há uma melhora na distribuição de renda e no Índice de Coeficiente de GINI, que é o que mede a distribuição de renda.

Para concluir, o que isso coloca em termos de defesa nacional? Com essa nova inserção internacional, os resultados do balanço de pagamento, a melhoria nas contas públicas e na estabilidade, a retomada do crescimento e da inclusão social, nós estamos começando a construir um mercado de consumo de massas que é o que dá competitividade e eficiência.

O é que isso coloca em termos de uma nova agenda de defesa nacional e o tema da segurança nacional? Do meu ponto de vista, a política externa de defesa se constitui num instrumento de afirmação do Projeto Nacional do Desenvolvimento, no plano internacional. A política externa colocou os temas do desenvolvimento, a transferência de tecnologia e a superação da desigualdade entre os países como assunto central das nossas relações internacionais. Auxiliado pela bipolaridade da Guerra Fria, o Brasil buscava, no passado, ativamente, novos espaços geopolíticos para gerar zonas de influências estratégicas próprias, como na África da língua portuguesa, por exemplo.

Qual era a política de defesa que nós tínhamos no passado? A preocupação de dotar o país com a capacidade de dissuasão plena, compatível com seu status de potência média e de futura grande potência regional. Essa era a concepção que nós tínhamos de defesa no passado desenvolvimentista. Embora, num primeiro momento, a afirmação estratégica fosse pensada como subsidiária a um dos pólos da Guerra Fria; no segundo momento, após a denúncia do Acordo de Cooperação Militar com os Estados Unidos, os militares passaram a propugnar pela

construção de um espaço geopolítico próprio e independente para o Brasil. Dessa forma, as políticas externas e de defesa complementavam-se na busca de uma afirmação dos interesses estratégicos do Brasil no mundo. Então, essa era a concepção de política externa que nós tivemos ao longo do período desenvolvimentista.

No período neoliberal, o que aconteceu? Os saldos comerciais negativos não vêm só por um problema do Brasil, mas vinham com a crise da dívida externa, que tem razões mais profundas do que a vontade política do governo. Nesse período, houve o enfraquecimento do Mercosul, o aumento da vulnerabilidade externa e a redução do protagonismo comercial e diplomático do Brasil.

Quais foram as consequências para a política de defesa?

- Abandonou-se a idéia de dissuasão plena que foi substituída pelo conceito de dissuasão defensiva, isto é, pela dissuasão operada apenas em território nacional;
- Processo de sucateamento dos aparelhos das Forças Armadas e de paralisação, ou semi-paralisação, de vários projetos estratégicos do país como veículo lançador de satélites e de submarino nuclear brasileiro;
- Predomínio do paradigma do Estado Neoliberal, o que fez com que a política externa de defesa brasileira perdesse em consistência estratégica e capacidade de projetar os interesses nacionais no exterior. O Governo Lula vem recuperando o sentido da palavra soberania, o contexto da política nacional, e tentando construir uma nova concepção desenvolvimentista. Nós temos duas formas de afirmar os interesses no cenário internacional: a persuasão diplomática que é a nossa linha de defesa, e a dissuasão estratégica, que é a nossa segunda linha de defesa onde o emprego eventual das Forças Armadas tem que fazer parte de uma concepção estratégica de nação.

O que é política de defesa? Não obstante os êxitos da clara mudança de qualidade da nossa política externa, é preciso considerar que a plena projeção dos interesses estratégicos do Brasil no cenário internacional não pode prescindir também de uma política de defesa também consistente. A persuasão diplomática deve ser o meio principal de

afirmação dos interesses das nações, principalmente, das nações pacíficas como o Brasil. No entanto, é forçoso reconhecer que tal persuasão funciona de forma mais eficaz quando complementada pela dissuasão estratégica. Isto é, deve-se prever o eventual uso da força para proteger o interesse brasileiro no exterior.

É essencial que seja feita a implantação de uma política de defesa consistente e a criação de capacidade dissuasória adequada às ambições e à grandeza do Brasil. Passam, necessariamente, pelo reaparelhamento e treinamento adequado às nossas Forças Armadas. A nosso ver, acertadamente, renunciou em sua própria constituição e mediante a ratificação de vários tratados internacionais, entre eles o TNP, no sentido de não desenvolver armas de destruição em massa, sejam elas, nucleares, químicas ou biológicas. Precisamos ter força convencional ágil e profissional capaz de promover a dissuasão estratégica. Trata-se de condição *sine qua non* para que o país, que reúne os elementos necessários, possa tornar-se uma grande liderança regional e para construir um espaço geopolítico próprio. Devemos assegurar a continuidade em projetos estratégicos de alta relevância para o país, como o VLS, o Submarino Nuclear e o caça FX.

Quero apenas fazer uma menção de que não foi só a perda de crescimento econômico e de capacidade em investimento, mas a hiperinflação e a instabilidade política, que nos fizeram perder a referência estratégica da diplomacia e da defesa nacional. Acho que, no âmbito das Forças, nós tivemos algumas decisões importantes. Esse é um tema delicado porque os civis entendem pouco. Eu sou obrigado a refletir sobre esse tema porque meu pai, que foi General do Exército, Comandante da Escola Superior de Guerra, e meu irmão, que foi Oficial do Exército e Coordenador de Assuntos Estratégicos do Governo. Então, esse é um tema que, de alguma forma, é-me bastante próximo, mas eu sei que essa discussão deve ser feita com cuidado. O papel das Forças Armadas, a modernização estrutural que eu acho que deveria entrar na agenda do Brasil. Acho que essa é uma tarefa da Escola das Forças Armadas e do Estado Maior das Forças Armadas. Mas é muito importante que nessa construção haja um diálogo e um debate com a sociedade civil. Nós precisamos ter mais gente pensando, refletindo e dando a sustentação política e legal para as mudanças que nós

precisamos fazer, para que o Estatuto das Forças Armadas seja aquilo que a nossa diplomacia já está alcançando.

Então, eu vou dar alguns exemplos do que me parece, por exemplo, decisões que foram feitas e que nós perdemos o foco estratégico. Eu entendo, por exemplo, que a Marinha durante um longo período colocou como tarefa fundamental a defesa do Atlântico Sul, onde os submarinos convencionais e o Projeto Submarino Nuclear eram absolutamente decisivos para essa estratégia.

Quando aparece uma oportunidade e você compra um porta-aviões - que é uma mudança de foco - com um custo de manutenção absolutamente brutal.

Eu pergunto de uma mudança como essa, é uma mudança que fortalece a visão que vinha sendo construída, o impacto que isso tem, por exemplo, na perda dos Projetos Estratégicos do Submarino que é absolutamente decisivo. O General Felix, corretamente, colocou a Amazônia como a sua prioridade estratégica. Houve um deslocamento de tropa absolutamente fundamental para aquela região, mas, para avançarmos nessa concepção, precisamos de pesquisas, porque é uma condição muito específica de atuação; precisamos de equipamento especializado; precisamos fazer muito mais do que nós temos feito; e, ao mesmo tempo, nós temos um outro desafio, que são os blindados para os grandes centros estratégicos. Na construção de um projeto como esse, eu me pergunto se o Exército deveria ter 25 Brigadas. Eu acho que não tem nenhuma completa. Eu não sei se eu posso dizer isso, mas eu acho que nenhuma é completa. Por quê? É insegurança orçamentária. O pensamento é o seguinte: "Se eu ficar com 20 Brigadas, será que não vão cortar a verba do soldado, do uniforme e tudo mais que virá junto com uma reestruturação operacional?"

Na Aeronáutica, o grande foco que eu entendo como prioritário são os "Caças Estratégicos". É um Projeto da Embraer, que eu acho que é um patrimônio espetacular que o Brasil tem. Espero que nós possamos ter uma Embraer de Helicóptero que seria fundamental para a estrutura operacional moderna do Exército e para todas as Forças, que eu acho que é um instrumento indispensável. O Brasil, hoje, é o terceiro mercado mundial de helicópteros. Nós temos todas as condições de fazer isso e

acho que, muito brevemente, poderemos recuperar o impulso da indústria bélica e a pesquisa em ciência e tecnologia. Nós temos que ter um financiamento permanente, mas não pode ser apenas orçamentário. Nós tínhamos que pensar em um fundo e na gestão desse fundo, de maneira que tivéssemos segurança de que essa é uma decisão estratégica e que ela não vai mudar, que ninguém vai tirar dinheiro do fundo para poder comprar farda para o pessoal, etc. Nós temos que ter um foco estratégico, uma gestão estratégica, do ponto de vista da modernização dos equipamentos e uma forma de financiamento. Por exemplo, ligado aos *royalties* do petróleo, ou alguma coisa que desse segurança e, o conselho de gestão desse fundo tinha que ser uma “supra força”, mas tinha que ser um *status* de fiscalização, de controle e de preservação do interesse estratégico nessa modernização.

Eu acho que o país tem que definir qual é a estatura das Forças Armadas, se vai ser realmente uma nova estatura da soberania, do nosso papel de liderança regional, de ocupar novos espaços geoestratégicos, da nossa presença nas instituições multilaterais. Nós temos que dar às Forças Armadas a segurança orçamentária necessária, fazendo a sua reestruturação e a modernização, mesmo porque, em termos de perda operacional, é uma necessidade histórica fazermos essa humanização e darmos esse salto de qualidade.

Eu espero, sinceramente, que eventos como esses voltem a se repetir. Eu sugiro que nós façamos alguma coisa no Congresso Nacional, talvez não com essa dimensão, não com essa complexidade, mas, quando vocês deglutirem a síntese do que vocês refletiram aqui, eu me comprometo a nós agendarmos com o Senado, e eu procurarei junto à Câmara, fazermos um debate desses envolvendo os parlamentares para que, realmente, essa discussão possa ser mais transparente, que não fique só entre os profissionais das Forças Armadas, mas que ganhe as instituições republicanas que podem dar sustentação a esse processo.

Para concluir, é necessário desenvolver a nossa indústria de defesa de forma assegurada e de forma independente. Temos que desenvolver o nosso armamento e dinamizar a geração de empregos e tecnologia. Eu tenho saudade de projetos como os da Engesa, que eram absolutamente fundamentais. Hoje, nós poderíamos pensar em iniciativas semelhantes

para produzir tecnologia e equipamentos e para pensar, inclusive, no âmbito da região, parcerias estratégicas com outras Forças.

Eu peguei aqui o orçamento das Forças da América Latina para fazer uma comparação. O Brasil tem 1,6% do PIB e está abaixo de outras participações relativas, mas não muito. Em 2006, o Brasil continua uma participação, mas o Chile é que tem uma maior participação relativa. A Colômbia, agora, teve um crescimento muito forte depois do Plano Colômbia e aqui há condições muito específicas também. Temos aqui um movimento forte agora na Venezuela, mas eu acho que, no caso do Brasil, pela sua estatura, nós não podemos só comparar orçamento com os países da região, nós temos que comparar com o orçamento dos BRICs também. Nós somos o único país entre os BRICs que não têm uma Força à altura e um potencial de crescimento na economia mundial e na diplomacia internacional. Nem acho que nós poderemos ter tão cedo, mas nós não podemos ficar com esse *status* nas condições que nós atravessamos. Eu não acho que seja um problema de vontade política do governo anterior; acho que é um problema de condições econômicas muito adversas que nós atravessamos. Na hora em que conseguirmos melhorar o desenvolvimento, o crescimento, a situação fiscal cambial, nós teremos condições de avançar nessa estratégia diplomática e nessa questão do papel das Forças Armadas.

Eu não vou entrar em maiores detalhes. Eu só queria terminar saudando essa iniciativa. Acho que ela veio num momento muito oportuno e tenho certeza que essa agenda não ficará apenas nesse VII Encontro e espero que nós possamos fazer um encontro histórico entre as Forças Armadas, o Planejamento Estratégico e o Congresso Brasileiro, visando a nossa inserção internacional. Muito obrigado.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Mediador: Muito obrigado, Senador, sobretudo, pela clareza e concisão com que o senhor nos traz aqui uma exposição tão articulada, baseada em dados, a exemplo do que fez ontem o Ministro Mangabeira e do que fez anteontem o Ministro Haddad, com a preocupação de observar aquilo que é um processo ao longo prazo, mas, ao mesmo tempo, olhando para o futuro e mostrando uma preocupação com políticas de Estado, mais do que com políticas de governo.

A sua apresentação já sucitou aqui um conjunto de questões e eu organizei para tentar articular e organizar essa discussão. Concentrei as três primeiras em questões que dizem respeito à política externa e à inserção internacional do país.

A primeira delas é da Senhora Laura Lima e diz: “*Senador, há na bibliografia sobre segurança aqueles que afirmam que o Brasil não é um país com problemas de segurança, mas, sim, um país com vulnerabilidades. Entretanto, cada vez mais, ouvimos a conexão de segurança interna e internacional aumentar. Como o senhor percebe a inserção e, talvez, a liderança brasileira diante de um paradoxo de ser um país até certo ponto seguro externamente, mas cujos cidadãos não se encontram em estado de segurança do ponto de vista social, hospitalar, educacional e etc.?*”

O Senhor Luiz Mendes, do Centro Universitário de Brasília, pergunta o seguinte: “*Como a política externa do atual governo vê a crescente presença dos chamados “Círculos Bolivarianos” no território nacional, já que esses círculos são claramente financiados com capital venezuelano?*”

Ainda no plano da política externa, o Senhor Rui Campos Ribeiro pergunta o seguinte: “*Vossa Excelência mencionou que a nova política externa possui uma diretriz que determina a consolidação e a ampliação do MERCOSUL. Apresentou gráficos que mostram a queda das exportações para os Estados Unidos e para a União Européia e citou o aumento das exportações para países latinos americanos, principalmente, a ALADI. Entretanto, embora o percentual de exportação para a ALADI tenha crescido, o MERCOSUL apresentou uma queda semelhante à verificada nas exportações para os Estados Unidos de 23 para 27%, ou seja, as exportações caíram em torno 1/3. O que o governo deverá fazer para que se verifique o fortalecimento concreto do MERCOSUL de modo a cumprir essa diretriz da nossa política externa?*”

Senador Aloizio Mercadante: Vou começar de trás para frente. Primeiro, todos os dados que eu apresentei estão à disposição e eu posso deixá-

los com o General Felix e eles também serão colocados no meu portal – www.mercadante.com.br.

No caso do MERCOSUL, a nossa participação em 2002, do ponto de vista do comércio e das exportações, era 5,48%. Entretanto, quatro anos depois, já era de 10,15%. Então, nós dobramos a participação das exportações no MERCOSUL. Não houve uma diminuição da participação do MERCOSUL. Ao contrário, onde nós mais crescemos foi no MERCOSUL e na ALADI. No caso da ALADI, a nossa participação era 16,3% e foi para 23%. Então, nós crescemos em cinco pontos percentuais a nossa participação na ALADI e dobraramos a participação no MERCOSUL. A participação dos Estados Unidos caiu significativamente. Como eu disse, isso não é só um problema de política de comércio exterior, mas é um problema da desvalorização do dólar e nós mantivemos, relativamente, o peso da União Européia. Acho que nós temos que explorar mais a relação bilateral com os Estados Unidos, mais a relação com a União Européia, sem perder essas estratégias exitosas da relação Sul-Sul.

As visitas do Presidente Lula à Ásia, à África e à América Latina têm sido fundamentais. Aliás, hoje ele está indo para a Bolívia. O Brasil representa 45% das exportações bolivianas, fundamentalmente, em relação ao gás. Eles quiseram comprar a Petrobrás, pagaram o valor justo porque, senão, nós não teríamos, evidentemente, a mesma disposição de diálogo, e resolveram nacionalizar o subsolo. Nós já fizemos isso nos anos 30. O Brasil já fez isso nos anos 30. Nós criamos a nossa empresa de petróleo – a Petrobrás – abrimos o mercado, mas não perdemos esse instrumento. Afinal, hoje, as ações da Petrobrás cresceram 10% e já passam de 200 bilhões de reais. O Brasil precisa investir na Bolívia para poder viabilizar o aumento da oferta de gás. Não se esqueçam de que a Bolívia é a nossa maior fronteira seca do ponto de vista de relação bilateral. Então, nós temos responsabilidades regionais muito grandes.

O mesmo vale, no meu ponto de vista, para o incremento da estrutura da logística. Em relação à Venezuela, isso é um tema muito sensível em termos da nossa política externa. Primeiro, porque é um país vizinho. É um país que é o quinto saldo comercial do Brasil. Esse ano, nós vamos ter um superávit de pelo menos US\$ 3 bilhões com a Venezuela. É um

país que é um grande fornecedor de petróleo e energia, que é uma demanda que nós teremos no futuro. Hoje, nós somos um país auto-suficiente em petróleo. Temos perspectivas muito importantes no Brasil. Há uma nova tecnologia de prospecção em águas mais profundas do que nós fazíamos até então. E há perspectivas de óleo leve, porque a nossa capacidade de refino de gás é muito grande.

Então, eu acho que o Brasil pode avançar a sua capacidade de auto-suficiência. Hoje, nós temos auto-suficiência quantitativa, mas não financeira. Nós precisamos de energia no futuro. Portanto, a Venezuela, tanto do ponto de vista da nossa relação comercial, quanto na demanda de energia futura, é um parceiro estratégico.

Acho que, quando nós pensamos em integração regional, nós temos que pensar independente de quem é o governo. É uma relação entre sociedade e Estado. Olhem para a história da União Européia nesses cinqüenta anos. É um continente que já teve duas guerras, autodestruiu-se e que foi capaz de pensar a sua união. Hoje, eles têm uma zona de influência do Euro, disputando espaço como moeda internacional e tentando substituir o dólar. Se eles têm os projetos científicos e tecnológicos e têm a força diplomática que a União Européia tem, e a capacidade de estabilizar o entorno da União Européia, sobretudo depois do fim da União Soviética, esse é um êxito diplomático extraordinário. Nós que somos de uma região muito mais pobre, muito mais instável, com muito mais desequilíbrio social, temos que ter muito mais capacidade política e diplomática de pensar estabilidade política econômica e regional. Em algum momento da nossa história, nós vamos ter que começar a discutir convergência macroeconômica, como foi o Tratado de Maastricht, que colocou limites de superávits de déficit comercial, colocou limites de endividamento nos países europeus e conseguiu criar uma integração, com um Conselho de Justiça, Corte de Ministros, Parlamento Europeu, Integração da Legislação Trabalhista Previdenciária, moeda única, liberdade na mobilidade do cidadão europeu.

Nós ainda estamos muito longe disso, mas o MERCOSUL já passou pelo Menem e sobreviveu. Eu não vou citar ex-presidentes aqui porque não seria gentil da minha parte, mas o MERCOSUL sobreviveu e hoje é um

projeto estratégico, histórico. Só que há regras que são inegociáveis. Por isso, a adesão de qualquer novo parceiro terá que obedecer às regras do compromisso democrático. Isso é absolutamente essencial e indissociável das regras comerciais da tarifa externa comum, dos compromissos que o MERCOSUL já construiu. Então, nós temos um processo de construção bastante delicado.

Em relação aos Ciclos Bolivarianos, eu acho que isso não vai ter nenhuma importância relevante na vida social e nem política no Brasil. Acho que é uma experiência voluntarista sem nenhuma consistência política e ideológica, mas não acho que o Itamaraty deveria discutir com um país vizinho, um país amigo do Brasil. Por exemplo, pelo que eu li, a idéia é colocar quinze embaixadores para tratar desse assunto. Eu acho que isso é descabido. Eu acho que o Itamaraty deve sentar, discutir e deve colocar as nossas exigências do ponto de vista da nação. Mas eu quero dizer que a democracia brasileira e o consolidamento das instituições republicanas, o pluralismo partidário, a alternância de poder, isso não vai ter volta. Não será possível se fazer uma manobra para fazer um presidente permanente. Isso não faz parte da nossa cultura e não faz parte do momento histórico que nós estamos vivendo. A sociedade brasileira, hoje, tem um exercício de cidadania, de liberdade de imprensa, de funcionamento do Ministério Público, do Tribunal de Contas que é muito importante. Às vezes, há uma overdose do ponto de vista de denúncias, de fiscalização, mas isso até é necessário porque aprofunda a construção da democracia, aumenta a exigência de padrão de comportamento dos homens públicos, aprimora as instituições republicanas. É muito melhor do que ficar jogando para baixo do tapete, como nós tivemos no passado tantas informações que precisariam ser fiscalizadas. O estado de São Paulo tem oitenta CPIs e nenhuma se instalou. Isso é só para dar um exemplo. Então, eu acho que isso é positivo porque significa um amadurecimento democrático. Nós tivemos vários momentos de tensão institucional, mas a virtude de uma sociedade não está na virtude dos homens, está na consistência das instituições republicanas. É isso que nós estamos construindo. Esse valor da democracia brasileira é o que também nos faz, internacionalmente, uma referência fundamental na região.

Nós temos uma história latino-americana que é marcada pelo populismo de um lado, que é o desprezo pelas instituições democráticas e pelo Estado de Direito. A vontade de um líder carismático de atender às demandas populares sem fortalecer, sem reconhecer, sem respeitar a separação dos poderes, não é o Estado de Direito Democrático. Em contrapartida, tivemos longos períodos de autoritarismo, de intervenção cirúrgica nas instituições que violaram a democracia, a liberdade de expressão por uma linha partidária e independência de poderes. O Brasil está demonstrando que esse movimento pendular já não faz mais parte do nosso cenário futuro. Não vai haver espaço para populismos, arroubos voluntaristas e, tampouco, para saudosismos autoritários. Nós somos uma sociedade democrática plural, em que vai haver alternância de poder. Quem quiser presidir, governar e se eleger, vai ter que disputar a eleição, ganhar a eleição e governará à responsabilidade de governabilidade dos partidos, tanto quem está na oposição hoje, como quem estará amanhã. Essa é a diferença. Esse é outro valor fundamental de uma nação que é mais da metade do PIB do território e da população da nossa região. Portanto, nós temos que ter responsabilidade com a estabilidade econômica, social e política regional. É com essa dimensão que nós devemos tratar as nossas dificuldades bilaterais.

Na crise da Bolívia, por exemplo, tinham alguns arroubos nacionalistas. É inacreditável, mas o PIB da Bolívia é semelhante ao do Haiti. Estão falando da importância da presença brasileira e do respeito que o Brasil construiu no Haiti, sobretudo, se souber começar também a preparar a sua saída daquele país. Então, cumprindo a nossa missão, nós temos que sair, nós temos que mudar o perfil da nossa presença. É semelhante à situação da Bolívia. A Bolívia é um país que perdeu a primeira guerra que fez, perdeu metade do território para o Paraguai e para o Brasil. O Barão do Rio Branco comprou o Acre e perdeu para o Chile, perdeu a saída para o mar e a única fonte importante de recursos de um país extremamente instável. Então, se o menino chuta a sua canela você pega e dá um tapa na orelha? Não é assim. Não é assim que nós construímos uma relação diplomática. Nesse sentido, o Itamaraty é uma escola absolutamente profissional, competente e exitosa, que sabe dialogar, que sabe construir e que sabe afirmar os nossos interesses respeitando e compreendendo o projeto e a construção de nação, de parceiros tão estratégicos.

Então, eu acho que nós temos que ter uma paciência democrática, saber dialogar com os nossos parceiros, não exagerar. Esta semana, o Hélio Jaguaribe escreveu um artigo muito importante sobre a Venezuela, lembrando para alguns que se esquecem com rapidez que houve uma tentativa de golpe contra o Hugo Chavez e que ele venceu várias eleições democraticamente na Venezuela. Quando houve o contralgolpe de Estado na Venezuela, eu mesmo fiz algumas observações a respeito da saída democrática, aprovei no Parlamento Brasileiro e, depois, escrevi um artigo criticando o Chavez pelo fechamento de uma televisão. Acho que esse é um retrocesso do ponto de vista da liberdade democrática. Mas eu acho que nós temos que pensar nas nossas relações estratégicas e ter essa paciência democrática e essa presença construtiva na região. Além disso, não podemos esquecer que a Venezuela é um parceiro comercial energético estratégico para a estabilidade da região.

Por último, sobre a segurança interna, a Constituição no Artigo 88 define dois papéis das Forças Armadas: a defesa nacional, territorial, a defesa da nação, da pátria e a segurança interna. Acho que o capítulo da segurança interna é um capítulo sobre o qual nós precisamos abrir essa discussão. O exemplo das Forças Armadas no Haiti mostra que é possível ter uma presença na segurança pública que seja exitosa. Os indicadores de violência caíram em relação ao reconhecimento do papel muito forte da presença militar das Forças Armadas brasileiras naquele país. Em Campinas, por exemplo, nós temos uma Brigada GLO, que é uma Brigada exatamente para esse tipo de ação, usando balas de borracha, treinamento para operar na defesa interna. Evidentemente, essa tem que ser uma ação episódica, é a polícia que tem que cumprir o seu papel, o PRONASCI está aí, a Força Nacional. Há um esforço, hoje, de reaparelhamento, modernização, de inteligência policial. A Polícia Federal é um exemplo de que é possível modernizar a polícia de forma exitosa, como existe hoje no Brasil, com a capacidade de pensar estrategicamente, de desenvolver ações, de ter uma presença nacional. Nesse processo, as Forças Armadas podem, e devem, ter o seu papel. Mas o problema é que não há nenhuma segurança jurídica, nenhuma legislação extraconstitucional que estabeleça limites e condições. Evidentemente, esse é um debate que eu acho que nos devemos abrir e que já está previsto na Constituição. Só que ele deve ser aberto com

muita responsabilidade, sem o preconceito de que não pode fazer nenhum papel na segurança interna. Eu acho que podemos ter um papel importante, sim, mas não podemos substituir a polícia, nem devemos ficar expostos à contaminação com o narcotráfico e o crime organizado. A idéia é um apoio logístico, uma participação episódica e tem que ser bem definida.

Por último, é verdade que nós temos demandas sociais imensas. O Ministro falou aqui do desafio da educação no Brasil. Para mim, esse é o problema estrutural mais grave. Eu estou às voltas com a votação da CPMF que financia 85% de todo atendimento de média e alta complexidade do Brasil. São 12 milhões de internações. O SUS faz 850 milhões de atendimentos/ano. Além disso, ainda temos os 11 milhões de famílias do Programa Bolsa Família, que são financiadas pela CPMF. Não dá para acabar com R\$ 40 milhões no orçamento de um momento para o outro. Tem espaço para reduzir carga tributária? Tem. Então, vamos desonerar as famílias, vamos desonerar as empresas exportadoras, vamos desonerar os investimentos, vamos preservar as políticas sociais. Há o esforço de se aumentar esses recursos para 9 milhões em quatro anos e alocar R\$ 24 milhões a mais para a saúde.

Nós fizemos o FUNDEF para a educação, o Bolsa Família e há todo esse esforço de inclusão social cujos resultados estão aparecendo. Então, ninguém deve se opor à idéia de Forças Armadas modernas e aparelhadas, bem remuneradas, motivadas, que tenham a estatura que essa nação quer, em relação à nossa presença internacional. Então, eu diria que é uma visão simplificatória e equivocada que prevaleceu ao longo de duas décadas de crescimento medíocre, sem ambição nacional, sem projeto de nação e o resultado do crescimento medíocre era um debate medíocre sobre as instituições brasileiras.

Então, está na hora de superar essa etapa. Nós temos que ter uma política social? Temos. Mas temos que ter Forças Armadas à altura dos nossos desafios, do nosso projeto como nação e das nossas responsabilidades regionais, que são imensas, para a estabilidade democrática da região e para as nossas responsabilidades políticas internacionais que serão crescentes.

Mudou o Presidente da França. Em seu primeiro pronunciamento, ele defendeu o Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Essa é uma agenda que está crescendo, bem como a participação permanente do Brasil no G-8. Então, nós estamos com um desafio muito grande. E as nossas responsabilidades externas crescem, a nossa estratégia de defesa, a nossa visão estratégica de nação passa pelo papel das Forças Armadas. Não dá mais para opor uma coisa à outra.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Mediador: O Senador já adiantou uma parte da resposta das próximas três questões, que dizem respeito à CPMF. A Luíza Amorim pergunta se não haveria uma tendência ao desaparecimento da CPMF em função do crescimento econômico e de toda a sustentabilidade que o senhor apontou na sua exposição.

O Leonardo Meira pergunta sobre o impacto do fim da CPMF sobre os financiamentos do BNDES. Ainda na questão de desenvolvimento de sustentabilidade e puxando para a questão ambiental, o Douglas Andrade, estudante de Relações Internacionais do CEUB, pergunta como conciliar esse crescimento econômico com responsabilidade ambiental e que medidas o Brasil está tomando nesse sentido.

Senador Aloizio Mercadante: Eu falei já um pouco sobre a CPMF. A CPMF não tem papel no financiamento do BNDES. Ela financia fundamentalmente a saúde, especificamente, a alta e média complexidade em toda a rede hospitalar do Brasil. São 16 bilhões de reais e, no ano que vem, o montante de recursos está subindo para 20 bilhões de reais. Além disso, a CPMF financia o Programa Bolsa Família, num total de 8 bilhões de reais e financia a Previdência Social. Esse é o papel da CPMF.

Nosso orçamento todo da saúde é R\$ 45 bilhões e talvez vá para R\$ 48 bilhões esse ano. A CPMF não tem como financiar toda a saúde. Vocês imaginem o que é melhorar a qualidade do atendimento hospitalar no Brasil, do atendimento de saúde primária, média e de alta complexidade. Há uma demanda enorme de transplantes, hemodiálises, partos etc. São 850 milhões de atendimentos/ano na rede pública e 12 milhões de internações e cirurgias. Então, esse é um desafio monumental para melhorar a qualidade do sistema, que ainda é muito deficitário. Na outra

ponta, nós temos a educação. Eu acho que a política mais estratégica do Brasil, o maior desafio é a qualidade do ensino, sobretudo, o ensino fundamental até os centros de excelência.

Então, não dá simplesmente para sair daquela crise fiscal que eu demonstrei. Nós estamos saindo porque já estamos reduzindo a dívida pública; estamos melhorando o perfil da dívida pública; estamos reduzindo a taxa de juros e estamos voltando a crescer. Tem uma demanda brutal de investimento em logística. É só olhar os aeroportos. Em três anos, nós tivemos um crescimento de 43% nas passagens. Este ano, o aumento de passageiros que estão voando já está indo para 19%. No investimento em aeroportos e comércio exterior, nós, praticamente, triplicamos o volume do comércio exterior em quatro anos. Na estrutura portuária, a estrutura de transporte, a mudança nessa infra-estrutura, nessa logística, o Estado Brasileiro tem um papel decisivo, mas é necessário fazer parcerias com o setor privado, só que precisamos de investimento público. Então, com esses desafios, não dá para fazer uma renúncia fiscal de R\$ 40 bilhões de um dia para outro. Simplesmente, não dá.

Espero que esse diálogo com o PSDB avance porque isso tem sido muito importante. Espero também que esse compromisso de governabilidade amadureça. É verdade que, nem sempre, o PT quando estava na oposição teve essa atitude, mas não se esqueçam que nós vínhamos de 25 anos de oposição. Nós tínhamos pós-doutorado em oposição e não tínhamos nenhuma experiência de ser governo. Então, eu acho que, agora, há um amadurecimento tanto do PT como dos partidos de uma forma geral, que tiveram experiência de governo e de oposição.

Algumas questões são realmente questões de Estado. Está correta a idéia que dá para reduzir carga tributária agora? Isso está sendo discutido? Como vamos fazer? Por que não reduzir a CPMF que é o único imposto em que quem sonega paga? Quem tem caixa dois, lavagem de dinheiro, paga. É um imposto, praticamente, quase impossível de sonegar. Se nós deduzirmos quem paga Imposto de Renda, se nós estamos isentando quem ganha até R\$ 4.342, nós estamos pegando 40 milhões de brasileiros, 90% das pessoas que declararam Imposto de Renda estão isentas, pelos menos, da CPMF direta, ou seja,

aquela que incide sobre a renda. Quem está acima desse teto, aproximadamente um milhão de pessoas, vai poder deduzir uma parte. Por exemplo, quem ganha até R\$ 9.000,00 vai deduzir 50% daquilo que incide sobre a sua renda. Então, eu acho que essa desoneração está sendo construída, mas isso tem que ser feito progressivamente, focando nos setores estratégicos que geram investimento, que geram uma estrutura menos pesada tributária.

Em 30 dias, o governo está reapresentando o Projeto de Reforma Tributária que não é fácil construir. Há resistência dos governadores, há resistência das empresas que foram beneficiadas na guerra fiscal, mas é muito importante avançar nessa agenda da reforma tributária porque, quando se tem crescimento e estabilidade, melhoramos a receita do Estado e podemos avançar nessa direção. Mas tem que avançar com cuidado. Só a desoneração que nós já negociamos dá 4 bilhões no ano que vem e 5 bilhões o ano seguinte. É mais do que os 3 bilhões adicionais que foram para as Forças Armadas. Em última instância, é um caixa único. Então, se o Brasil quiser avançar, tem que ter equilíbrio e responsabilidade fiscal e fazer as coisas com segurança para que nós não voltemos a viver a instabilidade fiscal e financeira da política monetária que nós tivemos no passado recente.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Mediador: O próximo tema é energia e nós temos quatro questões relacionadas a esse tema:

“Os ambientalistas dizem que o biodiesel resolve um problema mais cria outro pior. O senhor concorda? Há algum plano de metas para resolver essa questão?” A pergunta é da Clara, Doutoranda da Universidade de Salamanca.

Gabriel Correia Labasier diz o seguinte: “*Senador, a integração política e física sul-americana é muito importante, porém o senhor não considera primordial o investimento na infra-estrutura da capacidade de geração e de energia interna para sustentar ou aumentar ainda mais o ritmo de crescimento de nossas exportações?*”

Há ainda uma outra questão que diz respeito ao biodiesel: “*Haveria uma dicotomia entre o fato de se conferir ênfase à produção de etanol e o fato da maior parte desse capital ser estrangeiro?*”

A última questão tem a ver com crédito de carbono. “*Qual é o impacto do crédito de carbono em nossa economia? Essa é uma questão estratégica?*”

Senador Aloizio Mercadante: Primeiro, sobre a questão ambiental. Eu acho que esse é um valor definitivo e vai ser crescente na nossa agenda. Nós precisamos de conceitos, de políticas e de atitudes na direção do desenvolvimento sustentável. Eu tenho defendido, ainda que timidamente, porque não é fácil colocar isso, nem na agenda internacional e nem na agenda brasileira, que, em relação ao efeito estufa, nós constituímos um Fundo Internacional. Eu já apresentei esse projeto no Parlamento do MERCOSUL, no sentido de criarmos, no âmbito do MERCOSUL, um Fundo Internacional que seria financiado com 1% do valor das exportações, sendo que os bens ecologicamente saudáveis seriam isentos e os bens com maior impacto ambiental, que geram carbono, como é o caso dos de petróleo teriam uma alíquota maior, mas, na média, 1% sobre o valor das exportações. No caso do Brasil, isso daria US\$ 1,7 milhões /ano, o que dá para fazer um fundo importante em termos de educação ambiental, inovações tecnológicas, etc. Ao criar essa tarifa, nós estariíamos protegendo o mercado. Seria um instrumento de defesa comercial num momento de depreciação das moedas em relação ao dólar. Segundo, se o mundo inteiro fizer o mesmo, o efeito é inócuo no sentido do consumo porque é 1% sobre o valor das exportações e não haveria maiores desdobramentos do ponto de vista do consumo interno. Essa é uma forma de o mundo ajudar a financiar as nossas políticas ambientais, especialmente, quando nós ouvimos, com recorrência e com razão, que a Amazônia tem um papel fundamental. Então, ajudem a financiar a política de combate ao efeito estufa e vamos criar uma tarifa de 1% sobre aquilo que os outros países exportam para o Brasil e aquilo que nós importamos. Acho que, talvez esse seja um instrumento que daria internacionalmente mais de US\$ 100 bilhões/ano, o que é um fundo razoável para nós começarmos a pensar essa política de mitigação do efeito estufa que é um tema que vai ganhar muita importância pelas consequências que já estão aparecendo.

Nesse sentido, a nossa matriz energética é das mais limpas internacionalmente. Mais de 85% da nossa matriz energética é hidroelétrica e a poupança é a água. Nós somos um dos poucos países que têm essa potência e ainda temos madeira para construir outros grandes projetos estruturantes, todos depois de 2012, porque nada vai ficar pronto antes disso, a não ser PCH e pequenas usinas.

O biodiesel é uma fonte alternativa de energia. Qualquer fonte de energia tem algum impacto ambiental, a própria energia elétrica que vem do regime hidrológico tem impacto ambiental. Mas, o impacto do biodiesel é muito pequeno. Ele é muito menor do que usar o diesel do ponto de emissão de carbono, sendo que tem uma vantagem porque o biodiesel favorece o pequeno produtor. A EMBRAPA já tem, por exemplo, um projeto de pequenas usinas que você produz ali na fazenda, ali na região, um combustível para o trator, para o caminhão, para caminhonete, para máquina agrícola. Você descentraliza, barateia o custo da agricultura e faz do plantio dele a energia que ele precisa.

No caso do etanol, nós vamos moer esse ano 450 milhões de toneladas de cana. Há alguns anos atrás, nós tínhamos caldeiras de 25 bar, que é a medida da pressão da caldeira. Já tem caldeiras no Brasil de 94 bar, o que equivale a um prédio de 35 andares e 60 metros de diâmetro. É uma caldeira para produzir etanol e produz também 220 megawatts de energia. Então, ao queimar cana, nós podemos além de produzir o etanol, produzir energia mais do que uma Itaipu. Esse é o potencial que o Brasil tem, especialmente, nessa fase crítica que são os grandes projetos estruturantes como a madeira. Então, o BNDES já está financiando essas caldeiras. Esse é um projeto que está sendo analisado com muita atenção por parte do governo.

Eu acho que o Brasil tem essa felicidade de poder ter disponível nessa transição porque, daqui a alguns anos, o bagaço de cana também vai para a hidrólise, o bagaço, a palhada, a ponta da cana, tudo isso vai virar etanol. Até a cinza da caldeira, hoje, você prensa e vira carvão. Então, a utilização é espetacular e a renda das usinas, com a produção da energia, vai ser mais de 5 a 7 % do faturamento. Então, melhora, também, a rentabilidade do setor.

Nós temos também como gerar mais energia. O grande investimento nessa fase crítica é o gás. É a importação de GNL. Nós precisamos aumentar a nossa capacidade de refino. No Espírito Santo, o projeto está bastante avançado. Nós temos mais reservas do BS-400, BS-500 na Bacia de Santos. Há mais novas descobertas que estão sendo anunciadas agora e eu acho que nós vamos ter uma capacidade de superar, mas isso pressupõe muito investimento e parceria estratégica.

Para concluir, em relação a se o etanol é poluente, quando se vê o mundo criticar o uso do milho para fazer etanol, eu acho que tem certa razão porque, na cadeia produtiva alimentar, o milho é muito importante. O que é um frango? É milho em pé. Você pega a suinocultura, você pega gado, o peso do milho na alimentação na cadeia alimentar é muito importante, direto e indireto na produção de proteína animal. Então, se você encarece o custo do milho, isso não vai ter caminho de volta e vai encarecer a cadeia alimentar. Por que? Porque os Estados Unidos já estão fazendo 21 bilhões de toneladas de litros de etanol e o Brasil faz apenas 17. Eles já passaram o Brasil em termos de volume de etanol. Com uma diferença, o nosso etanol custa 27 dólares/litro e o deles custa 42 dólares/litro. Eles só produzem etanol por causa da barreira. Eles são muito liberais e são muito focados na produtividade e onde eles são mais eficientes porque, onde não são, eles colocam medidas “antidumping”, barreiras comerciais. Eles colocam barreiras comerciais e subsídios, no caso do suco de laranja, por exemplo, e em tudo em que o Brasil seja mais competitivo e eficiente. Então, eu concordo com o discurso da eficiência do mercado, acho que é um discurso importante, mas nós temos também que combinar isso com os nossos interesses estratégicos.

Hoje, o Brasil domina a tecnologia. A EMBRAPA é a nossa “NASA na agricultura”. Ela já desenvolveu tecnologia absolutamente espetacular em relação a diversos tipos de cana e eu sugiro, inclusive, que, da próxima vez, nesse planejamento estratégico, vocês chamem a EMBRAPA Satélite para falar sobre a Amazônia, sobre as florestas, para que possamos desmistificar alguns conceitos e o debate em relação ao desmatamento.

Por que o Brasil tem esse peso do ponto de vista das florestas hoje no mundo? Porque os países da América do Norte destruíram a inserção

das florestas no sistema de reflorestamento no Canadá, que ainda é alguma coisa importante. Eles destruíram as florestas. A Ásia, então, devastou e, nós preservamos. É por isso que o nosso peso é relativo. Historicamente, tínhamos um papel marginal do ponto de vista do oferecimento da cobertura florestal do planeta. Só que nós fomos muito mais preservacionistas, apesar de que, nós não chamamos de brasileiros aqueles que vinham para cá para expropriar o Pau Brasil, para depredar a Mata Atlântica. Mudou o conceito. Eu acho que brasileiro é um povo hoje que tem muito mais sensibilidade para o meio ambiente, muito mais apreço pelo meio ambiente e a qualidade de vida, pelas praias, matas, ecologia, turismo etc. Temos que reforçar cada vez mais esses valores, mas o etanol é uma mudança de matriz no mundo. Os Estados Unidos têm petróleo para mais três anos; o Japão, praticamente, não tem petróleo; a Europa tem um resto, mas são basicamente a Rússia e os países do Leste Europeu que têm um potencial muito grande; a China tem demandas importantes nessa área. Nós estamos sendo autosuficientes, mas são reservas cada vez mais caras. Então, a produção de uma matriz energética renovável é uma mudança espetacular que nós estamos liderando no setor. Nós estamos na vanguarda e o mundo inteiro está interessado e olhando.

Eu só termino dizendo que, assim como nós já lideramos o café e perdemos; lideramos no caso do cacau e da borracha, mas a verdade é que nós já perdemos algumas lideranças internacionais, historicamente. Portanto, essa liderança agora nós não podemos perder nesse momento da história. Então, nós temos que saber as parcerias tecnológicas e as empresas brasileiras têm que se preparar para produzir lá fora, para controlar a logística de exportação, porque vai ter uma demanda de exportação crescente, especialmente, por causa da questão do crédito de carbono. Eu acho que é uma mudança muito importante e nós temos que ter muito orgulho da competência do empresariado e do Estado Brasileiro que desenvolveu essa tecnologia de ponta, através da EMBRAPA. Esse é um dos setores mais promissores de energia no cenário internacional.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Mediador: Vindo para o plano interno, Senador, temos algumas perguntas referentes às relações entre o Executivo e o Legislativo:

“A inserção exterior do Brasil passa pelo Congresso Nacional e pela imagem que este constrói por meio de suas ações e iniciativas. Vossa Excelência não considera que apoiar o Senador Renan Calheiros atinge a imagem do Congresso e, por conseguinte, a capacidade dessa instituição e do país no exterior?”

A outra pergunta é na mesma linha: “Se o governo respeita as instituições, por que envia tantas Medidas Provisórias ao Congresso, emperrando as pautas e comprometendo a independência dos poderes?”.

Senador Aloizio Mercadante: Eu gosto de perguntas provocativas porque nós temos a chance de falar e, nem sempre, na imprensa, nós temos a mesma oportunidade de nos defender.

Eu acho que o episódio do Renan Calheiros trouxe um grande desgaste para a instituição do Senado. O Senado é uma instituição fundamental, de 180 anos de República. Ele é um ponto de equilíbrio da Federação porque as desigualdades regionais são imensas. O Piauí tem três Senadores, como São Paulo, Roraima ou Rondônia. Isso é fundamental para o Pacto Federativo e o equilíbrio da Federação.

Evidente que o Presidente do Senado, ao ser exposto ao conjunto de denúncias como ele foi exposto, inclusive nas condições em que essas denúncias surgiram e o mérito dessas denúncias, tudo isso trouxe um imenso desgaste. Mas traria um desgaste maior – e só vamos ter consciência disso quando nós olharmos para a história e o tempo passar – se nós nos submetêssemos, como Senado, a um Tribunal de Exceção que virou, hoje, parte da relação entre as instituições e, sobretudo, da mídia. O tempo da notícia não é o tempo da justiça. Não tem democracia só se tiver liberdade de expressão; tem democracia se tiver liberdade de expressão e se tiver direitos e garantias individuais. Essa é uma Cláusula Pétreia da Constituição, mesmo quando se trata do Presidente do Congresso Nacional. Então, só tem democracia se tiver o devido processo legal. Notícia não é prova; a prova tem que estar nos autos, com provas documentais e testemunhais. Tem que ter direito de defesa, na dúvida, pro réu. Sem esses valores, você não constrói uma democracia. É evidente que, com a história de impunidade que marca, sobretudo, a elite brasileira, a História do Brasil, o sentimento de justiça

positivo e de exigência institucional, as pessoas querem pressa na solução dos problemas e, muitas vezes, os mecanismos da justiça brasileira dão margem à postergação das decisões, instâncias recursais, etc. Tudo isso gera esse sentimento de impunidade no país que eu acho que é justo, meritório e deve ser valorizado. Mas eu, particularmente, não me disponho a participar de Tribunal de Exceção.

A primeira denúncia contra o Renan Calheiros, ainda que tenha sido escrito o contrário e tenham senadores que pensam diferente de mim, do meu ponto de vista, dizia: "A Empreiteira Mendes Júnior pagou as contas pessoais através do lobista para a Mônica, que é a mãe do filho dele". Não ficou provado que a Mendes Júnior pagava através do lobista as contas. Não há uma prova disso nos autos. O que é que tem naquele processo? Há indícios de crime fiscal, de um empréstimo que não foi declarado, operações comerciais que não estão suficientemente esclarecidas e que podem induzir à riqueza ilícita ou a fontes de recursos não legais. Mas para caracterizar o crime fiscal, a Receita Federal tem que dar um parecer. Você tem que caracterizar qual é o crime e comprovar que há de fato origens ilícitas dos recursos no patrimônio ou operações insustentáveis.

Como são quatro denúncias, a próxima virá dia 14, o Senador Jefferson Peres apresenta ao Plenário e deve ser votada no dia 20, 21. Eu, particularmente, considerei que havia indícios, mas não havia prova conclusiva. Então, como tem mais quatro votos para dar, eu não vou condenar uma pessoa sem ter absoluta segurança do elemento probatório, mesmo que isso traga um desgaste político. E, na verdade, trouxe. Lamento que seja assim. Eu prefiro ficar com as minhas convicções do Estado de Direito Democrático das garantias individuais. Eu acho que é muito mais pedagógico para o Brasil aprender que tem um processo legal, que tem que ter provas materiais. Por exemplo, se ficar comprovado – e eu imagino que isso possa estar nessa próxima representação porque é um sócio que denuncia – que tinha uma sociedade oculta com ele, que tinha laranjas, que ele comprou uma rádio etc., se as provas materiais estão estabelecidas, seguramente o Senado cassará o mandato do Senador Renan Calheiros.

Ao mesmo tempo, eu fiz um movimento muito forte para tirá-lo da Presidência reconhecendo que era o líder da maior bancada e que, como

Presidente do Senado, não teve nenhuma denúncia, a não ser o fato que ele começou a usar a Presidência para defender o seu mandato, o que era absolutamente inaceitável. Felizmente, ele se afastou da Presidência do Senado. Esse tema voltará à pauta.

Sobre política externa, é evidente que essas denúncias desgastam a imagem do país. Mas, no mesmo momento, tinha um Senador americano que foi pego numa situação extremamente constrangedora num banheiro público, e renunciou. Nem por isso o poder externo dos Estados Unidos ficou fragilizado. Não é esse o argumento. É que tem que ter ética na vida pública, tem que ter decoro, tem que ter comportamento e esse país não vai tolerar nada que não seja compatível com esses valores. Isso é muito positivo, desde que nós não vivamos um Tribunal de Exceção, porque isso não é bom para a história. A história está cheia de experiências semelhantes.

Em relação às Medidas Provisórias, nós já votamos um projeto no Senado de aprimorar o rito de tramitação das Medidas Provisórias, de qualificar melhor o que é urgência e relevância. Mas não dá para governar sem Medidas Provisórias. O Executivo tem situações e cenários em que ele precisa tomar umas decisões que são estratégicas para o Brasil, que têm urgência, que têm relevância e que não dá para esperar o tempo do processo legislativo porque ele é muito lento, especialmente quando você tem momentos de maior tensão política, quando você tem obstrução. É claro que é um direito da minoria e da oposição fazer obstrução, mas isso tudo dificulta a tramitação das matérias e o país, às vezes, não pode esperar. Então, o Congresso, depois, derruba a Medida Provisória, ou aprova, mas não dá para o governo não governar e o povo ficar sem decisão do Executivo. É por isso que as Medidas Provisórias têm que continuar no país, mas têm que ter uma revisão dos conceitos de urgência e relevância para não ter o abuso, porque não há dúvida que é uma tentação fantástica para o Executivo ficar editando Medidas Provisórias e não ter que aguardar o Projeto de Lei. Nós temos que reverter essa situação. Mas pode ter certeza que, se for para discutir crédito para as Forças Armadas e Projetos Estratégicos, o pessoal vai pedir para ser através de Medida Provisória.

O General Alexandre que já foi Assessor Parlamentar já sabe como é difícil, às vezes, aprovar uma emendinha no orçamento e a dificuldade que é negociar com o conjunto dos parlamentares e dos partidos. Então, as Medidas Provisórias têm bastante eficácia, mas têm que ter limites e não pode ter abusos. O problema é que, muitas vezes, isso tem acontecido.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Mediador: Senador, ainda uma dezena de questões aqui e eu vou passar à sua assessoria porque, infelizmente, o tempo já se esgotou e não nos permite continuar ouvindo e debatendo com o Senhor com tanta franqueza. Então, passo a palavra ao General Felix para os comentários finais.

General Jorge Armando Felix – Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional: Bem, Senador, apesar de o senhor ter externado as suas convicções democráticas, nós aqui vivemos sob a ditadura do nosso moderador, de modo que vamos ter que interromper agora. Como ele disse, nós temos aqui ainda 16 perguntas que, naturalmente, serão encaminhadas e aquelas que o Senhor julgar interessante, talvez, seja até bom colocar no seu site, de modo que ficarão disponíveis aqui para a curiosidade e para o aprendizado de todos nós.

Eu queria, mais uma vez, agradecer a sua disposição de estar aqui conosco, trazer um pouco da sua experiência e muito mais do que a sua experiência, a sua visão de Brasil. Eu queria deixar, então, em suas mãos, o nosso Certificado e agradecer mais uma vez a sua presença aqui. Muito obrigado.

Senador Aloizio Mercadante: Muito obrigado. Aceito o Certificado e espero que possamos fazer um seminário no Congresso Nacional para dar a Vossa Excelência também um Certificado de igual relevância. Muito obrigado a vocês todos pela franqueza e pelo debate.

Mestre-de-Cerimônias: Mais do que sob a ditadura do moderador, vivemos sob o império do tempo e teremos agora vinte minutos para o coffee break. Muito obrigado.



Mesa-Redonda

Relações Exteriores, Segurança e Defesa

General Jorge Armando Felix
Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto
Secretário-Geral das Relações Exteriores

Nelson Jobim
Ministro de Estado da Defesa

Relações Exteriores, Segurança e Defesa

Mestre-de-Cerimônias: Vamos dar início à Mesa Redonda sobre Relações Exteriores, Segurança e Defesa. Participam desta Mesa Redonda, o Senhor Ministro de Estado da Defesa, Nelson Jobim; o Senhor Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Jorge Armando Felix; e o Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores; Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto. O Professor Antonio Jorge Ramalho da Rocha, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, estará atuando como Moderador desta Mesa Redonda.

Informamos que os participantes podem, como sempre, encaminhar perguntas formuladas por escrito, contendo o nome de quem faz a pergunta e a entidade que representam. Tem a palavra o Senhor Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Jorge Armando Felix.

General Jorge Armando Felix – Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional: Mais uma vez, boa tarde a todos. Prezados companheiros de mesa, o Ministro Nelson Jobim, Embaixador Samuel e o Professor Antonio Jorge, nosso moderador.

Eu vou tentar abreviar o máximo que puder para que nós possamos ter algum tempo, se possível, para o debate. Eu iniciaria dizendo aqui que todos nós já ouvimos falar em Tríplice Fronteira, mas é bom lembrar que o Brasil não tem apenas uma Tríplice Fronteira. O Brasil tem nove Tríplices Fronteiras. Eu vou propor aqui aos senhores uma décima Tríplice Fronteira que é a fronteira onde age o Gabinete de Segurança

Institucional. O que nós chamamos de Segurança Institucional é uma área que varia, dia-a-dia, mas que tangencia, fundamentalmente, o trabalho normal de três Ministérios: Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Defesa. Isso não significa que haja uma sobreposição de idéias, uma sobreposição de tarefas, eu diria. Na verdade, o que nós fazemos é um trabalho silencioso, um trabalho de prevenção. Se nós pudéssemos definir todo o trabalho do Gabinete de Segurança Institucional com uma palavra, essa palavra seria “**prevenção**”. Não vamos tentar conceituar o que é Segurança Institucional. Para alguns é uma sensação, para outros é um estado. Na verdade, já que falamos de prevenção, Segurança Institucional tem o significado também de preocupação. Esse é o nosso dia-a-dia, de modo que nós vamos fazer algumas observações sobre os temas que nos preocupam e que, de certa forma, envolvem coisas relativas à Justiça, Relações Exteriores e Defesa.

Vamos começar, então, com a nossa primeira preocupação, aquele fantasma dos nossos dias, que é o chamado “terrorismo”. O Brasil é um país que não tem contenciosos com esses países que vivem mais envolvidos em conflito na história atual. Aparentemente, o terrorismo é um tema distante do nosso país e, embora pareça um pouco paradoxal, é motivo de grande preocupação para nós. Por que? Porque, hoje, está cada vez mais difícil realizar atentados terroristas naqueles países que têm ameaça mais eminente. Em segundo lugar, porque, há menos de dois anos, houve a divulgação de uma resolução da Al Quaeda, dizendo que as ações deles não respeitariam nem tempo, nem lugar. Ou seja, eles agiriam quando e onde achassem conveniente. De modo que não há áreas de exclusão no mundo.

Nós temos aqui um exemplo bastante significativo de um país vizinho nosso, onde ocorreram dois atentados terroristas. Por acaso, foram os dois atentados que causaram o maior número de vítimas israelenses. Foram dois atentados realizados na Argentina. Um atentado foi em 1992 e o outro em 1994. Esses atentados foram na Argentina que é um país que, como o nosso, não participa dos grandes contenciosos internacionais. De modo que, terrorismo é uma preocupação.

Espionagem é uma segunda preocupação. Não se trata daquela clássica espionagem dos tempos da Segunda Guerra Mundial ou mesmo da Guerra Fria, mas, quando falamos em espionagem hoje, falamos em espionagem tecnológica, falamos em espionagem industrial. Afinal de contas, nós temos tecnologia de ponta na agricultura, na pecuária, na aviação, e numa série de outras áreas. Nós acabamos de ver na palestra do Senador Mercadante que, hoje, dominamos alguns mercados de bilhões de dólares e competimos nesses mercados com muitas vantagens.

Uma das nossas preocupações, portanto, é essa espionagem. Como agir com relação a isso? Trabalhando junto às chamadas “empresas estratégicas” do nosso país. Nós temos feito um trabalho, fundamentalmente, de conscientização das empresas e conscientização dos nossos pesquisadores. É bom ressaltar que, até há algum tempo atrás, os nossos pesquisadores, mestrandos e doutorandos que iam para o exterior, quando mostravam competência eram, normalmente, cooptados e ficavam naqueles países sendo bem remunerados e trabalhando naqueles países. Essa coisa mudou um pouco. Hoje, sai muito mais barato deixá-los voltar para o Brasil, nós pagarmos o salário deles, e, eventualmente, encomendar um “paper” por US\$ 10.000 ou US\$ 15.000, com a promessa de publicação em revistas técnicas e científicas de grande circulação. De modo que, é um trabalho que nós fazemos, permanentemente. Procuramos fazer esse trabalho junto às universidades para mostrar essas novas realidades.

Um terceiro item é o que chamamos de sabotagem. Sabotagem, também, não é naquele sentido tradicional, mas, no sentido de prevenção de epidemias, das chamadas biodefesas, pragas na agricultura, etc. Essa é uma área onde nós dominamos o mercado mundial de bilhões de dólares. Uma praga destrói toda uma arquitetura, às vezes, de centenas de anos de produção. Temos um exemplo bem característico aqui, que é o caso do cacau. O Brasil já dominou o mercado mundial e o perdeu, pelo aparecimento de uma praga que sempre foi endêmica na região amazônica, em Rondônia, em toda a área oeste da região amazônica, que, de repente, apareceu na Bahia e dizimou o nosso cacau. De modo que, é uma preocupação que nós temos. Essa preocupação com sabotagem se repete em relação às empresas estratégicas para o país.

Até mesmo quando fazemos lançamentos em Alcântara, nós vemos a quantidade de estrangeiros que vêm apreciar esses lançamentos com seus potentes binóculos, às vezes, trazendo navios e ancorando esses navios em áreas bem próximas ao lançamento. De modo que, essa é também uma das nossas preocupações.

Uma quarta preocupação seria a “segurança das informações”, já que vivemos na sociedade da informação. Como primeira atribuição nossa, devemos defender e proteger as redes de governo, manter o seu funcionamento, mas nossa ação não se limita às redes de governo. Nós temos que nos preocupar com aquelas chamadas infra-estruturas críticas do país. Todas elas, eventualmente, com algumas vulnerabilidades, não apenas na área de segurança da informação, mas em uma série de outras áreas. Então, um trabalho de prevenção que nós também desenvolvemos é o acompanhamento dessas chamadas infra-estruturas críticas: a energia nas suas mais variadas formas, na geração, na transmissão; a parte das telecomunicações que hoje é, praticamente, toda ela privatizada, mas é uma infra-estrutura crítica e nós temos a obrigação de nos preocuparmos com ela. E temos diversas outras infra-estruturas críticas, como água, transporte, etc.

Um quinto tópico são chamados os “crimes transfronteiriços”. Daí, entramos no tráfico de drogas e uma série de outros crimes que, normalmente, são associados ao tráfico de drogas, como o contrabando de armas, a lavagem de dinheiro e uma série de outros delitos conexos. É importante nós ressaltarmos que, às vezes, as coisas também aparecem como paradoxos nessa área. De há algum tempo para cá, nós começamos a exercer um controle muito rígido dos chamados “precursores”, aquelas substâncias que servem para transformar a pasta de coca em cocaína, que são usadas para o refino da cocaína. Fomos tão bem sucedidos que a qualidade do produto que era exportado para a América do Norte e para a Europa caiu muito, pela falta de bons precursores. Em função disso, o mercado preferencial passou a ser o mercado brasileiro. Foi a partir daí que surgiram o “crack”, a “merla”, a “bazooka”, enfim, esse produtos de baixa qualidade que, hoje, infelizmente, inundam o mercado brasileiro.

Como eu disse, associados ao tráfico de drogas, frequentemente, nós temos a lavagem de dinheiro, a corrupção, etc. Nós temos 16 mil quilômetros de fronteira e não há como vigiar essas fronteiras. Além disso, nós temos também um outro desafio, que é a integração sul-americana. A integração sul-americana, para nós, significa que as fronteiras não são mais linhas de separação como considerávamos até há algum tempo. As fronteiras hoje são linhas de aproximação de trocas comerciais, econômicas, culturais, livre trânsito de pessoas, o que, de certa forma, dificulta o trabalho de prevenção, o trabalho de repressão a esses crimes. Por outro lado, dentro desse espírito de integração, isso nos leva a trabalhar junto com os nossos vizinhos. Certamente, esse trabalho sendo bem conduzido, ao contrário do que pareça, vai facilitar a repressão e a prevenção desse tipo de crime.

Haveria mais um cem número de preocupações para elencar aqui, organizações criminosas, tráfico de pessoas, abuso de drogas, enfim, preocupações de um mundo global, onde o crime também está se globalizando. Mas, eu deixaria esses temas para a parte do debate e gostaria de mencionar aqui os nossos instrumentos de trabalho. Na parte de drogas, nós temos a Secretaria Nacional Antidrogas, que faz todo o trabalho de prevenção e o Conselho Nacional Antidrogas, que eu presido, e que trata das políticas relativas à prevenção e à repressão.

Nós temos a Agência Brasileira de Inteligência que é a cabeça do Sistema Brasileiro de Inteligência, que é a estrutura de inteligência que nos dá todo o suporte para fazer o trabalho de prevenção. Temos um Gabinete de Crises, porque, quando a prevenção não é suficiente, nós partimos para uma segunda fase que é a articulação de todos os Ministérios que estarão envolvidos na solução do problema. Convém ressaltar que a Presidência da República não é lugar de “fazer”. Execução para nós é com os Ministérios. Nós articulamos, coordenamos e planejamos, mas a fase de execução sempre deve ser a cargo dos Ministérios.

Temos uma Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional que nos dá as propostas de políticas necessárias ao combate de todas essas nossas preocupações que eu mencionei e temos o Conselho de Defesa

Nacional para problemas de nível mais elevado e nós fazemos a Secretaria desse Conselho.

De modo que ficam aqui todas essas informações como provocações aos senhores e esperamos poder responder ou satisfazer eventuais curiosidades. Muito obrigado.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Moderador: Os senhores se deram conta que nós mudamos um pouco a estrutura, não só porque o Embaixador Samuel, o Ministro Jobim e o Ministro Felix dispensam apresentações, mas porque estamos todos sujeitos à ditadura do tempo. Eu peço àqueles que tiverem interesse que, por favor, enviem suas questões por escrito, inclusive, com endereço eletrônico porque, seguramente, nós não teremos tempo para responder todas as questões. Aquelas que não forem respondidas aqui serão respondidas posteriormente por e-mail.

Eu passo a palavra, diretamente, ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães que falará também por cerca de 15 a 20 minutos.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto – Secretário-Geral das Relações Exteriores: Boa tarde a todas as senhoras e a todos os senhores. Eu queria cumprimentar o Ministro Nelson Jobim; o Ministro Jorge Armando Felix; o nosso Coordenador, Professor Antonio Jorge; todos os senhores Oficiais, Generais, professores e estudantes. Eu queria agradecer o convite muito honroso para participar dessa Mesa.

Eu queria aproveitar para apresentar algumas idéias sobre a relação entre os temas de defesa, segurança e política externa. Em primeiro lugar, eu queria dizer que Relações Exteriores, Defesa e Segurança podem ser vistos a partir de uma visão do sistema internacional. A característica central ao sistema internacional é a concentração de poder. O sistema internacional se caracteriza por esse fato. Ou seja, um número relativamente pequeno de países, certamente, uma pequena parcela da população mundial concentra a maior parte da produção mundial, do comércio mundial, da geração de patentes, portanto, a geração de tecnologia, dos armamentos, etc. Para os senhores terem uma idéia, para não ficar assim em afirmações, os gastos militares dos Estados Unidos

da América são superiores à soma dos gastos das dez potências seguintes. Se excluirmos a China, os gastos chineses correspondem a 1/3 dos gastos americanos. Isso é para os senhores terem uma idéia da concentração do poder militar.

A mesma coisa se aplica ao PIB. O PIB total mundial é cerca de uns 35 trilhões de dólares. O PIB americano é em torno de 13 trilhões de dólares; o PIB do Japão é 4 trilhões de dólares; e se somarmos os outros, chegamos facilmente aos 70% da produção mundial. Mas podemos tomar outros setores menos óbvios, como por exemplo, a questão do poder ideológico, ou seja, o poder de difundir as próprias idéias, de gerar visões do mundo e difundi-las através da mídia, através do cinema, através das agências de notícias que difundem visões e interpretações do mundo que têm muito a ver com política externa, com a defesa e com a segurança.

De uma forma geral, a tendência desse centro de poder é de que há uma diminuição da sua população, com exceção dos Estados Unidos. Os outros países, como os países europeus e o Japão tendem a ver uma queda da sua população. De modo que, em 2030, mais ou menos, a Alemanha terá menos habitantes do que tem hoje, e assim por diante. Os Estados Unidos é uma exceção por razões migratórias. Então, há uma concentração enorme de poder e um decréscimo da população.

Na periferia do sistema internacional, onde nos encontramos, há um aumento da população e há menor poder. É natural que os países que estejam num centro de um sistema qualquer, na posição de poder, queiram preservar os seus privilégios. É natural isso.

Por exemplo, na questão do meio ambiente, o que está em pauta hoje em dia? É a preservação da possibilidade dos países que são os maiores poluidores do mundo de continuarem a poluir e a dividir essa conta com os países em desenvolvimento, inclusive, o Brasil. Na área das negociações agrícolas, o que está em jogo é a preservação da capacidade de alguns países desenvolvidos, europeus e americanos, a continuar a subsidiar a sua agricultura, enquanto que os outros não têm essa possibilidade, como é o caso do Brasil que luta contra isso.

Assim acontece em todos os setores, inclusive, nos setores ligados à defesa. É a possibilidade dos países altamente armados a continuarem a se armar e os países desarmados a se desarmarem. Em resumo, é isso que acontece quando tiramos a cobertura ideológica que cerca esse tema.

Mas o fato é que alguns países, entre eles o Brasil, emergem no sistema internacional pelas suas características. Se fizerem uma lista dos dez maiores países do mundo, em população, em território e em produto, somente três países estão nas três listas. São eles: a China, os Estados Unidos e o Brasil. Com características, inclusive, favoráveis ao Brasil, em termos das características do seu território, dimensão das terras aráveis, características relativas à homogeneidade da população, à homogeneidade da língua, à ausência de conflito de fronteiras, à inexistência de conflitos religiosos, enfim, são características muito favoráveis à evolução do Brasil na direção de se tornar uma potência. O Brasil jamais será um pequeno país. Muitos gostariam que o Brasil fosse um pequeno país, mas ele jamais será um pequeno país, pelas dimensões do seu território e pelas dimensões da sua população. É um país que, em breve, terá 200 milhões de habitantes e não será um pequeno país. Então, os modelos de pequenos países não se aplicam ao Brasil. Às vezes, nós vemos argumentos no sentido de que o Brasil deve fazer como tal ou qual pequeno país. Isso não se aplica ao Brasil porque o Brasil tem outras características.

A partir desse fato, da dimensão, da capacidade econômica já adquirida, da dimensão da população, o que ocorre é uma expansão crescente dos interesses brasileiros no exterior. Hoje em dia, nós temos uma expansão extraordinária do comércio exterior brasileiro, mas também uma expansão muito grande nos investimentos brasileiros no exterior, especialmente, na América do Sul, na África, na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá. O Canadá também é um exemplo. Recentemente, a companhia Vale do Rio Doce comprou uma mega empresa de mineração canadense e a Vale do Rio Doce se transformou numa das principais empresas do Canadá. Então, os nossos interesses econômicos vão-se diversificar de uma forma muito grande. Depois, temos a expansão das comunidades brasileiras no exterior, que é outro fator importante do ponto de vista de política externa.

Na medida em que esses interesses vão-se expandindo, pela própria natureza do sistema internacional, que é um sistema competitivo por acesso a mercados e acesso a recursos naturais, a possibilidade de divergência de interesses se torna maior. Naturalmente, se os nossos interesses não se expandissem, essa divergência não seria maior. Então, nós temos uma situação que vai se tornando cada vez mais complexa em termos de política externa e de relações exteriores do Brasil em todas as suas facetas. Uma delas é a diplomacia, a política externa; a outra é a questão de defesa, naturalmente. Há ainda outras questões relativas à segurança do país.

Daí, a importância de certos objetivos de política externa. O primeiro deles é a questão da candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança. Eu queria dizer que, em minha opinião, esse é o principal objetivo da política exterior brasileira. Por uma razão simples: estar presente no Conselho de Segurança como Membros Permanentes é um objetivo de extraordinária importância para o Brasil.

O segundo objetivo, também de grande importância, são as relações com os países vizinhos. O Brasil é o terceiro país do mundo em termos de número de vizinhos. Somente a China e a Rússia têm mais vizinhos do que o Brasil. Isso torna, naturalmente, a política externa de defesa mais complexa. Num país com um número menor de vizinhos é mais fácil.

A segunda característica na América do Sul é a extraordinária assimetria entre o Brasil e os seus vizinhos. O Brasil é 50% do que quer que seja na América do Sul. Em termos de PIB, território e população, o Brasil é mais da metade da América do Sul. Então, isso gera uma delicadeza muito grande no relacionamento. O relacionamento entre um país maior e outros menores é sempre mais complexo. Então, um grande objetivo da política exterior brasileira é a questão do relacionamento com os seus vizinhos e da formação de um bloco sul-americano que nos permita participar de um sistema internacional, que também se caracteriza pela multipolaridade crescente, em alguns aspectos, como por exemplo, no que diz respeito à formação de blocos como a China – que é um bloco em si mesmo – a União Européia e o bloco da América do Norte. Então, é muito importante que nós possamos participar dessas negociações internacionais com um grupo de países da nossa região, para que

tenhamos mais força nessa negociação. Por que? Porque o nosso terceiro objetivo é ter um ambiente internacional para pleno desenvolvimento da sociedade brasileira, quer seja o seu desenvolvimento político, econômico, social, cultural, científico e tecnológico.

Hoje em dia, as regras negociadas em nível internacional afetam profundamente as sociedades nacionais, não só as regras de natureza comercial, mas também, na área de investimentos ou, por exemplo, na área de saúde. As regras relativas à propriedade intelectual e na área de saúde afetam as políticas nacionais. Essas regras internacionais podem, portanto, ser mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento da sociedade brasileira. Então, é extremamente importante que, nessas negociações, nós consigamos criar um ambiente o mais favorável possível, ou seja, que as normas internacionais sejam o mais favoráveis possíveis com o nosso desenvolvimento, em seus diferentes aspectos. Daí a importância das negociações na área da Organização Mundial do Comércio, as negociações relativas a clima, e assim por diante.

Em todos os setores se definem normas. Por exemplo, a pesca no Atlântico Sul. Há uma série de normas. Essas normas podem ser mais favoráveis a nós ou menos favoráveis. De modo que, é muito importante essa defesa intransigente dos interesses nacionais na negociação dessas normas porque, na sociedade brasileira, nós temos que superar aqueles desafios das desigualdades, das vulnerabilidades, da realização do potencial. Para isso, é necessário que o Estado Brasileiro possa executar determinados tipos de políticas que não podem ser constrangidas pelas normas que vierem a ser definidas no nível internacional.

Enfim, já que o título da mesa é “Relações Exteriores e Segurança e Defesa”, é natural, é óbvio, para qualquer país do mundo, que a capacidade de defesa é essencial à execução da política externa e à defesa dos seus interesses nacionais. Eu acredito que não haja nenhum grande país do mundo que tenha qualquer dúvida a respeito disso. Nós temos que ter consciência clara disso, do lado da defesa. Inclusive, do lado da defesa dissuasória.

Uma outra coisa que eu queria mencionar é que os orçamentos de defesa, hoje em dia, são um grande instrumento de desenvolvimento científico e tecnológico nos países altamente desenvolvidos. O Orçamento de Defesa dos Estados Unidos é a metade do PIB brasileiro. É através desse orçamento de defesa que se realizam as pesquisas mais arriscadas, no sentido de que as empresas privadas não têm o maior interesse em realizar esse tipo de pesquisas porque elas são mais arriscadas. Vou dar um exemplo óbvio. As pesquisas na área espacial são realizadas pela NASA. Por que elas não são realizadas por empresas privadas? Porque é extremamente arriscado enviar um foguete a Júpiter. Enviar um foguete a Júpiter não tem nada a ver com o aspecto "Flash Gordon". Só as pessoas mais velhas aqui sabem quem é "Flash Gordon", os mais moços não sabem quem é "Flash Gordon". São empreendimentos de pesquisas científicas e tecnológicas, extremamente importantes no Programa Espacial dos Estados Unidos. Então, é de grande importância ter um orçamento de defesa adequado na área de ciência e tecnologia.

Eu não vou me estender mais. Eu vou encerrar dizendo que, hoje em dia, tanto a política externa quanto a de defesa são estreitamente interligadas em todos os países e a segurança também. Isso é de grande importância porque, hoje, o que se decide, internacionalmente, tem cada vez maior influência interna. Por isso, é de interesse de todos nós. Quando os senhores vão à farmácia e pagam preços razoáveis pelos medicamentos, isso tem a ver com o que foi decidido em nível internacional, na área de propriedade intelectual, e assim por diante. Então, hoje, há uma dependência muito grande do que se negocia em nível internacional e do que ocorre internamente. Por outro lado, naturalmente, tudo o que se faz internacionalmente na área da política tem a ver com o que se faz na área da defesa. Muito obrigado aos senhores pela atenção.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Moderador: Muito obrigado, Embaixador, pela compreensão com relação ao tempo. Ministro Jobim, por favor, o senhor tem a palavra.

Nelson Jobim – Ministro de Estado da Defesa: Meus amigos da Mesa, General Felix, Embaixador Samuel, eu saúdo a todos vocês e saúdo a

todos aqui presentes, na pessoa do meu extraordinário amigo, General Alberto Cardoso.

Devemos falar sobre a questão de defesa e é muito presente um ponto inicial que nós precisamos botar sobre a mesa. É uma questão política importante e que levou a uma situação de dificuldades. Quando passamos à transição para o regime que sucedeu ao Regime Militar, as gerações que se sucederam nos governos, os políticos, inclusive eu, na época, na Câmara dos Deputados, todos nós víamos e identificávamos discussões de questões de defesa com repressão política. O mesmo acontecia em relação à segurança pública. Segurança pública era vista sempre como questão do DOPS.

O que ocorreu? Não se formulou e não se participou, do lado civil, de nenhuma discussão do tema de defesa. Eu me lembro disto na Assembléia Nacional Constituinte. Havia uma absoluta impossibilidade de alguém levantar a discussão dessa temática. Por quê? Porque, olhando para trás, nós identificávamos todo o discurso que pudesse levar à discussão da questão de defesa como algo vinculado à repressão política. Isso determinou um enquistamento da questão de defesa, como sendo algo exclusivamente militar, de exclusiva e estrita competência das Forças Armadas, que, na verdade, são as forças operativas do sistema de segurança ou no sistema de defesa. Isso levou, inclusive, a uma deterioração de toda a estrutura de apoio e equipamentos das Forças Armadas.

Toda a discussão que se tinha e que se travava em questão de defesa, era sempre uma pretensão militar de reequipar ou de reaparelhar as suas Forças. Esse reaparelhar as suas forças é uma linguagem que se situa no passado. Ou seja, no passado, havia um momento de aparelhamento e havia a necessidade agora de reaparelhar, o que significa trazer o passado aparelhado para o presente. As forças civis viam isso com absoluta clareza, como uma mera proteção de corporações militares para desenvolver os seus jogos de guerra. Então, era aquela coisa das forças militares tentando forçar nos orçamentos o seu aparelhamento.

Chegou o momento de vencermos essa fase. Ou seja, temos que verificar que a defesa nacional não é algo da agenda militar. A defesa

nacional é algo da agenda do país, e da agenda da nação. Não é mais algo estritamente vinculado à questão militar, mas é vinculado, exclusivamente, totalmente, à agenda do país, integrado, evidentemente, pelas Forças Armadas. Foi por isso que o Presidente Lula, depois de conversas que foram capitaneadas por mim e pelo Ministro Mangabeira, resolveu constituir um Comitê para a elaboração de um Projeto de Estratégia Nacional de Defesa, em que pudéssemos discutir hipóteses de uso e das necessidades das Forças Armadas, para, com isto, termos fixadas as hipóteses e definidas politicamente. Termos, também, uma análise do “status” das Forças, no sentido de que, definidas essas hipóteses de uso, essa Forças têm que ter, ou não, alterações no seu perfil ou na sua organização, para que possam viabilizar ou melhorar o exercício de tarefas definidas por essas hipóteses.

Vou dar um exemplo. Uma das hipóteses de defesa é o monitoramento do território nacional. Como é que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica desempenharam a tarefa de monitoramento do território? É um território de uma fronteira extraordinariamente porosa e com “n” países da região. Como a Marinha pretende monitorar o Atlântico considerando os interesses do Brasil no Atlântico? Grande parte da riqueza brasileira e da Petrobrás se encontra nas plataformas submarinas. Isto é uma questão nacional ou é uma estritamente militar? É uma questão nacional. Como as Forças pretendem desenvolver essa tarefa? É evidente que teremos que nos perguntar: Quais as modificações no perfil e na organização da Força que podem auxiliar no desenvolvimento da tarefa? Quais as modificações em relação às práticas operacionais que possam ajudar? É manter a tese ou a técnica do aquartelamento e achar que tratar a defesa na Amazônia é a mesma coisa que tratar a defesa no Pantanal ou no Pampa?

Definindo essas funções, se pergunta: Quais os equipamentos necessários? Portanto não é uma questão de reaparelhamento, mas é uma questão de aparelhamento da perspectiva da fixação dessas tarefas. É evidente que, por tudo isso, há algo importante. Não pode ser um projeto de defesa que esteja desvinculado da estratégia nacional de defesa, de desenvolvimento de longo prazo. Precisamos inserir a questão da defesa junto, claramente, ao Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento de Longo Prazo.

Para isso, surge um outro tema: a necessidade de nós podermos desenvolver um potencial tecnológico, independente, na indústria nacional de defesa. Ou seja, a perspectiva do aparelhamento está vinculada ao desenvolvimento econômico do setor nacional de defesa. É evidente que aqui nós passamos a ter a defesa, a formulação do Estado Brasileiro, vinculado a um setor privado específico, com o objetivo de desenvolver esse potencial tecnológico independente. Não é possível pensar que o Estado Nacional não possa ter uma estrutura de defesa dissuasória. A nossa pretensão é ter capacidade dissuasória e não há nenhuma pretensão expansionista do Brasil. Como disse o Samuel, nós temos os problemas de fronteira resolvidos. O Barão do Rio Branco, com toda a habilidade histórica, conseguiu desenhar as fronteiras sem dificuldades. Houve dificuldades, mas, com competência, portanto, não temos esse problema. Temos de formular algo que seja dissuasório e que possa assegurar a função e a destinação ativista do Brasil na região.

Alguns críticos dizem que o Brasil não tinha nada que ir ao Haiti. Estar no Haiti é um dever de uma nação e de um Estado que tem responsabilidade com a região e não tem a responsabilidade somente consigo mesmo. A presença, portanto, no Haiti, é uma absoluta necessidade estratégica de relações de afirmação de um Estado Nacional que se pretende protagonista dentro do mundo. Inclusive, a pretensão do Brasil, que foi explicitada por Samuel, em relação ao Conselho de Segurança, está dentro da mesma lógica. Pretende-se o Conselho de Segurança, mas não se pretende ser protagonista na região? É uma contradição, em termos absolutos. Tudo isso passa, efetivamente, pela formulação desse Plano Nacional de Defesa que já começamos a elaborar, enfrentando situações com clareza.

Que tipo de defesa se impõe na Amazônia? É a mesma coisa de estruturas de defesa dissuasória em relação ao Pampa? Um idiota qualquer poderá dizer que é a mesma coisa e, nesse caso, alguém do ramo dirá: “Então vamos levar blindados para a Amazônia e jogar os blindados dentro da água”.

Dentro dessa característica, há uma outra questão fundamental que está na Constituição. A função das Forças Armadas é de defesa e, quando requerida por qualquer um dos Poderes e autorizado pelo Presidente da

República, também deverá intervir na garantia da lei e da ordem. É a questão da possibilidade das Forças Armadas serem utilizadas em questões de narcotráfico, em questões ambientais e no combate ao crime organizado. Todos afirmam e desejam que as Forças Armadas participem disso.

Isso me lembra algo importante. Quando eu estava na Câmara dos Deputados, eu era Presidente da Comissão de Justiça e o Deputado Michel Temer presidia o grupo que nós havíamos organizado e o relator era o Deputado Miro Teixeira, do PMDB do Rio de Janeiro. Numa assembléia menor do que esta, discutimos uma tática de participação investigatória. Era o agente encapuzado que passaria a integrar a organização criminosa. Todos concordaram com absoluta tranqüilidade da necessidade desse tipo de atividade, ou seja, da eficácia de se ter um membro da polícia, disfarçado, integrando a organização criminosa. Só que surgiu um problema que tinha que ser examinado. “Todos concordam, mas quais são os crimes que ele pode praticar? Você vai colocar alguém, um policial, dentro da organização criminosa para não praticar crime? Quais são os crimes que ele pode praticar? Estupro? Furto? Homicídio? Extorsão? Porque algum desses crimes ele tem que estar autorizado a praticar”. Então, desmanchou-se tudo porque, evidentemente, estavam lá os nossos “essencialistas” e “principalistas”, que diziam: “Não. Crime não pode ser praticado por ninguém”. E aí as coisas desapareceram.

O que nós precisamos saber em relação ao uso das Forças Armadas nas questões relativas à garantia da lei e da ordem é uma pergunta que temos que fazer e enfrentar: Quais são as condições e mecanismos para o uso dessas Forças? Qual é o Estatuto Jurídico desta Força ao participar desse tipo de ação? É o Estatuto Jurídico normal, ou tem que ter um Estatuto Jurídico específico? O Brasil está mostrando absoluta eficácia e competência no Haiti, no que diz respeito ao conflito urbano. Tem capacidade, tem expertise para intervir em conflitos urbanos e pacificá-lo. A Cité du Soleil é o exemplo mais clássico disso. Mas lá, o Estatuto Jurídico da tropa é distinto do Estatuto Jurídico da tropa numa intervenção dentro do Brasil. Isso precisa ser examinado, precisa ser discutido e definido com clareza porque, senão, qualquer ação dessa natureza estará cheia de ações penais a que responderão cada um dos

oficiais e militares, como ocorreu quando na intervenção das tropas do Exército, no Governo Itamar Franco, no Rio de Janeiro.

Querem jogar a tropa para ser réu de processo criminal comum? Quem é o oficial que vai fazer isso? Ou seja, queremos discutir o assunto com transparência, sabendo a responsabilidade de cada um e com toda a estrutura. É isto que vamos fazer. O Presidente Lula determinou que devemos formular um plano estratégico, até 7 de setembro do ano que vem. Intercorrentemente, nós devemos ter uma definição clara disso tudo e começar a estabelecer a necessidade desse país ter Forças Armadas com capacidade dissuasória. Defesa, no sentido a que estamos nos referindo, é a afirmação de que, se alguém entrar no espaço aéreo brasileiro, ou em águas territoriais, vai-se incomodar, vai ter problemas.

É por isso, meu caro General, que nós precisamos repensar e assumir politicamente essa responsabilidade. É uma responsabilidade que a nossa classe havia deixado, exclusivamente, aos militares, por uma distorção ideológica em relação ao passado. Agora, precisamos definir qual a posição e para sermos protagonistas na própria região, precisamos ter a capacidade dissuasória e todos devem saber que temos essa capacidade dissuasória. Para ter capacidade dissuasória, precisamos ter o quê? Uma indústria de defesa nacional com tecnologia independente.

Como devemos proteger a Amazônia? Como devemos proteger as plataformas de petróleo? Qual é o instrumento mais eficaz? Não tenham dúvida que é o submarino nuclear. As Forças de superfície perdem, em termos de eficácia, para os submarinos. Não podemos ter aquele raciocínio antigo: “Temos que proteger o espaço aéreo brasileiro para que não se fotografe o espaço aéreo brasileiro”. Abra o “Google” que você enxerga qualquer lugar em qualquer lugar do mundo pelo “Google Earth”. Então, esse assunto está morto. Querem descobrir onde se encontra uma tropa? Basta ir ao “Google” e você localiza tudo. É outra situação.

Qual é a participação e qual é a situação do Brasil, por exemplo, em guerras ou conflitos em outra parte do mundo que ultrapassam a condição de guerra regional controlada? Qual o monitoramento que

precisamos? Quais são os acautelamentos que temos? Isso precisa ser definido com clareza e com definições efetivas de natureza política, como questão de Estado e não uma questão de governo. É esse o objetivo que estamos a desenvolver. Ou seja, devemos formular esse plano estratégico e investir, não no reaparelhamento das Forças Armadas, mas sim no aparelhamento eficaz das Forças Armadas em tarefas que o Estado Brasileiro defina ser sua obrigação. É aqui que está o grande resgate da questão de defesa, não como uma questão mera e exclusiva militar, mas sim, algo da agenda nacional.

A agenda nacional é restrita em alguns temas. Por exemplo: a Amazônia é da agenda nacional na questão indigenista; a Amazônia é da agenda nacional na questão ambientalista; mas a Amazônia não é da agenda nacional na questão de defesa. São raros, inclusive, alguns setores acadêmicos importantes que debatem esse tema, mas com pouco espaço dentro da própria academia, porque esse assunto é um assunto que deixa a desejar como algo a que alguém possa se dedicar. É isso que precisamos inverter, claramente, para que possamos trazer as Forças Armadas para a agenda nacional na linha de defesa como algo que integre o país. O grande problema na Amazônia é a ausência do Estado. A presença do Estado na Amazônia é praticamente uma presença das forças militares, exclusivamente. Lá temos em torno de dezoito mil homens, espalhados por toda a fronteira e em torno de dezessete Pelotões de Fronteira. Eu tive a oportunidade de visitar todos eles. Visitamos dezessete Pelotões de Fronteira, exatamente, para examinar as condições operacionais, que são ruins. Para isso precisamos ter exatamente essa discussão, para que os investimentos e os orçamentos nacionais se dediquem à questão de defesa, não na perspectiva antiga da repressão política, mas na perspectiva moderna, de um ajuste das necessidades futuras. Ou seja, o plano é trazer o futuro para o presente e não trazer o passado para o presente. O aparelhamento é exatamente assegurar o protagonismo do Brasil e ter a sua condição dissuasória. Muito obrigado.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Moderador: Muito obrigado, Ministro. Muito obrigado por respeitar o tempo. Teremos condições de fazer aqui, pelo menos, duas rodadas de questões. A idéia era, justamente, dedicar mais tempo ao debate. Eu vou ler as questões que

foram encaminhadas. Na verdade, são questões endereçadas aos três palestrantes. Então, eu vou ler na ordem das apresentações.

Esta pergunta é para o Ministro Felix: *As ONGs custeadas por capital internacional, e/ou mobiliadas por recursos humanos estrangeiros, estão tendo algum tipo de controle ou fiscalização? Em caso positivo, o senhor poderia comentar como é feito esse controle e qual é o órgão responsável? Em caso negativo, na visão de Vossa Excelência, qual seria o motivo desta falta de controle?* A pergunta é do Coronel Quadros.

Há uma pergunta para o Embaixador Samuel que parte da premissa de que se observaria uma participação tímida de diplomatas no conjunto de palestras e conferências, não só aqui, mas, em geral, sobre defesa. A pergunta seria a seguinte: *Seria isso fruto ainda de uma pequena articulação entre o Itamaraty e o Ministério da Defesa? Não seria interessante que houvesse uma maior interação entre a nossa academia diplomática e as academias militares e escolas de Estado Maior, de modo que houvesse um tratamento mais global dos temas estratégicos e da formação de nossos militares e diplomatas?*

Gostaria, ainda, de saber a opinião de Vossa Excelência quanto a possibilidade de criação no Ministério das Relações Exteriores de alguma estrutura administrativa que tratasse, especificamente, dos temas de defesa e segurança em contato direto com os demais órgãos do governo federal que lidam com o assunto.

A próxima pergunta é para o Ministro Jobim: *Recentemente, autoridades da Comissão de Combate a Ilícitos Transnacionais, do Itamaraty, divulgaram junto ao Estadão, informações a respeito da necessidade do envio de recursos a uma base da Força Aérea, estrategicamente, localizada a sete quilômetros, tanto da Venezuela quanto da Guiana. Como Vossa Excelência percebe a possibilidade iminente de movimentação do exército venezuelano nessa região?*

A idéia é que os senhores fiquem à vontade para responder às três questões e na próxima rodada eu colocaria, também, questões mais abertas aos três.

General Jorge Armando Felix – Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional: Muito obrigado. Com relação as chamadas Organizações Não-Governamentais, efetivamente, nós temos muito poucos mecanismos de controle, até porque, é muito difícil dentro das condições atuais, definir-se qual é a origem dos recursos que abastecem essas Organizações Não-Governamentais e quem são, efetivamente, aqueles que tutelam essas Organizações Não-Governamentais. Nós sabemos que existem diferentes e variados tipos de Organizações Não-Governamentais. Algumas são muito bem intencionadas e são muito úteis para o desempenho de determinadas tarefas onde o poder público não pode chegar e delega, de certa forma, através da atribuição de recursos, delega essa tarefa à essas organizações. Não importa se com brasileiros ou com estrangeiros. São úteis e fazem muito bem o seu trabalho.

Existem outros tipos de organizações, aquelas que, nitidamente, nós percebemos que são instrumentos de corporações ou até mesmo de países. Então, são organizações que fazem, ou procuram fazer, aquilo que, institucionalmente, esses países e essas organizações não podem ou não devem fazer.

Todas elas são chamadas “organizações sociais”. Há um tipo de organizações, que são as OSCIPs, que são de interesse público. Essas precisam ter registro do Ministério da Justiça. Mas, a partir daí, o acompanhamento também é, praticamente, nulo. O que é que nós fazemos do ponto de vista da preocupação, da prevenção e da segurança institucional? Algumas dessas, que nos incomodam, que nos preocupam, nós procuramos fazer esse tipo de acompanhamento e procuramos descobrir a sua origem, quem são aqueles que tutelam essas organizações, de onde vêm os recursos etc. Mas nós não temos, ainda, legalmente, a possibilidade de fazer esse acompanhamento da forma como nós achamos que ele deveria ser feito. O governo está preparando esses instrumentos legais. Existem trabalhos em desenvolvimento na Presidência da República, no Ministério da Justiça e em outras áreas, com a colaboração da Defesa, com a colaboração do Ministério das Relações Exteriores, de modo que, nós acreditamos que, brevemente, nós poderemos começar a exercer algum tipo de controle sobre essas organizações. No mais, é acompanhar e, no momento em que elas,

eventualmente, infringirem a lei, aplicarmos a lei sobre essas organizações. Fora isso, nós só podemos fazer o acompanhamento e fica a preocupação. Obrigado.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto - Secretário-Geral das Relações Exteriores: Eu queria dizer que o Ministro das Relações Exteriores trabalha em estreita coordenação com o Ministério da Defesa. Do ponto de vista das escolas militares, sempre que o Ministério das Relações Exteriores é convidado a participar de atividades nas Escolas Militares, o Ministério envia os seus funcionários para participar de cursos, de palestras e assim por diante. Nós temos todo o interesse em estreitar essas relações e temos feito isso. Principalmente o atual governo tem feito todo um esforço de cooperação e participamos, além das atividades de ensino, de inúmeras atividades práticas e reuniões internacionais e atividades em todas as áreas. De modo que nós estamos sempre prontos a colaborar. Naturalmente, temos todo o interesse na colaboração do Ministério da Defesa com a nossa instituição de ensino, que é o Instituto Rio Branco. Acho que ainda temos muito a fazer. Acho que deveria haver uma participação maior de palestrantes do Ministério da Defesa e das diferentes Forças nas atividades no Instituto Rio Branco. Eu espero que possamos vir a fazer isso em breve.

Eu não me lembro se havia mais alguma outra pergunta.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Moderador: A outra pergunta era se o senhor veria a necessidade de se criar no Itamaraty alguma organização ou divisão que tivesse essa incumbência específica.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto - Secretário-Geral das Relações Exteriores: Eu queria dizer que nós temos tratado desses assuntos na Secretaria Geral. Eu acho que, melhor do que isso, só no Gabinete do Ministro. Muito obrigado.

Nelson Jobim – Ministro de Estado da Defesa: A situação da Venezuela não nos preocupa. O fato de a Venezuela estar comprando as suas armas, isso é uma decisão interna do país e não há nenhuma pretensão expansionista na Venezuela. O nosso Programa de Defesa é uma questão de o Brasil ter afirmações para isso. Ou seja, o nosso

projeto não tem nada a ver com as questões relativas a explicações ou pretensões expansionistas, ou não, na própria Venezuela. Não é esse o caso. O que nós temos que fazer e que foi, inclusive, uma determinação do Presidente da República, será feito a partir do ano que vem. O Ministro da Defesa, junto com os Comandos Militares e também órgãos do Itamaraty, nós deveremos fazer contatos nos países latino-americanos com todos os países sul-americanos. Ou seja, temos um contato com todos os países sul-americanos, num conjunto de quatro ou cinco países em cada momento, para estreitarmos as relações militares com esses países, principalmente, em relação ao que o Brasil tem extraordinária competência para oferecer. Inclusive, há uma pretensão dos demais países de que sejam oferecidos cursos para que oficiais militares dos outros países possam vir fazer cursos nas academias brasileiras, nas escolas brasileiras. Nós temos escolas extraordinárias. Eu conheci essas escolas apenas no momento em que fui convidado para fazer alguma palestra, quer como Deputado, quer como Ministro da Justiça, quer como Ministro do Supremo Tribunal Federal, e fiquei gratamente surpreso com a extraordinária competência e capacidade dessas academias, tanto da Aeronáutica como da Marinha, como do Exército. O objetivo é trazer, exatamente, o máximo possível de oficiais militares dos países vizinhos, tentando integrar as zonas da América do Sul. É assim que se faz uma política de integração, sendo o Brasil um país protagonista na região, para que possamos ter esse contato. Nós temos hoje um grande número de oficiais, nós queremos duplicar o número de bolsas para esses oficiais militares dos outros países, sejam quais forem em toda a sua extensão. Então, a viagem determinada pelo Presidente Lula ao Ministro da Defesa terá esse objetivo de dialogar, estabelecer e estreitar relações. Mesmo porque, se quisermos desenvolver uma indústria nacional de defesa, é evidente que a indústria da nossa defesa não sobrevive, exclusivamente, com compras que possam ser realizadas pelo Estado Brasileiro. Temos que ter também a possibilidade de exportação, ou seja, temos que ter competitividade de exportação.

Falando nisso, lembrem-se de que esse desenvolvimento requer ter um compromisso também de compras públicas. Logo, há a necessidade de termos uma política de compras públicas dos produtos nacionais. Seria uma espécie de “Brazilian Act”, inclusive para efeitos de minimizarmos ou relativizarmos a Lei de Licitações para estabelecer o privilégio e a

preferência de aquisição de produtos nacionais. Ou seja, é legitimo que possamos, inclusive, pagar um preço maior pelo produto nacional *vis-à-vis* o produto estrangeiro. Mas, isso será para desenvolver aquele setor de criação de empregos e com a visão perspectiva de desenvolvimento.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Moderador: Temos umas dez questões aqui que podem ser resumidas em três pontos centrais. A demanda é que a mesa se pronuncie a respeito.

A primeira é sobre as implicações no médio e longo prazo, ou seja, prós e contras, custos e benefícios atinentes ao pleito de o Brasil ter um assento no Conselho Permanente de Segurança. *Como isso se relaciona com a tendência ao fortalecimento dos organismos regionais, OTAN, SADEC etc., no enfrentamento de situações de conflito em regiões específicas?*

No desdobramento disso, a próxima pergunta é em relação à Venezuela. *As Forças Armadas brasileiras em nome da lei e da ordem e do princípio de segurança poderão agir além fronteiras no espaço regional diante da incapacidade de alguns vizinhos? Qual seria a capacidade de projetar o poder que teriam as nossas Forças Armadas?*

Os senhores fiquem à vontade para responder.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto - Secretário-Geral das Relações Exteriores: Quais seriam os prós e os contras da participação do Brasil como Membro Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas? Em primeiro lugar, é preciso considerar que o Conselho de Segurança das Nações Unidas é o órgão mais importante do sistema político e militar internacional. Temos que deixar isso claro. É o órgão que, no sistema internacional, monopoliza o uso da força, autoriza o uso da força nos casos de ameaça à paz e ruptura da paz. Os cinco Membros Permanentes têm o direito de vetar qualquer ação do Conselho, de vetar o uso das Forças Armadas, ou até mesmo, de vetar a discussão do tema. Se ele não for do seu interesse, ele não é discutido, não chega nem a ser considerado. Isso é de importância extraordinária para o Brasil. Já é hoje e tenderá a ser cada vez mais. O Brasil jamais será um pequeno país, não há como. Há muitos que assim o desejam, que gostariam que o Brasil fosse um país pequenininho. Só que não será pelas dimensões de

seu território, pelas dimensões de sua população e pelas dimensões de seu PIB. Será muito mais na medida em que resolver os seus desafios internos, que são as enormes disparidades sociais, as vulnerabilidades, a construção de uma verdadeira democracia e a realização de seu potencial.

Do mercado moderno interno brasileiro, estão afastados cerca de 55 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza, que são aqueles que recebem o benefício do Programa Bolsa Família. São 55 milhões de pessoas que poderiam estar integradas a esse mercado produzindo em termos modernos. Naturalmente, essas pessoas produzem, mas com um nível extremamente baixo de pobreza. Isso é natural. Esses 55 milhões de pessoas correspondem à população da França, hoje em dia, um pouco menos. Então, o Brasil nunca será um pequeno país. Não sendo um pequeno país e se desenvolvendo, naturalmente, terá interesses externos. É óbvio que ele não se desenvolverá somente dentro do seu território. Tendo interesses externos, naturalmente, necessariamente, o Brasil terá divergências com outros países, não digo conflitos, mas divergências de ponto de vista. Por exemplo, a Índia tem um bilhão de dólares investidos no Irã e nós não temos. Se nós tivéssemos um bilhão de dólares investidos no Irã, talvez nós víssemos de uma forma um pouco diferente a questão do Irã. São os interesses que vão surgindo e vão-se criando. Essa é a realidade. Há dois grandes interesses dos países no sistema internacional face às suas fronteiras: o acesso ao mercado e acesso a recursos e a garantia dos meios de comunicação. Isso pode, num determinado momento, tornar-se de grande importância estratégica.

Eu vou dar um exemplo. Para o Japão é essencial o acesso a recursos energéticos e minérios, de uma forma geral, e a alimentos. Não é o caso do Brasil. O Brasil tem, inclusive, uma vantagem comparativa muito grande e, por causa de suas características, ele tende a ser menos vulnerável. Então, o que ocorre? O Conselho de Segurança vai expandir a sua influência. Quando falamos de governança global, o que isso significa? Governança global engloba uma série de sistemas. Não vai haver governança global cartesiana. Ninguém vai fazer uma Constituição do mundo, eleições, etc. Esses mecanismos já existem. São o Conselho de Segurança, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial

do Comércio e vários mecanismos de controle do sistema internacional. Então, participar desses mecanismos é de extraordinária importância para o Brasil. O custo é extremamente baixo, se estamos falando de custos financeiros. E o custo político de não participar seria muito maior do que o custo político de participar. Não há nenhuma obrigação, como alguns dizem, de que, em participando do Conselho, o Brasil tem que participar de operações de qualquer tipo. Não existe essa obrigação. A China participa do Conselho como Membro Permanente há muitos anos e não participa de muitas operações de paz. Aliás, no caso da Operação de Paz no Haiti, os países altamente desenvolvidos não estão participando. Isso não é uma obrigação.

Alguns argumentam que, primeiro, é preciso que o país se desenvolva para depois pleitear uma cadeira no Conselho de Segurança. As questões surgem quando surgem. O processo de reforma do Conselho de Segurança é agora e não é determinado no Brasil. Não foi o Brasil que inventou a reforma do Conselho. Nesse objetivo, estamos juntos com o Japão, com a Índia e com a Alemanha e formamos o chamado G-4 que tem uma proposta conjunta. Acho que estamos em excelente companhia. Estamos com a Índia, que é a segunda maior potência econômica do mundo e que tem a segunda maior população ou, quase a primeira. Estamos com a Alemanha que é, hoje em dia, a quarta maior potência econômica do mundo e um dos maiores exportadores. Se a Alemanha e o Japão acham interessante entrar para o Conselho de Segurança, será que eles acham que os custos são muito elevados? Será que é desvantajoso? Evidentemente que não. Então, estamos querendo entrar de onde ninguém quer sair e muitos outros gostariam de entrar, mas não conseguiram.

Tem mais alguma pergunta para mim Professor?

Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Moderador: As três questões eram para o senhor também. Uma delas é sobre a questão do fortalecimento dos organismos regionais para enfrentar instabilidades e, em seguida, se o Brasil estaria disposto a apoiar, em nome da instabilidade, países que não tivessem condições de fazê-lo por conta própria.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto - Secretário-Geral das Relações Exteriores: Vamos começar pelas organizações regionais. Eu acho que quem fez a pergunta está se referindo à OTAN. A Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN atua, inclusive, no Afeganistão. Então, a expansão de atividade da OTAN é muito importante porque ela não é mais uma organização regional; é um instrumento importante dos países que a integram, isto é, os países desenvolvidos. Então, é algo de grande relevância nesse processo porque ela tende a se tornar, muitas vezes, o instrumento de ação dos países desenvolvidos.

Nós temos o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR que, hoje em dia, está praticamente inoperante. Aliás, no momento em que ele deveria ter operado, não operou. Isso aconteceu recentemente, há alguns anos atrás. O Brasil, que eu me lembre, não participa de nenhuma organização militar de defesa e também não há essa pretensão de criar nenhuma organização regional de defesa.

A última pergunta se refere às questões de intervenção do Brasil. São dois princípios inalienáveis da política exterior brasileira, inclusive por estarem consagrados na Constituição, a não-intervenção e a autodeterminação, de modo que o Brasil tanto quanto eu saiba, não tem nenhuma pretensão de intervir em nenhum outro país, a não ser no contexto de operações de paz, onde faz parte de uma decisão internacional, como é o caso, hoje em dia, do Haiti.

Eu queria mencionar que nós não temos nenhuma pretensão de dizer a nenhum país como ele deve-se organizar. Nós respeitamos a autodeterminação e não queremos que nenhum país venha nos dizer como nós devemos nos organizar. Volta e meia, dizem-nos como devemos nos organizar: façam isso, façam aquilo, façam aquilo outro. Nós não temos a pretensão de fazer isso com ninguém. Isso é uma vantagem comparativa da nossa política externa, mas nós não queremos impor condições à nossa cooperação com nenhum país, inclusive, num processo extremamente importante de ampliar a cooperação militar com os países vizinhos, isso não será condicionado ao apoio deles ao Brasil. Não é isso. Outros países fazem isso, mas nós não temos essa pretensão. Não intervimos. Respeitamos o direito à autodeterminação. Se um país quiser ser, por exemplo, uma monarquia absoluta, como é o

caso da Arábia Saudita, nós respeitamos a monarquia absoluta. Se quiser ser uma monarquia parlamentarista, como é o caso da Inglaterra, nós respeitamos, ou uma república, e assim por diante. Se quiser ter um regime especial, como é o caso da China, nós respeitamos. Não vamos ensinar a eles como devem-se organizar, nem mudaremos a nossa política externa em relação a como eles decidem se organizar internamente. Nós não vamos intervir em nenhum país.

Quanto à garantia da lei e da ordem, em relação à Venezuela, isso está fora de cogitação. Em primeiro lugar, a garantia da lei e da ordem diz respeito a ações internas. Não são ações intervencionistas externas. Está fora de cogitação qualquer tipo de situação dessa natureza. As ações que o Brasil desenvolve, externamente, são sempre junto às Forças de Paz da ONU. Isso se passou no Canal do Suez, nos anos 60; passou-se em Angola, nos anos 90, 95 e 96, em que tivemos Forças de Paz operando em Angola, tendo em vista o conflito do movimento de libertação de Angola; e se passa agora no Haiti, em que houve a intervenção, exatamente, tendo em vista os conflitos de guerra assimétricos que estavam se realizando no território do Haiti por determinação e adesão à questão da ONU. Agora, nós não tínhamos a obrigação de participar do processo da ONU, no sentido legal e jurídico junto à Organização das Nações Unidas, mas mandamos as tropas porque tínhamos a obrigação de fazer isso, tendo em vista a pretensão brasileira de ser um Estado grande, que não pode pensar pequeno. Embora muita gente goste de pensar pequeno, exatamente, porque deseja que as coisas não dêem certo. E por que desejam que as coisas não dêem certo? Porque as coisas que dão certo não são notícias. Só é notícia o desastre, só são vídeos as matérias que chegam aos nossos olhos e vão direto à emoção. Tudo aquilo que passa pela razão não é notícia no sentido da mídia moderna. Portanto, o desastre é condição fundamental para se ter algo que seja digno para os vídeos dependentes e que arrastam muitos de nós.

Ou seja, em relação à Venezuela, corta-se qualquer possibilidade. Só pensar nesse assunto já é um equívoco dentro da estrutura das organizações brasileiras e, fundamentalmente, da estrutura constitucional brasileira.

General Jorge Armando Felix – Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional: Apenas mais duas observações com relação aos três temas. Uma delas é que, quando se fala em alianças, normalmente, essas alianças se fazem contra alguma coisa. Não se vê na política internacional alianças a favor. De modo que, a nossa participação em algumas alianças deve ser bastante pensada porque isso seria feito em função de um inimigo ou de uma ameaça comum. Parece que, no momento, esse não é o caso.

A segunda observação é com relação à totalmente desejável e importante participação do Brasil como Membro Permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Mas é importante também uma reflexão a respeito de que nós teremos que ter Forças Armadas aparelhadas para dar respaldo a essa nossa presença no Conselho de Segurança. Um outro aspecto, que já é um pouco mais psicológico, é que nós sempre participamos de operações de manutenção de paz, operações de estabilização, como no Haiti. Certamente, estaremos ingressando numa outra área que são as chamadas operações de imposição de paz, que são, verdadeiramente, operações de guerra. Temos que ter o preparo psicológico de vermos, com grande freqüência na televisão, os nossos jovens voltarem para casa dentro daqueles sacos plásticos pretos. De modo que esses são dois aspectos que, às vezes, nós também não percebemos. Mas, quando se fala em Forças Armadas voltadas para esse tipo de atividade, é preciso preparar também a população para, efetivamente, exercitar a sua atividade fim, que é a guerra. Muito obrigado.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Moderador: Para cumprir aqui o nosso tempo, teríamos ainda duas últimas questões, mas eu pediria aos senhores que, ao final, também, manifestassem os seus comentários de encerramento.

A primeira é a seguinte: *No Brasil existem várias ilhas de excelência. Vimos durante o presente evento e múltiplas iniciativas com padrão de excelência em várias instituições, principalmente, na Presidência da República, produção de conhecimentos, métodos e tecnologias. Quando e como construiremos as pontes entre essas ilhas para que possa haver a necessária troca e a necessária prática de ações coordenadas, ao*

longo prazo, do Governo Federal? A pergunta é de um delegado da Polícia Federal.

A última questão é de um estudante de Relações Internacionais. Ele queria a opinião dos senhores com relação à crescente demanda indígena e quilombola por terras, os movimentos sociais. *Não estaríamos instigando conflitos fundiários? Isso seria uma ameaça à segurança e à imagem do país?*

Quem quiser começar.

Nelson Jobim – Ministro de Estado da Defesa: Na questão das terras indígenas e quilombolas, não podemos identificar uma coisa com a outra. Houve um equívoco que está sendo sanado em que alguns setores resolveram identificar a questão quilombola com terras indígenas, mas são questões completamente distintas. As terras indígenas são terras de propriedades da União Federal afetadas ao uso exclusivo indígena e há uma determinação constitucional em que você tem que ter habitação. O primeiro dado para a demarcação de terra indígena é a necessidade de aquela terra ser habitada, naquele momento, pela comunidade indígena. Não é aquela história que se tentou na Assembléia Constituinte de 1988 de se tentar estabelecer um conceito de posse imemorial. A posse se tem ou não se tem. Se se tem, é imemorial e é fundamental que se tenha. Portanto, não há o que se pensar de que, em algum tempo no tempo, houve posse e, portanto, tem-se direito àquela terra. Não, não é assim. Não é esse o texto constitucional.

Já no caso dos quilombos, a história é completamente distinta. A questão dos quilombos diz respeito à titulação do imóvel, privadamente, para os remanescentes de quilombos nas terras que habitam. Não há que se falar em algo mais do que o espaço de habitação. Já na questão indígena, o espaço era referente à áreas habitadas, as áreas necessárias à produção, as áreas necessárias à sua reprodução social e também as áreas necessárias à manutenção de suas tradições. É uma coisa completamente distinta. Houve um momento, logo após a Constituição de 88, e principalmente a partir do ano de 2000, em que se começou a tentar estabelecer que quilombo era a mesma coisa que terra indígena. Não, não é. É coisa completamente distinta. Inclusive, há uma discussão no

Supremo Tribunal Federal sobre uma regulamentação que teria sido feita nesse sentido. Então, não há o que se pensar nessa identificação. O problema todo é que a Constituição definiu a obrigação de demarcar as terras habitadas pelos índios. Vamos deixar bem claro que isso é fundamental. Eu me lembro dessa discussão no Governo Collor, quando o Ministro da Justiça era o Senador Jarbas Passarinho e se fez a maior demarcação do país das terras Yanomamis. Todos ficaram furiosos porque estavam demarcando terras de fronteiras e aquilo seria uma nação. Não tem nada a ver. É muito melhor que essas terras de fronteira sejam de propriedade da União.

Há ainda uma outra coisa a ser considerada. A terra indígena não é incompatível com regras de fronteira. A Faixa de Fronteira se aplica para as terras indígenas e, inclusive, às ações militares relativas às terras de fronteira, sejam elas indígenas ou não indígenas. Então, não há que se confundir essas situações. Houve um momento, num discurso equivocado, que se pretendia que a terra indígena em zona de fronteira não estava sujeita às restrições de terra de fronteira. Isso é uma asneira absoluta. Basta ler a Constituição. É a mesma coisa que acontece com o livro do Marx. Todos falam em Marx, mas o difícil é descobrir quem leu "O Capital". Ou então, quem conseguiu chegar ao final do "Ulisses" de James Joyce. Todos falam no livro de Joyce e falam: "Acho difícil ter lido aquele negócio, é muito chato". Para não dizer de alguns outros livros brasileiros que nós temos que fazer um exercício para conseguir colocar as palavras no lugar e entender o que está sendo dito. O fato é que, nessa questão indígena, não há nenhuma preocupação nesse sentido.

Qual é a outra que tinha além dos indígenas? Tinha mais alguma coisa?

Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Moderador: Tinha. A construção de pontes entre as instituições até as áreas de excelência que estão dispersas, por exemplo, na área tecnológica.

Nelson Jobim – Ministro de Estado da Defesa: Na questão do Plano de Defesa, nós estamos também trabalhando na área militar, na troca de informações entre o Centro Tecnológico da Aeronáutica – ITA e o Centro da Marinha e do Exército que têm absoluta zona de excelência. Eu quero fazer uma referência ao Projeto de Autonomia Nuclear Brasileira, que se

deve, historicamente, ao Almirante Álvaro Alberto, que teve a coragem de trazer o material que ele havia comprado na Alemanha – porque as nações importantes não deixavam trazer – num porão de um navio cheio de batatas. Ele comprou, oficialmente, na Alemanha e vetaram a entrega do material porque iria desenvolver conhecimentos em energia nuclear. Então, o que fez o Alberto? Contrabandeou, botou dentro do navio e encheu de batata inglesa. Ele trouxe para cá e começou o projeto lá nos anos 50. Então, nós temos Centros de Excelência extraordinários. Então, essa integração é absolutamente necessária e vai ser feita na troca de experiência e para o desenvolvimento da tecnologia brasileira.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Moderador: Embaixador, se o senhor quiser dizer alguma coisa a respeito e concluir a sua intervenção, a palavra é sua.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto – Secretário-Geral das Relações Exteriores: Eu queria, em primeiro lugar, agradecer o convite para participar dessa Mesa Redonda. Muito me honrou ter a oportunidade de estar aqui ao lado do Ministro Nelson Jobim e do Ministro Felix e de poder expor algumas idéias a essa platéia tão interessada. Eu queria repetir, mais uma vez, que vivemos em uma era de globalização e violência; não vivemos uma era de paz. Vivemos em uma era de grande violência, intermitente, localizada, mas de violência. Vivemos em uma era em que as questões internacionais, os compromissos assumidos internacionalmente têm cada vez mais influência sobre os destinos da Nação Brasileira. Os destinos da Nação Brasileira, da sociedade brasileira terão que ser construídos nesse ambiente, com grande firmeza, com grande serenidade e com grande coragem. Nesse processo, as relações entre política externa e defesa são relações essenciais.

Eu queria, inclusive, acrescentar uma informação de que a eventual participação do Brasil no Conselho de Segurança não nos obrigará, nem obriga aos atuais Membros Permanentes, participar diretamente de qualquer operação que o Conselho venha a aprovar. A prova disso é que a China, por exemplo, não participa de várias operações. Não há nenhuma obrigação, na Carta das Nações Unidas, que os Membros Permanentes do Conselho de Segurança tenham que participar das operações determinadas pelo Conselho. Eles podem ou não participar.

Essa é uma decisão de cada um. O envio de tropas é uma decisão de cada um. Agradeço muito a atenção que deram às minhas palavras. Muito obrigado.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Moderador: Embaixador, só para entregar o Certificado.

Nelson Jobim – Ministro de Estado da Defesa: Eu gostaria de agradecer a possibilidade de participar do debate e lembrar que tudo o que eu acabei dizendo aqui tem como fundamento as informações de um extraordinário brasileiro que está desenvolvendo um trabalho belíssimo nesses termos de defesa, que é o Ministro Mangabeira. O Ministro Mangabeira Unger gosta de ser chamado de Mangabeira e não de Unger. O Roberto tem, realmente, agido de uma forma transparente e com absoluta competência. Já viajou para a França, já esteve na Índia debatendo as questões de defesa e ele está legitimado pelo Ministério da Defesa para debater esses assuntos internamente.

Para encerrar, eu queria trazer aqui, à memória dessa platéia, um Embaixador, já falecido, que foi o grande do Itamaraty no que diz respeito às modernidades. É o Embaixador Paulo Vieira Batista. Muito obrigado.

Mestre-de-Cerimônias: Eu peço a todos que permaneçam em seus lugares. Em alguns instantes, iniciaremos a sessão de encerramento desse evento.

Cerimônia de Encerramento

General Jorge Armando Felix
Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional

Contra-Almirante Rodrigo Otávio Fernandes de Hônkis
Diretor da Escola de Guerra Naval

Brigadeiro-do-Ar Cláudio Alves da Silva
Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica e
Representante da Universidade da Força Aérea

Cerimônia de Encerramento

Mestre-de-Cerimônias: Eu peço a todos que retornem aos seus lugares porque vamos dar início, nesse momento, à sessão de encerramento.

Eu peço que passem a integrar essa mesa juntamente com o Ministro Jorge Armando Felix, o Contra-Almirante Rodrigo Otávio Fernandes de Hônikis, Diretor da Escola de Guerra Naval que atua como Secretaria Executiva da Organização dos Encontros Nacionais de Estudos Estratégicos. Convidamos, também, o Brigadeiro-do-Ar Cláudio Alves da Silva, Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica e Representante da Universidade da Força Aérea – UNIFA, que sediará o próximo Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, em 2008, na cidade do Rio de Janeiro.

Iniciando essa Solenidade de Encerramento, tem a palavra o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Jorge Armando Felix.

General Jorge Armando Felix – Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República: Estamos chegando ao final desse nosso VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, como chegamos, recentemente, ao final dos nossos Jogos Pan-Americanos, embora, hoje, não haja nenhum fogo simbólico para apagar. De qualquer maneira, da mesma forma como fizemos na Solenidade de Abertura, eu gostaria de renovar os meus agradecimentos a todos aqueles que aceitaram o convite para a chamada “busca dos futuros”. Foram 72 horas de intenso debate e, atualizando agora as estatísticas, chegamos a mais de 1.630 inscritos. De modo que, acredito que posso falar em nome de todos, interpretando esse número como um

enorme interesse pelos chamados Estudos Estratégicos, que é um tema cada vez mais vivo e cada vez mais difundido pela sociedade brasileira.

Em segundo lugar, eu gostaria de propor uma Medalha de Ouro para o Comandante Cunha Couto, para a Paula e à toda a equipe que, com grande esforço e trabalho, desenvolveu esse Encontro. Acreditamos que, até pelo número de participantes e pelo interesse, tenha sido um sucesso. De modo que a eles os nossos cumprimentos e os nossos agradecimentos. Muito obrigado.

A partir de agora, então, passamos o bastão recebido há um ano pelo Gabinete de Segurança Institucional, para a Secretaria Permanente dos Encontros dos Estudos Estratégicos, a Escola de Guerra Naval. Passo a palavra, então, agora, ao Almirante Rodrigo que, na qualidade de Secretário, vai continuar a tocar esse nosso encerramento. Almirante, por favor.

Contra-Almirante Rodrigo Otávio Fernandes de Hônkis – Diretor da Escola de Guerra Naval: Inicialmente, destaco a minha satisfação de estar presente no VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos e ver a continuidade importante desse evento, onde foram discutidos relevantes temas referentes ao futuro do nosso país. Também destaco a excepcional impressão causada a todos os participantes pela exemplar organização do evento. Eu queria me congratular com o General por isso. Pudemos adquirir conhecimentos na excelência das palestras de distintos conferencistas ao abordarem temas de interesse para o país, bem como, pela ilustre presença de diplomatas, doutores, professores, universitários, representantes de setores do Governo Federal, do Congresso Nacional, das Escolas Militares e empresários, dentre muitos outros que aqui expressaram suas preocupações e esperanças em assuntos de relevância nacional.

A Secretaria Permanente dos Encontros Nacionais de Estudos Estratégicos tem como tarefa principal contribuir para a continuidade dos Encontros, assim como fomentar a realização de novos Encontros, manter o registro documental dos Encontros, possuindo um banco de dados para consultas, fornecer material histórico sobre os eventos

anteriores e contribuir para divulgar as atividades dos Encontros. Esse histórico mostra onde ocorreram todos os Encontros desde a sua criação. Destaco, ainda, que se encontra aberto o voluntariado para sediar os próximos encontros para os anos de 2009 a 2013. A Escola de Guerra Naval se candidata, desde já, para sediar o evento em 2014, ano em que, orgulhosamente, completará cem anos de sua criação.

Gostaria de pedir a todos que continuem com esse vigor entusiástico e participativo observado nesse Encontro e que, por meio dele, assumamos o compromisso de prosseguir discutindo temas relevantes sobre estudos estratégicos, principalmente, nas nossas atividades diárias. Afinal, devemos ampliar cada vez mais a participação da sociedade brasileira em assuntos pertinentes a estratégia nacional.

Por fim, sinto-me bastante honrado em receber o bastão, virtual, representativo da Secretaria Executiva dos Encontros Nacionais de Estudos Estratégicos e passá-lo às mãos do Excelentíssimo Senhor Brigadeiro-do-Ar Cláudio Alves da Silva, para que conduza, em 2008, em céus de brigadeiro, o próximo Encontro Nacional. Muito obrigado.

Brigadeiro-do-Ar Cláudio Alves da Silva – Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica e Representante da Universidade da Força Aérea: É com imensa satisfação e responsabilidade que recebemos esse bastão para que possamos cumprir o compromisso que foi firmado no ano passado. Esperamos nos organizar, este ano, dentro da Universidade da Força Aérea, para que possamos, em 2008, conduzir tal evento com a responsabilidade de manter o alto padrão que nós vimos nesses dois últimos Encontros. No ano passado, eu tive a oportunidade de participar do Encontro coordenado pela Escola de Guerra Naval e nesse ano fomos convidados pelo GSI para participar deste VII Encontro também. Com esse espírito, desde já formulou o convite para que, no ano que vem, estejam presentes no Rio de Janeiro, prestigiando os nossos eventos. Hoje, ainda, não temos a informação precisa se será na Universidade ou em alguma outra localidade no Rio de Janeiro, mas esperamos encontrá-los com essa mesma disposição e com esse mesmo profissionalismo e esse mesmo entusiasmo para discutirmos assuntos de interesse do Brasil.

Como será a última oportunidade antes de encontrá-los no ano que vem, eu formulo a todos um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo. Muito obrigado.

General Jorge Armando Felix – Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República: Acredito que todos nós saímos daqui com o nosso estoque de certeza talvez um pouco reduzido, mas, certamente, com o nosso estoque de esperanças bastante renovado e ampliado. De modo que só me resta encerrar com alguma coisa que vem do início dos tempos para o Brasil, fazendo uma referência ao primeiro documento da nossa história, a chamada “Carta de Pero Vaz de Caminha”, onde se lê: “A Terra é sã e generosa e, nela se plantando, tudo dará”. É importante continuarmos a leitura da Carta de Pero Vaz de Caminha, onde ele escreve, logo adiante: “Mas o importante mesmo, Alteza, é salvar esta gente”. É para isso que nós todos estamos aqui. Muito obrigado. Sejam felizes todos. Parabéns pelo evento.



Papers

MESA 1.5 SEGURANÇA E DEFESA: SEGURANÇA REGIONAL E ESTABILIDADE

Título: Segurança Regional

Autor: Vice-Alte. Armando Amorim Ferreira Vidigal

Assessor para Assuntos Internacionais

Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima –

Syndarma

syndarma@syndarma.org.br

Introdução

As questões de política externa, segurança e defesa, pela sua complexidade, exigem, como queria Clausewitz, que os termos sejam definidos:

“... a primeira tarefa de toda a teoria é a de pôr as idéias e os conceitos em ordem ... É só quando se chega a um acordo, acerca do significado dos termos e das noções, que se pode esperar progredir com clareza na análise dos problemas...”¹

No caso brasileiro, o termo “regional” significa a região abrangida pela América do Sul, a América Latina ou, até mesmo, o continente americano na sua totalidade. Considerando que a Política de Defesa Nacional (PDN), de 2005, trata da América do Sul, limitaremos a este sub-continente a nossa análise.

¹ Carl von Clausewitz, “Da Guerra”, Ed. Universidade de Brasília/Martins Fontes, São Paulo, 1979, 788 p. Ver pág. 143.

O termo “segurança” é um termo abrangente. Quando usado em relação à Nação significa praticamente tudo. As causas de insegurança transcendem os aspectos puramente militares para cobrir também os aspectos políticos, econômicos, sociais, tecnológicos, ambientais e outros tantos que se possam discernir. Para que haja efetivamente segurança em uma dada sociedade – condição utópica mas que alguns países perseguem – os Estados Unidos são um bom exemplo – é preciso que toda a sociedade, cada indivíduo, sinta-se garantido, isto é, não senta ameaçados os seus valores culturais, étnicos, religiosos ou seu sentimento nacional, e que tenha acesso aos benefícios básicos que a civilização tornou possível, como educação, saúde, moradia e lazer entre outros.

No dizer de Karl Deutsch:

“... segurança significa para a maioria das pessoas segurança de vida e integridade física para si e para os seus; e assim significa paz e a manutenção da paz. Mas segurança também pode significar a da riqueza e da propriedade, mesmo que essa riqueza seja baseada num conflito de interesses pessoais, porém real, entre credor e devedor, proprietário de terras e rendeiro, empregador e empregado – conflito capaz de atingir a intensidade de uma guerra latente em alguns países em desenvolvimento. Ou segurança pode significar segurança de símbolos e instituições, de posições de classe e funções, de imagens e hábitos, de ideologia e cultura, de pretensões a respeito e auto-respeito”²

Esta visão democrática da segurança sobrepõe os interesses do cidadão aos do Estado, ao contrário da Doutrina de Segurança Nacional que predominou na América do Sul quando militares assumiram a direção do Estado para combater a subversão comunista. Representava uma ideologia que se contrapunha à ideologia marxista. O foco da visão

² Karl Deutsch, “Análise das Relações Internacionais”, Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1978, 263 p. Ver pág. 217.

democrática é o cidadão e não o Estado, que, pelo contrário, pode ser a ameaça.

O conceito de “defesa” é bem menos abrangente. Ele está compreendido dentro do conceito de segurança, limitado porém à segurança contra ameaças externas e internas. Esta é a área onde é mais evidente o papel das Forças Armadas como instrumento do Estado. Embora a elaboração de uma política de defesa nacional seja da responsabilidade do conjunto da sociedade, a “instrumentação técnica da defesa” cabe evidentemente às forças armadas.

Muito tem sido discutido sobre a participação das forças armadas na manutenção da ordem interna. Penso que a questão está clara na Constituição Federal que, no Artigo 142, determina que as Forças Armadas “destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.”³ O importante é que a ação das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem se faça sob o estrito controle da autoridade civil e não por deliberação própria. Forças armadas não-deliberantes e obedientes ao poder civil não se constituem em qualquer ameaça às instituições democráticas.

Envolvendo o tema uma multiplicidade de Estados, as relações deles entre si, ditadas pelas suas políticas externas, merece alguns comentários. Embora reconhecendo que na atualidade há muitos atores que intervêm nas relações internacionais – organismos internacionais, grupos de pressão da sociedade organizada, para citar alguns – aqui identificamos o Estado como o principal ator, o que é ainda mais verdadeiro quando se trata de países não plenamente desenvolvidos.

“Embora controversa, a percepção do declínio ou transformação do papel do Estado – objeto do interesse dos estudiosos do processo de globalização – não pode ser

³ Brasil, Constituição Federal, 1988, Encyclopedia Britannica do Brasil, 226 p.

tomada como algo linear e universalmente válido. Sobretudo no campo da segurança e da defesa, o Estado continua a exercer um papel crucial.”⁴

A Insegurança Regional

I – Questões Políticas, Econômicas e Sociais

As principais causas da insegurança na América do Sul são basicamente políticas e sócio-econômicas, fruto do subdesenvolvimento da região.

A inexistência de elites conscientes e capazes de conduzir o processo de modernização às suas consequências lógicas; a falta de estruturas políticas eficazes para a condução do processo de transição do autoritarismo tradicional e elitista, característico de importantes segmentos da sociedade, tanto militares como civis, para um governo democrático e voltado para a justiça social; o fracasso do sistema produtivo em gerar e distribuir a riqueza de forma mais justa e de maneira a manter o desenvolvimento auto-sustentável, são, sem dúvida, características comuns aos países subdesenvolvidos e que são motivo de insegurança.

É fora de dúvidas que, na atualidade, as questões de segurança são vistas menos sob o enfoque geopolítico, isto é, ligado a fatores geográficos e históricos, e mais sob o enfoque geo-econômico, que envolve aspectos econômicos e sociais.⁵

⁴ João Paulo Soares Alsina Jr. “Política Externa e Política de Defesa no Brasil: Síntese Imperfeita”, Centro de Documentação e Informação da Câmara de Deputados, Brasília, 2006, 196p. Ver pág. 32-3.

⁵ Abdel Monem Said Aly, “From Geopolitics to Geo-Economics-Egyptians National Security Perception” in “National Threat Perceptions in the Middle East”, Research Paper nº 37, United Nations Institute for Disarmament Research (UNIDIR), NY/Geneve, 1995, 109p.

Para que possa haver segurança é necessário um grande esforço por parte das sociedades de nossos países. No campo político, é imprescindível o desenvolvimento de instituições democráticas fortes e estáveis, sob regimes constitucionais que respeitem os direitos das minorias e transcendam os aspectos puramente formais do sistema democrático; no campo econômico, é inadiável o desenvolvimento de sistemas voltados para o atendimento das necessidades básicas da população, para a eliminação da miséria, para o crescimento sustentável e a modernização através do aumento do mercado interno e da integração com a economia mundial; no campo social, é preciso resolver os problemas do saneamento básico, bem como os ambientais e culturais, dando alta prioridade aos problemas de urbanização, moradia, saúde e educação.⁶

A Política de Defesa Nacional (PDN), 2005, traça um quadro francamente favorável para a América do Sul no que diz respeito à segurança:

“... distante dos principais focos mundiais de tensão e livre de armas nucleares, [a América do Sul] é considerada uma região relativamente pacífica. Além disso, o processo de consolidação democrática e de integração regional tendem a aumentar a confiabilidade regional e a solução negociada dos conflitos.”⁷

Hoje, transcorridos apenas dois anos, apenas a parte inicial da avaliação ainda corresponde à realidade.

Em primeiro lugar, o processo da consolidação democrática está se mostrando mais formal do que real. A simples realização de eleições razoavelmente livres não constitui por si só garantia de um sistema democrático; para isso, seria necessário não apenas a afirmação correta da maioria mas o respeito ao direito das minorias, sejam elas étnicas,

⁶ “Seguridad Democrática Regional – Uma Concepcion Alternativa”, Juan Somavia/José Miguel Insulza (compiladores) – Editorial Nueva Sociedad, Caracas, 1990, 350 p. – Prefácio.

⁷ Brasil, Ministério da Defesa, “Política de Defesa Nacional (PDN)”, 2005.

religiosas ou políticas, além da efetiva possibilidade da alternância no poder.

Segundo o jornalista Merval Pereira

"Na América Latina, há exemplos preocupantes de governos se utilizando de mecanismos democráticos para aprovar leis que deleguem superpoderes, transformando o Executivo em um poder acima dos outros poderes, fazendo com que o sistema democrático perca sua característica de contrapesos"⁸

A cena regional parece dominada pelo que se pode chamar de neopopulismo – um assistencialismo que, sem remover as causas básicas da miséria e do atraso das classes menos favorecidas, atende às suas necessidades mínimas – que gera altos dividendos eleitorais, criando condições para que o partido dominante se perpetue no poder.

A animosidade contra os Estados Unidos – o inimigo externo a quem se atribui todas as mazelas que afligem o país – é uma característica comum, assim como a crítica – às vezes, apenas para ludibriar o povo – dos grupos privados que dominam a economia. A estatização dos "setores estratégicos da economia" está na ordem do dia e o "socialismo do século XXI", que nunca é definido em termos precisos, é usado mais como uma palavra de ordem do que propriamente uma definição política. O controle dos meios de comunicação é a primeira etapa de um processo que, em última instância, visa a eliminar qualquer voz que discorde do líder. O legislativo é corrompido pela distribuição de cargos públicos, e de verbas, e se o judiciário não souber ou puder reagir à corrupção generalizada, estabelece-se um hiperpresidencialismo, totalmente contrário ao sistema democrático.

Em maior grau, a Venezuela de Hugo Chávez, a Bolívia de Evo Morales, e o Equador de Rafael Correa, passam por este processo e, é impossível negar, a Argentina e o Brasil, embora de forma bem mais sutil – afinal são sociedades de nível de desenvolvimento político bem maior – não estão totalmente livres do mal.

⁸ "Visão distorcida", Merval Pereira, O Globo, 16/06/2007.

O segundo ponto indicado na PDN como responsável pela estabilidade na América do Sul é o fortalecimento da integração regional. Aqui também, como no caso da consolidação democrática, a realidade é muito diferente. A crise é evidente: o Pacto Andino e o Pacto Amazônico são mais objetos de retórica do que agentes eficazes de integração; a ALADI (Aliança da América Latina para o Desenvolvimento Integral) é pouco mais do que a expressão de um desejo; o MERCOSUL, após um começo promissor, encontra-se em sérias dificuldades.

É impossível não reconhecer que há uma paralisia das negociações em relação aos objetivos finais do MERCOSUL, tais como a livre circulação de bens entre os países-membros, a harmonização das regras e as medidas de coordenação macroeconômica. O aumento do número de membros plenos do bloco, com a incorporação da Venezuela e da Bolívia, trará dificuldades adicionais para a eficácia do MERCOSUL e a consolidação de seu processo decisório. Acresce que a importância relativa do MERCOSUL está diminuindo para todos os membros; no caso do Brasil, a participação do bloco no seu comércio exterior caiu de cerca de 16% para menos de 10%.⁹

Além dessas questões, novos desafios estão surgindo e exigindo a atenção dos dirigentes nacionais: o terrorismo, o narcotráfico, a questão ambiental e o “apartheid” tecnológico.

Até o presente, os países da América do Sul não são alvos preferenciais do terrorismo internacional. Entretanto, é importante considerar que eles têm responsabilidade de proteger propriedade e naturais dos países que o são em seu território e de impedir que sua propriedade possa ser usada pelo terrorismo internacional como vetor para ataque àqueles países. A colaboração entre os países da América do Sul para coibir o terrorismo internacional é mais um forte argumento para a integração regional.

⁹ “Um novo eixo na América do Sul”, Rubem Barbosa, O Globo, 12/06/2007.

O narcotráfico é também uma questão transnacional e o seu combate exige a atuação conjunta de todos os países. A América do Sul é o maior produtor de drogas e já é um consumidor não desprezível, o que faz do combate ao tráfico uma questão extremamente importante. Quando o problema atinge o nível que atingiu, por exemplo, na Colômbia – com a atuação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), de esquerda, e do Exército de Libertação da Colômbia (ELC), de direita, ambas organizações envolvidas com o tráfico de drogas – a possibilidade de a questão extravasar além das fronteiras é muito grande e causa de insegurança local.

A difícil conciliação entre a inadiável necessidade de promover o desenvolvimento, única forma de remover da América do Sul os focos persistentes do seu atraso, e a indiscutível necessidade de proteger o meio-ambiente é um dos grandes desafios do sub-continente. As pressões internacionais – e, também, de setores nacionais mais conscientes – para a preservação das florestas tropicais, que ainda existem na região, e que são consideradas por muitos como patrimônio comum da humanidade, obriga-nos a conduzir o processo de desenvolvimento com extrema cautela. No momento em que os biocombustíveis aparecem como uma importante alternativa para os combustíveis fósseis, altamente poluentes, o aumento da produção do etanol e do biodiesel terá de ser conduzido sem comprometer as áreas de floresta, bem como sem sacrificar a produção de alimentos.

A revolução científico-tecnológica, em curso desde o fim da Segunda Guerra Mundial, está criando um fosso tecnológico entre os países mais avançados, que produzem tecnologia de ponta, e os mais atrasados, cuja economia se baseia essencialmente na produção de matérias-primas e na agropecuária. A posse de tecnologia de ponta é hoje o acervo mais importante dos países, pois, representa a capacidade de alterar o sistema produtivo para a máxima eficiência, de criar armas e sistemas de armas irresistíveis, de definir novos valores e perspectivas. Os óbices criados para impedir a transferência de novas tecnologias para os países industrialmente atrasados representam uma espécie de “apartheid”, negando-se a esses países os benefícios dessas tecnologias.

A Insegurança Regional

II - A Questão de Defesa

Os países da América do Sul são países subdesenvolvidos, política e economicamente débeis, militarmente inexpressivos. Num mundo em que as relações entre os Estados não se fazem no interesse da justiça mas sob o impacto de interesses conflitantes,

“... pois deveis saber tanto quanto nós que o justo, nas discussões entre os homens, só prevalece quando os interesses de ambos os lados são compatíveis, e que os fortes exercem o poder e os fracos se submetem”.¹⁰

é preciso ser forte. Nosso principal recurso é a nossa união, o que implica, antes de tudo, resolver as nossas dificuldades dentro da região. As de ordem político-econômico-social já foram vistas, restando agora apontar as de ordem estratégica.

Podemos distinguir duas categorias de problemas que envolvem questões de defesa: as dificuldades entre países da região e as dificuldades dessas com países de fora da região.

As diversas pendências em torno das fronteiras dos países da América do Sul datam do século XIX: a demarcação territorial da península La Guajira e das áreas marítimas do Golfo da Venezuela, envolvendo a Colômbia e a Venezuela; a disputa pelo território de Essequibo, hoje guianense, entre a Venezuela e a Guiana; as pretensões do Suriname sobre quase 2/3 do território da Guiana; as questões resultantes da Guerra do Pacífico (1879-1883), com a participação do Chile, Peru e Bolívia, de que resultou perda de território desses dois últimos países para o Chile e que determinou a mediterraniedade da Bolívia; os conflitos entre o Equador e o Peru pela região da Cordilheira do El Condor, cuja solução poderá levar o Equador a se tornar ribeirinho do Amazonas.

¹⁰ Tucídides, “História da Guerra do Peloponeso”, Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1982, 533 p. Fala dos atenienses no diálogo dos Mélios, pág. 282.

Todas essas questões ainda permanecem em aberto, criando tensões na área, mas há enorme possibilidade de que todas venham a ser resolvidas através de negociação diplomática.

Os contenciosos envolvendo países de fora da região merecem alguns comentários.

A Antártida pode ser um fator de aglutinação dos países sul-americanos, através de uma atuação concertada naquele continente, como pode vir a se constituir em causa de atritos e de conflitos se as teses territorialistas vierem a prevalecer sobre as internacionalistas e patrimonialistas. No momento, tudo indica que a primeira possibilidade prevalecerá, tendo em vista a cooperação entre Argentina, Brasil e Chile no continente antártico.

O principal contencioso entre um país da América do Sul e um país de fora da região é a disputa entre a Argentina e o Reino Unido pela posse do arquipélago das Falklands/Malvinas e suas dependências, que já levou à luta armada em 1982. As possibilidades que um outro conflito possa ocorrer parecem remotas no momento.

Toda essa análise, porém, pode se frustrar, se persistirem as dificuldades de maior integração econômica e, principalmente, se não houver a consolidação democrática. Esses são, na atualidade, as causas fundamentais da insegurança regional.

Consolidada a democracia, a integração econômica caminhará mais rapidamente e, na medida que se aprofunde, abrirá caminho para uma maior integração na área política, onde a ação concertada dos países sul-americanos nos organismos internacionais, criará melhores condições de defesa dos interesses regionais. A cooperação militar pode trazer contribuição valiosa para o desenvolvimento, momente se, através da união dos esforços de pesquisa aplicada à área militar e de uma efetiva integração das indústrias de defesa, conseguirmos diminuir nossa dependência em relação a países de fora da região numa área tão sensível como é a militar, substituindo-a por uma interdependência regional em que cada país contribui para a tarefa coletiva de acordo com sua capacidade.

A falta de ameaças perceptíveis – e esta é uma característica atual, pois as ameaças externas se apresentam de forma difusa, isto é, não se podem identificar nem relacionar com um dado território¹¹ - sugere que devemos orientar a formação e o preparo das Forças Armadas em função das nossas vulnerabilidades, independente de onde possa vir a ameaça.

O estabelecimento de um tratado comum de defesa não parece realístico; é algo que só funciona quando a ameaça é clara e iminente, o que não é o caso. A OTAN pôde funcionar na Europa porque, à época de sua criação, a ameaça da URSS era identificada com clareza; o TIAR sempre foi mais uma imposição da potência hegemônica e nunca teve credibilidade ou eficácia.

A nossa disposição de trabalhar juntos – intercâmbio de cursos, exercícios militares conjuntos e a cooperação em geral – tem uma capacidade dissuasória imensa, não pelo poder militar que possamos vir a demonstrar mas pelo inibidor político que representaria um ataque a países economicamente integrados, politicamente coesos e verdadeiramente democráticos.

¹¹ Rut Diamint, "Segurança Hemisférica e Medidas para Fomento da Segurança: Revisando Alguns Termos Conceituais", p. 129-150, in "Estratégia no Novo Cenário Mundial", Coord. Braz de Araújo, NAIPPE – Núcleo de Estudos da Universidade de São Paulo, Anais do II Encontro de Estudos Estratégicos, São Paulo, 1995, 424p.

MESA 1.5 SEGURANÇA E DEFESA: SEGURANÇA REGIONAL E ESTABILIDADE

Título: Cenários Prospectivos Exército Brasileiro/2022¹

Autor: George Luiz Coelho Cortês

Coronel; Chefe do Centro de Estudos Estratégicos do Exército

Estado-Maior do Exército

ceex@eme.eb.mil.br

1. Introdução

Este artigo trata dos “Cenários Exército Brasileiro de 2022” (Cenários EB/2022), evidenciando dez eventos estratégicos que os compõem e sinalizações deduzidas para a organização, a partir do cenário-alvo, painel considerado prioritário ao planejamento estratégico do Exército. As idéias apresentadas neste trabalho não coincidem necessariamente com a visão institucional. Elas foram expostas ao Exército como sugestões para seu planejamento.

Os Cenários EB/2022 foram elaborados em 2005 por um grupo multidisciplinar de experientes oficiais da organização, sob a coordenação do Estado-Maior do Exército. O trabalho ainda contou com peritos colaboradores e assessoria técnica quanto à metodologia nele adotada². Após a conclusão da construção dos cenários, passou-se ao

¹ O autor compilou dados do documento “Cenários Prospectivos Exército Brasileiro de 2022: relatório resumido. Brasília: 2006” (BRASIL, 2006), do qual foi relator. A partir disso, associou os temas presentes nos eventos estratégicos dos cenários a sinalizações para objetivos, estratégias e posicionamentos do Exército.

² Vide (BRASIL, 2006).

acompanhamento dos citados eventos estratégicos e de atores, selecionados em função de seu poder de interferir no curso dos eventos ou da capacidade da organização com ele estabelecer aproximação ou parcerias.

Cabe esclarecer preliminarmente que os eventos dizem respeito a fatos externos ao EB, emergiram no processo em decorrência da análise do ambiente e a inclusão deles nos cenários, em si mesmo, não implica tomada de posição da organização.

2. Desenvolvimento

A tabela abaixo resume os cenários de maior interesse para o Exército (o mais provável, segundo os peritos; o de tendência de continuidade histórica; e o alvo). Ela demonstra os eventos e as expectativas de ocorrência até 2022:

Eventos estratégicos	Cenários e expectativas de ocorrência dos eventos até 2022		
	Mais provável (1)	De tendência histórica (2)	Alvo (3)
Relações internacionais ao protagonismo brasileiro em tal intensidade que obstem a consecução de interesses nacionais.	O	O	O
Atividades terroristas de vulto no País.	O	N	N
Participação das Forças Armadas do Brasil em conflitos na América do Sul.	O	N	N
Estabelecimento do sistema coletivo de defesa no MERCOSUL.	O	N	N
Neutralização de pressões internacionais sobre a Amazônia, resultante de ações do governo brasileiro na proteção e no desenvolvimento sustentado dessa região.	O	N	O

Os peritos colaboradores foram personalidades, em sua maioria civis, das mais diversas origens profissionais que se dispuseram a opinar sobre a perspectiva de ocorrência até 2022 dos eventos a eles apresentados.

O método Grumbach foi adotado para a elaboração dos cenários e o acompanhamento dos eventos. Ambas atividades têm sido apoiadas em programas computacionais denominados "Puma" (construção) e "Lince" (acompanhamento).

Vide: MARCIAL & GRUMBACH (2004) e GRUMBACH (2000).

Crescimento da participação do Exército no total das despesas de custeio e investimento do Orçamento Geral da União (OGU), atingindo, no mínimo, 1,2% desse orçamento.	O	N	O
Cresimento dos investimentos no Brasil em Ciência e Tecnologia, igualando-se aos percentuais médios do PIB alocados atualmente por países desenvolvidos.	O	N	O
Institucionalização do emprego das Forças Armadas (FA) na segurança pública por deterioração da ordem pública.	O	N	N
Revitalização da indústria brasileira de defesa, passando a produzir parcela significativa dos materiais e equipamentos estratégicos com tecnologia agregada de modo que atenda às necessidades do Exército.	O	N	O
Maior influência da opinião pública nas atividades do Exército Brasileiro (EB), em face de os assuntos de defesa passarem a fazer parte da pauta da opinião pública nacional.	O	N	O

Legenda:

Expectativa para o evento: O (ocorre) – N (não ocorre).

- (1) Expectativa apontada pelos peritos consultados.
- (2) Propensão à continuidade em função do que havia se sucedido até 2005, época da construção dos cenários.
- (3) Cenário intermediário entre o “mais provável” e o “ideal” para o Exército, escolhido como prioritário para o planejamento organizacional.

Considerada a prioridade do cenário-alvo, é preciso interpretar o sentido que a expectativa da ocorrência (ou não) de cada evento traz para o EB, tarefa explicitada até o final deste item.

A ocorrência de reações internacionais ao protagonismo brasileiro desde já se manifesta sob a forma de obstáculos às iniciativas brasileiras de pleitear cargos de destaque em organismos multilaterais, de negar apoio a propostas de acordos em bloco ou de embarcar a influência do País, já consolidada, em fóruns multilaterais. Com isso, constata-se a necessidade de reforçar a capacidade dissuasória do Brasil. Isso se obtém, dentre outros aspectos, pela melhoria da qualidade do estado da Força Terrestre (F Ter) e das demais Forças irmãs e pela plena integração entre elas. A ampliação do poder dissuasório militar respalda e favorece a diplomacia nacional no cenário mundial em eventuais momentos de agravamento de crise, em face da intensificação das reações internacionais ao protagonismo brasileiro.

A expectativa de não-ocorrência de atividades terroristas no Brasil decorre do fato de que o País tem se mantido a salvo de ações terroristas, nos moldes praticados por grupos em conexão com redes internacionais, com a finalidade de desestabilizarem Estados ou deles se vingarem em proporções que causem a generalização do pânico na população nacional. Apesar disso, não se afasta a possibilidade de que iniciativas do governo brasileiro no cenário internacional venham gerar disputas e maior exposição do País na arena internacional. Países poderosos ameaçados pelo terrorismo, a mídia, a opinião pública e órgãos governamentais brasileiros propugnam por ações efetivas do governo federal na prevenção ao terrorismo com participação das FA. O EB deve considerar o terrorismo no Brasil como ameaça inicial afeta à Segurança Pública, por isso é desejável que contribua para o fortalecimento dos Órgãos de Segurança Pública (OSP), a fim de que eles evitem o transbordamento de tal ameaça para a esfera de emprego das FA, segundo a Constituição Federal, na garantia da lei e da ordem (GLO).

O EB dispõe de estrutura (de Inteligência, de Operações Especiais etc.) de prevenção e de combate ao terrorismo com capacidade satisfatória para situações de normalidade e de emergências. Além de manter essa estrutura pronta para emprego, o Exército precisa

dispor-se a participar com sugestões à formulação do arcabouço legal sobre o tema.

Quanto à não-ocorrência de conflitos na América do Sul que exijam emprego das FA do Brasil em defesa do País ou da paz, em mediação de conflitos na região, observa-se que, mesmo sendo uma das áreas do mundo menos sujeitas a conflitos de grandes proporções, a paz regional é ameaçada pela latente instabilidade política e social em alguns países, pelos riscos de internacionalização de movimentos que apelam para a violência como estratégia de luta, por históricas tensões entre países ou por conflitos armados que possam transbordar para o Brasil. Mais uma vez se reitera a necessidade de o EB reforçar seu poder dissuasório pela melhoria da capacidade da F Ter, com os mesmos propósitos já mencionados. Simultaneamente, o EB deve cultivar junto às FA dos países da região o ambiente de confiança mútua, com aproximação cada vez maior em intercâmbios, demonstrando capacidade profissional, franqueza, cordialidade e respeito. Esse posicionamento contribui para que se arrefeçam tensões militares.

A não-ocorrência do estabelecimento do sistema coletivo de defesa do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) merece considerações à parte. O bloco econômico, na realidade, serve como uma espécie de embrião para a integração latino-americana idealizada na Constituição Federal de 1988. Seu fortalecimento, no entanto, passa por percalços motivados pela assimetria de poder econômico das partes e por outros problemas latentes ligados à instabilidade política e social. A cláusula da democracia³ como uma das regras básicas para associação ao bloco funciona com sinal de que a estabilidade democrática regional ainda não se consolidou.

Embora se reconheça que a padronização da doutrina e dos equipamentos entre as FA dos sócios fosse benéfica à base industrial de defesa do Brasil, pois facilitaria os empreendimentos coletivos em missões de paz, ampliaria mercados e traria outros ganhos mais abrangentes, inclusive os simbólicos que se entranham imperceptivelmente na cultura militar, o sistema coletivo de defesa do MERCOSUL não faz parte da pauta prioritária da política externa do País,

³ Refere-se ao Protocolo de Ushuaia sobre compromisso democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile.

sinalizou recentemente o próprio Ministério das Relações Exteriores⁴. É que não se identifica ameaça comum aos sócios. É preciso crer na suficiência dos órgãos de segurança coletivos já existentes com alcance jurídico na região; apoiar as ações de desenvolvimento da confiança mútua entre as FA regionais; participar de exercícios com tropa com essas Forças; promover intercâmbios doutrinários militares; respeitar os militares das nações do bloco; ser claro e cordial com eles; enfim, tornar o canal militar mais um meio de cooperação e harmonia entre as nações associadas.

A ocorrência da neutralização de pressões internacionais sobre a Amazônia traz à pauta a questão da afirmação da soberania do Estado brasileiro.

O foco das atenções mundiais sobre a Amazônia tende a se transformar em ameaças abertas e crescentes devido à conjunção de temas sensíveis a ela associados: riquezas minerais e biológicas de valor econômico ainda incalculável, submetidas à cobiça de grandes empresas com sede em países poderosos; questões ambientais ligadas à possibilidade de influência em mudanças climáticas no planeta; problemas indígenas cercados de propostas de preservação cultural e de defesa de direitos humanos que podem ocultar interesses geopolíticos e econômicos sobre as áreas ocupadas ou demarcadas para usufruto de remanescentes aborígenes; presença de estrangeiros e de organizações não-governamentais em atividades, às vezes, suspeitas de infração à lei ou de afronta aos interesses do País; e dificuldade do Estado brasileiro em fazer valer sua soberania na região, em virtude dos desafios colossais ali manifestados em conjunto.

A neutralização das pressões internacionais sobre a soberania do Brasil na Amazônia só ocorrerá com a afirmação do Estado naquela área. Para o EB isso implica o seguinte: acelerar o programa de ampliação de organizações militares completas na região; colocá-las no nível de adestramento mais elevado que vigore na doutrina militar do EB; trabalhar plenamente integrado com as demais Forças irmãs; apoiar as ações dos órgãos públicos governamentais que também fortaleçam a

⁴ Indicação captada durante a palestra do Secretário-Geral do MRE, Embaixador Samuel Pinheiro, em 08-11-2007, ao encerramento do VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, em Brasília-DF.

autoridade do Estado na Amazônia; contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região em questões ligadas à ciência, à tecnologia, à logística e à dinâmica das fronteiras, por meio de parcerias conveniadas. A Amazônia é a idéia-força mais forte para os pleitos do EB, pois sobre ela recaem os mais graves desafios à soberania do Estado brasileiro.

A ocorrência do crescimento da participação do Exército no OGU evidencia o anseio de elevar a 1,2% a participação do Exército no Orçamento Geral da União (OGU), índice estimado como necessário para atender às despesas mínimas de custeio e aos investimentos previstos no plano diretor do Exército, sem apelar para recursos extra-orçamentários. As perspectivas para alcançar aquele percentual, no entanto, não têm sido favoráveis, isto é, o alcance daquela meta se distancia da realidade. Isso impõe que o EB, em conjunto com o Ministério da Defesa e as demais FA, se mobilize junto aos atores que interferem na elaboração orçamentária (Chefe do Executivo Federal e Congresso Nacional) para atingir a meta desejada no orçamento ou compensar essa deficiência com repasses extra-orçamentários. É preciso que se associem os pleitos de recursos para o EB a projetos geo-econômicos e geo-estratégicos do governo federal capitaneados por ministérios civis. Projetos do EB ligados à Amazônia, à C&T, à dinâmica nas fronteiras, à infra-estrutura logística do País e à afirmação do Estado têm componentes de convencimento para serem beneficiados com recursos. Tudo isso, no entanto, só se efetivará se houver capacidade de comunicar os pleitos em linguagem compreensiva aos civis e de focalizar prioridades. O EB também precisa mostrar, cada vez mais, seus ganhos de qualidade e a utilidade disso, exibindo à população os atos da administração. Em resumo, o Estado e a sociedade, há décadas, sinalizam que a organização não pode expandir sua dimensão. Deve, então, ganhar em produtividade, o que, no meio militar, pode ser reproduzido com organizações operacionais completas, adestradas e providas de materiais e serviços modernos, sem ampliação de efetivo.

Quanto à ocorrência do aumento dos investimentos em Ciência e Tecnologia (C&T) no Brasil, o quadro é desafiador. Estima-se que seria necessário torná-los 3 a 4 vezes maiores que os observados nas últimas décadas. Só assim se alteraria o quadro de dificuldade e de defasagem

do País nessa área⁵. Esse patamar de investimentos se aproxima das porcentagens do PIB alocadas atualmente por países desenvolvidos naquela área. Se alcançado, auxiliaria a impulsionar o País a caminho da competitividade nos serviços e produtos de grande valor agregado. Para o EB, isso sugere o seguinte: aumentar a parcela de seu orçamento em investimentos em projetos sobre tecnologia dual; optar prioritariamente pelos produtos nacionais em suas compras; aproveitar e valorizar o pessoal especializado em C&T; buscar parcerias na pesquisa e desenvolvimento (P&D) de tecnologias sensíveis de aplicação na organização com as demais Forças irmãs e órgãos civis; apoiar os avanços dos projetos de P&D da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira.

O tema sobre Segurança Pública emergiu durante o diagnóstico do ambiente nacional, a ponto de ser evidenciado como um dos eventos estratégicos dos Cenários EB/2022. A não-ocorrência da institucionalização do emprego das FA na Segurança Pública aqui tem o seguinte sentido: não se constitucionalizar as FA como órgãos policiais da ordem pública e não se caracterizar o quadro social em que as crises na Segurança Pública exijam o emprego das FA na garantia da lei e da ordem atribuído às FA de forma freqüente e sistemática.

O crime organizado ligado ao comércio de drogas ilícitas, ao tráfico de armas e ao contrabando, já tomou proporções tais que o Estado tem dificuldade de controlar vários sítios urbanos. A degradação da ordem pública nesses locais se encaminha para que os governos estaduais peçam apoio de forças federais em socorro a seus problemas. Como ingrediente adicional ao quadro social, há grupos que ensaiam usar a violência para impor sua vontade, operando à margem do Estado de Direito. Diante da situação, a sociedade tende a apelar pelo emprego sistemático das FA na GLO nos centros mais ameaçados pelo crime organizado, desfigurando as FA como forças militares para se conduzirem como órgãos policiais. Para que não se atinja tal estágio, é preciso posicionar-se sobre as questões de Segurança Pública e de emprego da Força Terrestre na GLO; participar da agenda de debates sobre o tema; harmonizar aquele posicionamento com o do MD e das

⁵ Estimativas indicadas por peritos colaboradores durante o processo de construção dos Cenários em pauta. A média dos investimentos em C&T no Brasil tem correspondido a 0,8% do PIB.

demais FA; demonstrar as razões pelas quais é fundamental preservar na CF/88 a atual destinação das FA e as prescrições das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares como Forças Auxiliares e Reservas do Exército; obter dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) dados sobre as ações ilegais de grupos; apoiar o fortalecimento dos OSP em termos de melhoria de capacitação e de efetividade nas ações de prevenção e repressão ao crime organizado e conexos; convencer a sociedade sobre o papel das FA e as razões do preparo prioritário para a defesa da Pátria.

A ocorrência da revitalização da indústria de produtos de defesa no Brasil se constitui peça fundamental na concepção de redução das vulnerabilidades militares do País. Anseia-se que ela seja capaz de produzir parcela significativa dos materiais e equipamentos estratégicos com tecnologia agregada que atenda às necessidades das FA. Isso, no entanto, esbarra em desafios de toda ordem. Grandes conglomerados da indústria de defesa dos países mais ricos bloqueiam tentativas de desenvolvimento das empresas similares dos países menos poderosos.

Para ajudar a indústria de produtos de defesa no País a se revigorar, o EB precisa colocar o aparelhamento da F Ter na agenda dessas empresas instaladas no solo nacional, priorizando suas aquisições com elas, considerar a redução da dependência estrangeira quanto ao fluxo logístico como premissa de seu planejamento organizacional, e definir os seus equipamentos que obrigatoriamente desejaría que fossem fabricados no Brasil. Nesse contexto, a IMBEL tem de ser o primeiro desafio a enfrentar, não se podendo adiar a definição de sua situação quanto a aspectos como gestão, pendências trabalhistas e rentabilidade empresarial.

A ocorrência do crescimento da influência da opinião pública nas atividades das FA traz em seu bojo o desconhecimento ou desatenção da sociedade brasileira acerca dos temas sobre defesa nacional e das peculiaridades da profissão militar.

A lei impõe, dentre outros aspectos, publicidade na administração pública, respeito aos direitos humanos, cuidados com o meio ambiente, etc. A opinião pública têm ampliado o espaço para esses temas e outros afins. Enfim, forma-se a opinião pública nacional cada vez mais exigente a ponto de ser capaz de influenciar em atividades específicas das FA.

Cabe ao EB considerar como elemento da situação essa influência e adotar as seguintes ações: esclarecer, quanto a temas sensíveis, suas posições à sociedade, particularmente, àqueles grupos de formadores de opinião; dispor-se a debater assuntos sensíveis à organização; ampliar a publicidade de seus atos administrativos, principal forma para preservação da imagem institucional; antecipar-se nas respostas junto à mídia; manter-se integrado à sociedade, preservando critérios universais – como o do mérito – no ingresso e na ascensão social de seus membros na organização. As FA estão entre as instituições do País que mais gozam da confiança da população em geral, porém isso não se reproduz integralmente nos meios formadores da opinião pública nacional.

3. Conclusão

Os “Cenários EB/2022” representam parte do esforço da organização em realizar seu planejamento estratégico de longo prazo, apoiando-se em metodologia avançada que inclui a auscultação a especialistas de fora da organização no diagnóstico sobre a organização e o ambiente em que se insere. Essa disposição do Exército revela indícios de mudanças em prol da modernidade, sem que seja necessário abdicar dos valores milenares da instituição militar.

As considerações sobre os eventos do cenário-alvo não imobilizam o planejamento, visto que tal cenário é apenas ponto de partida para se determinar as estratégias a jogar. Estas podem mudar em função do encaminhamento que toma cada evento estratégico com o passar do tempo. O que importa mesmo é escolher “um futuro” e por ele trabalhar com perseverança e flexibilidade. De certa forma, isso se assemelha à velha lição válida para os Estados e as organizações em geral: quem não traça suas próprias estratégias, se dispõe a deixar que seja incluído nas estratégias dos outros; aceita a condição de coadjuvante, de objeto à ação articulada por outrem.

O Centro de Estudos Estratégicos do Exército contribui com o esforço que mobiliza a organização em busca de modernização, sem abdicar das bases da disciplina e da hierarquia militar, inspirado no seguinte pensamento de Carvalho (2006, p. 285):

O serviço do intelectual [...] consiste em tentar ver os fatos por novos ângulos – não a torto e a direito e a toda hora, por mania de novidade, mas por necessidade objetiva, quando os antigos [ângulos] não funcionam mais.

O desenvolvimento das nações pressupõe a qualidade de suas instituições públicas⁶. Como contribuição à evolução do Estado brasileiro, o Exército Brasileiro aprimora a qualidade de seu planejamento e de sua gestão, inspirando-se em avançados padrões de referência de modernidade.

REFERÊNCIAS

BENVINDO, Walter Ribeiro. *Sistema Coletivo de Defesa do MERCOSUL: a quem interessa?* Brasília, 2007. CD Rom, 43 KB. Última modificação em 26 jun. 2007.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. *As Forças Armadas e a Segurança Pública:* relatório de simpósio. George Luiz Coelho Cortês (Org.). Brasília: 2007. CD Rom. Realização do simpósio: em 02 e 03 maio 2007.

_____. Exército. Estado-Maior do Exército. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. Cenários Prospectivos Exército Brasileiro de 2022: relatório resumido. Brasília: 2006. Disponível em: <<http://lomas/ceex/cenarios/relatorios.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2006. Material elaborado para a 243ª Reunião do Alto Comando do Exército, em 15 fev. 2006.

_____. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. *Conflitos na América do Sul – consequências para o EB/2022:* relatório de simpósio. George Luiz Coelho Cortês (Org.). Brasília: 2007. CD Rom, 90 KB. Última revisão: 13 jun. 2007.

⁶ MELLÃO NETO (2006).

_____. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. *Obstáculos à modernização do Exército*: relatório de simpósio. George Luiz Coelho Cortês (Org.). Brasília: 2007. CD Rom. Realização do simpósio: de 26 a 28 mar. 2007.

_____. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. *Terrorismo – consequências para o EB/2022*: relatório de simpósio. George Luiz Coelho Cortês (Org.). Brasília: 2007. CD Rom, 124 KB. Última modificação em 20 jul. 2007.

CARVALHO, Olavo de. *O imbecil coletivo*: atualidades in culturais brasileiras. São Paulo: É Realizações, 2006.

CORTÊS, George Luiz Coelho. *As Forças Armadas e a Segurança Pública*. Brasília, 2007. CD Rom, 75 KB. Última modificação em 15 jun. 2007.

COSTA, Fernando Sampaio. Ciência e Tecnologia no Brasil e no Exército Brasileiro. Brasília, 2007. CD Rom, 66 KB. Última modificação em 15 jun. 2007.

GALDINO, Mauricio Augusto Cabral. *Amazônia*: problemas ecológicos, questão indígena e ameaças latentes. Brasília, 2007. CD Rom, 77,5 KB. Última modificação em 13 jun. 2007.

GRUMBACH, Raul dos Santos. *Prospectiva*: a chave do planejamento estratégico. 2. ed. Rio de Janeiro: Catau, 2000.

MARCIAL, Elaine; GRUMBACH, Raul José dos Santos. *Administração e planejamento estratégico*: como construir um futuro melhor. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MELLÃO NETO, João. O que realmente importa. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, Espaço Aberto, p. A2, 06 jan. 2006.

MILLER, Roger Leroy; BENJAMIN, Daniel K.; CECIL NORTH, Douglas. *The economics of public issues*. USA: Addison Wesley, 2002.

NASCIMENTO, Paulo Roberto Laraburu. *Os Cenários Prospectivos do Exército Brasileiro de 2022 e as reações internacionais ao protagonismo brasileiro*. Brasília, 2007. CD Rom, 88 KB. Última modificação em 13 jun. 2007.

WANG, Ning; COASE, Ronald. *Making a market economy*. USA: Portledge, 2004.

MESA 2.5 RELAÇÕES INTERNACIONAIS: FRONTEIRAS

Título: Fluxos Migratórios na América do Sul: no Caminho de uma Governabilidade Coordenada

Autor: Sabrina Evangelista Medeiros
Doutora em Ciência Política - IUPERJ
Pós-Graduação em História Comparada/ UFRJ

A América do Sul há tempos não representa um dos destinos preferidos das populações em trânsito no mundo. No entanto, a internacionalização a que são submetidos seus países tem garantido um aumento do interesse entre cidadãos sul-americanos em relação aos países da região como um dos seus destinos migratórios. A razão principal para este interesse pode ser expressa pela combinação entre a regionalização, o alargamento da esfera de parceiros possíveis entre as regiões e o recente comportamento econômico destas comunidades – baseado na premissa econômica apresentada por Michael Todaro – em que importam, sobretudo, as chances de uma melhor vida do que a anterior, e não, necessariamente, uma real melhor condição de vida no destino.

A exemplo do que foi estabelecido pela União Européia desde o convênio de Schengen, o Mercosul e a Comunidade Andina têm hoje implementados acordos de circulação de pessoas entre os países signatários dos blocos – respectivamente, o Acordo sobre a Mobilidade de Pessoas e o Instrumento Andino de Migrações. Contudo, entre as comunidades, a regulação dos fluxos migratórios ainda se dá de forma limitada e, mesmo depois dos acordos intracomunitários, a efetividade dos acordos ainda é precária.

Assim, estão em jogo dois elementos em ascendente relevância: a ampliação do escopo da cooperação regional através dos acordos multilaterais e a efetividade destes acordos através de um progressivo comprometimento das partes em relação às condições legais do acordo – o que caracteriza-se através de alto ou baixo grau de *compliance*. Nesse sentido, é preciso reconhecer que são os esforços pela regularização de quaisquer princípios nas relações internacionais dependentes de quatro artifícios, nesta ordem: a predisposição ao acordo, a legalização do acordo, a confirmação do acordo pelas instituições domésticas e a efetividade dos acordos.

No que diz respeito às conquistas da regionalização para os cidadãos da América do Sul, a normatização e a regulamentação vêm acompanhadas da padronização dos procedimentos de identificação dos cidadãos que, tendo como excluídos os seus direitos políticos nos países de destino, usufruem dos demais direitos a partir da legislação comunitária. Malgrado as ações sejam incipientes e a sua efetividade reduzida, os esforços de integração crescem na proporção da necessidade de se fazer cumprir tais regras. O reconhecimento dos documentos nacionais de identificação civil faz parte deste processo tanto no Mercosul quanto na Comunidade Andina de Nações, a partir de 2001.

Também os acordos bilaterais brasileiros poderiam expressar o avanço nas relações exteriores que estão ligadas ao fluxo de pessoas, porém, ainda são estes limitados à Espanha, à Itália e ao Japão – dentre os acordos ratificados. Por outro lado, a presença do Brasil nos Atos Internacionais em relação às migrações está limitada ao Comitê Intergovernamental para Migrações Européias e à Convenção n.21 sobre a simplificação da inspeção de imigrantes a bordo de navios.

Com isso, o projeto UNASUR (Unión de Naciones de Suramérica) estabelece a renovação do vínculo entre os Estados-parte de cada uma das comunidades e uma nova perspectiva para a regularização do fluxo de pessoas na região, que esteve alijado das relações exteriores do Brasil e demais países durante décadas. Não obstante as barreiras econômicas que enfrentarão ambas comunidades na criação deste novo ambiente regional, a circulação de pessoas decorre, assim, da alavancagem do processo político e social da integração a partir das demandas econômicas firmadas em 2004. Neste sentido, a promoção da

integração dependerá da adesão total aos projetos anteriores pela premissa cooperativista regional – Mercosul e CAN -, assim como, da adesão de países não participantes integrais daqueles projetos já existentes (Guiana, Suriname e Chile).

A convergência destas ações pode ser avaliada através do *Observatório Sudamericano sobre Migraciones* – OSUMI – parte importante deste processo em direção à integração, sobretudo, através da orientação de dados, estudos, estatísticas e da avaliação de demandas e processos ligados à imigração regional. Como resultado da Conferência Sudamericana sobre Migrações, o Observatório tem como participantes a Argentina, a Bolívia, o Brasil, o Chile, a Colômbia, o Equador, o Paraguai, o Peru, o Suriname, o Uruguai e a Venezuela.

Várias das demandas apresentadas pelas organizações internacionais de defesa ao imigrante podem ser reconhecidas através dos ganhos regulatórios domésticos na América do Sul ao longo dos dois últimos séculos.

Desde fins do século XIX, muitos dos países da América Latina iniciam políticas imigratórias em favor do trabalho qualificado e fundamentalmente proveniente da Europa (Brasil, Argentina). Esta política consolidou-se como de portas abertas, tendo sido previsto desde então o usufruto de direitos comuns a cidadãos e não-cidadãos, sendo particular aos cidadãos somente os direitos políticos (nas Repúblicas onde se deu, excluída a Monarquia brasileira). Aqui se apresentavam os indícios de que a imigração poderia ser absolutamente decisiva para o desenvolvimento dos países, em especial, não pela qualificação do trabalho somente, mas pelo atendimento às demandas internas ora apresentadas, que teriam determinado o interesse dos povos europeus pela emigração.

Em segundo lugar, a classificação de imigrantes através de parâmetros que não a nacionalidade cria novos paradigmas que desafiam as políticas imigratórias centradas nas cotas definidas pela origem nacional do imigrante. Na Argentina, por exemplo, a condição do imigrante acontece de forma a classificá-los entre permanentes, temporários e transitórios, o que fora um marco da legislação de 1981 que, apesar de restritiva, permite-nos a consideração da existência de mais vínculos entre os imigrantes e o destino do que as classificações de imigrante e cidadão.

Ou seja, haveria condições de permanência no destino que não só aquelas definidas por políticas de recepção coletiva (grupos de poloneses, de holandeses, de alemães) ou pela aquisição da cidadania. Muito embora a cidadania fizesse parte dos planos de muitos dos que emigram, haveria a condição de garantia de permanência através de regras temporárias e sazonais (para os serviços no campo, por exemplo). Diante disso, também foram estabelecidas metas de retorno da população nacional em países como Argentina, Chile e Uruguai, com incentivos ao retorno de pessoal qualificado.

Por

último, é mister considerar a existência de necessidades provenientes do momento econômico e político atravessado pelos países sul-americanos. Tão recorrente quanto os primeiros elementos, as ações de contenção por parte de políticas imigratórias na América do Sul estão profundamente ligadas às condições domésticas dos países vizinhos. Durante as últimas três décadas, a Argentina apresentou resistência à imigração uruguaia, ao mesmo tempo em que o Chile resistia à imigração peruana e boliviana, do mesmo modo em que o Paraguai resiste aos chamados *brasiguaios* e o Brasil e Argentina aos bolivianos. A conjuntura cíclica entre recessões e crescimento reforçou, no mesmo período, o quadro, ao mesmo tempo em que as fronteiras ganhavam importância.

Na maior parte dos países da América do Sul, a legislação imigratória em vigor ainda data dos períodos de ditadura e somente em alguns deles esta legislação vem sendo revisada (Chile e Argentina, por exemplo). Em contrapartida, ações regulamentadoras foram implementadas pelas instituições e comunidades já em vigor que podem ser responsáveis por uma nova diretriz a respeito da cooperação regional em relação aos recursos humanos dos Estados-partes.

Ações comunitárias como o Mercosul Educacional garantem a afirmação de políticas de aproximação entre comunidades sul-americanas que decorrem ou são beneficiadas por estas iniciativas transversais. Trata-se, no caso do Mercosul Educacional, de um sistema de reconhecimento de títulos superiores para fazer progredir a mobilidade dentro da região do bloco, motivando o crescimento dos níveis educacionais dos países em questão. Nesta perspectiva, também estão incluídos os estudantes e administradores através da transferência de créditos, intercâmbio cultural, científico e formação docente. Dentre as

metas, a padronização e a criação de um banco único de dados para os cursos de graduação e pós-graduação, além da normatização dos curriculæ em carreiras como a medicina, engenharia e agronomia.

A perspectiva da migração enquanto motriz do desenvolvimento é um dos temas definidos como prioridades pelo Banco Mundial para o triênio 2006-2008. Este aspecto fora reforçado através do Acordo Geral sobre Comércio e Serviços, que garantiu à mobilidade humana o aspecto desenvolvimentista do trabalho imigrante e reorientou os estudos sobre o impacto dos fluxos migratórios nos destinos.

O escopo do acordo dá conta de classificar os fluxos migratórios entre os prestadores de serviços, comércio transfronteiriço, consumo no exterior e transferência intracorporativa. Em contrapartida, o acordo tem como prevista a regulação por parte dos países, que continuam, apesar de signatários, livres para criar e conduzir suas regras, como demonstrado a seguir:

“El Acuerdo no impedirá que un Miembro aplique medidas para regular la entrada o la estancia temporal de personas físicas en su territorio, incluidas las medidas necesarias para proteger la integridad de sus fronteras y garantizar el movimiento ordenado de personas físicas a través de las mismas, siempre que esas medidas no se apliquen de manera que anule o menoscabe las ventajas resultantes para un Miembro de los términos de un compromiso efectivo”.

Cabe compreender que a padronização proposta pelos diversos regulamentos internacionais é baseada no reconhecimento da diferença entre *permanência* e *temporalidade* e, com isso, na abertura das condições legais aos direitos dos trabalhadores temporários. Contudo, o critério a respeito da temporalidade é ainda extremamente impreciso. Tal temporalidade pode referir-se tanto aos trabalhadores sazonais, aos trabalhadores corporativos, aos prestadores de serviços de consultoria, aos trabalhadores de fronteira ou àqueles cujo objeto da imigração for a permanência por poucos ou definidos anos.

O comprometimento dos países de destino e origem quando considerados os serviços é extremamente amplo. Apesar de não serem precisas as considerações a respeito da temporalidade, cabe ressaltar a influência que o trabalho imigrante gera para a economia de origem, se considerada a temporalidade a partir da manutenção dos laços sociais (rede de solidariedade) que constituem os benefícios econômicos oriundos das remessas de dinheiro.

Na América Latina, os países da América Central representam as economias mais dependentes destas remessas, porém, o Brasil e a Colômbia respondem por grande parte das remessas recebidas na parte latina do continente. Nestas condições, o Equador e o Peru são classificados enquanto receptores de nível médio; a Bolívia, a Argentina e o Chile são considerados de baixa recepção de remessas (a Venezuela e o Uruguai encontram-se entre os de baixíssimo nível entre receptores de remessas)¹.

Nesta conjuntura, é possível que se afirme a respeito da existência de um espaço transnacional de migrações (próximo ao espaço de fluxos de Manuel Castells), promovido pelo aumento dos canais de comunicação, pela aproximação de fronteiras não físicas, pela interlocução de diversos atores, pela condução das relações exteriores cada vez mais baseadas em relações de interdependência. Não escapa a esta dinâmica a América do Sul. Do contrário, é ela interlocutor novo, responsável por ações antes fragilizadas pela dependência dos países centrais. E, quanto às migrações, não mais figuram estas como as relações clássicas entre desenvolvidos (receptores) e subdesenvolvidos, criando-se naquele espaço uma nova dinâmica de relações econômicas que confirmam a perspectiva de Michel Todaro antes aqui espelhada.

Isso não quer dizer, porém, que são estas relações melhores do que as anteriores. Pois, há entre os diversos países da América do Sul diferentes demandas e expectativas que remontam, de qualquer modo, à tentativa comum de representarem a liderança deste solo. Assim, objetivos cooperativistas acabam por confrontarem objetivos de comando do plano regional. Muito embora as ações antiimperialistas possam ter esboçado as iniciativas de regionalização na América do Sul, as

¹ Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE) – Divisão de População da CEPAL.

diferenças internas entre membros faz contrastarem as perspectivas de crescimento, quando as ações de abertura e cooperação são, então, interrompidas.

Trata-se, em verdade, do encontro de objetivos comuns que são somados às condições para a dissolução das controvérsias daí derivadas. A pré-disposição dos atores em não serem preponderantes (ou suas vontades) indicará se é este um jogo de soma-zero ou soma-não-zero. Se assim, ainda que baseadas em ações que busquem a maximização da utilidade na cooperação, os atores vão à arena colocando em jogo a capacidade de cooperação regional em foco.

As razões para os conflito de ordem regulatória para o tema das migrações se dá porque as controvérsias são oriundas das diferenças entre o espaço transnacional de migrações, onde circulam capital e informação inclusive, e o espaço de fronteiras físicas, regulado sob os princípios da soberania clássica.² Em compensação, a aceitação do fenômeno pode ser expressa pela existência de dupla-cidadania e múltiplos direitos como o de propriedade em muitos Estados, o que o faz responder por demandas de internacionalização antes não apresentadas que mostram um outro espectro da cidadania.

A questão que se faz aqui relevante é a da configuração de nova cidadania em resposta às demandas de internacionalização ou, de outro modo, a existência da cooperação mantenedora da nacionalização de interesses e pleiteadora não de nova(s) cidadania(s), mas de elementos constitutivos de um conjunto de direitos a ser garantido aos trabalhadores temporários e permanentes sem que lhes seja necessária uma nova cidadania. Em ambos os processos, o reconhecimento de uma nova conjuntura se faz necessário.

E ainda, a premissa da cooperação como parte da integração destes trabalhadores como consequência. Com objetivos divididos entre a regularização dos ilegais, a facilitação do trânsito interfronteiras, e a defesa dos direitos humanos, o OSUMI é a primeira consolidação sul-americana para o tema enquanto organização internacional, tendo atuado na promoção e no fortalecimento da governabilidade dos fluxos migratórios na América do Sul.

² IOM.

Recentemente, a associação entre ações extragovernamentais e as ações intergovernamentais (Department of Economic and Social Affairs, ACNUR, OIM) gerou um campo de estudos chamado de *Migration Management*, qualificado pelo interesse em análises prospectivas e a respeito do impacto atual dos fluxos migratórios, de forma a se propor ações reguladoras de modo que sejam assegurados direitos aos indivíduos e segurança aos Estados. A idéia do manejo em relação às políticas imigratórias é ressaltada pela caracterização da liberdade de circulação em benefício dos países de origem e destino sem, no entanto, diminuir a importância de estratégias conjuntas por parte dos Estados que possam gerenciar estes fluxos de acordos com suas condições.

A extensão destas iniciativas ao Mercosul e à Comunidade Andina há alguns anos é estimulada pelas subseqüentes reuniões da coordenação de migração internacional da divisão de população da ONU, assim como baseadas na Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e de seus Familiares, de 1990.

Ao mesmo tempo em que o assunto ganha força, a preocupação com o controle nas regiões de fronteira manifesta-se através da necessidade de acordos intergovernamentais para a gestão da segurança de fronteiras. Somente na região amazônica, o Brasil divide-se entre quatro tríplices fronteiras, ao mesmo tempo em que a fronteira tríplice com o Paraguai e a Bolívia é um dos focos de trânsito de ilegais e demais trocas derivadas destes fluxos.

Nestas condições, quanto à fronteira, a associação da migração pode ser demonstrada a partir da tipologia apresentada por Souchaud e do Carmo (2006), segundo a qual o espaço de fronteiras define-se pela: vizinhança recíproca (entre zonas urbanas próximas às fronteiras); fronteiriço unilateral (migrações agrícolas de um pólo para outros); urbano diversificado (de um pólo para vários centros urbanos); e, finalmente, o metropolitano exclusivo (de um pólo ao outro, exclusivamente). Assim, diversificam-se os tipos de fluxos, ao mesmo tempo em que revigora-se o espaço das fronteiras. Não mais são relevantes os anteriores parâmetros comparativos (por exemplo, o número de imigrantes declarados em proporção à população brasileira) mas, no lugar disso, o real impacto gerado pelos fluxos, como

conseqüência da inter-relação entre Estados e mercados nas últimas décadas.

Dados da *International Organization for Migration* dão conta de que um em cada dez migrantes no mundo é de latino-americanos. Todavia, estes dados não representam o total de migrantes, porque estão excluídos os ilegais e os em trânsito, o que faz este número impreciso. Diante de um sistema internacional cada vez mais interdependente, a migração deixa de ser conseqüência conjuntural de um determinado país de origem para ser tema e desafio da contemporaneidade, uma vez que o direito a migrar ganha uma nova perspectiva.

Se antes a segurança humana deveria concentrar-se na materialização em direitos da identidade nacional, a migração passa a ser um direito daqueles que, “dotados de algum capital humano, não estão em condições de materializar suas aspirações de mobilidade social em seus países de origem” (CEPAL). Neste contexto, coloca Marmorá:

A tarefa de flexibilizar as normas migratórias parece especialmente factível em escala intraregional (em particular, nas zonas fronteiriças), já que a restrição ao fluxo de trabalhadores estrangeiros deveria começar a diluir-se à medida que se aprofundem os processos de integração e se reconheça que os intercâmbios migratórios proporcionam um componente complementar de mão-de-obra em setores estratégicos. É justamente no contexto restritivo tradicional que os temas da migração irregular, da ilegalidade dos trabalhadores e da concorrência desleal no mercado de trabalho se manifestam.

Daí deriva a possibilidade da nova perspectiva de governabilidade e da coordenação conjunta e cooperativista para o tema.

Referências

Baeninger, Rosana Aparecida ; Patarra, Neide Lopes. *Mobilidade Espacial da População no Mercosul: Metrópoles e Fronteira*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS - São Paulo, v. 14, p. 45-78, 2005.

Castles, Manuel, (2000). *The Rise of the Network Society*, vol. 1, Blackwell Publishing, Malden, USA.

CELADE (Centro Latino Americano y Caribeño de Demografía-División de Población de la CEPAL) (2003), “Resumen y aspectos destacados de la Conferencia hemisférica sobre migración internacional: derechos humanos y trata de personas en las Américas”, serie *Seminarios y conferencias*, Nº 33 (LC/L.2012-P), Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Publicación de las Naciones Unidas.

Chiswick, Barry y Timothy Hatton (2003), “International migration and the integration of labour markets”, *Globalization in Historical Perspective*, M. Bordo y otros, Chicago, The University of Chicago Press.

Faist, Thomas (2002), “Extension du domaine de la lutte: International migration and security before and after September 11, 2001”, *International Migration Review*, vol. 36, Nº 137, Nueva York, Center for Migration Studies.

Mármora, Lelio (2002), *Las políticas de migraciones internacionales*, Buenos Aires, Paidós.

Mora, Luis (2002), “Las fronteras de la vulnerabilidad: género, migración y derechos reproductivos”, documento presentado a la Conferencia Hemisférica sobre Migración Internacional: Derechos Humanos y Trata de Personas en las Américas, Santiago de Chile.

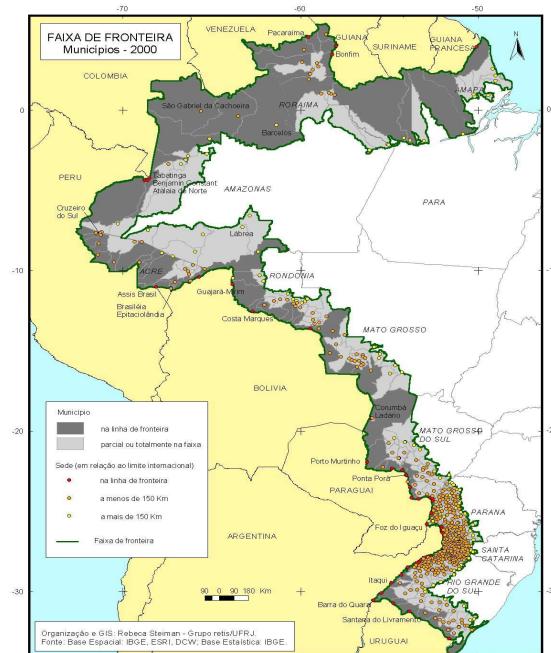
Pellegrino, A. y J. Martínez (2001), “Una aproximación al diseño de políticas sobre la migración internacional calificada en América Latina”, serie *Población y desarrollo*, Nº 23 (LC/L.1687-P), Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Publicação das Nações Unidas.

Souchaud, Sylvain, do Carmo, Roberto Luiz (2006). "Migração e mobilidade no Mercosul: A fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai". Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, setembro.

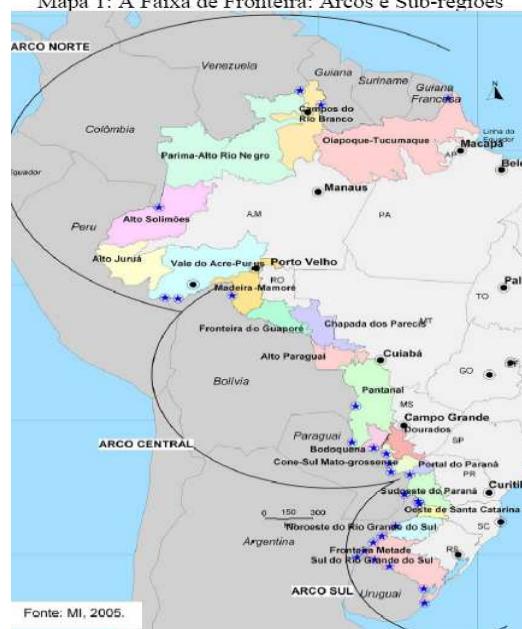
Tamagno, Carla (2003), "Entre celulinos y cholulares: los procesos de conectividad y la construcción de identidades transnacionales". Trabalho apresentado durante o Congresso Internacional da Associação de Estudos Latinoamericanos (LASA), Dallas, Texas.

Todaro, Michael (1977). *Economic development in the Third World: An introduction to problems and policies in a global perspectiva*. London, Longman.

Anexos (apud):



Mapa 1: A Faixa de Fronteira: Arcos e Sub-regiões



http://www.geogra.uah.es/inicio/web_11_confibsig/PONENCIAS/1-043-Peiter.pdf

MESA 1.6 SEGURANÇA E DEFESA: PERSPECTIVAS DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO MILITAR

Título: Defesa: Desafios para o Brasil

Autor: Ilques Barbosa Júnior

Assessor Especial do Comandante da Escola Superior de Guerra e Estagiário do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia; Escola Superior de Guerra; ilques@esg.br.

Antes de iniciar a apresentação, agradeço, em nome do Comandante e Diretor de Estudos da Escola Superior de Guerra, Exmo. Sr. Almirante-de-Esquadra José Antonio de Castro Leal, a gentileza do convite, as atenções e o imprescindível apoio, que viabilizam a participação da ESG neste importante evento.

Uma especial saudação aos Exmos. Srs. Contra-Almirante Rodrigo Otávio Fernandes de Hônkis, Diretor da Escola de Guerra Naval, General-de-Brigada Sergio Westphalen Etchegoyen, Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, e Brigadeiro-do-Ar Cláudio Alves da Silva, Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. É uma honra e um privilégio estar com os senhores nesse intercâmbio de conhecimentos.

A nossa intenção, ao abordar um tema tão amplo, como o referente às “Perspectivas do Pensamento Estratégico Militar”, é a de apresentar algumas propostas para reflexões, pautadas em uma visão acadêmica.

Entretanto, também vamos tentar associar a realidade ao academicismo, relacionando as propostas de reflexões com a Defesa do

Brasil, observando o emprego do poder nas relações internacionais. Tal procedimento exigiu um predomínio de pensamentos de Hobbes sobre os de Kant ou Grotius, assim como recomendou que, somente ao final, fossem apresentadas algumas propostas de reflexões decorrentes de estudos prospectivos, embora reconheçamos a sua importância em todas as fases de uma análise político-estratégica.

Nesse contexto, considerando a magnitude do tema proposto, indicamos que a nossa pretensão é a de apresentar propostas de reflexões para a Defesa Nacional, que certamente serão aperfeiçoadas por outras intervenções.

Assim, para balizar as nossas propostas, é necessário relembrar algumas definições constantes na Política de Defesa Nacional, quais sejam:

- O Estado tem como pressupostos básicos o território, o povo, leis e governo próprios e independência nas relações externas. Ele detém o monopólio legítimo dos meios de coerção para fazer valer a lei e a ordem, estabelecidas democraticamente, provendo-lhes, também, a segurança.

- Segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais.

- Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

Estabelecidos esses marcos iniciais, destacaremos aspectos das relações internacionais que agravam as dificuldades para o estabelecimento de medidas destinadas à Defesa Nacional.

a) cenário político-estratégico internacional caracterizado por objetivos com perfil marcadamente econômico. Tal cenário acarretou, sob o ponto de vista militar, as seguintes consequências:

➤ reestruturação da OTAN, com alterações na missão e área de atuação, e desativação do Pacto de Varsóvia;

- criação do EUROFOR, o Poder Militar da União Européia;
- redução, para não dizer desaparecimento, da importância da participação das FFAA dos países em desenvolvimento, para atendimento militar dos interesses dos países centrais;
- dificuldades para a identificação de ameaças e de vulnerabilidades estratégicas, sobretudo nos países em desenvolvimento. Essa situação contribuiu para respaldar a denominação ameaças difusas ou assimétricas;
- ampliação do elenco de capacidades político-estratégicas necessárias para a neutralização das ameaças e das vulnerabilidades estratégicas;
- iniciativas destinadas a manter o *status quo* das relações internacionais, a partir da existência de uma superpotência militar com capacidade de atuar, em escala mundial, em apoio aos seus interesses e, eventualmente, aos interesses dos países centrais;
- envolvimento de países afastados do centro de poder em situações de conflito na Ásia e Oriente Médio, apesar da desnecessidade militar de tais participações. É evidente que a participação desses países também decorre do atendimento de interesses relacionados com a busca de fontes de energia; e
- crescente competição pela disputa de recursos naturais. Em destaque as disputas por fontes de energia, onde se inserem espaços marítimos¹ e territoriais, nos quais já foram localizados ou então que existe elevada probabilidade de existência de fontes de energia.

b) ampliação da agenda política internacional. Dentre os novos temas dessa agenda:

- reestruturação de organismos internacionais;
- questões ambientais, com destaque para o aquecimento global e as alterações no clima mundial. É oportuno indicar as

¹ Exemplos de disputas por **Espaços Marítimos**: América do Sul - Chile x Peru e Colômbia x Venezuela. Oceano Ártico - Canadá, Dinamarca, Estados Unidos da América, Noruega x Rússia. **Espaços Territoriais**: América do Sul – Bolívia x Chile, Venezuela x Guiana e Venezuela x Colômbia. Europa Oriental: Chechênia x Rússia. No Oriente Médio: Estados Unidos da América x Iraque (Islã ?)

conseqüências do aquecimento global no Oceano Ártico, onde a redução da área congelada permitiu o aparecimento de linhas de comunicações marítimas e de disputas pela exploração de reservas de petróleo e gás, estimadas em 10 bilhões de m³;

- proteção das minorias étnicas;
- assimetria de oportunidades, que marginaliza grande parcela da população mundial;
- conceito de bem público internacional, que deve ser protegido e explorado em benefício da comunidade internacional, mesmo que ultrapassados os direitos do país onde ele estiver localizado. Como exemplos de bem público internacional, temos as florestas e reservas de água; e
- propostas de alterações dos conceitos de soberania nacional e de auto-determinação dos povos. Dessas propostas, em certa medida, decorre outro conceito, o direito de intervenção², que pode ser exercido para resolver problemas humanitários.

Nessa breve síntese, podem ser identificados importantes condicionantes políticos e estratégicos para o planejamento e o preparo de meios e instituições voltadas para a Defesa Nacional. Na verdade, podemos admitir que esses condicionantes caracterizam desafios para a Defesa Nacional, que devem ser superados para o atendimento dos interesses do Brasil.

Dessa maneira, a partir de uma relação de desafios, que deve ser considerada como uma moldura preliminar, serão analisados – separadamente – o Desafio Cultural, o Político-Estratégico, o Estrutural e o Orçamentário. Embora a análise seja segmentada, poderá ser observado que ocorrem interações entre os desafios.

Desafio Cultural:

A participação marginal do Brasil em dois conflitos mundiais e na Guerra Fria, onde preponderavam estudos político-estratégicos elaborados nos países líderes do bloco em que estávamos integrados,

² Conforme definido por Michael Hardt e Antonio Negri, no livro O Império.

pode ter contribuído para dificultar o desenvolvimento de uma cultura relativa à Defesa Nacional amplamente disseminada na sociedade brasileira.

Outros aspectos também contribuem para ampliar as dificuldades relacionadas com o Desafio Cultural, quais sejam:

➤ elevada dinâmica de desenvolvimento da tecnologia, o que provoca, do ponto de vista militar, o aparecimento de um crescente hiato tecnológico entre as instituições do Brasil com atribuições de Defesa Nacional e as dos países desenvolvidos;

➤ idiossincrasia brasileira que, de forma original do ponto de vista das relações internacionais, minimiza as consequências para a Defesa Nacional, em decorrência dos óbices para o acesso a tecnologia de ponta e da fragilidade do Poder Militar;

➤ a crescente integração de sistemas de emprego dual (Civil e Militar), sem adequado acompanhamento nas FFAA do Brasil; e

➤ a participação, quase que isolada, de instituições militares em atividades de Defesa Nacional. Na França e nos Estados Unidos da América, para restringir os exemplos a somente esses países, a realidade é bastante diversa. Nesses dois países, além das FFAA, que constituem a Defesa Militar, temos outras instituições que contribuem para a neutralização de ameaças externas e vulnerabilidades estratégicas.

Nessa situação, iniciativas como a realização do Encontro Nacional de Estudos Estratégicos têm especial significado no equacionamento desse Desafio. Também têm papel relevante as interações entre civis e militares realizadas no âmbito das Escolas Militares dedicadas aos Altos Estudos de Política e Estratégia. Dessa maneira, será possível aperfeiçoar a identificação das ameaças ao Brasil e, por consequência, neutralizar propostas, que devem ser submetidas a uma cuidadosa análise, à luz dos interesses nacionais.

A superação do Desafio Cultural exige, ainda, uma maior interação entre os diversos setores da sociedade, de modo a que estigmas, preconceitos e conceitos alienígenas sejam neutralizados e o conhecimento recíproco ampliado. Nesse sentido, é importante manter o aperfeiçoamento dos planejamentos na Defesa Nacional, considerando,

entre outras, as seguintes orientações:

- a integridade territorial, ampliando a Defesa para os limites dos espaços marítimos, terrestres e aéreos, tendo como objetivos, além das forças militares estatais, o apoio ao combate as não-estatais, como o terrorismo e o crime organizado, e a neutralização das vulnerabilidades estratégicas;
- as resoluções de organizações internacionais, de forma a fortalecer o cumprimento do Direito Internacional;
- a participação em operações de paz; especialmente, no caso de ser ampliada a participação do Brasil no Conselho de Segurança e passar a ser necessário atender as situações previstas no capítulo VII, da Carta das Nações Unidas; e
- a proteção de contingentes de brasileiros que necessitarem retornar ao País e dos interesses nacionais localizados em territórios estrangeiros.

Também deve ser considerado o apoio à:

- preservação da biodiversidade;
- neutralização das consequências das pandemias globais e dos desastres naturais; e
- proteção sanitária de alimentos.

Ainda são necessários comentários adicionais, quanto ao terrorismo e ao narcotráfico, quais sejam:

- **Terrorismo:** estamos diante de um sistema de ataque (ou defesa, depende da posição no enfrentamento), onde a sua definitiva neutralização implica a adoção de medidas relacionadas com as causas do terrorismo. O problema político-estratégico central não é o armamento, ou seja, os seres humanos que deixaram de temer a morte. Como solucionar – sob o ponto de vista exclusivamente militar – ataques terroristas, onde homens e mulheres e de diversas faixas etárias se dispõem a morrer para que os interesses das nacionalidades que representam sejam atendidos ? ; e
- **Narcotráfico:** imaginar que força militar, seja policial ou das Forças Armadas, equacionará as causas desse problema indica

desconhecimento das características fundamentais do ser humano. A ampliação das oportunidades, da presença do Estado, onde se insere a educação para todos, caracterizam os meios de efetiva neutralização das causas dessa fonte de tensão.

Assim, tanto o **terrorismo** como o **narcotráfico** e as suas conseqüências, como o crime organizado, continuarão como fontes de tensão para as relações internacionais, com características que, em determinadas circunstâncias, podem indicar o emprego das FFAA em apoio à neutralização dessas fontes de tensão.

O modelo brasileiro, onde o emprego das FFAA é episódico, corresponde ao observado na maioria dos países mais desenvolvidos.

Adicionalmente, é necessário atribuir maior prioridade para o atendimento dos interesses nacionais, sob o ponto de vista da Defesa Nacional, observando parâmetros econômicos e uma perfeita identificação das vulnerabilidades estratégicas do País. Associar a economia, com suas possibilidades e limitações, e as vulnerabilidades estratégicas contribuirá para aperfeiçoar o Pensamento Estratégico Militar do Brasil.

Desafio Político-Estratégico:

Esse Desafio decorre – diretamente – do cenário político-estratégico e dos novos temas da agenda internacional. Cabendo, ainda, apresentar os seguintes aspectos:

- as intervenções externas, que vêm provocando o desaparecimento, a reorganização de Estados ou alterações de governos e/ou de posicionamentos de governos³;
- as dificuldades para identificação de ameaças, apesar de existir a percepção das ameaças, contribuem para o aparecimento de discussões, que deixam de considerar, na devida medida, a realidade do poder nas relações internacionais;
- a probabilidade quase nula de confrontação militar entre

³ Exemplos: desaparecimento – Iugoslávia, reorganização - Sérvia, Montenegro e Croácia, alterações de governo: Iraque e posicionamentos de governos: a Coréia do Norte, no que se refere a seu programa nuclear.

potências, mas que não impede o aparecimento de uma elevada quantidade de situações de conflitos;

➤ o desarmamento nuclear, não acompanhado de restrições multilaterais de capacidades atômicas de sistemas de armas; e

➤ os esforços destinados à consolidação dos organismos internacionais, que não impedem o comprometimento do Direito Internacional.

Ainda constatamos tentativas de substituição de conceitos que, há muito, vêm sendo empregados nas relações internacionais por outros⁴ que, além de estarem em fase de definição, carecem de aceitabilidade política na comunidade internacional, como o mencionado bem público internacional e os de Estado-Falido e Estado-Pária. O problema central, sob o prisma da Defesa Nacional, dessas novas definições reside nas origens dos parâmetros e nos parâmetros propriamente ditos, que estabelecem os respectivos conceitos.

A superação do Desafio Político-Estratégico exigirá, na impossibilidade de uma perfeita identificação das ameaças, a neutralização das principais vulnerabilidades estratégicas do País. É importante destacar que uma vulnerabilidade estratégica pode vir a existir ou então ser agravada, na medida em que ocorrer uma fragilidade militar.

Um outro importante aspecto do Desafio Político-Estratégico está relacionado com as dimensões da área, onde a Defesa Nacional deve estar preparada e pronta para atuar na elevada dinâmica dos conflitos da atualidade. Trata-se de uma área marítima e terrestre da ordem de 12.900.000 km².

Observarmos que essas dimensões continentais são pouco superiores às dimensões da Europa, com suas **45 FFAA**; sendo que 3 dessas FFAA, com capacidade nuclear, respaldam interesses de países que integram, como membros permanentes, o Conselho de Segurança da ONU.

Dessa maneira, somente considerando as dimensões, devemos

⁴ Bem público internacional, Estado-Falido, Estado-Pária e Direito de Ingerência constituem conceitos que afetam os conceitos de Estado, Soberania Nacional e Defesa Nacional.

reconhecer que os brasileiros possuem um problema estratégico de grande magnitude. Em acréscimo, também devemos considerar que os países da Europa, por já terem passado pelas agruras das situações de conflito e estarem caminhando sob a égide da União Européia, poderiam ter reduzidos os seus orçamentos militares. No entanto, as reduções orçamentárias não estão ocorrendo e, por meio de um crescente respaldo político, vem sendo aperfeiçoado o emprego dos recursos alocados para a Defesa dos principais países europeus.

O equacionamento do Desafio Político-Estratégico exige um esforço redobrado de vontade política, tanto do ponto de vista interno como externo, pois é possível prever resistências a iniciativas que atendem aos interesses nacionais e fortalecem a estatura político-estratégica do Brasil junto à comunidade internacional. Como sabemos, as principais resistências, especialmente no campo externo, estão relacionadas com todos os projetos que exigem tecnologia de ponta, mesmo que de duplo emprego.

Desafio Estrutural:

O Desafio Estrutural envolve aspectos estratégicos, logísticos, operacionais, táticos e administrativos das instituições com atribuições relacionadas com a Defesa Nacional.

Em um cenário marcado por uma elevada complexidade nas relações internacionais, onde é mandatório a disponibilidade de capacidades multidisciplinares, torna-se necessário aperfeiçoar, ainda mais, a preparação específica e o preparo e o emprego dos recursos humanos e materiais, de forma combinada.

O preparo e o emprego, **sem perda de capacidades específicas**, pressupõem:

- constante aperfeiçoamento intelectual dos recursos humanos; e
- sistemas de defesa no estado da arte, com capacidade de atuação em todos os ambientes existentes nos espaços de interesse do Brasil, dispondo de elevada flexibilidade, mobilidade, versatilidade, capacidade de permanência e, principalmente, de prontidão para - na máxima brevidade, integrarem forças expedicionárias.

Desafio Orçamentário:

As dificuldades para a implantação de uma adequada Defesa Nacional decorrem, em grande medida, de recursos orçamentários insuficientes ou de uma descontinuidade na alocação de recursos. Essa situação provoca perda de capacidades militares, principalmente em decorrência da dinâmica da evolução da tecnologia.

Dessa maneira, o Desafio Orçamentário possui duas vertentes: a **quantidade**, qual seja, a magnitude da alocação de recursos financeiros e a **qualidade**, que envolve a continuidade da alocação e, no caso nacional, as rubricas adequadas para a obtenção, a manutenção e o aperfeiçoamento das capacidades tecnológicas e de preparação e emprego dos recursos humanos e meios destinados à Defesa Nacional.

Em acréscimo, o equacionamento desse Desafio também exige a mobilização de diversos segmentos da sociedade brasileira. Tal mobilização deve superar as nossas idiossincrasias, de modo a ampliar a participação do segmento civil da sociedade brasileira em assunto que, tradicionalmente, é avaliado como de exclusiva competência das Forças Armadas.

Ainda deve ser destacado que, em alguns países, apesar de eventuais reduções orçamentárias, as capacidades estratégicas e as operacionais das forças militares vêm sendo ampliadas. Esse fato decorre do desenvolvimento, com êxito, de sistemas de Defesa Nacional por um conjunto de países, como ocorre no âmbito da União Européia, e da atribuição de prioridade para o investimento em sistemas complementares, ou seja, com capacidade de emprego Civil e Militar. O desenvolvimento em conjunto de Sistemas de Defesa fortalece, sob o ponto de vista político, o emprego do Poder Militar.

Na composição do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas observamos que todos os membros permanentes possuem expressivo Poder Militar. Nesse sentido, pode-se admitir que o equacionamento do Desafio Orçamentário possa constituir uma etapa prévia para o Brasil integrar, como membro permanente, o mencionado Conselho.

Dentre os desafios, destacamos o Cultural como o de maior relevância, pois, quando equacionado, será possível, a partir de conhecimento próprio, a identificação e, principalmente, o

desenvolvimento e constante aperfeiçoamento de um Sistema de Defesa Nacional, que corresponda à estatura político-estratégica do Brasil.

Finalmente, no contexto do Desafio Cultural, podemos arriscar uma visão de futuro, onde identificamos possíveis tensões nas relações internacionais em decorrência de disputas por áreas marítimas, para o domínio aeroespacial, de fontes de água doce e energia, para a manutenção ou alteração das fronteiras dos países e na proteção de nacionais e de interesses nacionais, estando localizados no Brasil ou no exterior.

Entender a atuação das FFAA, os desdobramentos políticos e estratégicos de seu emprego, tanto do ponto de vista nacional como internacional, e a dimensão do patrimônio nacional a ser preservado constituem aspectos importantes para a superação do Desafio Cultural; o que certamente, influencia o Pensamento Estratégico Militar no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSINA JR., João Paulo Soares. Para que o Brasil precisa de Forças Armadas ? Texto decorrente de tese de Doutorado do Curso de Altos Estudos do Ministério de Relações Exteriores, 2006.

BARBOSA, Afonso. A Transformação Contemporânea: A Nação Brasileira e a Defesa Nacional. Rio de Janeiro: [s.n] ESG, 2007. Palestra proferida para o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, em 21 de agosto de 2007.

BEAUFRE, André. Introdução à Estratégia. Tradução de Luiz de Alencar Araripe. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1998.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Tradução de Regina Lyra. 4 ed. Rio de Janeiro, Brasil : Elsevier, 2004.

BRASIL. Escola de Guerra Naval. Aspectos das Relações Internacionais no Mundo Contemporâneo. Rio de Janeiro, 2000.

_____. RIP – 004. A National Security Strategy for a New Century. Rio de Janeiro, 2001.

_____. RIP – 023. A Convenção da Jamaica – Implicações sobre o Poder Naval Brasileiro. Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. Assuntos Específicos. Rio de Janeiro, 2006.

_____. Cadernos de Estudos Estratégicos - A Amazônia Azul. Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. Coleção Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança. Ministério da Defesa : 2002.

BRASIL. Presidência da República. Política de Defesa Nacional. Brasília, Brasil : Imprensa Nacional, 2005.

CABRAL FILHO, Severino Bezerra. Palestras e Conferências sobre Geopolítica. Rio de Janeiro: [s.n] ESG, 2007. Proferidas, em 2007, para o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia e disponíveis no site “www.esg.br”, da Escola Superior de Guerra.

CAMINHA, João Carlos Gonçalves. Delineamentos da Estratégia. Rio de Janeiro : Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1980.

CEPIK, Marco. Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Conseqüências Políticas. Security and Defense Studies Review, v. 1, p 1/19, primavera, 2001.

COHEN, Eliot A. A Defesa dos Estados Unidos da América. Tradução Klaus Brandini Gerhardt. Revista Política Externa, São Paulo, v. 9, n. 4. p 132 – 146, mar/abr/mai. 2001.

CORTÊS, Marcos Henrique Camilo. Panorama geoestratégico no limiar do século XXI. Rio de Janeiro : EGN, 2001. Palestra proferida para o C-PEM, em 30 abr. 2001.

COUTO E SILVA, Golbery. Geopolítica e Poder. Rio de Janeiro : UniverCidade, 2003.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Expanding Joint Vision 2010. Washington, DC : US Government Printing Office, 1997.

_____. Joint Vision 2010. Washington, DC : US Government Printing Office.

FLORES, Mário César. Lógica Militar na Segurança Internacional. Revista do Clube Naval, Rio de Janeiro, ano 115, nº 342, p 27/31, abr/mai/jun, 2007.

FONSECA JR. Gelson et all. Novos Desafios das Nações Unidas: Prevenção de Conflitos e Agenda Social. Revista Política Externa, São Paulo, v. 10, n. 1. p 132/146, jun/jul/ago. 2001.

FREGAPANI, Célio. Amazônia 1996 Soberania Ameaçada. Brasília : Thesaurus, 1995.

GOES, Guilherme Sandoval. Palestras e Conferências sobre Geopolítica. Rio de Janeiro: [s.n] ESG, 2007. Proferidas, em 2007, para o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia e disponíveis no site “www.esg.br”, da Escola Superior de Guerra.

HARDT, Michael et all. Império. Tradução de Berilo Vargas. 7 ed. Rio de Janeiro, Brasil : Record, 2005.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: O breve século XX 1914 – 1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo, Brasil : Companhia das Letras, 1997.

LAMAZIÉRE, Georges. O Impacto dos Processos de Integração Regional nas Políticas de Defesa e Segurança. O Brasil e a Cooperação Político-Militar na América do Sul. Revista Política Externa, São Paulo, Brasil, v. 9, n. 4p. 42/48, mar/abr/mai, 2001.

MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica e Modernidade. Coleção General Meira Mattos. Rio de Janeiro : Escola Superior de Guerra, 2007.

_____. O General Meira Mattos e a Escola Superior de Guerra. Coleção General Meira Mattos. Rio de Janeiro : Escola Superior de Guerra, 2007.

NEVES, André Luiz Varella. George Walker Busch e a Nova Direita: Poder por meio da Guerra. Revista Lições de Relações Internacionais da UniverCidade Editora, Rio de Janeiro, Brasil, p. 11/24, 2004.

PEDROSO, Rogério Fortes. Globalização. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v.127 n.04/06. p.175/189, abr/mjun, 2007.

PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel. Rio de Janeiro : [s.n], 2007. Política Exterior Brasileira. Conferência proferida para o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, dia 17 de agosto de 2007.

REASON, J. Paul. Sailing New Seas. 2.ed. New Port : Naval War College, 1998.

RIBEIRO DA SILVA, Luiz Cláudio. Integração Sul-Americana: Um Imperativo Geopolítico. Monografia apresentada para o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, 2006.

RICUPERO, Rubens. Rio Branco: O Brasil no Mundo. Rio de Janeiro : Contraponto, 2000.

SATO, Eiti. A ordem internacional hoje: globalização, papel do Estado e bens públicos internacionais. Monografia apresentada para o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval. Brasília, mar. 2001.

SCARIOT, Renato Luiz. O Estado Brasileiro e a Soberania na Amazônia. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, Brasil, v. 23. p. 19/40, 2007.

SOARES, Mário et all. O Oceano nosso Futuro. Relatório da Comissão Mundial Independente sobre os Oceanos. Lisboa : Comissão Mundial Independente para os Oceanos, 1998.

TEIXEIRA, Alexandre Peres. Guerra Assimétrica Global: e a Capitulação do Direito Internacional. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v.127 n.04/06. p.191/212, abr/mjun, 2007.

TILL, Geoffrey. Questões Relevantes e Desafios. Rio de Janeiro : Coletânea do Iº Ciclo Internacional de Conferências sobre o Poder Marítimo, Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, p. 23/42. 2005.

THUROW, Lester C. La Guerra del Siglo XXI. Tradução de Aníbal Leal. 2. ed. Buenos Aires : Vergara, 1992.

TOFFER, Alvin e Heidi. Guerra e antiguerra: sobrevivência na aurora do Terceiro Milênio. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento Silva. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1995.

_____. Las Guerras del Futuro. Tradução de Guillermo Solana Alonso. Valparaíso, Chile : Academia de Guerra Naval, 1995.

TOFFER, Alvin. O Choque do Futuro. 3 ed. Tradução de Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro : Record, 1995.

MESA 1.6 SEGURANÇA E DEFESA: PERSPECTIVAS DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO MILITAR

Título: “É a Força Terrestre do Brasil!”¹

¹ Do Hino a Guararapes -
<http://www.exercito.gov.br/01inst/Hinoscan/guararap.htm>

Autor: Sérgio Westphalen Etchegoyen

“Uma nação que confia em seus direitos, em vez de confiar em seus soldados, engana-se a si mesma e prepara a sua própria queda.”

(Rui Barbosa)

1. INTRODUÇÃO

Em um mundo globalizado, onde as distâncias se reduziram graças ao avanço tecnológico, observa-se que essa aproximação entre nações tem ensejado o questionamento do conceito de soberania dos Estados, particularmente por grandes potências mundiais, que, no afã de impor seu padrão cultural, valem-se de seu poder político, econômico e militar, bem como de sua grande capacidade de influenciar, ameaçando a própria existência de vários Estados, povos e culturas.

Essa realidade tem demonstrado que há necessidade do poder baseado em armas para a garantia da segurança e da paz de um povo ou de uma nação por meio da dissuasão, ou de seu real emprego. À medida que as soluções pacíficas propostas pelos Estados não se mostram eficazes, os governantes passam a considerar o poder militar como instrumento de pacificação ou de defesa dos interesses nacionais.

Nesse ambiente de conflito de interesses entre Estados, foram criados vários organismos internacionais para atender ao grande anseio das nações – a segurança e a paz internacional. Desses organismos, sem dúvida nenhuma, o protagonista é a Organização das Nações Unidas (ONU), que tem tido um papel fundamental nas relações internacionais, particularmente após a queda do muro de Berlim, quando o mundo passou de um cenário bipolar para outro unipolar. E a própria ONU, que tem como premissa básica a busca da consolidação da segurança e da paz entre os povos, tem-se utilizado do instrumento do poder militar de diversos países para estabelecer as chamadas Forças de Paz (seja de manutenção, de imposição ou mesmo de construção da paz).

A História nos mostra que a necessidade do emprego da força militar se caracteriza na medida em que as relações entre pessoas e, por consequência, as intraestatais e extraestatais são normalmente baseadas em interesses que, feridos, clamam pela necessidade do emprego de algum mecanismo de força. Quando as relações conflitantes se manifestam em níveis baixos, os interesses muitas vezes são solucionados pela conversação ou pela simples imposição das idéias do mais forte. Quando a dimensão dessas relações cresce e se torna algo intra ou extraestatal, o país detentor de maior poder dissuasório (sendo o poder militar um fator imprescindível no contexto) indicará a solução para o impasse estabelecido pelo conflito de interesses.

A necessidade da existência de poder militar pode ser observada desde o período das Guerras do Peloponeso, entre Atenas e Esparta, no clássico “Diálogo dos Mélios”, de Tucídides, em que os habitantes da Ilha de Mélios, considerando que a liberdade era o bem maior da humanidade, pleitearam a neutralidade naquele conflito, recusando-se a aliar-se a Atenas. Houve a recusa em aceitar esse pedido, e a população foi dizimada por Alcibíades, sendo a ilha ocupada pelos atenienses.

No Brasil, desde o descobrimento, sentiu-se a necessidade do emprego da força militar para a manutenção da integridade territorial, seja para a defesa diante das invasões inglesas, francesas e holandesas, seja, posteriormente, para a defesa da unidade da federação e dos interesses de projeção no cenário internacional.

Diversos fatos históricos induzem à reflexão sobre as consequências de se abster de poder militar, em prol da liberdade e da autodeterminação dos povos.

Vários foram os Estados que se viram invadidos por forças militares oponentes por abrir mão da imprescindibilidade da defesa de seus interesses ou acreditando que sua liberdade poderia ser respeitada sem o respaldo de um braço forte.

O Exército Brasileiro, desde sua origem nos históricos campos de batalha dos Guararapes, em 1648, vem participando da construção do Brasil, fato atestado não só por sua atuação vitoriosa, como também pela primazia atribuída à qualidade de seus recursos humanos, treinando-os, motivando-os e valorizando-os.

Com isto, procura atender à necessidade de defesa dos interesses nacionais, em conformidade com os anseios da sociedade brasileira.

A partir dessas considerações, o presente artigo tem por objetivo realizar uma breve reflexão sobre o papel da Força Terrestre no contexto da sociedade, destacando suas possibilidades, limitações e particularidades.

2. O EXÉRCITO BRASILEIRO

O Exército é uma instituição permanente do Brasil e, juntamente com a Marinha e a Força Aérea, compõe o braço armado do Estado, sendo responsável pelo preparo e pelo emprego da Força Terrestre, dentro dos limites estabelecidos pela Constituição Federal.

2.1 As Origens do Exército Brasileiro

Desde os primórdios da colonização portuguesa na América, desenvolveu-se em terras brasileiras uma sociedade marcada por intensa miscigenação. O sentimento nativista aflorou na gente brasileira a partir do século XVII, quando brancos, índios e negros, em Guararapes, expulsaram o invasor estrangeiro. Em verdadeira simbiose da organização tática portuguesa com operações irregulares, índios, brancos e negros formaram a primeira força que lutou e expulsou os

invasores do nosso litoral. Portanto, a partir da memorável epopéia de Guararapes (1648), não havia apenas homens reunidos em torno de um simples ideal de libertação, mas, sim, as bases do Exército Nacional de uma Pátria que se confirmaria em 07 de setembro de 1822. Assim, o Exército, integrado por elementos de todos os matizes raciais e sociais, nasceu com a própria Nação e, desde então, vem participando ativamente da construção da nacionalidade brasileira.

Nas décadas posteriores ao descobrimento do Brasil, a Força Terrestre sempre esteve representada pelo povo em armas, seja nas lutas pela sobrevivência, seja nas de conquista e manutenção do território.

A união entre as Coroas lusa e espanhola, em 1580, que tornou as terras da América pertencentes a um só “rei e senhor”, permitiu o alargamento da base territorial da colônia portuguesa, pela extraordinária ação exploradora empreendida pelas Entradas e Bandeiras. Naquela época, os portugueses, estimulados por notável visão estratégica e pelo dinamismo exploratório de riquezas, buscaram fixar os limites da colônia em acidentes geográficos bem nítidos e o mais possível a oeste. Assim, no interior da Amazônia, nos pampas sulinos e nos confins dos sertões, à medida que avançava a marcha desbravadora dos bandeirantes, surgiam fortés e fortins – sentinelas de pedra a bradar: "Esta terra tem dono!".

Após a Independência, em 1822, a atuação interna do Exército Brasileiro foi decisiva para derrotar todas as tentativas de fragmentação territorial e social do País. A manutenção da unidade nacional, penosamente legada por nossos antepassados, foi decorrente da ação militar, em particular da atuação do Duque de Caxias. Desse modo, ontem, como hoje, prevaleceu a necessidade de segurança e integração nacionais, reflexo da vontade soberana do povo, expressa, como ideal incontestável, nas Constituições brasileiras de todos os tempos.

No âmbito externo, o Exército participou vitoriosamente do conflito que, na segunda metade do século XIX, ocorreu no Cone Sul do Continente sul-americano: a Guerra da Tríplice Aliança.

Em decorrência da sintonia permanente que o Exército sempre teve com a sociedade brasileira, seu papel foi decisivo na Proclamação e na consolidação da República. Naquele período particularmente conturbado, os militares desempenharam papel de moderação, idêntico

ao exercido pelo Imperador na monarquia, garantindo a sobrevivência das instituições.

Após a I Guerra Mundial, o Exército experimentou um período de soerguimento profissional, que iria completar-se com a contratação, em 1920, da Missão Militar Francesa. Porém, foi a obra ciclópica de Rondon, interligando os sertões interiores aos grandes centros, reconhecida internacionalmente como conquista da Humanidade, o que mais marcou esse início de século.

A II Guerra Mundial trouxe modificações significativas na evolução do Exército Brasileiro. Em 1942, em resposta ao torpedeamento de vários de seus navios mercantes, o Brasil declarou guerra às potências do Eixo.

Em 1944, o País enviou para o teatro de operações europeu uma força expedicionária, organizada em curto espaço de tempo, sob o comando do General Mascarenhas de Moraes. Designada para operar na Itália, durante o tempo em que esteve em combate, compondo o V Exército dos Estados Unidos da América, a divisão brasileira sofreu cerca de 400 baixas por morte em ação. Antes que o conflito terminasse, havia feito mais de 15.000 prisioneiros de guerra e duas divisões inimigas tinham sido capturadas.

Na Itália, a FEB cobriu-se de glórias, combatendo tropas aguerridas, ao lado de soldados calejados por anos de campanha. As glórias colhidas em Monte Castello, Montese e Fornovo, e em tantas outras ações, estão gravadas com letras de sangue na história militar brasileira. Aos nossos pracinhas devemos, em difícil hora, a garantia da dignidade de nossa Pátria.

A partir dos anos 60, o Exército passou por importantes transformações. Acompanhando o acelerado desenvolvimento econômico e industrial do País, realizou consideráveis investimentos em ciência e tecnologia, o que permitiu fornecer à tropa equipamentos e armamentos projetados e fabricados pelas indústrias nacionais, particularmente viaturas blindadas. Além dessa evolução tecnológica, foi renovado o sistema de instrução e foram estruturadas as atuais divisões de exército e brigadas, combinações de tropas mais leves e flexíveis, consentâneas com as peculiaridades do ambiente operacional brasileiro.

Honrando compromissos internacionais assumidos, o Brasil já se fez ou está presente em inúmeras operações de manutenção da paz em diversas partes do mundo.

Hoje, o Exército Brasileiro exercita uma doutrina militar genuinamente nacional, gerada com base em perspectivas de emprego realistas, a par de evoluir sua concepção estratégica de maneira compatível com as demandas vislumbradas para o futuro.

O Exército honra, no presente, os exemplos legados por Caxias – seu Patrono –, cultiva suas mais caras tradições e cumpre, diuturnamente, seu intransferível dever de preservar a soberania e a integridade do Brasil.

2.2 Missão do Exército

De acordo com o artigo 142 da Constituição Federal, que estabelece o que devem fazer as Forças Armadas, a Força Terrestre tem as seguintes missões:

I. A fim de assegurar a defesa da Pátria:

- contribuir para a dissuasão de ameaças aos interesses nacionais; e
- realizar a campanha militar terrestre para derrotar o inimigo que agredir ou ameaçar a soberania, a integridade territorial, o patrimônio e os interesses vitais do Brasil.

II. A fim de garantir os Poderes Constitucionais, a Lei e a Ordem:

- manter-se em condições de ser empregado em qualquer ponto do território nacional, por determinação do Presidente da República, de forma emergencial e temporária, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição.

III. Participar de operações internacionais, de acordo com os interesses do País.

IV. Como ação subsidiária, participar do desenvolvimento nacional e da defesa civil, na forma da Lei.

2.3 Visão de futuro do Exército

O Exército tem como meta ser uma instituição compromissada, de forma exclusiva e perene, com o Estado brasileiro e sua Constituição, além de estar integrado à sociedade nacional, de modo a continuar merecendo sua confiança e apreço.

Também busca ser um Exército reconhecido internacionalmente por seu profissionalismo, sua competência institucional e sua capacidade de dissuasão; respeitado na comunidade global como poder militar terrestre apto a respaldar as decisões do Brasil, que coopera para a paz mundial e fomenta a integração regional.

Ainda visualiza ser constituído por pessoal altamente qualificado, motivado e coeso, que professa valores morais e éticos, marcas históricas do soldado brasileiro, que tem orgulho de servir com dignidade à Instituição e ao Brasil.

3 CONCEPÇÃO GERAL DE EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE

Diante do cenário apresentado neste mundo globalizado, as ameaças não se mostram definidas, criando-se um falso estado de paz duradoura.

As dimensões continentais do Brasil, a sua representatividade no cenário mundial, as pendências e os contenciosos que envolvem até mesmo os países mais desenvolvidos denotam que a sobrevivência das nações depende, fundamentalmente, da capacidade de suas forças armadas sustentarem as decisões estratégicas do Estado, bem como de atuarem contra ameaças à sua integridade.

Com a indefinição das ameaças, há necessidade de se conceber uma forma de emprego segundo a qual a força terrestre tenha como base a capacidade de cumprir qualquer missão, em qualquer lugar e a qualquer tempo. Isto exige que a Força tenha versatilidade, flexibilidade e mobilidade estratégica.

O Exército visualiza seu emprego com base em um módulo-padrão denominado “brigada”, com possibilidade de projetar força em qualquer lugar, dispondo de adequado apoio logístico para durar na ação

e com capacidade de crescer em curto prazo por meio de mobilização eficiente.

Assim, o Exército deve estar capacitado, de forma permanentemente ajustada à estatura político-estratégica da Nação, para: atuar eficazmente no cumprimento de suas missões; colaborar com o desenvolvimento nacional e a Defesa Civil; aumentar sua projeção no concerto internacional e aproximar-se de outros exércitos; modernizar e racionalizar sua estrutura organizacional e seus processos administrativos; desenvolver doutrinas dinâmicas, modernas e ajustadas à realidade brasileira; reduzir o hiato tecnológico em relação aos exércitos mais modernos e à dependência bélica do exterior; capacitar e valorizar seus recursos humanos; capacitar a Força Terrestre para atuar como eficaz instrumento de combate nos âmbitos externo e interno; manter-se permanentemente integrado à Nação; preservar sua imagem junto à opinião pública e sensibilizar a sociedade quanto à importância da instituição para o País; e para preservar as tradições, a memória e os valores morais, culturais e históricos que delineiam sua existência.

4 PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DE EMPREGO

Para que a concepção de emprego da Força seja concretizada, várias estratégias são utilizadas, de maneira a cumprir eficazmente a missão. As principais estratégias empregadas são apresentadas a seguir.

4.1 Projeção de Poder

Desenvolve-se por meio da participação militar além-fronteiras, em situações que possibilitem o respeito internacional ao País, por iniciativa própria ou atendendo a solicitações provenientes de acordos externos, visando a dissuadir potenciais agressores e a apoiar os interesses nacionais relacionados com a manutenção da paz internacional e pelo exercício da diplomacia militar.

4.2 Dissuasão

Desenvolve-se pela manutenção de forças militares suficientemente poderosas e prontas para emprego imediato, capazes de

desencorajar qualquer agressão militar. O Brasil adota uma postura estratégica baseada na existência de uma estrutura militar com credibilidade, capaz de gerar efeito dissuasório. No contexto de um plano mais amplo de defesa e a fim de repelir, no mais curto prazo possível, ameaças externas, o País empregará o poderio militar necessário para evitar ao máximo a ocorrência de danos à integridade e aos interesses nacionais, além de buscar condições favoráveis ao restabelecimento da paz. Qualquer que seja a natureza da dissuasão, seu modo de ação e finalidade visam a desencorajar a guerra pelo alto preço a pagar.

4.3 Resistência

Caracteriza-se pelo desenvolvimento de ações militares em um conflito prolongado, de caráter restrito, na maioria das vezes de baixa intensidade, em que normalmente se empregam táticas e técnicas de guerrilha. Busca, assim, obter a decisão pelo enfraquecimento moral, físico e material do inimigo, por sua desarticulação estratégica e tática, bem como pela obtenção de apoio político e solidariedade internacionais. Nessa forma de atuação, é fundamental a capacidade de “durar na ação” para a defesa do território nacional, normalmente contra um inimigo caracterizado como possuidor de poder militar incontestavelmente superior.

4.4 Presença e mobilidade estratégica

A evolução natural do País nas últimas décadas ensejou a evolução da Estratégia da Presença Nacional, conferindo-lhe um caráter seletivo. É caracterizada pela presença militar no território nacional com a finalidade de cumprir a destinação constitucional e contribuir de modo eficaz para o desenvolvimento da Nação. A mobilidade estratégica conferirá à Força a capacidade de se fazer presente onde e quando se fizer necessário.

4.5 Comunicação Social

A comunicação social é realizada a partir da exposição das ações empreendidas pelas diversas organizações do Exército dispersas por

todos os rincões do Brasil. A coordenação dos trabalhos ligados ao aproveitamento e à divulgação dos eventos em pauta cabe ao Centro de Comunicação Social do Exército, que busca contribuir para a manutenção dos elevados índices de credibilidade que a sociedade deposita nas Forças Armadas.

5 PREPARAÇÃO DA FORÇA

O preparo e a evolução do Exército devem ser realizados de uma forma gradativa, permanente e compatível com: as necessidades de defesa do País; o desenvolvimento harmônico das demais expressões do Poder Nacional; as exigências do Governo Federal para respaldar decisões soberanas do Brasil e atender a compromissos internacionais; e com as necessidades de emprego real, dentro dos dispositivos legais.

Há necessidade de que o preparo: assegure, no mais curto prazo, uma Força com nível dissuasório compatível, com capacidade de atender, com presteza e eficácia, às necessidades, seja na defesa externa seja nas ações de garantia da lei e da ordem; mantenha dispositivos que privilegiem a presença seletiva nacional; e permita a participação do Exército no atendimento a compromissos internacionais.

A preparação da Força Terrestre orienta-se pela atuação de forças de ação rápida (FAR) - estratégicas e regionais; por um núcleo de modernidade, com Guerra Eletrônica, Aviação do Exército, elementos especializados de combate e comando e controle, além de priorizar o sistema de ensino. Precisa, também, estar em condições de desenvolver a capacidade de crescer, no curto prazo, por mobilização.

A área estratégica prioritária é a Amazônia, onde o Exército cresceu significativamente, passando de 1.000 militares em 1950 para 25.000 em 2007. A importância atribuída à área deve-se ao grande vazio demográfico e, em consequência, à ausência de poder público, além da necessidade de se preservarem as riquezas lá existentes.

6 AMAZÔNIA

A Amazônia brasileira é um espaço maior que o somatório de vários países europeus, rica em recursos naturais, e marcada por um

grande vazio demográfico, onde a presença do Estado, em muitos casos, está restrita às organizações militares do Exército.

Organizações não-governamentais (ONG), bem como dirigentes de organismos internacionais, em várias oportunidades, têm propalado a ocupação de espaços pertencentes ao Estado brasileiro. Em muitos casos, essas organizações representam, veladamente, interesses internacionais públicos ou privados, sem nenhum compromisso com o Brasil. Tais ações acontecem porque a região amazônica brasileira é motivo de cobiça por suas riquezas e diversidade biológica.

Vários são os discursos que manifestam o interesse de transformar a Amazônia em “patrimônio da humanidade”, sob controle efetivo de um organismo internacional. Como exemplos, podem-se destacar pronunciamentos de personalidades como: o Chanceler alemão, Barão Oswald Richtöfen, que propôs que “seria conveniente que o Brasil não privasse o mundo das riquezas naturais da Amazônia”; Al Gore, ex Vice-Presidente dos EUA, que disse: “Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”; o Presidente da França, François Mitterrand, que declarou: “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”; o ex-Primeiro Ministro da Inglaterra, John Major, que sugeriu: “As nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum a todos no mundo. As campanhas ecologistas internacionais sobre a Região Amazônica estão deixando a fase propagandística para dar início a uma fase operativa, que pode, definitivamente, ensejar intervenções militares diretas sobre a região”; além de outras autoridades, às quais poder-se-ia acrescentar Henry Kissinger, Margareth Thatcher, e Gorbachev, que também se manifestaram publicamente quanto à soberania brasileira sobre a Amazônia.

Certamente, as mencionadas riquezas e a escassez no mundo de vários insumos básicos continuarão motivando pressões internacionais sobre o Brasil, no sentido de impedi-lo de explorar seus recursos naquela região. Dessa forma, é possível verificar que há uma corrente de

personalidades e organizações trabalhando pela internacionalização da Amazônia.

Além dessas manifestações, vários temas vêm sendo enfatizados com o objetivo de se questionar a legitimidade da soberania brasileira sobre a área e a capacidade do País de gerenciá-la. Dentre eles, pode-se citar: Em 1850, o Comandante Matthew Maury, Chefe do Observatório Naval de Washington (EUA), defendia a livre navegação internacional no Rio Amazonas, considerando que o rio deveria ser incorporado ao status do Direito Marítimo (PAIVA, 2006) e ambiental, particularmente devido ao desmatamento realizado por diversas madeireiras; aos delitos transnacionais e segurança pública, em que se destacam o contrabando e o narcotráfico; e à questão indígena, onde a soma de todas as áreas indígenas já demarcadas, para uma população aproximada de 400 mil, iguala-se às áreas equivalentes à extensão da Alemanha e da França juntas. Assegurar ao Brasil o reconhecimento como uma referência internacional em políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável deve ser o procedimento de todos os brasileiros que ostentam orgulho por pertencer a um país com tamanho potencial. Para o Exército Brasileiro, a Região Amazônica é prioritária em seus planejamentos de defesa, até porque ele constitui fator fundamental para o desenvolvimento sustentável daquela área, sendo, em muitos lugares, o único representante do Estado.

7 CONCLUSÃO

Segurança e defesa são assuntos correlatos e complexos, que precisam ser estudados de forma profunda e sob o viés estratégico, pois, assim como os Mélios, que, deixando de considerar a importância do assunto em prol de legítimos ideais de liberdade, foram dizimados pelos atenienses, o Estado que negligenciar este aspecto poderá pagar o alto custo de comprometer a própria sobrevivência ou sua integridade. Portanto, o assunto deve ser tratado como tema de Estado, acima de matizes políticos e ideológicos, e delegado a governantes que

direcionem suas visões para o futuro, de forma a buscar torná-lo promissor para a sociedade que representam.

Outro aspecto a ser considerado é a capacidade de mobilização nacional frente ao chamamento provocado por uma guerra. Não se consegue concretizar essa mobilização caso o tema já não tenha sido debatido e, também, não se tenham planejado ações concretas a respeito. Um dos fatores essenciais para a eficácia dessa atividade nacional é o estabelecimento de uma base industrial de defesa plenamente capacitada a produzir materiais de emprego militar.

Apesar de vir passando por sucessivas dificuldades financeiras, o Exército Brasileiro, a partir de uma concepção simples de emprego, tem buscado priorizar estratégias que possam atender às necessidades de uma possível mobilização nacional. Procura manter seus recursos humanos em um nível de capacitação elevado, particularmente no tocante a aspectos morais, éticos e de conhecimentos profissionais.

As estratégias empregadas primam pela simplicidade, pois, apesar da conjuntura econômica de certa forma favorável ao Brasil, as Forças Armadas têm recebido orçamentos irrigários, que mal conseguem atender ao pagamento de seu pessoal. Mesmo com essas dificuldades, o Exército tem conseguido implementar medidas que caracterizam a prioridade atribuída à Região Amazônica, além de contribuir, de várias formas, com significativa parcela para o desenvolvimento de regiões inóspitas e de difícil acesso.

O orçamento do Exército pode ser comparado ao seguro de automóvel, em que é imperioso que o pagamento seja feito em dia para que não se tenha o dissabor de amargar um sinistro que, por falta de pagamento da apólice, deixe de ser resarcido. No caso do País, esse sinistro pode traduzir-se pela própria violação da integridade do Estado. Hoje, somente para a reestruturação do Exército, para se começar a implementar seu aparato bélico e deixá-lo à altura da estatura do Brasil, faz-se necessário alocar um montante de US\$ 2 bilhões de dólares anuais. Tudo em decorrência dos sucessivos cortes e contingenciamentos que vêm sendo efetuados ao longo dos últimos anos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Estado-Maior do Exército. **Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEX)**. EGGEF, 2002. Brasília, DF.
- _____. Centro de Comunicação Social do Exército. **Instituição - História e objetivos**. 2007a. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/>. Acesso em out. 2007.
- _____. Centro de Comunicação Social do Exército. **Missão e visão de futuro**. 2007b. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/>. Acesso em out. 2007.
- _____. Centro de Comunicação Social do Exército. **Diretrizes do Comandante do Exército**. 2007c. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/05notic/paineis/2007/08ago07/diretrizes.pdf> . Acesso em nov. 2007.
- PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. Amazônia: vulnerabilidade-cobiça-ameaça. **PADECEME**, 2º quadrimestre 2006, p. 57-64 ECEME, Rio de Janeiro, RJ.
- PERI, Enzo Martins. Palestra proferida na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército em Out 2007. Rio de Janeiro, RJ.

MESA 2.6 RELAÇÕES INTERNACIONAIS: NOVAS AGENDAS

Título: O Geodireito e os Centros Mundiais de Poder

Autor: Guilherme Sandoval Góes, Professor de Direito e Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coordenador da Divisão de Assuntos Geopolíticos da Escola Superior de Guerra
[guilherme.sandoval@terra.com.br.](mailto:guilherme.sandoval@terra.com.br)

Introdução

O saudoso mestre Celso Renato Duvivier de Albuquerque Mello já ensinava que, muito embora ainda não haja um *direito constitucional internacional* claramente delimitado, o nível de constitucionalização da política externa de um país depende do grau de internacionalização da vida nacional e da intensidade de suas relações internacionais. Nesse mister, o direito das relações exteriores fica em alguma parte entre o constitucional e o internacional, talvez mais próximo deste último. Certo é que já não cabe falar em "solidão da Constituição", em considerá-la como um "Universo fechado e excludente", mas de um pluriverso baseado no pluralismo interno, internacional e comunitário.¹

Nesta era globalizada, é imperioso marcar bem a dimensão geojurídica da Constituição, que recepciona conteúdos internacionais nos documentos fundamentais, muitas das vezes, conteúdos advindos da geopolítica dos centros mundiais de poder. É preciso, pois, galgar patamar científico mais elevado para olhar com olhos de ver a

¹ MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direito Constitucional Internacional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 5.

interligação entre as relações internacionais, a geopolítica e o direito. Para realizar sua função de distribuir justiça, o direito não pode ficar ao largo da geopolítica e das relações internacionais, assim como estas não podem ficar alheias ao direito. Tanto a política nacional - ao conceber os objetivos nacionais -, quanto a estratégia nacional - ao fixar as ações para alcançá-los -, devem seguir fielmente a ordem constitucional do Estado Democrático de Direito dentro de uma ordem jurídica internacional de nações civilizadas.

Logo, é dever do estadista brasileiro ganhar visão prospectiva de longo prazo para saber “jogar o jogo estratégico” dentro dos ditames da ordem jurídica nacional e internacional. Da mesma forma, é dever do constitucionalista pátrio saber reinterpretar a Constituição à luz dos princípios geopolíticos que informam a sociedade internacional pós-bipolar. A compreensão do panorama geoestratégico mundial faz parte sim do rol de fatores que permeiam a interpretação constitucional, sendo mesmo seu elemento nuclear na rejeição de toda e qualquer modalidade de subordinação aos centros mundiais de poder. É dentro deste quadro complexo que surge o conceito de geodireito como ramo científico que se destina a examinar as interconexões entre o direito e a geopolítica.

Em essência, o geodireito busca incorporar variáveis extrajurídicas, até então desconsideradas no estudo constitucional, dentro de uma simbiose conceitual que almeja compreender as razões geopolíticas que influenciam as modificações da Constituição no mundo em desenvolvimento. Da mesma forma, o geodireito busca avaliar se a Constituição e a Estratégia Nacional estão em consonância com os objetivos fundamentais fixados pela própria Constituição, dentro de uma idéia material de constitucionalismo programático que projeta fins e programas a serem alcançados no futuro. Busca-se, aqui, a compreensão da Constituição em sua totalidade, aí incluída sua dimensão geojurídica que engloba as ideologias e os fatores geopolíticos que se entrelaçam no mundo real das relações internacionais. Apesar de seu ineditismo no campo acadêmico, o geodireito sempre existiu, pelo menos na sua pretensão de examinar as relações entre a Constituição e as forças políticas do Estado e entre Estados. Nesse aspecto, é precisa a lição de Hans Peter Schneider, trazida por Gilberto Bercovici, quando

afirma que a Constituição é fundamentalmente **direito político**: do, sobre e para o político.²

Enfim, o geodireito tem o objetivo de debater o papel da Constituição e suas relações com a geopolítica dentro de um quadro amplo que engloba não apenas a manifestação do poder constituinte originário por ocasião da instauração da Constituição, mas, sobretudo, nos momentos seguintes de atualização do Estado. Tal atualização é feita através de emendas constitucionais e de leis infraconstitucionais e sob os influxos de uma determinada política constitucional, passível de sofrer interferência externa.

Esta é a razão pela qual vamos inicialmente investigar as relações complexas entre a geopolítica e a Constituição nestes tempos de Estado Pós-Moderno. Em seguida, pretende-se examinar as estratégias norte-americanas e seus reflexos na construção da ordem internacional para, finalmente, tentar engendrar alguns elementos teóricos capazes de informar a criação de um geodireito genuinamente nacional, sem submissão aos centros mundiais de poder e em especial aos Estados Unidos. Entendemos que, na virada do século XX para o século XXI, um geodireito regulando e sendo regulado por uma geopolítica subordinada será o grande avisador de tempos sombrios para o nosso País.

I. Constituição e geopolítica em tempos de estatalidade pós-moderna

Neste segmento temático colima-se examinar as principais características que circunscrevem o chamado Estado Pós-Social ou Estado Pós-Moderno, um novo ciclo estatal que surge a partir do colapso soviético e que ainda se encontra em evolução. Apesar disso, não se

² Cf. BERCOVICI, Gilberto. *Constituição e política: uma relação difícil*. In: LuaNova, n. 61, 2004, p.10. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n61/a02n61.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2007. Nesse sentido de *Constituição como direito político*, o ilustre doutrinador pátrio mostra que o debate constitucional passa a travar-se entre aqueles que consideram a Constituição um simples instrumento de governo, definidor de competências e regulador de procedimentos, e os que acreditam que a Constituição deve aspirar a transformar-se num plano global que determina tarefas, estabelece programas e define fins para o Estado e para a sociedade.

pode negar que o paradigma pós-moderno vem apontando para a desconstrução do Estado Social (*Welfare State*), patrocinada pela onda neoliberal. Com rigor, por detrás dessa tendência encontra-se o poder das empresas multinacionais e seu efeito mais nocivo, qual seja, o esvaziamento axiológico da Constituição,³ que coloca em risco todo um elenco de valores e conquistas da sociedade moderna.

Propugna-se pela ordem neoliberal a redução da Constituição a estruturas negativas e meramente procedimentais de limitação do poder do Estado, retirando-lhe a força normativa tão arduamente conquistada, ao mesmo tempo em que se tenta nulificar seu papel transformador e emancipatório que fixa tarefas, programas e fins para o Estado e para a sociedade. Como bem observa Lindgren Alves, *transfere-se à iniciativa privada e às organizações da sociedade civil a responsabilidade pela administração do social. Estas, não obstante, funcionam apenas na escala de seus meios e de seu humanitarismo. Abandona-se, assim, a concepção dos direitos econômico-sociais*.⁴ Nesse sentido, observe, com agudeza de espírito, que a geopolítica neoliberal projeta sobre as Constituições do mundo em desenvolvimento a neutralização da concepção dos direitos econômico-sociais (segunda dimensão de direitos) através de um fenômeno capital que estamos aqui a designar como sendo a **constitucionalização da geopolítica neoliberal**.

A questão é complexa, mas não pode deixar de ser enfrentada pelo estrategista/jurista do século XXI, que para desvelar o novo estádio epistemológico do Estado Pós-Moderno necessita compreender a intrincada ligação entre direito e geopolítica. Na companhia do italiano Natalino Irti, um dos grandes jurisconsultos da atualidade, defende-se a tese de que a nova geopolítica mundial – impulsionada pela economia e pela tecnologia - não desconhece a máxima de que o território estabelece a medida do *senhorio jurídico* do Estado⁵ e que por

³ BINENBOJM, Gustavo. *A nova jurisdição constitucional brasileira. Legitimidade democrática e instrumentos de realização*. 2^a ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, pp. 7-8.

⁴ ALVES, J.A. Lindgren. A declaração dos direitos humanos na pós-modernidade. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/lindgrenalves/lindgren_100.html. Acesso em 20 de outubro de 2007.

⁵ IRTI, Natalino. *Geodireito*. Tradução de Alfredo Copetti Neto e André Karan Trindade. Conferência sobre biodireito e geodireito. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p.1.

isso mesmo é fundamental saber explorar a dimensão espacial do direito.

É a idéia de *spatium terminatum*, vale dizer, lugar de política e direito, isolado e identificado pelos limites da jurisdição constitucional do Estado territorial e que em muito se aproxima do conceito de *lebensraum*, como espaço vital e objeto principal da geopolítica clássica de autores de nomeada, e.g., Haushofer, Mackinder, Spykman, Mahan e muitos outros. Acontece que na era do Estado Pós-Moderno, o poder das empresas multinacionais e da tecno-economia *não conhecem limites, não têm pátria, se expandem para qualquer lugar*. São forças de des-limitação,(...) e que, juntas, conjuntas e aliadas, geram(...) espaço artificial sem limite, não lugar, onde a vontade do lucro, desraizada e desterritorializada, se expressa além dos Estados e além do direito dos Estados⁶.

De clareza meridiana, portanto, a clivagem jurídica da geopolítica e da tecno-economia que enfraquece as Constituições dirigentes do mundo em desenvolvimento e faz renascer das cinzas a fênix constitucional de arquétipo neoliberal. É a racionalidade geopolítica quebrantando aquela clássica visão kelseniana da impenetrabilidade da ordem jurídica estatal, ou seja, o território do Estado já não é mais símbolo de *lebensraum*, de espaço vital de delimitação das fronteiras entre Estados Nacionais. Em tempos de estatalidade pós-moderna, o novo conceito de *lebensraum* não se atrela mais à conquista de territórios, mas, sim, à conquista de mercados e mentes (massificação por estruturas eficazes de *marketing*).

Desloca-se para a centralidade das relações pós-modernas a abertura mundial do comércio comandada por interesses globais de agentes infraestatais. É nesse sentido que Ignácio Ramonet⁷ põe a nu a idéia de **civilização do caos** dos novos senhores do mundo (conglomerados financeiros e industriais privados), do planeta saqueado (destruição sistêmica do meio ambiente), das metamorfoses do poder e suas formas negociadas, reticulares e horizontais (mídia, grupos de pressão e organizações não-governamentais), do choque das novas

⁶ Cf. *Geodireito*, pp. 4-5

⁷ Para uma investigação científica importante acerca da nova ordem mundial após a queda do muro de Berlim e a perspectiva de um neo-hegemonismo norte-americano, sugere-se a leitura de RAMONET, Ignácio. *A geopolítica do caos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

tecnologias (lado a lado com o choque de civilizações das guerras étnicas) e tudo isso fazendo exalar nessa sociedade ocidental pós-moderna *um mau cheiro de remorso e algo parecido com um sentimento de náusea*.⁸

Infelizmente, esta é a compilação que se faz do quadro pós-moderno. É forçoso reconhecer que a pós-modernidade estatal vem trazendo até agora uma perspectiva sombria de agravamento do ciclo da periferia, de empobrecimento estatal, de desamparo de hipossuficientes (camadas mais pobres do tecido social). Neste contexto, é preciso ganhar sensibilidade acadêmica apurada para compreender o fenômeno da constitucionalização da geopolítica e a necessidade de criação de um geodireito, verdadeiramente autônomo em relação aos centros mundiais de poder, os grandes detentores das forças de des-limitação (tecnologia e economia). É por tudo isso que se tem a impressão de que o legislador pátrio não comprehende bem a complexa matriz de impactos cruzados que circunscreve as relações entre centro e periferia do sistema mundial.

Nossas Constituições e leis são modificadas sem qualquer relação com um possível projeto nacional de desenvolvimento, ao revés, o que prepondera é a estratégia das grandes potências, caracterizando-se aquilo que Natalino Irti denomina de **mercado de ordenamentos jurídicos**, ou seja, as empresas multinacionais – amparadas por seus respectivos Estados Nacionais - têm a seu inteiro dispor um verdadeiro mercado de Constituições e escolhem aquela que for mais vantajosa e conveniente.⁹

E mais grave ainda é perceber que esta idéia-força de um mercado de Constituições não surge do nada, muito ao revés, é uma decisão política fundamental do Estado tomada pelo poder legislativo. Quanto maior a falta de visão estratégica desse segmento da sociedade, maior será a intensidade dos danos sofridos pelos cidadãos comuns. Enfim, o resultado deste constitucionalismo condescendente em demasia, estruturado a partir de relações verticalizadas de poder, é melancólico e foi muito bem capturado por aquela imagem trazida pelo mestre Celso Mello quando alerta que os gastos com perfumes ou com sorvetes nos EUA e na Europa seriam suficientes para o atendimento

⁸ Cf. *Geopolítica do caos*, pp. 7-12.

⁹ Cf., ob.,cit.,p.6.

das necessidades sanitárias e nutricionais de todo o mundo subdesenvolvido. Igualmente forte, o registro de que as pessoas estão mais ricas do que os Estados Nacionais.¹⁰ Tudo isso a refletir o fenômeno da constitucionalização da geopolítica dentro de uma globalização neodarwinista que nada mais faz senão aumentar as camadas de subproletários na periferia do sistema mundial. Enfim, há que compreender que “Poder hegemônico” e “modificações constitucionais comandadas” são temas que circunscrevem o Estado Pós-Moderno.

Em consequência, é imperioso engendrar um modelo de Estado Pós-Moderno capaz de calcular a influência das grandes estratégias dos centros mundiais de poder e que tenha latitude científica suficiente para garantir o **núcleo essencial da dignidade da pessoa humana**. Convém não embarcar na onda da desconstrução do Estado Nacional e, em especial, do *Welfare State*.

É por isso que se julga impreterível conceber o modelo ideal de Estado Pós-Moderno a partir da reconfiguração do Estado Social, sem, entretanto, renegar as virtudes do Estado Liberal. Eis a pedra angular da construção do Estado Pós-Moderno: uma proposta de modelo estatal que mantenha algum controle sobre a economia privada, mas que, no entanto, seja podado em seus excessos intervencionistas.

Nesse diapasão, o geodireito brasileiro tem a missão de idealizar um novo paradigma constitucional de **estatalidade positiva atenuada** que harmonize de um lado o binômio livre iniciativa - expansão mundial do comércio e, do outro, o trinômio dignidade da pessoa humana - desenvolvimento nacional - justiça social. E mais: a confluência dos valores liberais (livre iniciativa e estatalidade mínima) com os valores sociais (justiça social com intervenção estatal) deve ser feita a partir da garantia do núcleo essencial da dignidade humana que fixa as condições

¹⁰ As pessoas estão mais ricas que os Estados. As quinze pessoas mais ricas ultrapassam o PIB da África Subsaária. (...) Para atender às necessidades sanitárias e nutricionais fundamentais custaria doze bilhões de euros, isto é, o que os habitantes dos EUA e da União Européia gastam por ano em perfume e menos do que gastam em sorvete. (...) Cada uma das cem principais empresas globais vende mais do que exporta cada um dos 120 países mais pobres. As 23 empresas mais importantes vendem mais que o Brasil. Elas controlam 70% do comércio mundial. Cf. Celso de Mello. Ob. cit. p. 57.

materiais mínimas para o exercício pleno da cidadania e dos direitos civis e políticos. A figura abaixo sintetiza tal idéia.



MODELO IDEAL DE ESTADO PÓS-MODERNO

É por isso que não se pode mais recepcionar acriticamente construções teóricas estrangeiras muito bem delineadas e sistematizadas por autores renomados que nada mais fazem senão agravar o ciclo da periferia em nossa região geopolítica. De que adianta comemorar-se a força normativa da Constituição sob a égide de uma pujante democracia, quando se constata a inaptidão do País para conceber uma estratégia nacional que garanta efetivamente os direitos fundamentais mínimos do cidadão comum, seu núcleo essencial de dignidade humana?¹³

¹³ E mais ainda: não é apenas a falta de visão estratégica do legislador que impede o avanço da proteção dos direitos constitucionais mínimos do cidadão comum, desafortunadamente, a academia pátria também não consegue desvelar as

E assim é que deve haver consonância entre a Constituição e a Estratégia Nacional; não se admite mais aquela vetusta imagem de solidão constitucional. Ao contrário, urge ao estrategista brasileiro superar o abismo científico que nos separa dos países desenvolvidos, em especial dos EUA, cuja Estratégia Nacional tem o poder de moldar a ordem internacional. Repita-se por fundamental: a estratégia de um único Estado Nacional direcionando e comandando a ordem internacional e o que é pior: muitas vezes nem mesmo a própria sociedade internacional disso se dando conta.

Com efeito, o estudioso das relações internacionais tem a obrigação de desvelar a intrincada tessitura estratégica estadunidense, que projeta para o mundo uma imagem retórica de valores democráticos que não corresponde a sua prática na vida real.

É por tudo isso que - no próximo segmento temático - outro caminho não se terá senão o de trilhar a longa evolução do pensamento norte-americano, desde a Geoestratégia da Contenção da ordem bipolar, perpassando-se pela Estratégia do Engajamento e da Ampliação de Clinton (*National Security Strategy of Engagement and Enlargement*) até finalmente chegar-se à tão contestada Doutrina Bush e sua tentativa de imposição da *Pax Americana*.

Pretende-se assim demonstrar que tais modelos estadunidenses transcendem o escopo de sua simples nacionalidade e invadem a territorialidade dos países do resto do mundo, sendo certo mesmo afirmar que avaliar a conjuntura internacional não deixa de significar analisar as estratégias de segurança nacional dos Estados Unidos da América, tal é, em essência, a gênese de sua construção.

interpenetrações entre direito, relações internacionais e geopolítica. Ou bem se estuda, nas escolas de altos estudos militares e nos centros de formação da diplomacia, a geopolítica e as relações internacionais dentro de cadeiras isoladas, ou bem se estuda, nas escolas jurídicas do País, hermeticamente fechados, o direito internacional e o direito constitucional. O efeito disso tudo é inexorável: a criação de um **edifício epistemológico brasileiro totalmente fragmentado**, sem elo científico entre os diversos segmentos do saber nacional.

II. As estratégias norte-americanas e a construção da ordem internacional

Este segmento temático foi elaborado com a expectativa de apresentar uma visão crítica das estratégias de segurança nacional da maior potência econômico-militar do planeta, com o fito de compreender-lhes o significado, organizá-las sistematicamente e, finalmente, apontar as teorias geopolíticas que lhes servem de supedâneo.

As grandes estratégias norte-americanas somente passaram a reger as relações internacionais após a superação histórica da ordem internacional eurocêntrica, o que acontece efetivamente no fim da Segunda Guerra Mundial. Antes vigorava a ordem imposta pelas potências européias, notadamente o Reino Unido, a França e a Alemanha e cuja trajetória de evolução começa com a Paz de Westfália de 1648 (formação da sociedade internacional), perpassa pelo Congresso de Viena de 1815 (fim das guerras napoleônicas) e pelo Tratado de Versalhes de 1919 (formação da Liga das Nações), até, finalmente, alcançar-se o fim da Segunda Grande Guerra Mundial, evento que sela definitivamente o colapso do mundo eurocêntrico e a criação da Organização das Nações Unidas.¹⁴

A figura abaixo tem o condão de dar uma visão panorâmica do perfil de evolução das estratégias norte-americanas, desde o fim do mundo eurocêntrico até os dias presentes, ou seja, desde a **Geoestratégia da Contenção**, em vigor durante toda a Guerra Fria,

¹⁴ É nesse momento histórico que a hegemonia norte-americana deixa de ser implícita e, passa, efetivamente, a moldar as relações internacionais. É por isso que vamos em seguida examinar a evolução do pensamento estratégico estadunidense, começando-se pela Geoestratégia da Contenção que entra em vigor logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Antes porém, gostaríamos de fazer uma pequena digressão filosófica – na verdade um alerta – para ressaltar que as análises das estratégias norte-americanas devem ser feitas sob a ótica da natureza do poder, tal qual formulada por Michel Foucault. Na visão deste renomado doutrinador, tal natureza se tematiza na polêmica noção de que o poder em si não existe, não é algo como a propriedade que se possui ou não, o que existe são relações ou práticas de poder, o que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se disputa, que se estimula. É, portanto, com este caráter relacional foucaultiano do poder que se deve ou pelo menos se deveria interpretar as estratégias de Segurança Nacional dos EUA, na medida em que projetam estruturas de poder que buscam perpetuar a força hegemônica estadunidense dentro do concerto das nações.

perpassando-se pela **Estratégia do Engagement and Enlargement**,¹⁵ engendrada por Bill Clinton no início dos anos 90 e desenvolvida a partir da ruptura do Império soviético, até, finalmente chegar-se à **Doutrina Bush**, configuração estratégica pós-11 de setembro e cuja linha dominante é a imposição da chamada *Pax Americana*, aqui entendida como unipolarismo geopolítico global.



A Geoestratégia da Contenção foi utilizada por mais de quatro décadas para combater o expansionismo soviético e nos seus primórdios, mais precisamente, nas Conferências de Yalta e de Potsdam de 1945,¹⁶ os construtores da estratégia norte-americana estavam

¹⁵ CLINTON, William. *A national security strategy of engagement and enlargement*. Washington, DC: White House Press, Feb, 1995.

¹⁶ Tais conferências fizeram a divisão geopolítica do mundo. Pela Conferência de Yalta, na cidade da Criméia, a área de influência da URSS foi limitada ao Leste europeu, enquanto que, na Conferência de Potsdam, ocorreu a divisão da Alemanha (Berlim foi

divididos em relação à política internacional da União Soviética (respeito à divisão do mundo feita em Yalta e Potsdam ou um projeto de expansão comunista?). Foi nesse ambiente de dúvidas que se notabilizou a visão prospectiva de George F. Kennan, primeiro estrategista a perceber que a URSS não era simplesmente um aliado difícil nas negociações do pós-Guerra, mas, ao contrário, era, inquestionavelmente, o principal opositor geopolítico dos Estados Unidos no contexto mundial que surgia. Começava assim a Guerra Fria, tendo-se, de um lado, a **expansão soviética** de inspiração mackinderiana e, do outro, a **contenção norte-americana** sob influência spykmaniana.

A expansão soviética se pautou na teoria do poder terrestre de Mackinder, cujo eixo central era a progressiva conquista da Ilha-Mundo a partir do Coração da Terra (Eurásia). Já a reação norte-americana veio através da Geoestratégia da Contenção, cujo nome original é *Kennan's Containment Strategy*. Com rigor acadêmico, para compreender tal estratégia, é necessário, antes, compreender seu alicerce teórico: a **teoria das fímbrias**. Idealizada por Nicholas Spykman, a teoria das fímbrias foi uma das mais importantes concepções geopolíticas clássicas e advogava que o importante mesmo era a ocupação das bordas ou fímbrias da Ilha Mundial, isto é, o chamado *Rimland*. Pelo controle do *Rimland*, evitava-se a expansão da potência central, isolando-a no Coração da Terra e impedindo-a de atingir a Ilha do Mundo.

Com base nesses princípios spykmanianos, o estrategista estadunidense logo percebeu que bastava isolar a União Soviética no centro do *Heartland*, mediante a fixação de três grandes alianças internacionais, a saber: a) para a defesa da Europa Ocidental, formou-se a *Organização do Tratado do Atlântico Norte* (OTAN); b) para proteger as regiões do Oriente Médio e da Ásia Central, criou-se a *Organização do Tratado do Centro* (OTCEN); e, finalmente, c) para neutralizar a projeção comunista sobre o continente asiático, constituiu-se a *Organização do Tratado do Sudeste Asiático* (OTASE).

De tudo se vê, portanto, a alta capacidade de articulação estratégica dos EUA, fruto do trabalho de uma elite sofisticada, cuja habilidade para dissimular interesses próprios é irrespondível. É preciso

dividida em quatro zonas de influência: britânica, norte-americana, francesa e soviética). Ainda em Potsdam, a Coréia foi repartida entre os EUA e a URSS, ficando a Coréia do Sul sob controle norte-americano e a Coréia do Norte sob a influência soviética.

muita sensibilidade estratégica para não se deixar seduzir pelo *american way* de fazer política internacional. Inúmeros são os exemplos de países que se deixaram envolver por esta alta capacidade estratégica estadunidense de exportar suas ameaças para aliados, que vão movimentar-se na cena internacional pensando tratar-se de seus autênticos interesses geoestratégicos.

Nesse sentido, o estudioso da Geoestratégia da Contenção tem o dever acadêmico de apontar um outro ponto capital de perscrutação e que era a inconveniência estratégica de apoiar regimes democráticos no contexto latino-americano. Em termos simples, o uso da democracia como vetor estratégico de combate ao comunismo foi enfraquecido na América Latina pelo próprio estrategista norte-americano, ou seja, para conter o avanço soviético na nossa região geopolítica, os Estados Unidos estimularam a formação de governos militares fortes, em detrimento dos próprios valores democráticos. Sob a ótica estadunidense, esta era a forma mais eficaz de evitar o avanço comunista no contexto latino-americano. Com efeito, era a própria letra da Geoestratégia da Contenção que revelava a tendência de apoiar os regimes militares na América Latina. Estava escrito textualmente, não era nem mesmo necessário dissimular. No quadro geopolítico da Contenção, tais regimes eram importantes instrumentos a serviço dos interesses norte-americanos. Resta indagar se foi ou não coincidência a realidade que se vivenciou em toda esta região. Em verdade, toda a América Latina optou por trajetórias estratégicas de governos militares que enfrentavam melhor a ameaça comunista. Deixa-se para reflexão do leitor um exame concreto da realidade, se a opção estratégica adotada pela América Latina e, em especial, pela América do Sul, atendeu aos seus próprios interesses ou, ao contrário, se foi apenas a concretização de uma estratégia que lhe era exterior e emanada dos Estados Unidos da América do Norte.

Uma vez analisadas as relações geopolíticas bipolares, vamos, em seguida, investigar a *National Security Strategy of Engagement and Enlargement*, modelo que se consolidou ainda durante o primeiro governo Clinton. Assim, pode-se começar dizendo que a queda do muro de Berlim logo evidenciou a inadequabilidade da Geoestratégia da Contenção e, por conseguinte, fez com que surgisse um novo paradigma de segurança nacional. Nesse sentido, as novas variáveis do mundo pós-Guerra Fria exigiram uma revitalizante revisão de princípios estratégicos,

cuja integração culminou na formulação de um modelo voltado para a abertura mundial do comércio. Destarte, as vigas mestras da nova estratégia foram erguidas a partir da primazia da dimensão econômica e da redução dos gastos militares, portanto, totalmente diferente daquela que será adotada por seu sucessor, o presidente George W. Bush, cuja opção será de cunho militarista. É a partir deste tipo de leitura que se comprehende melhor a mudança de postura internacional do *multilateralismo dissimulado* de Clinton para o *unipolarismo declarado* de Bush, ao mesmo tempo em que se comprehende, com maior nitidez, a passagem do *mundo político estratégico* da Guerra Fria para o *universo econômico-comercial* da era pós-bipolar.

Com efeito, a nova estratégia deslocou para a centralidade da política externa norte-americana a perspectiva neoliberal, em detrimento de uma visão ideológico-militarista que predominava no período que lhe antecedia. Realmente, não há como negar a afirmativa de que a política internacional de Clinton inaugurou a era do mercado-centrismo, um mundo essencialmente econômico-comercial, impelido pela abertura de mercados globais e pela livre iniciativa. É a onda neoliberal sendo exportada com a força do “pensamento único” e com o prestígio do triunfo do capitalismo sobre o comunismo.¹² Não foi sem razão, portanto, que a economia norte-americana atingiu o seu apogeu ainda durante a vigência do *Engagement and Enlargement*.

¹² O corolário da *National Strategy of Engagement and Enlargement* na América Latina foi o tão propalado Consenso de Washington, engendrado pelos senhores da economia privada e que adentrou o cenário latino-americano sem encontrar maiores resistências, seja na academia, seja na esfera política. E assim é que o Consenso de Washington fixava uma pléiade de políticas macroeconómicas, cujo objetivo era a reconstrução do Estado Mínimo pré-weimariano, valendo destacar *inter alia* seus principais mandamentos: privatização de empresas estatais, flexibilização das leis trabalhistas, desregulamentação do controle estatal sobre remessa de lucros das empresas multinacionais, pagamento de juros da dívida pública garantido por meio de acordos bilaterais com o Fundo Monetário Internacional, universalização das empresas de telecomunicações, empréstimo condicional em que o FMI estabelece pré-requisitos de políticas fiscal, cambial ou monetária a serem adotadas pelos países tomadores do financiamento, controle rigoroso do déficit público com o fito de não comprometer o pagamento dos serviços da dívida, e, finalmente, elaboração de regras fixas para vencer, por definitivo, as já frágeis barreiras tarifárias aos produtos industrializados dos países da tríade econômica (Estados Unidos, União Européia e Japão). Cf. U.S. Defense Department. CLINTON, William Administration.. A *national security strategy of engagement and enlargement*. Washington D.C. Press, feb, 1996.

Concebida com a esperança de simbolizar o marco zero de um novo recomeço, de uma nova história escrita a partir da vitória do capitalismo,¹³ a estratégia de Clinton superestimou a dimensão econômica, desconsiderando a realidade internacional subjacente, cujo eixo girava em torno do choque de civilizações tal qual formulado por Samuel Huntington.¹⁴ E assim é que os atentados terroristas aos símbolos do Poder Nacional norte-americano irão alterar drasticamente o quadro estratégico até então vigente. Aliás, a grande crítica que se faz hoje em dia ao modelo estratégico de Clinton recai exatamente nesta sua crença exacerbada na predominância da dimensão econômica dentro da matriz de segurança nacional dos EUA.¹⁵ E o fato é que a queda das Torres Gêmeas vai estabelecer novos imperativos de segurança nacional para os EUA, imprimindo-lhes nova roupagem voltada para a *Guerra contra o Terror*. É nesse diapasão que a Doutrina Bush faz retornar a primazia da dimensão militar no plano mais amplo da segurança nacional.

Em suma, se, por um lado, a **queda do muro de Berlim** revogou a Geoestratégia da Contenção e instaurou o modelo do *Engagement and Enlargement*, por outro, a **queda das Torres Gêmeas** invalidou a estratégia econômica de Clinton e inaugurou a tão contestada Doutrina Bush, era de força e de *pax americana*. Com efeito, a configuração estratégica pós-11 de setembro optou, sem maiores preocupações com o resto do mundo, por um cenário internacional unipolar, no qual os interesses norte-americanos serão colocados em primeiro plano, não importando as tendências contemporâneas ao *multilateralismo de escopo global* da sociedade internacional pós-bipolar. Eis, plenamente justificados, sob a perspectiva estadunidense, os conceitos de ataque preventivo e protecionismo comercial sem disfarce. Na verdade, com a devida agudeza de espírito, é possível identificar, antes mesmo do fatídico 11 de setembro de 2001, sinais prévios de unipolarismo dentro da obra estratégica de George W. Bush, tais como:

¹³ Cf FUKUYAMA, Francis. *O fim da história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998

¹⁴ Para uma análise mais ampla do quadro de níveis de atrito entre civilizações, veja-se por todos HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998

¹⁵ Para uma ampliação da análise dos impactos da geopolítica norte-americana no Brasil, v. GÓES, Guilherme Sandoval. A evolução do pensamento estratégico norte-americano a partir da fragmentação nuclear e seus reflexos no Brasil. In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v.121,n.04/06,abr./jun.2002.

- a) A reedição do projeto “Guerra nas Estrelas”, escudo de defesa antimíssil, que tinha sido arquivado durante o governo Clinton;
- b) O abandono da concepção estratégica da “Força em Redução” (*Shrinking Force*), na qual se previa a redução de aproximadamente 35% dos gastos militares para as décadas seguintes, tal qual estipulado na revisão estratégica de 1993 do então Secretário de Defesa Les Aspin;
- c) A recusa de aderir ao consenso dos novos imperativos internacionais de conservação do meio ambiente, engendrados na Convenção de Kyoto;
- d) O não reconhecimento da aplicabilidade às forças militares estadunidenses das normas e princípios jurídicos envolvendo a formação do Tribunal Penal Internacional (TPI);
- e) O abandono da Conferência anti-racismo e, finalmente,
- f) A denúncia do importante tratado *Anti-Balistic Missile Treaty* (ABM) de redução das armas nucleares com a Rússia, denúncia esta necessária para a retomada da construção do Sistema de Defesa Estratégica Antimíssil (Reedição da Guerra nas Estrelas).

Enfim, a estratégia de Bush já apresentava, desde o começo, indícios unilaterais, daí a forte crítica que vem recebendo da sociedade internacional, seja pela interrupção que provoca no processo de consolidação do *multilateralismo de escopo global*, seja pelo menosprezo que empresta aos demais Estados Nacionais e em especial ao Direito Internacional Público (enfraquecimento do papel das Nações Unidas).

III. Elementos teóricos de um geodireito genuinamente brasileiro no século XXI

Hodiernamente, dentro de um contexto mundial globalizado, a projeção de um país no concerto das nações é função de sua estratégia de inserção internacional. Neste mister, é dever do estrategista pátrio traçar as linhas dominantes da política internacional do país. Não obstante isto, verifica-se que o Brasil nas últimas décadas vem mostrando ser incapaz de engendar um projeto nacional de

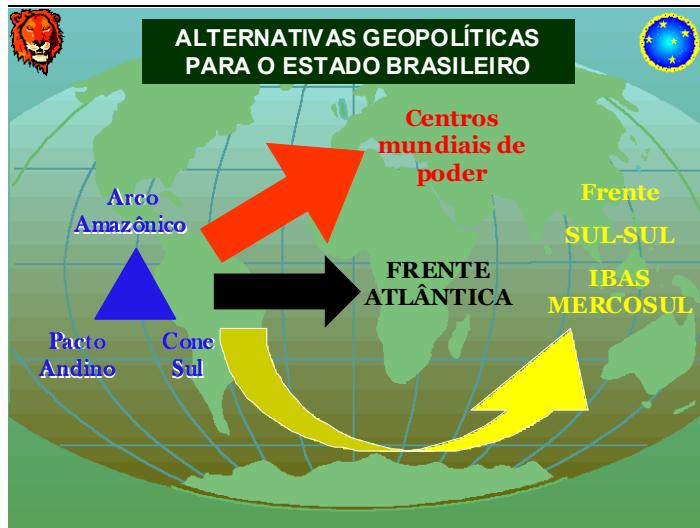
desenvolvimento que contemple nossas reais possibilidades de inserção autônoma no cenário internacional.

Nossa Carta Magna preconiza no seu artigo quarto a busca da formação de uma *comunidade latino-americana de nações*. Não deixa de ser uma orientação geopolítica importante para a política externa brasileira. No entanto, é bem de ver que a integração latino-americana, muito embora seja a melhor trajetória geopolítica a trilhar, é de difícil execução. O México já se encontra irremediavelmente vinculado aos EUA; os países do Caribe e da América Central também estão mais próximos estrategicamente dos EUA do que a qualquer país sul-americano; enfim uma integração deste jaez seria praticamente impossível, pelo menos no período de curto ou médio prazo. Assim sendo, conjectura-se como melhor solução para a geopolítica brasileira nestes primórdios da pós-modernidade a redução do nosso espaço vital para o subcontinente sul-americano.

É este indviduosamente nosso verdadeiro *lebensraum*, nosso efetivo espaço vital. Dessarte, vislumbra-se que a integração sul-americana deve ser o ponto de partida de qualquer projeto brasileiro de inserção internacional. Em outros termos, a construção de um modelo geopolítico brasileiro deve partir do fortalecimento da América do Sul, como passo inicial de um projeto de inserção internacional muito mais amplo e que englobe também as relações com os centros mundiais de poder, com a África e, finalmente, com a Ásia.

Assim sendo, defende-se a tese de que o estrategista pátrio tem o desafio de arquitetar a integração da chamada **tríade sul-americana**, composta pelos três grandes conjuntos geopolíticos do nosso subcontinente (Arco Amazônico, Pacto Andino e Cone Sul). Eis aqui a primeira etapa de uma concepção geopolítica genuinamente brasileira. Em seguida, deve-se então configurar as três grandes frentes externas: a primeira voltada para os centros mundiais de poder (EUA, Europa e Japão), a segunda denominada de frente atlântica, atrelada à projeção brasileira sobre a África e sobre o Atlântico Sul e, finalmente, a terceira denominada frente sul-sul e que engloba principalmente a interligação IBAS-Mercosul.¹⁶ A figura abaixo sintetiza essa possível concepção geopolítica multipolar.

¹⁶ Integração da Índia, Brasil e África do Sul, cujo Fórum de Diálogo acaba de ser realizado em Pretória, nascendo a proposição de formar uma grande zona de livre comércio entre os países do Mercosul, da África do Sul e da Índia. Para além dessa



Com efeito, a integração do chamado triângulo geopolítico sul-americano é o melhor projeto de integração da América do Sul. Sob os auspícios da liderança benigna brasileira, a integração destes grandes conjuntos geopolíticos pode ser feita a partir da exploração de suas vocações naturais e pautada no caráter de intercomplementaridade sub-regional.¹⁷ Já com relação aos centros mundiais de poder, nossa

integração, a frente sul-sul engloba ainda a integração Mercosul – Mundo árabe-islâmico e o assim chamado BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).

¹⁷ E assim é que no âmbito do **Arco Amazônico**, por exemplo, a postura brasileira deveria caminhar no sentido de integrar os países da região por intermédio de acordos multinacionais de construções de hidrelétricas (setor em que o Brasil desonta como um grande competidor internacional), valorização de redes pan-amazônicas de ciência, tecnologia e saúde (pesquisas científicas em torno da biodiversidade seriam priorizadas em todas as universidades dos países amazônicos, visando a agregar maior valor às suas descobertas e assegurando as patentes sul-americanas, evitando, por conseguinte, a fuga de recursos pela pirataria e tráfico ilegal de ervas e sementes), intensificação do turismo ecológico (construção da infra-estrutura necessária ao seu desenvolvimento), etc. A questão indígena tem que se solucionada em tautocronia com a perspectiva de incrementar a exploração dos minerais nobres da Amazônia. Em suma, o conceito estratégico da *Florestaria*, que alguns estados brasileiros vêm desenvolvendo deveria ser exportado a todos os demais países amazônicos. O zoneamento ecológico da região possibilitaria engendrar melhores estratégias de aproveitamento econômico em âmbito continental. A integração da **Comunidade Andina de Nações** é bem mais complicada, mas nem por isto impossível. O ponto nodal do posicionamento geopolítico brasileiro

estratégia deve ser a de manter posição firme e de cooperação, porém sem subserviência e com especial atenção à questão dos subsídios agrícolas por parte dos Estados Unidos, Europa e Japão, que individualmente prejudica nossas exportações neste setor.

Com relação à frente atlântica, é importante destacar a aproximação com o continente a partir da revolução do biodiesel e de outros investimentos brasileiros ligados à construção civil. Finalmente, a *frente sul-sul* pode abrir amplas perspectivas de integração trilateral envolvendo os países do Mercosul, da África do Sul e da Índia, formando-se, portanto, uma grande zona de livre-comércio no hemisfério sul.

De tudo se vê, por conseguinte, a importância de o estrategista pátrio sistematizar a inserção internacional do Brasil. Sem visão ampla não será possível moldar o sistema de forças geopolíticas sul-americanas em direção única. Não há outro caminho a trilhar a não ser o de buscar a integração do triângulo geopolítico sul-americano. Com efeito, a interligação das frentes amazônica, andina e platina é uma concepção com latitude geopolítica capaz de enfrentar a influência dos centros mundiais de poder, tornando-se a base de um grande projeto de inserção internacional da América do Sul como um todo.

Conclusão

O presente trabalho procurou *ab initio usque ad maius* analisar as interferências mútuas entre a geopolítica e o direito. Destarte, em um primeiro momento, investigou-se um fenômeno academicamente oculto no Brasil e que é a constitucionalização da geopolítica. Nesse sentido, verificou-se que o direito constitucional vive uma das fases mais

dentro da frente andina deve apontar para a mitigação da iniciativa norte-americana em expandir o Plano Colômbia para os seus países lindeiros. Já o **Mercosul** é inquestionavelmente o principal fórum de integração sul-americana. As outras duas frentes, a amazônica e a andina, são complementares dentro do processo de inserção internacional da América do Sul. Este é um rol meramente exemplificativo. Com certeza, muitas outras iniciativas poderiam aqui ser elencadas, mas não há espaço para tanto. Fica apenas a sinalização de uma vibrante integração a partir destas três grandes frentes: amazônica, andina e platina.

delicadas de sua evolução, mormente em países do mundo periférico, onde se constata com maior intensidade o fenômeno da constitucionalização de princípios da ordem política liberal no seu afã de neutralizar axiologicamente a Constituição, retirando-lhe a força normativa, tão arduamente conquistada.

Assim, tentou-se demonstrar que a falta de uma Estratégia Nacional de longo prazo impede por via reflexa que a Constituição cumpra efetivamente seu papel de assegurar os direitos fundamentais mínimos para todo e qualquer cidadão brasileiro. Como bem alertou Bercovici, sem um Estado forte podemos colocar o que quisermos na Constituição que nada acontecerá em termos de efetividade dos direitos fundamentais.

Nesses tempos de pós-modernidade, vive-se a angústia da desconstrução do *welfarismo* e, na sua esteira, o abandono dos hipossuficientes à sua própria sorte. É por isso que o legislador pátrio tem a missão de atualizar o Estado brasileiro mediante a fixação de emendas constitucionais que valorizem o conceito de um Estado Pós-Moderno que possa - a um só tempo - conciliar os valores liberais da livre iniciativa e da abertura do comércio com os valores da social democracia voltados para a justiça social e a dignidade da pessoa humana, garantindo-se a partir daí o núcleo essencial dos direitos do cidadão comum.

Deitado em berço esplêndido, o gigante brasileiro se submete a pressões externas que só fazem agravar a exclusão social no nosso País. Urge, pois, ao Brasil, afastar postura geopolítica submissa e recuperar o tempo perdido, assumindo concepção geopolítica avançada, cujo ponto de partida - e não de chegada - seja a união da tríade sul-americana e seus principais conjuntos geopolíticos (arco amazônico, pacto andino e cone sul). A partir daí será mais fácil engendrar as outras três grandes iniciativas *extrabloco* representadas pelas frentes **norte** (centros mundiais de poder), **atlântica** (África e Atlântico Sul) e **sul-sul** (Mercosul-IBAS, Mercosul-mundo árabe-islâmico e BRIC).

Em suma, a evolução do direito constitucional no Brasil precisa levar em consideração estas *variáveis geopolíticas* de modo a fixar

defesas jurídicas eficazes contra os centros mundiais de poder, cujos interesses se projetam sobre o nosso constitucionalismo, valendo lembrar aqui mais uma vez a lição magistral de Natalino Irti acerca do *mercado de ordenamentos jurídicos* no mundo em desenvolvimento. Nesse passo, importa ganhar a visão superior de que a Constituição tem a função de moldar a vida nacional, e, não, apenas, regulá-la.

É por tudo isso que se acredita que o direito constitucional pós-moderno não pode ficar apartado da realidade internacional que o circunscreve, sem que lhe seja imputado qualquer papel de controle na proteção dos direitos fundamentais e na atuação do Estado desenvolvimentista no domínio econômico. Sob a ótica do geodireito, o significado da Constituição não se esgota na mera perspectiva de ser a *norma jurídica superior* do Estado, desprovida de qualquer conteúdo ético-social, como aliás quer a ordem política neoliberal. Ao revés, a Constituição é dinâmica e aberta e deve servir de fundamento material para a elaboração das políticas públicas dentro do Estado Constitucional de Direito. Há que se compreender que a Constituição e a Estratégia Nacional - como definidora das políticas públicas - são faces de uma mesma moeda.

E mais: inspirado em Rui Barbosa, poder-se-ia dizer que: quando a escola de Chicago nas finanças se reúne à escola de Friedrich August von Hayek na teoria econômica podem estar certos de que se lhes imprimiu, entre os povos do mundo periférico, quinhão incomparável de exclusão social.

Com estas considerações encerra-se este trabalho acadêmico, salientando-se que, na era do geodireito, estratégia nacional e direito constitucional devem estar lado a lado na garantia dos direitos fundamentais do cidadão comum e na defesa da soberania estatal; definitivamente, não convém embarcar na onda da desconstrução do Estado Nacional, que a matriz neoliberal tenta exportar com a força do triunfo capitalista sobre o socialismo a partir do colapso soviético. É possível, sim, inaugurar-se uma nova etapa de leitura moral e geopolítica da Constituição, fazendo valer mais do que nunca a expressão de Hans Peter Schneider de que a Constituição é direito político: do, sobre e para o político.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, J.A. Lindgren. *A declaração dos direitos humanos na pós-modernidade.* Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/lindgrenalves/lindgren_100.htm. Acesso em 27 de julho de 2004.
- ARNAUD, André-Jean. *O Direito entre Modernidade e Globalização*. Rio de Janeiro, Renovar, 1999.
- BARROSO, Luís Roberto e BARCELLOS, Ana Paula de. “O começo da história. A nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro”. In::
- BAYÓN, Juan Carlos. “Derechos, Democracia y Constitución”. In: CARBONELL, Miguel (organizador). *Neoconstitucionalismo(s)*. Madrid: Editorial Trotta, 2003.
- BERCOVICI, Gilberto. In: *Canotilho e a constituição dirigente*. Organizador Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. Rio de Janeiro: Renovar, 2003
- _____. *Constituição e política: uma relação difícil*. In: LuaNova, n. 61, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n61/a02n61.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2007.
- BINENBOJM, Gustavo. *A nova jurisdição constitucional brasileira. Legitimidade democrática e instrumentos de realização*. 2^a ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*, 10^a ed. Trad. de Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos. Brasília: Editora UnB, 1997.
- _____. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BONAVIDES, Paulo. “Os Direitos Fundamentais e a Globalização”. In: LEITE, George Salomão (organizador). *Dos princípios constitucionais. Considerações em torno das normas principiológicas da Constituição*. São Paulo: Malheiros, 2003.
- _____. *Do estado liberal ao estado social*, 7^a ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

BOSON, Gerson de Britto Mello. *A constitucionalização do direito internacional*. Belo Horizonte:Del Rey, 1996.

CABRAL, Severino Bezerra. *Brasil megaEstado: Nova ordem mundial multipolar*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *A Proteção Internacional dos Direitos Humanos: Fundamentos Jurídicos e Instrumentos Básicos*. São Paulo: Saraiva, 1991.

FRIEDE, Reis. Curso analítico de direito constitucional e de teoria geral do Estado. Rio de Janeiro: Forense, 2005, pp.213.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos humanos fundamentais*. 8ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERRAJOLI, Luigi. "Pasado y futuro del Estado de derecho". In: CARBONELL, Miguel (organizador). *Neoconstitucionalismo(s)*. Madrid: Editorial Trotta, 2003.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

GARCIA DE ENTERRIA, Eduardo. *La Constitución como norma y el Tribunal Constitucional*, 3^a ed. Madrid: Editorial Civitas, 1985.

GLIOCHE BÉZE, Patrícia Mothé. Os tratados internacionais de direitos humanos no direito brasileiro. In: *Direito penal internacional. Estrangeiro e comparado*. Coordenador Carlos Eduardo Adriano Japiassú. Rio de Janeiro: lumen Júris, 2007.

GÓES, Guilherme Sandoval. "A evolução do pensamento estratégico norte-americano a partir da fragmentação nuclear e seus reflexos no Brasil". In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v.121, n.04/06, abr./jun.2002.

_____. "A nova ordem mundial na era pós-bipolar." In: *Cadernos de Estudos Estratégicos*. Rio de Janeiro: Ed. da Escola Superior de Guerra, n. 01/06, mar.2006.

GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988 – Interpretação e crítica*. São Paulo: RT, 1996.

HÄBERLE, Peter. Hermenêutica constitucional. *A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e ‘procedimental’ da Constituição*. Trad. de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997.

HABERMAS, Jurgen. *Direito e democracia entre facticidade e validade*. Trad. de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. Trad. de João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos fundamentais*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1991.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de direito internacional público*, vol. I, 13^a ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

_____. *Direito Constitucional Internacional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

RAMONET, Ignácio. *A geopolítica do caos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

RAWLS, John. *Liberalismo político*. Trad. de Sergio René Madero Báez. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

_____. *Uma teoria da justiça*. Trad. de Carlos Pinto Correia. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. São Paulo: Saraiva, 1999.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento & ACCIOLY, Hildebrando. *Manual de direito internacional público*. 15 ed., São Paulo: Saraiva 2002, pp.10-11.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira. *Teoria constitucional e democracia deliberativa. Um estudo sobre o papel do direito na garantia das condições para a cooperação na deliberação democrática*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

- STRUSZ-HUPÉ, Robert. *Geopolitics: the struggle for space and power.* New York, 1942.
- STRECK, Lênio Luiz. *Jurisdição constitucional e hermenêutica. Uma nova crítica do direito.* Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- TORRES, Ricardo Lobo. "A legitimidade dos direitos humanos e os princípios da ponderação e da razoabilidade". In: TORRES, Ricardo Lobo (organizador). *Legitimidade dos Direitos Humanos.* Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- _____. "A cidadania multidimensional na era dos direitos", in *Teoria dos direitos fundamentais* (Org. Ricardo Lobo Torres) 2^a ed. rev. e atual.. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- VIEHWEG, Theodor. *Tópica e jurisprudência.* Tradução de Tércio Sampaio Ferraz Júnior. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1979.
- WALZER, Michael. *Spheres of Justice – A Defense of Pluralism and Equality.* USA: BasicBooks, 1983.
- _____. *Thick and Thin. Moral Argument at Home and Abroad.* London: University of Notre Dame Press, 1994.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas.* 2. edição. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1996.
- ZAGREBELSKY, Gustavo. *El Derecho Dúctil. Ley, Derechos, Justicia.* Madrid: Editorial Trotta, [s.d.].

MESA 4.6 TEMAS SOCIAIS: DIREITOS E CONQUISTAS

Título: Ocupação Territorial: Visão Estratégica

Autor: Renata Furtado

Procuradora Federal/AGU, Coordenadora-Geral de Assentimento Prévio do Conselho de Defesa Nacional, Assessora do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

O nível de dificuldade em lidar com a complexidade é que norteia o grau de desenvolvimento de um país.

Renata Furtado

Quando se fala em ocupação territorial, é necessário considerar, como ponto de partida, o início da ocupação do Brasil, quando a Coroa Portuguesa buscava garantir a posse das terras então “descobertas”. Em 1530, visando assegurar as terras “portuguesas”, D. João III adotou no Brasil o sistema de capitania hereditárias.

Por este sistema, o Brasil foi dividido em quinze lotes, ou capitania, que foram doados entre doze fidalgos e capitães portugueses. Tais capitania eram hereditárias, inalienáveis, indivisíveis e sujeitas às regras de sucessão.

Os capitães, também conhecidos como donatários, eram obrigados a repartir as terras em sesmarias, com o objetivo de que fossem aproveitadas. Os donatários administravam as sesmarias e

achavam-se investidos de mandatos da Coroa para doar as terras, tendo recebido a capitania com a finalidade colonizadora.

Ainda sob o domínio português e com o estabelecimento das capitâncias hereditárias, sugiram no Brasil os registros de terras (1534) junto às paróquias locais. As cartas de sesmarias eram documentos passados pelas autoridades para doar terras; nelas, os donatários ou governadores de províncias autorizavam ou não as doações, mediante registros.

A Igreja, nesse período da Colônia, encontrava-se unida oficialmente ao Estado. Dessa forma, os vigários (ou párocos) das igrejas eram quem faziam os registros das terras – registros do vigário - ou certidões, como a de nascimento, de casamento. Em 1889, com a Proclamação da República, o Estado e a Igreja se separaram.

Muitas tentativas de regularizar o sistema de sesmarias foram em vão. A obrigatoriedade do cultivo acabou levando à formação de novos personagens entre os sesmeiros, entre eles, a figura do posseiro. Muitos sesmeiros preferiram arrendar suas terras a pequenos lavradores. Isto dificultava o controle de verificação do cumprimento da exigência do cultivo e da demarcação. Nascia, então, a dificuldade no controle pelo Estado, então Coroa Portuguesa, do sistema de distribuição de terras no Brasil.

Nesta breve incursão histórica, é possível perceber que a questão da dificuldade do mapeamento da ocupação territorial do país e conhecimento do Estado brasileiro (antes Coroa portuguesa) sobre a distribuição das terras não é preocupação recente.

É possível o Estado ter conhecimento, em toda a completude, da ocupação e da forma de utilização das terras de seu território? Em toda a plenitude diria que não, mas a tendência de sua ocupação e uso, e os possíveis problemas decorrentes, a partir de determinados elementos informativos, sim.

Não se pode olvidar que é necessário que o Governo desenvolva instrumentos capazes de mapear a ocupação do território nacional, de forma a possibilitar o gerenciamento de determinadas atividades no país.

Um instrumento que se tem mostrado importante para o conhecimento do Estado sobre o seu território é o advindo da concessão do ato de Assentimento Prévio pelo Conselho de Defesa Nacional (CDN)¹, previsto na Lei nº 6.634/79, regulamentada pelo Decreto nº 85.064/80.

O ato de Assentimento Prévio do CDN é uma autorização prévia essencial para a prática de determinados atos e para o exercício de determinadas atividades nas terras situadas ao longo da faixa de fronteira terrestre, com 150 km de largura, considerada fundamental para a defesa do território nacional e posta sob regime jurídico excepcional, a teor do disposto no § 2º do art. 20, da Constituição Federal.

No exercício da atividade de concessão do ato de Assentimento Prévio, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, no uso das atribuições de Secretaria-Executiva do CDN, utiliza um instrumento gerencial de informações muito importante, que é o **Sistema Georreferenciado de Apoio à Decisão da Presidência da República (GEO-PR)**².

Por meio deste sistema, o Estado brasileiro pode verificar a tendência de uso e de ocupação do país, e seus principais atores, seja na faixa de fronteira ou não. É possível, ainda, visualizar áreas de interesse (mineração, terras indígenas, projetos de assentamento, unidades de conservação, etc.) e sobreposições advindas da atuação entre órgãos de Governo, gerando, por vezes, a necessidade de construção de parceria em prol da eficiência do serviço público e da harmonia social (evitar conflitos).

¹ É importante observar que o referido Conselho sucedeu o Conselho de Segurança Nacional - neste sentido, ver Parecer AGU/JD nº 01/2006, aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República-, cuja competência encontra-se registrada na atual Constituição (art. 91); sendo que a Lei que dispõe sobre sua organização e seu funcionamento é a Lei nº 8.183/91. Esta Lei foi alterada pela Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001 (em tramitação¹⁸), que foi baixada para deixar bem clara a sucessão da Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE pelo GSI/PR, e fixar que o GSI/PR é a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional, com a atribuição de **executar as atividades permanentes necessárias ao exercício da competência do CDN**.

² Ver <http://www.presidencia.gov.br/gsi/saei> - Coordenadoria Geral de Assentimento Prévio – Sistema de Informações Compartilhadas.

Visualizando algumas imagens, é possível concluir que o tratamento da questão mineral no país, por vezes, está intimamente atrelado às áreas destinadas para unidades de conservação e terras indígenas (**Figuras 1 a 5**). Que cerca de 23% (vinte e três por cento) do território nacional está destinado à mineração. E que embora haja um significativo número de pedidos para desenvolvimento da atividade de mineração no país, apenas 6% (seis por cento) destes chegam, de fato, à concessão de lavra pelo Poder Público (**Figura 1**).

Há nítida sobreposição de interesse de mineração em Terras Indígenas (**Figura 5**).

Por fim, enquanto é habitual examinarmos a ocupação do solo do Brasil, é estratégico analisarmos também o uso do **espaço aéreo³** **e do subsolo⁴**.

Tanto o uso do espaço aéreo⁶ para realização de serviço de aerolevantamento para reconhecimento geológico⁷, quanto a

³ Decreto-Lei nº 1.177/71. Art. 3º Entende-se como aerolevantamento, para os efeitos deste Decreto-lei, o conjunto das operações aéreas e/ou espaciais de medição, computação e registro de dados do terreno com o emprego de sensores e/ou equipamentos adequados, bem como a interpretação dos dados levantados ou sua tradução sob qualquer forma.

⁴ Convenção Relativa ao Registro de Objetos Lançados no Espaço Cómico – Dec. nº 5.806/06

⁵ CF/88. Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra. § 1º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

⁶ Neste sentido, ver Decreto nº 2.278/97, que embasa a Portaria 0637 SC-6/FA-61, de 5 de março de 1998: Art. 19. A participação de entidade estrangeira em serviço de aerolevantamento da fase aeroespacial, quer no espaço aéreo nacional, quer por meio de estação instalada no território nacional, assim com da fase decorrente, poderá ser autorizada em caso excepcional e no interesse público, ou para atender a compromisso resultante de ato internacional pelo firmado pelo Brasil. Parágrafo único. A autorização a que se refere este artigo é da competência do Presidente da República com base em proposta do EMFA. Art. 20. Cabe à entidade nacional

exploração do subsolo brasileiro por meio da atividade de mineração, possuem regras específicas, notadamente quanto à **participação estrangeira**.

Neste aspecto, estudos do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República concluíram que, atualmente, em matéria de mineração, apenas um Grupo estrangeiro detém cerca de 117.256,5 km² do **subsolo** nacional⁸, que correspondem às áreas dos estados de Sergipe e de Santa Catarina (**Figura 6**).

É certo que, ao mesmo tempo em que o país abriu seu mercado para empresas estrangeiras buscando o desenvolvimento nacional⁹, fez-se necessária a introdução de mecanismos de

interessada na participação estrangeira, ouvidos os órgãos competentes, instruir o processo de acordo com instruções complementares.

⁷ DL nº 227/69, Art. 91: *A Empresa de Mineração que, comprovadamente, dispuser do recurso dos métodos de prospecção aérea, poderá pleitear permissão para realizar Reconhecimento Geológico por êstes métodos, visando obter informações preliminares regionais necessárias à formulação de requerimento de autorização de pesquisa, na forma do que dispuser o Regulamento dêste Código. (Renumerado do Art. 92 para Art. 91 pelo Decreto-lei nº 318, de 1967)* § 1º As regiões assim permissionadas não se subordinam ao previsto no Art. 25 dêste Código. § 2º A permissão será dada por autorização expressa do Diretor-Geral do D.N.P.M., com prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional.

⁸ Dados disponíveis no site: <http://www.dnpm.gov.br> - Cadastro Mineiro.

⁹ A Emenda Constitucional (EC) nº 6, promulgada em 15 de agosto de 1995, alterou o inciso IX do artigo 170 e § 1º do artigo 176, e revogou o artigo 171, da Constituição Federal, que continha a seguinte redação: Art. 171. São consideradas: I - empresa brasileira a constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País; II - empresa brasileira de capital nacional aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou de entidades de direito público interno, entendendo-se por controle efetivo da empresa a titularidade da maioria de seu capital votante e o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades. § 1º - A lei poderá, em relação à empresa brasileira de capital nacional: I - conceder proteção e benefícios especiais temporários para desenvolver atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional ou imprescindíveis ao desenvolvimento do País; II - estabelecer, sempre que considerar um setor imprescindível ao desenvolvimento tecnológico nacional, entre outras condições e requisitos: a exigência de que o controle referido no inciso II do "caput" se estenda às atividades tecnológicas da empresa, assim entendido o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para desenvolver ou absorver tecnologia; percentuais de participação, no capital, de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou entidades de direito público interno.

mapeamento da atuação estrangeira, sob pena de fragilizar a soberania e mitigar o interesse nacional.

Assim, apesar de vários diplomas legais apresentarem regramentos específicos para a participação estrangeira em determinadas atividades no país, como, por exemplo, para **gestão de florestas públicas¹⁰**, para **acesso ao patrimônio genético¹¹**, para **levantamento geológico mediante prospecção aérea, e aquisição de terras por estrangeiro¹²**, os casos concretos são praticamente inexistentes, quando comparados à atuação estrangeira por meio de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras.

§ 2º - Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial, nos termos da lei, à empresa brasileira de capital nacional.

Em 1995, com fundamento na retomada do desenvolvimento econômico e social do país, os Ministérios da Justiça, da Fazenda e do Planejamento e Orçamento, da Previdência e Assistência Social, da Administração e Reforma do Estado e de Minas e Energia apresentaram a Exposição de Motivos nº 37 (EM), de 16 de fevereiro de 1995, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com vistas a demonstrar a necessidade de aperfeiçoamento do texto constitucional sob o aspecto da eliminação das reservas de mercado, da interrelação das economias e da atração de capital estrangeiro para complementar a poupança interna. Dentre as justificativas apresentadas na Reforma Econômica, encontra-se o objetivo de eliminação da distinção, até então existente, entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional, e ainda a retirada de tratamento especial para empresa brasileira de capital nacional, com exceção das empresas de pequeno porte. Buscou-se restabelecer o poder de compra do Estado para estimular a produção, o emprego e a renda no país.

¹⁰ Lei nº 11.284/2006. Art. 19. Além de outros requisitos previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, exige-se para habilitação nas licitações de concessão florestal a comprovação de ausência de: (...) § 1º Somente poderão ser habilitadas nas licitações para concessão florestal empresas ou outras pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no País.

¹¹ MP nº 2.186-16/2001. Art. 12. A atividade de coleta de componente do patrimônio genético e de acesso a conhecimento tradicional associado, que contribua para o avanço do conhecimento e que não esteja associada à bioprospecção, quando envolver a participação de pessoa jurídica estrangeira, será autorizada pelo órgão responsável pela política nacional de pesquisa científica e tecnológica, observadas as determinações desta Medida Provisória e a legislação vigente. (...) Art. 16 § 6º A participação de pessoa jurídica estrangeira em expedição para coleta de amostra de componente do patrimônio genético *in situ* e para acesso de conhecimento tradicional associado somente será autorizada quando em conjunto com instituição pública nacional, ficando a coordenação das atividades obrigatoriamente a cargo desta última e desde que todas as instituições envolvidas exerçam atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas biológicas e afins.

¹² Lei nº 6.634/79 e Lei nº 5.709/71, com os respectivos regulamentos.

Por outro lado, a estrutura fundiária no país, com a destinação de terras a projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, e aos remanescentes de comunidades de quilombos, assim como a existência de acampamentos de movimentos sociais em vários estados brasileiros, demonstram cenários complexos, o que enseja ponderação de direitos, haja vista a necessidade de desenvolvimento sustentável do país, através da geração de emprego e renda (**Figuras 7 e 8**).

Diante do exposto, observa-se que o Estado brasileiro, desde o início de sua colonização, busca desenvolver mecanismos mínimos de mapeamento da ocupação e uso de seu território.

Quando se pretende obter uma visão estratégica da ocupação do território brasileiro, é importante, então, conhecer e aprender com a história ou com o passado, aperfeiçoar os mecanismos de gerenciamento e controle para lidar com as complexidades fundiárias hoje existentes e projetar ações que evitem conflitos sociais, garantam a soberania e promovam o desenvolvimento sustentável do país.

Figura 1. Mineração.

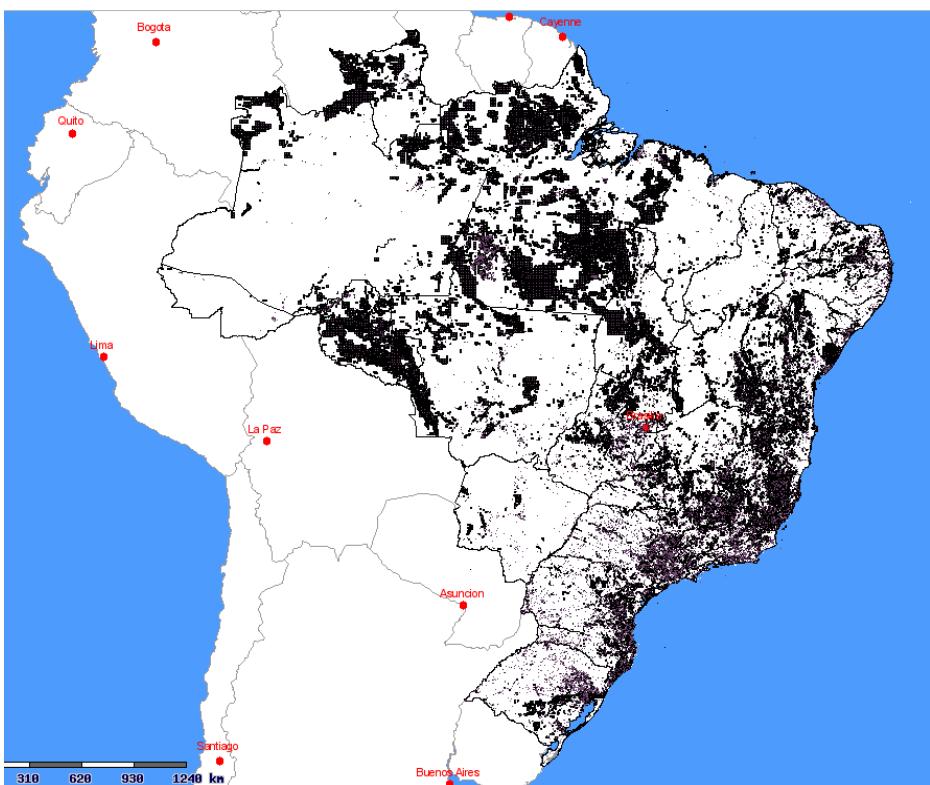


Figura 2. Terras Indígenas. 12,5% do território nacional.

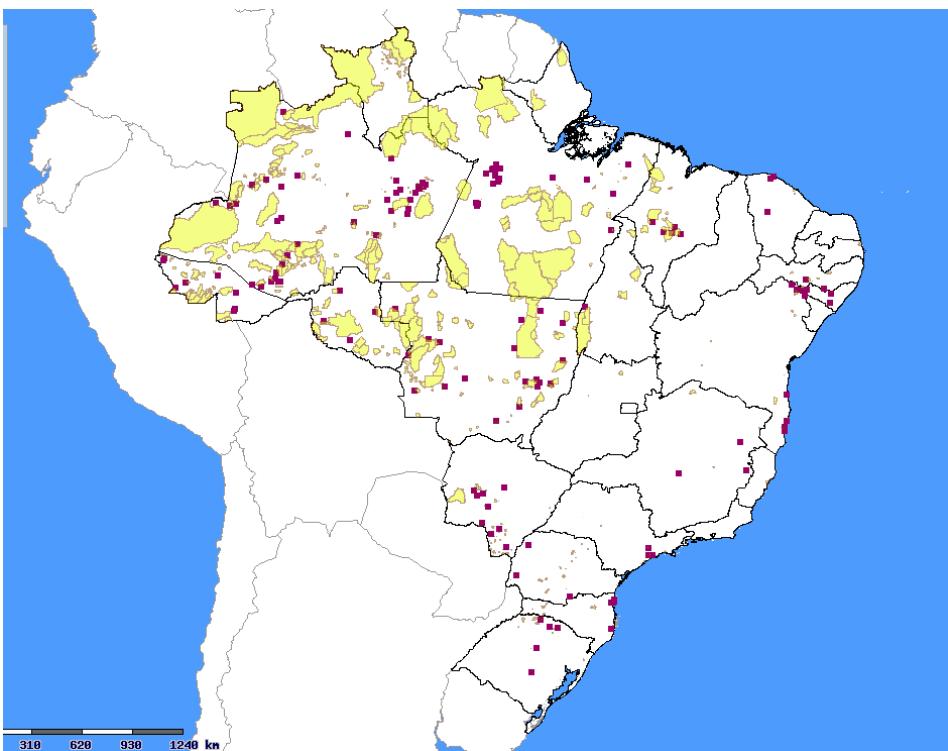


Figura 3. Sobreposição: Mineração/Terras Indígenas.

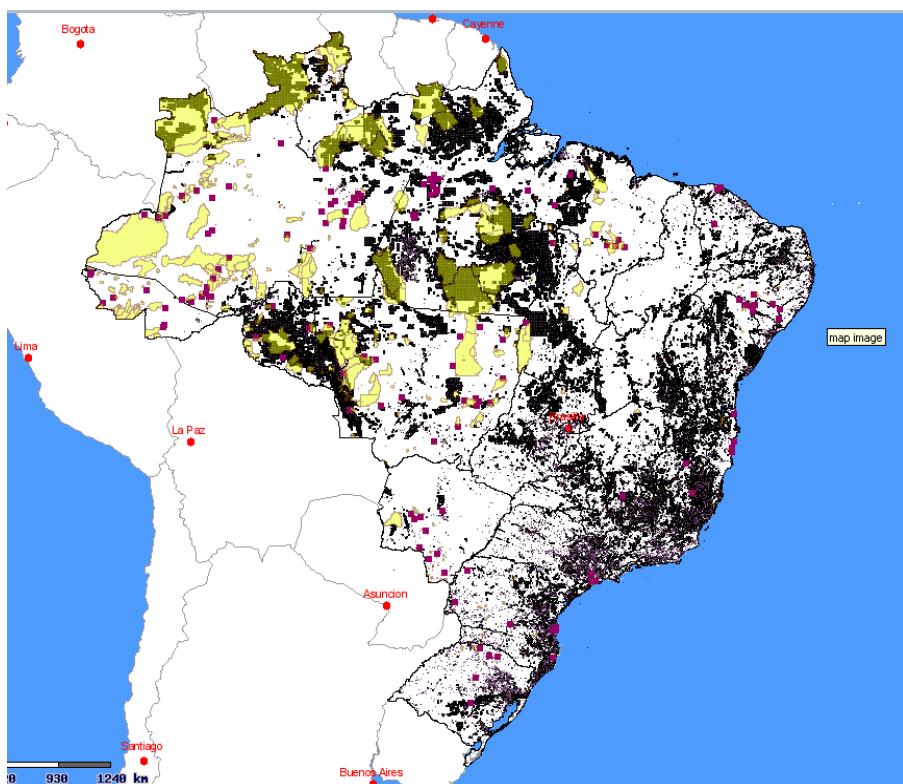


Figura 4. Unidades de Conservação

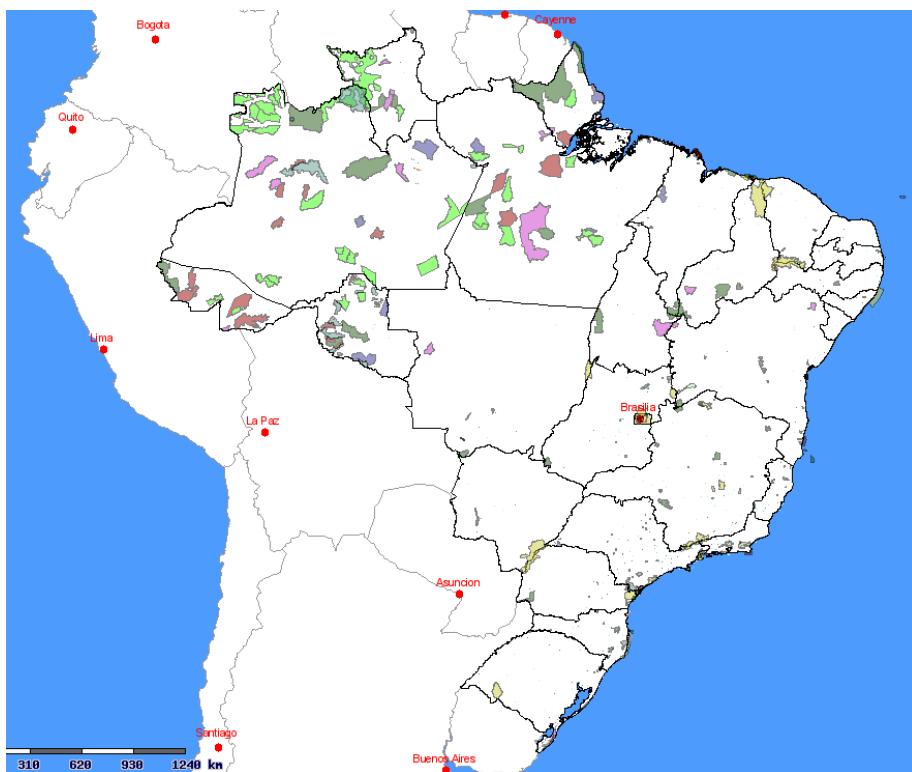


Figura 5. Sobreposição Mineração/Terras Indígenas/Unidades de Conservação

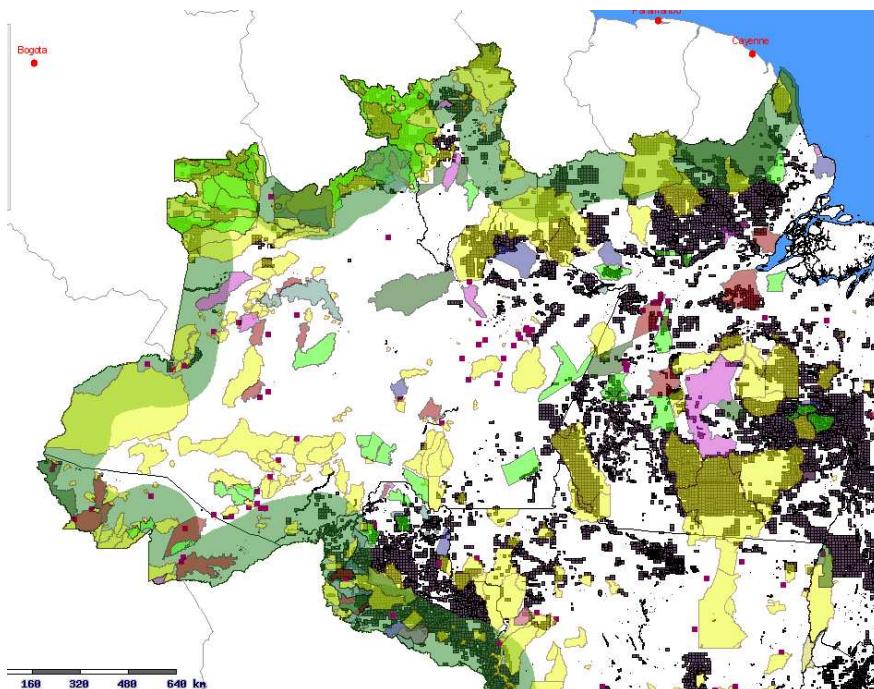


Figura 6. Participação estrangeira na atividade de mineração

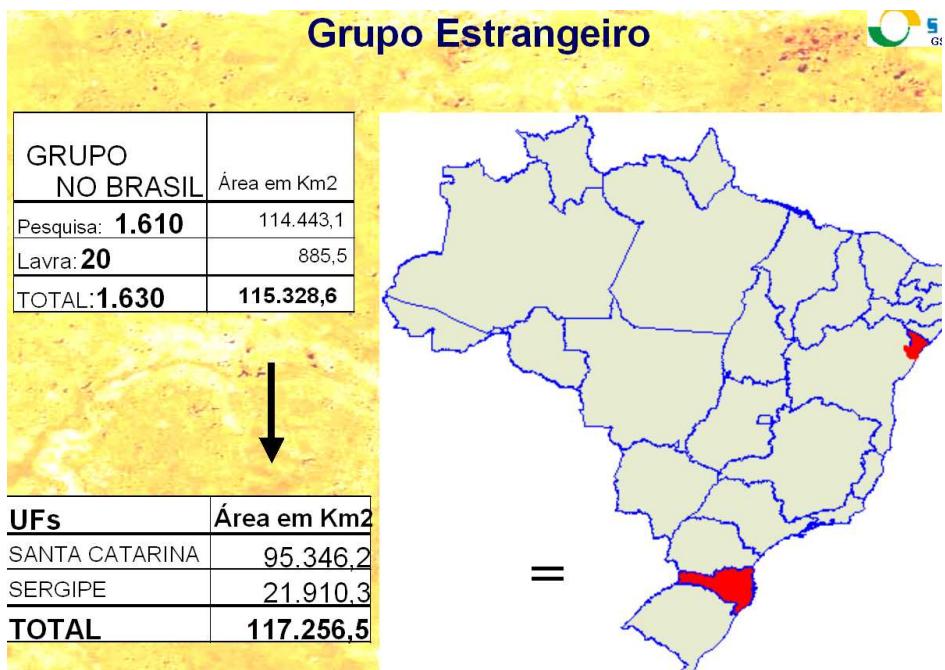
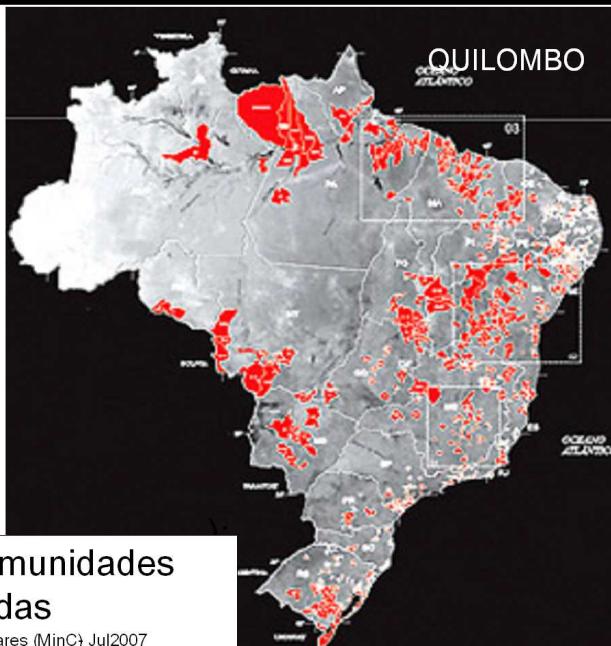


Figura 7. Municípios com Comunidades Remanescentes de Quilombos

AC	0
AP	65
AM	4
PA	389
RO	8
RR	0
TO	31
AL	58
BA	553
CE	85
MA	856
PB	33
PI	106
PE	117
RN	69
SE	47
DF	0
GO	93
MS	29
MT	74
ES	57
MG	250
RJ	29
SP	90
PR	14
RS	146
SC	21
TOTAL	3224

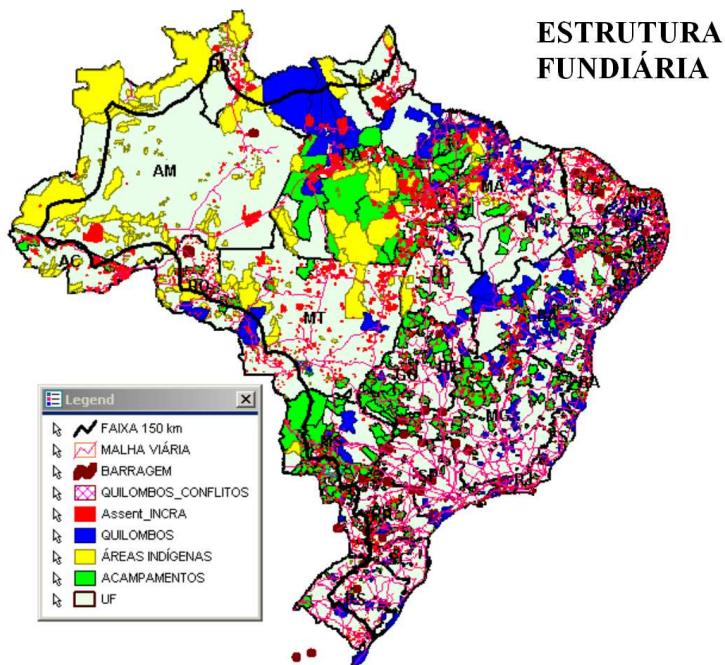


Fonte: SEPPIR
Rel. Gestão
03/06

1170 comunidades certificadas

Fund. Cult. Palmares (MinC) Jul2007

Figura 8. Estrutura fundiária



MESA 4.6 TEMAS SOCIAIS: DIREITOS E CONQUISTAS

Título: O Papel Estratégico da Arqueologia na Delimitação de Terras Indígenas e Quilombolas

Autor: Pedro Paulo Abreu Funari*

Os estudos estratégicos passaram por transformações ingentes nas últimas décadas. O século XIX foi pródigo em sábios germânicos que formularam preceitos, à época revolucionários, e cujo pressuposto e consequência foram discutidos nos séculos seguintes até os nossos dias. Foi em ambiente prussiano que se formulou a primazia do conhecimento objetivo, a busca da realidade em sua materialidade e efetividade. Leopold von Ranke propôs saber “o que propriamente aconteceu” (*wie es eingentlich gewesen*¹). Na esteira dessa busca, Karl Marx iria fazer um uso científico da expressão corriqueira inglesa: *the proof of me pudding is in the eating* (“a prova do pudim está em comê-la”²).

É neste ambiente e nestas circunstâncias que Karl von Clausewitz (1780-1831) desenvolveu suas teorias sobre a guerra, não como abstração ou tema filosófico, mas como prática ou ação objetiva no mundo. Von Clausewitz nunca se preocupou com dois aspectos subjacentes à estratégica: o binômio economia e sociedade, por um

* Professor Titular do Departamento de História da Unicamp – Coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp.

¹ Cf. *Geschichte der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1514*. Berlim, 1824, p. 24.

² Cf. <http://www.freitag.de/2006/03/06030601.php>.

lado, e a logística, por outro³. Tais ausências levaram à crítica da estratégia de matriz prussiana, em especial à luz das guerras do século XX, com a economia e a logística destacadas nas histórias das duas grandes guerras mundiais⁴.

Epur, no próprio Von Clausewitz, não podemos deixar de constatar uma aguda percepção do caráter social da estratégia. Não cabe dúvida que o oficial prussiano centrou sua atenção no campo de batalha, mas não convém subestimar o papel da sociedade em sua análise. O êxito do exército napoleônico estava em seu caráter cidadão, de massa, por oposição às formações hierárquicas e aristocráticas dos impérios e monarquias derrotadas pela força revolucionária francesa. A reação militar, que se mostraria capaz de derrotar aquele exército, explicou-se, também, pelo caráter nacional e social de resistência à ocupação (ou ameaça de ocupação) estrangeira⁵.

Os germes das concepções estratégicas da nossa época, portanto, podem ser buscados nos próprios alvares da nossa disciplina – a estratégia. Num certo sentido, podemos recuar muito mais, pois já Péricles, no quinto século a.C., colocou no centro da sua estratégia não a luta, a batalha, mas a força dos grupos sociais, em uma sociedade democrática. Ante o exército espartano, opôs a solidariedade social ateniense⁶.

Tudo isto pode parecer, à primeira vista, muito distante, no tempo e no espaço, do tema de hoje: terras indígenas e quilombolas. Mas não. O ponto central é o mesmo: o caráter social da estratégia. *Stricto sensu*, as terras indígenas e quilombolas não são objeto da ação militar. Em termos estratégicos mais amplos, contudo, fazem parte essencial da construção social da estratégia: constituem parte daquele retroterra que forma a defesa da sociedade nacional em sua

³ Sobre von Clausewitz, consulte-se o clássico *Clausewitz, Leben und Werk*, de Wilhelm von Schramm, Esslingen, 1977.

⁴ Cf. Christopher Bassford, *The Reception of Clausewitz in Britain and America 1815-1945*, Oxford, Oxford University Press, 1994.

⁵ Cf. Michael Howard, *Clausewitz*, Oxford, Oxford University Press, 2002. Sobre o tema da ocupação militar em nossos dias, leiam-se Geraldo Cavagnari, EUA, a estratégia do Chacal, <http://www.galizacig.com/index.html>. e João Quartim de Moraes, *L'anti-impérialisme en marche. Nouvel Afrique-Asie*, Paris, p. 52 - 54, 01 abr. 2005.

⁶ Cf. Pedro Paulo A Funari, Guerra do Peloponeso. In: Demétrio Magnoli. (Org.). História das Guerras. São Paulo: Contexto, 2006, v. , p. 18-45.

diversidade. Somos lembrados, com freqüência, da inclusão das terras indígenas e quilombolas na Constituição, oriunda da democratização do país, em meados da década de 1980⁷. Esse movimento legal resulta de uma valorização da diversidade, erigida como valor **estratégico** primordial da nacionalidade⁸:

“A Diversidade Cultural é tema estratégico para as políticas culturais no Brasil e no mundo. Com a entrada em vigor da Convenção da Diversidade, reafirma-se direito soberano dos Estados de implementarem políticas necessárias à proteção e promoção de suas expressões culturais. A nova concepção de Política Cultural implantada pelo Ministério da Cultura já incorpora grande parte dos objetivos da Convenção, porém surgem novos desafios. “O MinC utilizará este espaço para publicar e conversar, com vistas a aprofundar o debate sobre o assunto”.

Está, *in nuce*, como princípio norteador da vida social brasileira, em ambiente livre e democrático. Ainda mais, a Convenção da Unesco sobre a Diversidade Cultural passa a ser incorporada à nossa própria política pública, como explicitado pelo Ministério da Cultura e pela representação brasileira naquele órgão universal:

“A sociedade brasileira reflete, por sua própria formação histórica, o pluralismo. Somos nacionalmente, hoje, uma síntese intercultural, não apenas um mosaico de culturas. Nossa singularidade consiste em aceitar – um pouco mais do que outros -- a diversidade e transformá-la em algo mais universal. Este é o verdadeiro perfil brasileiro... Sabemos, portanto, por experiência própria, que o diálogo entre culturas supera – no final – o relativismo cultural crasso e enriquece valores universais”⁹.

Indígenas e quilombolas constituem grupos sociais reconhecidos como importantes por suas características próprias e peculiares¹⁰. Constituem um patrimônio cultural e social por serem autênticos e por constituírem, em sua diferença, parte da riqueza

⁷ Constituição Federal, artigo 216, parágrafo 5º.

⁸ Cf. http://www.cultura.gov.br/foruns_de_cultura/diversidade_cultural/index.html.

⁹ Antonio A. Dayrell de Lima, Embaixador brasileiro na UNESCO, em http://portal.unesco.org/en/ev.php?URL_ID=10238&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html.

¹⁰ Constituição Federal, artigo 215.

estratégica da nação brasileira¹¹. Essa diferença não está em contraposição à sociedade brasileira *mainstream*, predominante. Tampouco a cultura brasileira foi definida como uma unidade homogênea e indiferenciada. A diferença está na especificidade, que caracteriza tanto uma comunidade caipira ou gaúcha, como uma aldeia indígena. O valor estratégico é a diversidade¹², conforme a Emenda Constitucional n. 48, de 10 de agosto de 2005, que explicita a “valorização da diversidade étnica e regional”.

Por isso, múltiplas políticas públicas voltaram-se para a valorização da diversidade, a exemplo, agora, do tombamento e da proteção de bens materiais, como o modo de festejar de uma comunidade específica (ou a arte de preparar uma refeição tradicional¹³).

Os temas indígenas e quilombolas fazem parte deste processo e a Arqueologia tem um papel particular neste aspecto. A Arqueologia foi entendida, desde seus primórdios no século XIX, como uma disciplina voltada para o estudo das coisas antigas, a partir da sua materialidade. Estuda, pois, os artefatos humanos – a cultura material – e todo o aspecto físico relacionado ao ser humano, dos ossos às plantas¹⁴. A Arqueologia – estudo do antigo – passou a ser, também, o estudo do poder, outro sentido da palavra *arkhé*, em grego. A Arqueologia, como outras disciplinas, voltou-se para os grupos sociais em interação, como ciência aplicada e revelante para a sociedade. A Arqueologia Pública¹⁵ definiu-se pela ação com os grupos sociais, parte da política estratégica nacional, em sua valorização da diversidade:

“No Brasil, a expressão Arqueologia Pública, surgida em âmbito anglo-saxão, ainda é nova e pode levar a confusão. De fato, público, em sua origem inglesa, significa “voltada para o público, para o povo” e

¹¹ Cf. Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini, *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

¹² Conforme a Emenda Constitucional n. 48, de 10 de agosto de 2005.

¹³ Cf. Pedro Paulo A. Funari e Sandra Pelegrini, *Patrimônio Cultural Imaterial*. São Paulo, Brasiliense, 2007.

¹⁴ Cf. Pedro Paulo A. Funari, *Arqueologia*, São Paulo, Contexto, 2005.

¹⁵ Cf. Pedro Paulo A. Funari e Érika Robrahn-González, Editorial, *Arqueologia Pública*, 1, 2006.

nada tem a ver, *stricto sensu*, com o sentido vernáculo de público como sinônimo de “estatal”. Ao contrário, o aspecto público da Arqueologia refere-se à atuação com as pessoas, sejam membros de comunidades indígenas, quilombolas ou locais, sejam estudantes ou professores do ensino fundamental ou médio. A ação do Estado dá-se, de maneira necessária, por meio da legislação de proteção ambiental e cultural que obriga os empreendedores – empresas privadas ou públicas – a custearem estudos de impacto ambiental e cultural.

As terras indígenas e quilombolas, para além dos embates jurídicos, relacionam-se com duas questões: a autodefinição dos grupos sociais e seu reconhecimento, ou conhecimento de si mesmos. São dois aspectos interligados. A autodefinição de um grupo indígena ou quilombola parte de um conhecimento de sua historicidade, do seu “lugar-no-mundo”, se formos usar um conceito filosófico¹⁶. A Arqueologia Pública, aqui, joga um papel de maior relevância e pertinência com indígenas e quilombolas, e permite descobrir as múltiplas ocupações de um mesmo espaço físico. Desvenda ambientes que mudaram com o tempo, revela modos de vida diversos naquele espaço ocupado, hoje, por uma comunidade indígena ou quilombola. A relação simbólica desses grupos com seus ambientes encontra, na pesquisa arqueológica, contrapontos e recursos para sua reinterpretação da comunidade como entidade histórica.

Não se trata, portanto, de provar, pura e simplesmente, que um grupo indígena ou quilombola estava assentado em determinado lugar por tantas gerações. As comunidades, todas elas, transformaram-se de forma constante e isso já colocaria tal meta como epistemologicamente equivocada. A descoberta conjunta da materialidade de um dado espaço, comunidade indígena ou quilombola, e arqueólogo, permite que se construa uma relação estratégica entre as partes, de modo a produzir interação produtiva. O papel estratégico da Arqueologia, como parte da política ambiental e cultural do Brasil, em defesa da diversidade, está apenas em seus inícios. Os resultados já obtidos, na consolidação da nacionalidade como conjunto dos diversos, indicam que estamos no caminho certo.

¹⁶ Martin Heidegger, *Sein und Zeit*. Berlin, 1927.

Agradecimentos

Este *paper* resulta de investigações desenvolvidas no NEE/Unicamp, com financiamento pelo CNPq de pesquisa no University College London (UCL), em 2007, e, assim, agradeço o apoio institucional do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE/Unicamp), do CNPq e da FAPESP, do University College London, assim como aos colegas Geraldo Cavagnari, João Quartim de Moraes e Sandra Pelegrini. A responsabilidade pelas idéias restringe-se ao autor.